BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XLIII N.os 94/95 (107/108) ANOS DE 1991/92

Composição e Impressão das Oficinas Gráficas da Editora «Correio do Minho» / S.M.
4703 BRAGA CODEX — 500 exemplares
Depósito legal n.º 27697/89
ISBN 972-9169-14-4

EDIÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
DEPOSITÁRIA: EDITORA CORREIO DO MINHO/S.M.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. XLIII N.os 94/95 (107/108) ANOS DE 1991/92

DIRECTOR

ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA FERNANDES
(Presidente da Assembleia Municipal)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
(Assistente da Universidade do Minho)

COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA FONTES
(Chefe da Divisão de Acção Cultural — C.M.B.)

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

MARGARIDA MARIA RIBEIRO FERNANDES
(Técnica de B.A.D. da C.M.B.)

Editorial

Ao fazermos a apresentação deste volume da «Bracara Augusta» não podemos deixar de nele incluir as infaustas notícias que foram o falecimento de dois dos principais obreiros que ajudaram a construir esta revista: o Dr. Egídio Xavier de Amorim Guimarães que durante várias décadas assumiu funções e membro do Corpo redactorial e o académico Álvaro Dória que, além de artigos vários, assegurou uma colaboração permanente através do «Gabinete de Leitura». Nos dois «In Memoriam» que abrem o presente volume quisemos deixar expresso um sentimento de admiração e gratidão pelas suas pessoas e obra.

A revista, dentro da sua orientação redactorial, inclui artigos directamente relacionados com a cidade de Braga e a região minhota e outros de âmbito mais geral.

Com respeito à cidade de Braga queremos salientar dois artigos, um referente à instalação da electricidade em Braga, cujo centenário acabamos de celebrar, e outro respeitante à evolução da sua geografia urbana a partir do Mapa das Ruas de Braga de 1750, trabalhos da autoria, respectivamente, de Ilídio Mariz Simões e Miguel Sopas Bandeira.

Um segundo conjunto de artigos tem como área de investigação personalidades e instituições da região minhota. É caso do artigo de Viriato Capela sobre o Conde da Barca, figura marcante da política e diplomacia portuguesa dos inícios do século XIX, de Justino Magalhães com o seu estudo sobre a formação do mapa escolar do distrito de Braga, de Maria de Fátima F. Castro apresentando uma investigação sobre o Mosteiro de Landim, Vila Nova de Famalicão e, o artigo de Armando Malheiro da Silva sobre o Minho nas monografias dos séculos passado e actual.

Fora deste âmbito geográfico situam-se os artigos de José Marques sobre a sociedade portuguesa no tempo de Cabral e de Maria Rosa Ferreira Marreiros sobre os coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca, o estudo de um movimento religioso de tipo ascético na época de D. João V denominado Jacobeia de Maria

Elisa Costa e finalmente o estudo descritivo de um livro de Horas quatrocentistas existente no Arquivo Distrital de Braga da autoria de Maria João Lopes Calheiros de Carvalho.

No «Gabinete de Leitura» incluem-se dois trabalhos de interesse. O primeiro de Eduardo Pires de Oliveira é uma recensão crítica do Dicionário de Arte Barroca em Portugal *(Lisboa, 1989) dirigido por José Fernandes Pereira da Universidade Nova de Lisboa. Há várias imprecisões apontadas pelo autor nas referências do dicionário aos monumentos e artistas barrocos bracarenses e que neste recensão são corrigidas. O artigo de Helena Nogueira Barros «A intertextualidade de* Lágrimas e Tesouros *» do escritor Rebelo da Silva embora seja um texto de análise literária, tem como herói romanesco um súbdito inglês, William Beckford, que viajou e escreveu sobre Portugal nos finais do século XVIII. Daí que este pano de fundo histórico, justificasse a sua inserção neste volume.*

A revista termina com a secção do arquivo municipal onde se continua a transcrição das actas da Câmara Municipal de Braga, agora sob a orientação do Professor Doutor José Marques.

Pelo enunciado dos temas tratados pode o leitor fazer um juízo prévio sobre a sua variedade e interesse. Esperamos que a selecção apresentada corresponda às suas espectativas e lhe proporcione o mesmo gosto e prazer que nós tivemos ao fazer a sua leitura para preparar esta introdução.

CONSELHO DE REDACÇÃO

O Conselho de Redacção da «Bracara Augusta» passa a partir desta data a contar com a presença do Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e colaborador de longa data, desta revista. Não podemos deixar de agradecer a sua aceitação para integrar o conselho redactorial que assim obtém para o seu elenco um prestigiado investigador e um insigne bracarense.

O DIRECTOR

IN MEMORIAM

Dr. Egídio Xavier Amorim de Sousa Guimarães

Gorados os esforços feitos, tanto pela Direcção, como pela Redacção da Revista, para se garantir a presença, neste espaço evocativo, de uma das pessoas julgadas mais aptas a preenchê-lo, vi-me no dever de assumir essa dificílima, mas irrecusável posição. Tenho, no entanto, de confessar, com absoluta sinceridade, que me custa imenso escrever sobre os indivíduos a quem estou afectivamente ligado. Por isso e até agora, recusei sempre fazê-lo. Esta é a primeira excepção e nada fácil: compor um texto sobre um Mestre e um Amigo, desaparecido bruscamente na madrugada do dia 27 de Dezembro de 1990, após uma desastrosa queda perto da Igreja de S. Lázaro e ocorrida na tarde anterior.

A minha relação pessoal com o Dr. Egídio Guimarães começou, cresceu e consolidou-se sob o signo do deslumbramento.

Há cerca de vinte anos um jovem liceal, dividido entre a hipótese de cursar Direito e a atracção irresistível pela História, deixou-se tocar pelo mágico e subtil fascínio de um Homem, admiravelmente culto, que marcava presença num curso de Arqueologia, ministrado pelo saudoso Cónego Arlindo Ribeiro, no Palácio dos Biscainhos, propriedade da antiga Junta Distrital de Braga. Em ambiente tão sugestivo ocorreram as primeiras conversas, tímidas e formais, entre um miúdo à procura do Saber, dentro e fora dos livros, e um Senhor (que não era estranho, porque bem conhecido da família), aparentando muito mais idade. Um Senhor que tratava os novos como seus convivas. Era surpreendente!

Pouco depois esse jovem, rendido aos encantos da *Clio*, ousava requerer a preciosa atenção do Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, sedeada num belíssimo «palácio — morto e ressuscitado» e em cuja acolhedora Sala de Leitura há muito se habituara a dialogar com os livros. Ousava, enfim, quebrar o curto e rotineiro trajecto do Catálogo até à dita

sala e penetrar no desconhecido: subir ao gabinete do «Senhor Director» em busca de informações relativas a S. Fructuoso para um trabalho curricular. Aconteceu, então, que esse ilustre Senhor, num gesto muito seu, indicou ao «noviço» o lugar da Memória Arquivística, dizendo-lhe que a viagem até lá era possível e necessária e que os seus modestos (!) préstimos de guia estavam à disposição.

Hoje sei que nesse encontro nasceu um sonho: conviver e trabalhar, sob o olhar zeloso e o estímulo seguro do Dr. Egídio, no interior sagrado dessa deslumbrante Memória. Um sonho verdadeiro, que *Cronos* apanhou no ar e trouxe à terra para felicidade indizível de um ínfimo mortal!

No decurso de tão rico e intenso convívio, as conversas — recíproca comunicação de espíritos reunidos pela empatia — foram o momento, sempre único, da permanente revelação do Homem. As conversas foram, de facto, a alquímica transformação do discurso efémero na imagem perene de um ser generoso e sábio. Quando penso nelas é o perfil biográfico do Dr. Egídio Guimarães que surge, espontâneo e simples, arrumando-se discreto no primeiro cantinho livre.

Nascido acidentalmente na Póvoa de Varzim, em 7 de Julho de 1914, o Dr. Egídio Guimarães tinha fundas raízes familiares em Braga — donde nunca se ausentou por muito tempo, salvo em criança, quando acompanhou os pais na sua ida episódica para Moçambique. Braga foi o berço, o lar e a tumba e por esta cidade nutriu uma desmesurada paixão. Não admira, por isso, que o seu grande projecto, que tive a sorte de acompanhar, fosse uma monumental Bibliografia Bracarense, deixada incompleta e precedida por muitas páginas de memórias, pensadas, faladas, mas descuidadamente retidas só no seu cérebro!...

Braga foi, pois, o espaço crucial deste ser humano, mas o mundo era pequeno diante da sua voraz curiosidade intelectual e da sua necessidade intrínseca de viajar. Se na «Bracara Augusta», recatada e vetusta, se educou, privou com figuras ilustres — Manuel Monteiro, por exemplo —, recolheu imensas histórias prodigiosamente «catalogadas» numa memória excepcional e desabrochou as suas faculdades mentais; se em Coimbra, mais precisamente na Faculdade de Letras da respectiva Universidade, concluiu uma formatura em Histórico-Filosóficas e depois uma especialização, perfeitamente natural, em Bibliotecário-Arquivista; foi, porém, nos livros e em viagens por essa Europa fora, que atingiu a dimensão da universalidade, diáfana e contagiante, a rematar a abóbada perfeita da formação de um Humanista.

Humanismo e Renascença são conceitos que cometi, aliás, a heresia de actualizar durante a estreita convivência com o Dr. Egídio Guimarães, porque este se desvelava, ante mim e cada vez mais, como o erudito completo e o cidadão politicamente atento, para quem o domínio das mais diversas línguas (incluindo o

latim, é claro!), a melomania, a fruição sensível e consciente da Arte, o «mecenato» traduzido no apoio a novos talentos (o caso do escritor Altino do Tojal é paradigmático), o governo da «polis», a indagação dos arcanos da Vida e da Morte ou a busca incansável do Absoluto constituíam as cristalinas faces de um harmonioso poliedro. E na minha imaginação, submergida por muitas doses de Banda Desenhada e de Cinema, cheguei a vê-lo a ser tirado, por mãos invisíveis, de uma tela renascentista, com as vestes e a pose da época, e colo- cado, pelas mesmas mãos, num outro Tempo — a Modernidade, contraditória e brutal, onde o maravilhoso reina ao nível das coisas terrenas, finitas, superficiais e o horror parece sair do fundo da alma humana!

Qual vítima de Nero lançada aos leões ou qual cruzado medievo em luta contra os infiéis, o Dr. Egídio Guimarães abraçou uma herança de valores tradicionais e eternos, embrenhou-se no seio da Cultura e com toda a energia, que dela soube extrair, partiu para a luta em prol de uma ideia de Humanidade, de Pátria e de Cidade imprópria para cépticos.

No meio dos seus conhecidos ou anónimos conterrâneos, teceu pacientemente um destino de resistente, barricado na Cultura, contra a perversidade do Progresso. Não hesitou, por isso, em tomar as posições exigidas por esse combate. Em 1964 e até 1969 integrou o executivo camarário, presidido pelo Dr. Viriato Nunes, nas funções de Vereador da Cultura e com resultados esclarecedores: promoveu a realização do Congresso Internacional em homenagem a S. Frutuoso, apoiou a investigação arqueológica, com incidência especial na recuperação e salvaguarda da romana *Bracara Augusta*, adormecida à volta da colina de Maximinos, e do castro da Falperra, e facultou, na sua dupla condição de Vereador e de Director da B.P.-A.D.B. as condições necessárias para o bom êxito dos projectos de pesquisa do historiador de arte norte-americano Robert Smith.

Estes e muitos outros benéficos efeitos do seu empenhamento cultural ficaram gravados para a posteridade nesta Revista, cuja Redacção integrou até à morte e para a qual escreveu editoriais e *in memoriam*. Revista guiada por um fiel amigo de longa data — Francisco Bacelar Ferreira.

Fez também sentir a sua imprescindível presença na organização de outros importantes Congressos Internacionais realizados em Braga: o de S. Martinho de Dume e o de André Soares.

Mais tarde, em 1989, voltaria à Câmara como Vereador independente pelo Partido Social Democrata, para continuar igual ao que sempre fora e prosseguir na demonstração de um princípio, discutível é certo, mas que lhe era muito caro: para se elevar culturalmente um Povo não é preciso trivializar a Cultura.

Durante esse *intermezzo* foi convidado a integrar a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, de curta vida, e a Comissão Arquidiocesana de Arqueologia e Arte, ainda em actividade. Participou como delegado da Junta Nacional de

Educação e como membro da CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património), colocando-se, deste modo, na primeira linha de um importante movimento associativo, cujo estandarte era a exigente e esclarecida defesa do Património. Sócio n.º 1 da ASPA, presidente do seu Conselho Fiscal, prefaciou obras editadas por essa Associação (*S. Frutuoso de Montélios* de Moura Coutinho e os *Dispersos* de Manuel Monteiro) e colaborou na revista *Mínia,* bem como na imprensa local.

Mas não há dúvida que onde o Dr. Egídio Guimarães melhor praticou o princípio acima exposto foi na «sua» Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, antes e depois da integração na Universidade do Minho, instituição fundada em 1973.

Firmado nesse posto, militou em experiências literárias, como a revista *4 Ventos*, espaço de refundação de uma comunidade linguística formada por Portugal, a Galiza e o Brasil e desenvolveu profundas e douradouras relações de amizade com intelectuais e historiadores portugueses — Flávio Gonçalves, Álvaro Dória, Pina Martins, Álvaro Carneiro, Francisco Veloso, Amândio César, Américo Barbosa, César Teixeira, Avelino Jesus da Costa, José Marques, Aurélio de Oliveira... — e estrangeiros, entre os quais sobressaiem Robert Smith e Mircea Eliade.

A partir desse posto foi em auxílio de iniciativas relevantes para a cidade: o *Convivium Sá de Miranda*, o *Círculo Cultural Musical*, que teve uma grande actividade nos anos 50 e 60, a *Aliance Française*, em prol da qual investiu a sua profunda francofilia e o seu talento de conciliador, e a APPACDM — Delegação de Braga, onde juntamente com a esposa, D. Lucinda Esperança, companheira inseparável, o sr. Félix Ribeiro e muitos outros pais de crianças deficientes cumpriu, de forma exemplar, a lição do «amigo Gervásio»... *O Meu Amigo Gervásio e sua Filha Catedrática*, seu único conto, publicado em 1986 e dedicado à sua querida filha Maria João, comoveu-me muito quando o li e impressionou-me imenso quando fui surpreendido pela notícia da sua morte. Afinal, o Dr. Egídio Guimarães tinha deixado escrito, com cinco anos de antecedência, o epílogo para uma sua Biografia!

Herdeiro intelectual do Dr. Alberto Feio, bibliotecário ilustrado e director marcante, o Dr. Egídio Guimarães não foi, certamente, um inovador, mas soube gerir a continuidade com muito tacto e muita generosidade. Um subalterno não era um mero autómato submisso: era uma pessoa com qualidades e defeitos, com ambições e problemas para serem ouvidos e satisfeitos na medida do possível. E o Dr. Egídio sempre se predispôs a ouvir e a consolar os espíritos amargurados. Recusou a postura autoritária típica dos «mangas de alpaca» promovidos a donos do seu bafiento universo e praticou, antes, aquilo a que eu chamaria a «tolerância maiêutica», ou seja, a exigência do cumprimento do dever através do apelo subtil à consciência do outro.

Reformado, em 1984, na pálida categoria de Técnico Superior Responsável do Arquivo Distrital de Braga, não abandonou gabinete, nem se despediu dos colaboradores, porque a instituição e as pessoas souberam dizer-lhe, muito naturalmente e sem complicações burocráticas ou intenções perversas, quanto estimavam e precisavam da sua presença. E morreu, de súbito, sem se despedir de ninguém, nem do mundo, meses antes de realizar um projecto, que estava à medida do seu cosmopolitismo: revisitar com o filho Fernando, recém-licenciado em História, as capitais do seu deslumbramento — Madrid, Paris, Roma... Morreu?! Os versos de Luis Murat vêm-me à memória, num esforço dorido para vencer tão angustiante perplexidade:

«Morrer. A chama não se apaga,
continua depois desta vida outra vida,
como a vaga no mar continua outra vaga...»

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

IN MEMORIA

António Álvaro da Silva Dória

(1902-1990)

António Álvaro da Silva Dória nasceu no Porto a 26 de Outubro de 1902. Filho do professor Raul Dória, fundador da Escola do mesmo nome para o ensino da contabilidade, formou-se dentro desse espírito. Aí tirou o Curso Geral do Comércio passando a fazer parte do seu corpo docente com 17 anos. Após a morte do pai em 1922, permaneceu ainda mais una anos a leccionar na Escola. Mas em 1929 afastou-se. Veio definitivamente para Braga em 1930 aí se fixando com a família até à morte em 1990.

Em Braga desempenhou diversificadas actividades docentes: professor de línguas — Português, Francês, Inglês e de História em vário colégios da cidade e professor de contabilidade e grafias na Escola Industrrial e Comercial D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Exerceu ainda a profissão de contabilista em empresas bracarenses e de perito contabilista nos Tribunais de Braga e Monção.

Foi membro de associações culturais e profissionais — Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Associação Jurídica de Braga, Sociedade Martins Sarmento, Academia Portuguesa de Ex-Libris, Instituto Português de Heráldica, British Historial Society of Portugal, Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia degli Artisti e Professionisti de Roma, Associação Científica Internacional de Contabilidade (ACICE). Foi sócio fundador da Associação Portuguesa de Técnicos de Contas (APOTEC) e do Sindicato Nacional dos Contabilistas e Empregados de Escritório do Distrito de Braga.

A sua actividade como publicista e investigador distribuiu-se pelos domínios da historiografia, da literatura, da língua, da administração e da contabilidade deixando um extenso rol de títulos em artigos de jornais, de revistas da especialidade e em livros. Fez ainda um conjunto notável de traduções de autores de língua

inglesa e francesa que investigaram temas portugueses (Edgar Prestage, Aubrey Bell, Elaine Saunceau, etc.).

Colaborou nas revistas «4 Ventos» editada pelo Conivium — Estudo de Escritores e Artistas de Braga, na «Scientia Iuridica» de Braga, «Gil Vicente» de Guimarães, e ainda no Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, no Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Crítica Literária dirigido por João José Cachofel e no Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira e Galega (2.ª ed.) dirigida por Jacinto Prado Coelho.

Na revista «Bracara Augusta», além de ter publicado vários artigos de índole histórica desde os anos cinquenta, assegurou quase até às vésperas da sua morte a secção «Gabinete de Leitura» onde revelou a sua permanente curiosidade intelectual, a sua capacidade de percepção e crítica perante os movimentos de ideias circulantes no mundo contemporâneo.

Mas para além das qualidades invulgares de trabalhador infatigável e prolífero, Álvaro Dória deixou àqueles que com ele mais directamente privaram um raro exemplo de integridade moral, de responsabilidade cívica e de desprendimento pessoal.

Quis morrer discretamente. Os seus amigos e admiradores só passados uns tempos após a data do passamento — 9 de Setembro — tiveram conhecimento dessa infausta efeméride. A Revista «Bracara Augusta» que ele tanto estimou recorda-o com profundo respeito e admiração.

António Araújo Azevedo e o Brasil

A importância do arquivo de António Araújo Azevedo, 1Conde da Barca para a história do Brasil no fim do período colonial

JOSÉ V. CAPELA *

Está depositado no Arquivo Distrital de Braga — Universidade do Minho um importante conjunto de documentos, dito fundo de manuscritos do Conde da Barca (ou Barca — Oliveira), muitos dos quais têm uma grande importância para o estudo dos domínios ultramarinos, em especial o Brasil, no último período do domínio colonial português.

Trata-se de um acerbo documental constituído essencialmente na base do arquivo pessoal de Araújo Azevedo, diplomata e ministro de D. João VI, ligado à região do norte de Portugal — nasceu em Ponte de Lima, onde tinha família, casa e bens — o que em parte explica a razão porque tal espólio veio parar, depois de compra, ao Arquivo bracarense. Ao núcleo original, foram depois acrescentadas fotocópias de diversos documentos de arquivos nacionais, estrangeiros e brasileiros, no intuito, penso, de reconstruir o fundo original e alargar a sua importância documental.

É um fundo documental já bem conhecido dos investigadores e historiadores daquela figura e estadista, mas também da sociedade e do tempo a que eles se referem.

Esta colecção de documentos guarda em si um número muito avultado de peças fundamentais para a História do Brasil colonial, desde a 2.ª metade do século XVIII até cerca de 1817, data da morte de Araújo, com a qual se encerra a recolha e a produção documental.

---

* Prof. Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Trata-se, em parte difícil de referir, de documentação inédita. Com efeito muitos dos manuscritos aí depositados tratam-se de cópias de impressos da época — sobretudo de periódicos — mas que permanecem hoje ainda desconhecidos.

*

Quem é António de Araújo Azevedo?

Em breves palavras diremos que é essencialmente um diplomata e um político, originário de uma família de nobreza segunda provinciana, que pela sua origem mediana não pareceria destinado a tão largos voos políticos. Mas os seus estudos e conhecimentos de História, Filosofia, Matemática e outras Ciências, a que se aplicou denodadamente, dotaram-no de uma cultura política, literária, histórica e científica que lhe permitirão desempenhar com grande competência os cargos e exercer acentuada influência na sociedade e política do seu tempo, ao ponto de ser considerado o chefe de fila do «partido francês», na Corte de D. João VI, adversário do «partido inglês».

Inicia-se na diplomacia em 1787 — seguindo então para os Países Baixos — percorrendo numa época agitada e revolucionária, a Inglaterra, a França, a Rússia, entre outros países europeus. Em 1796 está empenhado na negociação da paz com a França revolucionária e conquistadora.

Em 1804 inicia-se na carreira política como Ministro dos Negócios Estrangeiros e dois anos depois também como Ministro do Reino. Integra então o Conselho de Estado.

Em 1807 parte para o Brasil com a Corte. Afastado da governação à chegada do Brasil, reingressa na vida política em 1814, sobraçando a importante pasta da Marinha.

Em 1815 recebe o título de Conde da Barca, no mesmo ano em que o Brasil é elevado à categoria de Reino e que a Europa, sob o signo do Congresso de Viena, encerrava o período revolucionário e iniciava a fase da «restauração», corrigindo excessos revolucionários ou intentando voltar ao período anterior às reformas.

Morre no Brasil em 1817.

*

Ao longo da sua vida pública foi constituindo uma das mais importantes bibliotecas do seu tempo, construída laboriosamente aquando das suas viagens pelas diferentes capitais europeias da cultura, cujo ritmo de aquisições não abrandaria com a sua partida para o Brasil, com remessas feitas pelos seus colaboradores e correspondentes.

Interessa-nos agora sobrelevar a importância do valioso espólio documental por ele produzido e recebido, em particular, o que interessa à História do Brasil.

É um recheio documental que poderíamos dividir em 3 grandes conjuntos:

1. O primeiro é constituído por *documentos pessoais*, onde incluímos o de sua própria produção literária. Fixaremos sobretudo duas obras de natureza claramente nacionalista — que a exemplo e em paralelo com o que se passa com a literatura e a historiografia sobre as descobertas e navegação — vêm em defesa da Literatura e da História nacional contra os seus detractores: o caso da *«Memoria em defesa de Camoens contra Mr. de la Harpe»*, em louvor e defesa do poeta das descobertas; a réplica à obra de Du Chatelet, *Voyage du ci-devant Duc de Chatelet...*, nada abonatória da história, costumes, instituições e tradições portuguesas, corrigindo os seus erros constantes.
   No que a História dos Descobrimentos portugueses diz respeito, de referir que A. Araújo se junta aos que por então terçam armas contra os estrangeiros que acintosamente, esquecem, secundarizam ou vêm denegrindo a acção marítima e as descobertas portuguesas. É o caso da *«Memoria em defeza de alguns authores portuguezes, que escreverão sobre a Ethiopia, e particularmente sobre pertencer a Descuberta das Origens do Nilo a indivíduos desta Nação, contra Mr. Bruce, author da Viagem em Nubia, e Abixinia»*, memória lida na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa em 22 de Janeiro de 1806, que ficou inédita e está entre os seus papéis. Nela Araújo, com base em diversos testemunhos, pretende afirmar que foram missionários jesuítas portugueses dos primeiros que alcançaram as nascentes do Nilo, nos deixaram descrições pormenorizadas dos seus povos, e aí defende o pioneirismo e a prioridade dos contactos portuguesas contra as dúvidas levantadas, defendendo os autores nacionais de algumas arguições mal fundadas.
2. Um segundo conjunto de documentação integra papéis relativos à administração de sua casa, fazendas e empreendimentos. As iniciativas e empreendimentos metropolitanos: animação, na terra natal, desde 1779, da «Sociedade económica dos amigos do bem público»; da Sociedade para o comércio dos vinhos de Portugal e Espanha, das reais fábricas de fiação de linho, lã e algodão da Quinta da Prova, na Ribeira Lima. E sobretudo relativamente aos empreendimentos brasileiros que aqui nos interessa particularmente relevar, muito importan-

tes para o desenvolvimento e promoção da colónia e do Reino do Brasil. Elas desenvolvem-se em diversos planos:

a) No plano legislativo, conjunto de medidas, por ele promulgadas ou animadas no período que volta a estar ligado à governação no Ministério da Marinha, ministério estratégico para o Brasil, sua defesa e articulação exterior.

b) No plano dos empreendimentos científicos. Desde 1808, pelo menos até 1815, desligado de responsabilidades governativas, dedicar-se-á intensamente ao estudo e cultivo de espécies botânicas indígenas e à aclimatação de exóticas, instalará um Laboratório Químico no Rio de Janeiro.

c) No plano dos empreendimentos agrícolas: está ligado à propagação da cultura da vinha e fabrico de vinhos, para o que contou com a colaboração de trabalhadores madeirenses, aclimatando castas daquela ilha; da cultura do chá; para além da gestão das suas largas fazendas — da Fazenda do Arcediago António de Sequeira, na Capitania do Espírito Santo (com 4 léguas de frente, 2 engenhos de açúcar e mais de 400 escravos) que pediu ao monarca de aforamento; da sesmaria da Ponta do Gentio, comarca de Porto Seguro (com 1/2 légua de frente e duas de fundo), da Fazenda da Estrela.

d) No plano dos empreendimentos industriais, a ele se deve a introdução e a aplicação de novos maquinismos e tecnologias nos alambiques, engenhos, cerâmica, serração, mineração e fundição, destinadas a transformar as matérias primas mais abundantes no país e mais adaptadas às tendências dos habitantes.

e) No plano da melhoria das comunicações a que prestará uma particular atenção, por as considerar a pedra de toque do desenvolvimento económico brasileiro. Não admira o número de memórias que se recolhem no seu espólio abordando este tema, sobre o que ele própria escreveria também uma sobre *«a utilidade de abrir estradas no Brasil»*, datada do Rio de 3 de Abril de 1812 e uns *«Apontamentos do que julgo indispensável para se efectuar a abertura da estrada do Mecuri para Minas Novas»*, em cujas obras se empenhará largamente.

Por toda esta actividade desenvolvida em prol do progresso da colónia, nova sede da monarquia, não admira que Jácome Ratton, então exilado em Londres, exaltasse o seu grande papel no desenvolvimento do Brasil

e Varnhagen, em 1817, afirmasse que ele estava à testa de um novo ciclo que se abria para a indústria, artes e ciência em Portugal.

3. Resta-nos, por fim, o terceiro conjunto de documentação relacionada com a sua vida pública, política e diplomática, ao qual associamos o volumoso conjunto de Memórias, pareceres, instruções e textos afins, elaborados ou recebidos por virtude desta actividade — muitos trabalhos e memória, que por deferência, gentileza ou obtenção de boas graças lhe são remetidos — embora uma boa parte se relacione também com os interesses culturais, históricos, literários ou técnico-científicos de Araújo e são o resultado de intercâmbios culturais. É esmagador o volume de documentação propriamente política e diplomática. Do período diplomático (1787-1804) sobreleva a correspondência com os governos estrangeiros, os ministros portugueses, especialmente com os seus superiores directos, Negócios Estrangeiros e Reino. Do primeiro período político (1804-1807), enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a correspondência com o ministro do Reino, da Marinha e Ultramar, e também com os demais governantes, legações, enviados, representantes diplomáticos e comerciais portugueses no estrangeiro, negociações diversas. Um outro núcleo, importante, refere-se ao período que antecede e prepara a invasão do Reino pelas tropas francesas, a saída da Corte para o Brasil, etapa de intensos contactos internacionais, ora com a França, ora com a Inglaterra, com a Espanha, entre outros, para melhor precaver e salvaguardar os interesses portugueses, tentando a todo o custo suster a invasão, manter um diálogo, ao mesmo tempo com a França e a Inglaterra. Da fase brasileira, há um conjunto grande de documentos e legislação referentes às campanhas de Montevideu e a vários temas da administração do Brasil: assuntos militares, requerimentos e mercês e legislação diversa. Um núcleo significativo de documentos têm a ver com a série de Memórias atinentes a diversos aspectos relativos a Portugal (assuntos económicos, políticos e militares históricas, literárias e científicas) e também ao Brasil.

*

É particularmente relevante, neste fundo do Conde da Barca a documentação referente ao Brasil, sobre a qual pretendemos agora chamar a atenção. Nele distinguiremos os seguintes grandes conjuntos, já assim arrumados na primeira inventariação destes documentos (não entrando em linha de conta com os escritos que incidentalmente tratam do Brasil).

1. Mapas estatísticos sobre a população de diversas capitanias do Brasil. São 6 mapas e uma Memória com a população das capitanias para diversos anos distribuídos entre 1801 e 1813 (alguns sem data). Tratam-se de mapas com o resumo e os totais, feitos a partir das diferentes peças de recolha de dados.
2. Mapas ou relações estatísticas sobre a produção, rendimentos e despesas de várias capitanias. São 8 mapas e relações distribuídas entre 1794-1817 (alguns sem data).
3. Mapas e memórias sobre a defesa e a composição de guarnições militares de diversas capitanias. São 8 mapas e memórias distribuídas entre 1808 e 1814 (alguns sem data).
4. Memórias político-militares e Insbruções. Cerca de 9 memórias que tratam sobretudo as questões de defesa militar do território, mas também questões de ordem civil e pública (como o levantamento dos moradores de Minas contra os paulistas).
5. Memórias económicas. São cerca de 11 memórias, notas, contratos, orçamentos, tratando diversos temas: actividades económicas (agricultura, indústria, comércio externo e interno), construção naval, mineração, ouro, contratos (do sal), receitas e despesas, Erário, bancos, população e trabalho escravo.
6. Memórias sobre as minas do Brasil (mineração, administração, cobrança dos quintos). São cerca de 6 memórias.
7. Roteiros, itinerários, descrições dos sertões, das costas, rios e barras. Conjunto numeroso de c. de 16 espécies, e trata-se de uma importante colecção que abrange grande parte do território brasileiro. A maior parte delas aliam a uma preciosa e rigorosa informação geográfica e topográfica, à descrição do clima, da natureza física da terra, das economias, das tribos e populações, seus hábitos e costumes. São bem a expressão de tradição bandeirante e labor científico dos geógrafos e engenheiros cartógrafos do séc. XVII e do reinado de D. JoãoV, que por efeito das negociações do Tratado de Limites de 1750 e por acção das comissões demarcadoras geográficas e cartográficas, primeiro e depois com o apoio e estímulo da Sociedade Real Marítima e Geográfica, produziram da melhor e mais qualificada cartografia do seu tempo, em especial no domínio das comunicações. Mas animadas agora pelos programas de estudos e inquéritos científicos lançados pela Academia de Ciências de Lisboa e pelas novas preocupações da filosofia das Luzes, prestam também uma maior atenção à descrição política, económica e social dos territórios, com olhares mais descomplexa-

dos sobre a identidade e personalidade própria das tradições, costumes e instituições indígenas, por vezes parecendo procurar aí modelos para as reformas sociais que a Europa anseia.

Atente-se, para confirmar o que fica dito, neste pequeno testemunho de um pequeno excerto de um diário de demarcação que fez o capitão Ricardo Franco de Almeida Serra com o Dr. António Pires Fontes, pelo Rio Branco que desagua no Rio Negro:

«10 de Janeiro de 1781. Partimos pelas 7 horas e chegamos à povoação de N. S. do Carmo pelo meio-dia. Andamos neste dia 2 $^{1}/_{2}$ légua. Consta esta povoação de 116 índios de várias nações, separas, tipicuas, e foi estabelecida no ano de 1775. Os índios, são bem feitos, e esta é uma povoação das deste Rio em que há menos preguiça, e em que se acham rapazes com mais alguma luz da Doutrina Cristã. Tinha por Principal um homem bem feito e de uma presença de espírito agradável. E indagado por alguns princípios de Religião que seguiam nas suas terras, respondeu que os bons depois de mortos iam ter muitas mulheres e os maus iam para uma cova muito funda, e em que havia muito fogo. De que se colige que estes selvagens sempre tem a crença da imortalidade e a recompensa do mal e do bem. Costumam ter muitas mulheres de que se servem indiferentemente, mas uma delas sempre tem um modo de Império sobre as outras. Demoramos até ao dia 12 para curar-me. Coordenadas, Lat. 13-17, var. N.E. 60 e 42». (texto actualizado).

8. Memórias sobre a abertura de estradas. Pequeno número — tão só 4 — ainda que o problema das ligações terrestres, marítimas, fluviais esteja sempre presente em todos os demais escritos sobre o Brasil. É realmente uma questão vital para o território: criação de um mercado «nacional», socorro às vilas, cidades e maiores centros ou zonas de maior concentração demográfica e sobretudo abertura ao litoral e ao comércio exterior internacional.
9. Memórias sobre produtos naturais de algumas capitanias: trata-se de um conjunto importante de memórias científicas, fundamentais para o conhecimento, protecção e rentabilização dos seus recursos.
10. Vária. Um conjunto variado de c. de 11 memórias, sobre vários temas, como a «Sociedade Económica dos Amigos da Pátria da Capitania de S. Paulo», a Sociedade Médica do Rio de Janeiro, os itinerários de correios, mudança da capital para a Baía, etc..
11. Papéis vários sobre outros domínios ultramarinos: 5 memórias, relativas a Moçambique, Mina, Calabar, Gabão e S. Tomé e Príncipe.

*

É desnecessário referir que esta documentação — quer édita quer inédita — abre um campo enorme ao estudo da História Colonial e às origens da formação e independência brasileira.

De todo este rico manancial não resistimos a atentar mais demoradamente nas informações estatísticas, relativas à população brasileira, a partir dos 6 mapas estatísticos de diversas capitanias.

Convém antes de mais referir que tais estatísticas são tão só peças de um mais vasto inquérito então também feito à produção e ao consumo agrícola, ao comércio — importação, exportação, retenção local — ao movimento marítimo e alfandegário, às «fazendas» das capitanias, seus efectivos e guarnições militares, com objectivos óbvios de conhecer as potencialidades da terra, para implementar políticas, onde a componente e variável população ganha, sem dúvida, um particular interesse.

A população e a demografia é um dos pilares essenciais do desenvolvimento brasileiro — e como tal é entendido — que se debate com o problema da escassez de mão de obra e quadros, mas também com problemas específicos decorrentes da maior variedade de grupos étnicos e condições sociais.

Atentos a estas realidades, mas também pretendendo aplicar ao Novo Mundo as novas técnicas de inquérito demográfico-estadístico, os responsáveis políticos vão naturalmente pretender uma maior discriminação demográfica e populacional, de que estes mapas são a expressão.

O quadro geográfico da centralização e apresentação global dos dados é o da capitania, mas os dados são recolhidos e compostos a partir das unidades políticas mais pequenas, as paróquias, onde os párocos e os capitães-mores desempenham um papel importante nesta recolha, em colaboração muito estreita com as autoridades superiores político-militares.

Mas o que é particularmente inovador e avançado nestes censos e recenseamentos, é a distribuição da população total por sexos, idades e por condições étnico-sociais, e mais do que isso, tal distribuição é feita adentro de diferentes grupos etários, que dos 0 aos 10 se arrumam por grupos de intervalos de 5 anos e a partir daí por grupos de intervalo de 10 ou 20 anos, pelo menos até ao nível dos 60 anos. Em alguns casos essa mesma distribuição observa-se também para a descrição da natalidade, a nupcialidade e a mortalidade do ano.

Tal estrutura de inquérito é seguramente o resultado da aplicação das novas técnicas e métodos ao estudo da população, tendo em vista a projecção e prognóstico mais seguro sobre a evolução demográfica futura e em consonância com tal projecção, a aplicação de correctivos específicos ou medidas mais globais. A ela precisou de recorrer, a título de exemplo, Marino M. Franzini

quando pretendeu estabelecer a justa proporção entre as forças armadas e a nação, isto é a população militar e a civil. E não a podendo encontrar no último censo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1801, teve de lançar mão da Táboa ou Árvore da Vida Humana de Chanal e outras de demógrafos estrangeiros, cujas tabelas aplicou ao caso português.

É no Brasil, de facto, que pela 1.ª vez se aplicam, à escala nacional e em toda a extensão os novos inquéritos, certamente debaixo das instruções do eminente estadista que foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que já fixara e utilizara na Memória que redigiu sobre a Província de Estremadura e que porá em marcha acelerada no Brasil para ordens gerais dos Censos de 1801 e 1808.

Os dados permitem, desde logo, uma aproximação à população total por capitanias e por grupos sociais.

Sistematicamente a população vem distribuída pelos seguintes estados/ /condições: *brancos; índios* (só para a Capitania do Ceará) ou *índios domésticos* (capitania de Rio Grande de S. Pedro e S.ta Catarina); *pretos, livres; pretos, cativos; pardos ou mulatos livres; pardos ou mulatos cativos;* ou *pretos e pardos livres; pretos e pardos cativos.*

1. **Capitania do Rio (com Rio de Janeiro). Ano de 1801**
(com uma população que representa entre 10 e 15% do total)

Grupos	Total	%	Nascimentos	%	Óbitos	%
População branca	112.978	44.8	5.917	46.7	3.111	38.5
Pardos e pretos livres	21.428	8.4	2.141	16.9	1.281	15.8
Pardos e pretos cativos	117.693	46.6	4.608	36.3	3.686	45.6
TOTAL	252.099	99.8	12.666	99.9	8.078	99.9

2. **Capitania de S. Paulo. Anos de 1808 e 1809**
(com uma população que representa em 1808, 8.3% do total)

Grupos	Total (1808)	%	Total (1809)	%
Brancos	102.156	53.6	105.086	53.7
Mulatos livres	41.064	21.5	40.732	20.8
Pretos livres	3.167	1.6	4.595	2.3
Mulatos cativos	10.044	5.2	11.580	5.9
Pretos cativos	33.989	17.8	33.409	17.0
TOTAL	190.420	99.7	195.402	99.7

3. Capitania do Ceará. Ano de 1813

Grupos	Dados fornecidos pelos párocos	%	Dados fornecidos pelos capitães/mores	%
Brancos	36.048	27.4	41.571	27.8
Mulatos livres	53.596	40.8	68.025	45.5
Pretos livres	10.499	8.0	13.197	8.8
Mulatos cativos	8.974	6.8	6.336	4.2
Pretos cativos	11.083	8.4	10.862	7.2
Índios	10.890	8.3	9.206	6.1
TOTAL	131.090		149.197	

4. Capitania do Rio Grande e S.ta Catarina (s/d)

Grupos	Total	%	Nascimentos	%	Óbitos	%
Brancos	44.636	65.4	2.275	71.6	1.175	60.2
Pardos livres	2.769	4.0	186	5.8	158	8.1
Pretos livres	1.469	2.1	95	2.9	53	2.7
Pardos e pretos cativos	19.339	28.3	618	19.4	564	28.9
TOTAL	68.213		3.174		1.950	

A análise e confrontação dos dados das capitanias observadas permitem-se verificar, em primeiro lugar: *a)* a *grande variedade da composição étnica* da população brasileira, variedade, que resulta não só da amplitude dos seus espaços geográficos e da constituição étnica originária, mas também da constituição económica e das relações e contactos exteriores muito diversificados.

Repartição percentual dos grupos étnicos

Grupos	Rio (1801)	S. Paulo (1808)	Ceará (1813)	Rio Grande S. Pedro S.ta Catarina (s.d.)
Brancos	44.8	53.6	27.4	65.4
Mulatos	—	26.7	47.6	—
Pretos	—	19.5	16.4	—
Pretos e mulatos	55.0	46.2 (a)	64.0 (a)	34.4
Índios	—	—	8.3	—

(a) Total dos grupos anteriores

Permite constatar: *b)* uma sociedade ainda profundamente marcada pelo regime colonial, onde a *liberdade* é um apanágio quase exclusivo do homem branco ou do mulato, isto vésperas da proibição, em 1815, do tráfego de escravos a N. do Equador, que tantas repercussões virá a ter na constituição e estrutura demográfica futura da colónia.

Repartição percentual da população livre e escrava (no total)

População livre	**Rio (1801)**	**S. Paulo (1808)**	**Ceará (1813)**	**Rio Grande de S. Pedro e S.ta Catarina**
Brancos	44.8	53.6	27.4	65.4
Mulatos	—	21.5	40.8	4.0
Pretos	—	1.6	8.0	2.1
Pretos e mulatos	8.4	—	—	—
População escrava				
Mulatos	—	5.2	6.8	—
Pretos	—	17.8	8.4	—
Pretos e mulatos	46.6			28.3

Repartição percentual da população livre e escrava
(no interior do próprio grupo)

1. **População branca** — Totalmente livre				
2. **População livre**	**Rio (1801)**	**S. Paulo (1808)**	**Ceará (1813)**	**Rio Grande de S. Pedro e S.ta Catarina**
Mulatos	—	46.5	63.6	11.7
Pretos	—	3.5	12.4	6.2
Pretos e mulatos	15.4	—	—	—
População escrava				
Mulatos	—	11.3	10.6	—
Pretos	—	38.5	13.2	—
Pretos e mulatos	84.6	—		82.0

Permite verificar, também: *c)* um regime demográfico fortemente diferenciado por etnias, com a marca profunda da respectiva da condição social, como se pode verificar com os casos da:

Capitania de Rio de Janeiro

Grupos	Taxa de natalidade (por mil)	Taxa de mortalidade (por mil)
População branca	53.3	27.5
Pardos e pretos livres	99.9	59.7
Pardos e pretos cativos	39.5	31.3

O que dá para o total da população livre uma taxa de natalidade de 59.9 contra 39.5 para a escrava e uma taxa de mortalidade para a população livre na ordem dos 32.6 contra 31.3 para a população escrava.

E como se pode também verificar para a Capitania de Rio Grande de S. Pedro e S.ta Catarina:

Capitania de Rio Grande de S. Pedro e S.ta Catarina (s./d.)

Grupos	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade
Brancos	50.9	25.3
Pardos livres	67.1	57.0
Pretos livres	64.6	36.0
Pardos e pretos cativos	31.9	29.1

O que se traduz para o total da população livre uma taxa de natalidade de 52.2 contra 31.9 para a escrava e de 28.3 de mortalidade para os livres contra 29.1 para os cativos.

A análise dos variáveis demográficos permite, pois, falar de um maior dinamismo e crescimento das classes livres relativamente às escravas, e dentro daquelas, dos pretos e mulatos livres. Face às baixas taxas de natalidade, agravada pelas maiores dificuldades ou mesmo ameaças ao futuro transporte de escravos para o Brasil, não admira que, em breve, os poderes públicos e os mais esclarecidos se empenhem na protecção aos negros ou na sua libertação. E por outro lado, o maior dinamismo do crescimento dos pretos e mulatos irá marcar mais claramente a posição e o papel desempenhado por este grupo étnico na história social do Brasil, a caminho da independência.

BREVE INDICAÇÃO DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE SUPORTE AO TEXTO:

A.D. BRAGA / U.M., *Inventário do fundo de Manuscritos do Conde da Barca,* elaborado por N. Daupias d'Alcochete (inédito).

A.D. BRAGA / U.M., *Fundo B.O.*, cx 40.

JAIME CORTESÃO — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid,* Livros Horizonte, 1984. Obras Completas de Jaime Cortesão.

MARINO MIGUEL FRANZINI — *Reflexões sobre a povoação do Reino de Portugal e Ilhas Atlânticas* (A.D.B./U.M., *Fundo B.O.*, cx 36).

IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO, 1750-1522. Coordenação de Maria Beatriz Mizza da Silva, 1986.

JOSÉ V. CAPELA — «O Tratado de 1810 com a Inglaterra e a ruína das Indústrias Nacionais. Uma crítica de António de Araújo Azevedo, Conde da Barca» in *Bracara Augusta*, vol. XI (Separata).

O Minho nas Monografias

(sécs. XIX-XX)

Notas para uma revisão sistemática dos estudos locais *

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA **

Este artigo é a versão corrigida e ampliada da comunicação que apresentei ao *1.º Encontro Minho: Identidade e Mudança* (Braga, 6 e 7 de Dezembro de 1990). Tinha, então, como principal fonte inspiradora a intervenção de Augusto Santos Silva (1984), feita num Seminário sobre Estudos Locais, e como objectivo essencial contribuir para a temática geral desse Encontro de uma forma algo inusitada: redescobrir e valorizar a natureza e as potencialidades de uma região a partir da produção monografista, surgida desde os alvores do séc. XIX até hoje.

A escolha deste enfoque radicou na premissa de que sem tais instrumentos de descrição e de análise é quase impossível atingir um adequado conhecimento das realidades locais, fundamentador de políticas de regionalização globalmente correctas e viáveis [1].

---

* A preparação deste texto só foi possível graças à confluência de vários apoios. Destaco, em primeiro lugar, o estímulo e a colaboração do meu colega e amigo, Dr. Henrique Barreto Nunes. Em segundo, uma palavra de agradecimento para outro colega e amigo: o Dr. Augusto Santos Silva, que me autorizou a usar dados expostos numa palestra proferida em 1984. Não posso esquecer, também, a forma prestável como os Drs. Daniel Ribeiro, Maria João Calheiros, Manuela Barreto, António de Sousa Araújo, Ernesto Castro Leal e Sr. Carlos Basto souberam preencher muitas lacunas do texto e do levantamento bibliográfico incluido em anexo.

** Assistente de Investigação (Universidade do Minho)

[1] A este propósito, Augusto Santos SILVA expressou, no sugestivo artigo *A Utilidade das Monografias Locais*, publicado no «Jornal de Notícias» de 23/08/1983, idêntica opinião: «*Ora enquanto modos de conhecimento de realidades sociais, as monografias locais e regionais possuem — para lá das virtualidades indiscutíveis do método de estudos de casos, no campo da pesquisa científico-social, e do interesse genérico enquanto instrumentos de interesse para o inventário do país que vamos sendo — uma*

Propôr uma pesquisa, uma reflexão e um debate sobre o Minho do presente e do futuro, avançando de trás, isto é, do passado para a frente constituiu, afinal, o sentido último do meu contributo, assente num esquema em cinco pontos:

1. História da evolução dos estudos locais e das diversas formulações teóricas e metodológicas tecidas, até agora, sobre eles.
2. Quadro geral (por amostragem) das referências ao Minho em trabalhos monográficos de âmbito nacional.
3. Análise das principais monografias sobre o Minho à luz da perspectiva crítica consagrada no primeiro ponto.
4. Recensão crítica e geral das partes, ou seja, das monografias relativas às terras e aos concelhos da província alto e baixo minhota (ou sub-região, porque parte integrante de um espaço maior: a região norte), complementada por um primeiro *levantamento bibliográfico dos estudos locais minhotos (ver Apêndice-4).*
5. Projecção de um modelo alternativo que ouse desafiar o futuro.

1

O termo monografia, apesar da equivocidade que lhe é própria, tem sido vulgarmente identificado com o recitativo de incidência local, que descreve as características geo-morfológicas de um espaço — freguesias, concelhos ou regiões —, que narra as origens e os sucessos da história política, administrativa, económica, religiosa e artística dos homens aí sedeados, que evoca, enfim, *«as mais complexas e completas manifestações do seu viver social»* (Laranjo Coelho 1935: 6). Trata-se de um sentido específico e único, que só recentemente encontrou réplica adequada numa expressão, a meu ver, mais ampla e sugestiva — *estudos locais*. Mais ampla porque consagra, em definitivo, a vocação tanto investigativa, como pluri e interdisciplinar de tais cometimentos discursivos e mais sugestiva porque não oculta a forte componente espacial dos mesmos.

A par destas duas designações há ainda uma terceira, que tende a generalizar-se. Trata-se da expressão *monografia local*.

---

evidente utilidade pública, a curto prazo. Elas deveriam servir de suporte — um dos suportes — das estratégias de regionalização. Na verdade, só através de monografias, teoricamente actualizadas e institucionalmente coordenadas, seremos capazes de aperceber analiticamente — ou seja, para além das simples intuições, das ideias feitas ou das receitas abstractas e universais — a cultura, a história, a estruturação social própria de cada região, e assim tê-las em conta na nossa acção sobre ela».

Mas por mais importantes e úteis que as precisões terminológicas possam ser, prefiro avançar por outros caminhos, traçando de imediato uma breve panorâmica da evolução semântica que o processo monográfico ou, dito de outro modo, que a prática dos estudos locais teve em Portugal na época contemporânea.

Até 1847 — ano da publicação da portaria de 8 de Novembro, em que é exigida a cada Câmara a organização regular dos «Anais do Município» *(ver Apêndice-2)* — sucederam-se vários marcos e a sua soma dá um percurso digno de ser evocado *(ver Apêndice-1)*.

Na prática, essa lei de 47 foi quase letra morta, mas a conjugação de certos factores decisivos como a sobrevivência do «espírito antiquarista» de setecentos, a expansão do romantismo e a afirmação ideo-política do Estado Nação proporcionou o fomento irreversível dos estudos locais em três importantes direcções:

— a corográfica e afins;
— a literária: crónicas de viagens ou guias de carácter histórico-turístico, como os do caminho de ferro; e
— a erudição histórica: apontamentos e/ou subsídios para a história de...

No género corográfico merece especial destaque o paradigma inscrito na obra do P.e Carvalho da Costa, enfatizado mais tarde no utilizadíssimo (não obstante os muitos erros e fantasias) *Portugal Antigo e Moderno* (1873-1890) de Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia. No género literário impôs-se a retórica cravejada de um lirismo estéril. E, por fim, no género historiográfico começou por predominar um pré-positivismo resultante da falta de apoio arquivístico mínimo (inexistência de Arquivos organizados e de crítica de fontes) e caracterizado pela colagem cronológica de factos passados, geralmente rematada sob a forma de um guia «turístico-monumental» do presente: ilustra-o a obra *O Bairro Alto de Lisboa* (1879) de Júlio Castilho (autor, também, da monumental obra *Lisboa Antiga. Bairro Orientaes,* concebida como um vasto repositório de informação histórica, arqueológica, artística, etc.).

O desenvolvimento destes géneros e, especialmente, dos dois últimos ficou a dever-se, na sua maioria, a autores naturais ou filhos adoptivos das localidades tratadas: padres, escritores-literatos, funcionários administrativos ou ainda notáveis locais. Em comum tinham, sobretudo, a mesma motivação essencial, que impeliu mestre António a imprimir o seu *Tratado* em 1512, ou seja, a expressão clara de um grande amor pela terra e o desejo de a glorificar.

Feita sem quaisquer apoios de carácter institucional, essa apologia das virtudes da terra não se fundava, contudo, num mero sentimentalismo. Os seus

objectivos implícitos eram, pelo contrário, bastante concretos: defender vários melhoramentos para a terra, estimular uma forte consciência bairrista e reforçar o prestígio local do próprio autor.

Com o tempo e à medida que ia chegando de França a influência positivista, o processo monográfico foi-se abrindo à preponderância da matriz histórica (evocação das origens e narrativa encadeada dos factos eclesiásticos, político-administrativos, militares...), sem no entanto se desligar da corográfica e sem também deixar de aderir, muito em breve, ao paradigma etnografista de Leite de Vasconcelos.

Refira-se, a propósito, que a lição precursora de Alexandre Herculano, corporizada exemplarmente na base documental dos *Portugaliae Monumenta Historica,* não foi, de modo algum, estranha a essa inflexão.

A introdução da metodologia positivista fez-se sentir, como é sabido, na produção historiográfica tanto a nível nacional, como a nível local e teve como consequência imediata uma nova atitude perante os acervos documentais e os vestígios arqueológicos. A consulta directa de fontes manuscritas, de origem e natureza diversas, instituiu-se como alternativa ao uso e abuso dos tratadistas antigos e dos corógrafos modernos (séc. XVIII), orientando o trabalho erudito no sentido da busca, salvaguarda e tratamento do material arquivístico.

Não foi tarefa fácil, nem tão pouco linear, mas mesmo assim há um conjunto significativo de casos que a ilustram evolutivamente: em 1866 saía no *Jornal do Povo* a 1.ª edição da *Notícia Descritiva da Muito Nobre e Antiga Vila de Barcelos* escrita por A. M. do Amaral Ribeiro, com a particularidade interessante de recorrer frequentemente a dados inéditos extraídos de livros dos cartórios notarial e municipal, de treslados de escrituras e de instituições vinculares e ainda de correspondência oficial e particular; em 1877 era impresso nas oficinas da Universidade de Coimbra um opúsculo do estudioso vianense Luís Figueiredo da Guerra intitulado *Esboço histórico. Viana do Castelo,* onde se pode apreciar a capacidade do historiador erudito para combinar o conhecimento dos autores gregos e latinos, de velhas crónicas e de tratados medievais e modernos com a consulta directa quer de testemunhos epigráficos e arqueológicos, quer de documentos existentes em cartórios civis e eclesiásticos, públicos e privados; nesse mesmo ano Alberto Pimentel publicava a sua *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal,* feita segundo a metodologia usada também pelo anterior, mas de que resultou obra mais rica, completa e documentalmente muito recheada (*ver Apêndice-3a*); em 1885 e nos anos seguintes (até 1904) eram dados à estampa os 15 volumes dos *Elementos para a História do Município de Lisboa,* organizados pelo arquivista da Câmara Municipal Eduardo Freire de Oliveira e logo convertidos em modelo da publicação integral de fontes (ver *Apêndice-3*); e, em 1886, Gabriel Pereira começou a editar (em cadernos

temáticos) os seus *Estudos Eborenses,* nos quais a pesquisa documental (assistemática, mas rigorosa) surge claramente assumida como sólido pilar da historiografia local [2].

As duas últimas décadas do séc. XIX, marcadas por uma rica e complexa conjuntura sócio-económica, ideo-política e cultural, foram, na verdade, o período genésico do que me atrevo a designar por monografia-tipo contemporânea, ou seja, todo aquele trabalho de base historiográfica que concatena à maneira positivista informações documentais com referências arqueológicas, artísticas e etnográficas num certo espaço geográfico, assinalado pelo imprescindível mapa ou carta do território (por exemplo, o concelho com suas freguesias), mantendo subjacentes — e até reforçados — o amor pela terra e a apologia das suas virtudes. Um figurino aliciante, para o qual muito contribuiram novas condições institucionais: a imprensa abriu-se por completo à difusão dos estudos locais; os párocos foram aderindo a tais projectos; com um nítido atraso relativamente à França e à Inglaterra [3], começaram a surgir as associações de sábios (as *«sociétés de savants»* francesas), como a *Sociedade Martins Sarmento* em Guimarães (1882) ou *O Instituto* de Coimbra, vocacionadas para um desenvolvimento pluridisciplinar desses estudos; e, ligadas ou não a essas sociedades, fundaram-se revistas (a *Revista de Guimarães,* a *Revista do Minho* ou *A Tradição)* que viriam a abarcar múltiplas abordagens (literárias e científicas) da realidade envolvente.

A nítida e progressiva presença de elementos etnográficos no corpo da monografia-tipo, nascida em fins de oitocentos, explica-se pelo poderoso paradigma etnografista, introduzido cientifica e institucionalmente por José Leite de Vasconcelos [4], o qual veio a ser secundado no norte pelo grupo da *Portugália. Materiais para o estudo do povo português* (Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, entre outros). Um paradigma descritivo (baseado na observação directa) que invadia campos disciplinares diversos, como a Filologia, a

---

[2] Denominador comum da erudição de um Gabriel Pereira ou de um Figueiredo da Guerra ou até de um Martins Sarmento e de um Alberto Sampaio foi a atenção que todos eles dispensaram não apenas ao documento escrito (de preferência manuscrito), mas também àquilo que JoãoRosa (organizador e anotador dos Estudos Diversos de gabriel Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934) chamou de «documentário histórico, artístico e arqueológico».

[3] Segundo AMBLER, R. W. data do 1.º quartel do séc. XIX a intensa disseminação e incremento de «sociedades antiquárias» debruçadas sobre o passado da respectiva localidade (Id. — *Uma disciplina para adultos — A História local no ensino de adultos em Inglaterra.* «Revista Portuguesa de Pedagogia», Coimbra, 24, 1990, p. 431-450).

[4] O «império» científico-institucional que Leite de Vasconcelos teve mérito e a sorte de Criar assentou na sua obra, de que destaco os 7 volumes da célebre *Etnografia Portuguesa,* em revistas como a *Revista Lusitana. Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal* e no Museu Etnológico.

Arqueologia ou a História, e que oferecia a possibilidade de uma caracterização tradicional (ou definição da identidade sócio-cultural) das populações monografadas, tão sugestiva e tentadora, quanto perigosa; é que ela podia prestar-se a grosseiras interpretações bairristas!

A par desse modelo e na mesma época surgiram outros não menos inovadores e estimulantes, que, no entanto, passaram quase desapercebidos. Refiro-me, em concreto, às propostas de Oliveira Martins e de Frederico Laranjo e ainda aos «protótipos» de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Pinto Carvalho (Tinop).

Enquanto Oliveira Martins, fiel ao seu sociologismo, defendia o fortalecimento dos estudos locais num quadro histórico evolutivo, que acabava por valorizar a actualidade, Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, incitava os seus alunos a produzirem sobre as suas terras de origem monografias voltadas para os aspectos económicos e demográficos (ver *Apêndice-3*): dois exemplos apreciáveis desta tendência foram o trabalho de Graça Afreixo *Memória histórico-económica do concelho de Serpa* (1884) e o de Álvaro Maria de Fornelos *Memória histórica do concelho de Mesão-Frio* (1886). Próximo da ideia de Laranjo andou o decreto de 17 de Julho de 1909 do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, António Alfredo Barjona de Freitas, que instituía um concurso anual de *Monografias de freguesias rurais* para servir de *«ensaio e início do inquerito geral à vida economica da nação portuguesa, cuja necessidade todos reconhecem» (ver Apêndice-2).*

Trabalhos igualmente práticos, que pressupunham, contudo, a existência de uma perspectiva teórica própria, foram os de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Tinop: o primeiro — abastado proprietário minhoto e erudito típico da sua época — ergueu, através de estudos como *As Vilas do Norte de Portugal* ou *O Minho rural e industrial,* os alicerces de uma História económica regional, que só cerca de 60 anos mais tarde começaria a ser devidamente apreciada (Alberto Sampaio 1923); o segundo — latifundiário elvense, amigo e conterrâneo de António Tomás Pires, etnógrafo bem relacionado com Adolfo Coelho, Teófilo Braga[5] e, principalmente, com Leite de Vasconcelos — procedeu a um minucioso registo/inquérito sobre a estrutura da propriedade alentejana, a organização do trabalho rural, a caracterização do pessoal empregue, a tipologia das alfaias agrícolas e os sistemas de cultivo (Silva Picão 1983); finalmente, o terceiro publicou em 1903 um interessante estudo

[5] Da vasta obra deste eminente cultor do positivismo em Portugal, limito-me a destacar aqui *O Povo Português* (2 vols., 1885), considerada por Jorge Freitas Branco como *«a fase mais acabada, de componente expressamente etnográfica, na obra de Teófilo Braga»* (Cf. BRANCO, Jorge Freitas — *A Propósito da Presente Reedição,* in BRAGA, Teófilo — *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições.* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 16).

histórico e analítico do Fado, bem documentado e escrito de forma assaz sugestiva, onde acabamos por encontrar um deslumbrante retrato da sociedade lisboeta dessa época (Pinto de Carvalho 1982).

Entre a década de 80 e o 1.º quartel do séc. XX houve uma primeira grande proliferação de monografias locais e regionais e um assinalável incremento da perspectiva turístico-cultural, expressa em roteiros mais ou menos corográficos como *O Minho pittoresco* de José Augusto Vieira (1886), o *Barcellos. Guia illustrado* de Joaquim Leitão (1908) ou o *Manuel du Voyageur en Portugal* de Mendonça e Costa (editado pela «Propaganda de Portugal» nesse mesmo ano). O peso dessa perspectiva na produção monografista foi aumentando significativamente, impondo-se durante a vigência do Estado Novo como expediente predilecto dos organismos oficiais de propaganda (especialmente o *Secretariado Nacional de Informação, de Cultura Popular e de Turismo):* permitia, por um lado, exibir para fora, para o estrangeiro um perfil imaculado do país e, por outro, promover no seu seio a actividade turística e comercial.

Conscientes da força e da importância que os estudos locais mostravam ter e preocupados com os riscos (perda de rigor científico e produção de meros estereótipos) que o seu êxito podia comportar, Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo decidiram introduzir uma certa ordem no processo.

O primeiro (Manuel Silva 1913: 182-183) publicou um brevíssimo texto de duas páginas — *Schema d'historia local* — contendo um programa concreto ou, se se preferir, um plano inspirador para a redacção de qualquer monografia local *(ver Apêndice-3d),* precedido destas importantes considerações:

> Comquanto em Portugal não haja ainda, rigorosamente, uma methodologia d'estes estudos e, sobre tudo, uma organisação de caracter official e sufficientemente dotada para tal fim, ao invez do que se vai fazendo na visinha Hespanha e de que a Revista de Historia deu minuciosa e interessante noticia, a pag. 263/70 do N.º 4, é certo que, d'onde a donde, surgem collaboradores para essa grande obra de reconstituição scientifica da Historia patria, offerecendo, é certo, generoso e espontaneo concurso, mas demonstrando ainda defeituoso norteamento no trabalho e ingenuo espirito de critica, na selecção dos elementos colhidos.
>
> Em assumpto de tanta monta, pois d'elle depende a solidez da construcção d'um monumento nacional, não serão demasiadas todas as cautelas e o estabelecimento d'uma apertada fiscalisação das origens e historia das localidades. Muita coisa corre com foros d'authenticidade, quando não passa da espherada anedocta ou da lenda: muitas datas se contradizem e muitos factos estão ainda

> eivados d'inexactidão que os falsificam e annulam, tudo porque, até ha pouco, Historia tem sido amontoar datas, nomes e ocorrencias, sem contraprova e sem assento racional de causas e ffeitos.

Por sua vez, o segundo (Fidelino de Figueiredo 1915: 185-189) enviou para o Director da *Limiana. Revista literária pontelimense,* uma curiosíssima carta-artigo, na qual começa por dizer que *«uma revista local, sem excluir propositos litterarios, póde sobremaneira contribuir para o desenvolvimento e avigoramento do tradicionalismo local, dando a base racional ao sentimento da terra e arraigando o espírito municipalista»*. Propõe, de seguida, que o país seja dividido em províncias históricas — divisão, a seu ver, mais sensata que a administrativa em distritos —; que nas capitais dessas províncias a publicação de uma revista devia visar a divulgação, narrando *«acontecimentos das guerras peninsulares e civis, da política nacional, etc.»* e explicando *«todas as curiosidades historicas, padrões, brazões, palacios, templos, castellos, pelourinhos, quadros, ruinas, etc»* e que, ao mesmo tempo, *«por quotização entre as municipalidades»*, se deviam publicar *«volumes de documentos dos archivos publicos e particulares, elaborados todos de accordo com um plano préviamente estabelecido, quanto à maneira de extractar, de grupar e de classificar, de fazer os indices, etc.»*. Opina ainda: *«quando alguns eruditos houvessem elaborado as suas monographias locaes, seria possivel incluir no programma do ensino primario, como ha tanto tempo se deseja, um capitulo sobre a historia da região ou da cidade ou da villa, em que a creança passa a sua infancia e na qual trabalhará, quando adulto»*. Mais adiante lembra a necessidade de subordinar as monografias locais *«a um plano geral, a um mesmo typo que preveja omissões e que impeça superfluas ostentações de erudição, nem sempre guiadas por um severo espirito critico»* (cita, a propósito, o artigo de Manuel Silva). E, por fim, conclui, recuperando para a prática da história local o exemplo de Herculano:

> Os que advogam uma politica municipalista e regionalista e nesse sentido se começa a esboçar um pequeno movimento — encontrariam na historia local a base para o seu systema, pois que para cada municipio particular será preciso fazer o que Herculano fez para a instituição geral, accordá-lo. A legitimidade da descentralização administrativa póde defender-se, mas o que, sem se activarem os estudos de historia local, se não pode affirmar é que a tradição municipal perdurasse, através de toda a historia patria, viva e pura.

Manuel Silva e Fidelino de Figieiredo foram particularmente sensíveis ao clima de revivalismo municipalista e regionalista que, então, muito se fez

sentir. Por imperativos positivistas perfilharam a hegemonização de uma concepção única de fazer história (distanciada da mera curiosidade anedótica e valorizadora da função interpretativa no plano amplo das ciências sociais), tanto através dos diversos graus do ensino, como dos eruditos locais. É que a História era — e não só para eles, mas também para outros eruditos coevos — a coluna vertebral dos estudos que deveriam ser feitos nas aldeias, nos concelhos ou nas províncias.

Volvidos catorze anos, mais precisamente em 1926, Tito de Sousa Larcher publicava em Leiria um primeiro (mas, ao que sei, único) volume dos *Estudos de Regionalismo* (Sousa Larcher 1926) com o subtítulo *Divisão provincial em Portugal e especialmente a delimitação da região centro* a que juntou como complemento final *«uma tese, que tinha preparada para o Congresso Municipalista, que não se chegou a realisar, e cujas conclusões já tinham sido aprovadas no Congresso de Educação Popular promovido pela Universidade Livre com sede em Lisboa intitulada — Os Arquivos, Bibliotecas e Museus»*. Esta tese parte da discussão em torno dos modelos de divisão geográfico-administrativa, com destaque para o modelo tradicional[6], e da defesa do seguinte princípio: na *«grande divisão administrativa, devemos atender à tendência manifesta, e já em parte em realização prática, de três grandes regiões»* — Norte, Centro e Sul. E acaba na formulação de uma curiosa proposta estruturante, pensada mais para o presente e o futuro, mas com óbvias implicações monografistas *(ver Apêndice-3g)* e com um forte sentido corporativo.

Desse mesmo ano data um pequeno artigo de Possidónio Mateus Laranjo Coelho, intitulado *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral portuguesa* (Laranjo Coelho 1926: 285-303) e que contém uma espécie de balanço sumário da historiografia local. Para Laranjo Coelho a importância desta disciplina radica no axioma segundo o qual é *«impossível fazer a história interna de um país, completa, em todos os seus*

[6] Sousa Larcher resumiu-a assim: *«A divisão tradicional, é a que estabeleceu as cinco províncias, não porque correspondessem a condições étnicas, ou de interesses sociais diversos, mas para melhor conhecer a situação das localidades, em relação ao país, e assim foi que ao firmarem o seu domínio além das suas fronteiras, os habitantes do primitivo Condado Portucalense passaram a chamar Além dos Montes ou Trás-os-Montes, ao terreno que primeiro conquistaram, ficando a parte inicial a ser designada por entre Douro e Minho, ou Aquém dos Montes. // Atravessando o Douro, chamaram Beira, à parte do terreno que lhes ficava ali à beira enquanto ao litoral, situado in extrema Durius, se designou por Extremadura, e que se estendia desde a foz do Douro até à do Tejo —, tendo-lhe sido tirado no reinado de D. Duarte, a favor do Minho —, Gaia, Vila Nova, e mais tarde Feira. // Tudo o mais, além do Tejo, ficou sendo designado por Além Tejo, compreendendo o Algarve e Além Guadiana. // Foi esta a divisão provincial que durou até fins do Século XVI, e que parece se estendeu talvez pelo século XVII»*.

multíplices aspectos e nas mais variadas manifestações da sua actividade, sem o auxílio e os elementos indispensáveis que só as monografias exactas e minuciosamente elaboradas das suas localidades lhe podem fornecer» (p. 285). Na sua opinião, convinha, pois, apostar em tais estudos e garantir a sua feitura de acordo com o espírito crítico e científico prevalecente nos meios académicos e convinha ainda tomar como exemplo os melhores esforços produzidos no país e no estrangeiro [7].

Nesse artigo são citadas valiosas contribuições: os inquéritos corográficos da Academia Real da História; a obra e o movimento que Alexandre Herculano (directo inspirador da Portaria de 1847, atrás citada) lançou sobre o municipalismo; as colecções de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa; os trabalhos de eruditos locais[8] como o Abade de Baçal, P.e Francisco Manuel Alves (Oliveira Marques 1988: 85-91), monografista, algo peculiar no seu tempo, que se soube defender da retórica vazia do bairrismo, transmitindo nas suas *Memórias*

[7] Segundo Laranjo Coelho eram vários os países europeus que haviam compreendido as vantagens das monografias locais: a Alemanha, a Itália, a Suíça, a França e a visinha Espanha. Mas foram estes dois últimos os que mais prenderam a sua atenção. Do primeiro escreveu: «*vastos exemplos nos poderá dar a França, já com valiosas contribuições de toda a ordem no estudo da história local, estudo que hoje ali se faz num laborioso e fecundo afã de que nos dão testemunho as interessantes monografias publicadas ou anunciadas na bela revista de erudição, Bibliothéque de l'ecole des Chartes*» (1926: 288). E do segundo destacou a obra do *Centro de Estudios Historicos*, dizendo que «*é já notável a sua tarefa nas differentes secções em que distribuiu os diversos trabalhos do seu estudo, entre os quais se incluiu também a preparação de monografias locais baseadas nas fontes autênticas de informação histórica. Nesse sentido as missões scientificas organizadas pelo Centro têm feito a exploração metódica dos materiais inéditos do seu Arquivo Histórico Nacional e de outros, dos cartulários e documentos soltos procedentes de várias igrejas e mosteiros, emfim tem recolhido e estudado, numa tarefa digna de se enaltecer e imitar, tudo quanto possa ser fonte de conhecimento histórico*» (1926: 290).

[8] Laranjo Coelho, no fim do artigo que tenho estado a seguir de perto, evoca-os da seguinte forma: «*Notáveis e beneméritos são também os estudos feitos e os materiais acumulados pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, no Museu de Belém, como valiosas são também as contribuições de Gabriel Pereira, sôbre Évora, de António Tomás Pires, sôbre Elvas, as monografias de conscienciosa observação sôbre o Algarve, do Dr. Ataíde de Oliveira, sôbre Ferreira do Zézere, do Dr. António Baião, as publicações de interessantes documentos sôbre Viana do Castelo, de Figueiredo da Guerra, e sôbre Braga, de José de Sousa Machado, os elementos para um dicionário de geografia e história do concelho de Elvas, de Vitorino de Almada, os materiaes para a história da Figueira da Foz, do Dr. Santos Rocha e o boletim da Sociedade Arqueológica, da mesma cidade, as Memórias Arqueológicas e Históricas da cidade do Pôrto e a monografia sôbre Vila do Conde e seu Alfoz, de Monsenhor J. Augusto Ferreira, o Distrito de Aveiro, de Marques Gomes, o Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, de Belizário Pimenta, os estudos arqueológicos do Alto Minho, as monografias do Padre Manuel Aguiar Barreiros sôbre a igreja de Vilar de Frades e outras, o interessante e modelar estudo geográfico intitulado Bacia do Vouga, do professor da Universidade de Coimbra, Dr. Aristides de Amorim Girão, além de outras tentativas úteis correspondendo a uma necessidade real da nossa historiografia*» (Laranjo Coelho, 1926: 302).

Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança (1910-1948) a profunda vivência das realidades locais (Santos Silva 1948); o modelo teórico-prático proposto pelo Professor José Frederico Laranjo; a iniciativa de um grupo de docentes da mesma Universidade materializada, primeiro, no convite em 1909 ao eminente sociólogo Léon Poinsard para aí fazer uma série de conferências, destinadas a divulgar os métodos e processos empregues nas monografias dos pequenos agregados urbanos e, depois, na publicação, em português, de um trabalho de vulgarização dessa matéria [9]; e ainda os questionários que, na linha dos inquéritos de setecentos, foram surgindo como, por exemplo, o que a *Comissão dos Monumentos Nacionais* fez imprimir em 1894, a fim de obter dados para o estudo da arqueologia portuguesa (Arqueólogo Português, 1896: 237-238).

Projecto idêntico ao que acabei de examinar, mas mais desenvolvido, viria a ser glosado pelo mesmo autor nas lições proferidas na Academia das Ciências de Lisboa em 27 e 30 de Outubro de 1934 e editadas por esta mesma entidade no ano seguinte (Laranjo Coelho 1935).

Enquadrada profundamente na tradição positivista e reduzida ao campo da História, a mensagem de Laranjo Coelho e confrades não teve no quadro ideológico e institucional do Estado Novo o acolhimento devido, apesar da relativa vitalidade da monografia-tipo contemporânea, que vinha, como já disse, de finais do século passado, e do interesse que um homem do regime — e ilustre professor universitário — dedicou ao tema. Refiro-me a Marcelo Caetano e ao seu injustamente esquecido «plano» para a elaboração de monografias sobre os concelhos portugueses (*ver Apêndice 3f*).

A alteração dos pressupostos políticos, tais como a descentralização, o regionalismo e a democracia, que animaram a produção monografista durante os últimos tempos da Monarquia e toda a 1.ª República, as dificuldades sentidas pela Inspecção-Geral de Bibliotecas e Arquivos (à frente da qual viria a estar durante muito tempo Júlio Dantas) no estabelecimento de uma eficaz e sistemática política arquivística, tendente a promover a salvaguarda, o tratamento e a divulgação do património documental (Manuel Real 1987: 207-246), a «esclerose» de certas entidades a quem competia contribuir para o revigoramento científico no

---

[9] Tem por título *O Estudo dos agrupamentos sociais pelo método monográfico segundo F. Le Play e H. de Tourville, notícia seguida do Quadro da classificação dos factos sociais de H. de Tourville e dum Ensaio de Classificação das sociedades segundo Demolins*. Coimbra, Edição do Dr. Serras e Silva, 1909.

Sobre a influência da escola sociológica de Le Play nos estudos locais portugueses do 1.º quartel deste século veja-se: MEDEIROS, Fernando — *Groupes domestiques et habitat rural dans le nord du Portugal. La contribution de l'école de Le Play (1908-1934)*, in «Les Campagnes portugaises de 1870 a 1930: image et realité. Actes du colloque, Aix-en-Provence, 2-4 Decembre 1982». Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1985, p. 215-241.

país ou a manifesta insuficiência da válida acção de umas poucas, a primazia dada ao elogio literário da paisagem, da rusticidade e à propaganda «nacional-folclorista» com fins turísticos, que teve no *Museu de Arte Popular* do *Secretariado Nacional de Informação* um dos seus instrumentos mais sofisticados, são alguns dos factores que ajudam a compreender o panorama dos estudos locais portugueses de 1926 a 1974.

Nos primeiros tempos da autarcia salazarista o ideal regionalista ainda persistiu aqui e além, no seio de pequenos grupos de notáveis (unidos entre si por laços de um tipo de convivialidade em vias de extinção) e das «bolsas» de resistência ao Estado Novo, não tardando, porém, a diluir-se na linha oficial do regime. Com o volver dos anos foram-se somando algumas iniciativas dignas de registo: a continuação dos esforços de Júlio Dantas com vista à organização do património bibliográfico e arquivístico nacional (Manuel Real 1987: 214-220); a publicação do precioso e paradigmático *Guia de Portugal*, promovida pela *Biblioteca Nacional de Lisboa* e prosseguida pela *Fundação Calouste Gulbenkian* (em 5 volumes, de 1924 a 1970); a abertura de um concurso *A aldeia mais portuguesa de Portugal*, em cujo regulamento, publicado a 7 de Fevereiro de 1938, se expressa a intenção de preservar o *«povo das aldeias»* das *«influências alheias e nocivas»* através do *«renascimento folclórico e etnográfico nacional* (Joaquim Pais de Brito 1982: 511-532); a introdução do modelo geográfico de Amorim Girão, acrescido dos trabalhos de Orlando Ribeiro; a divulgação em 1948 e através do *Instituto Para a Alta Cultural Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* da primeira *«de uma série de sondagens etnográficas que sirvam de base a trabalhos de comparação, interpretação e síntese de maior amplitude»* — refiro-me à obra de Jorge Dias, *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária (ver Apêndice-3h);* o repto lançado aos párocos para que escrevessem a história das suas paróquias [10]; e, mais tarde, as *Juntas Distritais* apoiariam a realização de exposições ou de colóquios histórico-etnográficos e promoveriam a edição de revistas e boletins voltados para essa temática, como foi o caso de *O Distrito de Braga*, do *Distrito de Aveiro* ou da revista *Beira Alta*.

Mas foi, principalmente, na década de 60 que o papel desses e de outros organismos oficiais melhor se desenvolveu.

Ocorre-me, aliás, referir o louvável projecto da *Biblioteca Popular de Lisboa* de editar a *Bibliografia Corográfica de Portugal* (1962-1978). Ao mesmo tempo,

---

[10] Colhi esta informação no prefácio da *Monografia da freguesia de S. Lourenço da Montaria do Arciprestado de Viana do Castelo* (Braga, 1942) escrita pelo P.e Francisco José Esteves Bouças. Segundo este autor *«A ideia lançada há tempos de se escrever a história das paróquias católicas de Portugal, células preciosas, se não já orgãos, da vida da Igreja e da nação, através dos séculos, sorriu, desde o seu princípio, ao meu espírito observador e amigo do passado, como aqueles que deveras o são».*

operava-se um forte revigoramento dos estudos etnológicos, com incidência na metrópole e no ultramar (Mário Canova Moutinho 1982: 415-442), graças a um Jorge Dias, a um Ernesto Veiga de Oliveira, a um Fernando Galhano, a um Fernando de Castro Pires de Lima, a um Benjamim Enes Pereira ou a um Eugénio Lapa Carneiro (grande animador do *Museu de Cerâmica Popular Portuguesa*, de Barcelos). Também se intensificou o estudo da arqueologia quer à sombra de velhas instituições como a Associação dos Arqueólogos Portugueses, quer sob os discretos auspícios da Universidade.

No que toca, porém, à elaboração específica de monografias locais pode dizer-se que, à excepção de alguns trabalhos feitos por alunos do ensino superior e profissional sobre a história, as tradições e/ou a evolução demográfica de uma (geralmente a sua) freguesia, vila ou cidade, continuou a campear o amadorismo, a vigorar a monografia-tipo contemporânea com maiores ou menores inflexões turístico-literárias e a prevalecer o velho espírito bairrista.

Após o 25 de Abril de 1974, marco importante na alteração do quadro ideológico e político-institucional condicionador das múltiplas actividades humanas, emergiram novos estímulos e condições para a produção monografista.

Augusto Santos Silva ao fazer o ponto da situação, em 1984, declarou haver duas tendências: por um lado, o esboroamento do bairrismo e, por outro, a aproximação às ciências sociais. No entanto, reconheceu que se observava, também, o ressurgimento do regionalismo típico dos inícios do presente século. Com efeito, a inevitável transição para um novo paradigma não tem sido fácil, enredando-se nas malhas da disparidade.

Anoto, em primeiro lugar, que o óptimo, o menos bom e o medíocre irromperam, nos anos que se seguiram à *Revolução dos Cravos*, um pouco por todo o lado e por efeito de diversos factores que não cabe aqui desenvolver. Bastará, talvez, ver a imprensa dessa época, as actividades culturais promovidas pelas Câmaras e pelas novas e muitas Associações surgidas, a explosão de revistas e boletins, as iniciativas oficiais como aquela que a Direcção-Geral da Divulgação empreendeu através das Edições Terra Livre com a publicação de levantamentos sobre Artes e Tradições feitos por Centros de Estágio de Educação Visual das Escolas Preparatórias de Barcelos, de Portalegre e de Viseu, a espontânea participação das populações na defesa do seu património, as actuações incorrectas de vária ordem e a vários níveis que, ao invés, o têm afectado gravemente, o improviso e ligeireza com que os estudos locais continuaram a ser feitos a par de bons, mas raros, exemplos, para, enfim, se perceber que o processo desencadeado tornou-se rico, profundo, mas também muito desigual e até contraditório.

Reconheço, em segundo lugar, a progressiva afirmação de um novo estilo na feitura dos estudos locais, provocada por um número cada vez maior de licenciados e de estudantes das ciências históricas e sociais incorporados em projectos de iniciativa universitária (provas académicas, trabalhos ligados a Centros de Estudos Históricos, Arqueológicos, Geográficos, etc.) e municipal (criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas, organização dos seus espólios e dos seus fundos bibliográficos e documentais, promoção de campanhas arqueológicas e de exposições etnográficas, etc.), e por uma gradual consciência da vantagem da interdisciplinaridade no âmbito do trabalho científico em geral e na área dos estudos locais em particular. Dois exemplos avulsos apoiam esta impressão positiva: a Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos (Porto) promoveu, em 1984, a realização de um *Seminário de Estudos Locais* [11] e editou, em 1985, o n.º 3 dos Cadernos *Estudos Contemporâneos* dedicado à *Pesquisa e acção cultural local. Questões de método* e dividido em 4 capítulos: I — *Análise sócio-cultural: linguagem, fontes e métodos* (António Manuel Rolo Lucas: 6-31); II — *Os Estudos de história local* (Rui Graça Feijó: 32-45); III — *Como conhecer o património cultural construído* (Margarida Coelho: 46-79); e IV — *Como conhecer o património etnográfico* (Maria Teresa Viana: 80-94); e uma nova aposta editorial, à escala de todo o país começou por ser assumida pelo *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico,* que editou em 1981 a monografia etnográfica do Prof. Viegas Guerreiro *Pitões das Júnias* (próxima do tipo de sondagens de Jorge Dias), sendo pouco depois consagrada por, pelo menos, duas Editoras — as Publicações Dom Quixote, através da importante colecção *Portugal de Perto. Biblioteca de Etnografia e Antropologia* [12] e a Editorial Presença com as colecções *Novos Guias de Portugal* e *Cidades e Vilas de Portugal.*

---

[11] Pode dizer-se que, tendo em conta apenas a sua temática e a natureza das comunicações apresentadas, este Seminário demarca-se claramente dos colóquios promovidos por Academias, Institutos Politécnicos e Escolas Superiores de Educação sobre o papel dinamizador da História Local e Regional. Alguns exemplos: *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do Colóquio* (Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975); o *1.º Encontro de História Local e Regional,* iniciado em Lamego e prolongado depois por Mangualde e Viseu, de 8 a 9 de Julho de 1987; e os Colóquios que, também, nesse ano se realizaram em Portalegre (Setembro) e em Santarém (Novembro).

[12] Em todos os volumes da colecção surge impresso o seu «manifesto»: *«Dois critérios presidem à escolha dos títulos desta colecção, critérios esses já sugeridos no próprio nome que a encabeça — Portugal de Perto. Em primeiro lugar, todos eles se reportam ao espaço português, estudando os mais diversos aspectos da sua cultura (poderíamos dizer: das suas culturas). Em segundo lugar, esse estudo é feito mais ou menos de perto, com base num trabalho de recolha directa, e propõe-se, algumas das vezes, trazer para mais perto fatias do real descuradas ou desconhecidas. Tudo isso nos limites de uma área disciplinar que, grosso modo, vai da Etnografia à Antropologia, e dirigindo-se não só aos estudiosos e especialistas, como também à curiosidade do grande público».*

Sublinho, em terceiro lugar, a crescente valorização das monografias locais enquanto fontes subsidiárias de outros estudos. Um exemplo: *"a utilidade crucial das monografias locais para a investigação antropológica: como fontes secundárias, decerto, mas também e sobretudo, como fontes primárias — «voz local»"* (Joaquim Pais de Brito 1989: 182).

Chamo, por último, a atenção para um facto importante: o renascer de um forte interesse pelos estudos locais estimulou, nestas duas últimas décadas, o aparecimento de algumas propostas metodológicas, que incidiram maioritariamente sobre a História. Facto curioso, que leva a supôr a existência até agora de um maior empenho dos historiadores na revalorização da produção monografista e que nem a recente aposta noutros tipos de abordagem ajuda a desmentir — é o caso do excelente artigo de Jorge Gaspar (1975: 107-152) sobre o tratamento geográfico das aglomerações urbanas portuguesas, do plano de análise monográfica da realidade agrária portuguesa avançado por João Ferreira de Almeida (1977: 789-803), da aliciante perspectiva pluridisciplinar (história, antropologia e sociologia) subjacente aos estudos de comunidade explicitados por Fátima Brandão e Rui Graça Feijó (1984: 489-503) e do guia de levantamento cultural (etnográfico) concebido por Júlio Sousa Martins (1987). E quanto às referidas propostas metodológicas, desabrochadas no terreno da História, destaco aqui cinco, a saber: a de Jorge Alarcão (1982), a de José Viriato Capela e João Arriscado Nunes (1984: 204-268), a de Rui Graça Feijó (1985: 32-45), a de José Mattoso (1988: 169-194) e a de Luís Reis Torgal (1987: 843-867). A de Jorge Alarcão é, de entre todas, a mais desenvolvida, para além de ser a que mais enfatiza o estudo dos vários tipos de património (construído, artístico móvel, arqueológico, etnográfico e natural), sem deixar, no entanto, de insistir em outros aspectos, tais como a introdução de um quadro natural, a reconstituição do *«quadro geo-humano em que as populações viveram»* ou o estudo da vida político-administrativa, da vida económica e da vida artística e recreativa locais *(ver Apêndice-3i)*. A da dupla José Capela-João Nunes distingue-se pela incidência na História da Administração Municipal, através do caso específico de Barcelos, para o qual apresenta um esquema classificativo do Arquivo Municipal, que é, também, um programa possível para a elaboração de monografias especializadas *(ver Apêndice-3j)*. A de Rui Feijó não priveligia, ao contrário da de Jorge Alarcão, a feitura de monografias locais ligadas de algum modo à herança da monografia-tipo contemporânea, mas sim a redacção de temas específicos, bem delimitados cronologicamente e servidos por fontes homogéneas de séries longas, necessárias para se fazer história económica e demografia histórica. A proposta de José Mattoso aproxima-se, quanto à filosofia de base, da de Alarcão, mas é bastante esquemática *(ver Apêndice-3l)*. Finalmente, a de Reis Torgal suscita primeiro uma reflexão sobre as mudanças de carácter ideológico e científico

operadas na escrita da História, enquadra depois nesse processo a historiografia regional e local (de que nos é dada, aliás, uma sugestiva resenha histórica) e termina com algumas sugestões concretas de pendor mais institucional que metodológico *(ver Apêndice-3m)*.

Tendo em conta todo este conjunto de contribuições pode colocar-se a questão de saber se elas têm exercido alguma influência concreta no trabalho dos monografistas. É o que tentarei mostrar já de seguida ao deter-me na temática central deste estudo — o *Minho nas Monografias*.

2

Partindo do geral para o particular, proponho-me mostrar o modo como o Minho — tal qual é desde a divisão administrativa desenhada na Lei do Território de 28 de Junho de 1833[13] — aparece tratado num conjunto de obras monográficas sobre Portugal, entendendo por isto todas aquelas abordagens, mais ou menos literárias, corográficas e turístico-culturais, que visam uma caracterização global do país quanto à sua paisagem, à sua história, à sua diversidade regional, às tradições, costumes e actividades económicas do seu povo e ainda às suas potencialidades.

Sendo-me obviamente impossível consultar todas as obras existentes com os requisitos enunciados, tive de operar por amostragem e com um número relativamente pequeno de exemplos. Mas não obstante esta limitação, penso que o objectivo exposto acabará por ser genericamente atingido.

Por mera comodidade expositiva, decidi agrupar todo o material seleccionado em classes ou grupos, distinguindo aqui três que se interpenetram: as obras de carácter literário com informação variada (corográfica, artística, histórico-cultural...); as de propaganda turística propriamente dita e as de natureza geográfica *(ver Apêndice-4, ponto f)*.

Para uma adequada caracterização do primeiro grupo convirá referir que nele cabem, sobretudo, as crónicas e os relatos de passeios exploratórios pelo país em busca, afinal, da afirmação da unidade nacional, construída e conseguida a

---

[13] Este diploma desmembrou a tradicional província de Entre-Douro-e-Minho, estipulando no artigo 2.º: «As Províncias são: do Minho, cuja Capital é Braga; de Traz-os-Montes, cuja Capital é Villa Real; do Douro, cuja Capital é o Porto; da Beira-Alta, cuja Capital é Viseu; da Beira-Baixa, cuja Capital é Castello-Branco; da Estremadura, cuja Capital é Lisboa; do Além-Tejo, cuja Capital é Évora; do Algarve, cuja Capital é Faro».

Sobre a sub-divisão do Minho em Alto e Baixo veja-se a explicação sucinta e clara dada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida no seu guia do Alto Minho (1987: 8-10).

partir das óbvias diferenças geográficas, antropológicas e etnográficas, que dão cor e animam o território português. Passeios esses que fizeram as delícias de escritores e estudiosos portugueses da segunda metade do século passado, dos quais viriam a deixar, aliás, largas páginas de impressões e notas, e que nos nossos dias continuam a ser bom pretexto para a aventura de mais um livro, como aquele que José Saramago publicou, não há muitos anos, com o sugestivo título de *Viagem a Portugal* e excelentes fotografias a cores.

Consultando este tipo de textos à procura de uma imagem real e etérea do Minho, acabei por encontrar, nalguns deles, um exuberante feixe de recursos estilísticos atado por duas «ideias-força»: a antiguidade de uma terra que foi o berço de Portugal e a beleza inigualável da sua paisagem (acrescida de referências ao vinho, à gastronomia e às gentes). Alguns excertos de obras e de épocas diferentes ajudam a ilustrar este apontamento:

> No inverno, com as árvores despidas e extensos prados de erva tenra — o Minho é todo verde; em Março, com os valados vestidos de giestas floridas, as bouças tapetadas de tojos em flor, e os campos cobertos de pampilos — o Minho é todo amarelo (Antero de Figueiredo, p. 105).

> Na igrejinha de São Miguel do Castelo soavam as trindades, e nas ameias do castelo parece-me ver o vulto inconfundível de D. Afonso Henriques, alma gigantesca de patriota, que, olhando os campos em redor, recorda os oito séculos da Nacionalidade (António Montês, p. 124).

> Não seria grato atravessar o Minho sem brindá-lo com o seu delicioso vinho verde, tão característico da região. [...] O vinho verde é alegre, é fresco, é leve,e sem responsabilidade. Deixa de lado a inteligência e vai ao coração. Conduz a romaria, ajuda os festejos, torna mais amáveis as raparigas e menos tímidos os amorosos. O rapaz é sempre tão tímido, que ainda na confusa alegria desses encontros tão fagueiros da desfolhada, das romarias, da vindíma, dos bailaricos, só um empurrão do verdasco confia a pisadela de pés ou o beliscão do braço, de uma declaração (Afrânio Peixoto, p. 109).

> Nobre e antiquíssimo condado de Antre Douro e Minho, reino da nacionalidade portuguesa, hoje decepado em duas províncias por caprichosa divisão administrativa: Minho e Douro Litoral. [...]

> Paisagem de uma beleza quase sempre doce, feminina, na garridez de vales e veigas férteis, mantas farrapeiras tingidas de hortas e milheirais, os corcovos da vide enforcando-se nos troncos pujantes das árvores, ou dosselando de parras os toscos esteios de granito. Viris, as montanhas onde, nas grimpas, há ruínas de primitivas citânias ou panos sombrios de muralhas (António Manuel Couto Viana, p. 10).

> E este vale, como explicar o que ele é? A estrada vai andando às curvas, por entre montes e montanhas, e é a costumada formosura, nem o viajante espera mais do que tem. Então, aqui, num ponto entre Fafe e Cabeceiras de Basto, numa volta da estrada, o viajante tem de parar, e na página mais clara da sua memória vai pôr a grande extensão que os seus olhos vêem, os planos múltiplos, as cortinas das árvores, a atmosfera húmida e luminosa, a neblina que o Sol levanta do chão e perto do chão se dissipa, e outra vez árvores, montes que vão baixando e depois tornam a erguer-se, ao fundo, sob um grande céu de nuvens. O viajante está cada vez mais crente de que a felicidade existe (José Saramago, p. 35).

Literária como as anteriores, mas concebida em oposição ao elogio da paisagem minhota geralmente expresso e fonte inesgotável dos esteriótipos de que a propaganda turística se tem servido, é a crónica de Abel Salazar intitulada *O Japonesismo minhoto,* que não resisto a citar devido à sua curiosa dissonância. Contestando que o Minho possa ser visto como um jardim, porque *«a sua paisagem, como detalhe, é rude e típicamente rústica»*, o autor propõe um outro e inusitado tipo de analogia, nestes precisos termos: *«Com o que o Minho se parece, duma forma por vezes impressionante, é com certos aspectos do Japão; regiões há, nesta província, que se diriam copiadas duma estampa nipónica»* (p. 130).

A rematar este primeiro grupo direi que diferente é também a imagem que Jaime Cortesão procurou gravar no seu *Portugal. A Terra e o Homem.* Preocupado claramente com as origens e formação da nacionalidade portuguesa, Cortesão socorreu-se dos estudos de Orlando Ribeiro, Joaquim de Carvalho e Jorge Dias para valorizar a herança castreja de comunidades agro-pastoris, base sobre a qual se veio a afirmar *«progressivamente o matriarcado, em particular no Minho»* e que ajudará segundo ele, a explicar *«em boa parte a estrutura social e a psicologia das populações ao norte do Douro»*. Mas não se esgotaram neste aspecto as suas considerações sobre o Minho: a arte constituiu outro importante centro de interesse. E foi ao desenvolver esta temática que Jaime Cortesão não conseguiu evitar o

elogio da paisagem minhota, associado à emergência fulgurante do barroco: «*[...] nenhuma província portuguesa, como o Minho, onde se realiza pelo trabalho diuturno uma identificação tão perfeita do homem com a Natureza, poderia inspirar aquela expressão barroca. Coexistência de templos românicos em profusão e duma paisagem barroca, por excelência, antecipava as condições óptimas para a síntese do romântico e do manuelino, que é, na sua essência, o barroco do Norte — e, por mais essa suprema razão, estilo nacional* (p. 69).

No grupo das obras que considero terem sido feitas e publicadas para promover turisticamente o país, fornecendo não só indicações úteis (trajectos, vias férreas e horários dos comboios, hotelaria, correios, etc.), mas também imagens promocionais (de natureza diversa: poética, histórico-cultural, artística e monumental) suficientemente fortes para cativar o turista, distingo ainda dois tipos: os guias turísticos estruturados como tais e as obras que, embora podendo assemelhar-se a um guia, adoptam uma estrutura diversa e têm um alcance propagandístico mais amplo.

De entre os primeiros volto a destacar, por me parecer paradigmático, o *Manuel du Voyageur en Portugal* de Mendonça e Costa, cuja 2.ª edição data de 1908. É um pequeno volume profusamente ilustrado e dividido em trajectos, a maior parte dos quais se centra em Lisboa e Porto. O itinerário relativo ao Minho surge sob as epígrafes de *Route VI. De Porto à Braga par Famalicão et Nice à Guimarães et Fafe par Ermezinde et Trofa* (p. 206-221) e de *Route VII. De Porto à Valença par Trofa, Nine et Vianna do Castello* e aí deparamos com uma resenha histórica de Braga, uma descrição dos seus mais importantes monumentos religiosos. Igual destaque é aí dado a Guimarães, a Viana e terras circunvizinhas. Das fotografias exibidas limito-me a realçar duas: uma dos penedos zoomórficos do Gerês e outra da mulher de Viana com o seu traje típico. Na linha assumida por esta obra podemos ainda incluir o *Guia de Portugal* da Fundação Calouste Gulbenkian ou ainda os *Novos Guias de Portugal* da Editorial Presença.

A fazer um pouco a ponte entre o género guia e o propagandistico temos o *Portugal Económico, Monumental e Artístico,* em 3 volumes, o primeiro dos quais inteiramente dedicado ao Minho — obra «*oficialmente recomendada pelo Conselho Nacional de Turismo e por este alto organismo classificada de "interessante e útil para a expansão turística do país"*». Organizada segundo o critério da divisão administrativa, principia pelo distrito de Viana e o concelho da capital respectiva, seguindo-se os restantes. Fecha com o distrito de Braga e seus concelhos. Sobre o Minho, visto no seu todo, não há mais que duas páginas de um texto apologético, que começa assim: «*Em louvor do Minho, da sua terra fecunda e da sua grei laboriosa e sóbria; da sua paisagem amorável e familiar; do mar luminoso e caricioso, das suas praias suaves e das ondas verdes de pinhais e soutos que lhe*

povoam encostas e montanhas; dos seus rios de sonho e dos seus montes, que ao crepúsculo mal se distinguem de nuvens sonolentas...» (p. 5). A apresentação de cada concelho assenta num esquema uniforme ao longo da obra: abre com um texto introdutório da autoria do Presidente da Câmara, sendo depois abordados o aspecto económico do concelho (agricultura e/ou pesca, comércio e indústria), as efemérides históricas, a toponímia, as «figuras egrégias», as escolas primárias, os monumentos e objectos de arte e ainda as *«lendas, superstições e curiosidades»*.

Indiscutível *«propaganda de Portugal»* foram as obras escritas em francês, inglês e alemão e promovidas, entre 1950 e o início da década de 70, pelo *Secretariado Nacional de Informação, de Cultura Popular e de Turismo*. Penso que três exemplos bastam para se perceber o tipo de mensagem que se pretendia, então, fazer passar.

Em linhas gerais, pode dizer-se que tanto a obra de Doré Ogrizek, a de Suzanne Chantal ou as várias versões do trabalho coordenado por Lopes do Souto (e participado por um Hernâni Cidade, uma Maria de Lourdes Belchior ou um Fernando Galhano) insistem num conjunto básico de «clichés»: país (política e administrativamente centralisado) de terras diferentes, exibindo cada província características próprias; com um rico património monumental e artístico, uma excelente tradição cultural e grandes potencialidades turísticas e económicas. Dentro destes parâmetros genéricos, o Minho emerge reforçado por incisivos traços definidores (muita cor e variedade da paisagem, festas, romarias, alegria e religiosidade das suas gentes, singularidades do vestuário ou da habitação, etc.), como se verifica através dos seguintes extractos:

> Aux grandes foires et aux pélerinages, les jolies filles minhotas portent des jupons, rouges, des tabliers brodés, des châles fleuris, un costume fait de mille morceaux de différentes couleurs: leur fortune, leur orgueil, le fruit d'un long travail patient... Et le Minho ressemble à ce costume: divers et coloré, surprenant par la richesse et l'originalité des details, et fait de bouts et de morceaux soigneusement travaillés (Doré Ogrizek, p. 219).

> Le Minho est la plus ancienne terre portugaise: celle qui a été peuplée e cultivée intensément depuis de plus de temps, celle aussi qu'on a dû défendre et reconquérir au cours d'années et d'années de luttes sanglantes avec le voisin d'Espagne. [...] Au Minho, c'est l'homme qui a fait le paysage (Suzanne Chantal, p. 83 e 91).

> No extremo norte, o Minho desenvolveu-se à base do minifúndio e admite, por isso, uma grande variedade de culturas. A população, muito tradicionalista, gosta ainda hoje [1968?] de luzir trajes riquíssimos nas festas. Atenção, o minhoto é bom bailarino e percebe de vinhos!... (Lopes do Souto).

Se era e continua a ser muito importante promover o Minho turístico, não o é menos conhecer o Minho geográfico, quer através de Amorim Girão, quer, sobretudo, a partir dos estudos feitos e incentivados por Orlando Ribeiro. Nesse livro modelar, que tem por título *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico,* o Minho surge-nos profundamente radicado no espaço geográfico, económico e humano do «norte atlântico», denotando uma clara individualidade. Nesta linha se situa, também, Pierre Birot, discípulo de Orlando Ribeiro, autor do livrinho *Portugal.* Aí se concentra, em poucas páginas, uma curiosa caracterização da região minhota no tocante à especificidade da sua vida agrícola, à organização progressiva da actividade marítima e da sua malha urbana e industrial e, naturalmente, à sua individualidade geográfica.

3

Visto o Minho a partir do todo a que pertence, entremos agora na análise sumária, mas precisa, do(s) modo(s) como monograficamente o têm tratado quer alguns dos seus «filhos», abrasados pela chama viva do regionalismo, quer os escritores de outras paragens que se enamoraram da *«gaiata terra minhota»,* para além, claro está, de um punhado de estudiosos e investigadores presos a critérios científicos.

Tendo presente os paradigmas expostos atrás e num esforço taxonómico, que julgo necessário manter, começarei por destacar um conjunto significativo de obras e periódicos, alguns deles situados ainda um pouco aquém do paradigma da monografia-tipo contemporânea e outros já mais próximos do paradigma etnografista (na variante de divulgação turística) e do paradigma interdisciplinar.

Obras de referência obrigatória quando se fala ou se pensa no Minho, o *Minho Pittoresco* do minhoto José Augusto Vieira, o *No Minho* de D. António da Costa, as *Jornadas no Minho* de D. João de Castro, o *Velho Minho* de Sant'Ana Dionísio, o *Roteiro da Ribeira-Lima* do Conde d'Aurora ou a *Silva Minhota* de Leonídio de Abreu — e a que ainda poderemos juntar as de Luís Figueiredo da Guerra, de João Paulo Freire, de Campos Monteiro, de Forjaz Trigueiros (em especial a sua antologia de textos literários minhotos) ou de Laurinda Carvalho

Araújo e António Afonso do Paço (autores do *Roteiro poético do Alto Minho)* —têm em comum certas características básicas, que permitem mantê-las agrupadas na rubrica genérica de crónicas literárias, corográficas, histórico-culturais e até políticas. A sua influência na produção de estereótipos famosos, que têm persistido e servido para diversos fins, nomeadamente o turístico, foi enorme e nunca será excessivo realçá-la. Evocam-se, a este propósito, as palavras finais do livrinho de D. António da Costa:

> Adeus, Minho, jardim da minha pátria. Quem, pertencendo tu a Portugal, não terá glória de ser português?
>
> Rios da bela província, adeus: Cávado, Ave, Minho, Lima. Adeus, montanhas em que se está mais perto do Criador. Adeus, vegetação explêndida, frescas sombras, planícies suaves, vales que revivem com o toque dos sinos, o chilrear dos pássaros, os cânticos das raparigas; adeus, doces manhãs, tardes deliciosas, noites feiticeiras, murmúrios das fontes, silêncios que falam, melancolias, esperanças, saudades...
>
> Adeus, Minho; adeus, rival da Suiça (D. António da Costa, p. 291).

A célebre *Introdução* do *Minho Pittoresco* —espécie de «vademecum» para muitos monografistas locais deste século que, a par do não muito fiável *Portugal Antigo e Moderno,* recorreram às saborosas descrições dos concelhos minhotos (paisagem, história, usos e costumes, lendas e utilidades corográfico-administrativas) feitas por J. Augusto Vieira — não pode deixar, também, de ser evocada, aí se lendo lapidares dizeres como estes:

> O Minho!
>
> O jardim de Portugal!
>
> Quantas vezes, leitor, tens tu ouvido designar assim essa formosa província, d'entre todas as suas irmãs a mais populosa e a mais activa, a mais pittoresca e a mais hospitaleira, seio uberrimo das tradições que individualisam uma nacionalidade, terra onde a vegetação é luxuriosa e onde os espíritos conservam as qualidades affectivas d'esse genio celta, que foi o nosso fiat genesico, e d'essa alma grega, que foi a nossa iniciação artística.
>
> Berço, onde se embalou a nacionalidade portugueza, o Minho tem sido o tabernaculo sagrado das nossas tradições ethnicas, subversivo e revolucionario, no momento das grandes crises nacio-

> naes, cultivador da terra na tranquilidade bucolica da paz, amoroso de raça, emigrador e fecundo por condição de meio (J. Augusto Vieira, 1.º vol., p. III).

Neste empolgante trecho introdutório não é difícil descortinar algumas das traves mestras de um regionalismo militante. Fenómeno caldeado nos finais do séc. XIX e profusamente exposto na rica imprensa local ou nos almanaques e anuários distritais, o regionalismo assumiu no Minho, durante o 1.º quartel do séc. XX, a forma de um movimento complexo, simultaneamente ideo-político, sócio-económico e cultural, com implicações várias. A preocupação pelo progresso económico minhoto em geral e pelo da agricultura em particular ficou, aliás, bem patente tanto na obra do Visconde Vilarinho de São Romão, *O Minho e suas culturas* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1902), como em vários números do quinzenário ilustrado *«Barcellos-Revista»* (Armando B. Malheiro da Silva 1982: 19-21) — para só citar dois casos significativos. E em 1926, o n.º 1 da *Gente Minhota* — uma das muitas revistas literárias, nascidas no fim da Monarquia e ao longo da 1.ª República e elogiadas por Fidelino de Figueiredo em 1915 — trazia a primeira parte de um artigo do conhecido polígrafo Mário Gonçalves Viana, intitulado *Regionalismo Minhoto. Iluminuras. I — Primeiro a vida...*, donde respigo esta elucidativa passagem:

> Por isso — concluo que o problema do regionalismo é muito especialmente um problema educativo. Torna-se urgente ensinar todo o verdadeiro minhôto a ser um trabalhador consciente que procure e visione realizar, além da utilidade individual dos seus interesses, o progresso carinhôso da terra onde nasceu. Ora o trabalho só é verdadeiramente productivo, quando executado com inteligência e conhecimento do respectivo valôr económico, moral e social que ele representa adentro da colectividade. Eis o que se impõe — congregar todos os esforços, humildes ou grandes — esforços agora desencontrados, no esforço supremo que leva à redempção — atravez do culto sagrado pela Terra Minhota... (p. 18).

Em torno do problema educativo e da busca dos elementos (históricos, etnográficos, artísticos...) próprios da identidade minhota, multiplicaram-se, de facto, esforços (mais ou menos desencontrados, mais ou menos regulares) e iniciativas, que constituem um ponto assinalável no percurso do ideal regionalista até à consolidação do Estado Novo. Estou a pensar, concretamente, no *Instituto Histórico do Minho,* organismo sedeado em Viana e no *Instituto Minhoto de Estudos*

Regionais fundado em 1943 na cidade de Braga. O primeiro — *«douta sociedade scientífica fundada em 2 de Julho de 1916, por iniciativa da Academia de Sciências de Portugal e sob proposta do Secretário-Perpétuo dessa alta agremiação, o glorioso poligrafo sr. dr. António Cabreira»*[14] — assumiu o objectivo genérico de cultivar os estudos históricos, bem como de promover a coordenação e a crítica de tudo quanto interessassse ao Minho, sem esquecer o estreitamento das relações com a Galiza, sendo seus membros figuras prestigiadas da região: Silva Campos, dr. Luís Figueiredo da Guerra, Júlio de Lemos (mais tarde seu «cronista»), João da Rocha (seu 1.º Presidente), dr. Luís A. de Oliveira (autorizado ceramógrafo), José Rodrigues Vale (o poeta e jornalista monçanense João Verde), P.e Rodrigo Fontinha, dr. Francisco de Queirós, dr. Luciano Pereira da Silva, Óscar de Pratt, dr. Francisco de Abreu Maia, dr. António de Magalhães, eng. Roberto Mendes, eng. Henrique Bravo e Manuel Boaventura entre muitos outros; desenvolveu ainda uma intensa actividade, premiada em 19 de Janeiro de 1922 com um louvor do Governo, no qual se lhe reconhece ter *«prestado os mais relevantes serviços á arte e á sciencia, não só pelos trabalhos academicos produzidos, como tambem pelas sessões e conferencias publicas sobre assuntos de arte e de sciencia que tem realizado, e ainda pelo prestigio dado a Portugal nas relações que o referido Instituto mantem com instituições similares estrangeiras»*. O segundo nasceu do entusiasmo de uma plêiade de intelectuais — Álvaro da Costa Machado Vilela, Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, Alberto Feio Soares de Azevedo, Luís Carlos de Lima de Almeida Braga, Henrique Cabral de Noronha e Menezes, António Luís Vaz, António Álvaro da Silva Dória, etc. — com o propósito expresso de *«contribuir para o desenvolvimento intelectual e social da vida portuguêsa e, particularmente, da região do Entre Douro e Minho»* e de promover, entre outras coisas, a publicação de uma revista de estudos regionais, que veio a ser criada (mas de vida efémera) com o título de *Mínia* e um subtítulo assaz sugestivo: *Subsídios para o estudo da terra e do homem do Minho.*

É interessante notar que essa chama regionalista se reacendeu com mais força em Viana do Castelo, após o 25 de Abril de 1974, e aí permanece viva através, por exemplo, do *Centro de Estudos Regionais* e do seu *Boletim Cultural* — curioso instrumento de uma dupla estratégia: incentivar o estudo do passado em múltiplas direcções e radiografar o presente projectando o futuro com vista ao progesso integrado do Alto-Minho.

---

[14] LEMOS, Júlio de — *Instituto Histórico do Minho.* «Pró-Viana. Viana-do-Castelo é a mais linda Cidade de Portugal», Viana do Castelo, II ano, n.º único [Festas da Agonia] Agosto 1920, p. 3-4.

Ver também do mesmo Instituto Histórico do Minho. «Pró Viana [...]», Viana do Castelo, 3.º ano, n.º único [Festas da Agonia] Agosto 1921, p. 8.

Fica, portanto, claro que o movimento regionalista tendeu sempre a enlaçar-se com a generalizada vontade de desenvolver os estudos locais (a História, a Etnografia, a Arqueologia...). Uma vontade que sobreviveu e se prolongou pelo Estado Novo adentro, moldando-se a novas exigências e finalidades. E foi num tal contexto que se tornou importante o papel desempenhado pelas revistas e boletins culturais: nos distritos de Braga e de Viana, por iniciativa da *Junta Distrital* no primeiro caso e graças à de particulares no segundo, surgiram *O Distrito de Braga* e o *Arquivo do Alto Minho* e com eles a acumulação preciosa de materiais (à semelhança, aliás, do que sucedera, por exemplo, na *Revista do Minho* (1885) do barcelense Silva Vieira), que pela sua variedade — vão da História à Literatura Popular — potenciam um estudo amplo e profundo à escala regional. Já depois do 25 de Abril, mais precisamente em 1981, a realização do *1.º Colóquio Galaico-Minhoto* estimularia o aparecimento de mais materiais desse tipo.

Se, entretanto, pusermos de lado o contributo dos periódicos e nos cingirmos ao conjunto de monografias regionais que foi possível recensear *(ver Apêndice-4)*, verifica-se o peso significativo do paradigma etnografista, especialmente quando associado a fins turísticos. Estão neste caso obras algo híbridas (misturam um pouco de tudo, isto é, dados corográficos, elementos históricos e ainda volumosa informação sobre festa pascal, romarias, lendas, superstições, etc.) como o *Minho, dossel de Portugal* de Armindo de Faria e obras mais permeáveis à influência da recolha etnográfica e à pressão turística: *Minho e Galiza = Miño y Galicia* e *Minho turístico* de Correia de Azevedo; *Minho — Cartaz típico* de Manuel Celso da Silva Cunha; *O Minho, região de beleza eterna* e *Roteiro do Minho: guia turístico, cultural, económico e desportivo* de José Crespo; *Maravilhas de Viana. Monografia do Alto Minho* de António do Paço; O *Minho e mais três concelhos roubados ao Porto* de Francisco Hipólito Raposo; etc.

Um paradigma pouco consolidado e de que só há frutos de há uns dez anos a esta parte é o interdisciplinar. Entendo por isto a conjugação de diversas abordagens — a histórica, a sociológica, a antropológica, a económica, etc. — dentro de um programa uniformizado e assegurada por especialistas das diferentes disciplinas, como terei mais adiante ocasião de explicar.

Mais próximo deste paradigma e para a área do distrito de Viana parece, apenas, existir o guia *Alto Minho* de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, trabalho excelente, sobretudo, na parte que precede os percursos turísticos, concebida como um tríptico: enquadramento geográfico, história-monumentos e antropologia. Para a área do distrito de Braga há a registar as duas monografias que na década de 80 o respectivo *Governo Civil* encomendou a docentes da Universidade do Minho (Escola de Economia e Gestão): o

primeiro, intitulado *O Distrito de Braga: imagem real e potencialidades* (1985), confunde-se bastante com um relatório predominantemente económico e só a custo poderá integrar-se de pleno na tipologia em apreço; o segundo — *Distrito de Braga. Demografia. Educação. Economia. Património. Política* (1989) — apresenta outra estrutura e outro âmbito e impõe-se, de facto, como um levantamento multifacetado da realidade distrital, mas padece de certos vícios de forma e de conteúdo (a parte histórica, por exemplo, poderia abrir-se mais ao contributo das monografias locais) que o inferiorizam dentro do paradigma em que, a meu ver, tem cabimento.

4

Uma outra maneira de ensaiar a caracterização do Minho, para além da elaboração de monografias/estudos de amplitude regional, consiste na difícil e lacunar soma das partes, ou seja, na recolha exaustiva de todos os muitos e variados elementos concentrados nas largas dezenas de monografias locais relativas a terras situadas nesta província. Convirá, por isso, fazer aqui uma referência, ainda que ligeira, a toda essa produção *(ver Apêndice-4)*.

Antes de proceder à «catalogação» do material recenseado, segundo os paradigmas que terão presidido à sua feitura, julgo oportuno salientar os seguintes pontos:

1.º — Pode dizer-se que, pelo menos, todos os concelhos da região minhota dispõem de uma monografia designada como tal ou apenas estudos históricos, etnográficos ou ainda arqueológicos parcelares, publicados em revistas, boletins ou em cadernos ditos culturais.

2.º — Uma análise mais detalhada permite distinguir na região «zonas» de forte densidade monografista, passíveis de uma abordagem estatística a partir de um levantamento bibliográfico mais exaustivo e completo do que o incluído em Apêndice. Eis as principais: Barcelos, Braga (que, embora sem uma monografia, possui há muito uma importante revista cultural, a *Bracara Augusta),* Guimarães (que, para além de monografias, tem importantes estudos recolhidos nas páginas da *Revista de Guimarães* e do *Boletim de Trabalhos Históricos),* Vila Nova de Famalicão, Caminha, Melgaço (que, todavia, não possui uma monografia dita como tal), Ponte de Lima (onde o papel dos Almanaques e das revistas como a *Limiana* ou,

recentemente, o *Arquivo de Ponte de Lima* tem sido importante) e, naturalmente, Viana do Castelo (que tem sido alvo de uma gama variada de monografias, grande parte das quais marcada pela promoção turística).

3.º — Em termos gerais verifica-se que a produção monografista teve maior incidência durante o Estado Novo relativamente ao período anterior e intensificou-se bastante após o 25 de Abril. Para isto muito contribuiu o papel decisivo desempenhado pelas Câmaras Municipais, dotadas de um renovado interesse cultural e de mais meios financeiros.

4.º — O amadorismo está na origem de quase 90% da produção monografista referente à área em foco e daí o peso significativo dos sacerdotes (muitos deles párocos nas freguesias e concelhos estudados) e dos «filhos da terra». O caso de «profissionais», como A. Lopes de Oliveira ou Correia de Azevedo, que se dedicaram por inteiro à elaboração de monografias locais, foi durante muito tempo uma excepção. Hoje, porém, vem-se generalizando o princípio de renumerar este tipo de trabalhos, embora persista o domínio dos não especialistas: jornalistas, advogados ou médicos interessados em fazer dos estudos locais (da História, da Etnografia ou da Arqueologia) um «hoby».

Esclarecidos, assim, a forma e os «meios de produção» monografista, passo a caracterizar rapidamente a natureza do seu conteúdo.

Uma larguíssima parte das monografias locais recenseadas enquadra-se perfeitamente no paradigma da monografia-tipo contemporânea atrás definido e que tem como traço fundamental a base historiográfica (reconstituição do passado feita à luz de documentos procedentes do Arquivo Municipal, dos cartórios de Mosteiros e Conventos, da Mitra, Cabido ou Colegiadas, das Confrarias, das Paróquias e ainda de Casas senhoriais) associada a elementos de natureza epigráfica, arqueológica, etnográfica e artística.

Ao longo do tempo este paradigma aperfeiçoou-se bastante, melhorando consideravelmente o nível da pesquisa e o da apresentação dos resultados, mas mantendo sempre o essencial. Nele se poderão, talvez, filiar — atendendo sobretudo à heurística — trabalhos recentes de História Local que incidem sobre aspectos mais ou menos específicos: veja-se o

estudo de José V. Capela *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos*. Por se tratar de um paradigma verdadeiramente maioritário dispenso-me de citar aqui mais exemplos. Eles escasseiam, porém, se penetrarmos nos outros paradigmas.

Começo pelo etnográfico, bem expresso, aliás nos *Cadernos de Etnografia* do *Museu Regional de Cerâmica/Museu de Cerâmica Popular Portuguesa de Barcelos*. A recolha de elementos etnográficos tem, como se sabe, uma velha tradição em terras minhotas — basta pensar na *Revista do Minho* de Silva Vieira ou no *Arquivo do Alto Minho* de Leandro Quintas Neves — e, por isso, não é de admirar a sua forte presença quer na monografia-tipo contemporânea, quer em trabalhos específicos. Em Viana, curiosamente, essa presença anda muito associada à divulgação das potencialidades turísticas da cidade e do distrito. Um exemplo acabado de monografia etnográfica é o *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia comunitária* de Jorge Dias (recentemente Manuel de Azevedo Antunes publicou numa linha próxima o *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia afundada)*.

Do paradigma geográfico forjado por Amorim Girão e Orlando Ribeiro conheço, apenas, um exemplo — assumido, aliás, como mero esboço — relativo a Barcelos e onde aparecem abordados os seguintes aspectos: hidrografia, clima e paisagem, fauna terrestre e fluvial, flora, movimento da população, emigração e suas causas, costumes e geografia económica (agricultura, indústria, comércio, etc.).

A cada vez maior importância que a valorização do património construído, tal como o define Jorge Alarcão, tem tido a nível local é claramente perceptível em diversas monografias locais recentes e tende a estimular a produção de trabalhos centrados essencialmente nesse aspecto. É curioso, no entanto, verificar que dentro da área focada não tem havido uma significativa renovação do trabalho monográfico. Se nos ativermos, apenas, ao plano da História Local são raros os exemplos que seguem o sentido essencial dos programas de um Jorge Alarcão ou de um José Mattoso. E a raridade aumenta se pensarmos em termos de um paradigma interdisciplinar. O caso que formalmente mais se aproxima deste é a obra coordenada por Lourenço Alves *Caminha e seu concelho (Monografia)*, embora apresente lacunas importantes no tocante à abordagem e assente numa rede de colaboradores (em número de cinco), onde o eruditismo local se alia à formação académica em História de dois deles (um dos quais é o coordenador), o que é manifestamente insuficiente para se produzir trabalho interdisciplinar no pleno sentido da palavra.

5

Chegado a este último ponto, resta-me tecer breves considerações sobre o que há a fazer e o como para se conseguir o almejado desenvolvimento dos estudos locais.

Insisto na expressão estudos locais, porque penso que a produção monografista não se deverá circunscrever à abordagem historiográfica, seja ela única, seja pontualmente associada a outros saberes (Etnografia, Antropologia, Arqueologia...). Essa produção, para ser bem feita, deverá obedecer a um paradigma interdisciplinar e este, por sua vez, tem que ser garantido por condições de carácter científico e institucional, do género das sugeridas de modo assaz pertinente por Luís Reis Torgal *(ver Apêndice-3)* e a que se poderão ainda acrescentar o fim do amadorismo e o abandono da matriz bairrista.

Um paradigma baseado na mais estreita interdisciplinaridade exige trabalho de equipe (de acordo com um programa homogéneo), podendo revestir duas formas quanto à divulgação dos resultados: numa única obra (provavelmente em dois ou mais volumes) ou em cadernos/fascículos temáticos organizados sem quebra alguma da unidade do projecto. E em qualquer dos casos poderá sempre seguir-se o esquema básico, a saber:

análise do ESPAÇO e da POPULAÇÃO
reconstituição HISTÓRICA + interpretação SOCIOLÓGICA + sondagens ETNOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICA
com incidência em vários níveis como
- ARQUEOLÓGICO (para a Pré-História e Idade Média)
- POLÍTICO-INSTITUCIONAL (desde a Idade Média até hoje)
- SÓCIO-ECONÓMICO (idem)
- CULTURAL (até à actualidade)

Exemplificando, direi que se se quiser elaborar uma monografia do distrito de Braga, segundo os requisitos elementares do paradigma interdisciplinar, o elenco dos conteúdos fixáveis pode ter como ponto de partida o trabalho *Distrito de Braga [...]* (Governo Civil, 1989). Importa, porém, que se vá mais longe. O leque de abordagens deverá ser o mais amplo possível e nele incluo a sociológica e a antropológica, fundadas numa massa informativa resultante não só dos inquéritos e questionários, dos anuários estatísticos e dos arquivos oficiais, mas também das monografias e dos periódicos de incidência local. Quanto ao tratamento específico dado no interior de cada abordagem ao material disponível, cada especialista ou grupo de especialistas deve adoptar as metodologias apropriadas. Esta

especificidade inicial do trabalho interdisciplinar exige uma coordenação qualificada por forma a que os diferentes olhares da realidade em foco se articulem harmoniosamente como num «mosaico», ficando assim garantida a compreensão holística do objecto.

O exemplo dado comporta riscos e dificuldades que só um programa sistemático de estudos de comunidade, feitos numa progressão correcta — aldeia ou bairro, freguesia, vila, cidade e concelho —, ajudaria a neutralizar. Significa isto que a melhor estratégia será sempre a indutiva: ir das partes para o todo com a segurança e o rigor que um tal método proporciona. Mas ela terá de ser, também, devidamente apoiada ao nível científico-institucional: a viabilidade prática do paradigma, que acabei de gizar em traços largos, depende da mobilização efectiva de muitos esforços individuais dentro de estruturas ajustadas à escala de um tal projecto — Centros de Estudos Regionais, ligados, de preferência, a Universidades ou a Institutos Politécnicos.

A crónica ausência de uma tal logística bloqueará, sem dúvida, o indispensável revigoramento dos estudos locais e tornará insuperável o atraso que, neste domínio, nos separa do trabalho há muito realizado em países como a Espanha, a França, a Inglaterra ou a Bélgica.

A aposta clara num paradigma interdisciplinar, reafirmada neste ítem, não deve, porém, ser vista como uma crença ingénua no efeito terapêutico de receitas aviadas para a situação crítica dos estudos locais em Portugal, mas antes como um sinal de confiança na reflexão e no debate que urge intensificar em torno de uma temática tão apaixonante, quanto complexa.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge
(1982) — *Introdução ao estudo da história e património locais.* Coimbra, Instituto de Arqueologia.
ALMEIDA, João Ferreira de
(1977) — *Sobre a monografia rural.* «Análise Social», Lisboa, 13 (52), p. 789-803.
BARROSO, José Joaquim Ferreira
(s. d.) — *Monografia geográfica. Conceito moderno da geografia, Como deve ser ensinada. Esboço geográfico do concelho de Barcelos.* Vila Real, Imprensa Artística.
BRANDÃO, Maria de Fátima e FEIJÓ, Rui Graça
(1984) — *Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas.* «Análise Social», Lisboa, 20 (83), p. 489-503.
BRITO, Joaquim Pais de
(1982) — *O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal,* in «O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980». Lisboa, A Regra de Jogo.
(1989) — *As Monografias locais na perspectiva da antropologia (Resumo).* «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, ano 71, 29 (1-4), p. 181-187.
CAETANO, Marcelo
(1935) — *Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de direito administrativo.* Lisboa, Faculdade de Direito/Universidde de Lisboa.
CAPELA, José Viriato e NUNES, João Arriscado
(1984) — *O Concelho de Barcelos do antigo regime à primeira república. Fontes para o seu estudo.* «Barcellos-Revista», Barcelos, 1 (2), p. 204-268.
CARVALHO, José Pinto Ribeiro de (Tinop)
(1982) — História do Fado. Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.ª ed. 1903).
COELHO, Possidónio Mateus Laranjo
(1926) — *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa.* «O Instituto», Coimbra , 4.ª série, 73 (2), p. 285-303.
(1935) — *As Monografias locais na literatura histórica portuguesa. Lições proferidas em 27 e 30 de Outubro de 1934.* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
FIGUEIREDO, Fidelino de
(1915) — *Os Estudos de história local.* «Limiana. Revista literária pontelimense», Ponte de Lima (11) Junho, p. 185-189.
GASPAR, Jorge
(1975) — *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental.* «Finisterra», Lisboa, 10 (19), p. 107-152.
LARCHER, Tito de Sousa
(1926) — *Estudos de regionalismo. A Divisão administrativa de Portugal. Correição- Província-Distrito-Região.* Leiria, Tip. Leiriense Limitada.
MARTINS, Júlio de Sousa
(1987) — *Levantamento cultural: exemplos e sugestões.* [Aveiro], Estante.
MARQUES, A. H. de Oliveira
(1988) — *A Historiografia regionalista na época do Abade de Baçal,* in Id. — Ensaios de historiografia portuguesa. Lisboa, Palas Ed.

MATTOSO, José
(1988) — *A História regional e local,* in «A Escrita da história. Teoria e métodos». Lisboa, Editorial Estampa, p. 169-180.
MOUTINHO, Mário Canova
(1982) — *A Etnologia colonial portuguesa e o Estado Novo,* in «O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980». Lisboa, A Regra de Jogo.
PICÃO, José da Silva
(1983) — *Através dos campos.* Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.ª ed. 1903-1905).
REAL, Manuel Luís
(1987) — *Gestão do património arquivístico nacional,* in «2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Coimbra, 27 a 29 de Maio de 1987. A Integração Europeia: um desafio à informação. Actas». Coimbra, Livraria Minerva.
SAMPAIO, Alberto
(1923) — *Estudos históricos e económicos. Com prefácio do Dr. Luiz de Magalhães,* 1.º vol. Porto, Livraria Chardon.
SECÇÃO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS
(1985) — *Pesquisa e acção cultural local: questões de método.* Porto, S. E. C./Centro de Estudos Humanísticos
SILVA, Armando B. Malheiro da
(1982) — *O «Barcellos-Revista» (1909-1912): arauto do progresso.* «Barcellos-Revista», Barcelos, 2.ª série, 1 (1), p. 5-56.
SILVA, Augusto Santos
(1984) — *Os Enquadramentos culturais e ideológicos dos estudos locais. (Comunicação oral apresentada no «Seminário de Estudos Locais, realizado no Porto, dias 13 e 14 de Janeiro).*
SILVA, Manuel
(1913) — *Schema d'historia local.* «Revista de Historia», Lisboa, 2, p. 182-183.
TORGAL, Luís Reis
(1987) — *História... Que história? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional.* «Revista de História das Ideias», Coimbra 9 (3), p. 843-887.

APÊNDICE

1

Quadro sinóptico da tradição dos estudos locais em Portugal até 1800

ANO/SÉC.	DESIGNAÇÃO
1512	Tratado sobre a Província de Entre o Douro e Minho e suas abundâncias por Mestre António
1549	Geografia da comarca de Entre Douro e Minho pelo Doutor João de Barros (ms da Biblioteca Pública Municipal do Porto)
1610	Descrição do Reino de Portugal por Duarte Nunes de Leão
1634	Da História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga por D. Rodrigo da Cunha
1672	Tractado panegírico em louvor da vila de Barcelos por Fr. Pedro de Poiares
1676	Nobiliarquia (...) por António Villasboas
Séc. XVIII	Fénix Vianeza ou Vianeza ou Vianna Renascida em o Átrio (ms. publicado por Manuel Artur Norton, «Arquivo do Alto Minho», 1981)
1706-12	Corografia Portuguesa e descrição topográfia do reino de Portugal pelo P.e António Carvalho da Costa (3 volumes)
1720	Fundação da Academia Real da História
1721	Inquérito oficial a párocos e autoridades civis, sobre as povoações que dirigem ordenado pela academia Real da História (a maior parte das respostas desapareceram com o terramoto).
1726	Memórias ressuscitadas de Portugal d'Entre-Douro e Minho por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (ms.)
1732-44	Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga por D. Jerónimo Contador de Argote (4 volumes)
1736	Antiguidades do Douro e Minho por Fr. Marcelino da Ascensão (ms.)
1745	Mapa de Portugal pelo P.e João Baptista de Castro (4 volumes)
1747-52	Dicionário geográfico, ou notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias... pelo P.e Luís Cardoso (imprimiram-se apenas o tomo I, letra A, e o tomo II, letras B e C)
1758	Novo inquérito também concebido pelo P.e Luís Cardoso e que viria a ficar conhecido com o nome de Memórias paroquiais (preciosa fonte corográfica constituída por 43 volumes actualmente depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que se têm feito, um pouco por todo o país, edições parcelares)
1779	Fundação da Academia Real das Ciências
1791	Notícias de Portugal por Manuel Severim de Faria (2 volumes)
1799	Concretizam-se os trabalhos hidrográficos e o plano de descrição geográfica e económica do engenheiro Custódio Gomes de Vilas Boas (ver Geografia e Economia da Província do Minho editada por António Cruz, 1970)

2

Legislação

1. Portaria de 8 de Novembro de 1847 que institui a existência de um livro especial com a denominação de «Anais do Município»

Sua Magestade a RAINHA Ha por bem Ordenar, que em cada uma das Camaras Municipaes dos Concelhos do Reino, e Ilhas Adjacentes haja um livro especial com a denominação de =Annaes do Municipio= no qual annualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorrerem, e cuja memoria seja digna de conservar-se; e bem assim as descobertas de riquezas, substancias e combustiveis mineraes; — o augmento ou diminuição da produção agrícola, e suas causas; — a longevidade das pessoas de que houver noticia, com a declaração do modo de vida que tiveram, e do seu alimento habitual; — as acções generosas, e os nomes dos seus auctores, que mereçam ser transmitidos ás gerações futuras; — e finalmente, tudo quanto possa interessar as tradições locaes. Para este fim Quer Sua Magestade que os Presidentes das Municipalidades nomêem uma Commissão, composta de alguns Vereadores, ou Vogaes do Conselho Municipal, que fôrem julgados mais aptos, a qual em todos os annos, no principio do mez de Março, e depois das reuniões necessarias, redigirá uma memoria que contenha as noticias e esclarecimentos acima indicados, e que sendo lançada em letra bem legível no referido livro, que se guardará cuidadosamente no archivo da Camara, será assignada por todos os Vogaes da Commissão. O que a Mesma Augusta Senhora Manda, pela Secretaria dos Negocios do Reino, participar ao Governador Civil de Vianna, para seu conhecimento, e para que, expedindo nesta conformidade as convenientes ordens ás Camaras Municipaes do Distrito a seu cargo, fiscalize a execução dellas, por intervenção dos Administradores respectivos.

Palacio das Necessidades, em 8 de Novembro de 1847. =*Antonio de Azevedo Mello e Carvalho.*

No *Diario do Governo* de 11 de Novembro N.º 267

2. Decreto de 17 de Julho de 1909 que institui no Ministerio das Obras Publicas um concurso anual de «Monografias de freguesias rurais»

RELATÓRIO

Senhor. — O estudo monographico das freguesias ruraes do país, e que tenho a honra de submetter á alata apreciação de Vossa Magestade, para o qual me inspirei no trabalho que ha annos proveitosamente vem levando a effeito a *Société des Agriculteurs de France,* sob a direcção do eminente economista M. Cheysson, é ao mesmo tempo o ensaio e o inicio do inquerito geral á vida economica da nação portuguesa, cuja necessidade todos reconhecem.

Em circunscrições restrictas, que a sua propria pequenez torna quasi sempre homogeneas, é mais facil abranger, num golpe de vista, e por consequencia comprehender-lhes melhor a natural correlação, todos os aspectos da vida social que é indispensavel estudar e conhecer, para apreciar a capacidade economica actual e a possibilidade de desenvolvimento futuro de um povo.

A freguesia rural é, em Portugal, também um aggregado social historico, quasi immutavel em toda a vida da nação, a ponto de ser ainda hoje possivel em algumas freguesias do norte do país reconhecer o molde originario da *villa romana*.

No sul, a longa dominação arabe e o dilatado periodo da conquista christã apagaram em muitos pontos o cunho romano e não deixaram subsistir a influencia mourisca. É certo, porem, que na sua maioria as freguesias ruraes de hoje conservam aproximadamente os limites que lhes assinaram os primitivos povoadores portugueses das regiões meridionaes do país.

Por toda a parte, pois, será possivel, por uma investigação historica, mesmo ligeira, descobrir a linha de evolução da unidade administrativa da nação: agrupamento social que forma, por assim dizer, o apparelho capillar na circulação vital da sociedade portuguesa e onde todos os accidentes da vida social devem ter deixado impresso algum vestigio.

Os investigadores a quem for confiado o inquerito geral encontrarão nas monographias, cuja elaboração me proponho promover, a experiencia dos processos de investigação decerto applicaveis a todo o país rural; e, nos resultados apurados nas monographias, publicadas a tempo, pontos de referencia bem estudados, uma especie de vertices da rede de geodesia economica, que abrangerá todo o continente português e as ilhas adjacentes.

Ameudados estes estudos, permitirão elles ainda, por um lado, a determinação e individuação das regiões e sub-regiões agricolas do país, e, por outro, o completo estudo monographico das diversas culturas.

Outra razão influiu ainda no meu espirito para adoptar o processo monographico para o estudo inicial do país, applicado á freguesia rural. Em Portugal, mais do que em qualquer outra parte, o predominio crescente da população urbana se está fazendo sentir nocivamente no empobrecimento da vida local, em gente e em riqueza, acentuando uma decadencia que não é, por forma alguma, compensada pelo desenvolvimento industrial e commercial das cidades, quasi exclusivamente concentrado na capital.

Não parece ser a translação da gente dos campos para as cidades a causa principal do notado predominio da população urbana e das suas consequencias.

É certo que aumentam relativamente, na classificação profissional da população portuguesa activa, as categorias industriaes e commerciaes. Parece, porem, ser a emigração a causa que mais empobrece a nossa vida local.

A emigração é, todavia, uma resultante, cujas causas é indispensavel estudar na propria origem das populações validas, a quem o mal-estar local obriga a procurar a subsistencia em outras regiões, talvez menos seduzidas pelo sonho da fortuna, do que obrigadas pela ameaça de miseria na sua terra.

É na freguesia rural, principal viveiro da nossa emigração, que é preciso surprehender a causa que a determina e, por ventura, o fio de uma acção que a extinga, ou oriente por forma mais util á nação.

Pareceu-me por isto de obvia necessidade ir começar o estudo do país, tanto quanto m'o permittem as faculdades do poder executivo, na origem do mesmo, onde provavelmente residem as condições determinantes do mal-estar nacional.

Ainda um outro motivo me levou a propor o estudo local da vida portuguesa. Em todos os países os estudos sociaes economicos e estatisticos são poderosamente auxiliados pelos estudiosos particulares, independentemente da acção do Estado. Em Portugal, essa iniciativa particular, mais importante e numerosa do que geralmente se

suppõe, anda dispersa e desconnexa, sem estimulos que a desenvolvam, sem objectivação que a utilize.

São muitos os estudos locaes que ha sobre varias regiões do país. Cada um, porem, obedece a seu ponto de vista: uns, quasi todos, são historicos, outros, muito poucos, de caracter economico, alguns ainda meramente pitorescos, bastantes referindo-se a factos ou cousas de caracter muito especial ou particular. Nem por isso attestam menos a competencia e a dedicação dos intelligentes estudiosos das cousas da sua terra, dispersos por esse país fora.

Foi meu intuito apellar para esses estudiosos, já conhecidos uns, tantos outros ainda ignorados, que não recusarão decerto o seu concurso a um trabalho vantajoso para todos e que pode dar emprego á sua actividade tão escassamente aproveitada até agora.

A dispersão, porem, das pessoas para quem appello impunha a necessidade de um plano que tornasse harmonico e convergente, para o fim determinado, o esforço de muitos trabalhando isoladamente, um quadro em que se classifiquem os seus estudos, amparando-os, sem os escravizar.

Por esta forma, a acção do Estado exercer-se-ha, não só indirectamente, pelo estimulo da publicidade e dos premios que concederá ás melhores monographias, no concurso em que tambem poderão tomar parte funccionarios da Direcção Geral da Agricultura, mas directamente, incumbindo estes, independentemente do concurso, do estudo de determinadas freguesias ruraes, escolhidas d'entre as mais caracteristicas da vida e physionomia economica do país.

Taes são os motivos que ditaram o projecto de decreto que tendo a honra de depor nas mãos de Vossa Majestade.

Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 17 de julho de 1909. — *Antonio Alfredo Barjona de Freitas*

3

Esquemas e Programas de Monografias Locais

A) Indice de *Memória sobre a História e Administração do Municipio de Setúbal*

I — Antiga e nova Cetobriga

II — Topographia da cidade de Setubal — Formação geologica, flora e fauna do seu concelho

III — Foral — Legislação municipal desde o seculo XVI até nossos dias

IV — O Termo de Setubal — Má visinhança que o povo de Palmella e o de Alcacer do Sal faziam com o de Setubal

V — Divisão ecclesiastica, administrativa e judicial de Setubal e titulos que lhe foram concedidos, quando ainda era villa e aos seus moradores. — Sua elevação á cathegoria de cidade. — Sua população. — Seu brazão d'armas. — Procuradores de Setubal em côrtes. — Feira e mercado.

VI — Receitas e despesas municipaes, antiga e moderadamente

VII — Azeitão

VIII — Palmella

IX — Templos e mosteiros annexos a alguns d'elles

X — Misericordia

XI — A Arrabida

XII — Asylo de Infancia desvalida
XIII — Cemiterio publico
XIV — Monumento a Bocage
XV — Barra de Setubal
XVI — Instrução publica
XVII — Noticia sobre a imprensa em Setubal
XVIII — Assumptos militares
XIX — Projecto de antigos melhoramentos em Setubal
XX — Melhoramentos públicos
XXI — Ruas, práas, passeios
XXII — Nascentes de água, aqueducto, e chafarizes de Setubal
XXIII — Paços municipaes
XXIV — Iluminação pública
XXV — Comunicação de Setubal com Lisboa
XXVI — Doca
XXVII — Theatro Bocage
XXVIII — Associações existentes
XXIX — Academia Problematica
XXX — Dados estatisticos sobre receitas do Estado no concelho de Setubal
XXXI — Commercio, industria e agricultura
XXXII — Indicação chronologica dos mais importantes factos historicos ocorridos em Setubal ou circumvisinhanças
XXXIII — Setubalenses illustres
Aos Setubalenses

B) Indice do 1.º Volume de *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*
Preambulo
I — Origem da Camara de Lisboa; fórma da eleição; procuradores dos mesteres; vencimentos e propinas do presidente, vereadores e procuradores da cidade; divisão da cidade; legislação administrativa
II — Foraes de Lisboa
III — Regimentos dos vereadores e procuradores da cidade, e diversas disposições regulamentares que tem tido à Camara de Lisboa
IV — Divisa da cidade
V — Côres da cidade
VI — Estandarte ou bandeira da cidade
VII — Ceremonial da entrega das chaves da cidade
VIII — Doações
IX — Capitulos de Côrtes
X — Rendas antigas (prefação)
Licenças
Cestaria
Barcas e Tragamalho
Variagem
Ver-o-peso
Terreiro
Marco dos navios

Real d'agua e realete
Carros
Propriedades e fóros
Alqueidão
Chancellaria da cidade
Mealharia
Almotaçaria
Coimas do termo
Donativo

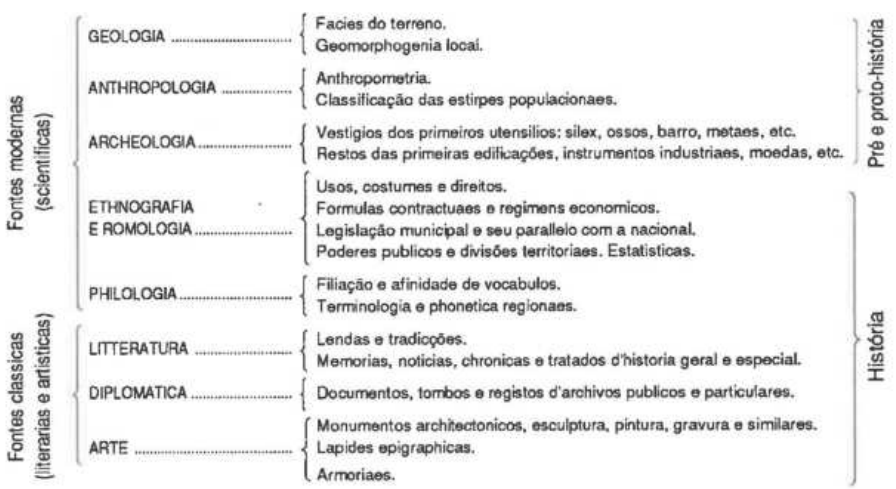
XI — Portagem

XII — Factos notaveis e faustos da Camara, seus privilegios, preeminencias, jurisdicções, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe foram dadas [esta ma´téria, ou seja, a transcrição integral de fontes estende-se, em exclusivo, pelos 14 volumes da obra]

C) Plano proposto pelo Professor José Frederico Laranjo aos seus alunos (cit. por Laranjo Coelho 1926: 295-296)

Introdução — Origem histórica do concelho e seu desenvolvimento
Capitulo 1.º — Distribuição da propriedade antes e depois do regime liberal
Capitulo 2.º — Distribuição da população antes e depois do regime liberal; emigração e imigração, se as há; suas causas e efeitos
Capitulo 3.º — Indústrias antes e depois do regime liberal, seu desenvolvimento ou decadência e causas
Capitulo 4.º — Misericórdia, sua história e estado actual
Capitulo 5.º — Confrarias e estabelecimentos de beneficencia
Capitulo 6.º — Associações
Capitulo 7.º — Institutos de crédito

D) Esquema de História Local (Manuel Silva — 1913: 183)



E) Plano e inquérito para a elaboração da *História do Direito Consuetudinário Português* (cit. por Laranjo Coelho 1926: 297-301)

O MEIO NATURAL

Situação e superfície
Limites
Costas (em localidades marítimas)
O Interior; o relêvo do solo: plano, montanhoso, etc. Hodrografia — natureza das águas: nascentes, fontes, cisternas, poáos, etc., modos usados na utilização das águas (cegonhas, bombas, etc.)
A Estrutura do solo
O Sub-solo
O Clima
A vegetação — produções vegetais
A Fauna (terrestre ou marítima) — produções animais

HISTÓRIA

Pré-história:
Arqueologia pre-histórica:
Lendas
Os Primeiros habitantes
Proto-história:
Povos diversos que ocuparam a região
História:
Sua documentação diplomática, tombos, arquivos, cartulários, etc.
Arqueologia
Biografias de homens ilustres da região

O LUGAR

1.ª — Descrição geral
Vista de conjunto e seu aspecto panorâmico
Situação
Castelo e fortaleza
Portas
Ruas, sua nomenclatura interessante
Praças e jardins
Templos e igrejas
Edificios públicos
Monumentos
Fontes monumentais
Cemitérios
2.º — Bairros antigos
Bairros modernos (orientação do seu desenvolvimento, etc.)
3.º — Arrabaldes

A POPULAÇÃO

Género da população (agrícola, industrial, pastoril, etc.)
Censos
Distribuição da população pela área das diferentes freguesias
Estrutura populacional, densidade, aumento, diminuição e suas causas
Estatísticas demográficas

Condições biológicas: (proporção dos sexos, influência da idade, cegos, surdos-mudos, etc.)
Estrangeiros
Emigração:
Temporária
Periódica
Definitiva
O «Habitat» (plano e disposição das casas, materiais de construção, divisão interior, mobiliário, instrumentos de trabalho, etc.)
O Tipo humano da região
A Língua (dialectos e modos de dizer, nomes de pessoas e nomes de lugares, vocabulário regional, folklore, etc.)
O Vestuário
Higiene
Usos e costumes, recriações, jogos

A VIDA ECONÓMICA
Condições económicas gerais
Agricultura, comércio e indústria
Importação e exportação
Sindicatos agrícolas, caixas de crédito, salários
Feiras e mercados
Estradas e vias de comunicação

A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA
Repartição da propriedade, suas divisões, extensão, tipos agrológicos em relação com o meio natural

VIDA ADMINISTRATIVA
A Circunscrição e suas divisões
O Município, sua vida económica, bens e interesses
Instrução, escolas, bibliotecas, museus, estatísticas do ensino, analfabetismo, suas causas, etc.
Organização militar
Asilos e hospitais, estatística de doentes e de doenças, suas causas em relação com o clima e natureza física da região
Sociedades de recreio, filarmónicas, etc.

A VIDA RELIGIOSA
Procissões, festas e romarias. A vida conventual em antigos mosteiros da região.
Confrarias e estabelecimentos religiosos de piedade e beneficência
Bibliografia das publicações relativas à região, plantas, mapas, fotografias, etc.

F) *Plano para a elaboração de Monografias sobre os Concelhos Portugueses* (Marcelo Caetano)

A— **Instruções para a sua elaboração**

I — O plano pormenorizado que se segue representa apenas um guia do estudante para elaboração da sua monografia. Esta não deverá revestir a forma de resposta a um questionário, mas o estudo vivo e documentado do concelho.

II — Evitará o estudante cuidadosamente exprimir opiniões próprias ou deixar transparecer tendências pessoais, procurando pelo contrário que o seu trabalho tenha o cunho de perfeita objectividade.

III — Todos os dados históricos devem ser extraídos de fontes autênticas. Impõe-se a visita e exploração dos Arquivos Municipais.

IV — As informações que tenham de ser pedidas a pessoas idóneas, devem, quando for possível, ser contrastadas, ouvindo elas outras pessoas de igual competência, a fim de reduzirem ao mínimo as probabilidades de erro.

V — Aconselha-se o estudante a que procure produzir obra sua, bem pessoal, e evite transcrever o que já foi dito por outros ou utilizar sem verificação prévia os dados e afirmações publicadas.

VI — São condições essenciais do valor de uma monografia:

— o método e a clareza da exposição;

— a probidade nas afirmações;

— o escrúpulo na documentação

Não importa escrever muito: mas é preciso escrever bem, referir os factos nos seus lugares, separar nitidamente as matérias distintas entre si.

B — **Plano pormenorizado**

I — HISTÓRIA DO CONCELHO

1 — *Data da fundação*

2 — *Origem do Concelho*

Necessidades da povoação? Desenvolvimento económico? Revolta? Recompensa de serviços prestados ou donativos feitos? Outra qualquer razão? Forais.

3 — *Circunscrição municipal*

Alterações sofridas no decurso dos tempos: anexações e desanexações.

4 — *Organização municipal*

Constituição da Câmara. Forma das Eleições. Houve juiz de fora? Desde quando? Houve organização dos mesteres? Os mesteres intervinham na administração municipal? Magistrados, autoridades e funcionários dependentes da Câmara.

Privilégios do Concelho. Pelourinho.

5 — *Factos notáveis da vida do Concelho.*

Interessam sobretudo aqueles em que o Concelho figure.

II — VIDA ECONÓMICA E SOCIAL

6 — *Superficie actual do Concelho*

Há freguesias ou povoações que queiram passar para outro concelho? Por que motivo?

7 — *Índole geográfica*

Montanhoso? Plano? Marítimo?...

8 — *Comunicações*

Estradas (nacionais e municipais). Caminhos de Ferro. Rios. Portos fluviais e marítimos. Telégrafo e Telefones.

9 — *População*

Número de habitantes. Varões e fêmeas. A população tende a aumentar ou a diminuir? Migrações internas. Emigração. Causas, países de destino, retorno dos emigrantes.

10 — *Índole da população*
Branda ou não? Criminalidade. Grão de instrução. Religiosidade. Espírito de família. Superstições.

11 — *Profissões predominantes*
Notar essencialmente se há muitos empregados por conta de outrem.

12 — *Classes dirigentes*
A antiga nobreza: ainda desempenha algum papel? Os grandes proprietários. As profissões liberais (médicos, advogados...). Os grandes comerciantes. Serviços que presta cada uma das classes e prestígio de que disfruta. Há vida de sociedade, convivendo as principais famílias? Há inimizades entre famílias poderosas?

13 — *Sede do concelho*
É cidade ou vila? Tem água canalizada? Luz eléctrica? Rede de esgotos? Que papel desempenha na região? Os seus mercados e feiras são concorridos, ou há outros mais importantes no concelho, ou noutro concelho, a que concorrem os munícipes? Tem tendência para desenvolver-se ou não?
A sede do concelho está ligada por caminhos praticáveis a todas as freguesias do cocelho?

14 — *Propriedade. Agricultura*
No concelho predomina a grande, a média ou a pequena propriedade? E o que se entende nele por grande, média e pequena propriedade? Há designações especiais locais para cada uma dessas formas (herdade, quinta, horta, casal...)? A terra está muito parcelada? Os Herdeiros separam sempre os quinhões ou é hábito a exploração em comum? São vulgares as tornas e a concentração da propriedade nas mãos de um único herdeiro? É corrente o processo do herdeiro avantajado? A cultura é intensiva ou extensiva? Que espécies se cultivam mais? Usam-se na lavoura os processos tradicionais ou já processos modernos?

15 — *Indústria*
Há ainda no concelho algumas indústrias tradicionais e domésticas? Que indústrias se exploram actualmente? Influências na vida social do concelho.

16 — *Política*
São acesas as paixões políticas? Na política local predominam ideais, interesses ou personalismos?

17 — *Religião*
Espírito religioso no concelho. Clero: função social que desempenha. As Irmandades e Confrarias: o que valem como espírito de mutualidade e estreitamento dos laços naturais. Fins que desempenham. As romarias: sua importância social.

18 — *Misericórdia*
Antiguidade. Serviços que presta. Espírito religioso da confraria. Invadiu-a a política? Património. Situação financeira.

19 — *Imprensa*
Há jornais? Com que carácter?

20 — *Baldios*
Existem? São municipais ou paroquiais? Modo de fruição e aproveitamento. Foram recentemente divididos alguns baldios? A terra dos baldios divididos

está mais bem aproveitada que outrota? Da divisão dos baldios resultaram ou não prejuízos para a população?

21 — *Águas*
Há abundância para as regas ou não? Existem águas públicas? Qual o regime do seu aproveitamento? Há «juízes das águas»? Juntar, sendo possível, o regulamento municipal ou paroquial do uso e distribuição das águas de rega.

22 — *Iniciativa privada*
O que vale: obras públicas, escolas, asilos, etc., devidas à generosidade ou aos esforços dos particulares.

III — VIDA ADMINISTRATIVA

23 — *Câmara Municipal*
Tem prestígio? São disputados os lugares de vereador ou é difícil encontrar quem os desempenhe?

24 — *Principais benefícios que o concelho recebe da administração municipal*
Dizer aqui se a Câmara se tem ocupado das necessidades das populações rurais ou só da sede do concelho, e mencionar as aspirações locais que o Município ainda não realizou.

25 — *Bens próprios do concelho*
Prédios rústicos. Prédios urbanos. Papéis de crédito. Se há prédios, além dos indispensáveis aos serviços, explicar por que não foram amortizados.

26 — *Finanças municipais*
Receitas. Despesas. Dívida. Quais são as principais fontes de receita? Os munícipes queixam-se do peso das contribuições municipais?

27 — *Serviços municipalizados*
Existem? Quais? O público está satisfeito com a exploração? Foi o interesse público que aconselhou a municipalização ou o intuito de obter receitas para a Câmara? Tem organização industrial?

28 — *Funcionalismo municipal*
É numeroso? É competente?

29 — *Posturas municipais*
Juntar um exemplar dos Códigos de Posturas actuais e revogados que possam obter-se.

30 — *Juntas de freguesia*
Sua acção. Importância que têm no concelho.

31 — *Manifestações ou vestígios da intervenção directa dos povos na resolução dos negócios municipais ou paroquiais.*
Assembleias populares. Hábito de consultar no adro os homens velhos do lugar. Assistência popular às sessões da Câmara. Sino da Câmara. Entusiasmo pelo referendo, etc.

IV — BIBLIOGRAFIA

32 — *Monografias e estudos publicados sobre o concelho, ou freguesias dele*

33 — *Colecções de documentos, arquivos ou anais municipais que a Câmara tenha publicado.*

G) Excerto de *Os Arquivos, Bibliotecas e Museus Distritais e os Conselhos Distritais de Educação* (Sousa Larcher)

1.º — Criação em cada distrito administrativo, de um Arquivo Distrital, de uma Biblioteca Erudita com uma secção popular, e um Museu Distrital, que compreenda secções de etnologia, história natural, indústria e quando possível de arte e arqueologia, organismos estes subordinados às Juntas Gerais dos Distritos e subsidiados pelo govêrno e Câmaras Municipaes.

2.º — Que se constituam Conselhos Distritais de Educação, de que façam parte delegados de cada estabelecimento de ensino superior, especial, industrial, secundário e primário, um dos engenheiros de obras públicas e arquitecto quando haja, chefe dos serviços agrícolas e hidraulicos, intendente de pecuária, delegados de saúde, etc.

3.º — Que a esse conselho seja confiada a direcção dos Serviços Estatísticos e estudo do distrito em todo o sentido em que ele possa ser estudado, recolhendo-se os exemplares com que se organizarão os Museus Regionais.

4.º — E assim estudar-se-hia o solo e sub-solo, debaixo do ponto de vista geológico e do seu aproveitamento industrial por intermédio dos engenheiros, e debaixo do seu aproveitamento industrial por intermédio dos engenheiros, e debaixo do ponto de vista agrícola pelos agrónomos e seus auxiliares, fornecendo êstes, ainda, os elementos necessários para se conhecer da flora, culturas que convém abandonar ou reduzire as que se devem introduzir ou desenvolver.

5.º — O veterinário indicaria a fauna, raças a aperfeiçoar e desenvolver e a forma prática de o conseguir.

6.º — O médico estudaria o desenvolvimento da criança, estabelecendo o serviço de higiene escolar.

7.º — As escolas primárias recolheriam os jogos e tradições populares.

8.º — Emfim, cada um recolheria todos os elementos de estudo, para se conhecer da indole, tendências e energia da raça, valor do solo e sub-solo, quedas de água, formas de utilisação de todas as riquezas.

9.º — Um boletim oficial em cada distrito iria publicando todos os estudos e documentos recolhidos, e para fazer face à despeza seria obrigatória a publicação nesse boletim dos anúncios oficiais das corporações administrativas do distrito, compreendendo as posturas e regulamentos que a lei mande publicar em um dos periódicos da localidade.

10.º — O Conselho Distrital de Educação faria depois a publicação dos trabalhos ordenados e revistos, em duas edições, uma popular para divulgação de conhecimentos úteis, e outra de carácter scientífico mas prático, para a exploração racional das riquezas naturais e artificiais adequadas ao meio e às necessidades locais, e por isso com garantia de exploração útil e rendosa.

11.º — Às três Universidades [uma em cada região) caberia o papel de coordenar e completar superiormente estes estudos e divulgá-los no estrangeiro.

12.º — A disposição que torna obrigatória a remessa dos livros publicados no país às cinco principais bibliotecas, tornar-se-hia extensiva às Bibliotecas distritais.

13.º — As publicações periódicas de cada distrito seriam remetidas às mesmas bibliotecas.

14.º — Isentar-se-hia de sêlo a correspondência entre os livreiros e Bibliotecas, e a de livros a estas remetidos.

15.º — Os conselhos distritais de Educação organizarão conferências e exposições, usarão de todos os meios atinentes ao desenvolvimento da instrução e educação nacional, e criarão desde o seu início uma aula de conhecimentos gerais, usando de projecções e de conferências de física e química recreativas e de passeios para educação de adultos.

H) Indice de *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária* (Jorge Dias)

Prefácio
Introdução
Capítulo I — Quadro natural
Capítulo II — Aspectos da povoação
Capítulo III — As Construções e os utensílios
Capítulo IV — Vida social — Organização comunitária
Capítulo V — O Pastoreio — Vezeiras e Lacticínios
Capítulo VI — Agricultura — Abelhas, alfaias agrícolas, carros e outros processos de transporte
Capítulo VII — A Alimentação — O Pão
Capítulo VIII — Vestuário — Tecelagem e tear
Capítulo IX — Crença popular — Religião, superstições, doenças e remédios
Capítulo X — Festas, danças, instrumentos, jogos e desportos
Capítulo XI — Cancioneiro musical
Capítulo XII — Provérbios e adivinhas
Capítulo XIII — Emigração e contrabando
Capítulo XIV — O Homem — Tipo físico, fisionomia e concepção de vida
Capítulo XV — Conclusão

I) Alguns tópicos extraídos de *Breve Programa para uma Monografia Local* (Jorge Alarcão 1982: 53-60 — trabalho de consulta imprescindível)

«A monografia deve começar por um quadro natural, com descrição geográfica, caracterização geológica e, se possível, pedológica (isto é, dos solos), bem como descrição da cobertura e do povoamento animal naturais [...]» (p. 53).

«A evolução do povoamento, das origens à Reconquista, constituirá outro capítulo, cuja preparação exige a prévia elaboração da carta arqueológica local» (p. 54).

«A Reconquista cristã dos territórios ocupados pelos muçulmanos abrirá, naturalmente, outro capítulo, que se subdividirá em diversas rubricas». (p. 55).

«A história subsequente, dividida até às guerras liberais do século XIX em dois grandes períodos, os séculos XII-XIV e XV-XVIII, poderá ser tratada adoptando um mesmo esquema, cujas rubricas definiremos» (p. 55-58).

«Outro capítulo será consagrado à vida económica, isto é: aos preços [...]; ao crédito [...]; à produção agrícola [...]; à produção industrial [...]; ao comércio [...] (p. 58).

«Finalmente, trataremos da vida artística e recreativa local, com identificação dos artistas residentes ou visitantes e das suas obras, descrição das festas, folguedos, procissões, etc.» (p. 59).

J) *Arrumação do Arquivo* — [Municipal de Barcelos] e *Alguns tópicos para a História do Município de Barcelos* (José Capela e João Nunes 1984: 15-26)

A — Antigo Regime (até 1834-36)
1. Foral Novo de D. Manuel I
2. Administração municipal
   a) Actas de vereação e de reuniões da Câmara
   b) Registo Geral e Privilégios
   c) Cargos municipais

d) Finanças municipais
e) Actividades económicas
f) Assistência

3. Administração militar:
   a) Coudelarias
   b) Ordenanças
4. Aspectos vários da administração territorial
   a) População
   b) Correição, justiça e notariado
   c) Obras e melhoramentos
5. Baldios e bens do Concelho
   a) Tombos e roteiros de bens
   b) Provisões para afiramentos
   c) Notas de Prazo
   d) Autos de Vistorias
   e) Reconhecimentos, vendas e laudémios
   f) Processos vários referentes a baldios (por freguesias, posteriores a 1836)
6. Finanças Públicas:
   a) Administração do Cofre da Comarca
   b) Lançamento de impostos no âmbito da jurisdição da Comarca
7. Fundos de outras instituições, depositados no Arquivo Municipal
8. Administração Central e Corregedoria

B — Monarquia Constitucional (1834-36 a 1910)

1. Miscelâneas e Copiadores de ofícios e correspondência
2. Finanças municipais
3. Contribuições municipais
4. Requerimentos à Câmara, e licenças
5. Funcionalismo
6. Côngruas
7. Obras
8. Cemitérios
9. Matadouro
10. Ensino
11. Assistência
12. Contencioso e Polícia
13. Recenseamentos eleitorais e militares
14. Administração das freguesias
15. Documentos particulares ou de outros fundos

(...)

4.1 Aspectos essenciais da administração municipal
   a) O Território, a população e a administração
   b) A Economia
   c) Assistência
   d) Finanças municipais
   e) Impostos centrais
   f) Baldios

4.2 Alguns fundos específicos da Monarquia Constitucional

L) Programa extraído de *A História Regional e Local* (José Mattoso 1988: 169-180; ver aplicação prática deste programa em MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia — O *Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII.* Lisboa, Editorial Estampa, 1989)

1. A Terra e a sua ocupação

«Uma monografia regional ou local terá, portanto, depois, de descrever o espaço geográfico escolhido e a sua relação com os territórios circundantes ou com aqueles em que se inscreve como uma parte, de acentuar os elementos que aí condicionam a vida humana e os que o homem pode aproveitar» (p. 171).

2. Os Poderes

«O que importa aqui, porém, não é bem identificar, no caso concreto da monografia regional, os grupos que se poderão assimilar aos guerreiros, sacerdotes e produtores, mas averiguar como se organizam entre si os poderes originados por tais funções: a militar, a religiosa e a económica. E, por outro lado, como é que emerge, a partir de uma ou mais dessas funções, próprias de grupos, uma quarta, englobante e organizadora, normalmente personalizada, a função política. Esta averiguação resulta, muitas vezes, da reconstituição do processo pelo qual se afirmou o poder judicial e o poder fiscal, que justificam as capacidades para julgar e exigir impostos» (p. 173).

3. As Unidades espaciais

«Não é possível fazer a identificação dos poderes sem reconhecer imediatamente o espaço onde eles se exercem e os sinais que exprimem o seu âmbito ou marcam os homens que a eles têm de se sujeitar. Quer isto dizer que só mentalmente se pode separar o estudo dos poderes das unidades espaciais que os limitam. [...] Antes de falar expressamente na cultura, convém ainda insistir na eventual sobreposição das diversas unidades, identificadas por meio dos critérios já mencionados, e lembrar que as tensões, sobreposições e justaposições de unidades onde se exercem os diversos poderes ou se praticam determinados costumes geram uma dialéctica que a história regional e local tem de desmontar para mostrar como funciona» (p. 174-175).

4. As Manifestações culturais

«É preciso, portanto, estudar à parte as manifestações artísticas produzidas pela comunidade que se pretende conhecer. A poesia, a literatura, a pintura, a escultura, a arquitectura, as artes decorativas têm também lugar, e importante, nas monografias regionais e locais. Se possível, não se devem limitar a enumerar as obras, nem sequer a estudar os seus autores, quando se podem atribuir a alguém. É preciso tentar ver de que modo exprimem a comunidade ou denotam influências alheias e qual o grau da sua gratuidade ou originalidade. Não se confunda isto, em todo o caso, com as listas das glórias da terra, sobretudo quando a única ligação com ela é o registo de nascimento» (p. 176-177).

5. A Diacronia

«Ao expor os resultados da sua investigação, o autor da monografia terá de acentuar os períodos para os quais são válidos os dados referidos. Mas é preciso também reunir num capítulo à parte os elementos cronológicos, para reconstituir a evolução global. Esta, por sua vez, para se tornar compreensível, dever-se-á dividir em períodos cujas censuras sejam escolhidas de modo a acentuar as alterações mais significativas» (p. 177).

6. A Documentação

«Dado o ponto de vista que adoptei, é natural que comece por lembrar que se deve considerar a paisagem como documento. Quero-me referir às marcas que o homem nela deixou. [...] Seguem-se os monumentos, vestígios arqueológicos, obras de arte, erudita ou popular, e objectos da civilização material de outrora. [...] Por último o imenso grupo dos documentos escritos. Aqui o que importa, antes de mais, é constituir corpos documentais, completos e seriáveis pelas coordenadas do tempo e do espaço. [...] Inseridos os documentos em séries datadas, trata-se de saber que dados devemos procurar neles. Neste ponto, é necessária a maior imaginação, para poder encontrar respostas às questões que fui enunciando ao longo desta exposição» (p. 178-179).

M) *Ideias-força* extraídas de *História... Que História?* (Luís Reis Torgal 1987: 862-863)

1.º — Importa, em primeiro lugar, que os programas do ensino básico e secundário não se limitem a vagas considerações sobre a necessidade da integração dos alunos no espaço em que vivem, mas que sensibilizem os professores e os estudantes para o conhecimento da sua realidade local e regional e que criem condições práticas para que o contacto com tal realidade seja possível e, por assim dizer, imperativo.

2.º — É necessário que as Universidades e os Institutos Politécnicos, e as suas Escolas Superiores de Educação, tendo em conta os seus objectivos diferentes evidentemente, confiram uma preparação cada vez mais profunda e adequada a uma prática de pesquisa e que não enveredem por uma via «pan-pedagogista» teórica, sem com isto procurar desvalorizar as ciências pedagógicas, que deverão ter o seu lugar próprio no âmbito do ensino. E essa preparação — que pode e deve supor cadeiras ou cursos específicos de História Local e Regional — não deve apenas ser realizada ao nível do bacharelato ou da licenciatura, mas também em pósgraduação (através de mestrados e cursos especializados) e em sistema de formação contínua.

3.º — Os Institutos Politécnicos, que estão a organizar um pouco por todo o lado estes Colóquios de História Local e Regional, parece terem encontrado — pela sua forte implantação nas regiões — uma das suas áreas vocacionais. Será importante, por isso, que estabeleçam uma rede de ligações com as Universidades, as escolas básicas e secundárias, as autarquias e as empresas e que interessem nesta realização os organismos centrais de dinamização cultural. Inclusivamente parece-me que seria do maior interesse a criação de Centros de História Local e Regional que levassem a efeito linhas de pesquisa sistemática, pois hoje a História já não pode viver só de simples trabalhos individuais e de amplitude parcelar.

4.º — Gostaria de afirmar — embora isso possa parecer polémico — que mais do que «fazer» História Local e Regional é prioritário hoje a recolha e, se possível, a publicação e/ou catalogação criteriosa das fontes, por processos científicos. A História é uma ciência complexa e o historiador não se improvisa — esta foi, de resto, no seu aspecto restritivo, é certo, uma das lições da «escola metódica», infelizmente nem sempre ouvida. Não quero subestimar, de modo algum, o papel dos eruditos regionais e locais, que têm dado um contributo significativo; o que entendo sim é que o seu trabalho seria mais profícuo em termos científicos se tivessem menos a preocupação de «fazer História» do que, através de processos técnicos adequados — pelo que seria necessário uma formação e um acompanhamento próprio —, dessem a conhecer, com introduções orientadoras, os documentos que encontrassem. Assim a recolha documental poderia ser em certos casos definitiva, não sendo necessário voltar constantemente atrás, como é timbre de um estudo histórico mal organizado.

4

Levantamento bibliográfico dos estudos locais minhotos *

BIBLIOGRAFIAS

1 ARANHA, Pedro Venceslau de Brito — *Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l'étude des villes, des villages, des monuments... du Portugal...* Lisboa, 1900.

2 BIBLIOGRAFIA COROGRÁFICA DE PORTUGAL. Lisboa, Biblioteca Popular de Lisboa, 1962-1978, 7 vols.

3 CUNHA, Arlindo Ribeiro da — *Achegas para uma bibliografia do distrito.* «O Distrito de Braga», Braga, 2.ª série, 1 (1-2-3-4) 1975, p. 537-544.

4 DIAS, Eduardo Rocha — *Monografias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do continente de Portugal. Breve indicação.* Lisboa, 1908.

5 FIGANIÉRE, Jorge César de — *Bibliografia histórica portuguesa.* Lisboa, Tip. do Panorama, 1850.

6 FIGUEIREDO, A. Mesquita de — *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa.* Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

7 GRUPO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Bibliografia Anual de História de Portugal da Pré-História a 1974. Ano de 1989.* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

8 Herman LAUTENSACH — *Bibliografia geográfica de Portugal.* 2.ª ed., Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1973; CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS — *Bibliografia Geográfica de Portugal: 2.º vol., 1947-1974,* Lisboa, CEG, 1982.

9 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969).* Lisboa, IPCC, 1984.

10 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979).* Lisboa, IPCC, 1985.

11 PEREIRA, Benjamin Enes — *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa.* Lisboa. Instituto de Alta Cultura, 1965.

12 PROJECTO ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS — *Bibliografia das monografias locais. I Síntese temática das artes e ofícios tradicionais* [Lisboa], Ministério da Educação, [1989].

13 SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionario Bibliografico Português.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1958, 23 vols.

14 TRABALHOS PORTUGUESES INÉDITOS SOBRE ECONOMIA AGRÁRIA. *Inventário.* Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1959.

* A recolha bibliográfica aqui apresentada, assenta, essencialmente, em pesquisas feitas na Biblioteca Pública de Braga e na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, tendo beneficiado ainda das preciosas achegas do nosso colega e amigo Dr. Henrique Barreto Nunes (bibliotecário e coleccionador de monografias sobre o Minho). Recomenda-se, bastante, a consulta do trabalho de ALARCÃO, Jorge — *Introdução ao estudo da história e património locais* (Coimbra, 1982) para a obtenção de dados bibliográficos complementares.

Este levantamento bibliográfico serve, apenas, de complemento à análise produzida sobre a evolução e a natureza dos estudos locais e não pode ser tomado como uma Bibliografia no sentido usual do termo, além de que reflecte a hibridez da literatura monografista e a fluidez do critério na escolha dos trabalhos. Limitação que assumo e só considero superável através de um projecto bibliográfico e informático que vise a introdução numa Base de Dados de todas as referências existentes (em livro e periódicos).

1. Portugal

15 *À Descoberta de Portugal*, Lisboa, Selecções de Reader's Digest, 1982.

16 ACKERMANN, Eugène — *Le Portugal moderne. Étude intime des conditions industrielles du pays*. Paris, 1907.

17 ALMEIDA, José Augusto Ferreira de (dir.) — *Tesouros artísticos de Portugal*. Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976.

18 ARTE E A NATUREZA EM PORTUGAL. Porto, 1908 (8 volumes).

19 BIROT, Pierre — *Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, [1975].

20 BRANDÃO, Maria Lurdes — *Presença de Portugal*. Rio de Janeiro, 1969.

21 CAMPOS, Agostinho de — *Jardim da Europa. Casos, tipos, aspectos de Portugal. Meditações e heresias de um português*. Lisboa, 1912, 2.ª ed.

22 CARVALHO, Pereira de — *Portugal*. Lisboa, 1940.

23 CHANTAL, Suzanne — *Portugal, terres et gens*. Lisboa, Shell Portuguesa SARL [1963].

24 CORTESÃO, Jaime — *Portugal. A Terra e o homem*. S.l., Artis, 1966.

25 COSTA, Américo — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular...*, 12 vols., Porto, 1929-1949.

26 COSTA, L. de Mendonça e — *Manuel du Voyageur en Portugal. 175 gravures, 4 cartes et 3 plans de villes*. 2.ª ed., Lisbonne, 1908.

27 DENIS, Ferdinand — *Portugal*. Paris, 1846.

28 DESCAMPS, Paul — *Histoire sociale du Portugal*. Paris, Firmin-Didot, 1959.

29 DESCAMPS, Paul — *Le Portugal. La vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot, 1935.

30 FIGUEIREDO, Alphonse de — *Le Portugal. Considération sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*. Lisbonne, 1873.

31 FIGUEIREDO, José de — *Portugal na exposição de Paris*. Lisboa, 1901.

32 FREIRE, João Paulo — *Por terras do norte e do sul. Águas passadas*. Porto, 1928.

33 FREITAS, J. J. Rodrigues de — *Notice sur Portugal*. Paris, 1867.

34 GAUTHIER, Jean et al. — *Le Portugal. En images*. Paris, s/d.

35 GRAHAM, Gordon H. — *Portugal, land of sunshine*. [Lisboa], Directorate Generale of Tourism of Portugal, s.d..

36 HARTMANN, Hans W. — *Le Portugal vu par un suisse*. Zurich, s.d.

37 HEYD, Varvara — *Portugal visto por Varvara Heyd*. [Rio de Janeiro, Centro Lume, 1973].

38 INTRODUCING PORTUGAL. [Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972].

39 KESSLER, Richard von — *Portugal von der Guadiana zum Minho. (Land und leute)*, Stuttgart, s.d.

40 LABRA CARVAJAL, Armando — *El Portugal*. Lisboa, 1920.

41 LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho — *Portugal antigo e moderno. Dicionario Geographico, estatistico...*, 12 vols., Lisboa, Tip. Editora de Matos Moreira e Companhia, 1873-1890.

42 MARAVILHAS DE PORTUGAL. COLECÇÃO DE 260 CROMOS — Venda Nova-Amadora, Editorial Ibis, [1963].

43 MENDES, Maria Clara; CALADO, Maria — *Por Terras de Portugal*. Lisboa, Selecções Reader's Digest, 1985.

44 MONTES, António — *Terras de Portugal, 2.ª série*. Lisboa, 1939.

45 NORONHA, Eduardo de — *Do Minho ao Algarve. Viagem pitoresca e aventurosa através de Portugal*. Porto, Magalhães & Moniz, Lda. Editores, 1910.

46 NOTAS SOBRE PORTUGAL (Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa). Lisboa, 1908.
47 OGRIZEK, Doré — *Le Portugal.* Paris, Editions Odé, 1950.
48 OLIVEIRA, Lopes de — *Por terras de Portugal. Paisagens — Arte — Costumes.* Lisboa, 1929.
49 OLIVEIRA, Manuel Alves de — *Guia Turístico de Portugal de A a Z.* Lisboa, D. Quixote, 1990.
50 PACHECO, Hélder — *Portugal: património cultural popular.* Porto, Areal, 1985.
51 PAPY, Luis; GADALA, Th. — *Le Portugal.* Grenoble, 1935.
52 PEIXOTO, Afrânio — *Viagens na minha terra. Portugal.* Porto, Liv. Lello & Irmão, 1938.
53 PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme — *Dicionario historico, chorographico, heraldico...*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres Editor, 1904-1915.
54 PORTUGAL. A ARTE: OS MONUMENTOS: A PAISAGEM: OS COSTUMES: AS CURIOSIDADES. 10 Fasc. Barcelos, s.d.
55 PORTUGAL. ATRAVÉS DO TEMPO E DA HISTÓRIA. Porto, 1934.
56 PORTUGAL ECONÓMICO, MONUMENTAL E ARTÍSTICO. Lisboa, s.d. (3 vols.)
57 *PORTUGAL. In New York World's Fair 1939.* Lisboa, 1939.
58 PORTUGAL. NOTES ET IMAGES. Lisbonne, 1953.
59 PORTUGAL. PERGUNTE PARA SABER [Lisboa, Secretaria de Estado de Informação e Turismo, 1972].
60 PORTUGAL OF TODAY. Special edition dedicated to Portugal. Mexico, Editor Julio Garcia Lourdes, s.d.
61 PORTUGAL. SON CLIMAT, CLIMATE. SES PAYSAGES, LANDSCAPE. SA RICHESSE THERMAL, WATTERING PLACES, etc., etc. Lisboa, 1929.
62 QUEIRÓS, Carlos — *Paysages du Portugal.* Lisbonne, s.d.
63 RACZYNSKI, Comte A. — *Dictionnaire historico-artistique du Portugal pour faire suite à l'ouvrage ayant par titre: Les arts en Portugal lettres adressés a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents.* Paris, Jules Renouard, 1845.
64 REYNOLD, Gonzague de — *Portugal.* Paris, 1936.
65 RIBEIRO, Orlando — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas.* (4.ª ed.) Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986.
66 ROUFFEYROUX, Léonce de — *Portugal.* Paris, E. Dentu, 1880.
67 SALAZAR, Abel — *Digressões em Portugal, 1.º vol.* Porto, Imprensa Portuguesa, 1935.
68 SANTA-RITA, Gonçalo — *Portugal, a expressão da paisagem.* Lisboa, 1982.
69 SARAMAGO, José — *Viagem a Portugal.* Lisboa, Editorial Caminho, 1985 (2.ª ed.).
70 SAVINE, Albert — *Le Portugal il y a cent ans. Souvenirs d'une ambassadrice.* Paris, Luis Midraud, 1912.
71 SOUTO, Lopes do — *Portugal 1964.* Lisboa, Diário de Lisboa, [1965] (Texto em alemão e em inglês).
72 SOUTO, Lopes do — *Realidades portuguesas.* Lisboa, Diário de Lisboa, [1968].
73 STEPHENS, H. Morse — *Portugal.* London, s.d.
74 EL TERRITORIO PORTUGUÊS. Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, [1972].
75 VIANA, António Manuel Couto — *[Textos introdutórios das regiões],* in MODESTO, Maria de Lourdes — *Cozinha Tradicional Portuguesa.* Lisboa, Verbo, 1982.

2. Minho (a Província)

76 ABREU, Leonídio de — *Silva minhota.* Braga, 1956.
77 ALMEIDA, Fialho de — *Estancias d'arte e de saudade.* Lisboa, 1921.

78 ARAÚJO, Veloso de — *O Minho rural e a agricultura moderna.* Braga/Vila Nova de Famalicão, 1928.

79 AZEVEDO, Correia de — *Minho e Galiza = Miño y Galicia.* S.l., s.n., s.d.

80 AZEVEDO, Correia de — *Minho turístico.* Vila Nova de Gaia, 196?.

81 AZEVEDO, Correia de — *Terras com foral ou pergaminho das provincias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beiras.* S.l., s.n., 1967, p. 15-33.

82 CASTRO, João de — *Jornadas no Minho: impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais.* Lisboa, Ferreira de Oliveira, 1906.

83 CHIAS Y CARBO, Bento — *Mapa de la provincia de Minho: distritos Viana do Castello, Braga: cartas chorographicas.* Barcelona, Editorial de Alberto Martim, s.d.

84 C[OSTA], [Joaquim] G[uilherme] — *Oito dias no Minho.* Lisboa, Tip. da Papelaria Palhares, 1902.

85 COSTA, António da — *No Minho.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1874).

86 CRESPO, José — *O Minho, região de beleza eterna.* Viana do Castelo, s.n., s.d. (4.ª ed.).

87 CRESPO, José — *Roteiro do Minho: guia turístico, cultural, económico e desportivo.* Viana do Castelo, Edição do Autor, 1978.

88 CUNHA, Manuel Celso da Silva — *Minho. Cartaz típico.* [Barcelos], 1961.

89 DIAS, Jorge — *Minho, Trás-os-Montes et Haut-Douro.* Lisboa, 1949.

90 DIONISIO, Sant'Ana — *Velho Minho.* Porto, Lello & Irmão Editores, 1978.

91 FARIA, Armindo de — *Minho, dossel de Portugal.* Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1965.

92 FIGUEIREDO, A. Lopes de — *Noticia histórica das cidades, vilas e casas ilustres da província do Minho.* Braga, Tip. Lusitana, 1873.

93 FREIRE, João Paulo — *Por terras do norte... Aspectos e impressões.* Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1926.

94 FREIRE, João Paulo — *Terra lusa. Impressões de viagem. Minho e Braga, Douro de relance. Camillo Castello Branco em Vandoma (Informações ineditas).* Lisboa, Casa do Globo, 1917.

95 GUERRA, Luis Figueiredo da — *Guia do Caminho de Ferro do Minho (De Nine a Valença).* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879.

96 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Torres solarengas do Alto-Minho.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

97 GUIA DE PORTUGAL. 4.º VOLUME — ENTRE DOURO E MINHO. II MINHO. 2.ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1986].

98 LEMOS, Alvaro V. — *O Minho alegre e cantador.* Coimbra, Central, 1926.

99 MENESES, Mário — *Anotações ao IV volume do Guia de Portugal.* Régua, 1967.

100 TRIGUEIROS, Luís Forjaz — *O Minho: Antologia da Terra Portuguesa.* Lisboa, Livraria Bertrand, [1957].

101 O MINHO. DISTRITO DE BRAGA E VIANA. *«Portugal Divulgação»*, Lisboa (1) 1978, 12 p.

102 MONOGRAFIAS DAS ESTAÇÕES E ESBOÇO COROGRÁFICO DA ZONA ATRAVESSADA PELOS CAMINHOS DE FERRO DO MINHO E DOURO. Lisboa, Imprensa dos Caminhos de Ferro do Estado, 1926.

103 MONTEIRO, Campos — *Entre-Douro-e-Minho (Exposição portuguesa em Sevilha, «Portugal-Monografias»).* Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

104 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Imagens do Minho oitocentista.* Braga, Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores de Segurança Social e Saúde, 1985.

105 RAPOSO, Francisco Hipólito — *O Minho e mais três concelhos roubados ao Porto*. Lisboa, Mobil Oil Portuguesa, 1984.

106 RIBEIRO, Luciano — *Uma descrição de Entre-Douro e Minho por Mestre António*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Porto, 22 (3-4), 1959.

107 RODRIGUES, M. M. Sarmento — *Rio Lima. O seu navio e os seus heróis*. S.l., s.n., 1944.

108 SAMPAIO, Francisco — *Produto turístico do Alto Minho*. Viana do Castelo, Edição da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde), 1991.

109 SÃO ROMÃO, Visconde Vilarinho de (António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão) — *O Minho e suas culturas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

110 SILVA, Duro — *Subsídios para a história do Minho. O Rio Lethes e o Forum Limicorum*. Lisboa, Livraria de J. Rodrigues & C.ª, 1923.

111 SOUSA, Tude M. de — *Gerez, notas etnográficas, arqueológicas e históricas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

112 SOUSA, Tude M. de — *Serra do Gerez*. Porto, Livraria Chardon, 1909.

113 TRIGUEIROS, Luís Forjaz — *Campos Elísios. Páginas minhotas*, S.l., s.n., 1956.

114 VIANA, Abel — *Vocabulário minhoto. Subsídios*. Esposende, Livraria Esposendense, 1930.

115 VIEIRA, José Augusto — *O Minho pittoresco*. Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887, 2 vols.

periódicos

116 *Água mole: revista de cultura popular*. Braga, 1988.

117 *Cadernos do Noroeste*. Braga, 1986.

118 *Forum*. Braga, 1987.

119 *Gente minhota*. Braga, 1926.

120 *Minia. Subsídios para o estudo da terra e do homem do Minho*. Braga, 1.ª série, 1944-1946; 2.ª série, 1978-1986.

121 *Revista do Minho. Para o estudo das tradições populares*. Esposende, 1888-1914 (nova série).

3. Minho (distritos, concelhos, cidades, vilas e freguesias)

Distrito de Braga

122 *O Distrito de Braga. Imagem real e potencialidades*. Braga, Governo Civil, [1985].

123 *Distrito de Braga. Demografia. Educação. Economia. Património. Política*. [Braga], Governo Civil, 1989.

124 NUNES, Henrique Barreto; OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Património cultural e história: distrito de Braga — 1989*. Braga, 1989.

125 PACHECO, Helder (cord.) — *Braga: encontros e descobertas*. Porto, Lema, 1990.

126 REGO, João Figueiroa — *Memórias de aquém e além Cávado. Subsídios históricos*. Braga, 1985 (dactilografado; existe 1 exemplar na BPB).

periódicos

127 *Almanaques* — (ver CUNHA, Maria Helena R. Laranjeiro da — *Almanaques de Braga*. «Forum», Braga (5) Maio 1989, p. 29-75).

128 *Anuário do distrito de Braga*. Braga, 1906.

129 *Boletim Distrital. Junta Geral do Distrito de Braga*. Braga, 1931.

130 *O Distrito de Braga. Boletim cultural de etnografia e história*. Braga, 1961-1982.

Amares, conc.

131 RODRIGUES, Domingos — *Caldelas em 3 dimensões*. S.l., Edição do Autor, 1986.

132 SILVA, Domingos Maria da — *D. Félix Machado e o concelho de Amares*. Braga, 1984.

133 SILVA, Domingues Maria da — *Entre Homem e Cávado*. Amares, 1958, 3 vols. (1 e 2 — Monografia do concelho de Amares).

134 [SILVA, Domingos Maria da] — *Entre Homem e Cávado*. Cantigas, S.l., s.n., [1981].

135 SILVA, Domingos Maria da — *Entre Homem e Cávado em meados do séc.XVIII. Memórias paroquiais*. Braga, 1985.

Barcelos, conc.

136 ABREU, A. Antunes de — *Vila Cova: a Terra e o homem*. Barcelos, Câmara Municipal, 1986 (Separata de «Barcellos-Revista», Barcelos, 3 (1) 1986, p. 327-484).

137 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Barcelos*. Lisboa, Editorial Presença, 1990 (col. Cidades e Vilas de Portugal).

138 ALMEIDA, Francisco Alves de — *Galegos, Santa Maria (Barcelos)*. S.l., s.n., 1976.

139 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo-Barcelos*. S. Julião de Freixo (Ponte de Lima), Edição da Autora em colaboração com o C.E.R., 1984.

140 BARREIROS, Manuel de Aguiar — *A Igreja de Vilar de Frades no concelho de Barcelos*. Porto, Marques Abreu, 1919.

141 BARROSO, José Joaquim Ferreira — *monografia geográfica. Conceito moderno de geografia. Como deve ser ensinada — Esboço geográfico do concelho de Barcelos*. Vila Real, Imprensa Artística, s.d.

142 CAPELA, José Viriato — *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração municipal nos fins do antigo regime*. Barcelos, Câmara Municipal, 1989 (Separata de «Barcellos-Revista», Barcelos, 3 (1) 1986, p. 8-324).

143 COSTA, Areias — *Sant'Iago de Vila Seca. História... Tradições... Costumes...* Vila Seca, Edição do Autor, 1983.

144 CRUZ, Bento Antas da — *Ensaio para os anais do município de Barcelos. A Comarca. Parte primeira*. [Barcelos], Edição do Autor, 1932.

145 CUNHA, Fernanda de Matos — *Notas etnográficas sobre Barcelos*. Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932.

146 FARIA, Antero de — *Franqueira*. Barcelos, 1956 (2.ª ed.).

147 FERNANDES, Maria Celeste Andrade da Costa — *Elementos para a história do Couto de São Martinho de Manhente*. Porto, 1968 (dactilografado; dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas — Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

148 FERREIRA, José — *Do Monte d'Assaia ao rio Este: A Confraria de Nossa Senhora da Saúde: a Honra do Couto de Fralães (Concelho de Fralães)*. Monte de Fralães, Edição do Autor, [1988] (2.ª ed.).

149 FERREIRA, Manuel Avelino — *A Igreja beneditina de Nossa Senhora do Terço. História duma Igreja na história de Barcelos*. Barcelos, Edição do Autor, 1982.

150 FERREIRA, Manuel Avelino — *Roteiro do visitante. Da Igreja beneditina de Nossa Senhora do Terço. Edição acrescida de apreciações*. Barcelos, Edição do Autor, 1982.

151 FONSECA, Teotónio J. da — *O Concelho de Barcelos. Aquém e além-Cávado*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1933-37 (Reedição Barcelos, Santa Casa da Misericórdia/ /Câmara Municipal, 1987, também em 2 vols.).

152 A FRANQUEIRA. NO PASSADO, PRESENTE E FUTURO. RELATÓRIO. Barcelos, Confraria de Nossa Senhora da Franqueira, 1944.

153 FREIRE, Manuel da Rocha — *Raridade bibliográfica. Relação histórica do que fizeram os moradores de Barcelos, desde o dia em que na vila aclamaram D. João IV, apenas sabida a restauração da capital em 1 de Dezembro de 1640, até ao último de Janeiro de 1642.* Braga, Livraria Internacional, 1871.

154 GOMES, Manuel José da Silva — *Memórias de Vilar do Monte.* S.l., s.n., 1926 (Monografia dactilografada pelo Autor; existe 1 exemplar na BMBarcelos).

155 LANDOLT, Cândido Augusto — *Tradições populares colhidas no concelho de Barcelos... Com uma introdução por J. Leite de Vasconcelos.* Barcelos, 1884.

156 LEITÃO, Joaquim — *Guia illustrado de Barcelos.* S.l., s.n., 1908.

157 MACIEL, Cândido Neiva de Oliveira et all. — *Vale do Neiva, subsídios monográficos.* Barcelos, Edição do Autor, 1982.

158 MACIEL, Manuel Justino Pinheiro — *Monografia de Durrães.* Braga, 1979. (Separata de «O Distrito de Braga», 4, 2.ª série, 8 (1 a 4) 1979, p. 17-173).

159 MAGALHÃES, António Martins — *Barcelos, verde Minho. Guia turístico.* S.l., Edição do Autor, 1987.

160 MAGALHÃES, Ernesto de Amorim — *Barcelos. No passado. No presente.* Barcelos, Papelaria Liz Editora, 1958.

161 MEMÓRIA DA I SEMANA DE OFERTAS AO HOSPITAL REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 1943. (Barcelos), Santa Casa da Misericórdia, (1943).

162 MENESES, José de Azevedo e — *Ninharias. Refutação documentada dos erros cometidos pelo sr. Anselmo Braamcamp Freire nos seus estudos publicados àcerca dos Farias de Barcelos.* Famalicão, Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1911 (3 vol.).

163 NOVAIS, José Francisco — *Divino salvador do Campo. Barcelos. Respigos tirados do seu interessante arquivo paroquial.* Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1951.

164 PEREIRA, Alcino da Cunha — *A Igreja da Carapeços (O Templo e o povo). Apontamentos para a sua História. 25 anos de paroquialidade, 1962-1987.* S.l., s.n., [1987].

165 PEREIRA, Domingues Joaquim — *Memória histórica da villa de Barcellos, Barcellinhos e Vila Nova de Famalicão, por...* Viana, Tip. André J. Pereira & Filho, 1867.

166 RIBEIRO, A. M. do Amaral — *Noticia descriptiva da muito nobre e antiga — villa de Barcellos. 2.ª edição correcta e augmentada.* Barcelos, Editor E. R. de Sá Viana, 1867.

167 RIBEIRO, Hélio Gomes — *Pousa, Santa Cristina e Reguela — S. Salvador.* S.l., 1979.

168 RIBEIRO, Hélio Gomes — *S. Romão da Ucha.* Braga, 1978.

169 O RIO NEIVA. MONOGRAFIA. Porto, 1978.

170 SAMPAIO, José Mancelos (org.) — *Recordações históricas de Barcelos.* Barcelos, Publicação do Notícias de Barcelos, 1932.

171 SAMPAIO, José Mancelos — *A Servidão de Barcelos a Guimarães.* Barcelos, Câmara Municipal, 1943.

172 SAMPAIO, José Mancelos e SOUCASAUX, Augusto — *Barcelos, Resenha histórico-pitoresca-artística.* Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1927.

173 SIMÕES, Santos — *Breves notas sobre alguns azulejos de Barcelos.* Barcelos, Edição do Grupo Alcaides de Faria, s.d. (Separata do n.º 3 do «Boletim do Grupo Alcaides de Faria»).

174 SOUCASAUX, Augusto — *Etc. Figuras, tipos e coisas.* Barcelos, Livraria Liz, 1956-1957.

175 SOUSA, Simplício Landolt de (col.) — Para melhor compreensão da exposição, a arte do trabalhador e a indústria regional de Barcelos. Barcelos, Grémio do Comércio do Concelho de Barcelos, 1960.

176 VELOSO, Rodrigo — *Barcelos,* in «A Arte e a Natureza em Portugal». Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1908.

periódicos

177 *Amanhecer.* Barcelos, 1983.

178 *Barcellos-Revista: patriotica, sportiva e recreativa.* Barcelos, 1909-1912.

179 *Barcellos-Revista.* Barcelos, 2.ª série, 1981.

180 *Boletim do Grupo Alcaides de Faria.* Barcelos, 1948.

181 *Boletim Informativo do Museu Regional de Cerâmica.* Barcelos, 1966-1967.

182 *Cadernos de Etnografia do Museu Regional de Cerâmica/Museu de Cerâmica Popular Portuguesa.* Barcelos, 1.ª série, 1964-1966; 2.ª série, 1967-1969 (sobre Barcelos ver da 1.ª série n.º 2, 4, 5, 6, 7 e 8 e da 2.ª n.º 7).

Braga, conc.

183 ABREU, Leonídio de — *Braga: coisas de outros tempos.* Braga, Soares dos Reis Editor, 1983.

184 ABREU, Leonídio de — *A Falperra.* Braga, 1958.

185 ACCIAIUOLI, Maria Elisa Teles Menezes Correia — Monografia de Santa Maria de Adaúfe (Minho). Lisboa, 1951 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social — Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa).

186 ARAÚJO, António de Sousa — *Braga no séc. XVIII: para o estudo do Mapa das Ruas.* Braga, 1991.

187 CAPELA, José Viriato — *O Município de Braga de 1750 a 1834.* Braga, Câmara Municipal, 1991.

188 COELHO, Constantino Ribeiro — *Braga antiga, velharias bracarenses.* Braga, 1992.

189 COSTA, Luís — *Braga ontem. Pequenos subsídios para a história da cidade.* Braga, Edição da Câmara Municipal, 1982.

190 FEIO, Alberto — *Coisas memoráveis de Braga.* Braga, Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, 1984.

191 FERREIRA, José Augusto — *Fastos episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX).* Famalicão, Edições da Mitra Bracarense, 1928-1934 (4 vols.; nova ed. em 1989).

192 FREITAS, B. J. de Sena — *Memórias de Braga.* Braga, Imprensa Católica, 1890.

193 GUERRA, Maria Carlota de Magalhães — *Monografia da freguesia de S. Jerónimo de Real (Braga).* Lisboa, 1940 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social/ I.S.S.S.L.).

194 *Mapa das Ruas de Braga.*Braga, Universidade do Minho/ Arquivo Distrital de Braga, 1989/ 1991, 2 vol.

195 MERELIM, Pedro — [pseudónimo de CUNHA, Joaquim Gomes da] — *Merelim (S. Pedro). Ontem e hoje.* S.l., Edição da Junta de Freguesia de Merelim (S. Pedro, 1989.

196 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 1 — As Alterações toponímicas (1380-1980).* Braga, ASPA, 1982.

197 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 2 — Anais de Braga (1852-1859). Introdução e notas de...* «Mínia», Braga, 2.ª série, 4 (5) 1981,, p. 25-68.

198 OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto e MESQUITA, João — *Estudos bracarenses. 3 — Braga. Evolução da estrutura urbana.* Braga, Câmara Municipal, 1982.

199 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 4 — Para uma bibliografia do cónego Arlindo Ribeiro da Cunha.* «Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 37, 1982, p. 161-188.

200 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 5 — A Arcada da Lapa. A Arquitectura.* Braga, Soares dos Reis Editor, 1982.

201 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 6 — O S. João. Breve antologia histórica.* Braga, Soares dos Reis Editor, 1983.

202 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 7 — Arquitectura do ferro na cidade de Braga.* «Mínia», Braga, 2.ª série, (6) 1982, p. 57-82.

203 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 8 — O Coreto da Avenida Central.* «Lucerna», Porto, vol. de homenagem a D. Domingos de pinho Brandão, 1984, p. 397-410.

204 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 9 — Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses.* «Conimbriga», Coimbra (24) 1985, p. 5-83.

205 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 10 — As Comemorações do I Centenário do Bom Jesus do Monte (1884).* «Mínia», Braga, 2.ª série (7) 1983, p. 79-118.

206 PEREIRA, Agostinho Correia — *Monografia da freguesia rural de Palmeira.* Concelho de Braga. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», Lisboa, 9 (6) 1912.

207 PINTO, Sérgio da Silva —*Braga na história. Elementos para o seu estudo.* Braga, Câmara Municipal, 1959.

208 PINTO, Sérgio da Silva — *Resenha histórica de Braga medieval.* Braga, Congresso Histórico de Portugal Medievo, 1959.

208a ROCHA, José Martins Alves da — *A Minha Aldeia [Cabreiros]. Poema histórico e literário.* Rio de Janeiro, 1949

209 III CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA IGREJA DE S. VICTOR. BRAGA. NAS BODAS DE PRATA SACERDOTAIS DO PÁROCO, 7-12-1986. Braga, Comissão Fabriqueira Paroquial de S. Victor, s.d.

periódicos

210 *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.* Braga, 1920-1954.

211 *Boletim do Arquivo Municipal de Braga.* Braga, 1935-1949.

212 *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga.* Braga, 1950.

Cabeceiras de Basto, conc.

213 CUNHA, Vitor — *Monografia de Cabeceiras de Basto. História, lendas, curiosidades.* Cabeceiras de Basto, 1958.

214 GABINETE DE APOIO TÉCNICO DO BAIXO TÂMEGA — *Concelho de Cabeceiras de Basto: estudos sumários de planeamento: Plano director municipal.* S.l., 1985.

215 MOSTEIRO DE REFOJOS. CABECEIRAS DE BASTO. ONTEM E HOJE. [Cabeceiras de Basto], Fábrica da Igreja Paroquial de Refojos, 1984.

216 SALGADO, Daniel — *Terras de Basto.* Famalicão, Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1933.

Celorico de Basto, conc.

217 LEMOS, João Marinho de — *Celorico de Basto. Entre o passado e o futuro.* Celorico de Basto, Câmara Municipal, [1988].

218 SALGADO, Daniel — *Terras de Basto.* Famalicão, Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1933.

Esposende, conc.

219 AMANDIO, José Bernardino — *Esposende e o seu concelho, na história e na geografia (Elementos).* Coimbra, 1960 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

220 CEPA, Manuel Martins — *Monografia de S. Bartolomeu do Mar. (Concelho e arciprestado de Esposende, distrito e arquidiocese de Braga).* Braga, 1944.

221 COLÓQUIO MANUEL DE BOAVENTURA — 1985. ACTAS, 2 vols. Esposende, Casa da Cultura/Biblioteca Municipal, 1987-88.

222 FONSECA, Teotónio da — *Espozende e o seu concelho.* Esposende, Livraria Espozendense, 1936.

223 GOMES, Domingos A. de Almeida — *Breve comentário à Corografia Portuguesa (Estudo histórico).* Esposende, Edição da Livraria Esposendense, 1936.

224 GONÇALVES, Maria Fernanda Lopes — *Monografia da Apúlia (Minho).* Lisboa, 1958 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social/I.S.S.S.L.).

225 LARCHER, Jorge de Neves — *Monografia de Fão.* Esposende, Tip. Cávado, 1948.

226 LIMA, Baptista de — *Esposende até 1258. Divagações históricas.* Esposende, Livraria Esposendense Editora, 1931 (Separata de «O Esposendense»).

227 MACHADO, Manuel Ayres Falcão — *Esposende: monografia do concelho.* Esposende, 1951.

228 MATOS, Maria da Conceição Faria e — *A Vida rural na Apúlia.* «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa (15) 1973, p. 66-103.

229 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Apontamentos sobre Vila Chã.* Esposende, 1984.

230 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Esposende. Breve roteiro histórico.* Esposende, 1987.

231 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Manta de retalhos históricos: Esposende.* Esposende, 1984.

232 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Esposende: páginas de memórias.* Esposende, 1991.

233 SOARES, A. Franquelim S. Neiva — *Marinhas: monografia histórico-religiosa.* Marinhas, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial de Marinhas, 1982.

234 VIEIRA, J. Silva — *Cadernos de apontamentos para a história do concelho de Esposende, 1.ª e 2.ª séries.* Esposende, Livraria Esposendense Editora, 1915-17.

235 VIEIRA, J. Silva — *Onomástico popular de Esposende. Alcunhas vulgares e tradicionais de várias pessoas desta vila e concelho.* Esposende, 1897 (col. Silva Vieira).

236 VIEIRA, J. Silva — *Ramalhete de canções populares colhidas no concelho de Esposende..., 2.ª ed.* Esposende, Livraria Esposendense Editora, 1924.

periódicos

237 *Boletim Cultural de Esposende.* Esposende, 1982.

Fafe, conc.

238 MONTEIRO, Miguel — *Fafe dos «brasileiros».* Fafe, 1991.

239 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Fafe e o seu concelho.* Fafe, Edição da Câmara Municipal, s.d.

240 PEREIRA, Maria Palmira da Silva — *Fafe. Contribuição para o estudo da linguagem. Etnografia e folclore do concelho.* Coimbra, 1949 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

241 PEREIRA, Ofélia Freitas Ribeiro Fernandes — *Monografia social da freguesia de Freitas (Minho).* Lisboa, 1957 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).

242 SUMMAVIELLE, Maria Miquelina — *Santos padroeiros do concelho de Fafe.* Fafe, Câmara Municipal, 1989 (Cadernos culturais, 2).

Guimarães, conc.

243 ALMEIDA, Eduardo de — *Romagem dos séculos. I - O pão nosso de cada dia... Subsídios para a história económica de Guimarães.* Famalicão, 1923.

244 ALMEIDA, Jerónimo de — *Roteiro da cidade de Guimarães.* Guimarães, 1956 (3.ª ed.).

245 ALVES, José Maria Gomes — *Património artístico e cultural de Guimarães.* Guimarães, 1981.
246 AVICELLA: ANTOLOGIA SOBRE VIZELA E O SEU TEMPO. Porto, Edição de Maria José Pacheco e José Leite Dias de Freitas, 1984.
247 BRAGA, Alberto Vieira — *Administração seiscentista do município vimaranense.* Guimarães, 1953.
248 BRAGA, Alberto Vieira — *Curiosidades de Guimarães.* Guimarães, 1924.
249 BRAGA, Alberto Vieira — *De Guimarães: tradições e usanças populares.* Esposende, Livraria Esposendense, 1924.
250 CACHADA, Armindo — Guimarães: roteiro turístico. Guimarães, Zona de Turismo, 1992.
251 CALDAS, António José Ferreira — *Guimarães, apontamentos para a sua história.* Porto, Tip. de A. J. da Silva Teixeira, s.d. (2 vols.).
252 CARDOSO, Mário — *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante. (Numerosas fotografias de Martins Sarmento).* Guimarães, Edição da Sociedade Martins Sarmento, 1930 (2.ª ed. 1965).
253 CARVALHO, A. L. de — *Guimarães de tempos idos.* Guimarães, 1947.
254 CARVALHO, A. L. de — *Guimarães em Ceuta.* S.l., Edição do Autor, s.d.
255 CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA. 850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978). ACTAS. Guimarães, 1981-1982 (5 vols.).
256 DAMAS, Júlio — *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo. Ensaio monográfico.* Braga, Edição do Autor, 1970.
257 DAMAS, Júlio — *Ad perpetuam... Achegas para a história dos povos do vale de Vizela.* Famalicão, 1965.
258 FERREIRA FALCÃO, Maria da Conceição — *Uma rua de élite na Guimarães medieval.* Guimarães, Câmara Municipal, 1989.
259 FERREIRA, Carolina Adelaide N. Souto Veiga — *Monografia de São Miguel de Creixomil (Guimarães).* Lisboa, 1945 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do IS.S.S.L.).
260 GUIMARÃES, Alfredo — *Guimarães: guia de turismo.* Guimarães, Edição da Câmara Municipal, 1950 (2.ª ed. 1953).
261 GUIMARÃES DO PASSADO E DO PRESENTE. [Guimarães], Câmara Municipal, 1985.
262 GUIMARÃES, J. G. Oliveira — *Guimarães e Santa Maria. História do culto de Nossa Senhora no concelho de Guimarães.* Porto, 1904.
263 LINO, António — *Monografia de Guimarães e o seu termo.* Lisboa, Edição do Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.
264 MORAIS, Maria Adelaide Pereira de — *Guimarães, terras de Santa Maria.* Guimarães, 1978.
265 PINA, Luís de — *Vimaranes.* Porto, 1929.
266 PINA, Luís de — *Uma monografia sobre Guimarães (séc. XIX).* Coimbra, Coimbra Editora, 1942. Vicente/Revista de Guimarães, 1953.

periódicos

267 *Boletim de trabalhos históricos.* Guimarães, 1933.
268 *Revista de Guimarães.* Guimarães, 1884.
269 *Revista turística de Guimarães.* Guimarães, 1963.

Póvoa de Lanhoso, conc.

270 LIMA, Maria Clarice Graça — *Monografia de Travassos (Minho).* Lisboa, 1962 (dactilografado; relatório de estágio do Curso do Serviço Social do I.S.S.S.L.).

271 FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro — *Maria da Fonte. A Heroína e o Mito. O Movimento e a Revolução.* Póvoa de Lanhoso, Associação Cultural da Juventude Povoense, 1991 (Cadernos Culturais, 1).

272 *No enxurro de Vieira... Não vai nele a Póvoa de Lanhoso! [Outrora serviu este castelo para fundar e defender a nacionalidade — Sirva ao menos hoje para manter e defender a integridade deste concelho].* [Póvoa de Lanhoso], Câmara Municipal, 1940.

273 NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota — *O Inquérito de 1758 do P.e Luís Cardoso. Monografias I.* Póvoa de Lanhoso, CâmaraMunicipal, 1987.

Terras de Bouro, conc.

274 ANTUNES, Manuel de Azevedo — *Vilarinho da Furna. Uma aldeia afundada.* Lisboa, A Regra do Jogo Edições, s.d.

275 CONCELHO DE TERRAS DE BOURO. PATRIMÓNIO MONUMENTAL E ARTÍSTICO. S.l., s.n., s.d.

276 CORREIA, João Rosado — *Vilarinho da Furna. Paisagem em transformação.* Porto, 1971 (dactilografado; tese de licenciatura apresentada à Escola de Belas-Artes do Porto).

277 CUNHA, Arlindo Ribeiro da — *Santa Isabel do Monte.* Braga, Livraria Editora Pax, 1970.

278 DIAS, Jorge — *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária.* Porto, Instituto para a Alta Cultura, 1948 (2.ª ed. 1983.

279 FERREIRA, José de Matos — *Thesouro de Braga descuberto no campo do Gerez. Com prefácio do Dr. José António de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro.* Braga, 1982.

280 NOVAES, Gladys — *Vilarinho da Furna. De aldeia a albufeira.* Lisboa, 1973 (dactilografado; tese de licenciatura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina).

281 OLIVEIRA, A, Lopes de — *Terras de Bouro.* Braga, 1980.

282 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Terras de Bouro e o seu concelho.* Terras de Bouro, Edição da Câmara Municipal, s.d.

283 PEREIRA, A. Gomes — *Toponímia dos concelhos de Terras de Bouro, Póvoa de Varzim e Vila do Conde.* Esposende, Livraria Esposendense, 1914.

284 SANTOS, Ademar Ferreira dos — *Terras do Bouro.* Terras do Bouro, Câmara Municipal, 1989.

285 SILVA, Domingos Maria da — *Os Búrios.* Terras de Bouro. Câmara Municipal, 1988.

286 SILVA, Domingos Maria da — *Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII. Memórias paroquiais.* Braga, 1985.

287 SILVA, Domingos M. da — *Entre Homem e Cávado. 3. Monografia de Terras de Bouro.* Amares, 1958.

288 SILVA, Domingos Maria da — *A Fronteira da Portela do Homem e os Privilégios de Terras de Bouro.* Braga, 1984.

289 SILVA, Domingos Maria da — *Tipos e casos. O Labareda.* Terras de Bouro, Edição da Câmara Municipal, 1986.

periódicos

290 *Cadernos de Cultura.* Terras de Bouro, 1990.

Vieira do Minho, conc.

291 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Vieira do Minho. A Montanha e a água: Vieira na geografia, história e tradição.* Braga, Editora Pax, 1968.

292 VIEIRA, José Carlos Alves — *Vieira do Minho, notícia histórica e descritiva.* Vieira do Minho, Hospital João da Torre, 1923.

Vila Nova de Famalicão, conc.

293 ANAIS. ARQUIVO MUNICIPAL. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.

294 CARVALHO, Vasco César de — *Aspectos de Vila Nova.* [ms. 11 vols.,Biblioteca Municipal].

295 FAMALICÃO PELO TEMPO FORA. Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal/ Divisão da Educação e Acção Social, 1989 [banda desenhada, 5 p.].

296 FERNANDES, Agostinho — *Vila Nova de famalicão, o seu passado e o seu futuro.* Vila Nova de famalicão, 1980.

297 FERNANDES, Maria Isabel de Sousa — *Monografia de Riba de Ave (Minho).* Lisboa, 1956 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).

298 FERNANDO, Aurélio — *Riba d'Ave entre ambas as aves.* Famalicão, 1993.

299 IMAGENS FAMALICENSES. Vila Nova de famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1955.

300 MARTINS, Mário da Costa; OLIVEIRA, António Cândido; e GARCIA, Camilo Lellis S. — *Páginas de Vila Nova de Famalicão.* Vila Nova de Famalicão, Edição da Associação Cultural Famalicense, 1986.

301 MEMÓRIAS DE VILA NOVA. 1 — A ÚLTIMA VEREAÇÃO MONARQUICA. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.

302 MEMÓRIAS DE VILA NOVA. 2 — ROCHA CARVALHO. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.

303 O NOSSO CONCELHO: OBRA DE TODOS POR TODOS: VILA NOVA DE FAMALICÃO E AS SUAS INDÚSTRIAS, COMÉRCIOS, PROFISSÕES LIBERAIS E AGRICULTURA. Vila Nova de Famalicão, Carlos Sousa Machado, 1947.

304 SÁ, António da Costa e — *S. Cristóvão de Cabeçudos, subsídios para uma monografia geral do concelho de Vila Nova de Famalicão.* [Vila Nova de Famalicão], Edição da Câmara Municipal, 1982.

305 SALGADO, Benjamim — *A Igreja do Divino Salvador de Joane. Apontamentos para a sua história.* Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal, 1978.

306 SALGADO, Benjamim — *Vila Nova Entre Dois Forais. Achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão.* Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1967.

307 S. MARTINHO DO CAMPO, SEUS HOMENS, SUAS INICIATIVAS, SEUS PROGRESSOS. Vila Nova de Famalicão, s.n., s.d.

308 SILVA, António Joaquim Pinto da — *Imagens. Famalicão antigo.* Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1990.

309 SILVA, José Casimiro da — *Vila Nova de Famalicão e seu termo. Subsídios para uma monografia e roteiro turístico do Minho.* [Vila Nova de Famalicão], 1968.

310 SILVA, Maria Cândida de Azevedo e — *Subsídios para uma monografia do concelho de Vila Nova de Famalicão.* Coimbra, 1958 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

311 SOARES, A. Franquelim Neiva — *Monografia de S. Pedro de Esmeriz.* Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal, 1987.

312 VALORES PATRIMONIAIS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1975.

313 V. N. FAMALICÃO. Câmara Municipal — *Viver em Famalicão: guia do munícipe.* V. N. Famalicão, Câmara Municipal, 1992.

periódicos

314 *Boletim cultural. Câmara Municipal.* Vila Nova de Famalicão, 1980.

Vila Verde, conc.

315 ABREU, Leonídio de — *História, arte e paisagem do distrito de Braga: 1. Concelho de Vila Verde.* Braga, Junta Distrital, 1963.

316 ABREU, Leonídio de — *O Santuário do Alívio.* Braga, 1958.

317 ABREU, Leonídio de — *A Vila de Prado.* Braga, 1955.

318 ARAÚJO, António de Sousa — *Cervães e o Bom Despacho. Elementos para a história civil e religiosa da região.* Braga, Edição do Pároco da Paróquia do Salvador de Cervães, 1977.

319 ARAÚJO, António de Sousa — *Senhora do Amparo e S. Brás. Apontamentos monográficos.* Parada de Gatim (Vila Verde), 1972.

320 AZEVEDO, Correia de — *Monografia do concelho de Vila Verde. Amares,* 1958.

321 VILA VERDE. Câmara Municipal — *Concelho de Vila Verde: estudos sumários de planeamento: Plano director municipal.* Vila Verde, 1986.

322 MARQUES, António Pereira — *Valdreu. Apontamentos históricos sobre a mui nobre vila Balderedi.* Vila Verde, 1992.

323 NOGUEIRA, Ilda Farinha — *Monografia do concelho de Vila Verde (Minho).* Lisboa, 1960 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).

324 REGALO, Henrique de Lemos — *Levantamento arqueológico do concelho de Vila Verde. Notícia preliminar.* Vila Verde, Câmara Municipal, 1987.

325 SILVA, Domingos M. da — *As Terras de Vila Verde do Minho no Dicionário Geográfico do Reino de Portugal até 1758.* Vila Verde, Câmara Municipal, 1985.

Distrito de Viana do Castelo

326 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Alto Minho.* Lisboa, Editorial Presença, 1987 (col. Novos Guias de Portugal).

327 ALMEIDA, Lúcia Machado de — *Passeio ao Alto Minho.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.

328 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho; PAÇO, Afonso do — *Roteiro poético do Alto Minho.* Viana do Castelo, Centro de Estudos Sociais e Etnográficos, 1989.

329 ARAÚJO, José Rosa — *Limiana.*Ponte de Lima, Límia, 1993.

330 ARAÚJO, José Rosa — *Serões.* Caminha, Caminiana, 1982-1990, 3 vol..

331 AURORA, Conde de — *Roteiro da Ribeira Lima. 3.ª Edição Revista e aumentada. Novos figurantes, personagens e fantasmas.* Porto, Edição Manuel Barreira, 1959.

332 CASTRO, Francisco Cyrne de — *Apontamentos para a história do Alto Minho.* Viana do Castelo, Notícias de Viana, 1973 (3 vols.).

333 DINIS, Calderon — *Minho. Viana do Castelo e seu distrito.* Lisboa, Editorial Publicações Turísticas, s.d.

334 COLÓQUIO (1.º) GALAICO-MINHOTO. PONTE DE LIMA 1/5 DE SETEMBRO DE 1981. [Ponte de Lima], Associação Cultural Galaico-Minhota, [1983] (2 vols.).

335 COLÓQUIO (2.º) GALAICO-MINHOTO. SANTIAGO DE COMPOSTELA. Santiago de Compostela, 1987 (2 vols.).

336 GOMES, António Luís — *Terras do Alto-Minho. Deslumbramento-realidades. Conferência realizada pelo... no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viana do Castelo, em 26 de Junho de 1954.* Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1955.

337 MORAIS, Laurinda Bernardino Teixeira de — *Ribeira-Lima*. Coimbra, 1955 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

338 NUNES, Henrique Barreto — *Félix Alves Pereira e a Arqueologia do Alto Minho. Uma breve introdução à sua obra*. Braga, 1984 (Separata da Revista «Terra de Val de vez», Arcos de Valdevez, 1 (4) 1982).

339 PAÇO, António Afonso do — *Maravilhas de Viana, monografia do Alto Minho*. Viana do Castelo, Edição do Autor, 1971.

340 PAÇO, António — *Os Melhores Ângulos do Alto-Minho (Distrito de Viana do Castelo)*. Viana do Castelo, 1970.

341 SAMPAIO, Francisco — *Alto Minho. Roteiro Turístico. Viana do Castelo*. Viana do Castelo, Comissão Regional de Turismo do Alto Minho, 1990.

342 SAMPAIO, Francisco — *Alto Minho: região de turismo*. Viana do Castelo, 1986.

343 VIANA, A. M[anuel] Couto — *Gentes e cousas d'Antre Minho e Lima*. Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1988.

344 VIANA, Manuel Couto — *Ferro velho. Memórias e estudos*. Viana, 1989.

periódicos

345 *Almanak do distrito de Viana do Castelo para 1894*. Viana, Tip. Silva Braga, 1893.

346 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto — Comercial, burocratico, descritivo, corografico para 1896 (1.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Livraria Académica e Religiosa, 1896.

347 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto: comercial, burocratico, descritivo, corografico e historico para 1898 (2.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa, 1897.

348 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto — Comercial, burocratico, descritivo, corografico e historico para 1899 (3.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1898.

349 *Almanak vianense para o anno de 1900. Viana do Castelo e seu distrito*. Viana do Castelo, Liv. Progresso Vianense de João Baptista Domingues, 1900.

350 *Almanak vianense para o ano de 1901. Viana do Castelo e o seu distrito*. Viana do Castelo, Liv. Progresso Vianense de João Baptista Domingues, 1901.

351 *Almanach de Viana e seu distrito para 1905*. Viana do Castelo, Liv. de Eliseu Gonçalves Preza, 1905.

352 *Almanach de Viana e seu districto para 1906: contendo grande cópia de conhecimentos uteis para o Commercio, Industria e Burocracia*. Viana do Castelo, Vida Nova e Casa Editora de Eliseu Gonçalves Preza, 1906.

353 *Almanach de Viana e seu districto para 1907*. Viana, Liv. de Eliseu Gonçalves Preza, [1907].

354 *Almanach de Viana e seu districto para 1908*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1908.

355 *Almanach de Viana e seu districto para 1909*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1909.

356 *Almanach de Viana e seu districto para 1910*. Viana do Castelo, Liv. de Eliseu Gonçalves, [1910].

357 *Almanach de Viana e seu districto para 1911*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1911.

358 *Almanach de Viana e seu districto para 1912*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1912.

359 *Anuário de Viana e seu distrito para 1925.* Viana do Castelo, António de Sá Dias e José Gonçalves, 1925.

360 *Anuário do distrito de Viana do Castelo 1932.* Viana do Castelo, Empresa Gráfica do «Notícias de Viana», 1932.

361 *Archivo vianense.* Viana do Castelo, 1895.

362 *Arquivo do Alto Minho. Depositório de estudos e de documentos regionais.* Viana do Castelo, 1935-38-1983.

363 *Centro de Estudos Regionais. Boletim cultural.* Viana do Castelo, 1984.

364 *Lusa. Revista quinzenal ilustrada de investigações regionais, ciências e letras (Etnografia, filologia, arqueologia, história, crítica, literatura, etc.).* Viana do Castelo, 1918-1919(?) (Director Cláudio Basto).

Arcos de Valdevez, conc.

365 BRITO, Raquel Soeiro de — *Uma Aldeia de montanha do Minho: o Soajo (Estudo de geografia humana).* «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», Lisboa, 2.ª série, 18 (51) 1953, p. 88-132.

366 CODEÇO, Alberto — *Arcos. Ontem e Amanhã.* Arcos de Valdevez, Edição da Câmara Municipal, 1991.

367 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Arcos de Valdevez e Valença.* Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de Famalicão, 1957.

368 GOMES, José Cândido — *As Terras de Vidoveàs. Memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez.* Arcos de Valdevez/Guimarães, 1899-1903.

369 LOBO, Mário Tavarela — *Brasão da Vila de Arcos de Valdevez. (Esboço monográfico).* Arcos de Valdevez, Banco Espirito Santo e Comercial de Lisboa, 1991.

370 NOVAIS, José Luís; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Armando B. Malheiro da — *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez, vol. 1.* Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1989 (Separata de «Terra de Val de Vez», Arcos de Valdevez (10) 1987, p. 83-205).

371 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Soajo, uma aldeia diferente. «Cabeço de Montaria».* Viana do Castelo, Junta Distrital de Viana do Castelo, 1970.

372 PAÇO, António — *Peneda Altar de Fé: monografia turística e religiosa da Peneda.* Arcos de Valdevez, Irmandade de Nossa Senhora da Peneda, 1975.

373 PINTOR, M. A. Bernardo — *O Recontro de Val-de-Vez. Onde foi?* Braga, 1977 (2.ª ed. melhorada).

374 PINTOR, M. A. Bernardo — *Santuário da Senhora da Peneda — Uma Jóia do Alto Minho,* S.l., s.n., 1976.

375 PINTOR, M. A. Bernardo — *São Bento do Cando na freguesia da Gavieira.* S.l., s.n., [1982].

376 PINTOR, M. A. Bernardo — *Senhora da Peneda — Senhora do Minho.* S.l., s.n., 1972.

377 SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Guilherme Rego da — *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense,* vol. 2. Arcos de Valdevez, Edição da Câmara Municipal, 1992 (Separata de «Terra de Val de Vez», 11, 1988, p. 77-177, e de «Terra de Val de Vez», 12, 1989, p. 85-156).

periódicos

378 *Almanaque arcoense.* Arcos de Valdevez, 1929 (diversos números).

379 *Serrana. Revista mensal — Arcos de Valdevez.* Ponte de Lima, 1924.

380 *Terras de Val de Vez, Boletim cultural.* Arcos de Valdevez, 1980.

Caminha, conc.

381 ALVES, Lourenço — *Monografia de Seixas.* [Seixas], Edição do Centro de Bem Estar Social de Seixas, 1988.

382 ALVES, Lourenço et al. — *Caminha e seu concelho (Monografia).* Caminha, Edição da Câmara Municipal, 1985.

383 ALVES, Lourenço — *Ensaios monográficos «Serra d'Arga».* Viana do Castelo, Notícias de Viana, 1983-1984.

384 ALVES, Lourenço — *Os Santos padroeiros do concelho de Caminha.* Caminha, 1984.

385 AZEVEDO, Cerqueira de — Subsídios para a história da vila de Caminha. (Artigos publicados no jornal «Notícias de Viana», nos anos de 1953/54, fotocopiados e coligidos em brochura pelo Autor).

386 BRITO, Luís Filipe Aviz de — *A Desembocadura do rio Minho nos tempos antigos. I - Parte — Seus mais recuados habitantes e quais os que denominaram o seu curso e o seu porto.* Caminha, Editorial Caminia, 1989.

387 CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de — *Forais de Caminha: reproduçãoanastáica com leitura, introdução, estudo, transliteração e notas de...* Caminha, Câmara Municipal, 1984.

388 CARVALHOSA, Adelino — *Uma Confraria no alto Minho no séc. XVIII (Nossa Senhora da Bonança).* Caminha, 1988.

389 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Caminha.* Vila do Conde, s.d.

390 CORREIA, Torcato Augusto — *Vilarelho.* Caminha, 1985.

391 CRUZ, Maria Alfreda — *Caminha. Evolução e estrutura duma antiga vila portuária.* Lisboa, 1967.

392 VASCONCELOS, Joaquim — *Roteiro do Vale do Âncora.* V. P. Âncora, Nuceartas, 1988.

periódicos

393 *Caminiana.* Caminha, 1979.

Melgaço, conc.

394 DOMINGUES, Maria de Jesus; SILVA, Armando B. Malheiro da — *Heráldica melgacense. Associativa, de domínio e eclesiástica.* Melgaço, Câmara Municipal, 1989 (Cadernos, 5).

395 ESTEVES, Augusto César — *O Ensino da história de Melgaço na escola primária.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1960.

396 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço e as invasões francesas, 1807-1814.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1960.

397 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço, sentinela do Alto Minho. 1.ª Parte — Das Origens ao liberalismo. 1.º vol.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1957.

398 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço, sentinela do Alto Minho. 2.ª Parte — Melgaço e as lutas civis 1820-1910. 1.º vol.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1959.

399 ESTEVES, Augusto César — *O meu livro das gerações de Melgaço, 2 vols.*, Melgaço, Edição da Nora do Autor, 1989-1991.

400 ESTEVES, Augusto César — *Organização judicial de Melgaço.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1955.

401 ESTEVES, Augusto César — *Santa Casa de melgaço.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1957.

402 GERALDES, Alice — *Castro Laboreiro e Soajo, habitação, vestuário e trabalho da mulher.* Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1979.

403 MANJARES DA NOSSA TERRA. Melgaço, Câmara Municipal, 1987 (Cadernos, 4).

404 MARQUES, José — *O Mosteiro de Fiães.* Braga, 1990.

405 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Castro Laboreiro, o drama da terra.* «Comunidade Portuguesa», Lisboa (10) 1968.

406 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Castro Laboreiro e seus forais.* Braga, 1965.

407 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Melgaço medieval.* S.l., 1975.

408 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Paróquia do Mosteiro de S. Salvador de Paderne (Alto Minho): costumeiro de 1720.* S.l., s.n., 1981.

409 POLANAH, Luís — *Castro Laboreiro de relance.* «Mínia», Braga, 2.ª série, 2 (3) 1979, p. 198-22.

410 ROCHA, J. Marques — *Melgaço.* S.l., s.n., 1993.

411 RODRIGUES, Aníbal — *Pontes romanas e românicas de Castro Laboreiro.* Melgaço, Câmara Municipal, 1985 (Cadernos, 2).

412 VI CENTENÁRIO DA TOMADA DO CASTELO DE MELGAÇO, 3 e 4 de Março. Historial, textos e entrevistas das comemorações. Melgaço, Câmara Municipal/Região de Turismo do Alto Minho/Jornal «A Voz de Melgaço», 1991.

413 SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Fortaleza de Melgaço: pedras e património.* Melgaço, Câmara Municipal, 1987 (Cadernos, 3).

414 SILVA, Armando B. Malheiro da — *O Mosteiro de S. Salvador de Paderne em demanda com os senhores da Quinta de Pontiselas (séc. XVIII). Subsídios para a genealogia dos «Mogueimas y Fajardo».* Melgaço, Câmara Municipal, 1983 (Cadernos, 1).

415 SILVANO, Almeida — *As Águas de Melgaço. Noticia historica e pratica.* Valença, Tip. do Noticioso, 1896.

416 VAZ, Júlio — *A Gastronomia melgacense.* Viana do Castelo, Edição da Região de Turismo do Alto Minho, 1985.

417 VAZ, Júlio — *Na terra de INês Negra.* Braga, 1993.

Monção, conc.

418 CALDAS, João Afonso — *Monografia de São João de Longos Vales.* Braga, 1977 (2 vols.).

419 GOMES, José Garção — *Monção e seu alfoz na heráldica nacional.* Monção, 1969.

420 MARTINS JUNIOR, António Bento — *Em Terras de Deu la Deu.* Monção, 1958.

421 NOTÍCIA E ENSAIO SOBRE AS ÁGUAS MINERAIS DA VILA DE MONÇÃO: CONTENDO O MELHORAMENTO ACTUAL DESTE SALUTÍFERO ESTABELECIMENTO. Monção, 1897.

422 ROCHA, J. Marques — *Monção. Uma monografia.* S.l., s.n., 1988.

423 NUNES, Henrique Barreto — *Textos monçanenses.* Braga, 1988.

424 PINHO, António — *O escudo de armas da vila de Monção.* Viana do Castelo, 1987.

Paredes de Coura, conc.

425 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Paredes de Coura.* Vila Nova de Famalicão, 1957.

426 CUNHA, Narciso Cândido Alves da — *Paredes de Coura: no Alto Minho.* Paredes de Coura, Edição da Câmara Municipal, 1979 (1.ª ed. 1909).

427 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Terras de Coura.* Póvoa de Varzim, Edição do Autor, 1976.

periódicos

428 *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1992.

Ponte da Barca, conc.

429 ARANTES, José Amaro — *Ponte da Baraca: breve inventário artístico.* Ponte da Barca, Câmara Municipal, 1985.

430 ABREU, João Gomes de — *Terras de Nóbrega (Notas históricas).* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910.

431 BAPTISTA, António Martinho — *A Estátua-Menir da Ermida. Ponte da Barca. Portugal.* (Ponte da Barca), Câmara Municipal de Ponte da Barca/Parque Nacional da Peneda Gerês, s.d.

432 COSTA, Avelino Jesus da — *Freguesia de St.ª Marinha da Nóbrega (Barral).* Braga, 1960.

433 LIMA, O RIO E A VIDA. Ponte da Barca, Edição da Câmara Municipal, 1986.

434 PEIXOTO, Joana Maria Rocha — *Monografia da Vila de Ponte da Barca.* Lisboa, 1949 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).

435 CRUZ, Eduardo Cerqueira Machado — *Escritos inéditos ou dispersos.* [S.I.], 1985.

Ponte de Lima, conc.

436 ANDRADE, Amélia Aguiar — *Ponte de Lima: o espaço e as gentes.* Lisboa, 1985 (dactilografado; dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

437 ANDRADE, Amélia Aguiar — *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima.* Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

438 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Apologia a S. Julião do Freixo e suas damas de honor (Que são as freguesias circunvizinhas).* Ponte de Lima, 1972.

439 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Monografia de S. Julião do Freixo e estudo sucinto de Anais (St.ª Marinha de).* Ponte de Lima, 1981.

440 AURORA, Conde de — *Monografia do concelho de Ponte de Lima.* Porto, Litografia Nacional, 1946.

441 BRITO, M. J. de — *Os Pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima.* Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1918.

442 CÂMARA, João de Sousa — *Raízes da independência.* Braga, 1982 (apresenta documentação sobre o Mosteiro de St.ª Maria de Refoios).

443 REIS, António Matos e outros — *Subsídios para a história do convento de Refoios.* Viana do Castelo, Instituto Politécnico, 1988.

444 LEMOS, Júlio — *Os Anais municipais de Ponte de Lima.* Ponte de Lima, 1957.

445 LEMOS, Miguel Roque dos Reis — *Anais municipais de Ponte de Lima.* [Ponte de Lima], Edição da Câmara Municipal, 1977 (1.ª ed. 1936).

446 MENDOZA, Antonio Garcia — *Memoria oferecida à Câmara Municipal e habitantes do concelho de Ponte de Lima.* Braga, Tip. Lusitana, 1867.

447 MORAIS, Adelino Tito de — *Notas históricas sobre Ponte de Lima.* Viana do Castelo, 1982 (ver restante bibliografia monográfica do Autor no verso da folha de rosto deste trabalho).

448 NORTON, Tomás Mendes — *Monastére de Refojos do Lima.* Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888.

449 REIS, António Pais Matos dos — *Fundação de Ponte.* Ponte de Lima, 1976.

450 SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Ferraz — *Memória histórica.* Ponte de Lima, Biblioteca Pontelimense, 1955.

periódicos

451 *Almanaque de Ponte de Lima.* Ponte de Lima, 1906.

452 *Almanaque ilustrado de O Comércio do Lima, 1908.* Ponte de Lima, O Comércio do Lima, 1908.

450 *Almanaque de Ponte de Lima, 1910.* Ponte de Lima, Tip. Confiança, 1910.

451 *Almanaque de Ponte de Lima, 1923.* Ponte de Lima, Tip. Guimarães, [1924].

452 *Almanaque de Ponte de Lima, 1924.* Porto, A. Figueirinhas, 1924.
453 *Almanaque de Ponte de Lima, 1927.* Ponte de Lima, Tip. Guimarães, [1928].
454 *Almanaque de Ponte de Lima, 1933.* Viana do Castelo, Tip. Gutenberg, 1932.
455 *Almanaque de Ponte de Lima, 1980.* Ponte de Lima, Edição da Câmara Municipal, 1980.
456 *Arquivo de Ponte de Lima.* Ponte de Lima, 1980.
457 *Limiana: revista literária pontelimense.* Ponte de Lima, 1912-1917.

Valença, conc.

458 CORREIA, J. — *Cidade e vilas de Portugal. Arcos de Valdevez e Valença.* Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de Famalicão, 1957.
459 NEVES, Manuel Augusto A. Pinto — *Valença na história e na lenda.* Valença, Edição da Câmara Municipal, 1990.
460 NOGUEIRA, Ibérico — *Valença.* Porto, Edições Rotep, 1949.
461 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Valença do Minho.* S.l., s.n., 1978.
462 ROCHA, J. Marques — *Valença.* S.l., s.n., 1991.
463 SILVA, Maria das Dores Marques da Costa Lopes da — *Valença do Minho (Vila e concelho), subsídios para uma monografia histórica.* Coimbra, 1952 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Viana do Castelo, conc.

464 ALPUIM, Maria Augusta de — *A Montanha dourada.* Viana do Castelo, Confraria de Santa Luzia, 1989 (2.ª ed.).
465 ALVES, Lourenço — *A Comenda de Santa Maria de Carreço (Monografia).* Viana do Castelo, Edição da Junta de freguesia e Comissão Fabriqueira de Carreço, 1989.
466 BARBOSA, Vilhena — *Algumas freguesias do concelho de Viana do Castelo: Afife, Amonde, Areosa, Carreço, Alvarães, Capareiros, Cardielos, Carvoeiro e Darque.* Viana do Castelo, 1989.
467 BARROS, Matias de — *Viana do Castelo, capital do Alto Minho.* Viana do Castelo, Edição do Autor, 1973.
468 BOM JESUS, Fr. Manuel — Memória sobre a vila de Viana do Minho. «Jornal de Coimbra», Lisboa, 4 (17) 1813, p. 141-163.
469 BOUÇAS, Francisco José Esteves — *Monografia da freguesia de S. Lourenço da Montaria do Arciprestado de Viana do Castelo.* Braga, 1942.
470 CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela — *Viana do Castelo.* Lisboa, Editorial Presença, 1990.
471 CARNEIRO, Armando — *Viana do Castelo: suas grandezas passadas e seu presente.* Porto, Edição de «Acção Nacional», s.d.
472 CARNEIRO, Miranda — *Viana Mar. Palestra lida na sessão rotária de 27 de Janeiro de 1948 comemorativa do centenário da cidade de Viana do Castelo, no Grande Hotel de Santa Luzia.* Viana do Castelo, Rotary Club, 1948.
473 CEPA, Manuel Martins — *Monografia de S. Miguel de Alvarães (Concelho, arciprestado e distrito de Viana do Castelo e arquidiocese de Braga).* Braga, 1939.
474 CERQUEIRA, Cruz — *Viana do Castelo.* Barcelos, Companhia Editora do Minho, s.d.
475 CERQUEIRA, Cruz — *Viana do Castelo. Panorama estético.* Viana do Casrelo, Edição do Autor, 1950.
476 CORREIA, José António — *Viana do Castelo. História e descrição de monumentos.* Lisboa, Cidade de Portugal, s.d.

477 COUTINHO, Artur Rodrigues — *A Cidade de Viana no presente e no passado (Da Bandeira à Abelheira).* Viana do Castelo, 1986.

478 COUTINHO, Pedro Magalhães Lançoz de Abreu — *A Freguesia de São Pedro de Subportela 1875-1899 (Ensaio de uma monografia histórica).* Braga, s.d.

479 CRESPO, José — *Monografia de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1957.

480 CRESPO, José — *Viana do Castelo.* Porto, Edições Lusíada, 1960(?).

481 CUNHA, Sebastião Pereira da — *Serões de Portuzelo: 1928. Prefácio Tomás de Almeida Manoel de Vilhena.* Lisboa, 1928.

482 FERNANDES, Almeida — *Meadela: delimitação das freguesias. Origens da Igreja e da sua freguesia.* Viana do Castelo, Residência Paroquial, s.d.

483 FERNANDES, Francisco José Carneiro — *Viana monumental e artística. Espaço urbano e património de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, Edição do Grupo Desportivo Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1990.

484 FERNANDES, Laurentina Rodrigues — *Dem, terra atraiçoada. Cultura, etnografia, história, literatura, folclore, toponímia, política.* Dem, Edição do Autor, 1985 (1.ª ed.).

485 FERNANDES, Laurentina Rodrigues — *Dem, no sopé da serra d'Arga.* Dem, Edição do Autor, 1988.

486 GONÇALVES, Gabriel A. M. — *Lanheses: subsídios para uma monografia.* [Lanheses], Edição do Autor, [1988].

487 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Archivo Vianense: estudos e notas.* Viana do Castelo, Tip. André J. Pereira e Filho, 1895.

488 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Guia de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, A Aurora do Lima, 1923.

489 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Viana e Caminha.* Porto, Marques Abreu, 1924.

490 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Viana do Castelo. [Esboço histórico].* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.

491 LEMOS, Júlio de — *Viana dos meus amores. Edição especial comemorativa do centenário da cidade de Viana do Castelo para os clientes da Tipografia Viúva de José de Sousa.* Viana do Castelo, Tipografia Viúva de José de Sousa, 1948.

492 MEIRA, Avelino Ramos — *Afife (concelho de Viana do Castelo). Monografia.* Porto, Edição do Autor, 1945.

493 MESQUITA, Didimo — *Monografia de Forjães.* Viana do Castelo, Gráfica dos Rapazes, 1972.

494 SUBSÍDIOS PARA UMA MONOGRAFIA DE DARQUE: 10 DOCUMENTOS COPIADOS DO ARQUIVO MUNICIPAL. s.L., S.N., S.D.

495 TORRE, Olga Maria Maciel da — *Mujães, terra de Santa Maria.* Viana, 1989 (dactilografado; trabalho feito na Escola Secundária de Monserrate em Maio de 1989).

496 VIANA, Abel et al. — *Arquivo de Viana do Castelo: Repositório de estudos e curosidades regionais.* Viana do Castelo, Empresa do Anuário do Distrito de Viana do Castelo, 1934.

497 VIANA, Abel — *Viana do Castelo, escorço monográfico.* Viana do Castelo, Oficinas Gráficas de A Aurora do Lima, s.d.

498 VIANA, Maria Fernanda Azevedo — *Monografia de Afife (Minho).* Lisboa, 1951 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).

499 VIANA DO CASTELO: ROTEIRO DO ESPÓLIO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA FREGUESIA DE MONSERRATE. Viana do Castelo, Junta de Freguesia, 1975.

500 VIEIRA, Carlos Miguel Carlindo — *S. Salvador da Torre na História da Ribeira Lima. Monografia.* Viana do Castelo, 1973.

periódicos

501 *Boletim da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, 1985.

502 *Cadernos vianenses. Notícia do passado e do presente da região de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, 1978.

503 *Limia: revista mensal ilustrada de letras, ciências e artes.* Viana do Castelo, 1900-1912.

504 *Mealibra.* Viana do Castelo, 2.ª série, 1987.

505 *Notícias de Viana: número especial dedicado a Viana e seu distrito.* Viana do Castelo, 1918.

506 *Revista Municipal de Viana do Castelo.* Viana do Castelo, 1985.

507 *Roteiro de Viana. Revista de cultura, investigação e divulgação.* Viana do Castelo, 1959-1988.

Vila Nova de Cerveira, conc.

508 DIOGO, José Leal — *Foral manuelino.* Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1978 (Colecção Para a história de Vila Nova de Cerveira).

509 DIOGO, José Leal — *Santa Casa da Misericórdia.* Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1979 (Col. Para a história de Vila Nova de Cerveira).

510 DIOGO, José Leal — *Inventário da heráldica concelhia.* Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1981 (Col. Para a história de Vila Nova de Cerveira).

511 DIOGO, José Leal — *Roteiro da Vila Nova de Cerveira.* Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1983.

A formação do Mapa Escolar no Distrito de Braga

JUSTINO PEREIRA DE MAGALHÃES *

Este apontamento faz parte de uma investigação mais ampla que se vem desenvolvendo, há algum tempo, sobre a Instrução Pública no Distrito de Braga. Ao torná-lo público, sob uma perspectiva introdutória e informando de forma abreviada sobre um itinerário pelos *Arquivos Municipais e outros,* pretende-se **contribuir para a investigação** num domínio familiar à generalidade das pessoas mas ainda particularmente desconhecido e valorizar sobretudo os corpos documentais produzidos ao nível das instâncias do poder local. Embora de características oficiosas, tal documentação situa-se num espaço relativamente próximo do «real», pelo que não apenas complementa como permite reflexões de contraponto à documentação central.

Trata-se de documentação escrita, mas necessário se torna de igual modo conhecer, preservar e organizar outros testemunhos históricos, patrimoniais e arquivísticos, sobre a Instrução, assim pública como privada, desde o património imobiliário aos recursos didácticos e pedagógicos.

1. Uma **História da Educação** que explique os processos multivectoriais e ininterruptos de formação da pessoa humana por um entretecer consciente de questões ambientais, humanas e sociais, tende a definir como problemática central a dos diferentes níveis de enraizamento do individual no social e no

* Docente do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

colectivo/grupal. Deste modo, fazer História da Educação também é compreender/explicar o desenvolvimento (diferenciado) do «jogo da humanitude», cujos factores fundamentais são a liberdade, a autonomia e a participação[1]. Projecto social, a educação é sobretudo uma construção pessoal.

A inscrição da História da Educação na História Social levanta por consequência, questões metodológicas de fundo desde uma definição grupal suficientemente representativa, (representativa, quer quanto à dimensão de integração/diferenciação, quer quanto à dimensão espácio-temporal) à integração numa dinâmica histórica total. Questões estas que ressaltam quando se esboçam ensaios de periodização, nomeadamente[2].

Se a História Político-Administrativa do Mundo Ocidental dos últimos dois séculos reescreve os conceitos de Estado e de Cidadão, isso fica a dever-se, em boa parte, à **valoração dos processos educacionais como factores de mediatização.** No entanto, desenvolvendo e assumindo a instrução pública como prerrogativa sua, o Estado não apenas subvalorizou os agentes tradicionais de educação, como erigiu a escola ao centro dos processos educacionais, contribuindo, entre outras implicações, para a identificação da escolarização com a estatização da sociedade e para a sobrevalorização das componentes instrucionais sobre as educacionais, ou melhor para a redução dos processos educacionais aos processos instrucionais. Mas para além do reforço do poder do Estado sobre a sociedade, este processo alargado de instrucionalização implica a conversão em instruendos/educandos dos indivíduos de todos os escalões etários.

2. Parte integrante da História da Educação, **a História da Instrução Pública** não deixa de ser também **a História de um instrumento fundamental na formação e desenvolvimento do Estado Moderno,** em cuja intelecção os índices de participação, traduzindo formas diversificadas de cidadania, deveriam constituir um dos indicadores fundamentais e, na elaboração dos quais,

---

[1] JACQUARD, Albert: (1987) — «Le Jeu de l'Humanitude», in C.R.E.S.A.S.: *On n'Apprend pas Tout Seul. Interactions Sociales et Construcion des Savoirs* Paris: Les Éditions ESF, p. 123.

[2] Sobre esta questão metodológica ver nomeadamente LÉON, Antoine (1980): *Introduction à l'Histoire des Faits Éducatifs,* Presses Universitaires de France, Paris, (trad. port. *Introdução à História da Educação.* Publicações Dom Quixote, Lisboa (1983).

Também Françoise MAYEUR (1981), referindo-se às implicações históricas da Primeira Guerra Mundial, adverte que: «Si énorme qu'ait été l'événement, son rytme dramatique ne s'accorde précisément pas avec les mutations de longue haleine qui sont le propre de l'histoire éducative». In PARIAS, Louis-Henri (publié sous la direction de) (1981); *Histoire Générale de l'Enseignement et de l'Éducation en France, de la Révolution à l'École républicaine.* Paris: Nouvelle Librairie de France, p. 11.

o nível de alfabetização é porventura o elemento de informação determinante. Partindo desta óptica, depara-se com o antagonismo de dois movimentos longos: o da participação política efectiva do cidadão e o do reforço do poder central. Todavia a preocupação de superar tal controvérsia não pode induzir à linearidade do discurso explicativo.

Enquanto isso, tem-se por certo que um dos vectores fundamentais para o estudo da formação do Sistema de Instrução Pública em Portugal resulta da dialéctica: centralização/descentralização; movimentos históricos que se saldam por fim numa dinâmica centralizadora. A prossecução desta via epistémica representa um importante contributo, não apenas para o esclarecimento do complexo processo centralizador, não consolidado até final do Antigo Regime, não obstante a perda de prerrogativas por parte dos concelhos e dos senhorios, como elucida sobre a diversidade e a vitalidade das forças sócio-políticas em cotejo, definidas estas pelo seu enquadramento geográfico e/ou pela sua consistência institucional.

Mas, servindo sobretudo a cultura escrita, a Escola não pode, por outro lado, deixar de associar-se e ser inscrita no amplo movimento de terciarização da vida que marca o Mundo Contemporâneo.

3. **A política de criação e homologação de Cadeiras Régias de Primeiras Letras,** que marcou o período pombalino-mariano, alargando-se no período joanino, procura conciliar dois critérios objectivos: **servir o máximo de população e privilegiar as vilas-sedes de concelho, senhorios, coutos e honras**[3]. **O critério demográfico é determinante** para as localidades com mais de mil habitantes.

Porém, a associação da Escola e da Igreja, complementando-se, entre outros aspectos, quer porque o pároco é simultaneamente professor régio, quer, porque, para a generalidade dos casos nesta primeira fase, o professor é uma pessoa influente da terra, tende a **reforçar a paróquia como estrutura**

---

[3] Ver MAGALHÃES, Justino (1989): *A Instrução Pública em Trás-os-Montes nos Finais do Antigo Regime, Contributos para uma Projecção da Reforma Pombalina na Génese do Sistema Educativo Português*, Braga: Universidade do Minho: pp.155 e ss.

É no período mariano-joanino que muitos Coutos e Honras passam a dispor de uma Cadeira Régia de Primeiras Letras, num período em que os novos pressupostos de uma homogeneização jurídico-política constituíam uma ameaça para certas prerrogativas autonómicas dos concelhos e dos senhorios.

Ainda sobre as relações entre a Paróquia e o Município no que respeita ao sistema público de instrução, ver MAGALHÃES, Justino (1992): *Escolas Municipais ou Escolas Paroquiais? Um Apontamento para a História da Instrução Pública em Portugal.* Congresso Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular, Câmara Municipal de Marco de Canavezes, 26-28.03.1992.

geográfica e social de base. Por seu turno, a tradição concelhia em matéria de instrução pública, retirando da receita das sisas uma verba para sustento do Mestre de Primeiras Letras, empossando Professores e Mestres Régios, registando-lhes os alvarás nos *Livros de Registo de Privilégios e Mercês* e, mais tarde, assegurando-lhes a instalação da escola e do domicílio, **fortalece o poder municipal.**

Finalmente, na sequência da ordenação territorial, processo político diversas vezes reaberto ainda no decurso do Século XIX e da criação dos Governos Civis e Juntas Distritais, como autoridades plenipotenciárias, aproximando o governo central das realidades regionais, o **distrito passa a representar uma importante realidade institucional** no domínio da instrução pública, intervindo o Governador Civil activamente em matéria de educação e cultura. Com efeito, tomando por referência a reforma administrativa de Costa Cabral, numa política global de corresponsabilização, genericamente não interrompida no decurso da segunda metade do Século XIX, verifica-se que, **no plano regional, as Câmaras Municipais se organizam e procuram dar resposta às questões da Instrução Pública, sob a supervisão dos Governos Civis;** numa primeira intervenção fazem-no também em articulação com as administrações concelhias. No entanto, o relacionamento das câmaras com as paróquias não se desenvolve de forma linear nem é totalmente pacífico.

É a um período de culpabilização recíproca, resultante da descentralização de certas funções na política educativa que se vinha saldando em termos globais na relativa estagnação do processo de alargamento da rede escolar e nos baixos índices de frequência das escolas existentes, que visam pôr cobro as reformas na Instrução, encetadas pelas leis gerais de 1871 e 1878[4]. O processo de descentralização, prosseguindo na via de uma efectiva responsabilização das entidades locais nas questões da instrução pública, reacende polémicas de foro organizacional e ideológico. Não obstante, para a governação autárquica, a instrução pública converte-se em «questão maior», como o eram a rede viária, o equilíbrio orçamental, a ordenação territorial. Institucionalizam-se órgãos de decisão e novos canais de comunicação, assim específicos aos espaços paroquial e municipal como de relação entre os poderes paroquial e municipal. Entre **os novos órgãos, estão as Juntas Municipais de Instrução Pública e**

[4] A essa situação crítica se referiu D. António da Costa (ele partidário de uma descentralização acompanhada de um esclarecimento dos responsáveis locais sobre os benefícios da instrução e da cultura), na primeira parte da sua «obra-programa» — COSTA, D. António (1884): *Auroras da Instrucção pela Iniciativa Particular*. Lisboa: Imprensa Nacional.

O autor revela-se partidário de uma política de instrução que estimule, respeite e assente na iniciativa, nos recursos e na vontade das forças vivas de cada localidade.

os Delegados Paroquiais. Àquelas compete elaborar o *Plano Municipal de Instrução* e zelar pela sua realização. Paralelamente, estruturam-se e desenvolvem-se órgãos específicos de inspecção do processo instrucional.

4. Não lograram êxito imediato as diligências do Director-geral dos Estudos pombalino para se inteirar da situação existente em Braga, no que respeita às necessidades e à disponibilidade de meios humanos para a concretização da reforma dos Estudos Menores. Mais facilitada se revelou a missão para as comarcas de Barcelos e Guimarães. Nesta última salienta-se o contributo de João Machado de Eça que correspondeu com dados numéricos e com sugestões[5].

A vila de Barcelos dispunha regularmente, desde os primeiros anos do século XVIII, de uma Cadeira de Primeiras Letras, cujo mestre era pago através do Cofre da Câmara[6]. Cadeira esta aliás já em funcionamento desde meados do Século anterior[7]. Para **Braga não dispomos de informação municipal, específica sobre o ensino de Primeiras Letras, anterior ao período pombalino,** estando a Instrução confiada sobretudo aos Jesuitas, para os Estudos Menores e Médios, intervindo também o Cabido da Sé.

Também **para Guimarães, as primeiras referências expressas datam do período pombalino**[8].

Pelo mapa pombalino que acompanha o alvará régio de 6-11-1772 podem referenciar-se no actual Distrito de Braga, as Cadeiras constantes do QUADRO 1. (Esta leitura do *Mapa Pombalino* focalizada no distrito, não deixa de preverter parte do seu sentido original. É no entanto mais adequada para se compreender a evolução posterior).

---

[5] ANDRADE, Antônio A. B. (1982): *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.656 e ss.

[6] ARQUIVO MUNICIPAL DE BARCELOS: *Livro de Receita e Despesa da Câmara 1707-1719.*

[7] HESPANHA, António Manuel ( ): *Nas Vésperas de Leviathan, Instituições e Poder Político, Portugal — Séc. XVII,* Vol. 1, p.381.

[8] As primeiras referências expressas no *Registo Geral da Câmara* surgem no Livro n.º 11 (Abril de 1774 — Maio de 1784). Trata-se do Registo da Provisão Régia de João Baptista Monteiro para Mestre de Ler e Escrever da Vila de Guimarães, Cadeira que vagara por falecimento de Domingos Pereira de Macedo. O registo data de 5.8.1783.

QUADRO 1 — **O actual Distrito de Braga no Mapa Escolar Pombalino**

Comarca	Localidade	Mest. Ler. Esc. Contar.	Prof. Gram. Latina	Prof. Ling. Grega	Prof. Retórica	Prof. Filosofia
Braga	Cidade	1	1	1	1	1
	Termo	3	1			
Barcelos	Vila + Termo	3	1			
	Esposende	2				
Guimarães	Cidade	2	1	1	1	
	Termo	3+2*	1*			
	Cel. Basto	2				
Viana	Regalados	1				
	Prado	1				
	Rendufe	1				
	Bouro	1				
Total		22	5	2	2	1

Fonte: *Mappa dos Professores, e Mestres das Escolas Menores; e das Terras, em que se acham as suas Aulas e Escolas, neste Reino de Portugal, e seus Domínios.*

* Acrescentadas pelo Suplemento de *11-11-1773.*

A apresentação das Instituições educativas por *comarcas*, sendo a que mais se coaduna com as *fontes primárias* não deixa de trazer dificuldades de comparação, pela necessidade de recorrer a critérios que não se relacionam directamente com a instrução, bem como dificuldades de localização de algumas Cadeiras. Com efeito, sobretudo em períodos de reordenação territorial, há localidades que ora são mencionadas numa comarca, ora noutra[9]. É no entanto elucidativa sobre os meios e os critérios de ordenação territorial utilizados pelo Antigo Regime. Inseridas numa região, as informações contidas no quadro parecem revestir-se de algum significado se analisadas numa relação centros--periferais. **Vistas em si próprias, indiciam um equilíbrio entre os diferentes centros urbanos,** com relevo para Guimarães.

A relação centro-periferia compreende na sua acepção mais elementar uma interligação e um equilíbrio entre o núcleo (centro urbano) mais populoso e o território envolvente (o campo), fornecedor do sustento. Tal harmonia tem estimulado modelos de desenvolvimento como o de *Castillon* (1755), no qual os

[9] Ver NÓVOA, António (1987): *Le Temps des Professeurs, Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal* (XVIIe-XXe siécle), Vol. 1, Lisboa: INIC, pp. 222-224 (Nota 14).

núcleos sócio-económicos surgem organizados hierarquicamente em círculos concêntricos em torno do centro urbano. Todavia, uma análise sumária da expansão escolar para a região bracarense, indicia que o desenvolvimento se processa sob influência determinante de outros factores.

Aliás tem-se relevado a marca de anti-regionalismo que caracteriza o desenvolvimento da administração concelhia no Portugal Moderno[10].

Regressando ao QUADRO, torna-se necessário superar o vazio gerado pela designação *Termo,* que apenas comporta a certeza da inexistência de outros «nucleos urbanizados» no referido espaço circundante. As localidades contempladas no referido mapa são, em regra, cidades ou domínios senhoriais.

5. **Entre finais do século XVIII e as primeiras duas décadas do século XIX, constata-se uma multiplicação de Cadeiras** não apenas de Primeiras Letras. Este movimento expansivo compreende, para Braga e seu Termo um número significativo de alvarás passados na pessoa do próprio titular, habilitando-o para o exercício das funções de ensino como particular. Dos 12 alvarás particulares de Primeiras Letras, concedidos, em Braga, nas primeiras três décadas do Século XIX, 6 foram-no entre 1810 e 1820; 7 destinaram-se à Cidade e os restantes ao Termo, destes apenas num caso a cadeira particular foi concorrer com a régia[11].

Com a Revolução Liberal, iniciada em 24 de Agosto de 1820, as questões da Instrução Pública revestem-se de importância acrescida, multiplicando-se as iniciativas, numa atmosfera ideológica que favorece a participação político-administrativa dos cidadãos alfabetizados.

A *Junta da Directoria Geral dos Estudos,* com sede na Universidade de Coimbra, recorre frequentemente aos *Provedores,* para, através dos *Administradores dos Concelhos,* levarem as *Câmaras* a empenharem-se activamente na instrução pública, fazendo o levantamento das necessidades e dos meios humanos disponíveis, vigiando o comportamento político e profissional dos professores e mestres régios[12].

---

[10] MAGALHÃES, Joaquim Romero (1985): **Reflexões sobre a Estrutura Municipal Portuguesa e a Sociedade Colonial Brasileira.** *Revista de História Económica e Social,* N.º 16 (Julho-Dezembro de 1985): p.17-30.

[11] MAGALHÃES, Justino (1990): **Alfabetização e Funcionamento do Regime Liberal. Níveis de Alfabetização da População Bracarense em 1836.** *Revista Portuguesa de Educação,* 1990, 3(1) e 3(2).

[12] Neste levantamento de necessidades e de recursos se enquadra o **Mappa Topographico, e Estatistico da Cidade de Braga, e seu Termo.** Data de 1825 e fora registado por ordem do Juiz de Fora no *Livro de Registos de Leys, Posturas e Ordens, Anos de 1822 a 1837* (f. 59 v.-60 f.): Arquivo Municipal de Braga. Ver MAGALHÃES, Justino (1990): *ob. cit.*

QUADRO 2 — **Mapa Escolar do Distrito em 1821**

Provedoria	Localidade	Actual Concelho	P. Let.	G. Lat.	Filos.	Retór.	L. Greg.
Guimarães	Braga	Braga	3	1	1	1	1
	Termo		2	1			
	Guimarães	Guimarães	1	1		1	1
	Termo (C. Taipas)		1				
	Termo (Brito)		1				
	Póvoa Lanhoso	Póvoa Lanhoso	1	1			
	Cel. Basto	Cel. Basto	1	1			
	Cab. de Basto	Cab. de Basto	1	1			
	Vieira	Vieira do Minho	2	1			
Viana	Barcelos	Barcelos	1	1			
	Termo		1				
	Esposende	Esposende	1	1			
	V.N. Famalicão	V.N. Famalicão	1	1			
Guimarães	Couto de Pedralva	Braga	1				
	Couto de Vimieiro		1				
	Couto de Tibães		1				
	Couto de Cambezes	Barcelos	1				
Viana	Couto de Fragoso		1				
	Honra de Fralães		1				
	H. S.ta Maria Goios		1				
	Vila Cova		1				
	Vilar de Frades		1				
Guimarães	Couto de Moure	Vila Verde	1				
	Couto de Cervães		1				
	Conc. Freiriz		1				
Viana	Honra de Valdreu		1				

	H. Aboim Nóbrega		1				
	Honra de Larim		1				
	Regalados		1				
Viana	Santa Marta de Bouro		1				
	Entre Homem e Cáv.	Amares	1				
	Rendufe (Benedit.)		1				
	Terras de Bouro		1				
	Couto do Souto	Terras de Bouro	1				
	Landim/Palm.	V.N. Famalicão	1				
	Julg. de Vermoim		1				
Guimarães	Conc. S. João de Rei	Póvoa Lanhoso	1				
	Couto Fonte Arcada		1				
	Santa Eul. Penteeiros	Guimarães	1				
	Montelongo (Fafe)	Fafe	1				
	Honra de Cepães		1				
	Moreira de Rei		1				
	Vila Boa da Roda	Vieira do Minho	1				
	Conc. Ruivães		1				
	Arrab. de Ruivães		1				
	Conc. de Rossas		1				
	Parada de Bouro		1				
	Refojos de Basto	Cab. de Basto	1				
	Couto de Abadim		1				
	Telões (Cel. Basto)	Amarante	1				
	Couto de Apúlia	Esposende	1				
Viana	S. Tiago de Fão		1				
Guimarães	Vila Boa	Barcelos	1				
Total			60	10	1	2	2

BIBLIOTECA NACIONAL: *Relação de todas as Escolas...* 1821: F.G. 10742

Em 1821, a *Junta da Directoria Geral dos Estudos* elaborara uma *Relação de todas as Escolas do Reino que são da Inspecção da Junta da Directoria Geral dos Estudos, assim providas como vagas; dos Professores, que actualmente as regem; e dos Ordenados, que ellas tem.* (Ver QUADRO 2).

A observação do QUADRO 2 mostra que **a expansão da rede de Cadeiras de Primeiras Letras, visava torná-la extensiva à generalidade dos Coutos e Honras existentes na região.** Quais os fundamentos deste critério?

Num estudo sobre a rede de *Instrução Pública para Trás-os-Montes,* em finais do Antigo Regime, constatamos que a homologação e mesmo a criação de Cadeiras de Primeiras Letras para aquela região, não contraria, na generalidade dos casos, os respectivos totais de população, podendo mesmo falar-se de uma gradação decrescente até cerca dos mil habitantes. Ultrapassado este limite, parece mais notório o peso do estatuto jurídico-administrativo.

Esta conclusão indicia uma politização da Instrução Pública. Estando porém em curso reformas administrativas e de reordenação do território, revelar-se-á útil uma análise diferenciada. Na ausência de mais informação, não parece de excluir à partida a hipótese de uma forte pressão dos Coutos e Honras por razões que se prendem à sua estrutura sócio-produtiva; hipótese analogamente válida para os concelhos.

Apoiando-se muito provavelmente nas informações enviadas pelas Câmaras Municipais, a *Junta da Directoria Geral dos Estudos* organizou uma *Relação dos Empregos, Estabelecimentos, Escholas, e Substituições do Ensino Público que na Côrte e Cidade de Lisboa e seu Termo e nas Provedorias do Reino estão debaixo da inspecção da Junta da Directoria Geral dos Estudos, com a declaração dos seos Locaes, Disciplinas, e Nomes dos Professores e Mestres, de Mestras, Vaccaturas;Jubilaçoens, e Aposentações, Numero de Discipulos em 1827, e Actuais Ordenados e Despensas.* Comparando os dois extractos dos mapas, relativos ao actual distrito de Braga, constata-se que não há alteração significativa, apenas aumentando o número de cadeiras para Braga.

6. As transformações que se operam no decurso da primeira metade do Século XIX, nos diversos sectores da vida nacional marcam, por via directa e/ou indirecta, estruturalmente a política de Instrução Pública. Entre os aspectos fundamentais poder-se-á salientar: a perda gradual do controle geral da política de instrução por parte da Universidade; a indexação do exercício de certas funções político-administrativas a um nível mínimo de instrução — ler e escre-

ver —, para certos casos também contar; a criação dos Governos Civis, cujas funções compreendem nomeadamente uma supervisão das diversas questões da instrução pública e de cultura; a publicação de leis gerais para a instrução, em que ressaltam a organização curricular e orgânica, a formação de docentes, a criação de órgãos específicos de administração e inspecção; a efectiva implicação das autoridades municipais e locais em diversos aspectos da política de instrução pública, nomeadamente na resolução das questões de carácter instrumental e logístico.

Um cômputo, através dos *Recenseamentos Eleitorais e das Listagens de Jurados,* feito, sempre que possível em confronto com os respectivos *Cadernos* primários, elaborados pelas *Comissões Paroquiais,* pode servir de testagem ao resultado desta fase de estruturação do processo de escolarização em Portugal. **Ressalta, nos casos que nos foi possível analisar, uma vantagem numérica das paróquias onde funcionam Cadeiras de Primeiras Letras.** Sintomático é também que o crescimento da rede de Cadeiras de Primeiras Letras jamais tenha satisfeito a procura. Os índices de escolarização e alfabetização enquanto processos de um fenómeno mais amplo de difusão e utilização da cultura escrita, orientam-se no mesmo sentido.

Organizados os principais concelhos do Distrito, torna-se possível uma inventariação diferenciada das Cadeiras públicas existentes em meados do Século, com a correspondente identificação dos titulares, associando-lhe para alguns casos, informações úteis sobre instalações e funcionamento. Atendo-nos exclusivamente às *Fontes Locais,* as informações colhem-se, ora nas *listagens dos funcionários pagos pelas câmaras,* ora na *correspondência* com o Governo Civil, Administração Concelhia, Câmaras Municipais, Regedores e Presidentes de Junta, Párocos e outros. De importância capital é a correspondência, nem sempre por via hierárquica, com os *Comissários dos Estudos,* representantes regionais do Conselho Superior de Instrução Pública. Esta última documentação, quando existente, encontra-se nos primitivos liceus, cujo reitor era simultaneamente o *Comissário dos Estudos.*

Parte destas Cadeiras resulta do reconhecimento régio de Cadeiras e de Mestres particulares e privados; mas quantos permanecem? A «oficialização» de cadeiras para além de forçar o titular a um exame, nem sempre fácil, traduz-se num aumento dos encargos financeiros das Câmaras, pelo que o processo se reveste de alguma delicadeza.

A criação dos liceus, bem como de instituições de formação agrícola e técnico-profissional é um processo bastante complexo e controverso que se inicia neste período.

Sempre que existam, os *Inquéritos Paroquiais* (1842) fornecem informações específicas sobre a Instrução Pública.

7. Em ofício datado de 21 de Agosto de 1838, o administrador do concelho de Braga «leva» às mãos do presidente da Câmara a *Relação nominal dos Professores de primeiras letras que contém este Concelho com designação das freguesias e lugares de sua residência* [13], para os efeitos do disposto no *Decreto de 15 de Setembro de 1836* que «põe a cargo das Câmaras o pagamento dos Professores Régios». **A cargo da Câmara Municipal de Braga estavam apenas seis Cadeiras** (QUADRO 3).

QUADRO 3 — **Professores Régios a cargo da Câmara Municipal de Braga (1836)**

Freguesia	Local	Professor	Alunos Inscritos em 1840
Sé Primaz	Trás/Audiência	Francisco José Rod. Aguiar	86
Adaúfe	Moinhos	José António Lopes Maia	50
Crespos*	Vendas Novas	Domingos de Araújo	(?)
Pedralva ***	Assento	Alexandre Joaquim de Araújo	48
Vimieiro	Macada	Padre Francisco Inácio C. R. Cruz	16
Trandeiras	Sá	Padre Manuel José Sequeira	34
S. Pedro Este**		Manuel António Rodrigues	48

Fonte: ARQUIVO MUNICIPAL de BRAGA: *Correspondência recebida da Administração do Concelho (1840, 14 Jan. a 14 Dez.);* Copiador da 1.ª Repartição 1840.

* Em 1840 está confiada ao professor Bento José Ribeiro.

** Não mencionada em 1836.

*** Em 1840 está confiada a José Joaquim da Silva Rebelo.

Os totais de alunos inscritos colhem-se num ofício análogo ao referido, mas datado de 14 de Janeiro de 1840, onde não constam os nomes dos professores e a Escola de Crespos é substituída pela de S. Pedro d'Este[14]. Já em outro trabalho se chamou a atenção para a existência de **eixos cumulativos na distribuição das Cadeiras do Concelho de Braga.**

[13] ARQUIVO MUNICIPAL de BRAGA: *Correspondência recebida da Administração do Concelho — 1840 (14, Jan./14 Dez.).*

[14] Por ofício de 3 de Março de 1841 enviado ao Administrador Geral do Distrito a Câmara Municipal de Braga confirmava que apenas fora votado no orçamento de 1840 o ordenado para 6 professores nos quais se não incluía a Mestra de Meninas D. Maria Carlota de Freitas, entretanto empossada. (Copiador da 1.ª Repartição).

Todavia, porventura a questão mais importante que se levanta pela observação deste quadro respeita à **ausência das freguesias urbanas,** muito embora sejam populosas, apresentem uma estrutura sócio-profissional hierarquizada e contem com uma grande percentagem de alfabetizados[15]. É que se algumas Cadeiras estão adstritas a Ordens Religiosas, a quem cabe suportar as despesas com o mestre, mesmo que laico, há sobretudo mestres particulares. Aliás, as *fontes locais* informam sobre a mobilidade e a irregularidade de funcionamento de algumas Cadeiras.

A integração dos Coutos na alçada da Câmara Municipal é um reforço das vias de penetração do poder concelhio e por ele, do mundo urbano sobre o mundo rural.

Segundo o *Livro das Escolas do Concelho de Braga, Livro dos Professores*, antes de 1881 tinham sido criadas 17 escolas das quais 2 por legado à Câmara Municipal e 2 ao Governo Civil. Nos anos seguintes o total de escolas do Concelho elevou-se a 38, incluindo a de Maximinos por legado de Joaquim Machado Caires e a de S. Vítor por legado do Conde Ferreira.

8. A utilização de uma fonte análoga existente no Arquivo Municipal de **Vila Nova de Famalicão** — *Livro de Registo dos Vencimentos dos Funcionários da Câmara Municipal e Professores de Instrução Primária, 1835-1852* — possibilita a inventariação das Cadeiras de Primeiras Letras dispersas pelo concelho (QUADRO 4).

A *Fonte* não menciona os totais de alunos inscritos e pouco se sabe, tal como para o concelho de Braga, sobre a regularidade da frequência. Verifica-se alguma mobilidade dos professores, aliás um ou outro documento avulso integrado no referido *Livro-requerimentos* — mostra que se está perante **um grupo razoável de professores laicos que procuram exercer as suas funções na localidade que lhes oferece melhores condições.**

Uma observação sumária das *Listagens para Jurados*, mostra que as freguesias com escola dispõem de uma grande vantagem em termos de população alfabetizada, mesmo salvaguardando que ao critério da alfabetização se associa o do rendimento económico. Ressaltam do QUADRO 4, **a importância das estruturas do Antigo Regime, nomeadamente Coutos, bem como a atracção do Ave,** com notória desvantagem para a periferia do centro urbano e para o «Famalicão rural».

Tal como se observa para Braga, destacam-se determinados eixos, sendo aqui mais **claramente orientados pelos principais itinerários terrestres,**

[15] MAGALHÃES, Justino (1990): *ob. cit.*

QUADRO 4 — **Professores a cargo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (1842)**

Localidade	Professor	Observações
Vila	José Maria de Sousa	(1842-1849)
S. Miguel das Aves*	Manuel José S. Araújo	1842-1852)
Bairro	Luís António Rodrigues	(1842
	Manuel José Teixeira	1842-1844
	Bento Joaquim Lemos	1844-1849
Joane	José Manuel Azevedo Coelho	(1842-1850)
Landim	Manuel António Cunha Almeida	(1842-1849)
	Miguel Silva Sotto Maior	(1849-1851)
Ruivães	Manuel José Oliveira	(1842-1851)

Fonte: Arquivo Municipal de V. N. Famalicão, *Livro de Registo dos Vencimentos dos Funcionários da Câmara Municipal e Professores de Instrução Primária. 1835-1852.*

* Actualmente pertence ao concelho de Sto Tirso e designa-se Vila das Aves.

salientando-se o antigo itinerário Braga-Porto que cruzava o Ave na ponte de Serves.

9. Menos esclarecida é a situação para **Guimarães** em igual período. A listagem para *Jurados,* retirando as freguesias urbanas, contém muito poucos nomes, na **generalidade proprietários,** ou seja grupos sociais com capacidade de deslocação. Assim mesmo, raras vezes atingem a dezena para as freguesias rurais, o que pode indiciar escassez de instituições públicas de instrução.

O *Livro de Matrícula dos Cidadãos nas circunstâncias de serem Jurados,* iniciado em 1835, apenas menciona na freguesia de N.ª S.ª de Oliveira, um *Professor de Ler,* com a idade de 60 anos, viúvo, de nome Pedro José Soares Botelho, morador na R. de St.ª Maria e um *Mestre de Primeiras Letras,* com 40 anos de idade, casado, de nome José António Pereira Marques, morador na R. Nova. Não se referindo mais professores para o espaço urbano, apenas se menciona um *Professor Régio,* residente em S. Miguel das Caldas (Vizela), de nome António Pereira da Silva, casado, e com 45 anos de idade.

Tomando por base a *Rellação dos Individuos Particulares que nesta Villa de Guimarães, Seu Termo e Coutos, ensinão algua Desciplina na forma que na mesma vai declarado* (1829)[16], verifica-se o seguinte:

9.1. Na Vila e seu Termo, ensinam Primeiras Letras 45 mestres de ambos os sexos — 18 na Vila e 27 no Termo;

9.2. Os 18 mestres que ensinam na Vila estão assim distribuídos: 8 na freguesia de Oliveira — 3 mestres (1 eclesiástico) e 5 mestras (2 ensinam conjuntamente); 3 na freguesia de S. Paio — 1 mestre e 2 mestras (há ainda um professor que lecciona «Segundas Letras»; 7 na freguesia de S. Sebastião — 2 mestres e 5 mestras;

9.3. No Termo não há mestras de Primeiras Letras;

9.4. Os 27 mestres estão assim distribuídos: 1 em Sto Tirso de Prazins; 1 em Gondomar (eclesiástico); 1 em Arosa; 1 em Castelões; 1 em Sta Eulália de Barrosas; 1 em Sto Adrião de Vizela; 1 em S. Martinho Silvares (eclesiástico); 1 em Golães; 3 em S. Romão de Arões (1 deles lavrador e outro cirurgião); 1 em Caldelas; 1 em Vila Nova de Sande; 2 em S. Lourenço de Sande; 1 em Sta Cristina de Longos (eclesiático); 1 em Sto Estevão de Briteiros; 1 em Gominhães; 2 em Rendufe (1 eclesiástico e 1 minorista); 1 em Gonça; 1 em Freitas; 1 em S. Jorge de Selho; 1 em Brito (eclesiástico); 1 em Fareja (frade do Convento da Cruz); 1 em Fermentões; 1 em Donim (eclesiástico).

9.5. Dos 27 mestres do Termo, 13 ensinam gratuitamente e apenas 4 outros obtiveram Provisão Régia — Caldelas, Gominhães, S. Jorge de Selho, Brito.

Uma observação que ressalta logo à primeira vista é a abundância de mestras espalhadas pela Vila, não apenas pelo contraste com o mundo rural, mas sobretudo por comparação com o total de mestres (12 em 18, ou seja, 66.7%). A explicação deve-se fundamentalmente ao facto de o **ensino feminino compreender um vasto programa, útil para o quotidiano, do qual fazia parte a aprendizagem de Primeiras Letras,** como bem salientou A. Vieira Braga.

Um segundo aspecto diz respeito à procura da instrução, verificando-se uma tendência para uma **expansão cumulativa** que se manifesta, quer pela multiplicação de mestres na mesma freguesia, quer pela contiguidade geográfica das freguesias onde se ensinam Primeiras Letras.

---

[16] Ver BRAGA, Alberto Vieira ( ): **De como era examinada uma professora particular para o ensino das primeiras letras,** *Curiosidades de Guimarães.*

Este autor reporta estas informações às controvérsias políticas geradas pelo Miguelismo. Mandadas recolher por ordem de D. Miguel, datada de 24-01-1829, foram transcritas na *Acta da Câmara* de 22 de Abril de 1829 a partir de elementos enviados pelos Pároco e Juízes de Subsino.

Um terceiro aspecto que ressalta é o destaque para «um Guimarães histórico» por contraponto ao «Guimarães industrial» do Século XIX e transição para o Século XX. **O relativo peso das «periferias rurais alfabetizadas»** ficará minimizado todavia com a formação de novos Concelhos em meados do Século XIX.

Pelos *Inquéritos Paroquiais*[17], ordenados pelo governo em 1842, colhe-se a informação contida no QUADRO 5.

QUADRO 5 — **Mapa escolar do concelho de Guimarães (1842)**

Localidade	Tipo de Cadeira	Observações
Santa Cristina Arões**	1 Mestre Régio 1 Mestre particular	pago pelo Estado
S.Romão de Arões**	2 Mestres Particulares	
S. Salvador de Briteiros	1 Mestre Particular	
S. João Bap. de Brito	1 Mestre Régio	pago pelo Estado
S. João das Caldas	1 Mestre Particular	
S. Tomé de Caldelas	1 Mestre Régio	pago pelo Estado
S. João Bap. Castelões	1 Mestre Particular	
S. Martinho Conde	1 Mestre Particular	(não examinado)
S. Martinho de Fareja		há um legado para a criação de 1 Esc.
S. Miguel de Gonça	1 Mestre Particular	
Santa Maria Guardizela*	1 Mestre Régio	pago pelo Estado
S. Salvador Pinheiro	1 Mestre Régio 1 Professor Particular de Latim	pago pelo Estado
Vila Nova de Sande	1 Mestre Particular	
Santa Maria Souto Sob.	1 Mestre Particular	
S. Tomé Travassós**	1 Mestre Régio 1 Mestre Particular	pago pelo Estado
Serafão**	1 Mestre Particular	

Fonte: SOCIEDADE MARTINS SARMENTO: *Inquéritos Paroquiais (1842).*

* Esta Cadeira está confiada a António Dias Pereira da Costa da Casa da Portela da freguesia de Lordelo;

** Freguesias integradas no Concelho de Fafe em meados do Século XIX (31-12-1853).

[17] SOCIEDADE MARTINS SARMENTO: *Respostas aos Interrogatórios Geográficos — Descrições Histórico-Geográficas.*

Esta *Fonte* não informa sobre as freguesias urbanas, sendo no entanto de admitir a existência de Mestres e de Mestras sobretudo particulares. O **ensino particular é aliás uma marca estrutural do processo instrucional da região de Guimarães.**

Das 18 Cadeiras contabilizadas, apenas 6 (33.3%) são asseguradas pelo Estado o que não deixa de ser factor de grande mal-estar, queixando-se as populações porque, pagando o *Subsídio Literário,* tinham ainda de pagar o ensino dos filhos. Nesse sentido são elucidativos os depoimentos dos Párocos das freguesias de Agrela e S. João Baptista de Castelões. Sobre as vantagens da Instrução também se pronunciam outros inquiridos[18].

Tomando, o mapa do Concelho para a data em análise pode admitir-se que há um **eixo fundamental que é o rio Ave** e que começa a esboçar-se um **desenvolvimento diferenciado** que marca o «Guimarães industrial» de Entre-Selho-e-Vizela.

Tendo em atenção que parte das Cadeiras beneficiam as freguesias periféricas, algumas das quais serão desvinculadas, não pode deixar de admitir-se como hipótese que a **política de instrução pública é parte de uma estratégia mais ampla de integração autárquica,** à semelhança aliás do que sucedera noutras zonas. Não raro, na interface dos limites autárquicos, se «confrontam» freguesias de municípios distintos, igualmente servidas por Cadeiras de Primeiras Letras. Um outro aspecto a considerar **é a existência regular de uma feira, nas localidades com Cadeiras de Primeiras Letras.**

É já no início do último quartel do Século, que, **à semelhança do que sucede por todos os Municípios, a Câmara encara com frontalidade as questões da Instrução Pública.** Um *mapa* não datado, mas que tudo indica seja o início de um plano camarário de instrução, sequente à *Lei de 2 de Maio de 1878,* refere a existência de Escolas em Oliveira — masculina e feminina, S. Miguel das Caldas (Vizela), S. Torcato, Brito, Pinheiro, Caldelas (Caldas das Taipas), Nespereira[19].

Em conformidade com os *art.os 18.º, 19.º 20.º, 25.º, 73.º, e 75.º da Lei de 2 de Maio de 1878,* a Câmara Municipal elabora um detalhado *Plano Geral Provisório das Escolas e Distribuição das mesmas,* indicando a reunião de

[18] Reserva-se para estudo posterior uma análise detalhada desta questão.

[19] Uma busca sumária aos *Livros de Registo Geral da Câmara* permite situar nas duas últimas décadas do Século XVIII e primeiros anos do Século XIX, um período de expansão da rede escolar, sobretudo a particulares, quer para ensino de Primeiras Letras, quer para ensino de Gramática Latina. (Para além da Vila, são focalizadas as freguesias de Moreira de Cónegos, S. Martinho de Sande, S. Romão de Arões, Cunha, nomeadamente).

De forma idêntica, as *Fontes Municipais, nomeadamente os Livros de Actas da Câmara* e a *documentação específica* contém muita informação sobre a Instrução Pública a partir da década de setenta do Século XIX. Ver ARQUIVO MUNICIPAL de GUIMARÃES.

Paróquias e a constituição de Escolas Mistas, que submete superiormente através do Governo Civil e de cuja aprovação faz depender a criação de novas escolas, como era o caso de uma Escola feminina para Nespereira, que havia anos, vinha sendo reclamada pelos representantes da população.

Este plano assenta em dois critérios fundamentais: dar prioridade às freguesias mais populosas, tomando o total de crianças de ambos os sexos entre os 6-12 anos e não excluir a hipótese de agrupar freguesias.

Vários documentos sobre um contencioso que se abriu entre a Câmara de Guimarães e os legatários do Conde Ferreira, indiciam alguma negligência da Câmara Municipal, em matéria de Instrução Pública (1866-67), sobretudo quando se compara o seu comportamento com o de outras Câmaras Municipais, através de um inquérito que a própria Câmara de Guimarães organizou posteriormente.

10. Desde 1848 que para **Barcelos,** *o Livro das Contas Correntes do Tesoureiro do Concelho com a Câmara Municipal, relativas a receita do Município, bem como à sua despesa, em cada um ano económico,* menciona uma despesa regular com ordenados e gratificações dos Professores do Ensino Primário a que se junta mais tarde a da Mestra de Meninas da Vila. Não obstante, no início, parece tratar-se apenas do Mestre Régio da Vila e do seu substituto. Data de Julho de 1862 uma listagem mais completa de que se apresenta um extracto no QUADRO 6.

QUADRO 6 — **Professores de Instrução Pública a cargo da Câmara Municipal de Barcelos (1862)**

Localidade	Professor	Observações
Vila	Carolina Joana Gonçalves Braga	Carta Régia 03.01.1861
	Joaquim Gomes de Figueiredo	Provimento em 16.08.1861
Areias de Vilar	António dos Santos Cardoso	Carta Régia 28.01.1850
Cambezes	José Venceslau Sequeira	Carta Régia 24.10.1853
Fragoso	Padre José Martins Silva	Carta Régia 12.121859
Goios	José Joaquim Silva Ferreira	Nom. Interina 04.02.1862
Lama	Francisco José Maria Ferreira	Provimento em 28.05.1858
Viatodos	Domingos Vieira Rebelo	Provimento em 10.10.1858
Vila Cova	José Maria Leite Miranda Vasconcelos	Provimento em 22.04.1857

Fonte: ARQUIVO MUNICIPAL de BARCELOS: *Livro das Contas Correntes do Tesoureiro do Concelho com a Câmara Municipal, relativas a receita do Município, bem como à sua despesa... Ano económico de 1862.*

Analisando o QUADRO 6, verifica-se também aqui que há um **peso excessivo da periferia do concelho** face às zonas intermédias e mesmo ao núcleo urbano e peri-urbano.

É muito provável que se tenha mantido certa tradição de ensino particular, em algumas freguesias, antes de a Câmara Municipal assumir de facto a organização da Instrução Pública. Uma observação sumária das *Listagens para Jurados* para os anos de 1839-1840, é particularmente elucidativa, posto que, **ao contrário do que sucedia em Guimarães, praticamente todas as freguesias apresentam totais superiores à dezena**[20]. Esta listagem (matrícula) tem a particularidade de apresentar as assinaturas dos próprios recenseados, sendo, por outro lado, muito incompleta quanto às respectivas profissões, idades, rendimentos, ruas e lugares de residência.

Por ela ficamos a saber que o *Professor de Primeiras Letras da Vila,* morador em Barcelinhos, se chama José Joaquim de Ferreira Figueiredo Vilas Boas — do qual sabemos, através do *Livro de Despesas* já referido, que à sua morte em 1858, a Câmara lhe devia parte do ordenado. Em Remelhe mora um *Professor de Primeiras Letras* de nome Joaquim Gomes Barroso de 56 anos de idade. Em Ruilhe mora José Venceslau de Sequeira Vilaça, *Professor (Mestre) Régio* que mais tarde ensina em Cambezes.

Ainda para a vila de Barcelos refere-se o *Professor Régio* também designado *Professor Secundário,* António José Rodrigues Barbosa.

Pelas informações de que dispomos, **não se verifica alargamento da rede escolar desde o primeiro quartel do Século XIX.** Não é no entanto de excluir a existência de alguns Mestres particulares. Tratando-se de um Concelho essencialmente agrícola, poder-se-á perguntar no decurso do Século XIX não se fizeram sentir novas necessidades em matéria de instrução?

11. **É possível prosseguir o desenvolvimento do mapa escolar do Distrito, a partir das Fontes Municipais, para finais do Século XIX e no decurso do Século XX.** Não foi objectivo contudo incluí-lo neste estudo sumário e introdutório. De facto a rede escolar multiplica-se em poucos anos, satisfazendo a maior parte das paróquias, com uma escola para cada sexo, ou com escolas mistas. O processo carece porém de um estudo mais detalhado, procurando perscrutar o descontentamento de muitas populações, quer porque se vêem agregadas a outras com quem não há tradições de amizade e boa vizinhança, bem pelo contrário, quer porque a rede de comunicações e acessos é deficitária ou por outras questões, meramente circunstanciais em alguns

[20] ARQUIVO MUNICIPAL de BARCELOS: *Livro de Matrícula dos Jurados, 1839-1840* (294 folhas).

casos, como o desacordo entre os responsáveis quanto ao arrendamento de um ou outro prédio para funcionar como escola.

Necessário se torna também perceber porque não lograram vingar as propostas de *escolas municipais* — escolas supraparoquiais — mesmo que intentando prosseguir a formação dos alunos até à *Instrução Primária Superior.*

Questões que se remetem para outro estudo. Queda no entanto demonstrado **que a política de instrução se inscreve numa dinâmica histórica que, entre outros aspectos, se entrece com elementos e factores de ordem global e local.**

E que também nesta matéria não apenas é difícil estabelecer princípios gerais a partir de um ou dois casos, como é necessário, evitando o anacronismo, entrecer uma dinâmica histórica de relação que contemple os movimentos de avanço e estagnação e o comportamento das forças sociais envolvidas.

Há uma relação profunda entre o desenvolvimento das estruturas de Antigo Regime e a formação da rede escolar, nomeadamente na polarização de territórios alfabetizados; torna-se necessário estudar agora a recíproca, ou seja em que medida o fortalecimento das «periferias alfabetizadas» pesou na definição dos novos concelhos e na dinâmica social das suas hierarquias dominantes.

Os novos concelhos herdaram boa parte da rede escolar estatal, enquanto em Braga e em Guimarães não cessou de ampliar-se o número de Mestres particulares. Qual a eficácia de uma malha escolar sedimentada nas estruturas geográfico-sociais de Antigo Regime? Como evoluiram os edifícios escolares a fim de satisfazerem as novas necessidades instrucionais e educacionais? Quem frequenta e com que resultados, a rede escolar? Quem sustenta e apetrecha as escolas? Poder-se-á falar de um modelo único de escola? O *Inquérito Estatístico de 1863-64* também pode elucidar um pouco estas questões. E a tê-lo em conta, o balanço não é muito animador.

A frequência média do distrito é de 58.8% dos alunos inscritos, cabendo a Amares a percentagem mais baixa (42.6%) e a Guimarães a mais elevada (69%). Das 98 escolas estatais do Distrito, 72 (74,5%) são consideradas em mau estado de conservação e condições higiénicas. Com excepção para o concelho de Braga de cujas 12 escolas, 11 são consideradas em mau estado, são sobretudo os novos concelhos que apresentam o estado mais crítico. Dos 83 alunos saídos regularmente no final do ano (para 2.885 considerados com frequência regular) apenas 33 (39.8%) fizeram exame e destes, 24 pertenciam a uma única escola de Braga[21].

[21] DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 4.ª REPARTIÇÃO, INSTRUÇÃO PRIMÁRIA: **Estatística das Escolas de Instrucção Primária, segundo os dados da Inspecção de 1863-1864.** *Diário de Lisboa, Folha Official do Governo Portuguez (1866, N.º 123).*

Quanto aos professores estatais são na sua quase totalidade civis e exercem a profissão como «único emprego». O que está realmente em crise? Em que medida a situação do distrito é análoga à do País? A transição para o último quartel do Século XIX traduz o fim de uma etapa na formação do Sistema Escolar Português. Se as questões de Instrução não podem separar-se do todo político, também têm de ser pensadas em si como uma estrutura orgânica concertada e globalizante, embora com espaço para a diferenciação.

12. Mas para o último quartel do Século XIX, os Arquivos Municipais facultam informação sistemática e muito completa. É seguramente o **período mais fértil e criativo dos Municípios em matéria de Instrução Pública.** Para além de assegurarem os ordenados aos professores, os municípios projectam e mobilam as escolas e contam com uma junta escolar que embora próxima da câmara, dispõe de certa autonomia. Relacionam-se com os inspectores regionais e com os governos civis, por quem acedem ao Governo e à Câmara dos Deputados; no plano local contam com um extraordinário meio de informação e controle — os delegados paroquiais, designados pelas juntas escolares e empossados pelas câmaras. As câmaras têm papel importante na organização dos exames da Instrução Elementar e no recenseamento das crianças. Intervém na colocação e na formação dos professores, quer através de exames de selecção, quer mesmo subsidiando a formação de concidadãos, que frequentem a Escola Normal em Lisboa.

De tudo restam documentos nos Arquivos Municipais. **Mas a riqueza destes Arquivos para o estudo da Instrução Pública e de muitas outras questões da educação comunitária, não se esgota em documentos específicos.**

É necessário rever, uma por uma, as *Actas e Acórdãos Municipais,* bem como os *Livros de Registos e Mercês.*

Uma outra temática fundamental de que dão testemunho os Arquivos Municipais respeita aos *Legados,* assumindo as mais diversas formas, nomeadamente: ofertas públicas de terreno e edifício escolar, fundações escolares e literárias, fundos económicos específicos, prémios, usufruto de pensões e rendas, subsídios a professores e/ou alunos, etc. Matéria complexa a dos legados. Sem pretender demonstrá-lo aqui, pode admitir-se que os legados marcam estruturalmente a formação histórica do sistema educativo português.

Sobre a relação entre a rede escolar e o aproveitamento dos alunos para o concelho de Vila Nova de Famalicão ver a comunicação do autor: «Um Apontamento para a História da Instrução Pública no Concelho de Vila Nova de Famalicão. A Formação da Rede Escolar» II.as Jornadas de História Local, Vila Nova de Famalicão, 14 e 21 de Novembro de 1992.

O empenhamento das Câmaras Municipais na Instrução Pública, não se confina à Instrução Primária e à formação dos respectivos professores. **A sua acção liga-se também à fundação e desenvolvimento de Cadeiras específicas de Instrução Secundária, à formação dos liceus e instituições de formação agrícola e técnico-profissional.** Uma vez mais, para além da documentação específica, importa ver a documentação geral como sejam actas, acórdãos e registos.

13. Uma palavra final para referenciar uns de outros **arquivos necessários para estudo da Instrução Pública no quadro regional** — o arquivo dos primitivos liceus. No caso de Braga, o do Liceu Sá de Miranda. Coube aos Reitores dos Liceus um importante papel no plano educacional e instrucional da região. Assim, o **espólio documental é muito rico e diversificado,** não se confinando à documentação específica da instrução secundária. Eis alguns dos assuntos documentados: registos de professores habilitados para a leccionação privada da instrução secundária e eram muitíssimos em finais do século XIX, espalhados pelos diversos concelhos; correspondência de diversa ordem, planos de intervenção na comunidade através de biblioteca pública, de manifestações culturais e conferências; planos de inventariação e conservação do património; trabalhos diversificados de alunos e de professores. Documentação relativa ao *Comissariado dos Estudos,* função que coube aos Reitores dos Primeiros Liceus.

Outras instituições guardam documentação, em regra oficiosa, que permite, não obstante uma aproximação à sua história, como sucede com boa parte das organizações de recolhimento e protecção à infância. Aliás, sobre esta temática também as Câmaras Municipais conservam um riquíssimo manancial de informação.

Braga, Agosto de 1992

A primitiva versão deste texto foi uma Comunicação apresentada pelo autor ao 1.º Encontro — **Minho: Identidade e Mudança,** Escola de Economia e Gestão, UM, 6-7 de Dezembro, 1990 com o título: *Sobre a Formação do Mapa Escolar do Distrito de Braga.*

O Mosteiro de Landim

Contributos para o estudo da propriedade eclesiástica *

MARIA DE FÁTIMA CASTRO **

1.ª PARTE

Fundação e Património Inicial

1. A data da fundação, a regra adoptada e o nome do fundador do Mosteiro de Landim, no concelho de V. N. de Famalicão, não se encontram unânime e inequivocamente referidos nos diversos autores que consultei e que a esse Mosteiro se referem nas suas obras. Mas, se não se pode precisar com rigor umas e outro, pode, porém, conhecer-se a época em que o Mosteiro começa a ser referido e os nomes então a ele ligados.

O documento mais antigo onde é referida a «villa nandini» data de 936. Trata-se de uma escritura de venda. Num testamento de 991 é referida a basílica edificada na vila de Nandim [1]. Não obstante a existência desta igreja nesta data ela tem por orago principal Santiago. Situar-se-ia na actual freguesia de Areias [2]. Só

---

* O meu interesse inicial pelo Mosteiro de Landim dirigia-se para o estudo artístico do edifício religioso ao longo dos tempos. As buscas que efectuei forneceram-me alguns dados mas não os suficientes para poder conhecer todas as etapas das obras nele efectuadas. Permitiram-me, porém, colher informações que me pareceram interessantes sobre a economia dessa instituição religiosa. Elaborei fichas para um dia fazer um estudo sobre os bens fundiários do Mosteiro dos Cónegos de Santo Agostinho.

Agradeço ao Prof. José V. Capela ter feito esse dia chegar bem depressa pois, quando lhe dei conta do levantamento efectuado, estimulou-me a prosseguir. Surgiu assim este breve trabalho sobre o século XVIII depois de algumas notas sobre a sua fundação e constituição do património inicial.

** Professora efectiva na Escola Secundária D. Luís de Castro.

[1] P. M. H. Dipl. et Ch., XLI e CLXII.

[2] F. Carvalho Correia, «Areias até século XI», *Cadernos de Cultura*, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

um século depois, em 1096, é que se acha notícia do Mosteiro de Santa Maria de Nandim com o título de Santa Maria dos Anjos e com Dom Pedro Rodrigues como Prior [3]. A esse Mosteiro concederia D. Teresa carta de couto. Mas seria o Mosteiro de Landim, nesses finais do século XI, já de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho? Quando foi adoptada a Regra de Santo Agostinho em Portugal?

Das diversas respostas a estas interrogações sobressai a do Prof. Pierre David [4]. O autor cita documentos do pontificado de Urbano II nos quais, além de Santo Agostinho, são também referidos outros patronos da ordem canónica inspirada na vida de Cristo e dos Apóstolos. O Pontífice «não conhecia ainda o bispo de Hipona como autor único duma regra específica dos cónegos regulares. Os sucessores imediatos de Urbano II não retomaram os seus desenvolvimentos sobre a vida apostólica; eles não conheciam a Regula Sancti Augustini» [5].

Por volta de 1125 Ponce de S. Rufo mostra conhecer uma Regula Sancti Augustini embora não seja a adoptada na sua comunidade. Para o abade de S. Rufo, Sto. Agostinho ainda não é o legislador único da ordem canónica.

Será no pontificado de Inocêncio II (1130-1143) que privilégios sob a Regra de Santo Agostinho serão concedidos a comunidades de cónegos e a partir de então a ordem clerical transformar-se-á em Ordem de Santo Agostinho. Em 25 de Maio de 1135 foi concedido privilégio a Santa Cruz de Coimbra recentemente fundado, ou seja, foi-lhe reconhecida oficialmente a Regra de Santo Agostinho. Mas seria essa a primeira comunidade desta Regra instituída em Portugal?

Opinião idêntica à de Pierre David tem o Prof. P.e Avelino de Jesus da Costa quanto à data da adopção da Regra de Santo Agostinho em Portugal. Na sua obra «O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga» [6] considera que a Regra de Santo Agostinho é posterior ao ano de 1125 e que o Bispo D. Pedro, se foi Cónego Regrante, não foi de Santo Agostinho, como considerou o P.e Dom Nicolau de Santa Maria [7].

Em nota da página 39 daquela obra o Autor realça a reserva que merecem as afirmações de Dom Nicolau de Santa Maria destacando o que diz João Pedro

---

[3] P.e Dom Nicolau de Sta. Maria, *Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*, Lisboa, Of. João da Costa, 1668, Livro VI, Cap. VII, p. 301.

[4] Pierre David, «Regula Sancti Augustini», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, F.L.U.C. — Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947, Tomo III, pp. 27-39.

[5] *Idem*, p. 35.

[6] Coimbra, F.L.U.C. — Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos — *Separata de «Biblos» XXXIII*, 1959, 1.º vol., cap. III, p. 38.

[7] *Idem*, p. 235.

Ribeiro: «as afirmações de D. Nicolau não merecem crédito quando os documentos que cita não tenham abonador mais verdadeiro que o mesmo D. Nicolau» [8].

Assim, o Mosteiro de Landim em 1096 ainda não seria de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho embora pudesse ser de outros Cónegos Regrantes.

Contudo, outros Autores tinham considerado que a instituição desta Regra ocorrera em tempos anteriores. Tal é o caso de Fortunato de Almeida que diz que a instituição dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho vem da segunda metade do século XI e que a Regra então instituída se inspirou sobretudo em dois discursos e uma epístola do célebre bispo de Hipona [9].

O P.e Dom Nicolau de Santa Maria na explicação da origem, fundação e propagação da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho diz que desde o século III, a par dos Clérigos Regulares nascidos na primitiva Igreja e que não só viviam em comum como professavam os três votos, se foram ordenando também Clérigos Seculares, ou seja, que não professavam a vida comum. Com o tempo o nome mais corrente para os Clérigos religiosos que continuaram na linha da primitiva vida clerical vai ser o de Cónegos Regrantes «principalmente depois que sairam à luz outras religiões Clericais que escolheram o nome de Clérigos Regulares» [10]. Não afirma, contudo, claramente se em 1096 o Mosteiro de Landim estava ocupado por Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Diz, sim, que o seu Prior Dom Pedro Rodrigues «com os seus *Cónegos* fez um escâmbio e troca com Dona Elvira de uma propriedade que esta senhora tinha junto da cerca do Mosteiro por outra que estava junto do Couto de Palmeira de que tinha feito doação ao dito Prior um fidalgo ilustre por nome D. Gonçalo Rodrigues Pereira» [11].

Mas o que fora doado por esse fidalgo — a propriedade referida ou o Couto de Palmeira? Será a referência ao Couto de Palmeira feita para melhor localizar a propriedade sabendo o Autor que à data da transacção efectuada esse couto ainda não existia?

Mais adiante ao referir-se à confirmação que os filhos deste fidalgo fizeram em 1177, ou seja, decorridos mais de oitenta anos após a troca da referida propriedade, lê-se: «(...) somos pois todos contentes e é nossa vontade confirmar com juramento, e debaixo de nossa bênção, ou de nossa maldição o Couto da Palmeira, de que nosso Pai Dom Gonçalo Rodrigues de boa memória fez doação ao Mosteiro de Santa Maria de Nandim e à *Ordem dos Cónegos de Santo Agostinho* por remédio de sua alma (...)».

---

[8] *Idem, Ibidem*, nota 39, *«Observações Históricas e Críticas da Diplomática Portuguesa»*, Lisboa, 1798, Parte 1.ª, p. 81.

[9] Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1910, Tomo I, p. 267.

[10] P.e Dom Nicolau de Santa Maria, obra cit., Livro I, cap. V, p. 13.

[11] *Idem*, Livro VI, cap. VII, p. 301.

Torna-se agora mais clara a identificação da doação (propriedade e doador) não obstante a carta de couto ter sido dada por D. Afonso Henriques, mas provavelmente à Igreja de Santa Eulália de Palmeira [12].

No primeiro acto referido por Dom Nicolau apenas nos aparece a referência a Cónegos enquanto que no segundo já nos fala em Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Teria sido nesse intervalo de tempo introduzida a Regra de Santo Agostinho?

Se há dificuldades em determinar a Regra adoptada logo no início da vida deste Mosteiro, há também dificuldade em conhecer a data e o autor da sua fundação bem como a constituição do seu património inicial.

Frei Agostinho de Santa Maria, embora não referindo a data, atribui a fundação dessa Casa, quando se erigiu em Convento, a D. Gonçalo Çonçalves, filho de D. Gonçalo Rodrigues, senhor do Couto de Palmeira, neto de D. Rodrigo Forjás de Trastâmara, segundo de nome, e bisneto do grande Nuno Forjás de Trastâmara. Diz-nos também que os filhos de D. Gonçalo Rodrigues em 1177 fizeram ao Convento doação do couto e senhorio de Palmeira [13].

João Baptista Lavanha no prólogo do Nobiliário do Conde D. Pedro diz que «escreveu o Conde D. Pedro este seu Nobiliário tão desordenada e confusamente (...) que parece procurou, com cuidado, não ser de todos entendido. Para este intento usou de grande artifício intrincando a continuação das famílias, e as pessoas dela, com tão acertada correspondência, na mesma desordem, e confusão, que admira o engenho, com que o traçou, e a memória, que para tal maranha lhe foi necessária. Conseguiu o Conde, por este meio, sua pretensão; resultaram porém dela grandes erros nas Árvores da Nobreza, que os genealogistas, até agora ordenaram; porque não atinando a desemaranhar o artificioso enredo deste livro, os cometeram notáveis, faltando nas genealogias, ou sobejando, ou trocando os progenitores» [14]. A pertinência desta observação é manifesta quanto aos ascendentes e descendentes daquele a quem nessa obra é atribuída a fundação do Mosteiro de Landim — D. Gonçalo Gonçalves, aliás, como no autor anteriormente referido [15]. D. Rodrigo Forjás de Trastâmara era, segundo o mesmo Nobiliário, o nome do seu avô e do seu trisavô. Por sua vez, o pai de qualquer um destes chamava-se D. Forjás Vermuis.

Teria havido mesmo quatro gerações sucessivas, com nomes alternados e, então, esta duplicação de nomes é uma simples coincidência? Mas este facto

---

[12] Avelino de Jesus da Costa, *ob. cit.*, 2.º vol., p. 36.

[13] Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Lisboa, Oficina de António Pedroso Gabram, 1712, Tomo IV, Título XXVII, p. 120.

[14] *Ob. cit.*, Roma, Estevam Paolino, 1640, Prólogo.

[15] *Idem*, pp. 54-55.

dificulta a identificação das pessoas a quem esses nomes são atribuídos isoladamente nos diversos autores quando não aparece qualquer genealogia.

Outros autores recuam a fundação do Mosteiro de Landim em, pelo menos, uma geração. Mons. Miguel de Oliveira in as Paróquias Rurais Portuguesas, citando António Caetano do Amaral, diz-nos que «em Junho de 1177 os filhos de D. Gonçalo Rodrigues ratificaram o couto que este fizera ao Mosteiro de Landim» [15]. Teria sido ele, D. Gonçalo Rodrigues, o fundador? Ou já existiria esse Mosteiro? O Autor não alude a esta questão, enquanto que o P.e António Carvalho da Costa na Corografia Portuguesa refere 1177 como sendo o ano em que D. Gonçalo Rodrigues Palmeira fez doação do couto de Palmeira ao Mosteiro indo fazer seu assento na Casa de Pereira em Sanfins de Riba d'Ave e diz que o Mosteiro de Landim fora fundado e dotado amplamente por D. Rodrigo Forjás de Trastâmara, filho de D. Forjás Bermui, Conde de Trastâmara [17]. Todavia, nada nos diz sobre o parentesco entre D. Rodrigo de Forjás de Trastâmara e D. Gonçalo Rodrigues. Importa aqui referir que há contratos de prazo de um Casal de Pereiras mas sito em Avidos. Há hoje duas quintas igualmente denominadas de Pereiras mas em freguesias distintas e não contíguas. As propriedades que pertencem ou pertenceram a essas quintas teriam sido da mesma família — Rodrigues Palmeira/Rodrigues Pereira?

Igualmente a Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho do P.e Dom Nicolau de Santa Maria é omissa quanto aquele parentesco. Este autor também atribui a fundação a D. Rodrigo Forjás de Trastâmara, filho de D. Forjás Bermuis, Conde de Trastâmara, que vindo a Portugal em tempo de D. Henrique o ajudou nas guerras e conquistas e teve o lugar de Rico-homem. Diz-nos também que D. Gonçalo Rodrigues doou ao Mosteiro o Couto de Palmeira e que seus filhos em 1177 confirmaram essa doação.

Importa, porém, não esquecer o aviso que faz também Fortunato de Almeida referindo-se ao cronista da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que nela professara. Diz-nos que essa crónica é de «leitura quase sempre banal e de minguada credulidade» [18].

Partindo das consultas efectuadas e aqui já referidas diversas questões se podem levantar: Quem foi o fundador do Mosteiro de Landim? E a confirmação do couto de Palmeira teria sido efectuada em 1177 pelos filhos de D. Gonçalo Rodrigues e no mesmo ano em que este fizera a doação? Ou teriam sido aqueles

[15] P.e Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais Portuguesas, sua Origem e Formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950, p. 192.

[17] P.e António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves de Gouveia, 1868, 2.ª ed., Tomo I, p. 293.

[18] *Ob. cit.*, p. 123.

não só os confirmantes mas também os doadores? Ou todos esses actos — fundação, doação e confirmação — teriam sido realizados em momentos diferentes por pessoas distintas embora da mesma linhagem? Se o fundador foi D. Gonçalo Gonçalves verifica-se que a fundação do Mosteiro de Landim e a doação do couto de Palmeira couberam à mesma pessoa e que a confirmação foi colectivamente feita por ele próprio e seus irmãos, filhos de D. Gonçalo Rodrigues, senhor do couto de Palmeira, como vimos. A doação desse couto não podia ter ocorrido antes da fundação do Mosteiro e, portanto, os antepassados de D. Gonçalo Gonçalves, ou seja, D. Gonçalo Rodrigues, seu pai, e D. Rodrigo Forjás de Trastâmara estariam excluídos deste processo relativo ao Mosteiro de Landim. Se, porém, o fundador foi D. Rodrigo Forjás de Trastâmara ele poderia ter «dotado amplamente» o Mosteiro e, depois, D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira ter doado o couto de Palmeira e então em 1177 D. Gonçalo Gonçalves e os seus irmão poderiam ter ratificado essa doação.

Ter-se-ia verificado esta evolução? Mas ainda aqui se pode pôr uma outra interrogação — Qual D. Rodrigo Forjás de Trastâmara?

Estas interrogações não podem ser facilmente esclarecidas através da consulta das obras de vários autores a que recorri, pois nelas encontram-se dados e ou interpretações divergentes. Contudo, parece poder considerar-se que o fundador do Mosteiro de Landim, se não foi D. Rodrigo Forjás de Trastâmara (o primeiro ou o segundo do nome?) foi alguém da sua linhagem. Ele e/ou os seus herdeiros dotaram o Convento com um património considerável.

2. Quanto à formação inicial do património do Mosteiro de Landim parece não haver dúvida que o couto de Palmeira cedo se integrou nos bens dessa Casa. Sobre ele lê-se no Título VII, pág. 54 do Nobiliário do Conde D. Pedro que «era naquele tempo grande e (D. Gonçalo Rodrigues) ganhou-o de El-Rei D. Sancho que lho deu quando se ele veio de Castela a Portugal por palavras que houve com D. Álvaro Pires de Castro, filho de D. Pedro Fernandes Castelhano, seu primo (...)» [19].

Na Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho diz o P.e Dom Nicolau de Santa Maria que os filhos de D. Gonçalo Rodrigues ratificaram a doação que seu pai fizera ao Mosteiro de Landim nos termos seguintes:

«Nós os filhos de D. Gonçalo Rodrigues Pereira, (...) de comum consentimento e com o mesmo ânimo fazemos esta Escritura de firmeza, a qual nunca de nós em nossa vida, nem de nossos filhos nem de nossa geração depois de nós será lícito quebrar. Somos, pois, todos contentes e é nossa vontade confirmar com juramento, e debaixo de nossa bênção ou de nossa maldição, o Couto de Palmeira

[19] *Ob. cit.*, Título VII, p. 54.

de que nosso Pai Dom Gonçalo Rodrigues de boa memória fez doação ao Mosteiro de Santa Maria de Nandim e à Ordem dos Cónegos de Santo Agostinho por remédio de sual alma, para que fique para sempre firme e estável, de tal maneira, que aquele prelado que presidir no dito Mosteiro possa usar livremente de todo o poder no dito couto à sua vontade e de seus Cónegos, que aí moram. Nem algum de nós em nossa vida, nem nossos filhos depois de nós, teremos no dito couto vassalo algum, ou arrecadaremos dos seus moradores algum direito ou foro. E qualquer de nós ou de nosssos filhos que esta Escritura guardar, alcance a bênção de Deus, e Nosso Senhor Jesus Cristo lhe conceda viver felizmente neste mundo e no outro; porém, o que o contrário entender fazer, seja maldito e excomungado neste mundo e no outro viva infelizmente em pena. Foi feita esta Carta de confirmação no mês de Junho na era MCCXV reinando em Portugal El-Rei Dom Afonso Henriques nosso Senhor e sendo Arcebispo de Braga D. Godinho» [20].

Teria sido este o primeiro património do Mosteiro? Ou constituiria já a sua ampliação? A resposta a estas perguntas depende, sobretudo, do conhecimento que se possa obter acerca da sua fundação. Se foi fundado por D. Gonçalo Gonçalves poderia ter sido esse o primeiro património mas se já D. Rodrigo Forjás de Trastâmara o fundara e dotara amplamente como considera o P.e António Carvalho da Costa na Corografia Portuguesa e se a doação desse couto coube a D. Gonçalo Rodrigues com a posterior ratificação por seus filhos como diz aquele autor e também o P.e Miguel de Oliveira e A. Caetano do Amaral, os bens iniciais do Mosteiro de Landim não se começaram a constituir com o couto de Palmeira, mas sim ampliados com a sua doação, não obstante esse couto ser por si só um considerável património, merecendo ser mencionado nas confirmações de D. Afonso IV de 1346 e de D. João I de 1385 com o nome de «*condado* antigo». «Era cousa boa e grande, lograva o título de Condado e como tal o confirmou ao Convento El-Rei Dom Afonso o Quarto no ano de 1346 e El-Rei Dom João o Primeiro no de 1385» [21].

O pecúlio inicial das igrejas ou mosteiros era formado por bens de pessoas de recursos e de elevada posição social que por generosidade e piedade cediam em vida e/ou testamento parte dos seus bens em benefício de instituições religiosas. As doações mais significativas foram as dos reis no tempo da reconquista e da formação de Portugal. Por vezes algumas propriedades eram tornadas imunes por meio de cartas de couto concedidas a nobres ou eclesiásticos. «As terras coutadas em favor de uma igreja ficavam a render para ela, pois os monarcas prescindiam de tudo o que aí lhes pertencia de direito real, e até

[20] *Ob. cit.*, p. 301.

[21] P.e António Carvalho da Costa, *ob. cit.*, p. 292.

outorgavam aos donatários a faculdade de conceder forais que serviam de leis às povoações e nos quais se determinava o que os povos deviam pagar aos senhorios das terras» [22].

À Igreja de Santa Eulália de Palmeira, freguesia próxima de Landim, teria dado D. Afonso Henriques carta de couto. Se assim foi, o Mosteiro de Landim já havia sido coutado por D. Teresa e é curioso notar que este couto de Palmeira, embora doado por D. Afonso Henriques à Igreja de Santa Eulália de Palmeira, veio a ser doado e confirmado ao Mosteiro de Landim por fidalgos, como já foi referido!

Os bens eclesiásticos eram ao longo do tempo ampliados graças à generosidade dos fiéis. Pelo levantamento das escrituras de arrendamento das rendas da Igreja do Mosteiro de Landim e igrejas anexas e de contratos de emprazamento contidos nos livros de Tabelião de V.ª N.ª de Famalicão do séc. XVIII do A.D.B. sabemos que, com o tempo, além do alargamento de vários direitos no tocante a rendimentos, muitas propriedades foram sendo integradas no domínio do Mosteiro, como, aliás, ocorreu com os bens do clero e de outras instituições religiosas, não obstante a implementação de políticas restritivas de aquisição de bens por parte da Igreja.

Nas escrituras de prazos do século XVIII grande parte das propriedades emprazadas pelo Mosteiro são localizadas no Couto de Landim que, por vezes, também aparece denominado Couto de Landim e Palmeira e até Couto de Landim, Palmeira e S. Bartolomeu. Estas jurisdições incluem as freguesias de Landim, Santa Marinha, Ceide (S. Miguel), Sequeirô, Bente, Areias, Lama, Avidos, Palmeira e S. Bartolomeu e mostram que no decurso dos séculos o primitivo Couto de Landim foi ampliado.

Vários documentos e autores nas suas obras se referem aos bens ou rendas deste Mosteiro. As Inquirições de D. Afonso II fornecem-nos dados sobre os Bens das Ordens, inclusivamente sobre os do Mosteiro de Landim em 1220: na Terra de Vermoim o Mosteiro possuía casais em 25 freguesias [23] *(Quadro I)*. No século XVIII nessa mesma Terra outras casais, nas mesmas e em outras freguesias, eram foreiros a este Mosteiro. Em Landim encontramos nesta centúria dezasseis casais, pelo menos, contra quatro registados nas Inquirições de 1220. A diferença poder-se-á explicar pelo desmembramento destes mas também, total ou parcialmente, por aquisições ou doações entretanto ocorridas. Para Ruivães as Inquirições não referem quaisquer casais do Mosteiro de Landim, mas no séc. XVIII este Mosteiro era senhorio directo de, no mínimo, dez casais nessa freguesia. Este número numa freguesia onde não possuía casais no séc. XIII não podia resultar do desmembramento de propriedades já então pertencentes ao Mosteiro mas sim de outros bens entretanto integrados no seu património.

[22] Avelino de jesus da Costa, *ob. cit.*, p. 36.

[23] P.M.H., *Inquisitiones*, pp. 251-256.

No séc. XVI o Doutor João de Barros diz que o Mosteiro de Landim da Ordem de Santo Agostinho «tem seus conigos Regrantes e tem boa renda, para o Prior, que valera quinhentos mil réis e he mosteiro antigo, e outro tanto tem os Conigos» [24].

O P.e Dom Nicolau de Santa Maria na Crónica dos Cónegos Regrantes de santo Agostinho escrita em 1668, ao referir a doação e confirmação do couto de Palmeira, diz que «era por aquele tempo o Couto e senhorio de Palmeira uma grande cousa e tão boa como um Condado e com este nome de Condado antigo de Palmeira o achamos confirmado ao dito Mosteiro de Nandim por El-Rei D. Afonso IV no ano de 1346 e por D. João I no ano de 1385 e ainda hoje conserva o Mosteiro este Couto e os seus Priores exercitam nele toda a jurisdição civel e confirmam o Juiz e Almotaceis (...)» [25].

Também o P.e António Carvalho da Costa na Corografia Portuguesa escrita nos começos do séc. XVIII diz que «foi muito rico, teve doze mil cruzados de renda, hoje com dízimos de anexas (...) com que sustenta dezoito Religiosos e paga pensões. Tem Cura secular com sessenta mil réis de renda e cento e quarenta vizinhos» [26].

Já no séc. XX, Fortunato de Almeida também nos fala deste Mosteiro. No Apêndice Número 1 do Tomo Segundo da obra citada vem reproduzido um «Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321 com a lotação de cada uma delas [27] Ano de 1746». Esse catálogo é a reprodução do manuscrito n.º 179 da Biblioteca Nacional de Lisboa que foi copiado e traduzido do original pelo brigadeiro Manuel da Maia, então guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo. O documento de que se serviu Manuel da Maia resultou do cumprimento do disposto numa Bula de Avinhão do Papa João XXII de 23-5-1320 pela qual o Pontífice concedeu a D. Dinis por tempo de três anos, para subsidiar a guerra contra os mouros, a décima de *todas* as rendas eclesiásticas de seus Reinos com excepção das Igrejas, Comendas e Benefícios pertencentes à Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém porque os Professos dela se empregavam continuamente em militares exercícios contra os mesmos infiéis. Para averiguar os rendimentos eclesiásticos de que iria ser calculada a décima concedida ao monarca foi criada uma comissão para executar a referida Bula.

Nas págs. 622/623 daquele Apêndice encontra-se uma lista de Igrejas de Vermoim e de Susão onde aparece o Mosteiro de Nandim taxado em 1435 libras

---

[24] Doutor João de Barros, *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, B.P.P., 1919, p. 52.

[25] *Ob. cit., pp. 301-302.*

[26] *Ob. cit.* p. 292.

[27] *Ob. cit.*, Tomo II, p. 609.

(51.660 réis). Este valor é o mais elevado da referida lista e nele não está incluída a capelania desse Mosteiro nem a capelania de Santa Marinha a ele sujeita.

Sabendo-se pelo mesmo documento que o Mosteiro de Tibães fora então taxado em 1.000 libras (36.000 réis) verificamos que o Mosteiro dos Cónegos Regrantes fora taxado em cerca de cinquenta por cento mais que a Casa Mãe dos Beneditinos.

O Autor analisou as avaliações actualizadas de algumas igrejas para determinar o valor médio do comum acréscimo da renda eclesiástica no espaço de 354 anos, ou seja, no intervalo de tempo compreendido entre 1358 e 1712, e concluiu que o crescimento seria de 65 vezes mais. Aplicada, por hipótese, essa taxa ao Mosteiro de Landim verificaríamos que em 1712 a décima da sua renda poderia ser 3.357.900 réis o que corresponderia a um rendimento global mínimo de 33.570.000 réis provenientes sobretudo de:

1 — Rendas dos frutos da Igreja do Mosteiro de Landim e igrejas anexas;

2 — Juros;

3 — Foros, rendas, pensões e outros tributos resultantes dos prazos de que o Mosteiro era senhorio directo.

Relativamente ao primeiro grupo de receitas encontrei para o século XVIII, vinte contratos de arrendamento das referidas rendas, catorze dos quais estão compreendidos entre 1722 e 1746. Cada um deles abrange nuns casos todas as rendas e noutros apenas uma ou algumas delas. Os contratos posteriores estão mais espaçados — de 1749 a 1772 não encontrei qualquer contrato nos livros consultados. A renda média anual presumível e calculada com base nos contratos de 1722 a 1746 seria de 1.509.500 réis pelo conjunto das sete igrejas pertencentes ao Mosteiro de Landim (Quadro II).

A admissão de novos membros na comunidade religiosa era acompanhada de doações. Em 1715 uma doação de trezentos mil réis e depois reforçada com mais cem mil réis foi aplicada no retábulo e imagens da capela-mor. As doações e os legados para bens de alma forneciam ao Mosteiro um meio mais de acumulação de capitais que podiam ser aplicados em empréstimos a juros, quer a particulares quer a outros conventos, como, por exemplo, Refojos do Lima e S. Vicente de Fora. Em Setembro de 1728 o Mosteiro da Ribeira Lima contraiu um empréstimo de seiscentos mil réis e o Mosteiro de Lisboa contraiu, ao juro de quatro por cento, um empréstimo de quatro mil cruzados procedentes de um legado ao Mosteiro de Landim para uma missa quotidiana. Nesse mesmo ano, no mês anterior, este Mosteiro havia aceitado um legado de dois contos e duzentos mil réis com a obrigação de, entre outras, ser celebrada uma missa quotidiana. Os empréstimos concedidos perfazem exactamente o valor do legado.

Outros empréstimos foram concedidos ao juro de 4,5% e 5%.



IGREJA DO MOSTEIRO DE LANDIM

As receitas provenientes do 3.º grupo de rendimentos eram muitas dado o grande número de casais e de outros bens imóveis emprazados, mas o seu valor unitário não era muito expressivo. O Quadro III apresenta alguns exemplos de foros, rendas ou pensões estipulados em contratos de emprazamento sem incluir os outros direitos dominiais extraordinários, como laudémios e lutuosas, nem outros direitos de natureza eclesiástica, como dízimos a Deus, sanjoaneiras, avenças ou primícias, a que os paroquianos estavam sujeitos e que constam do Quadro II. A cobrança dos foros, rendas ou pensões era feita directamente pelo Mosteiro e não arrendada como se verificava com a arrecadação das dizimarias e outros frutos das igrejas.

Como conclusão sobre os rendimentos do Mosteiro de Landim podemos comparar os dados fornecidos pelo Autor da Corografia, quanto a esse Mosteiro, e pelo Prof. José V. Capela, quanto aos mosteiros da vila de Viana, não obstante o distanciamento de décadas entre os dados referidos pelos dois Autores citados (16 e 28).

Retirada a renda para o cura secular, caberia à comunidade dos cónegos um rendimento global de 4.740 mil réis, o que corresponderia a uma média de 263 mil réis por religioso, mais do quádruplo do verificado para os mosteiros de Viana — 57 mil réis. Mas, considerando os restantes elementos que prestavam serviço para a comunidade e as pensões que o Mosteiro pagava, esse valor é, naturalmente, diminuído. Não obstante a falta de dados quanto ao número total de membros da comunidade (religiosos e outros), parece-me, contudo, que o valor médio do rendimento por cabeça ficava bem acima do rendimento médio observado para as comunidades alargadas vianenses que era de cerca de 40 mil réis e oscilava entre os 14 mil e os 70 mil réis, sendo o valor mais comum de 30 mil réis [28].

Suponho que da comparação com o mosteiro cisterciense de Bouro e com o beneditino de Rendufe se pode igualmente concluir que o Mosteiro de Landim distribuía um rendimento médio próximo ou mesmo superior aos dessas Casas Religiosas.

Apesar da falta de dados referentes a uma mesma data quanto ao número de membros da comunidade e valores dos rendimentos, os disponíveis, embora não incluam com rigor a contabilização total dos membros da comunidade agostiniana, são indicadores, numa sumária análise, de que os Cónegos de Landim usufruiam de uma situação económica relativamente confortável, já que recolheriam rendimentos proporcionalmemte superiores aos das outras instituições referidas e com as quais essas comunidades sobreviveram.

---

[28] José V. Capela, «Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos» in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga»*, Braga, U.C.P./F.T. Braga/ /Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 427-430.

Quadro I

FREGUESIAS	BENS DO MOSTEIRO DE LANDIM NA TERRA DE VERMOIM SEGUNDO AS INQUIRIÇÕES DE 1220 (P.M.H. — INQUISITIONES — BENS DAS ORDENS)		
	CASAIS E QUEBRADAS	CAMPOS E GRANJAS	BENS DE IGREJAS
Santa Maria de Vermoim	2		
S. Martinho de Avidos	15		
Lagoa			
S. Sebastião de Cbeçudos	16		
S. Julião	1		
S. Miguel do Monte	1		
Sta. Eulália de Arnoso	1		
S. Salvador de Delães	2		
Joane	2		
Sto. André de Sobrado	5		
S. Pedro de Bairro	1		
Sanfins (Sto. Estêvão Fins)	1		
S. Simão de Novais	5,5		
Sta. Maria de Guardizela	1		
S. Salvador de Gandarela	1		1/3
S. Miguel Entre Ambas-as-Aves	1		
Santiago da Carreira	5		
S. Miguel de Ceide	6		1
S. Martinho de Cavalões	2 partes de casal		
Sta. Leocádia de Fradelos	3		
S. Salvador de Bente	5		1
Sta. Maria de Nandim	4	1	
S. Martinho de Sequeirô	7		
Sta. Marinha	10		1
S. Miguel	2 *		1
S. Paio de Ceide	5		
TOTAL	102,5 e 2 partes de outro	1	4 1/3 (igual a bens de 5 igrejas)

* Em outra Inquirição aparecem 11 casais.

ARRENDAMENTO DAS RENDAS DA IGREJA DO MOSTEIRO DE LANDIM E SUAS ANEXAS (EM RÉIS)

Quadro II

FREGUESIAS \ ANOS	1715	1727	1728	1734	1737	1740	1742	1743	1745	1746	1748	1773
Santiago da Carvalhosa	600.000		540.000	505.000		502..500	502.500		539.000		515.000	
① Sta. Maria de Landim e anexos		1.420.000			(a) 1.406.000							
② » » » » »				640.000		652.000		652.000				
③ » » » » »										(b) 1.080.000		
S. Miguel de Vilarinho				392.000		383.000		383.000				389.000
Sto. André de Sobrado												55.000
Sto. Estêvão Fins e S. Bartolomeu de Ervosa												141.500
Sta. Maria de Landim e Sta. Marinha												422.500
TOTAL		1.420.000		1.537.000	1.406.000	1.035.000		(c) 1.035.000		(c) 1.080.000		(c) 1.007.500

① Igreja do Mosteiro de Landim e Sta. Marinha de Ceide, S. Pedro de Fins ou Sanfins de Riba d'Ave, S. Bartolomeu de Ervosa, Sto. André de Sobrado, S. Tiago de Carvalhosa e S. Miguel de Vilarinho.

② As igrejas referidas em ① excepto S. Tiago da Carvalhosa e S. Miguel de Vilarinho.

③ » » » » » » » »

a) Houve posteriormente, nesse mesmo ano, um subarrendamento de uma parte desta renda.
b) Houve posteriormente, nesse mesmo ano, dois subarrendamentos de partes dessa renda.
c) Não está incluída a renda de S. Tiago da Carvalhosa porque ainda não tinha terminado o prazo do respectivo arrendamento.

2.ª PARTE

Prazos e suas características

I

A segunda parte deste trabalho consiste basicamente na inventariação e na ordenação cronológica dos contratos de emprazamento do Mosteiro de Landim insertos nos livros de notas dos tabeliães de V. N. de Famalicão/Couto de Landim no século XVIII recolhidos no Arquivo Distrital de Braga e em breves comentários a cláusulas neles contidas ou omissas. A lista dos contratos de emprazamento vai acompanhada da indicação na 1.ª coluna da cota e da folha do respectivo livro de notas de modo a facilitar a consulta das correspondentes escrituras. Igual referência é utilizada no decurso do texto. Nessa relação sigo uma sequência cronológica a qual nem sempre corresponde à sequência das cotas e, por vezes, das páginas dos livros consultados. Faço a descrição sumária do prazo de acordo com a introdução à nota tabeliónica e complementada com dados recolhidos no texto; a sua localização é feita por freguesias, com a ortografia actualizada, e, para evitar inúmeras repetições, acompanhadas da indicação do orago apenas no quadro-síntese; indico o nome do primeiro cônjuge titular que estiver referido no documento e, por vezes, também o de um outro consorte igualmente destacado, quer no caso de emprazamento quer no de subemprazamento colectivo, o que, embora com menos frequência, também ocorria, ou então o nome dos pais no caso de os emprazados serem menores ou solteiros; refiro as moradas respectivas e, num caso ou outro, faço breves referências ao estatuto jurídico-social, de modo a permitir uma melhor identificação; na coluna das observações seleccionei uma ou outra informação específica de modo a complementar a identificação do prazo e a poder obter-se uma visão global das diferenças ou das semelhanças que se possam estabelecer quanto à transmissão dos prazos, às mudanças nos títulos anteriores e aos subemprazamentos efectuados, entre outras.

A identificação das freguesias e a construção do quadro-síntese são, nalguns casos, dificultadas por vários motivos:

1 — designação incompleta e/ou variável (Exemplos: Sta. Marinha, Sta. Marinha de Ceide ou Sta. Marinha de Landim; Sta. Maria de Abade ou Abade de Vermoim);

2 — dispersão de propriedades de prazos por freguesias vizinhas ou numa freguesia mas indistintamente designada (Exemplos: S. Bartolomeu da Lagonci-

nha e S. Bartolomeu de Ervosa, hoje integrada(s) nas freguesia de Ervosa, Santo Tirso; Lousado ou Bougado — S. Martinho);

3 — posterior integração da freguesia numa freguesia vizinha (Exemplos: Sanfins ou Santo Estêvão de Riba d'Ave, actualmente integrada na freguesia de S. Pedro de Bairro; S. Bartolomeu de Riba d'Ave, actualmente lugar da freguesia de Cerzedelo);

4 — designação da freguesia onde o prazo se localizava, como lugar (Ex.: lugar de Azurar, hoje freguesia de Azurara);

5 — designação do local do prazo como freguesia, sendo hoje um lugar de outra freguesia vizinha (Ex.: Gemunde, hoje lugar da freguesia de Outiz);

6 — dispersão do prazo por freguesias limítrofes (Exs.: Cabeçudos e Avidos; Cabeçudos e Esmeriz; Landim e Avidos; Santa Marinha e Bente);

7 — indicação de mais que uma morada, no caso de o prazo pertencer a vários consortes.

No quadro-síntese agrupei as freguesias do 1.º exemplo referido em 1 num conjunto distinto de Santa Maria de Landim, não obstante hoje lhe pertencerem; nos casos referidos em 1, 2 e 3 mantive as designações constantes nos contratos, apesar das alterações entretanto verificadas, quer no espaço quer na denominação das freguesias; o caso contemplado no grupo 4 considerei-o como freguesia; nos casos de dispersão mencionei os três primeiros exemplos tal como são referidos nos contratos e o último integrei-o em Landim/Ceide (Sta. Marinha) onde era também a residência do foreiro; do grupo 7 referi a morada do cabeça de casal, no caso de os consortes residirem em freguesias distintas.

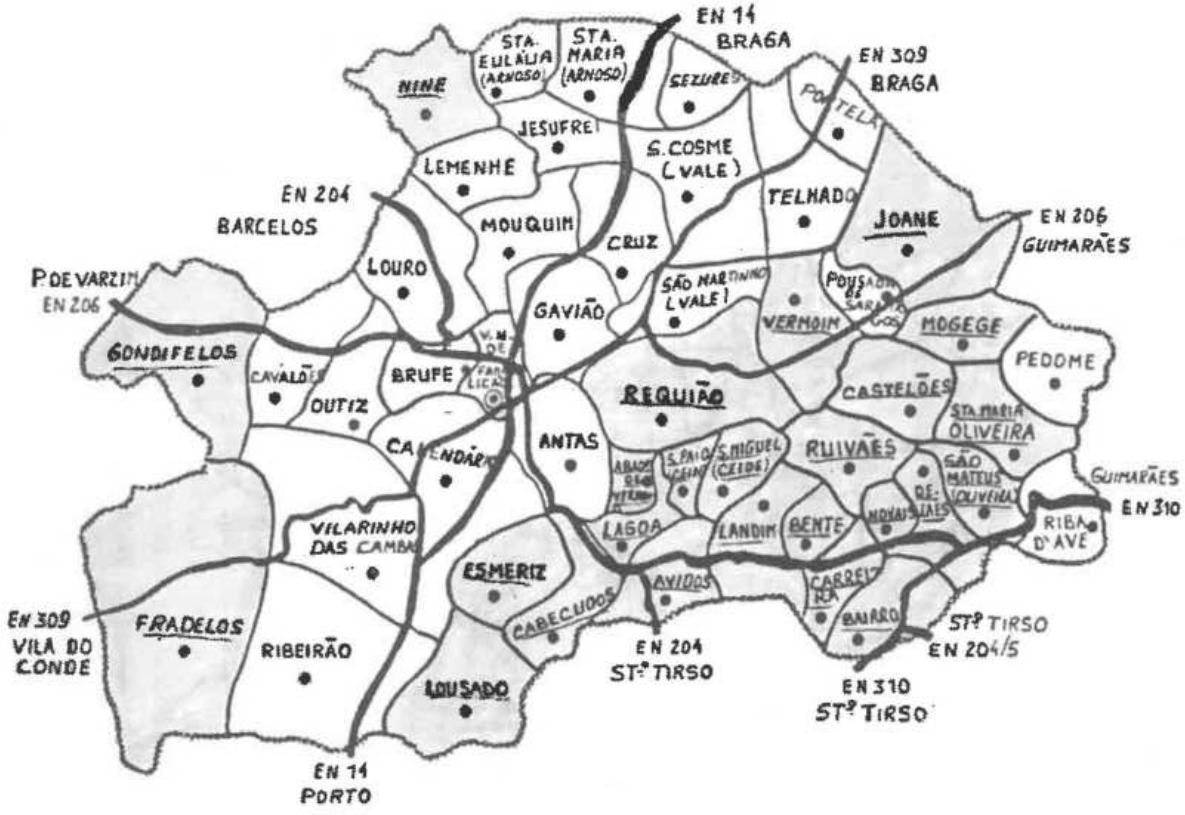
A maior parte das propriedades de que o Mosteiro de Landim era direito senhorio encontravam-se dispersas pelo concelho de V. N. de Famalicão mas também as havia por outros concelhos, como Santo Tirso, Barcelos, Ponte de Lima, Braga, Guimarães, Vila do Conde., Maia, Paços de Ferreira, Penafiel e Macieira de Cambra (Mapas 1 e 2).

Dessas propriedades registei 246 contratos de prazos enfitêuticos e subenfitêuticos efectuados entre 1714 e 1760 por tabeliães do couto de Landim. Segundo apurei por aquele número de escrituras houve ainda um ou outro contrato, mas muito poucos e não incluídos neste número, que haviam sido feitos em tabeliães de Guimarães e Santo Tirso, por exemplo,

Os contratos anteriores àquela data foram na sua maioria efectuados na vila, de Barcelos. No Fundo Monástico do A.D.P. também há contratos de prazos do Mosteiro de Landim feitos pelo escrivão do donatário dos reguengos de Agrela, Refojos do Ave e Maia os quais estão integrados em documentação do Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia (1665-1673) [29].

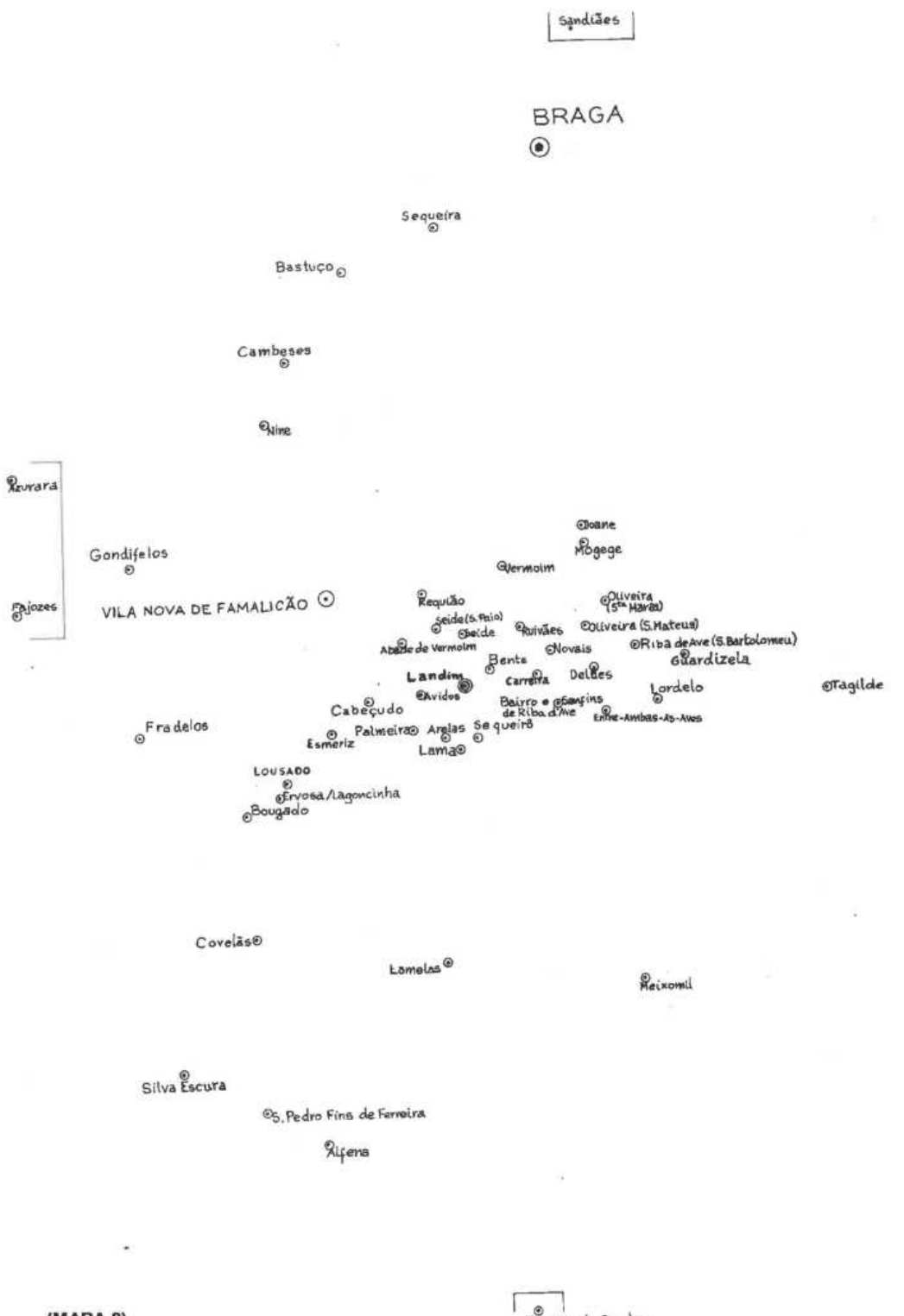
[29] Fundo Monástico do A.D.P., livro 0010.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRAZOS E DAS MORADAS DOS EMPRAZADOS NO CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO



(MAPA 1) — MAPA DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

LOCALIZAÇÃO DOS PRAZOS NO MOSTEIRO DE LANDIM



(MAPA 2)

Daqueles 246 emprazamentos um respeitava a propriedade do Mosteiro de Vilarinho, anexo in perpetum ao de Landim; dois vieram a ser anulados no próprio acto da escritura por recusa de assinatura de uma das partes outorgantes mas foram posteriormente repetidos; e vinte e um foram subemprazamentos (Quadro V). Destes 21 contratos subenfitêuticos, 11 resultaram de 9 contratos de prazos enfitêuticos já abrangidos no número global de contratos inventariados neste trabalho; 6 resultaram de um único prazo efectuado em 1709 e que, portanto, não está contido nos livros consultados; um resultou de um prazo feito em 1707; outro de um prazo feito em 1653 e ainda um outro de um prazo principal de 1712 (?) e que, por isso, também não consta dos livros de tabeliães do couto de Landim. Do contrato subenfitêutico restante não apurei qualquer informação sobre o prazo principal que o legitima.

Verifica-se, pois, que de 5 prazos enfitêuticos cujos contratos não constam dos livros consultados resultaram 10 contratos subenfitêuticos através dos quais é possível conhecer esses 5 casais ou partes de casal emprazados. Assim, feitas as contas, poder-se-iam identificar pela presente inventariação -227 contratos enfitêuticos correspondentes a outros tantos casais ou partes de casal incluindo-se nesse número um ou outro prazo resultante da junção, por vezes declaradamente temporária, de parcelas de casais distintos.

Os números atrás referidos não representam todos os casais do Mosteiro pois havia ainda em vigor prazos de vidas cujos contratos tinham sido efectuados antes de os contratos de emprazamento terem passado a ser feitos pelos tabeliães do couto de Landim e cujos livros foram a base deste estudo.

Pelo inventário efectuado em 1770 quando da extinção do Mosteiro conhecem-se 736 prazos (Ver Relação p. 57 deste trabalho).

Por outro lado, naqueles números não estão apenas contidas renovações de prazos já extintos ou de subemprazamentos. Verifiquei alguns casos de confirmação/revalidação de prazos ainda válidos mas dos quais se pedia anulação para se iniciar novo prazo de vidas, algumas das vezes porque houvera irregularidades na sua atribuição, outras porque se pretendia transferir para um herdeiro o direito de ser primeiro titular. Estas situações significavam, de facto, uma antecipação da renovação e legalização do prazo.

Todos estes contratos permitem-nos conhecer parte dos casais ou parcelas de que o Mosteiro de Landim fez prazos mas não nos dão a totalidade das propriedades emprazadas porque outros prazos continuavam ainda válidos ou então porque possíveis irregularidades não tendo sido detectadas ou denunciadas permitiam continuar a vigorar «prazos» embora ilegalmente constituídos.

Os contratos no período analisado faziam-se com certo rigor à medida que ocorria alguma daquelas situações: extinção de vidas, pedido de renúncia ou irregularidades detectadas.

Finalmente importa notar que os números apresentados também incluem distintos títulos mas resultantes de fracções de um mesmo casal (Ver Relação p. 58 a 73 deste trabalho).

O número de foreiros não coincide rigorosamente com o número de contratos de prazos por várias razões: por vezes ocorriam emprazamentos e subemprazamentos colectivos do que resultava um mesmo prazo constituir vários foreiros, embora o cabeça de casal fosse o titular principal; outras vezes um mesmo enfiteuta possuía mais que um prazo vindo, neste caso, uma só pessoa a ser, no mínimo, duas vezes foreira do Mosteiro.

A posse em grupo de um casal de que se formara um prazo ou a constituição de vários títulos feitos com parcelas de um único casal ou prazo mas que antigamente já se havia desmembrado, bem como a reunião num só enfiteuta de mais que um prazo, resultaram de motivos alheios ao detentor do domínio directo, como sejam, compras ou heranças e não siginificava a fragmentação ou o enfraquecimento dos direitos dominicais do Mosteiro sobre as áreas em que tinha jurisdição. Em regra, até se verifica em vários contratos a preocupação de ressalvar a normalização no futuro, como já fora antes.

Portanto, pelo período analisado constata-se que o número de casais emprazados na primitiva composição do prazo seria inferior ao número de prazos posteriormente formados e que no período observado o número de foreiros era superior ao número de prazos em resultado não só da divisão de casais como também de alguns emprazamentos abrangerem mais que um foreiro.

Parece haver neste conjunto de contratos de prazo enfitêuticos e subenfitêuticos estabelecidos ao longo de grande parte do século XVIII uma preocupação do direito senhorio em afirmar e fazer reconhecer todos os seus direitos pois vêem-se agora renovações de prazos cujas vidas já há tempos haviam sido extintas e constata-se também a exigência do acerto de contas, ou seja, da cobrança de direitos em atraso e cuja verificação o Mosteiro reclama além de procurar manter ou restabelecer a natureza do prazo antigo. Assim, no contrato 42-140 se declara que esse prazo não era de livre nomeação como se verificava estar a ser possuído no momento e que, portanto, era restabelecida a natureza do artigo.

No contrato 24-19 o requerente da renovação de um prazo feito em 1578, mas que se achava vago e devoluto há muitos anos, diz que «assim por vago o estava possuindo sem título nem prazo algum deste mosteiro por cuja razão lhes pediram e requereram, por lhe pertencer pedir e caber assim a renovação do dito prazo que com outros mais bens lhe foi deixado, dado e doado por seu pai e sogro (...)». Pelo Rev. P.e Prior e mais padres conciliários, depois de analisarem o requerimento, foi dito que «sendo como diziam lhes aprazia (...) de lhe renovarem as vidas do dito prazo pela pensão e acrescentamento

que por justa vedoria merecessem pagar dele a este dito seu mosteiro direito senhorio (...)».

Estes são alguns exemplos de cláusulas para a normalização de contratos de prazos que andariam nos tempos anteriores, século XVII ou parte dele e primeiros anos do século XVIII, em desorganização e talvez escapando ao controlo do direito senhorio. Estaria no período observado o Mosteiro de Landim numa fase de organização/inventariação do seu património e dos rendimentos dele decorrentes, bem como da defesa dos direitos inerentes que como senhorio directo lhe pertenciam e que através das renovações de prazos se confirmavam e concretizavam?! Essa organização poderia ter sido facilitada com a celebração dos contratos por tabeliães do próprio couto de Landim e já não por tabeliães da distante vila de Barcelos.

No conjunto dos 246 contratos de emprazamento incluem-se situações muito diversas:

1 — Vinte e um prazos a face de prazos efectuados por catorze enfiteutas (Quadro VI).

2 — Dois contratos anulados embora posteriormente repetidos com a generalidade das cláusulas dos primeiros (245-57 e 49-21; 48-117 e 24-108).

3 — Vários prazos a diferentes caseiros enfiteutas de parcelas saídas de um mesmo casal. Exemplos:

— do Casal de Rebordelo: 10-23; 10-53; 24-79 (freg. de Ruivães);
— do Casal de Agra Maior: 10-61; 10-68; 24-103 (freg. de Vermoim);
— do Casal de Paredes: 10-26 e 10-120 (freg. de Carreira);
— do Casal dos Reis (ou de S. João ou de Serufe): 10-114; 20-91; 240-86 (freg. de Avidos);
— do Casal da Qta. da Lamela: 3-137; 3-142; 10-124; 239-59 (freg. de Ceide — Sta. Marinha);
— do Casal de Padrastos: 42-140; 239-76; 240-61 (freg. de Macieira de Cambra).

Igual possibilidade de desmembramento de um casal se verificava em contratos de subemprazamento. Exemplos:

24-48; 24-65; 29-1; 240-69; 36-109 e outros do prazo da Qta. de Sande e casais a ela anexos. Neste último caso o mesmo prazo principal deu origem a vários subemprazamentos e nos outros o mesmo prazo a face de prazo abrangia vários consortes dos quais um poderia ser o cabeça de casal.

4 — Outros em que se reunem num novo prazo e único título dois casais ou propriedades de um mesmo cassal que andavam divididos em vários prazos.

Exemplos:

3-4; 3-156; 10-40; 37-5; 49-102; 55-pág.?; 56-113; 56-122; 234-97; 240-108.

Em 56-122 verifica-se a união de dois prazos «como em seu princípio». Esse prazo fora dividido em 1673 mas agora, 1743, era «renovado unido em um prazo como no seu princípio em (...) para o que se fez medição de tudo que possuía em dois títulos».

Em 56-113 os Padres do Mosteiro responsáveis pelo seu governo declaram que os dois casais emprazados não eram de natureza unidos e que a todo o tempo se podiam separar;

5 — Vários casos de reunião de parcelas de dois casais para a constituição de um prazo. Exemplo: 38-62.

6 — Alguns prazos enfitêuticos e subenfitêuticos a mais que um caseiro em primeira vida mas sendo um deles cabeça de casal. Era em função da sucessão deste que se estabeleciam as vidas seguintes do prazo. Exemplos: 234-97; 233-28; 29-12.

Este conjunto de exemplos diz-nos que um conjunto de propriedades constitutivas de um prazo, por natureza indiviso, podia ser colectivamente usufruído.

7 — Vários contratos de prazos a um mesmo enfiteuta. Exemplos:

49-33 e 51-74; 46-1 e 55-p.? de 20-4-1743.

No último exemplo citado, o segundo prazo integrava o primeiro acrescido das parcelas compradas a um outro consorte enfiteuta que renunciava à vida que era no prazo a favor do consorte comprador da sua parte.

8 — Finalmente, podiam fazer-se contratos de subemprazamento ficando deles excluídas algumas das parcelas integrantes do prazo por andarem já arrendadas (50-10).

Em toda esta multiplicidade de prazos enfitêuticos e subenfitêuticos não se constata uma dicotomia pura e simples entre enfiteutas e subenfiteutas. Estes eram os cultivadores das terras emprazadas mas, de entre aqueles, se uns eram pessoas de destacado estatuto económico-social ou membros do clero, havia os que, como os subenfiteutas, granjeavam pessoalmente os casais aforados, cuja composição e rentabilidade eram muito diversos, do que, obviamente, resultavam rendimentos de valores diferentes. O foreiro do contrato 3-164 é identificado como lavrador e, no entanto, vê-lo-emos em 24-48 a subemprazar. Uma distinção mais nítida é a derivada das relações que o diferente tipo de prazos estabelecia — enquanto os enfiteutas respondiam unicamente perante o senhorio directo e até transferiam parte das suas obrigações para os subenfiteutas, estes tinham dois senhorios para com os quais tinham compromissos — o senhorio directo e o senhorio útil. Os direitos dominiais do senhorio directo eram, em qualquer dos casos, garantidos e as suas obrigações para com os foreiros eram algumas vezes, embora poucas, declaradas nos contratos como, por exemplo, no 39-45: «(...) e se

obrigava [o Mosteiro] pelos bens e rendas do mosteiro a não irem contra este prazo», e no contrato 44-104 consta que o Mosteiro protegia os foreiros «para que possam vir a lograr e administrar mansa, quieta e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma (...)».

A designação de «enfiteuta» aparece mais frequentemente por parte dos próprios emprazados ou seus procuradores quando fazem contratos de subemprazamento. Por parte dos governantes do Mosteiro é mais frequente a designação de «caseiro», independentemente da categoria jurídica e social do emprazado. A expressão «simples colonos» não se aplica aos emprazados mas aos lavradores/rendeiros. Os «subenfiteutas presumidos» são os lavradores que granjeiam um casal relativamente ao qual havia no prazo antigo a cláusula de subenfiteuticação mas que fora omitida no prazo cujas vidas decorriam. Seriam verdadeiros subenfiteutas quando essa cláusula fosse restabelecida e lhes fosse feito prazo a face do prazo principal. A sua falta levava a que os subenfiteutas presumidos estivessem mais próximos da condição de simples colonos. Daí o seu interesse, como também dos enfiteutas, senhorios úteis, em obterem a consagração do direito de se poder fazer prazo a face do prazo principal. A estes interessava também essa faculdade porque com os subemprazamentos podiam obter mais rendimentos das propriedades que eles não cultivavam directamente.

Os consortes ou inquilinos usufruiam prazos colectivos, ou seja, eles «comerão e lograrão as propriedades que dele [prazo] possuem» (46-7).

Os foreiros que granjeavam as propriedades por suas mãos residiam nas localidades onde as mesmas se localizavam ou nas freguesias vizinhas (Quadro-Síntese). No contrato 46-38 o prazo e a morada dos foreiros eram em S. Bartolomeu da Lagoncinha, mas nesse tempo os mesmos foreiros eram «paroquianos em S. Martinho de Bougado». Esta situação talvez se explique porque a dispersão das propriedades por freguesias limítrofes implicava a alternância dos laços de paroquianos. Nas cláusulas dos contratos estipulava-se, por vezes expressamente, a obrigação de residência nas propriedades emprazadas:

— «os caseiros morarão no casal e o povoarão de fogo» (49-28);
— «farão morar o dito casal de fogo» (28-129);
— caseiros e consortes «serão obrigados a morar corporalmente no dito casal» (10-51).

O contrato subenfitêutico 50-10 diz expressamente que a terra fica distante da morada do senhorio útil como explicação para o subemprazamento.

As propriedades emprazadas a enfiteutas cuja morada era distante da localização do casal e se não fossem subemprazadas, seriam, com certeza, lavradas e granjeadas não pelos senhorios úteis mas sim por rendeiros simples

colonos ou por «subenfiteutas presumidos», isto no caso de não existir qualquer arrendamento que mostrasse serem simplesmente colonos e se o prazo antigo já consagrasse o subemprazamento. A esses, «pela diuturnidade de tempo» em que granjeavam as terras, quer por si quer pelos seus antecessores/antepassados, viria algumas vezes a ser feito título de prazo a face do prazo enfitêutico, depois de também ter sido reconhecido o direito de aquela cláusula ser contida no prazo vigente, como, aliás, lhe cabia, não sendo válida a omissão (Exs.: 36-109; 51-74; 233-16; 233-28; 233-35). No primeiro destes contratos é feita crítica aos arrendamentos anuais e valoriza-se o subemprazamento como forma de garantir rendimentos. Os arrendamentos, pela sua precaridade, não era de molde a satisfazer qualquer das partes, pois não davam segurança e estabilidade aos rendeiros nem asseguravam ao senhorio útil rendimentos regulares estabilizados. A observação do Quadro IV dá uma visão da relação entre a localização dos prazos e as moradas dos respectivos foreiros.

Foram aqui feitos alguns apontamentos gerais sobre os contratos efectuados entre 1714 e 1760. A seguir serão focadas algumas particularidades mais marcantes do regime enfitêutico continuando a ter por base o património fundiário do Mosteiro de Landim e respectivos prazos.

II

Os emprazamentos e subemprazamentos possilitavam ao Mosteiro de Landim a arrecadação de variadas receitas eventuais, para além das fixas (anuais) ou foros, rendas e pensões. A possibilidade de as propriedades que integravam o prazo serem vendidas, doadas, trocadas ou escambadas, na totalidade ou somente algumas parcelas, carecia da licença dos governantes do Mosteiro, constituía mais um meio de alargamento dos seus rendimentos pelos laudémios e outros «direitos dominicais» que ao Mosteiro se deviam como direito senhorio e não obstava à renovação de contratos enfitêuticos e subenfitêuticos, uma vez extintas e acabadas as vidas do prazo de vidas.

Nessa altura este ficava vago e devoluto ao Mosteiro que se reservava o direito de juntar o senhorio directo ao útil como claramente se estipula em 5-6-113: «(...) findas e acabadas as ditas três vidas deste emprazamento, ficará ele [Mosteiro] com todo o dito casal e suas benfeitorias, vago, livre e desembargado a este dito seu mosteiro para dele fazer como de cousa própria sua que é». No contrato 50-10 pode ler-se como cláusulas a respeitar: «(...) primeiramente, que as escrituras dos ditos contratos [subenfitêuticos] hão-de ser feitas pelos Religiosos e conciliários assim como o do enfiteuta principal e não por este ou seus sucessores; que o prazo subenfitêutico há-de guardar a natureza do principal; e que

extintas as vidas deste ficará também vago aquele e assim renovará todas as vezes que o principal renovar; e caso que este se devolva ao mosteiro e se consolide o domínio útil com o direito, seguirá a mesma condição o enfitêutico (sic) que o enfiteuta principal (...)»[30].

Nestas e noutras imposições feitas pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra para conceder autorização de primeiro título de subemprazamento, vê-se um bom exemplo dos vínculos que ligavam os prazos e os foreiros ao Mosteiro de Landim e como preocupação fundamental o manter e consolidar a unidade do prazo.

Contudo, a situação normal era a de que, mediante um pedido de reforma por quem «pertencesse pedir», se procedesse a um novo contrato assente, por via de regra, nas condições e encargos estabelecidos nos anteriores e com a actualização da renda que os louvados de boas consciências e ajuramentados entendessem adequada e justa em suas consciências.

Esse contrato de renovação era feito no Mosteiro pelas partes outorgantes, a saber, os foreiros que compareciam à portaria e o Rev. P.º Prior, como capitão-mor, ouvidor de propriedade no couto de Landim e senhor donatário, acompanhado dos restantes padres conciliários chamados como habitualmente para estes actos «ao som de campa tangida» como era bom uso, antigo e louvável costume desta Congregação. Entretanto tinham as caseiros feito a petição justificada e tinha sido feita a necessária vedoria, apegação e medição.

Era fundamental conhecer com rigor a composição do casal ou das parcelas a emprazar. Nos sucessivos emprazamentos e até, por vezes, à margem deles podiam ter ocorrido «deslocações» para títulos diferentes e para se poder com justiça calcular o foro, renda ou pensão que o caseiro, fosse qual fosse o seu estatuto jurídico-social, devia pagar, bem como estipular outras obrigações, procedia-se à vedoria, medição, apegação e confrontação de que se lavrava um auto onde as partes intervenientes, de que os louvados de ambas as partes eram elementos essenciais, assinavam. Os enfiteutas, subenfiteutas ou subenfiteutas presumidos e consortes, consoante os casos, deviam dar à medição todas as terras e casas do prazo em questão e por isso aparecem a responsabilizar-se por essa indicação correcta assinando os autos da vedoria. Todas as parcelas eram descritas, medidas, confrontadas e também avaliadas quanto ao que podiam levar de semeadura e tudo feito de forma que nenhuma delas ficasse de fora e que a renda fosse calculada com bastante rigor. Se alguma propriedade fosse oculta à vedoria e que por conseguinte, se constasse «em algum tempo por tombo, foral ou título» que mais renda pagavam, o caseiro ficava não só privado dela mas também de todo o casal a que ela pertencesse e o Mosteiro com o direito de a emprazar a quem bem quisesse.

[30] Deveria ser: «(...) o subenfitêutico que o enfitêutico principal».

Depois de identificadas as partes outorgantes, e o casal ou parcelas e de ser transcrito na escritura o auto de vedoria, seguem-se as cláusulas da mesma em que sobressaem:

1) — algumas proibições e obrigações;
2) — renda, foro, pensão e demais tributos;
3) — condições de transmissão de vidas e de renovação do prazo.

1 — Quanto ao primeiro conjunto de cláusulas era frequente discriminá-las e estipular-se que os caseiros eram obrigados a todas respeitar e cumprir. Eles deviam, ao longo da usufruição do prazo, proceder às benfeitorias necessárias no casal, como plantar árvores, fazer ou refazer muros, consertar as casas, trazer as «terras deste prazo bem lavradas e granjeadas... dando às terras os seus adubos necessários e a seus tempos» (36-109). Aparece com frequência a condição de os «caseiros e vida depois deles (serem) muito obedientes e bem mandadas ao dito mosteiro e Reverendos Padres dele, servindo-os com bois e carros em todo o tempo que forem chamados; e indo eles Padres ou seus criados por suas portas lhe farão todo o bom agasalho como bons caseiros» (29-40); «não procurarão nem poderão aceitar procuração contra o mosteiro e religiosos dele. E os agasalharão e a seus familiares e criados quando por suas portas passarem e servirão ao mosteiro por si ou seus caseiros de vasa e telha como bons caseiros» (20-57).

Se cometessem algum crime de lesa majestade divina ou humana «ficará este prazo a suas propriedades vagas e devolutas ao dito mosteiro direito senhorio» (29-36). Se houvesse «demanda sobre o uso deste prazo, será às custas dos emprazados e havendo com o mosteiro será perante o seu conservador» (28-129) «ou em outra qualquer parte onde eles Revs. Padres e seu mosteiro obrigá-los mais quiser» (24-19). Os caseiros eram obrigados a responder pelo tocante a este emprazamento diante as justiças deste couto ou diante do conservador do mosteiro ou dos Reverendos Padres e seu mosteiro» (3-142) e o «mosteiro não pagará custas algumas» (3-123).

Alguns contratos referem também as condições em que a propriedade podia ser vendida, trocada ou doada e a proibição de subemprazar: «e não poderão vender, dar, doar, trocar ou escambar nem alhear todo ou parte das ditas propriedades sem expressa licença deste dito mosteiro, direito senhorio, fazendo-lhe primeiro a saber para dizer se o quer, tanto pelo tanto, e não o querendo...» (20-57); «e nas ditas propriedades, todas nem em parte delas farão foro, fruto, medidas ou tributo a outra pessoa alguma, igreja ou lugar pio nem com eles reconhecerão a outro senhorio senão ao dito mosteiro» (20-57); «nem poderão vender nelas medidas nem obrigação alguma nem ainda que seja de missas ou capelas (...) e vendendo as ditas propriedades ou parte

delas, com a condição que lhas tornem a deixar, pagando-lhe alguma cousa de pão ou dinheiro, não só perderão essas propriedades» como todo o casal (234-97).

2 — A renda, foro ou pensão eram basicamente os do prazo antigo e postos pelo dia de S. Miguel de Setembro no celeiro do Mosteiro ou na morada do senhorio útil à custa, risco e despesa dos caseiros.

Estipulava-se nos novos contratos a medida que devia desde então passar a ser utilizada, como por exemplo:

— a medida costumada (10-120);
— a rasa corrente do concelho (24-1);
— a medida velha (29-1);
— a medida do Cabido da Santa Sé de Braga no contrato subenfitêutico registado em 29-12;
— a medida do mosteiro (29-87);
— a rasa corrente (51-74);
— a rasa da alfândega (243-1).

As alternativas em dinheiro a certos foros eram por vezes consideradas:

— uma galinha boa e gorda ou 80 réis (24-1);
— um frango ou 1 vintém (29-1).

Num outro contrato fazia parte do foro 2,5 jeiras de serviço (234-97). Neste prazo estipulam-se todas «as obrigações do prazo antigo e suas vassalagens e serviços de bois».

Os subenfiteutas punham na residência do enfiteuta as rendas, foros ou pensões, por vezes a razoável distância das propriedades, como, por exemplo, acontecia com a renda de um prazo de Bente que tinha de ser posta em Braga (29-12); a renda de um prazo de Avidos era paga em casa dos enfiteutas na sua Quinta em S. Simão da Junqueira (36-109); um caseiro emprazado da freguesia da Carreira do concelho de V. N. de Famalicão punha na casa de um outro consorte desta vila os três alqueires de pão a que era obrigado, além da renda/reconhecensa que pagava ao Mosteiro. Nesse contrato salvaguardava-se a distância entre a morada do consorte pagador da renda e a do cabeça de casal pois assenta-se que ela «não passe de quatro léguas» (10-26).

No caso de o enfiteuta ter mais de uma casa para residência, verifiquei que a renda era levada pelo subenfiteuta à casa da localidade mais próxima do casal (Ex. 29-1). Este enfiteuta residia habitualmente em Ponte de Lima mas o caseiro

subenfiteuta devia pôr a renda do prazo localizado em Meixomil de Ferreira na casa que o senhorio útil possuía na cidade do Porto.

Para maior facilidade do pagamento dos foros, sobretudo nos casos em que os enfiteutas residiam longe da localidade do prazo e tinham feito subemprazamento, os caseiros subenfiteutas ficavam obrigados a pagar ao direito senhorio os encargos dos enfiteutas, tais como, lutuosas, foros e outros direitos e até dívidas, cobrando paga e recibo que entregariam aos titulares do prazo ou aos seus procuradores quando lhes levassem as pensões (Ex.: 29-1).

Nos casos em que havia herdeiros consortes, cada um pagava uma porção, aquela que por «rata lhe tocar», ao cabeça de casal de modo a inteirar-se a renda do Mosteiro (46-7), ou pagava a renda que a «cada um» ficasse repartida no contrato de prazo (29-12; 48-117; 240-108...). Ao cabeça caberia, por via de regra, cobrar «deles todos e o [foro] entregará por inteiro no celeiro do mosteiro» (240-108). No contrato 48-117 pode ler-se: «... todos comerão e lograrão cada um a sua propriedade que possui a face deste prazo e nas vidas dele, pagando cada um a renda que atrás, na dita vedoria, vai lançada, aos ditos caseiros [cabeças de casal] para que estes inteiramente [ponham] neste mosteiro todos os anos». Esta imposição não só facilitava a cobrança dos foros como assegurava a unidade do prazo. Ele, cabeça, era o símbolo da unidade do casal, partilhado. Contudo, nem sempre se verificava expressa a existência de cabeça de casal no caso de prazos colectivos (29-1).

No subemprazamento 29-12 o cabeça de casal foi eleito (escolhido pelo senhorio útil?). Depois o enfiteuta deu-lhe todos os poderes em direito necessários para ser seu procurador. Foi o único caso deste tipo que encontrei.

O rigor que o senhorio directo punha na arrecadação dos foros, rendas, pensões e outros direitos era bem expresso nos contratos. Para obstar a que qualquer dos emprazados faltasse ao cumprimento das suas obrigações, estipulava-se frequentemente nos contratos que os caseiros, fosse qual fosse o seu estatuto jurídico-social, que não cumprissem poderiam ser «penhorados por seus criados e mordomos ou feitores do dito mosteiro e executados por elas como se fora Fazenda Real» e não se poderiam considerar «furtados ou esbulhados nem vir com embargo algum à dita execução» (29-40; 28-129) e que «por tudo o que deverem a este mosteiro serão penhorados em seus bens, via executiva, conforme a uma Provisão que este dito mosteiro tem dos Senhores Reis deste Reino para arrecadar as suas rendas como se arrecadam as de Sua Majestade que Deus guarde a qual Provisão ao fazer deste prazo declarei ao dito caseiro» (24-19).

Uma cláusula que frequentemente aparece nos contratos estipula o pagamento de uma multa por cada dia de atraso na entrega dos foros, rendas ou pensões ao senhorio directo ou ao senhorio útil.

Geralmente a esses direitos pagos em cereais (milho alvo e centeio e, às vezes, trigo), aves de capoeira e/ou dinheiro e, menos frequentemente, vinho e manteiga, fazia-se no novo emprazamento um pequeno acrescentamento. Exemplos:

— 20 réis (24-1);
— 50 réis (29-12);
— 1 frango ou 1 vintém à escolha dos enfiteutas (29-1);
— mudar a medida de pão, que era pelo alqueire, para a rasa corrente (20-57).

Mas também podia acontecer não ser lançado qualquer acrescentamento se os louvados achassem que as terras do prazo «andavam bem aloradas (...) e que não mereciam nada de acrescentamento» e que pagaria «durante as três vidas deste prazo tão somente a renda que costumavam de pagar pelo prazo velho sem prejuízo dos acrescentamentos que nos prazos vindouros se pudessem acrescentar» (20-118); ou então ser feito um desconto na renda em troca de uma outra obrigação como se verificou no subemprazamento 29-1 em que se estipulou o abatimento de uma galinha ficando o subenfiteuta incumbido de pagar ao senhorio directo a renda que era devida pelo enfiteuta. Neste mesmo contrato era recordada a obrigação que os fiéis tinham quanto ao pagamento dos tributos eclesiásticos. Tratava-se de títulos distintos e por igual obrigatórios. Podia, porém, suceder que um acrescentamento mais significativo fosse lançado como se verificou em 56-113, ou então consagrar-se um desconto na renda em troca de uma outra obrigação (29-1).

Um tributo associado à renda, foro ou pensão era e reconhecença que o caseiro subenfiteuticado pagava por ano ao Mosteiro pela entrada no prazo, independentemente do que pagaria anualmente ao senhorio útil, devido ao consentimento dado para se fazer prazo a face do prazo principal. Exemplos:

— 6 ovos, substituídos por um frango (10-120);
— 1 dia de jeira (36-109);
— 1 galinha e 2 frangos (28-129)/(29-1);
— 1 franga (49-115)/(50-39).

Neste último caso a entrada ou reconhecença passou a constituir uma componente mais do foro que o senhorio útil deveria pagar ao senhorio directo pelo prazo constituído três meses antes. Mas como a obrigação do pagamento do foro foi transferida para o subenfiteuta ele acumularia assim o cumprimento de dois

foros — o do emprazamento feito ao enfiteuta e ao qual ele fora alheio e o do subemprazamento em que ele era parte outorgante. Através da reconhecença o foreiro/subenfiteuta ficava vinculado ao Mosteiro pois com esse tributo/foro o caseiro devia «reconhecer este seu mosteiro» (10-120).

Uma renda devida pela posse e exploração de um casal podia ser composta por uma renda principal — a que pagava o enfiteuta ao Mosteiro de Landim — e por outras parcelas, que podiam exceder aquela e que eram pagas pelo subenfiteuta e/ou pelo(s) consorte(s). Exemplos: Prazo do Casal de Câmaras e/ou Casal da Fonte em Silva Escura.

O Mosteiro recebia anualmente de foro 900 réis que resultavam dos 800 réis estipulados no prazo velho de 1701 com o acrescentamento de 100 réis feito na escritura de reforma de prazo em 1743. O enfiteuta fez 3 prazos a face do seu prazo com as rendas assim distribuídas:

	Subenfiteutas aos Enfiteutas			Consortes aos Subenfiteutas		
COTA / PAG.	Reis	Galinhas	Alqueires	Reis	Galinhas	Alqueires
233-16	—	2	32 1/4	400	1	—
233-28	—	1	8 3/4	200	1	—
233-35	100	1,5	8	a)	a)	a)
TOTAL	100	4,5	49	600	2	—

a) Não havia consortes que tivessem de contribuir com qualquer foro, renda ou pensão.

Verifica-se que com estas receitas o enfiteuta não realizava em dinheiro os 900 réis que devia pagar anualmente ao Mosteiro. Porventura teria outros prazos mais, a face desse prazo principal, ou então explorava, directamente ou através de rendeiros simples colonos, as restantes parcelas do Casal de Câmaras e/ou da Fonte. Poderia ainda vender os géneros recebidos obtendo receitas das quais retirava a parte que devia pagar ao senhorio directo.

Os consortes deste prazo concorriam para os subenfiteutas, cabeças de casal, com rendas em dinheiro e aves e não em cereais. Os subenfiteutas pagavam em dinheiro, em aves e também cereais. Isto significa que estes subenfiteutas pagavam ao enfiteuta rendas cerealíficas obtidas por produção própria e recebiam dos consortes as rendas em dinheiro e aves de capoeira.

Esta distribuição de rendas leva a pensar que as terras próprias para cultivo de cereais, e no caso de ter havido subemprazamento de parcelas do casal, seriam exploradas sobretudo pelos subenfiteutas ou sob a sua administração directa.

O prazo do Casal de Freixieiro ou Sande e Freixieiro (também chamado das Eiras e Freixieiro ou Pereirinhas e outras terras) estipulava os seguintes foros para o prazo principal e para o prazo a face desse prazo:

COTA / PAG.	Enfiteutas ao Senhorio Directo			Subenfiteuta ao Senhorio Directo				Subenfiteuta ao Enfiteuta	
	Rasas	Galinhas	Frangos	Rasas	Galinhas	Frangos	Frangas	Rasas	Almudes de vinho
49-115	7	1	1 *	—	—	—	—	—	—
50- 39	—	—	—	7	1	1	1	10	2

* No subemprazamento 50-39 o subenfiteuta, além do foro, renda ou pensão que devia pagar ao senhorio útil, ficava com a obrigação de pagar ao Mosteiro toda a renda que havia sido atribuída ao enfiteuta no prazo principal (49-115) mais um acrescentamento como já se referiu.

O Quadro III apresenta outros exemplos de foros, rendas ou pensões.

Cota [1] / Pág.	(Qadro III)— EXEMPLOS DE FOROS, RENDAS OU PENSÕES DE CASAIS EMPRAZADOS
3/47	5 rasas de pão, 2 frangos e 150 réis
3/123	7 alqueires de pão, meio carneiro ou 125 réis por ele, 1 galinha e 80 réis
3/132	1 galinha e 40 réis
3/137 e 3/148	21 rasas de pão, 1 galinha, 5 molhos de palha painça e 20 réis
3/142	8,5 alqueires de pão, 2,5 almudes de vinho, 1 galinha e 6 molhos de palha painça
10/73	6 alqueires de pão, 3 almudes de vinho, 2 galinhas, 5 ovos e 100 réis
10/114	17 1/4 rasas de pão, 1 rasa de trigo, 4 almudes de vinho, 2 galinhas e 550 réis
20/43	100 réis
20/66	13 rasas de pão e 250 réis
19/127	200 réis
20/112	14 alqueires de pão, 2 galinhas
24/1	17 rasas de pão, 2,5 rasas de trigo, 2 galinhas e 60 réis
28/129	350 reis
29/6	18 rasas de pão, 2,5 rasas de trigo, 3 galinhas em Janeiro, 1 carneiro bom, 2 dúzias de ovos, 2 dúzias de palha painça e 300 réis
29/36	3 3/4 de pão e i frangão bom
29/40	16 rasas de pão, 2 galinhas e 1 franga ou 100 réis
29/87	2 rasas de pão e 10 réis
24/108	1 galinha e 5 ovos
32/21	1,5 rasas de trigo, meia canada de manteiga e 20 réis
46/7	7 rasas de pão, 3 galinhas e 7o réis
239/110	1 galinha e 70 réis
240/61	460 réis
240/91	2 rasas de milho alvo 1 galinha bem gorda ou o seu justo valor ao tempo do pagamento
240/108	26 rasas de pão, 4 almudes de vinho, 4 galinhas, 2 frangos e 60 réis
244/134	12,5 rasas de pão, 2 rasas de trigo, 2 galinhas e 1 dúzia de palha painça
245/1	1 alqueire de milho e 2 frangos
245/57	2 frangos e 10 réis
49/28	20,5 alqueires de pão, 1 alqueire de trigo, 2 almudes de vinho, 2 galinhas e 1 frango (ou 20 réis), 2 molhos de palha triga e 520 réis
49/115	17,5 rasas de pão, 11 almudes de vinho, 3 galinhas e 2 frangos
49/121	2 frangos bons e 10 réis
50/39 [2]	7 rasas de pão, 1 galinha, 2 frangos (transferidos de parte do contrato do enfitêutico 49-115) e 1 franga de acrecentamento e reconhecença
56/113	900 réis
234/97	7,5 rasas de pão, 1 galinha, 1 dúzia de ovos, 2 almudes de vinho, 2,5 jeiras de serviço, 1 frango ou 30 réis e meio tostão
104/102	1 galinha e um frango

1 — Ver identificação na relação dos contratos de emprazamento.

2 — Trata-se de um subemprazamento em que a renda que o Enfiteuta deveria pagar ao Mosteiro passava a ser obrigação do Subenfiteuta. Ao senhorio útil pagaria ainda 10 rasas de pão e 2 almudes de vinho.

Mas outros tributos compunham também os direitos dominicais, como os laudémios e as lutuosas.

Os laudémios eram estipulados nos contratos e o seu valor era geralmente de cinco/um. Era um direito que o senhorio cobrava sobre o valor das compras, vendas, trocas, doações ou outras operações similares de transferência das propriedades emprazadas ou parcelas das mesmas e sempre com a prévia autorização do Mosteiro. Não podia ser efectuada qualquer dessas transacções sem expressa licença do Mosteiro que também tinha prioridade sobre as mesmas, a não ser que o contrato concedesse ao enfiteuta o «direito de poder comprar em primeiro lugar do que o mosteiro as propriedades que os subenfiteutas quiserem vender» (3-56)). Os contratos continham, pois, cláusulas sobre esta matéria. No contrato de subemprazamento 36-109 é declarado que terão os subenfiteutas de pagar ao Mosteiro de Landim, único senhorio directo, «todos os direitos dominicais e laudémios das compras e vendas, trocas e escambos que deste prazo fizeram as quais não poderão fazer sem expressa licença dele dito mosteiro e deles senhorios úteis». No contrato 243-1, que é de subemprazamento, o senhorio directo declara que «(...) com estas condições concedemos a faculdade que se nos pede e recebemos o laudémio que se devia pela investidura deste prazo».

Por vezes, quando extintas as vidas de um prazo, se tivesse sido vendida alguma parcela do casal, o novo possuidor aparecia a solicitar a celebração de um novo prazo, no caso de se verificar desanexação.

Todas estas operações implicavam o consentimento do direito senhorio e proporcionavam rendimentos acrescidos.

Em vários contratos de subemprazamento estipulava-se claramente que ficavam reservados para o Mosteiro, os laudémios e lutuosas devidos quer pelo prazo principal quer pelo prazo a face desse (50-39).

Por vezes surgiam dúvidas quanto ao valor do tributo devido por alguma das operações sujeitas ao laudémio, sobretudo quando no prazo anterior não havia uma cláusula sobre esse assunto. Assim aconteceu quando foi feito o contrato 10-114. Perante as dúvidas surgidas, os Padres do governo do Mosteiro tinham consultado vários letrados, mas as opiniões destes divergiam. Então foi feito um acordo em que se estabelecia o laudémio sobre o dote em questão e foram definidos os valores futuros, quer para os dotes quer para as vendas de propriedades do Casal de que se fazia novo prazo.

Após a morte da pessoa que fosse vida no prazo, o sucessor tinha que comunicar ao direito senhorio o falecimento e proceder ao pagamento da respectiva lutuosa dentro de um prazo estabelecido no contrato de emprazamento, frequentemente dentro de um mês (24-19; 29-87). O valor a pagar de lutuosa costumava ser «outro tanto como de renda de um ano (pela) pessoa que ficar sucedendo por vida nele ainda que não seja herdeiro da vida que acabou sob pena

de perder este prazo com todo o direito dele» (20-57). Tais cláusulas visavam impedir o alargamento das três vidas de três pessoas que deveriam ser cumpridas, completas e acabadas mas «mais não e não serão contadas duas pessoas em uma vida», com a consequente ampliação do tempo de vigência do prazo do que resultaria redução ilícita de tributos para o Mosteiro, não só pela obstrução à actualização das rendas, como também pela não cobrança da lutuosa. Nos contratos de renovação de prazos consta, por vezes, uma cláusula sobre a cobrança das dívidas do caseiro e antecessores: «(...) a todo o tempo que lhe houver a notícia» porquanto no momento «se não sabe se estão devendo algumas lutuosas ou domínios» (20-57).

Encontrei vários casos em que o titular do prazo que era, portanto, vida no mesmo, solicitava renúncia a favor de um seu herdeiro (Exs.: 37-5; 39-45; 48-117; 10-11; 32-68). Nestes dois últimos casos é expressamente declarado que era paga a correspondente lutuosa como se a vida fosse extinta.

Não obstante estas exigências, constatei haver por vezes um espaço de tempo em que entre a morte da terceira vida e a renovação do prazo, uma outra pessoa o usufruia ou usufruiu, ou seja, alguém ficara possuindo o prazo sem título do Mosteiro, levando-o de alguma forma ou, pelo menos, não tendo em ordem as contas com o direito senhorio. Não surpreende, pois, que numa ou noutra reforma se verifique haver dívidas ou admitir-se a sua existência e que o Mosteiro procure cobrar incluindo no contrato uma nota que obrigava o novo titular a saldar as contas em atraso (10-29; 20-57; 49-28).

À regra de «três vidas de três pessoas e mais não» encontrei algumas excepções, quer por excesso quer por menos vidas. Dessas excepções destaco dois exemplos que se prendem com o pagamento das lutuosas:

— Em 38-19 havia duas pessoas reconhecidas como terceira vida. Não verifiquei se foi à morte da primeira ou da segunda pessoa dessa terceira vida que o prazo ficou vago e desembargado e por qual delas foi paga a lutuosa. Entretanto expediu-se novo título de prazo com base na compra dessas propriedades;

— Outra excepção deriva do facto de, por ter havido demanda para reclamação do prazo de que resultou a anulação do anterior, não ter corrido vida e, por conseguinte, não ter havido cabimento de lutuosa (20-30 e 29-12). Desse prazo anulado não encontrei o contrato nos livros de notas consultados.

3 — As condições de transmissão de vidas e de renovação do prazo constitui uma questão mais complexa que as anteriores. A identificação da pessoa que seria terceira vida não é referida, pois, no momento do contrato, não é conhecida, o mesmo acontecendo, por vezes, em relação à segunda: «que a

segunda e a terceira vida sejam da geração da linha parente mais chegada» (245-1); «(...) primeira vida com poder de nomear a segunda e a segunda a terceira. Falecendo qualquer delas sem nomear, o seu parente mais chegado seja nomeado» (45-1).

A maior dificuldade resulta, porém, do facto de nas escrituras de emprazamento não estar explicitada toda a evolução dos casais quanto aos seus possuidores anteriores é, no caso em que os seus nomes e apelidos são referidos, poderem surgir dúvidas porque ao longo dos anos aparecem em diversos contratos nomes e apelidos iguais, tanto para pessoas da mesma família como de famílias distintas, contemporâneas ou não, que se podem relacionar ou não com o mesmo casal ou propriedades desse casal que se fragmentara. Essas parcelas haviam dado já antigamente ou na época em estudo origem a títulos à parte por solicitação de consortes, por compra ou outras razões. Também a reunião de casais podia ocorrer por motivos vários mesmo que fosse admitida a sua separação no futuro «como nos prazos antigos».

Para que todas estas situações e alterações possam ser bem explicadas é importante fazer-se a constituição de famílias e/ou a comparação com os anteriores contratos. Contudo, e com os dados recolhidos, pode dizer-se que a transmissão das vidas de um prazo e a sua renovação tinha que respeitar a sua natureza (nem sempre explícita no contrato e, por vezes, desrespeitada e causa de demandas) bem como a lei.

3.1. — Sobre o primeiro aspecto — sucessão de vidas — várias situações encontrei e delas darei alguns exemplos:

— Se o emprazado fosse casado, seria ele primeira vida no prazo e o cônjuge seria segunda. Um filho ou filha de entre ambos viria a ser a terceira. Era esta a situação mais comum.

— Se o emprazado fosse solteiro, a segunda vida era referida no contrato como sendo o futuro cônjuge e a terceira seria «um filho ou filha que de entre ambos houvesse».

Por vezes os contratos diziam que a segunda vida nomearia para terceira «quem bem lhe parecer» ou ainda que seria quem «o derradeiro deles mais viver nomear quiser» (234-97) ou então seria «terceira vida um filho ou filha que qual deles nomear quiser e, não havendo filhos, para a pessoa que o derradeiro nomear contanto que não seja de maior condição que eles emprazados» (36-5), «nem das defesas em direito» (24-19).

— Se o titular do prazo fosse clérigo ou ficasse solteiro, era obrigado a designar a segunda vida. Tal obrigação, porém, nem sempre se cumpria o que levava a que os parentes mais chegados solicitassem, não a sucessão de vida no

prazo, mas a renovação que entendiam pertencer-lhes ou que por testamento lhes podia caber (3-95; 3-102). Neste último contrato a suplicante diz que sua irmã (que fora primeira vida) falecera sem nomear a segunda vida, «não tinha ascendentes nem descendentes e que ela suplicante é a parente mais chegada da defunta, razão por que nela se deve fazer renovação do dito prazo (...) pelo que pedia lhe fizesse graça e mercê nomear nela a dita suplicante o direito de renovação do dito prazo». Esta petição foi apresentada ao Rev. P.e Prior e seu Convento que nela deu o seguinte despacho: «Informe o P.e Carturário Dom António dos Anjos e com sua informação torne para definir. Landim, Setembro de 1715, D. José de Santa Maria, Prior Ouvidor». Segue-se a informação solicitada: «Visto como a suplicante (...) foi nomeada por sua mãe em parte deste casal que é uma cozinha como consta do seu testamento e quando se fez prazo à dita sua irmã defunta se lhe deu já este consentimento mandando que possuísse com seu marido (...) e pagasse a renda que lhe coubesse e por ora se acha a tal nomeação devoluta ao senhorio directo (...), não tenho dúvida a que este prazo se nomeia na suplicante visto ser dos parentes mais chegados e se achar de posse em parte e ainda em todo pagando primeiro a lutuosa e mais rendas atrasadas mandando se lhe faça novo prazo porque sem ele não valerá conforme a uma condição expressa no prazo que se fez à irmã já defunta o qual declara que a nomeação que se seguisse, não sendo filho ou filha, será por escritura (...). Isto é o que posso dizer. V.ª Paternidade disporá o que for servido. Landim, sete de Setembro de mil setecentos e quinze, D. António dos Anjos, Carturário». Em seguida aparece o despacho da comunidade responsável pelo governo do Mosteiro: «Visto a informação do Rev. P.e Carturário à suplicante (...) se deve fazer o prazo por estar de posse dele e o dito padre fará apegação e lhe fará novo prazo por assim o certificar a nomeação e testamento de sua mãe (...) pagando antes as lutuosas e rendas que dever. Landim, sete de Setembro de mil setecentos e quinze, D. José de Santa Maria, Prior e Senhor Donatário».

Mais adiante o contrato estipula então a sucessão das vidas do prazo que é renovado. Se os novos titulares do prazo não tivessem filhos que lhes sucedessem na posse do prazo como terceira vida, «nomearão em uma pessoa da geração donde vêm e procedem estas propriedades».

O contrato 3-123, assim como outros, acrescenta uma cláusula idêntica assinalando que «serão três vidas e três pessoas cumpridas, perfeitas e acabadas e mais não, contanto que não sejam contadas duas pessoas em uma vida e que não sejam de maior condição e qualidade que eles caseiros».

Em 245-1 o titular do prazo, que é um padre, fica com o poder de nomear a segunda vida e esta a terceira da geração da linha parente mais chegada».

— Se a segunda ou terceira vida de um prazo sobrevivesse à pessoa em quem fizesse nomeação para lhe suceder em 3.ª vida no referido prazo ou ser titular

de um novo emprazamento, o herdeiro dessa pessoa falecida podia aparecer a solicitar renovação, como se pode verificar no contrato 10-40. O suplicante diz que sua mãe foi possuidora de dois prazos «por dote e nomeação que nela fez sua mãe (avó do candidato ao prazo) (...) em que a dita sua avó é ainda segunda vida em um e terceira no outro e foreiros os ditos prazos a este convento direito senhorio e como a dita sua mãe se faleceu sem nomear o direito que tinha nos ditos prazos, pertencem ao suplicante, como filho varão que hoje só existe dos machos por morte dela».

Neste exemplo como no anterior, a sucessão das vidas e a renovação do prazo associaram-se, dadas as circunstâncias particulares que relativamente às vidas do prazo ocorreram.

Nos subemprazamentos a sucessão das vidas era própria e fazia-se dentro das regras gerais vigentes nos prazos e enquanto estes durassem. No caso de a 3.ª vida do prazo subenfitêutico falecer sem sucessão «tornará este prazo à geração e linhagem donde vieram estas propriedades» (3-56), ou seja o senhorio útil ficaria a dispor de prazo subenfitêutico para o renovar em quem quisesse.

Quando havia consortes cada um tinha autonomia em relação à sucessão de vidas das parcelas que lhe cabiam. A sucessão do prazo, ou seja, a sua renovação, derivava da extinção de vidas no cabeça de casal.

3.2. — O segundo aspecto — renovação do prazo — merece, porém, mais alguns comentários. Eram as renovações de prazos que davam origem ao estabelecimento dos contratos, enquanto que, por seu lado, a sucessão das três vidas decorrera naturalmente, conforme nos contratos se estipulara, a não ser que houvesse situações excepcionais. Somente quando terminavam as três vidas é que o casal voltava «livre, vago e desembargado ao Mosteiro para dele fazer como cousa sua própria que é» (56-113). Nessa altura era então pedido novo título com a devida fundamentação. O suplicante referia ou apresentava os títulos que possuísse comprovativos dos direitos que tinha quanto ao prazo que vagara ou apresentava-se simplesmente como sucessor no caso de a terceira vida, seu pai ou mãe, ou outro parente chegado, não ter feito testamento.

Sobre os vários casos de transmissão de prazos seguem-se alguns exemplos:

1 — *Por primogenitura:* «(...) pai do dito caseiro morreu abintestado sem fazer testamento, por cuja razão, na forma da lei, ficou pertencendo o dito prazo e renovação dele ao dito caseiro (...) menor, seu *filho varão mais velho*, o qual, assim por vago, o estava possuindo com a dita sua mãe, sem título nem prazo algum deste mosteiro» (20-100).

Em 29-36 também se refere o título da renovação do prazo como sendo ao *«filho mais velho»*.

Um outro exemplo que merece ser destacado é o do contrato 10-114. A titular do prazo anterior era solteira quando entrou a possuir o prazo. Na escritura de emprazamento foi estabelecido, como normalmente, que o marido com quem viesse a casar, seria segunda vida e um filho de entre ambos seria terceira. Porém, decorridos quinze anos de vida no prazo, faleceu casada mas sem filhos. Aparece então a suceder-lhe não o marido como segunda vida nesse prazo mas, e na renovação dele, seu irmão que, como *filho varão mais velho*, era o legítimo herdeiro. A irmã tinha sido «nulamente emprazada» e o marido, que por isso não lhe sucedia, «se levantou com o seu dote deixando o casal livre» ao cunhado. Faz-se então a renovação do prazo extinto quinze anos antes! O contrato de renovação não esclarece as circunstâncias do emprazamento invalidado.

Pelo exemplo exposto pode admitir-se que nem sempre os direitos de sucessão na renovação dos prazos eram respeitados mas podiam ser reclamados e atendidos mesmo decorridos alguns anos.

O contrato 10-68 diz-nos que «estava possuindo o casal como *filha mais velha* (...) que nela fizera *nomeação* em sua vida como consta no testamento consentido pelo Rev. P.ª Prior».

2 — Por *nomeação* «que nele fez seu *pai*, terceira vida, no seu testamento»; por isso «pedia renovação do dito prazo por lhe pertencer pedir e haver assim a renovação do dito prazo».

3 — «Por *testamento*, nomeada para a renovação sua *esposa*» (45-1).

4 — Por *testamento da irmã* ficou possuindo as propriedades como cabeça de casal (234-97).

5 — Por *herança materna*: por se tratar de um prazo de geração, o pai do caseiro não herdava o prazo mas ficava como tutor do filho que era único do seu primeiro matrimónio (38-62) ou ficava com direito a usufruto (3-132; 239-110).

6 — Por *herança* de algumas propriedades e *compra* de outras do mesmo prazo que se fizera antigamente a três pessoas (37-5).

7 — Por *compra* da maior parte de um prazo a seis herdeiros da cidade de Lisboa por morte da terceira vida (44-137).

8 — Por *compra* que fora autorizada pelo então Prior do Mosteiro e de que se mostra título (245-56);

— «estavam de posse do dito campo por justo *título de compra* que dele fizeram, por morte e falecimento da terceira vida e tinha pago os laudémios e mais pensões e direitos dominicais que a este dito mosteiro se deviam como direito senhorio que era» (10-120);

9 — «o prazo foi *rematado* na praça deste couto e nele entrou a possuir (...) e da mão deste, o caseiro (...) houve por *compra* parte das ditas propriedades» (234-93);

Também os contratos 3-26; 3-120; 3-123 e 10-26, entre outros, referem a posse dos respectivos bens por *compra*;

10 — Por *renúncia* da terceira vida «que lograva no prazo, a favor dos caseiros por estes lhe haverem comprado e de tudo estarem de posse» (55-?);

11 — Por *renúncia em si próprio* para que a terceira vida que lograva no prazo passasse a primeira juntamente com a 2.ª mulher. Do primeiro matrimónio não tinha filhos «e o dito prazo tinha vindo por via do dito caseiro» (36-5). Desse casal o prazo mais antigo fora feito em 1533 e assinado pelo comendatário, o Bispo de Viseu, em 9 de Março de 1536.

12 — Por *renúncia* a favor da *neta* «com todas as obrigações como se fora já falecido na forma do prazo velho» (10-11).

13 — «(...) estão possuindo um campo e casas (...) o que tudo saiu por *reserva* antigamente do prazo da Quinta da Lamela (3-148).

14 — Por *património* dos pais a um filho clérigo e autorizado pelo então Prior (3-47; 3-92).

15 — Por *pedido de título à parte* de parcelas de um prazo que vagara e andava repartido por vários caseiros (3-148; 20-25).

16 — Por *pedido de título à parte* para uma casa feita em *monte livre* e fora das medições e demarcações dos casais vizinhos. A renovação era numa órfã, filha única (10-97).

17 — Por *sentença* em consequência da reclamação do direito à renovação (20-30; 240-61; 48-117). Neste caso houve sentença contra o Mosteiro.

18 — Por *dote* como ocorreu, entre outros, com o prazo cujo contrato vem no livro 240 a páginas 118. Nele são referidos vários aspectos relacionados com a evolução sobre a sua posse:

— Em 1660 — Prazo a Sebastião Pereira e Ana Antónia;
— » 1680 — Ana Antónia nomeia terceira vida sua filha Isabel Pereira, por testamento;
— » 1688 — O Prior do Mosteiro, Dom Bartolomeu dos Mártires, dá o consentimento a essa nomeação;
— » 1709 — Benta Pereira, filha de Isabel Pereira recebe o prazo como Dote para o seu casamento com Francisco Ribeiro;
— » 1717 — O Prior do Mosteiro dá o consentimento a esse dote;
— » 1737 — É feita a renovação do prazo em Francisco Ribeiro e sua mulher Benta Pereira.

Em qualquer um dos exemplos de transmissão referidos impunha-se o respeito pela natureza do prazo. Havia prazos de geração e prazos de livre nomeação, fundamentalmente; e havia prazos unidos e prazos separados. No caso de ser ou estar alterada alguma condição da natureza do prazo, salvaguardava-se a possibilidade de no futuro voltar à primeira forma.

O título de um prazo era, pois, concebido tendo em conta o que em direito estava consagrado: «aceito a suplicante por caseira e se faça a referida renovação na forma do prazo antigo segundo direito», lê-se no contrato 3-95. Com cláusulas desta natureza pretendia-se evitar que houvesse prejuízo de terceiros, ou seja, que ficassem privadas do prazo pessoas com mais direito a ele. Quando as pretensões dos sucessores no prazo contrariavam as regras, o Prior e mais padres conciliários opunham-se, como aconteceu quando os legítimos possuidores de um prazo a reformar-se pretendiam que o título do mesmo fosse expedido num seu filho (245-57; 49-121).

Apesar destes cuidados ocorriam por vezes transgressões ao emprazamento legal mas, a todo o tempo, mesmo passados alguns anos, por via judicial ou não, o prazo podia vir a ser atribuído ao seu legítimo sucessor que, entretanto, se apresentara a reclamá-lo ou porque o direito senhorio queria restabelecer a natureza do prazo como em direito deveria ser.

Extintas as vidas do prazo e se houvesse subenfiteutas ou consortes, quando se procedesse à sua renovação, eles eram, por via de regra, «reconduzidos». Não podiam, contudo, exigir que isso lhes fosse concedido, porquanto nos contratos de subemprazamento estipulava-se que a sua validade decorria «durante as vidas do seu prazo», ou seja, as vidas do prazo a face do prazo duravam enquanto o prazo dos senhorios úteis não vagasse pois que «só nas vidas dele durará e terá validade esta escritura» (36-109).

Que o subemprazamento terminava como fica dito e que os subenfitentas eram novamente subemprazados, é-nos mostrado nos contratos 28-129 e 29-1. O primeiro era um emprazamento e os subenfiteutas estiveram também presentes; o segundo era o contrato de prazo a face daquele prazo aos ditos subenfiteutas.

No contrato de subemprazamento 29-12 realça-se o que noutros também aparece embora nem sempre tão explicitamente: «(...) acabadas as vidas do prazo serão os ditos [subenfiteutas] obrigados a reformar de novo esta escritura e o dito [enfiteuta] ou seus herdeiros a lhe fazerem no tempo que o dito mosteiro lhe fizesse novo prazo».

Apresento a seguir as passagens mais elucidativas e mais frequentes em contratos de prazo sobre observações já feitas.

No contrato 24-19 podem ver-se aspectos interessantes sobre os prazos do Mosteiro de Landim: sinais de desorganização no período anterior ao que é agora abordado neste trabalho, fundamentos e vantagens da renovação, e ainda pormenores da organização da consolidação e das garantias que os prazos estabeleciam e que envolviam as partes outorgantes. O contrato foi celebrado, como de costume, «dentro, neste mosteiro» com a presença «de uma parte, o Reverendo Padre Prior e mais padres conciliários (...) e da outra parte aparecem presente (...); logo pelo dito Rev.^{do} P.^{e} Prior e mais padres conciliários foi dito que entre os mais bens de raiz (...) bem assim era os seus casais de Boamense e Sefolha (...) que este dito mosteiro emprazou em onze de Fevereiro de mil quinhentos e setenta e oito (...) o qual prazo se acha vago e devoluto há muitos anos e assim por vago o estava possuindo o dito (...) sem título nem prazo algum deste mosteiro por cuja razão lhes pediram e requereram (...) lhe fizessem graça e mercê renovar-lhe as vidas do dito prazo por lhe pertencer pedir e haver assim a renovação do dito prazo que com outros mais bens lhe foi deixado, dado e doado por seu pai e sogro Luís Camelo Falcão; e visto por ele dito Rev.^{do} P.^{e} Prior e mais padres conciliários seu requerimento, foi dito que, sendo como diziam, lhes aprazia (...) de lhe renovarem as vidas do dito prazo pela pensão e acrescentamento que por justa vedoria merecessem pagar dele a este dito seu mosteiro, direito senhorio». O requerente apresentou uma escritura de compra feita por um dos seus antepassados em 1652 e que no ano seguinte fora consentida pelo então Vigário Presidente. As propriedades compradas haviam sido emprazadas em 11-2-1578 mas as vidas desse prazo já estavam extintas. Entretanto tinham sido adquiridas por compra sem que fosse feito o contrato de prazo devido para que por ele fossem estabelecidos os direitos da propriedade enfitêutica. Depois da transcrição da vedoria, medição e apegação e de estabelecida a renda bem como 4 galinhas de «reconhecença que pagam os caseiros ao Mosteiro, a saber, duas do Casal de Sefolha e duas do Casal de Boamense,

as quais ele caseiro lhe declarara nos prazos subentitêuticos que lhe fizer aos ditos caseiros». Mais adiante é justifacada a aceitação do emprazamento por parte dos padres do Mosteiro: «por sentirem ser serviço de Deus Nosso Senhor e proveito deste dito seu mosteiro andarem emprazadas as propriedades para melhor cultivação e acrescentamento das mesmas rendas, lhes aprazia, como de feito aprouve, de emprazarem, como de feito logo por este público instrumento emprazaram todas as ditas propriedades dos ditos dois casais (...) pela renda de mil e quatrocentos réis (...) de que começarão de fazer a primeira paga por dia de S. Miguel de Setembro, o primeiro que em boa hora vem deste presente ano de mil setecentos e vinte e quatro e daí por diante (...) e pagarão de lutuosa, por falecimento de cada vida deste prazo, outro tanto como de renda de um ano e serão obrigados, dentro em vinte dias, a vir fazer a saber a este mosteiro, à morte de cada vida, a pessoa que nele fica sucedendo, para se assentar no livro de recibo a pessoa que fica sucedendo por vida no dito prazo; e removendo-se alguma dúvida ou demanda sobre os ditos casais, entre eles com outra qualquer pessoa que neles pretenda ter algum direito, a farão eles caseiros e vida após, às suas próprias custas, com o direito que para isso lhes dará o mosteiro; e não poderão eles caseiros e vida após eles dar nem trocar, escambar os ditos casais nem parte deles sem licença do mosteiro direito senhorio (...); findas e acabadas as ditas três vidas [em 3.ª vida podia ser nomeado um filho ou filha de entre ambos por aquele «que deles mais viver e, não tendo filhos e a seu tempo, nomearão em terceira vida quem bem lhe parecer que não seja pessoa de maior condição que eles caseiros emprazados nem das defesas em direito] ficará este prazo vago e devoluto a este mosteiro com todas as suas benfeitorias para o darem e emprazarem a quem direito for; e que este prazo assim lhe faziam a eles caseiros e vida após eles, não sendo em prejuízo de terceiro nem deste seu mosteiro; e constando em algum tempo por tombo, foral ou título que mais renda devam pagar, a pagarão. E com todas estas condições, penas, obrigações e as mais dos prazos velhos que seus antecessores aceitaram, lhe faziam este prazo. E cumprindo eles caseiros e vida após eles com todas elas e pagando bem a dita renda, disse ele Rev.do P.e Prior e mais Padres conciliários se obrigavam pelos bens e rendas deste dito seu mosteiro a lhe fazerem este prazo bom, de paz, firme, seguro e valioso, durante as vidas dele. E pelo dito caseiro (...) foi dito, em seu nome e da dita sua mulher sua constituinte e da vida após eles, aceitava este prazo como nele se contem e vai declarado (...)».

No final da escritura deste contrato há uma declaração dos Revs. P.es segundo a qual «sendo caso que ele caseiro e vida após ele não paguem bem a dita renda em cada um ano na forma que dito vai, serão penhorados qualquer dos

seus caseiros possuidores destes casais pelo que se estiver devendo de rendas e mais cousas a este mosteiro. E ele dito caseiro e vidas após eles lhe levarão em conta [ao rendeiro ou subenfiteuta] tudo o que por eles pagar a este mosteiro de quem cobrarão recibo para lhe mostrar e abater na sua renda que lhe pagarão cada ano».

III

O estabelecimento de contratos de subemprazamento, pelas suas peculiaridades, merece uma análise mais minuciosa. Através deles se verificam mais detalhadamente as características fundamentais do regime enfitêutico nos variadíssimos aspectos económicos, sociais e jurídicos que envolviam a propriedade e os hierarquizados possuidores — o direito senhorio, o útil e o subenfiteuta e até os simples colonos ou rendeiros — passando pelas diversas modalidades de uso e posse da terra.

Se a subenfiteuse era do interesse geral, era o direito senhorio quem via mais amplamente consagrados e reconhecidos os seus direitos e, nessa medida, quem mais proveito dela tirava, como se evidencia nos diversos casos que serão referidos. As restrições que uma vez ou outra se encontram inseriam-se numa actuação que visava impedir o desrespeito pelo que era exigido aos enfiteutas e subenfiteutas e defender, por conseguinte, a tipicidade do regime, nomeadamente no aspecto económico, no social e no jurídico.

A subenfiteuse sé era permitida se nos contratos de prazos enfitêuticos foreiros ao Mosteiro tivesse sido considerada essa cláusula (10-89; 28-129). Neste último contrato pode ler-se que o Padre Prior e mais padres conciliários davam licença «a eles ditos caseiros emprazados, como a seus antepassados fora concedido, a fazer prazo a face deste ao caseiro que no dito casal viverem e granjearem (...)». Por vezes essa faculdade era expressamente excluída: «(...) e não poderão fazer prazo a face deste a nenhuma pessoa como consta do primeiro prazo deste casal» efectuado em vinte de Agosto de mil quinhentos e setenta, diz-nos o contrato 39-45. Nele é declarado que os enfiteutas do casal de Segunhais, que o Mosteiro de Landim havia emprazado aos 31-5-1617, «povoarão o dito casal de fogo (...), não venderão, darão, trocarão, escambarão, alhearão, nem dele farão feudo nem tributo nenhum sem licença deles padres, e havendo de vender, lhe farão a saber (...) e [o Mosteiro] não querendo, então, com sua licença, o venderão a pessoa que não será de maior condição que eles caseiros nem das defesas em direito (...) e não poderão fazer prazo a face deste a nenhuma pessoa como consta do primeiro prazo deste casal» que fora efectuado em vinte de Agosto de mil quinhentos e setenta.

Este impedimento baseado na natureza do prazo constituído em 1570 foi, porém, removido ainda nesse ano de 1732 depois de uma petição dirigida ao Padre Reformador Geral de Santa Cruz de Coimbra ter sido atendida (40-124). Começava por esta altura a abrandar a rigidez sobre a limitação dos contratos de subemprazamento ao mesmo tempo que se revalidavam e introduziam regras precisas.

Outras vezes era omissa no prazo que ainda estava em vigor ou então fazia-se-lhe uma vaga e imprecisa referência, embora, num e noutro caso, tivesse havido ou se admitisse ter sido consagrada em emprazamento mais antigo essa cláusula. No contrato 24-19 referente ao Casal de Boamense e Sefolha há uma vaga referência à hipótese de viabilidade de subemprazamento mas não suficientemente explícita, imprecisão que é confirmada no contrato 36-115 em que se efectua então o subemprazamento daqueles casais. Podia ainda suceder que o título de contrato de subemprazamento legalmente efectuado se tivesse extra-viado. Em tal caso, e na sequência da organização em marcha, impunha-se fazer um novo contrato que validasse o título subenfitêutico. No contrato 240-69 são os caseiros subenfiteutas do «prazo de Lousado» que declararam que o «estavam possuindo de tempo imemorial por título de prazo subenfitêutico que se presumia haver por se terem perdido os antigos e de presente não aparecem, porém, que de facto o houvera, pela concepção e declaração que havia no prazo que o direito senhorio Reverendos Padres do Mosteiro de Landim haviam feito (...) aos vinte e sete de Março de mil seiscentos e cinquenta e três».

Normalmente, contudo, são os próprios enfiteutas que declaram a existência dessa cláusula nos prazos antigos e apelam para a sua aceitação pelo senhorio directo «como a seus antepassados fora concedido» (28-129), ou então, se a solicitavam pela primeira vez, dirigiam-se ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de cuja Congregação, desde princípios da década de 1560, o Mosteiro de Landim fazia parte ocupando «o 7.º lugar por sua antiguidade, observância e recolhimento com que nele de presente se vive» [31]. Fora então nomeado pelo Papa Pio IV o então Procurador Geral dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que por essa altura se encontrava em Roma, o P.e Dom Filipe, professo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para 1.º Prior trienal do Mosteiro de Landim. A 5 de Agosto de 1562 foi solenemente recebido neste Mosteiro [32].

Justificada aquela pretensão pelo facto de a falta de licença de subemprazar dar muito prejuízo aos senhorios úteis e ao Mosteiro, à medida que a renovação se fazia, tanto por estarem extintas as vidas do prazo principal como, simplesmente,

[31] Jorge Cardoso, Agiologio Lusitano, Lisboa, Of. Craesbukiana, 1657, Tomo II, p. 755.

[32] P.e António Carvalho da Costa, *ob. cit.*, p. 292.

por necessidade de garantir o empenhamento dos subenfiteutas presumidos ou mesmo de simples colonos (237-7), alguns enfiteutas, quer iniciassem um prazo de vidas quer fossem já vidas no prazo, pediam autorização para fazer prazo a face do prazo.

O contrato subenfitêutico nem sempre era feito logo após o prazo principal ter sido renovado, como aliás deveria ser. Podiam decorrer apenas alguns dias (28-129; 29-1), alguns meses (24-27; 24-65) ou até alguns anos como constatei nos três subemprazamentos do Casal de Câmaras celebrados em 1746 em face de um prazo de 1743 (56-113): 233-16; 233-28; 233-35 e ainda os subemprazamentos de propriedades do Casal da Quinta de Sande feitos já no decurso da 3.ª vida do prazo de 1709.

Outras vezes o contrato de subemprazamento podia ser efectuado mas a sua entrada em vigor ocorrer posteriormente, em data previamente determinada, como, por exemplo se verificou em 44-104 no qual os subenfiteutas tiveram garantias de que esse contrato feito em Dezembro de 1734 iria ter seu início «no S. Miguel de Setembro depois de o enfiteuta ter colhido os frutos».

Não constatei expressamente declarado no conjunto dos 21 contratos de subemprazamentos que qualquer deles tivesse ocorrido devido à extinção de vidas subenfiteutas de facto e de direito, e enquanto não fossem extintas as vidas do prazo principal, como era, aliás, estipulado nas escrituras dos contratos dos prazos principais se aos subemprazamentos se referissem. Esses subemprazamentos resultaram, sim, de condições relacionadas com a renovação dos prazos enfitêuticos ou, e sobretudo, de interesses económicos quer dos enfiteutas quer dos subenfiteutas (geralmente apenas subenfiteutas presumidos) ou de simples colonos rendeiros.

Parece ter havido antes e no início do período em estudo um certo desrespeito pelo cumprimento integral das cláusulas dos prazos o que teria contribuído para a dificultação da concessão de licenças de primeiros subemprazamentos como constatei existir claramente em 1732 no contrato 40-124 e em outros que se lhe seguiram.

Os subemprazamentos anteriores a 1726 efectuaram-se simplesmente com base no reconhecimento da existência dessa cláusula nos prazos antigos, mesmo que, porventura, o prazo principal em vigor não a tivesse expressamente declarada. Porém, por volta de 1727 deveria estar dificultada a renovação da licença de efectuar subemprazamentos pois um prazo a face de prazo feito nesse ano veio a ser ilegalizado como se pode ver no prazo do contrato 36-115 de que adiante se transcrevem algumas passagens. Abusos do tipo revelado nesse emprazamento teriam contribuido para a limitação das licenças para subemprazar e, no caso presente, levou à sua ilegalização e consequente correcção.

A não explicitação da faculdade de subemprazar nos recentes prazos que se tinham renovado, supunha então a impossibilidade de se efectuarem contratos de subemprazamento, não obstante, em tempo imemorial, ou seja, em prazos mais antigos essa faculdade ter ficado já consagrada. Teria havido entretanto omissão voluntária por parte do direito senhorio? Para que os subemprazamentos fossem agora novamente permitidos impunha-se que se fizesse pedido formal nesse sentido, pois, assim, o Mosteiro ficava reconhecido como único senhorio directo o que lhe permitia retirar as vantagens próprias desse estatuto económico-social e jurídico. (36-109; 36-115).

Mas com a introdução e renovação ou revalidação de regras rigorosas, as limitações ao estabelecimento de novos prazos subenfitêuticos vieram a ser abolidas porque até o próprio senhorio directo beneficiava da sua normalização desde que se cum-prissem as cláusulas neles contidas. O contrato 40-124 de 21 de Novembro de 1732 foi o primeiro que registei onde se vêem minuciosamente definidas as regras da subenfiteuse concedida a prazos que a não continham pelos contratos 44-104, 243-1, 50-10 e 50-39 são confirmadas as regras a adoptar nos subemprazamentos feitos pela primeira vez. Nos outros subemprazamentos a renovação dessa faculdade é também objecto de uma minuciosa explicitação.

Em 1743 já se vê declarada de novo no prazo principal renovado a concessão da faculdade de se poder subemprazar (56-113) como já se havia verificado, por exemplo, num outro prazo de 1726 (28-129).

Nos contratos de subemprazamento devia, portanto, evidenciar-se expressamente a existência da cláusula de subemprazar contida no prazo principal ou declarava-se que essa faculdade já fora reconhecida nos prazos antigos e que, por conseguinte, era parte integrante dos mesmos. Mas podia também ser solicitada pela primeira vez com a justificação conveniente. No caso de ter havido omissão, o prazo vigente ficava em parte nulo e essa caraterística do prazo era restabelecida quando oportunamente solicitada. Foi o que aconteceu com o prazo da Quinta de Sande e casais a ela anexos. O prazo fora feito em 1709 e a 3.ª vida, nomeada por uma tia, pretendia subemprazar mas não o podia fazer porque o prazo não continha reafirmada a faculdade de o enfiteuta poder fazer título(s) de prazo(s) subenfitêutico(s), não obstante o prazo antigo feito em 1647 conceder a quem fosse vida no prazo, não só essa faculdade mas também a de «poder obrigar os caseiros subenfiteutas presumidos», ou seja, poder obrigá-los a receber título de subemprazamento aceitando as escrituras a face do dito prazo (Exs: 36-109; 51-74; 60-79; 60-91), tornando-se assim subenfiteutas de pleno direito e ficando correcto o prazo de 1709, o qual, por falta dessa cláusula, ficara em parte nulo até ao momento em que a correcção se verificou pela declaração do facto nos respectivos contratos subenfitêuticos. Este prazo abrangia bastantes propriedades que não eram cultivadas pelos enfiteutas. Andavam, pois, cultivadas por rendeiros a quem

a 1.ª e 2.ª vidas não fizeram contratos de subemprazamento. Vemos, agora, em 1730, 1741 e 1745 a 3.ª vida do prazo da Quinta de Sande, José de Lima Carneiro Camelo Falcão, a pretender fazê-los e até é nítida a vontade do direito senhorio em que tal aconteça. Pode ver-se estipulado no contrato do prazo principal que se podem obrigar os subenfiteutas presumidos ao subemprazamento (Ex.: 36-109)

Com base no antigo contrato de emprazamento os caseiros cultivadores das terras do Casal do Ribeiro dessa mesma Quinta de Sande (51-74) eram «subenfiteutas presumidos e por assim ser lhe pediram requereram a eles senhorios úteis lhes fizesse novo prazo das ditas propriedades do dito casal que estavam logrando e possuindo, pela renda e acrescentamento que por justa vedoria merecessem pagar dele, no que eles ditos senhorios úteis, seus constituintes, convieram para maior segurança das suas rendas e para melhor cultivação das ditas propriedades, das quais lhe fizeram primeiro vedoria (...)».

Foi, pois, reclamando a cláusula de subemprazar atribuída no antigo prazo da Quinta de Sande, que se fizeram os subemprazamentos atrás referidos. É de notar, porém, que nos contratos dos dois subemprazamentos posteriores (232-7 e 232-12) já se declara expressamente que no prazo feito ao senhorio útil fora concedida a faculdade de subemprazar! Ter-se-ia consagrado, através dos quatro subemprazamentos já efectuados, a antiga cláusula do prazo de 1647 esquecendo-se a omissão verificada no de 1709 pelo que não seria de assinalar a anulação parcial do mesmo?

Em quase todos os emprazamentos a face de um prazo o P.e Prior e os outros P.es conciliários estavam presentes e assinavam o auto de escritura que se efectuava na portaria ou nos claustros do mosteiro como se costumavam fazer e assinar os mais prazos. Apenas no contrato 40-124 os Padres de Landim não assinaram embora tivessem acompanhado o processo de pedido de licença de subemprazar.

Os caseiros subenfiteutas e vida após eles tinham de servir o Mosteiro de Landim «na forma do prazo que eles senhorios úteis têm do mosteiro direito senhorio». Tinham os subenfiteutas de pagar ao mosteiro «todos os direitos dominicais e laudémios das comprar e vendas, trocas e escambos que deste prazo fizeram as quais não poderão fazer sem expressa licença dele dito mosteiro e deles senhorios úteis» (Ex.: 36-109). Eram obrigados «a servir o dito seu mosteiro com seus bois e carro segundo costume dos mais caseiros e em todo o tempo reconhecendo este dito seu mosteiro por verdadeiro senhorio do dito casal» (Exs.: 28-129; 29-1).

Significam estas disposições que a ausência do enfiteuta no casal não poderia retirar ao Mosteiro o direito aos serviços que os titulares dos prazos lhes deviam prestar.

Com os subemprazamentos o Mosteiro e os enfiteutas pretendiam garantir as respectivas rendas e impedir que as propriedades se danificassem como eventualmente aconteceria se estivessem nas mãos de simples caseiros, dada a fragilidade do seu vínculo à propriedade e consequente desmotivação para lhe fazer benfeitorias. Não surpreendem, pois, as críticas aos arrendamentos anuais como justificação para os prazos a face do prazo (Ex.: 36-109).

O contrato 40-124 elucida-nos sobre as condições postas pelo senhorio directo e pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra para ser permitido efectuar-se legalmente e pela primeira vez um prazo a face de um prazo principal. Nele se destacam alguns aspectos como: direitos adquiridos por antiguidade de ocupação, dependência do direito senhorio relativamente ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em determinadas questões, extinção do subemprazamento e obrigações dos enfiteutas, transferência de obrigações dos enfiteutas para os subenfiteutas.

Neste caso o enfiteuta principal pedira ao Rev.^{do} P.^{e} Reformador para lhe conceder licença de subemprazar pois o dito casal andava feito e cultivado por Domingos da Fonseca, como também já andava nas mãos dos seus pais e mais antepassados. Acrescenta que Domingos Fonseca «ia pagando ao Mosteiro, direito senhorio, o foro e pensão a que o suplicante e seus antepassados eram obrigados, em nome deles. E querendo-os expulsar fora, não pode e lhe é muito difícil pela posse e título presumido, alegando-se subenfiteutas de direito e assim (...) é mais útil e muito proveito renovar no dito Domingos da Fonseca (...) por sua mãe lhe ter feito a doação do direito que nele tinha que o suplicante lhe possa fazer prazo a face do seu» (...) também é utilidade do direito senhorio». É de notar que este argumento aparece em outros pedidos de subemprazamento.

Seria esta sucessão de colonos ou rendeiros dentro de uma família que, no caso presente, justificava a outorga de um contrato de subemprazamento. Essa justificação era reforçada pelo facto de os referidos lavradores terem feito no dito casal muitas benfeitorias.

Estes argumentos não são os únicos alegados pelo requerente pois ele alega também que, além de se verificar a melhoria das terras, haverá «aumento das rendas ou domínios ou outros direitos dominicais e ter o caseiro direito adquirido para se julgar subenfiteuta». Importa salientar, porém, que o Despacho do P.^{e} Reformador diz que «o requerimento do suplicante tem contra si uma definição do Capítulo Geral, que já é constituição confirmada, a qual proibe aos prelados e mosteiros darem licença aos enfiteutas para fazerem prazos a face do seu prazo. As razões que o Capítulo Geral teve para isto (...) poderá Vossa Reverendíssima [P.^{e} Prior do Mosteiro de Landim] melhor saber dos padres que eram vogais do Capítulo Geral (...)».

Apesar disto, seguidamente diz-se que não devia haver «inconveniente nem prejuízo nas rendas do mosteiro em se darem as ditas licenças» e que o pagamento dos laudémios das vendas era uma forma de os subenfiteutas reconhecerem o mosteiro. «Bem sei que destes subemprazamentos se originam algumas demandas», continua o P.e Reformador, porque havia dúvidas sobre de quem eram os direitos dominicais dos subenfiteutas «mas estes hão-de evitar-se dando-se as licenças pois, com essas licenças se evitam dúvidas de quem eram os direitos dominicais dos subenfiteutas», ou seja, seriam indubitavelmente do Mosteiro.

Exigia-se que nessas licenças que se dessem se havia de declarar que todos os domínios e lutuosas haviam de ser para o senhorio directo. «Poderão alguns dizer que andando os prazos subemprazados se não vendem com tanta facilidade e assim poderá suceder». Mas logo argumenta contrariando essa opinião: «Porém, como são dois a poderem vender (...)» essa dificuldade é atenuada porque «assim se fará já uma venda». Significa tudo isto que a mera celebração de subemprazamentos dava ao Mosteiro uma ocasião mais de arrecadar algum tributo e que a mobilidade da propriedade emprazada não podia implicar a eliminação dos direitos dominicais nem a quebra da unidade do prazo porque o enfiteuta principal era a garantia da sua manutenção.

Depois de obtida a informação do Padre Prior, o Padre Reformador despacha favoravelmente: «concedemos licença para se fazer título subenfitêutico que se pede, com declaração que não será celebrado entre o enfiteuta e os subenfi-teutas mas imediatamente entre estes e o mosteiro fazendo-se no título expressa menção de que os domínios, lutuosas e outros quaisquer direitos dominiais pertencerão ao senhorio direito e de nenhuma sorte ao suplicante ou a quem for enfiteuta do prazo». Diz-se a seguir que o enfiteuta apenas terá dos subenfiteutas «a pensão em que se convier com eles para o que se não fará título aos subenfiteutas sem o enfiteuta ser ouvido; e a licença para cada um vender será pedida somente ao senhorio com todas as mais cláusulas que parecerem justas ao Padre Prior e seu mosteiro». Depois o enfiteuta usando dos poderes que tinha do seu prazo feito em Março desse ano de 1732 e referido neste trabalho por 39-45, pela mercê que lhe tinha feito o Reverendíssimo Reformador dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho disse que «por este público instrumento na melhor forma que em direito haja lugar, a face do dito seu prazo emprazava e havia por emprazado todas as sobreditas propriedades (...) pela maneira que ele dito enfiteuta o possuía e lhe pertence para que ele dito Domingos de Afonseca com a mulher com quem casar seja primeira e segunda vida, e um filho ou filha terceira e não os tendo, a segunda vida poderá nomear uma pessoa que lhe parecer, que não seja de maior condição que eles caseiros, de maneira que sejam três vidas de três pessoas

cumpridas, perfeitas e acabadas e mais não, contando que lhe pagarão de renda, foro e pensão em cada ano pelo S. Miguel de Setembro 50 rasas de pão (...) postas em casa dele senhorio enfiteuta na cidade de Braga ou quatro léguas em redor da dita cidade ou onde ele enfiteuta mandar à custa e risco dele dito caseiro subenfiteuta e das mais vidas depois dele (...) a qual pensão lhe pagarão livre e isenta de todos e quaisquer encargos ou tributos a que as ditas propriedades estejam obrigadas ou possam ser obrigadas pelo tempo adiante; havendo-se de pagar renovação do prazo principal será ele dito caseiro subenfiteuta e as vidas depois dele que lhe sucederam obrigadas a pagar todas as despesas (...) como também será mais obrigado e as vidas que lhe sucederem a pagar as lutuosas ao mosteiro e aos mesmos (sic) pagarem laudémio das vendas que fizerem (...) havendo, primeiro de as vender, licença do dito mosteiro, direito senhorio, e do preço por que venderem todas ou parte (...) lhe pagarão de seu domínio a quinta parte do preço por que as vender e de lutuosa, assim do prazo principal do enfiteuta como deste emprazamento, outro tanto como de renda de um ano com pena de perderem o direito deste prazo e com a mais condição e obrigação de levar ao dito enfiteuta de três em três anos e as vidas que lhe sucederem a quitação do dito mosteiro direito senhorio em como está satisfeito do foro e pensão do prazo principal (...)».

Seguem-se cláusulas quanto às benfeitorias e adubação das terras, validade do prazo, obrigações e penas resultantes do não cumprimento do que ficava estipulado.

Com este contrato de 1732 verificamos que uma organização mais rigorosa estava a ser adoptada na administração do património do Mosteiro de Landim, que os seus direitos de donatário são relembrados e exigidos, que eram variadissimas as oportunidades dele obter rendimentos acrescidos, além dos foros fixos pagos anualmente, e, sobretudo, que toda essa gestão mais rigorosa e lucrativa derivava em grande parte da revalidação do direito de conceder licenças de subemprazamento, durante algum tempo interditas mas agora com cláusulas minuciosas. A sua proibição bem como os subemprazamentos clandestinos acarretaram prejuízos que o Mosteiro e Santa Cruz de Coimbra queriam de futuro eliminar.

O contrato de 36-115 de 1730 mostrava já essa exigência do respeito pelos interesses e direitos do senhorio directo. Nele se lê que pelo prazo de vidas efectuado em 1724 os senhorios úteis não podiam subemprazar, «contudo estava na imemorial posse de subemprazar os ditos prazos como consta do prazo antigo» feito em 1647. O procurador dos enfiteutas diz que estes tinham feito prazo a face do seu prazo na nota de Manuel Dias, tabelião no couto de Santo Tirso, «o qual prazo foi feito contra a forma de direito porque nele se privava este mosteiro, direito senhorio, dos seus direitos dominicais, lutuosas e laudémios que (...) são todas deste mosteiro, pelo dito prazo velho, e não dos ditos seus

constituintes». Por estas razões — usurpação dos direitos do senhorio directo e falta de pedido de licença para subemprazar — o Mosteiro obrigava os foreiros enfiteutas a anularem o referido subemprazamento e a ser reposta a legalidade fazendo-se a renovação na «forma do antigo neste juízo ordinário deste dito couto de Landim, adonde com efeito se julgou nulo o dito prazo este presente ano de mil setecentos e trinta».

O outro contrato de subemprazamento (36-109) feito também nesse mesmo ano de 1730 assemelha-se ao contrato 36-115 na medida em que em qualquer deles o direito de subemprazar já fora admitido nos prazos principais antigos embora os prazos principais recentes feitos respectivamente em 1709 e 1724 tivessem omitido essa claúsula ou apenas haja neles uma vaga alusão. Por isso era necessário pedir o seu reconhecimento formal tornando-se só assim verdadeiramente válido o prazo principal. Mas há uma diferença — o subemprazamento 36-109 seguiu o processo normal o que se não verificou com o 36-115, ou seja, neste contrato anulava-se um procedimento ilegal e depois restabelecia-se o processo considerado normal.

Outros subemprazamentos fundamentavam-se em cláusulas já contidas nos recentes prazos principais que, por sua vez, já estavam consagrados nos antigos prazos (Exs.: 3-56; 24-48; 29-1).

Para além do que foi referido, essencialmente de âmbito jurídico-social, quanto a estes contratos subenfitêuticos, outras notas interessantes se podem referir e que estão contidas em alguns subemprazamentos, entre elas a de que os enfiteutas pretendem subemprazar a face do seu prazo e nas vidas dele «para melhor cultivação e acrescentamento de suas rendas e para segurança da mesma pensão que ele dito enfiteuta paga do dito prazo a este dito mosteiro direito senhorio» (50-39). Em alguns contratos destaca-se o mau estado das terras para a solicitação da licença de subemprazar: «o qual casal se acha muito danificado por andar de arrendamento por mão de vários caseiros» (44-104); o enfiteuta «a traz a fabricar por caseiros que não a tratam como devem; quer entregá-la a quem a cultive e trate como sua» (50-10).

A concessão da cláusula de fazer prazo a face de prazo, quando nunca existira nos contratos de prazo, era concedida, como já foi notado, pelo P.e Reformador da Ordem em Santa Cruz de Coimbra depois de solicitada informação e parecer ao Prior do Mosteiro de Landim. A primeira vez que encontrei um pedido desse género foi em 1732 (40-124). Quando tal acontecia os enfiteutas solicitavam licença para subenfiteuticar e «subemprazar a face do seu prazo e nas vidas dele» e justificava-se a sua pretensão pela «maior utilidade sua e do dito convento» ou pela impossibilidade de fabricarem as propriedades por «ficarem distantes e à desamão e pelas suas ocupações» e que, «andando por caseiros simples, se danificam», em virtude da preca-

ridade do arrendamento, mas «se andarem por prazo subenfitêutico a face do seu, hão-de ser as ditas propriedades mais bem granjeadas, melhoradas e benfeitorizadas e assim as querem dar de subemprazamento a face do seu prazo ao «caseiro que é até agora delas e as tem melhorado com benfeitorias com a esperança de se lhe emprazarem». Pretendia-se, portanto, que tudo andasse melhorado e não piorado (Exs.: 44-104; 50-10; 50-39). O enfiteuta, senhorio útil referido neste último contrato, declara que «no dito prazo que tem do dito casal (49-115) lhe não deu este [Mosteiro] a faculdade de poder subemprazar e que, por essa razão, recorrera já o pai dele «ao Rev. P.e Reformador desta Religião para lhe conceder licença para o dito efeito que com efeito lhe concedeu». Segue-se a transcrição dos despachos do P.e Reformador de Santa Cruz de Coimbra e a informação do Prior de Landim. Na sua informação, a pedido daquele, o Prior responde que não havia prejuízo para o Mosteiro no que alegava o suplicante e que a licença de subenfiteuticação devia conter as cláusulas do estilo nos prazos subalternos que eram «fazer-se-lhe pelo mosteiro e seu escrivão do cartório». Finalmente foi concedida a licença de subemprazamento requerida.

No contrato do livro 44 página 104 verso o enfiteuta pretende, «para maior utilidade sua e do convento, fazer prazo a face do seu prazo» mas não pode sem expressa licença do P.e Reformador. Então «pede a Vossa Reverendíssima lhe faça mercê conceder-lhe a dita licença». Depois de solicitada informação ao Prior sobre a «utilidade específica para se subenfiteuticar o prazo» com a recomendação de que «torne para se definir» e da resposta ter sido favorável e salientar que a utilidade específica para o Mosteiro «é acrescer-lhe os laudémios e as lutuosas e também a reconhecença que o subenfiteuta deve pagar a este mosteiro». Diz ainda a informação que se tinha que fazer o «prazo neste mosteiro assinado pelos conciliários dele». Foi então emitido um despacho de consentimento «para que o Muito Reverendo P.e Prior com seus conciliários faça o título de subenfiteuticação aos inquilinos com quem o suplicante se consertar não sendo com pensão exorbitante ficando expressados para o mosteiro assim os foros como os laudémios ou lutuosas e mais direitos que lhe pertencem como único senhorio direito do prazo segundo a natureza dele na forma da informação».

A cláusula dos subemprazamentos serem feitos no mosteiro e assinados pelos seus conciliários não se verificou no contrato 40-124 na 2.ª parte, pois não consta qualquer assinatura dos membros da comunidade landinense!

Já em 1743 um contrato enfitêutico estabelece a cláusula de subemprazar: «(...) e com mais condição, poder e faculdade de que eles ditos caseiros e vida após eles todos poderão fazer prazo, e nas vidas dele, aos caseiros subenfiteutas lavradores que lavram e possuem o dito casal, conforme aos prazos

mais antigos, os quais prazos ou escrituras a face deste se viriam fazer a este dito seu mosteiro e em presença do Reverendíssimo Padre Prior e mais padres conciliares pelo escrivão deste dito seu conto e cartório para os assinarem e autorizarem nos quais prazos ou escrituras a fazer disse reservam eles Reverendos Padres para este seu mosteiro todas as lutuosas, domínios e mais direitos dominicais que em direito lhe pertecem como direitos senhorios das ditas propriedades» (56-113).

Como nos prazos enfitêuticos, também através dos subemprazamentos o Mosteiro de Landim obtinha, além dos foros, rendas, pensões e tributos que lhe deviam ser pagos pelo enfiteuta, outros tributos provenientes do 2.º titular. Os serviços que no contrato do prazo principal estavam consignados eram transferidos para o subenfiteuta.

O processo de pedido de constituição de subemprazamento levava alguns anos, por vezes, como se pode verificar nos contratos 243-1 e 50-10. O primeiro foi feito em Março de 1739 com a renda de 60 medidas pela rasa da alfândega. Porém, este contrato já havia sido feito, apenas entre a enfiteuta e o «subenfiteuta», em Braga em Janeiro de 1735 e fora paga pelo «subenfiteuta» a sisa a sua Majestade bem como 340 mil réis à enfiteuta de entrada. Mas este contrato precisava de ser validado pelo senhorio directo. Nesse sentido, o subenfiteuta recorreu ao Padre Prior e mais padres conciliários do Mosteiro de Landim «para que lhe dessem consentimento e autoridade à dita escritura de subemprazamento». Esse pedido foi deferido com base na informação seguinte dada ao Padre Reformador pelo Prior de Landim: «(...) não tenho dúvida em conceder se faça prazo a face de prazos das propriedades de que faz menção a escritura retro com declaração, porém, que há-de ser feita a escritura por este mosteiro, direito senhorio, em que se declara as condições e obrigações do estilo e o foro que há-de pagar deste reconhecimento a este mosteiro além dos mais direitos dominicais, de laudémios e lutuosas, que tudo reservamos para nós, como direito senhorio, e à enfiteuta principal e seus herdeiros, só pertencerão as sessenta medidas; (...) e com estas condições concedemos a faculdade que se nos pede e recebemos o laudémio que se devia da entrada e que o suplicante deu pela investidura deste prazo». Esta informação foi emitida em Novembro de 1737. Entretanto veio o Despacho que autorizava o subemprazamento. Em Março de 1739 foi então feito o prazo a face de prazo que havia sido solicitado.

O contrato 50-10 é um subemprazamento feito em 1740 de um prazo de 1723. Em Novembro de 1737 foi dado um Despacho pelo Rev.^{do} Padre Reformador depois de consultado o Mosteiro de Landim que, reunido em capítulo, entendeu ser útil e subemprazamento. Antes, porém, o Rev.^{do} Padre Prior informara o requerente que não podia por si só deferir o pedido. Na

petição que então dirigiu ao Rev.^{do} Reformador, o enfiteuta diz que as propriedades andavam mal tratadas porque os caseiros não a tratvam «como devem, como quem não é senhor dela». Depois de se referir aos prejuízos para o suplicante e Mosteiro diz que «farão da dita propriedade prazo a face do seu prazo a um homem lavrador que bem a cultive e trate a dita propriedade como cousa sua».

No consentimento, resultante da informação da comunidade de Landim, estipulam-se diversas cláusulas, como:

— «primeiramente que as escrituras dos ditos contratos hão-de ser feitas pelo Religiosos e conciliários, assim como o do enfiteuta principal e não por este ou seus sucessores;
— que o prazo subenfitêutico há-de guardar a natureza do principal;
— que extintas as vidas deste, ficará também vago aquele e assim, renovará todas as vezes que o princuipal renovar;
— caso este se devolva ao mosteiro e se consolide o domínio útil com o direito, seguirá a mesma condição o enfitêutico que o enfiteuta principal (sic);
— (...) além do foro que pagarão ao senhorio útil, hão-de pagar também pelo enfiteuta principal a este mosteiro;
— os domínios nas vendas sempre pertenceram a este mosteiro, direito senhorio, a quem os subenfiteutas hão-de reconhecer com aquele foro que lhe for arbitrado por louvados;
— e lutuosas por falecimentos de cada um dos possuidores;
— nas renovações, será o foro em o subenfiteuta somente a proporção que se acrescentar o do prazo principal;
— que os subenfiteutas se obriguem a fazer o benefício de plantar árvores e videiras, todas as que comodamente puderem caber nos valados e terras deste prazo;
— e a trazerem em tudo o mais com aumento e melhoria que com o benefício pode receber».

Mais adiante é referida a qualidade ou composição do prazo:
— «consta este de duas casas e currais, horta e um campo».

Depois das medições e confrontações declara-se que entre as partes componentes do casal há «uma leira que traz Manuel Correia, de Segus, de que paga para este prazo meia rasa de pão». Outro campo também não se mediu porque já tinha título à parte com o foro de duas rasas de pão as quais se descontarão neste prazo» que ficava, afinal, com «catorze alqueires».

Este aspecto é de realçar pela particularidade que manifesta — há um prazo com, pelo menos, um outro «anexo». Significa isso que fora feito título independente, antes deste subemprazamento, de uma parcela do prazo, presumivelmente em resultado de alguma compra, doação ou outro tipo de alienação, mas, a fim de ser garantida a unidade do prazo, vinculam-se neste subemprazamento essas outras parcelas entretanto destacadas.

Há ainda outras cláusulas do contrato que manifestam, uma vez mais, certas obrigações impostas aos foreiros:

— os subenfiteutas tinham que se obrtigar à benfeitorias constantes do prazo principal «de que necessita, como consertos e aumentos das casas do casal, plantarem árvores e uveiras nos valados dele e aonde mais for conveniente».

Estas condições constavam da informação dada pela comunidade do Mosteiro de Landim em Fevereiro de 1739. Em Maio desse mesmo ano o Despacho do P.e Reformador diz que «como pela informação ser manifesto não haver prejuízo do senhorio directo na subenfiteuticação pretendida, concedemos licença ao Muito Reverendo Prior de Landim e seu convento para que possam estipular imediatamente com o subenfiteuta o título que pede [o enfiteuta]».

Para finalizar, os Padres do Mosteiro comprometiam-se a não ir contra o subemprazamento enquanto durassem as vidas do mesmo; por seu lado obrigava-se «o caseiro subenfiteuta e os mais enfiteutas, senhorios úteis, com todas as cláusulas (...) pagando toda a renda e pensão declarada pelos dias e tempos neste [contrato] contidos e que serão sempre feitas as renovações destas escrituras para o futuro dentro deste dito mosteiro pelo escrivão deste seu couto e cartório e de outra sorte lhe não valham sem serem feitas na forma deste e assinada pelos padres do governo deste mosteiro, tudo na forma da licença concedida».

Foram estas as principais disposições contidas no contrato subenfitêutico celebrado em Agosto de 1740.

No contrato feito em 19-9-1724 evidenciara-se que, por serem findas as vidas de um prazo principal, o enfiteuta, que ficou por primeira vida na renovação, pretende fazer um subemprazamento a uma subenfiteuta presumida que ficara por herdeira de seu pai. Esteve presente como procurador do enfiteuta e sua mulher um procurador que declarou «que entre os mais bens de raiz que os ditos seus constituintes (...) tinham e possuiam e por direito lhe pertennciam de muitos anos a esta parte e de que estavam de mansa, quieta e pacífica posse sem contradição de pessoa alguma bem assim era o seu casal e prazo de Penso, na freguesia de

Avidos deste couto de que é direito senhorio este dito mosteiro de Landim, de que tem prazo de vidas em que o dito seu constituinte é 1.ª vida, do qual casal e prazo é subenfiteuta presumida (...) por lhe ter vindo por sua parte e lhe ficar de seu pai (...) do qual casal e prazo pagava o dito [enfiteuta] a este mosteiro de Landim de foro e pensão em cada um ano 700 réis pelo seu prazo que do dita casal lhe havia feito este dito mosteiro em dezoito de Março deste corrente ano de mil setecentos e vinte e quatro e porque findas as vidas do dito prazo ficavam também findas as vidas do prazo que lograva a dita caseira subenfiteuta presumida porque suposto até ao presente não houvesse subemprazamento algum do dito casal e por assim pertencer por direito da dita renovação à dita [subenfiteuta] a renovação do dito prazo e ao dito [enfiteuta] lhe parecer ser em prol e proveito do dito casal e para maior firmeza e segurança da pensão que dele pagava a este dito mosteiro de Landim do dito casal e suas pertenças, lhe queria fazer dele à dita caseira subenfiteuta prazo a face do seu e nas vidas dele e suposto que no dito seu prazo antigo lhe tinham dado a faculdade de subemprazar (...), contudo, como pela diuturnidade de tempo era a dita caseira [apenas] subenfiteuta presumida do dito casal por não haver algum arrendamento pelo qual constasse ser a dita caseira simples colono e porque agora de novamente no prazo referido que este dito mosteiro, direito senhorio, lhe havia feito ao dito (...) lhe tinham dado a faculdade de poder fazer subemprazamento do dito casal à dita caseira possuidora dele com as condições ao diante declaradas, por cuja razão lhe mandava o dito senhorio útil (...) fazer vedoria e apegação do dito casal e todas suas pertenças a qual logo ali me apresentou por escrito o dito procurador (...)». Sobre a renda paga ao enfiteuta o contrato estabelece que ela «seria posta na cidade do Porto ou onde o senhorio útil ordenasse». (24-65).

Nem sempre a um senhorio útil que subemprazava correspondia um só subenfiteuta. Pelo menos dois enfiteutas fizeram do seu prazo principal mais que um subemprazamento como ocorreu, por exemplo, com José de Lima Camelo Falcão, enfiteuta da Quinta de Sande e casais a ela anexos, tudo distribuído por cinco freguesias limítrofes, que efectuou seis prazos a face do seu prazo de 1709.

Essa faculdade de subemprazar em partes podia mesmo ser referida em contratos de emprazamento quando fosse tratada a questão da permissão de se efectuarem subemprazamentos a partir desse prazo principal (24-48).

Estabelecidas nos contratos enfitêuticos e subenfitêuticos as cláusulas fundamentais, mais explicitadas umas vezes que outras, sobre a sucessão das vidas do prazo, a sua natureza e correspondente direito de transmissão, a sua composição e localização, o foro, renda, pensão e demais tributos a pagar, as obrigações dos emprazados, as proibições a que estavam sujeitos quanto ao uso das propriedades e as sanções pela sonegação de parcelas do casal à vedoria e pelo não pagamento da renda e lutuosas «quando suceder havê-las», ou

tributos pelas doações, vendas ou trocas efectuadas com a necessária autorização do direito senhorio, concluia-se o contrato em que «uns e outros de parte a parte o disseram, outorgaram e aceitaram (...)» com as assinaturas das pessoas presentes.

Nesses contratos enfitêuticos e subenfitêuticos, embora com algumas diferenças entre eles devido aos casos particulares de que tratavam, vê-se a caracterização e a regularização do regime enfitêutico.

Além do património que andava emprazado, havia a outra parcela de propriedades cultivadas directamente pelo senhorio directo através de criados ou assalariados. Essa reserva está excluída deste estudo, o qual teve os prazos como questão central pelo papel que tiveram na consolidação dum senhorio eclesiástico.

IV

Os prazos do Mosteiro de Landim à data da sua extinção

Em 4-7-1770 um Breve Apostólico suprimia nove mosteiros dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, sendo em 4.º lugar nomeado o de Santa Maria de Landim. O Inventário deste Mosteiro, efectuado na sequência deste Breve, contém, além do referido documento apostólico, a Portaria do Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto, João de Almada Melo, referindo a eleição do Desembargador dos Agravos José Fernandes Nunes para juiz da diligência por impedimento do Desembargador José Tavares de Abreu, a Ordem do Cardeal da Cunha na qual consta o «formulário e método de se proceder à diligência», a Intimação aos Religiosos do Mosteiro e diversas relações referentes às matérias inventariadas e sequestradas relacionadas essencialmente com os bens móveis e imóveis, quer do Mosteiro de Landim quer do de Vilarinho e da Quinta de Palmeira a ele ligados e ainda certidões diversas, como, por exemplo, sobre o destino dos bens sequestrados, arrematações, entrega de gado para ser guardado e cuidado e transferência//viagens dos Religiosos para outros Mosteiros depois de encerrado o de Landim [33].

As páginas 18 e 18 verso contêm a relação do dinheiro que havia no cofre:

— «(...) a quantidade de trezentos e setenta e três mil novecentos e vinte réis que era a líquida que havia, conforme o livro da mesma fazenda que principiou a servir em 1769»;

[33] Inventário (A.D.P. — MON-CVSML/D/002/LV002).

— «em outro cofre, cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos réis com um livro pelo qual se mostrava que pertencia aos quindénios de que anualmente se fazia depósito no devido tempo para a quem pertence se satisfazer».

Feita esta verificação foi encerrada esta rubrica: «E por não haver mais dinheiro algum nem o achar, logo nas ditas quantias fez o Meirinho desta diligência, Joaquim José dos Santos, na presença dele dito Ministro e de mim Escrivão, sequestro e real apreensão de que dou fé».

Mas é a relação dos prazos a que ocupa maior número de páginas deste Inventário e foi elaborado com a ajuda de louvados conhecedores dessas propriedades. Em 2-10-1770 foi feito o sequestro «em todos os prazos de que o Mosteiro é direito senhorio e também do que pertence ao domínio útil dos enfiteutas» [34].

É uma lista de 736 prazos distribuídos por 68 freguesias do Couto de Landim e fora dele. Depois de identificados todos esses prazos o «Doutor Desembargador dos Agravos, juiz desta diligência, (houve) este sequestro por concluído que assinou com os ditos louvados (...)». [Ver Relação na página seguinte]

Neste Inventário encontram-se ainda informações, igualmente interessantes, sobre outros tipos de património do Mosteiro. Nas páginas 306 e 306 verso uma certidão atesta «não haver neste Mosteiro bens com a natureza de reguengos». A certidão da página 336 datada de 17-10-1770 indica o valor e destino das pensões anuais do Mosteiro assim distribuídas:

— «Para o Colégio da Sapiência da Universidade de Coimbra ..... 80 mil réis;
— para a obrigação dos Quindémios ..... 41 mil réis;
— para a Mitra de Braga ..... 8 alqueires de centeio;
— para a capela Real (por contrato feito com D. Sebastião e a Congregação por lhe ceder o direito de padroado da presidência de Vilarinho) ..... 100 mil réis.

Deste Inventário apenas destaquei algumas rubricas que dele constam realçando a dos prazos por se tratar do assunto principal deste trabalho.

[34] *Idem*, pp. 112 a297 verso.

RELAÇÃO DOS PRAZOS E CENSOS INVENTARIADOS PELO SEQUESTRO REALIZADO EM 2-10-1770

FREGUESIAS	PRAZOS	CENSOS	FREGUESIAS	PRAZOS	CENSOS
Landim	68		*Transporte*.....	603	13
Sta. Marinha	34		Cavalões	1	
Bente	30		Fradelos	12	2
Sequeirô	15		Ribeirão	1	
Lama	26		Viatodos	3	
Areias	53		Cambezes	1	
Palmeira	38		Priscos	1	
Ervosa	10		Sequeira	1	
Lousado	9		Bastuços (S. Paio)	2	
Cabeçudos	69		Bastuços (S. João)	1	
Avidos	36		Carreira (S. Miguel)	—	1
Ceide (S. Miguel)	18		Arnoso (Sta. Eulália)	1	
Esmeriz	2		Nine	1	
Abade — Sta. Maria	9		Gondifelos	1	
Ceide (S. Paio)	24		Sta. Marinha (anexa a Gondifelos)		1
Requião	3		Balazar	9	
Vermoim	14		Laundos	1	
Joane	7	7	Amorim	2	
Mogege	10		Navais	2	
Castelões	2		Carapeços		1
Ruivães	23	3	Sandiães	2	
Novais	24		Guimarães	1	
Delães	9		Tagilde	5	
Oliveira (S. Mateus)	3	1	Teixeira		1
Bairro	11		S. Pedro de Fins de Ferreira	8	
Carreira (S. Tiago)	22		Meixomil	5	
Sto. Estêvão Fins de Riba d'Ave	7		Campos (S. Martinho)	3	
S. Miguel de Entre Ambas as Aves	4		Lamelas	8	
Romão (S. Lourenço)	1		Alfena	9	
Sobrado	3		Coronado (S. Mamede)	1	
Lordelo	1		Silva Escura	1	
Guardizela	6		Covelas	2	
S. Bartolomeu de Riba d'Ave			Bougado	26	
(Extinta e unida a Cerdezelo	1		Retorta	1	
Telhado	1		Fajozes	3	
Vale (S. Cosme)	—	1	Azurara	10	27
Goirãs	—	1	Macieira de Cambra	7	
Ponte de Louro	10		Coimbra (Padrastos)	1	
TOTAL.....	603	13	TOTAL.....	736	46

RELAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPRAZAMENTO (SÉC. XVIII) DO MOSTEIRO DE LANDIM

COTA / FL	DATA DO EMPRAZAMENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
3/1	6-5-1714	Bougado	Casas e circuito	Maria, solteira		Bougado	
3/4	21-6-1714	Vermoim	Casal de Ana Anes e Quinta do Casal do Gago	Leandro de Araújo Ayala	Mestre de Campo	Vermoim	União de 2 prazos: um vagara; do outro o caseiro era 3.ª vida.
3/15	23-9-1714	Ceide (S.ta Marinha)	Quebrada do Casal de Oliveira de Cima (Quarto do Casal de Oliveira de Cima)	Teodósio da Silva		Ceide (S.ta Marinha)	
3/20	5-1-1715	Landim	Casal do Outeiro de Sande	Manuel da Silva, viúvo		Landim	Vai ser renovado em 1824.
3/36	10-3-1715	Landim	Casa térreas com horta e quintal	Clemente Pinheiro de Lacerda		Ceide (S. Paio)	
3/39	11-3-1715	Sequeirô	Terras que sairam do Casal de Gomariz	Jerónimo da Costa Guimarães		Porto	
3/43	15-5-1715	S. Mateus de Oliveira	Terras do Casal de Carrezedo	João Dias		S. Mateus de Oliveira	
3/47	18-3-1715	S. Bartolomeu de Riba d'Ave	Terras e proipriedades do Casal do Visco	P.e João de Sampaio		S. Bartolomeu de Riba d'Ave	Património feito pelos pais. Neste prazo entram terras que estão na posse de outra pessoa. Renda dividida pelos 2.
3/56*	27-3-1715	Fajozes	Duas partes do Casal do Aguilhão	João Manuel		Fajozes	Subemprazamento feito por Mariana de Meireles Freire de Arrifana de Sousa. Prazo 1707.
3/52*	30-4-1715	Novais	Terras que sairam do Casal de Real	Custódio da Silva		Novais	
3/61	19-41715	Novais	Campo da Várzea e suas pertenças	Maria Fins, viúva		Novais	
3/64	20-5-1715	Ruivães	Meio Casal de Oses	Domingos Gomes		Ruivães	
3/71	19-6-1715	Bente	Metade da Quinta do Paço	Manuel Nunes		Landim	Por compra
3/77	22-6-1715	Bente	Metade da Quinta do Paço	Manuel Alves		Bente	
3/83	16-7-1715	Sanfins de Riba d'Ave	Casa e hortas	António de Araújo		Sanfins de Riba d'Ave	

* Há erro de datação.

3/87	21-7-1715	Joane	Dois terços de uma quebrada de Riba Pele	Jerónimo dos Anjos		Porto	
3/92	29-10-1715	Carreira	Campo do Moutoso saído do Casal de S. Simão de Novais	P.e Manuel de Oliveira Pimenta		Carreira	Património autorizado pelo Prior.
3/95	29-10-1715	Ceide (s. Miguel)	Propriedades que saíram do Casal de Ceide d'Além	Licenciado Manuel Tinoco de Magalhães		Braga (na corte)	A 1.ª vida do prazo anterior era clérigo e falecera sem nomear a 2.ª vida.
3/99	8-11-1715	Areias	Leira de Mato	João da Silva		Areias	
3/102	16-11-1715	Avidos	Casal da Fonte	Domingos Correia		Avidos	A 1.ª vida do prazo não nomeara a 2.ª. A mulher do suplicante era a parente mais chegada.
3/109	2-12-1715	Carreira	Campo do Salgueiro	Paulo João		Carreira	
3/112	2-12-1715	Carreira	Campo do Pinheiro	António Carneiro		Lama	
3/115	8-1-1716	Bastuço	Casal da Quebrada de Real	João Lopes		Bastuço	
3/120	3-2-1716	Carreira	Campo da leira saído do Casal de Paredes	Inácia Alves, solteira, filha de António Alves, falecido		Carreira	
3/123	16-2-1716	Sanfins de Riba d'Ave	Dois quartos do Casal dos Passais da Igreja de S.to Estevão Fins	Francisco de Faria		S. Miguel de Entre Ambas as Aves	A 3.ª vida comprara as propriedades. Os caseiros se não tivessem filhos deviam nomear pessoas da geração donde vinha o prazo.
3/129	8-3-1716	Landim	Casa e horta	Custódio Correia		Landim	Casa construída em terra que comprara do Prazo de Francisco Mendes. Pedia novo Prazo.
3/132	20-4-1716	Cabeçudos	Casas, terra e hortas com seu circuito, saídos do Casal de Pessegueiro de Cima	Custódio, filho menor de Domingos de Sampaio e sua 1.ª mulher Mariana Francisca		Cabeçudos	É concedido ao pai do empregado o direito de viver no prazo e casas e ter os alimentos.
3/137	16-5-1716	Ceide (Sta. Marinha)	Terça parte da Quinta da Lamela	Manuel da Silva	Caseiro	Ceide (Sta. Marinha)*	Separam-se as rendas deste caseiro e de outro até aqui unidas numa só.
3/142	30-5-1716	Ceide (Sta. Marinha)	Um quarto do Casal da Quinta da Lamela	Manuel Fernandes		Ceide (Sta. Marinha)*	
3/148	29-8-1716	Ceide (S.ta Marinha)	Campo da Lamela e casas que nele estão	Pedro da Costa		Ceide (S.ta Marinha)*	Estas propriedades tinham saído por *Reserva* do Prazo da Quinta da Lamela.
3/151	12-9-1716	Carreira	Campo da Agra; Campo e Bouças da Senra	Clemente Pinheiro de Lacerda		Ceide (S. Paio)	Propriedades saídas antigamente, por compra, do Casal de Paredes.
3/156	18-9-1716	Carreira	Campos do Cardal	Clemente Pinheiro de Lacerda		Seide (S. Paio)	Pedido de reunião de dois prazos num só; antigamente era uma única bouça.

* Verifica-se pelas confrontações que existiam mais propriedades dessa Quinta.

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
3/164	9-11-1716	Bastuço	Casal do Paço	António Gonçalves	Lavrador	Negreiros	Em 27-7-1724 vai ser subemprazado.
3/174	9-12-1716	Areias	Campo da Cortinha e Campo do Cortelho de entre as hortas	Sebastião do Rego		Areias	
3/184	25-2-1717	Lamelas	Casal de Redendais	Luís Brandão Pereira de Lacerda		Guimarei	Propriedades do mosteiro de Vilarinho anexo ao de Landim.
3/193	8-6-1717	Ruivães	Casal de Quintela, chamado das Portas	José Alves, solteiro		Ruivães	
10-1	7-8-1717	Landim	Casas térreas com horta, quintal e latada	Mariana, filha de Pedro Salgado e Serafina Correia (falecida)		Landim	
10-3	29-10-1717	Cabeçudos	Terras do Casal de Pessegueiro de Cima	Camila(?) ou Comba (?) filha de Francisco Ribeiro (falecido)		Cabeçudos	Por nomeação de seu pai que fora 3.ª vida.
10-7	29-10-1717	Cabeçudos	Casal de Pessegueiro de Cima	Custódio Francisco		Cabeçudos	
10/11	8-11-1717	Requião	Bouça de Sta. Luzia saída do Casal do Covilhão ou Campo do Covilhão	Damiana da Silva, solteira		Requião	A 3.ª vida renunciava e pedia renovação em sua neta como se fosse já falecido.
10/14	24-12-1717	Ceide (S. Miguel)	Prazo de Tagilde	João Correia		Ceide (S. Miguel)	
10/18	15-1-1718	Lordelo	Quinta de Mide	José Monteiro Cardoso		Porto	Procurador do enfitenda — Rev. Abade Bento Ribeiro Bernardes (Igreja de Gondizalves)
10/23	21-4-1718	Ruivães	Terras saídas do Casal de Rebordelo	Ana Silva, filha de Ana Francisca, 3.ª vida		Ruivães	
10/26	23-5-1718	Carreira	Campo da Lata que saiu do Casal de Paredes cercado por combros, valas e paredes	Bento Ribeiro		Carreira	
10/29	23-5-1718	Avidos	Casal dos Reis (S. João dos Reis ou de Serufe)	João da Silva Correia		Avidos	O emprazado foi nomeado pelo pai embora a 3.ª vida tivesse sido o avô. A Vedoria foi feita ainda o emprazado era solteiro.
10/35	29-7-1718	S. Bartolomeu da Lagoncinha	Casal do Assento dos Passais de S. Bartolomeu	Isabel Dias de Araújo		S. Bartolomeu da Lagaoncinha	
10/40	16-8-1718	Landim	Casal dos Moinhos e Casal da Vinha da Murta	Clemente Dias Pereira		Brasil	A 3.ª vida de um dos prazos renunciou. Reuniram-se dois prazos num só. O procurador foi o pai do emprazado. O foreiro comprara as partes das irmãs.

10/48	20-8-1718	Ceide (S. Miguel)	Casal de Ceide d'Além (meio casal de Ceide d'Além, na vedoria)	Manuel Pereira		Ceide (S. Miguel)	
10/53	25-8-1718	Ruivães	Terras saídas do Casal de Rebordelo	Custódio da Costa		Ruivães	
10/56	1-11-1718	Mogege	Leira de Favidos, saída do Casal de Lourela	Domingos Ribeiro		Mogege	
10/61	23-11-1718	Vermoim	Quarto do Casal de Agra Maior de Cima	Maria Simões		Vermoim	Por nomeação em testamento de sua mãe.
10/68	27-11-1718	Vermoim	Casal de Agra Maior (terras que ficam para a parte nascente)	Maria de Sá Teixeira, solteira	Filha mais velha	Vermoim	Nomeação em testamento consentido pelo Rev. Prior.
10/73	16-12-1718	Landim	Um quarto do Casal do Outeiro de Sande	Joana, filha de Manuel Gomes e Maria Francisca (falecidos)		Landim	Nomeação em testamento autorizado.
10/78	11-7-1719	S. Pedro Fins de Ferreira	Meio Casal de Cide	Manuel Ferreira Cide		S. Pedro Fins de Ferreira	
10/84	16-7-1719	Meixomil de Ferreira	Casal da Senra	Manuel Carneiro		Meixomil de Ferreira	
10/89	28-11-1719	Covelas	Meio Casal do Rindo	João Carneiro de Araújo		Porto	O requerente (caseiro) havia comprado o meio casal. Dava-se a cláusula de subemprazar.
10/97	9-4-1720	Landim (S.ta Marinha)	Casa com sua horta e rossio	Custódia, filha menor de Custódia Francisca e Manuel Alves (falecido)	Única herdeira	Landim (S.ta Marinha)	Pedido de renovação pelo avô e tutor. A casa fora feita em monte livre e fora das demarcações dos casais vizinhos.
10/100	15-4-1720	Bente	Leira da Junqueira e suas pertenças de que faz parte uma represa	Manuel Neto		Bente	
10/102	20-4-1720	Ceide (S. Paio)	Meio Casal de Caride	Damásio Gomes		Ceide (S. Paio)	
10/114	13-9-1720	Avidos	Casal de Serufe	Manuel Francisco		Avidos	Em 1705 a irmã do caseiro foi «nulamente emprazado» pois era ele o legítimo herdeiro de sua mãe por ser «o filho varão mais velho».
10/120	20-9-1720	Carreira	Campo da Lata	Manuel Alves		Sanfins de Riba d'Ave	Campo saído do casal de Paredes por compra.
10/124	25-11-1720	S.ta Marinha e Bente	Terço (ou Quarto) do Casal da Quinta da Lamela e leiras do Pomarinho	Francisco Dias		Ceide (S. Marinha)	
10/130	5-1-1721	Ceide (S. Miguel)	Meio Casal de Ceide d'Além	Manuel Francisco, o Trovão		Ceide (S. Miguel)	
10/136	12-1-1721	Cabeçudos e Avidos	Quarto do Casal de Quintão	Vitoriano de Freitas		Cabeçudos	

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
20/1	27-1-1721	Palmeira	Azenha Nova (no Rio Ave junto ao Rio Pele) e Campo do Pogido	Josefa de Sousa, solteira		Capela de S.to Tirso	A 3.ª vida comprara os referidos bens. Fez testamento em que nomeava sua filha.
20/3	15-2-1721	Avidos	Campo do Vale	Ana de Araújo, solteira		Avidos	
20/8	27-2-1721	Avidos	Casal de Castelãos	Mateus Alves		Avidos	
20/13	2-3-1721	Avidos	Casa, pomar, quintal e leira de terra de mato (propriedades saídas do Casal de Castelãos)	Manuel Pereira		Avidos	
20/17	24-3-1721	Bente	Duas bouças e outras propriedades (Saídas do C. do Cabo e de Freimil e Bouça do Cardal)	Maria das Neves, menor		Carreira	
20/22	20-4-1721	Bairro	Leira de Linhar de Covas	Custódio Rodrigues		Bairro	
20/25	25-5-1721	Avidos	Campo do Largo e da Cheira e Leira da Cruzinha (saídos do Casal da Fonte do Pinto)	Francisco Correia, solteiro	Consorte de um Prazo de que é cabeça Manuel Faria (29/47)	Avidos	O emprazado, como consorte que era, pede desmembramento e título à parte.
20/30	25-7-1721	Bente	Casal de Baixo da Quinta de Bente	João Pereira do Lago, solteiro		Braga	Prazo obtido por sentença em sequência de questão contra o irmão Rev. Sebastião Pereira do Lago (Braga).
20/36	27-7-1721	Bougado	Bouça da Galega com suas pertenças	Manuel António Faia		Bougado	
20/40	30-8-1721	Palmeira	Terras que saíram do Casal de Subportela	Manuel Nunes		Avidos	
20/43	7-9-1721	Azurara	Sete moradas de casas com seus quintais	Manuel Teixeira		Burgães	Casas com as portas viradas para o mar com vários caseiros.
20/47	25-9-1721	Avidos	Meio Casal da Fonte do Pinto	Manuel de Faria	Cabeça do Prazo	Avidos	Da metade deste meio Casal fizera-se prazo à parte a um consorte (20/25).
20/53	1-11-1721	Landim	Casas sobradas com seu quintal e pomar	Maria, filha de Jerónimo da Silva (falecido)		Landim	
20/57	26-6-1722	Vermoim	Uma parte das terras que saíram do Casal de Agra Maior de Cima	P.e António Machado, filho varão mais velho	Clérigo («Reverendo Caseiro»)	Matosinhos	A 3.ª vida fora o capitão Francisco Tomé Machado, pai do Rev. Caseiro e da 2.ª vida nesta renovação, Maria das Neves.

20/62	24-7-1722	Sequeirô	Terço do Casal das Arrifanas	Bento Francisco		Sequeirô	
20/66	25-7-1722	Sequeirô	Duas partes do meio Casal das Arrifanas	Simão Carneiro	Lavrador	Sequeirô	
19/127	16-8-1722	Azurara	Casas e quintal	P.e João de Oliveira	Clérigo do hábito de S. Pedro	Azurara	Arrendamento por 200 réis de foro e pensão e c/ a obrigação de cobrar os restantes foros que o mosteiro tinha em Azurar.
20/70	10-9-1722	Novais	Casal de Real	Simão da Costa	Lavrador	Novais	
20/76	28-10-1722	Novais	Terras do Casal do Prado	António da Ascensão		Novais	Dote do irmão Rev. P.e António da Silva.
20/80	31-10-1722	Lama	Meio Casal de Cabrois	Geraldo da Costa		Lama	
20/86	15-11-1722	Lama	Campo do Cortelho e Campo da Vinha (saídos da Casal de Leigal)	Custódia, filha de Manuel Francisco e sua 1.ª mulher Custódia Francisca		Lama	A 3.ª vida do prazo vendeu aquelas propriedades com consentimento do Prior do mosteiro. Na renovação do Prazo o pai da caseira ficava usufrutuário.
20/91	20-12-1722	Avidos	Terço do Casal dos Reis	João da Silva	Caseira	Avidos	
20/95	4-1-1723	Areias	Terço do Casal de Matos	Pedro da Costa		Areias	
20/100	30-4-1723	Sanfins de Riba d'Ave	Quarto do Casal de Sanfins que saiu antigamente dos Passais da dita Igreja	Pedro, solteiro, menor, filho de Domingos de Araújo (falecido)	Filho varão mais velho	Sanfins de Riba d'Ave	O pai, 3.ª vida no Prazo, morreu sem fazer testamento pelo que ao seu filho varão mais velho, Pedro, cabia a renovação.
20/107	2-8-1723	Bente	Meio Casal do Cabo	Maria Carvalho, viúva de Manuel Gomes		Bente	
20/112	12-9-1723	Ceide (S.ta Marinha)	Parte do Casal do Souto	Dona Joana, menor e filha única do Doutor Desembargador António Valério (falecido)		Porto	Casal adquirido por compra pelo Dr. Desembargador Diogo Messias Galvão, avô de Dona Joana por 110.000 réis.
20/118	15-9-1723	Palmeira	Terras saídas do Casal dos Possas	João Francisco	Lavrador	Palmeira	
20/122	25-9-1723	Ruivães	Casal de Quintela	Ana Alves, solteira, filha segunda de João Coelho e de Ana Alves (falecida)		Ruivães	Nomeada por sua mãe em testamento.
20/127	23-10-1723	Bente	Campo chamado da Bouça do Moinho, saído do Casal das Quintans	João de Sá		Ceide (S.ta Marinha)	Posse das propriedades por dote.
20/132	5-11-1723	Bente	Casas e hortas que sairam antigamente do Casal do Crespo	José da Costa	Lavrador	Bente	
20/137	17-11-1723	Vermoim	Campos da Costa e do Lameiro	Manuel Rodrigues		Vermoim	
20/141	20-11-1723	S. Pedro Fins de Ferreira	Casal do Traval	Manuel Ferreira, solteiro		S. Pedro Fins de Ferreira	

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
24/1	25-11-1723	Vermoim	Meio Casal de Agro Maior de Baixo	António de Sá Tinoco	Caseiro	Castelões	Por nomeação de sua tia Tecla de Sá.
24/7	22-12-1723	Bente	Meio Casal de Freimil	António Carvalho	Lavrador	Bente	
24/12	4-1-1724	Sequeira	Casal da Quebrada de Pousada	Diogo da Costa Carmona		Braga	Vai ser subemprazado pela viúva em 31-3-1739.
24/15	15-1-1724	Sequeirô	Casal das Searas, antigamente saído do Casal de Penela (ou Quebrada das Searas)	Manuel Grácio	Lavrador	Sequeirô	
24/19	16-3-1724	Cabeçudos e Esmeriz	Casal de Boamense e Sefolha	Fernando Camelo de Miranda e Silva e sua mulher Dona Maria Camelo Falcão	«Caseiros emprazados»	Vera Cruz/S.ta Cruz (Concelho de Bem Viver)	Casais deixados pelo pai e sogro Luís Camelo Falcão que herdara de seu pai Bernardo P. Camelo que por sua vez os havia comprado.
24/27	18-3-1724	Avidos	Casal de Penso	Fernando Camelo de Miranda e Silva		Vera Cruz/S.ta Cruz (Concelho de Bem Viver)	Vai ser subemprazado em 19-9-1724. Renda — 700 Réis.
24/40	15-6-1724	Cabeçudos	Leira da Pedra	Manuel Francisco		Lama	
24/44	18-6-1724	Ruivães	Certas leiras do Casal de Quintela	António Pereira		Ruivães	
24/48	27-7-1724	Bastuço	Casal do Paço	Manuel Rodrigues, sua mulher e outros	Lavradores	Bastuço	Subemprazamento feito por António Gonçalves de S.ta Eulália de Negreiros que pagava 700 réis de renda e podia subemprazar em partes.
24/56	30-8-1724	Ceide (S.ta Marinha)	Casal de Oliveira de Baixo	Maria de Oliveira, viúva		Ceide (S.ta Marinha)	
24/61	16-9-1724	Bente	Casal do Cabo	Teresa, solteira, filha de João de Araújo (falecido)		Bente	
24/65	19-9-1724	Avidos	Casal de Penso	Mariana Carvalho, mulher de Luís Correia	Subenfiteuta por herança de seus pais	Avidos	Subemprazamento feito por Fernando Camelo de Miranda e Silva do concelho de Bem-Viver.
24/72	10-2-1725	Lousado	Casal da Ponte da Lagoncinha	Manuel da Costa, viúvo de Maria de Sá		Lousado	
24/79	13-5-1725	Ruivães	Meio Casal de Rebordelo	Manuel, filho menor de Custódio da Costa e Joseja Pereira (falecida)		Ruivães	O pai era procurador e tutor.
24/84	23-9-1725	Ervosa (S. Bartolomeu)	Meio Casal de Ervosa	Manuel Francisco		Ervosa (S. Bartolomeu)	

28/129	25-7-1726	Meixomil de Ferreira	Casal da Senra	D. Francisco Furtado de Mendonça Meneses	Enfiteuta	Ponte de Lima	Além do procurador do enfiteuta, estiveram presentes os próximos caseiros subenfiteutas. Renda —350 Réis.
29/1	1-8-1726	Meixomil de Ferreira	Casal da Senra (dividido em dois meios casais)	António Ferreira Velho e Maria, solteira, filha de Manuel João, viúvo	Caseiros subenfiteutas	Meixomil de Ferreira	Subemprazamento feito por D. Francisco Furtado de Mendonça Meneses a 2 consortes.
29/6	4-8-1726	Lama	Casal de Leigal	João Dias Carneiro		Lama	Dote para casamento. A 3.ª vida foi Custódia Francisca, sogra do emprazado.
29/9	13-8-1726	Palmeira	Terras saídas do Casal de Joane	Manuel da Silva		Cabeçudos	Os antepassados dos emprazados obtiveram as propriedades por título de compra.
29/12	19-8-1726	Bente	Casal de Baixo, pertença da Quinta de Bente (ou Casal de Bente)	Manuel Gomes	Lavrador	Bente	Subemprazamento feito por João Pereira do Lago (Braga).
29/17	27-8-1726	Areias	Terras que saíram do Casal da Torre	António Costa		Areias	
29/21	6-9-1726	Novais	Terras que saíram do Casal de Real	António Alves de Araújo	Alferes	Novais	Dote do pai. Estipula-se que a 3.ª vida não deverá ser filho de outra mulher porque as propriedades vieram por via do caseiro.
29/23	26-9-1726	Novais	Terras de Assento do Casal da Corredoura de Baixo	António Araújo		Novais	
29/25	6-9-1726	S. Mateus de Oliveira	Terras que saíram de diversos casais do Casal da Carreira	João Gomes		S. Mateus de Oliveira	Dote feito pela 3.ª vida autorizado pelo então Prior do Mosteiro.
29/36	21-10-726	S. Mateus de Oliveira	Terras que saíram de vários casais	Manuel Alves Saldanha	Filho mais velho do capitão Jerónimo Alves Saldanha	Novais	Estas propriedades dever-se-iam situar nos limites com Delães.
29/40	6-11-1726	Landim	Casal chamado do Souto sito nos Moinhos do Rio Pele	Clemente Francisco Rocha	Homem de negócios	Lisboa Ocidental	Os caseiros deviam fazer todo o «bom agasalho indo eles Padres ou seus criados por suas portas».
29/48	21-11-1726	Avidos	Casal das Devesas	Tomé Frei		Avidos	
29/53	25-11-1726	Areias	Terras do Casal de Sande	Manuel da Costa		Areias	Os caseiros apresentaram uma carta de compra autorizada pelo então Prior do Mosteiro o que lhes dava direito à renovação.
29/87	1-2-1727	Mogege	Leira lavradia da Cortinha, pertença do Quarto de Casal de Lourela	Luís Coelho dos Santos e sua mulher Maria Pereira Cabral de Távora	Veleiro do Espo-rão Dourado e Notário Apostólico da Santa Sé	Porto	O pai do caseiro emprazado deixara-lhe o Prazo mas a 3.ª vida nele fora Mariana Coelho!

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
24/91	23-8-1727	Abade de Vermoim	Terras da Quebrada da Pena e Cortelho do Rio que saiu do Casal de Castelãos	Maria, filha de Manuel Gomes (falecido), menor de 14 anos		Lagoa	Compareceu Serafina Correia, mãe e tutora, curadora e administradora de sua filha.
24/95	12-9-1727	Cabeçudos	Um quarto do Casal de Quintão	Manuel Sampaio		Cabeçudos	
24/99	6-12-1727	Lama	Casal do Outeiro	Manuel Barros da Silva		Lama	
24/103	9-12-1727	Vermoim	Meio Casal de Agra Maior de Cima	Manuel da Costa	Lavrador	Vermoim	Dote do pai e sogro dos emprazados.
24/108	24-4-1728	Delães	Casa térrea colmada com sua horta que saiu do Casal do Loureiro	Diogo Fernandes		Delães	
32/21	3-7-1728	S. Miguel de Entre Ambas as Aves	Campo da Bouça Boa	Domingos João de Magalhães	Lavrador	S. Miguel de Entre Ambas as Aves	
32/68	29-8-1728	Guardizela	Casa e horta dentro do Casal da Quebrada do Freixieiro	Jerónimo Machado		Guardizela	João Lopes renunciou e pagou a lutuosa. Fez-se depois a renovação em sua filha e genro.
33/31	3-1-1729	S.ta Maria de Oliveira	Casal da Quebrada do Outeiro	João Francisco		S.ta Maria de Oliveira	
24/111	18-4-1729	Requião	Casas e hortas	Mariana Correia		Requião	
33/127	28-4-1729	Ceide (S. Miguel)	Campo do Barreiro e Campo dos Salgueiros	Maria Rodrigues, viúva		S.ta Maria de Abade	
24/114	5-6-1729	Tagilde	Propriedades do Casal de Pedroso	Manuel Francisco Lopes		Tagilde	
24/119	6-6-1729	Tagilde	Leira de terra chamada das Curtas saída do Casal de Pedroso	João Mendes		Tagilde	
24/123	7-6-1729	Tagilde	Campo (ou Casal) da Devesa saído do Casal de Pedroso	Bento Vaz	Lavrador	Tagilde	
24/127	11-7-1729	Palmeira	Azenha Negreira com sua bouça, árvores ao redor dos dois rios é mais pertenças dela	António Correia da Silva		S.ta Cristina do Couto	
24/132	17-7-1729	Novais	Meio Casal da Corredoura	Manuel Francisco		Novais	
24/138	24-10-1729	Gondifelos	Casal de Cima de Vila	Alexandre Gonçalves		Gondifelos	
35/12	18-12-1729	Nine	Leira da Senra	Domingos Vale		Nine	
35/86	9-2-1730	Fradelos	Meio Casal do Eiro de Baixo	Domingos Gomes	Lavrador	Fradelos	
35/90	12-2-1730	Fradelos	Meio Casal do Eiro	Santos Domingos		Fradelos	

36/5	29-4-1730	Joane	Casal da Ribeira de Vau	Jerónimo Rodrigues	Lavrador	Joane	O prazo antigo feito em 1533 foi assinado pelo comendatário, Bispo de Viseu, em 1536.
36/109	10-10-1730	Avidos	Duas Bouças das Morenas de Penso (terras de cultivo, pertença da Quinta de Sande)	João da Costa Pereira	Subenfiteuta	Landim	Subemprazamento feito por José de Lima Carneiro Camelo Falcão, de Areias. Pedira a cláusula de subemprazar.
36/115	12-10-1730	Cabeçudos	Casal de Boamense	Jerónimo da Costa	Subenfiteuta	Cabeçudos	Subemprazamento feito por Fernando Camelo de Miranda e Silva com anulação de outro anteriormente feito sem consentimento do Mosteiro.
37/5	7-12-1730	Sandiães	Quinta do Ermo e Proença	José Jácome de Sousa		Braga	Renúncia de um prazo. Renovação desse prazo com inclusão de terras compradas e herdadas.
38/11	26-5-1731	Lama	Casal de Barrifalcão	Manuel António, viúvo		Lama	
38/19	2-6-1731	Mogege	Duas leiras de terra lavradia saídos do Casal da Lourela	António de Oliveira		Mogege	Propriedades compradas à 3.ª vida composta por duas pessoas.
38/30	23-6-1731	Ruivães	Casal das Torres	Gonçalo Rodrigues Tadim		Ruivães	
38/62	7-8-1731	Palmeira	Terras saídas dos Casais de Transportela e das Possas	João, menor de 20 anos e maior de 14, filho único do 1.º matrimónio de João Francisco com Eulália Antónia		Palmeira	Custódia António, avô do caseiro João, foi 3.ª vida. O pai era o tutor. Prazo de geração.
38/81	18-8-1731	Bente	Meio Casal do Cabo	António Fernandes		Novais	
38/136	12-12-1731	Fradelos	Meio Casal do Corgo	António Gonçalves		Fradelos	
39/45	26-3-1732	Palmeira	Casal de Segunhais	Francisco Aranha Madureira, solteiro		Braga	Renúncia da 3.ª vida em seu filho para renovação do prazo.
39/53	29-3-1732	S.ta Maria de Abade	Campo da hortinha da Pena	João Pereira		S.ta Maria de Abade	
39/74	18-4-1732	Cabeçudos	Propriedades saídas do Casal do Carvalho de Baixo	Maria, filha de Maria da Conceição e Bento da Silva		Cabeçudos	
40/1	12-5-1732	Avidos	Casa Sobrada	João Ribeiro Carvalho		Avidos	
39/130	20-5-1732	Cabeçudos	Propriedades saídas do Casal de Pessegueiro de Cima	Domingas Antónia		Cabeçudos	
40/101	12-10-1732	Fradelos	Casal do Outeiro	Joaquim António		Fradelos	
40/124	21-11-1732	Palmeira	Casal de Segunhais	Domingos da Fonseca	Subenfiteuta	Palmeira	Subemprazamento por Francisco Aranha Madureira, de Braga.
40/138	6-12-1732	Joane	Propriedades saídas do Casal da Quebrada	Manuel Domingues		Palmeira	
41/49	4-2-1733	Ceide (S.ta Marinha)	Duas moradas de Casas e Campo do Vale de Fradique	Luís Guedes		Ceide (S.ta Marinha)	

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
42/140	17-12-1733	Macieira de Cambra	Terras do Casal de Pedrastos (Campo do Areal, terra lavradia e mato)	Manuel Gonçalves		Macieira de Cambra	Doação da 3.ª vida. A natureza do prazo havia sido mudada. Agora retoma-se a natureza do antigo.
44/104	23-12-1734	Avidos	Casal de Pereiras	Manuel Francisco	Lavrador	Avidos	Subemprazamento por Francisco Correia de Lacerda, escrivão donatário do Couto de Farelães.
44/137	4-2-1735	Landim e S. Martinho de Avidos	Propriedades saídas do terço do Casal de Castelãos	Felício Pereira		Landim	Por morte da 3.ª vida o caseiro/ /enfitenda fez compra da maior parte do Prazo a 6 herdeiros de Lisboa. Havia outros consortes.
45/1	25-2-1735	Lama	Quinta e Casais de Barrimau (... Saldanha e Quebrada de Sequeirô)	D. Maria da Silveira e Melo (viúva)		Lama	Por nomeação de seu marido Manuel Barros da Silva em testamento aprovado e reduzido a pública forma.
46/1	22-11-1735	Landim	Quarto do Casal do Pregal	Cipriano Correia		Landim	Haverá renúncia em 20-4-1743 e união num só prazo com a parte de outro caseiro.
46/5	25-11-1735	Ceide (S. Paio)	Leiras das Boucinhas e Campo da Carreira	Manuel Rodrigues		Ceide (S. Paio)	
46/7	26-11-1735	Bente	Propriedades saídas do Casal do Mato e Freimil	Manuel Gomes e João de Sá	Cabeça de casal e herdeiro consorte respectivamente	Bente e Seide (S.ta Marinha)	Estas prop. tinham sido compradas pela 3.ª vida e sua mulher que depois as vendeu de novo. Foram depois compradas pelos caseiros.
46/21	7-12-1735	S. Bartolomeu da Lagoncinha	Casal de Argemil	Manuel Francisco		S. Bartolomeu da Lagoncinha	
46/26	10-12-1735	Bougado	Leira e Casa que sairam do Casal de Finzes	Manuel Jorge		Bougado	
46/34	22-12-1735	Bougado	Umas propriedades do Casal de Finzes	João da Costa		Bougado	
46/38	30-12-1735	Lagoncinha (S. Bartolomeu)	Terras do meio quarto do Casal de Ervosa	Manuel Francisco		Lagoncinha (S. Bartolomeu)	São paroquianos de S. Martinho de Bougado.
46/53	13-1-1736	Ervosa Lagoncinha (S. Bartolomeu)	Propriedades do Casal de Ervosa e uma propriedade no Quarto do Casal da Costa da Lameira	Jacinto de Matos		Ervosa Lagoncinha (S. Bartolomeu)	Renovação das diferentes propriedades em Jacinto de Matos.
47/61	20-5-1736	Ceide (S. Marinha)	Casal do Outeiro	João Correia		Ceide (S.ta Marinha)	

48/51	7-9-1736	Ruivães	Terras saídas de vários Casais	Manuel da Silva		Ruivães	
48/70	22-9-1736	Cambezes	Quebrada de Pereira saída do Casal do Paço	António Pereira Leitão		Cambezes	
48/117*	2-1-1737	Landim	Casal do Burgo (ou Casal do Burgo e Senra)	Luís da Rocha	Lavrador e cabeça de casal	Landim	Dote e renúncia da 3.ª vida. O casal andava dividido. Por sentença da relação do Porto foi reunido. Os Padres não assinam. Ver 240/108.
239/69	2-4-1737	Ceide (S.ta Marinha)	Casas e mais pertenças saídas do Casal da Lamela	António Dias Pimenta		Ceide (S.ta Marinha)	
239/76	5-4-1737	Macieira de Cambra (N. S. da Natividade)	Casal de Padrastos	Miguel Correia e outros consortes		Macieira de Cambra	Dote a Miguel Correia. Testamento a Angélica, solteira com usufruto a sua mãe.
239/110	7-5-1737	Landim	Casas e terras: casa térrea telhada, uma esterqueira, 1 cocho, 1 lata, 1 casa telhada, 1 horta com alpendre, 1 devesa de carvalhos	Rosa, filha de Ventura Correia (falecida) e Manuel Fernandes		Landim	O pai ficava com o usufruto de metade do prazo era o tutor.
240/6	28-6-1737	Ceide (S. Paio)	Casal de Sampaio	Teresa da Silva, viúva		Ceide (S. Paio)	
240/61	11-10-1737	Macieira de Cambra	Propriedades do Casal de Padrastos	João de Malafaia e outros	Filho varão mais velho	Macieira de Cambra	O emprazado ficara 3.ª vida por falecimento de seu pai a quem caberia ter sido 3.ª vida. Pedia renúncia e renovação. A questão da sucessão fora julgada na Correição Cível de Lisboa.
240/69	21-10-1737	Lousado	Casal do Lousado	Luísa Antónia, viúva, Custódio de Sousa e António Francisco	Subenfiteuta Cabeça de casal	Lousado	3 subemprazamentos. O enfiteuta era Diogo de Vasconcelos Pereira, do Porto. Tinham-se perdido os títulos de prazo subenfitêutico. Mantinham-se 3 subemprazamentos neste prazo. Fazia-se renovação/revalidação de subemprazamento pois tal cláusula já existia no prazo velho embora se tivessem entretanto perdido os títulos de subemprazamento.
240/86	6-11-1737	Landim (S.ta Marinha)	Campo do Outeiro e Campo do Soutinho saídos do Casal dos Reis	P.e António Pinto Roiz de Sampaio	Clérigo	Landim	Doação do P.e Gaspar Rodrigues.
240/91	8-11-1737	Landim	Casas com seu quintal	P.e António Pinto Roiz de Sampaio	Clérigo, curador da freguesia de S. M.ª Vilarinho	Landim	O Mosteiro comprara essas casas juntamente com o Casal do Burgo. As casas tinham sido vendidas sem licença do Mosteiro. Houve demanda.
240/108	4-12-1737	Landim	Casal do Burgo (ou Casal do Burgo e Senra)	Luís da Rocha	Lavrador; cabeça de casal	Landim	Anulação de um prazo de metade deste Casal. Renúncia e dote da 3.ª vida. Emprazamento de todo o Casal. Ver 48/117.

* Ficará sem efeito e será substituído pelo contrato 240-108.

COTA / FL.	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
240/118	19-12-1737	Areias	Um Assento e terras do Casal da Torre	Francisco Ribeiro		Areias	Dote para casamento por escritura de 1709 consentida em 1717 pelo Prior do Mosteiro. Havia consortes.
240/127	10-1-1738	Alfena	Casal de Transleça	André António		Alfena	Prazo de geração.
240/136	15-1-1738	Alfena	Casal do Ribeiro	António Marques		Alfena	
243/1	31-3-1739	Sequeira	Casas térreas com seus currais e outras sobradas e um grande campo	Inácio Dias		Sequeira	Subemprazamento pela enfiteuta: dona Margarida Antónia da Silveira, viúva, moradora em Braga.
244/117	7-2-1740	Sanfins de Ribad'Ave	Propriedades saídas do Casal de António Fernandes	Antónia Dias Ferreira, filha de Inácio Ferreira Couraças		Sanfins de Ribad'Ave	
244/123	12-2-1740	Sanfins de Ribad'Ave	Casal da Igreja	Pedro Alves		Sanfins de Ribad'Ave	
244/128	13-2-1740	Lama	Campo das Leirinhas saído do Campo do Outeiro	Maria do Espírito Santo		Lama	
244/134	18-2-1740	Vermoim	Propriedades e terras do Casal de Agra Maior	António de Sá		Vermoim	
245/1	23-2-1740	Novais	Campo do Cabalar saído do Casal de Bouças	P.e Francisco de Paiva	Religioso da Congregação de S. Filipe de Nery	Porto	Estipulava-se que as nomeações da 2.ª e 3.ª vidas seriam da «geração da linha parente mais chegado».
245/4	24-2-1740	Novais	Campo das Longras que saiu do Casal de Real	Teresa Gomes, solteira		Ruivães	
245/10	24-2-1740	Bente	Duas leiras de terra que saíram do Casal de Pero Pires, o Côdeas	Manuel Baptista		Bente	
245/16	28-2-1740	Cabeçudos	Terras que saíram do Casal de Transfontão	Custódia da Costa		Cabeçudos	
245/21	29-2-1740	Bairro	Leira Chão	António de Crasto	Caseiro	Bairro	
245/26	3-3-1740	Ceide (S. Miguel)	Terras de cultivo e de mato: terras com campo, leira, bouça e leira de mato na bouça de S.ta Luzia	Manuel Gonçalves		Ceide (S. Miguel)	Estavam possuídas as propriedades por compra autorizada pelo Prior do Mosteiro em 1734.
245/31	4-3-1740	Areias	Casal de Matos de Baixo	António Francisco		Areias	
245/39	10-3-1740	Ceide (S. Paio)	Meio Casal de Caride chamado das Fontes	Manuel Ribeiro, viúvo		Ceide (S. Paio)	
245/45	11-3-1740	Ceide (S. Paio)	Cortelho da Cheira que saiu do Casal de Caride	António Machado		Avidos	

245/51	15-3-1740	Avidos	Propriedades que sairam do Casal de Penso da Fonte (ou do *Casal da Fonte* de Penso)	João Moutinho	Cabeça de casal	Avidos	Um dos consortes havia feito uma troca com outro caseiro do Mosteiro.
245/54	16-3-1740	Avidos	Campo do Vasselo e uma leira que sairam do Casal de Castelãos	André Francisco Dias		Avidos	
245/57	17-3-1740	Landim/Ceide (S.ta Marinha)	Casas, hortas, leira e aidos	Pedro de Oliveira		Landim /Ceide (S.ta Marinha) Ver 49/121	Não teve efeito porque os caseiros não assinaram. Queriam que um seu filho fosse 1.ª vida. Ver 49/121.
49/19	22-4-1740	Ceide (S. Miguel)	Casal de Ceide	Amaro Correia		Landim	
49/23	24-4-1740	Palmeira	Campo do Espinho e leira da Gandarela e Pomarinho	Urbano Guedes	Lavrador	Palmeira	
49/28	27-4-1740	Lama	Casal de Cabróis	José Torres da Costa	Homem de negócios	Lisboa	Por doação de sua mãe. Estipula-se que os caseiros «morarão no Casal e o povoarão de fogo». Foi procurador o Rev. P.e Sebastião de S.ta Ana, Cónego Regular da Cong. de S. João Evangelista, assistente em Leça da Palmeira.
49/33	30-4-1740	Ruivães	Casal de Bouças e Quintela	Miguel de Figueira	Lavrador Caseiro	Ruivães	
49/38	2-5-1740	Landim	Casal da Lapa	Manuel Pereira da Costa	Caseiro	Landim	
49/43	7-5-1740	Guardizela	Quebrada do Freixieiro	João Coelho		Guardizela	
49/47	8-5-1740	Avidos	Casas, hortas e latas	P.e Francisco Correia Ferreira	Clérigos de Ordens Sacras do hábito de S. Pedro. Caseiro	Avidos	
49/66	23-5-1740	Ceide (S. Paio)	Terras que sairam de um prazo de Baltazar Gonçalves	Manuel Francisco		Ceide (S. Paio)	
49/72	31-5-1740	Bente	Campo do Castanheiro	Maria Correia, solteira		Carreira	
49/102	18-6-1740	Cabeçudos	Terras que sairam de dois prazos e que agora se juntam num só	Domingas Pinto, solteira		Cabeçudos	Junção de dois prazos num só.
49/107	19-6-1740	Cabeçudos	Casal de Pessegueiro	João Moreira de Sá e Figueiroa		Vila do Conde	Procurador — o P.e Manuel de Sampaio morador em Cabeçudos.
49/111	21-6-1740	Cabeçudos	Terras que sairam do Casal de Transfontão	João Moreira de Sá e Figueiroa		Vila do Conde	
49/115	23-6-1740	Areias	Terras do prazo do Freixieiro e terras e campos de Pereirinhas (ou Prazo de Sande e Campos de Freixieiro e Casal de Pereirinhas)	Bento António Manuel de Sá Souto Maior Ayala, solteiro, filho do mestre de campo Leandro de Araújo Ayala	Fidalgo e Cavaleiro da Ordem de Cristo	Vermoim	Reunião de 2 prazos feitos respectivamente em 1668 e 1695 à mesma 1.ª vida. Será feito subemprazamento em 26-9-1740.

COTA / FL	DATA DO EMPRAZA-MENTO	LOCALIZAÇÃO DO PRAZO	DATA DO EMPRAZAMENTO	TITULAR DO PRAZO			OBSERVAÇÕES
				NOME	ESTATUTO JURÍDICO-SOCIAL	MORADA	
49/121*	2-7-1740	Ceide/Landim (S.ta Marinha)	Casas e suas pertenças (casas, leira, aidos, hortas e latas)	Pedro de Oliveira	Lavrador Caseiro	Ceide/Landim (S.ta Marinha)	Repetição de uma escritura de emprazamento que não teve efeito porque os caseiros não haviam aceitado as cláusulas. Ver 245/57.
50/10*	13-8-1740	Ceide (S.ta Marinha)	Casal do Souto (Duas vessadas de terra)	Dionísio da Costa, solteiro	Nova caseiro Lavrador	Ceide (S.ta Marinha)	Subemprazamento feito por Brás Brandão Carneiro de Sousa Gaio, de Gemunde. Pedira licença para subemprazamento ao P.e Reformador.
50/39	26-9-1740	Areias	Casal de Freixieiro (ou Prazo das Ervas e Freixieiro, ou Casal de Sande e Freixieiro)	José Francisco	Lavrador	Areias	Emprazamento feito por Bento António Manuel de Sá Souto Maior Ayala. Houvera recurso ao P.e Reformador para subemprazar.
51/74	7-5-1741	Palmeira	Casal do Ribeiro (pertença da Quinta de Sande que tinha anexos vários casais	Urbano Guedes	«Colono»/ Subenfiteuta presumido. Depois subenfiteuta	Palmeira	Subemprazamento feito por José de Lima Carneiro Camelo Falcão, morador em S. Simão da Junqueira.
51/133	8-10-1741	Fradelos	Casal do Carvalho e Bouças de Bustelo	Manuel João Loureiro		Fradelos	
51/142	15-101741	Fradelos	Casal do Eiro de Baixo	Tomé João		Fradelos	
52/1	16-10-1741	Cabeçudos	Casal do Carvalho de Cima	José Alves		Cabeçudos	
55/?	20-4-1743	Landim	Casal do Pregal	Cipriano Correia		Landim	União da parte que lhe fora emprazada em 1735 com a parte comprada a outro caseiro, 3.ª vida, que renunciava.
55/?	30-4-1743	Alfena	Campo da Lagoa que saiu do Casal de Transleça	Maria da Silva e sua irmã Eugénia da Silva, solteiras		Alfena	
55/?	22-6-1743	Alfena	Metade do Campo da Lagoa	Marcos Duarte		Coronado	
56/113	22-12-1743	Silva Escura	Casal de Câmaras (ou da Fonte)	António dos Santos Guimarães	Capitão Caseiro	Avioso S. Pedro	Doação e nomeação. São 2 prazos num só mas essa união pode alterar-se. Haverá subemprazamentos.
56/122	23-12-1743	Sequeirô	Casal de Gomaris	Gabriel Pereira		Sequeirô	União de 2 prazos num só como em seu princípio.
57/49	2-3-1744	Lamelas	Casal do Cabo	João, filho de António Pinto		Lamelas	

* Repetição de escritura

60/79	2-5-1745	Landim	Leiras de terra lavradia com suas árvores de fruto e sem ele na Agra do Outeiro de Sande — Leira grande e leira dos pombais — da Q.ta de Sande	João Dinis		Landim	Subemprazamento feito por José de Lima Carneiro Camelo Falcão morador em S. Simão da Junqueira. Era 3.ª vida.
60/91	6-5-1745	Landim	Campo da Corredoura e Cortelho da Estrada — terra lavradia e mato — da Q.ta de Sande	João Dias Carneiro		Lama	»
232/7	14-11-1745	Areias	Pedaço de terra e uma casa colmaça com 6 castanheiros e videiras e mais castas de árvores — da Q.ta de Sande	Rosa Pereira, solteira (ou Rosa do Agoeiro)	Rendeira depois subentifeuta	Areias	»
232/12	14-11-1745	Areias	Leira da Cancela e outra mais pequena na Agra do Outeiro — da Q.ta de Sande	Maria Teresa da Conceição, solteira		Areias	»
233/16	7-3-1746	Silva Escura	Metade do Casal de Câmaras (ou da Fonte)	Manuel da Silva Cruz	Lavrador Subenfiteuta presumido e depois subenfiteuta. Cabeça de Casal	Silva Escura	Subemprazamento feito pelo capitão António dos Santos Guimarães morador em S. Pedro de Avioso.
233/28	11-3-1746	Silva Escura	Parte do Casal de Câmaras (ou da Fonte)	Manuel Duarte	Subentifeuta presumido. Depois subenfifeuta. Cabeça de casal.	Silva Escura	»
233/35	12-3-1746	Silva Escura	Ponte do Casal de Câmaras (ou da Fonte)	José António, viúvo	Subenfiteuta presumido depois subenfiteuta.	Avioso (S.ta Maria)	»
234/93	5-9-1746	Ceide (S.ta Marinha)	Propriedades que sairam do Casal do Outeiro	Domingos da Silva Monteiro		Ceide (S.ta Marinha)	Propriedades obtidas por arrematação e compra.
234/97	12-9-1746	Avidos	Meio Casal da Fonte do Pinto de Penso	António Correia de Faria	Cabeça de casal	Avidos	Prazo feito em 1721. A um consorte já se havia feito prazo separado. Em 1742 faz-se vedoria em tudo e agora um só prazo.
234/105	13-9-1746	Covelas	Bouça da Corga saída do Casal do Rindo	Maria Domingues, solteira		Covelas	
234/109	14-9-1746	Bougado	Um terço do Casal de Finzes	Maria, solteira, filha de Isabel Antónia, 2.ª mulher de Manuel António, barqueiro da Trofa		Bougado	
104/102	30-12-1760	Avidos	Leira de Mato	Domingos José Dantas Moreira	Tabelião e Escrivão	Landim	O Mosteiro tomara posse da leira judicialmente por não haver quem quisesse pagar renda maior. Não houve oposição.

Quadro IV — MORADAS DE ENFITEUTAS EM FREGUESIAS DISTANTES DAS LOCALIDADES DOS PRAZOS E DE QUE NÃO REGISTEI SUBEMPRAZAMENTOS

COTA / FL.	LOCALIZAÇÃO DOS PRAZOS *	MORADA DOS FOREIROS
3/39	Sequeirô	Porto
3/87	Joane	»
3/95	Ceide (S. Miguel)	Braga
10/18	Lordelo	Porto
10/40	Landim	Brasil
10/89	Covelas	Porto
20/43	Azurar	Burgães
20/57	Vermoim	Matosinhos
20/112	Ceide (Sta. Marinha)	Porto
29/40	Landim	Lisboa Ocidental
29/87	Mogege	Porto
37/5	Sandiães	Braga
40/138	Joane	Palmeira
245/1	Novais	Porto
49/28	Lama	Lisboa
49/107	Cabeçudos	Vila do Conde
49/111	Cabeçudos	» » »
49/115	Areias	Vermoim
55/?	Alfena	Coronado

*Estes prazos deveriam andar arrendados.

Quadro V — PRAZOS A FACE DE PRAZOS

PRAZO PRINCIPAL	SUBEM-PRAZAMENTO			
DATA OU COTA / FL.	COTA / FL.	LOCALIZAÇÃO	MORADA DO EMFITEUTA	MORADA DO SUBENFITEUTA
(1701)	3/56	Fajozes	Arrifana de Sousa	Fajozes
3/164	24/48	Bastuço	Negreiros	Bastuço
24/27	24/65	Avidos	Vera Cruz (Sta. Cruz)	Avidos
28/129	29/1	Meixomil de Ferreira	Ponte de Lima	Meixomil de Ferreira
20/30	29/12	Bente	Braga	Bente
(1709)	36/109	Avidos	Areias	Landim
24/19	36/115	Cabeçudos	Vera Cruz (Sta. Cruz)	Cabeçudos
39/45	40/124 *	Palmeira	Braga	Palmeira
—	44/104 *	Avidos	Couto de Famalicão	Avidos
(1653)	240/69 **	Lousado	Porto	Lousado
24/12	243/1 *	Sequeira	Braga	Sequeira
(1712?)	50/10 *	Ceide (Sta. Marinha)	Gemunde	Ceide (S.ta Marinha)
49/115	50/39 *	Areias	Vermoim	Areias
(1709)	51/74	Palmeira	Junqueira	Palmeira
(1709)	60/79	Landim	Junqueira	Landim
(1709)	60/91	Lama	Junqueira	Lama
(1709)	232/7	Areias	Junqueira	Areias
(1709)	232/12	Areias	Junqueira	Areias
56/113	233/16	Silva Escura	Avioso (S. Pedro)	Silva Escura
56/113	233/28	Silva Escura	Avioso (S. Pedro)	Silva Escura
56/113	233/35	Silva Escura	Avioso (S. Pedro)	Avioso (Sta. Maria)

* Consentimento dado pelo P.e Reformador de Sta. Cruz de Coimbra.
** Três títulos.

Metamorfose de um cenário urbano

— Ensaio metodológico em geografia urbana *—

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA **

BREVES PALAVRAS DE ABERTURA

As cidades — todos o sabemos — são hoje objecto de redobrado interesse e curiosidade por parte de várias linhas de preocupação científica. Também a Geografia se encontra entre os saberes que a elegeram como objecto, a par da Economia e da Sociologia. Alargam-se e aprofundam-se as investigações, afinam-se as metodologias e fala-se de Sociologia Urbana, como de Economia Urbana ou de Geografia Urbana. Breve, das preocupações de conhecimento de base se foi passando para os ensaios de aplicação. O cunho interdisciplinar do conhecimento da cidade-objecto, pode dizer-se sem receio, adquiriu já foros de «cidadania» tanto no campo da Ciência como no das Técnicas.

Mas não se fala menos de História Urbana ou, numa perspectiva de tónica mais espacial, de Geografia Histórica, onde a Geografia Urbana Histórica de vez em quando, emerge com particular interesse, na descoberta das raízes profundas das situações actuais.

Economistas, Sociólogos, tal como Geógrafos e Historiadores aparecem «espontânea», ou de forma imposta pela lei, no âmbito das valências que constituem as equipas de planeamento urbano, ao lado de Urbanistas, Arquitectos Paisagistas, Engenheiros de Tráfego, Engenheiros Civis, etc.

---

* Elaborado no âmbito do Seminário de Mestrado em Geografia Humana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Suportes Geográficos do Planeamento Urbanístico.

** Docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Como em tudo, a perspectiva temporal das dinâmicas da evolução morfofuncional das cidades, se não são a última palavra no esforço teorético, são todavia importante parte dele, abrindo à apreensão do jogo das forças em presença no transcurso histórico uma nova dimensão.

*
* *

O «ensaio metodológico» que Miguel Sopas de Melo Bandeira, dá agora à estampa, é uma pequena mas muito importante demonstração do que acima se escreveu.

Antes de mais, penso que se deve realçar uma das virtudes do seu estudo a qual reside, «ab inicio», na capacidade de o Autor ter reconhecido nos dois documentos basilares do trabalho — o «Mapa das Ruas de Braga» e os «Índices dos Prazos» do Cabido da Sé de Braga — o seu interesse evidentemente historiográfico mas, não menos, o cunho geo-humano legível na «imagem» fixada do primeiro e a informação múltipla e entrecruzada, e temporalmente referenciada, do segundo.

O trabalho é ainda — como se sabe já — um primeiro passo numa linha de aprofundamento que poderá ir ainda bem mais longe na exploração dos referidos documentos e a autoridade ao mesmo tempo humilde e serena com que Miguel de Melo Bandeira aborda o tema são também desde já garantia de que em breve poderemos todos — os que o queiram, lendo-o e criticando-o — aproveitar, tirando dele partido para um conhecimento mais sedimentado da história geo-humana da vetusta e nobre cidade de Braga mas também não menos para a fundamentação justa e clara da defesa do seu património histórico, artístico e cultural.

J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA
Professor Catedrático da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

1. BREVE INTRODUÇÃO

Braga, cidade cujas origens se confundem com os pronúncios da urbanidade do Noroeste peninsular, desperta o interesse e a paixão de quem se debruça sobre o estudo das cidades.

Findas as comemorações dos 900 anos da dedicação da sua Sé, uma inequívoca referência que mereceu de todos aqueles que vivem, laboram e amam esta cidade a reflexão sobre o símbolo e o significado desta efeméride, não podíamos ficar indiferentes ao aproveitamento do movimento cultural que entretanto gerou, para pretextuar a pertinência da nossa reflexão.

A Sé de Braga expoente de poder citadino que fez dela também um caso próprio, foi o centro ordenador mental, político-social, histórico e naturalmente urbanístico de um espaço envolvente que em definitivo superou o de *Bracara Augusta*.

Curiosamente, quando visitamos outras cidades que historicamente estão associadas a Braga, espanta-nos verificar a discrepante riqueza de património urbano original. Que estigma «erosivo» se apoderou de Braga?!

Não pretendemos por agora, equacionar as dinâmicas que fizeram Braga ter surgido alheia a *Bracara*, e a Sé-Catedral não se reconhecer actualmente na cintura que projectou e ordenou, mas tão só manifestar a contribuição dos estudos geográficos para as investigaçoes e acções de salvaguarda e revitalização do património urbanístico.

A recente publicação do MAPA DAS RUAS DE BRAGA (daqui por diante designado MRB), originário de 1750, e a iminente publicação dos *Índices dos Prazos* do Cabido da Sé de Braga, obra complementar à primeira, serviram também de motivação inicial para uma proposta de investigação que pretende neste momento contribuir para a divulgação do valor potencial destes documentos e apresentar um breve ensaio metodológico nos domínios da Geografia Urbana.

Tomando como ponto de partida o livro das ruas, elaborámos um pequeno estudo prospectivo que confronta a artéria e a Praça que dão acesso à fachada da Sé entre o séc. XVIII e a actualidade.

Porquê «Metamorfose de um cenário Urbano»? Se pousarmos atentamente o nosso olhar em cada uma das páginas do MRB somos induzidos a percorrer rua a rua, casa a casa, como viajantes da Braga do séc. XVIII. Este «mapa», elaborado com o rigor e a minúcia próprias de quem é incumbido de registar e inventariar um património, deixa porém, transparecer preocupações mais profundas.

Existe uma clara intenção estética de quem o concebeu. O frontespício é disso exemplo, quando nos apresenta o cónego responsável pela encomenda da obra, D. Francisco Pacheco Pereira, magnânimo em verdadeira posse teatral, envolvido por um cenário digno das óperas da época.

O desfilar dos alçados num ritmo que individualiza cada rua como uma entidade distinta das outras, o jogo de luz e de sombra, a emoção que desperta no observador a descrição pormenorizada das fachadas opulentas dos palácios e a rusticidade das casas térreas, a despreocupação em representar a profundidade das construções, exprimem a vontade de criar uma obra de arte. Exprimem talvez a mentalidade de uma época, exprimem quiçá o Barroco.

Tal como os cenários de teatro, expressão artística tão popular na altura, também o MRB e a leitura dos índices nos sugere a recriação das cenas da vida quotidiana, das festas e dos dramas da antiga cidade de Braga.

2. UM «MAPA» DIFERENTE DOS OUTROS

Estamos em 1750, ano em que sobe ao trono de Portugal, por morte de seu pai (D. João V), o Rei D. José I. Um dos seus primeiros actos é nomear Sebastião José de Carvalho e Melo Secretário dos Negócios Estrangeiros.

Em Braga, sob um outro «reinado», o do Arcebispo D. José de Bragança (1741-56), debatia-se o Cabido desta cidade com a tarefa árdua de recuperar de uma crise económica e financeira acumulada por incúria na administração dos seus bens. É neste contexto de proliferação de impasses, dívidas, litígios irresolúveis, arrastamento de processos, desleixo e despesas perdulárias, que a mesa capitular em 1740 enceta um processo amplo de reorganização e regularização dos seus bens.

São para o efeito indigitados os Cónegos Constantino da Cunha Sottomayor, Rafael Álvares da Costa e Francisco Pacheco Pereira. Sendo este último Provedor do Arcebispado e o responsável por atribuir a execução do MRB ao Padre Ricardo Rocha.

Desta empresa resultou uma obra de 14 volumes de índices, dos quais quatro correspondem aos *prazos das casas* e que neste caso particular vêm complementar a leitura e compreensão do MRB.

Ricardo Rocha levantou e desenhou 2.384 casas, das quais 1.445 eram foreiras ao Cabido, o que significa 60,6% das casas representadas. Isto é, cerca de 3/5 do edificado apresentado pertencia à mesa capitular. Contudo, se acrescentarmos a subdivisão numérica de referência expressa no rodapé das portas do MRB, poderemos contabilizar pelo menos 2.536 *fogos* [1], aproximando-nos, por conseguinte, de um valor indutor do contingente humano que habitaria esse espaço construído [2].

Enfim, se considerarmos que as restantes construções desenhadas incluem as casas Dízimas a Deus, Igrejas, conventos, capelas, e ainda as casas foreiras a outras instituições, tais como o Senado da Câmara, o Hospital de S. Marcos, as confrarias, a Misericórdia, a Obra da Sé, etc., justificamos a razão de atribuirmos um reino ao Arcebispo.

Trata-se de um «mapa» diferente dos habituais representativo da quase totalidade das ruas então existentes. De valor iconográfico indiscutível, traduz maior volume de informação do que aquela que uma carta inicialmente faria supor.

Para além da arquitectura religiosa, encontramos todo um conjunto de elementos que, pelo seu rigor descritivo, nos informa da existência de fontes, portais, pontes, cruzeiros, muros, troços e portas da muralha, vegetação dos jardins, ruínas e até espaços livres loteados destinados a futuras construções.

No domínio arquitectónico, reconhecemos os períodos e os estilos no desenho das fachadas, os diferentes tipos de janelas, de varandas e portas. Identificamos pisos, as medidas das edificações (em varas), os recuados e sobrados, os materiais de construção, etc.

As suas representações transcendem a descrição cartográfica. A complexidade e o labor da execução levam-nos a suspeitar estar perante um instrumento cuja finalidade ultrapassa o âmbito cadastral. O MRB parece ser um fim em si mesmo. A imagem sincrónica da cidade completada pelas informações dos *Índices* elegem-no como uma referência obrigatória de estudo da cidade, deixando antever desde já o interesse que proporcionará à investigação nos mais diversos domínios do saber.

Longe da precisão trigonométrica da cartografia clássica, a ausência de uma escala rigorosa não impede, porém, a preocupação expressa pela consciência da proporcionalidade dos elementos. Por outro lado, a sequencialidade

---

[1] Este valor é susceptível de aumento, caso fosse possível conhecer o subdivisionamento em fogos das restantes casas representadas.

[2] Aplicando o coeficiente de 4 hab/fogo, de acordo com os critérios utilizados pela generalidade dos autores que se têm debruçado sobre a cidade neste período, é possível avaliar uma população potencial residente de 10.144 habitantes no edificado representado no MRB.

ordenada com que são dispostas as fiadas de alçados, obedece a uma visão global da cidade, que se consubstancia na apresentação de um itinerário descritivo de estrutura espiral centrífuga. O primeiro conjunto de alçados parte de uma rua central da cidade (rua do *Campo* n.º 1) e desenvolve-se, apenas com duas interrupções, em *círculos* cada vez mais amplos em direcção à periferia.

É um documento gráfico de particular valor qualitativo cuja riqueza informativa assenta na perceptibilidade imediata da escala de observação. Assim, ultrapassa o reducionismo quantitativo do grafismo cartográfico convencional, sem contudo precisar de utilizar qualquer simbologia específica e sem perder a manuseabilidade própria de um documento deste tipo.

Das duas dimensões tradicionais (comprimento x largura) o MRB valoriza a terceira dimensão (altura), proporcionando, desde que confrontado com as plantas mais remotas, uma fonte capaz de reconstruir a morfovolumetria da cidade.

Ingenio et Arte e *Tempore et Studio*, ou mesmo a vontade exibida pelo patrono do frontespício, na tarefa de regularizar os bens do Cabido não serão as únicas razões para explicar a génese desta obra.

Todavia subsiste a dúvida? Quais as profundas razões que terão levado a criar documento tão *sui generis*?!

3. DA RUA DE *MAXIMINOS* (OU DOS *BURGUESES*) E *PRAÇA DO PÃO* À RUA D. PAIO MENDES — EVOLUÇÃO DE UMA ARTÉRIA DO CENTRO HISTÓRICO

— Uma via singular

A rua de *Maximinos* e a *Praça do Pão*, respectivamente os números 22 e 4 do MRB, constituem um espaço de circulação coerente e articulado que agrega uma subestrutura urbana de unidade morfológica e funcional no contexto do espaço urbano da Braga de setecentos.

Seleccionámo-la por se tratar de um espaço viário que serve de palco a diversas expressões do urbanismo bracarense:

a) Trata-se da principal via de acesso à Sé de Braga, elemento de referência inequívoco. Pelo menos, até à morte de D. Diogo de Sousa, foi a rua de circulação obrigatória entre o centro da cidade e o exterior nas direcções Sul e Poente.

b) É uma artéria que se encontra no espaço de intersecção da Braga Medieval com o de *Bracara Augusta*, estando por isso mesmo, no território da mais longa e contínua afectação urbana.

c) Foi sujeita a profundas rectificações viárias na segunda metade do século XIX. Antes era estreita e estava ligada a uma praça rectangular e actualmente compreende uma só via cruzada por amplos acessos.

d) Uma fachada conserva testemunhos coerentes de evolução das variadas traças antecedentes, a outra representa um novo período de construção.

e) No MRB, este espaço apresenta-nos uma variedade de construções e de elementos arquitectónicos testemunhadores de uma elevada densidade de ocupação do solo, possuindo ainda, um elemento de referência para avaliar o espaçamento das vias — a Porta da muralha.

f) Está bem referenciada nos Índices dos Prazos, já que a maior parte das casas pertenciam ao Cabido.

g) Actualmente denota uma tendência para expansão das actividades terciárias.

h) Finalmente, é uma rua alvo da intervenção do Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Património Construído (GSR) da Câmara Municipal de Braga.

3.1 EVOLUÇÃO DOS TRAÇADOS E DAS FISIONOMIAS

A rua de *Maximinos*, tal como aparece designada no *»Mappa das Ruas de Braga»*, também conhecida na época por rua dos *Burgueses*[3], era uma artéria que se desenvolvia na direcção ENE-OSO desde a *Praça do Pão* (então um terreiro em frente à fachada da Sé) até à *Porta de Maximinos* (integrada na muralha e também conhecida por *Porta de N.ª S.ª da Ajuda*) — (ver figura 1).

Hoje, os espaços correspondentes à *Praça do Pão*, à rua de *Maximinos*, bem como às artérias que com ela confluiam, estão substancialmente alterados, quer no seu traçado, quer na área que ocupam. Perdura no entanto, o espaço viário da rua de *Maximinos*, bem como o alinhamento de alçados que segue a linha da parede Norte da Sé, numa nova rua (D. Paio Mendes) alargada pelo alinhamento Sul da *Praça do Pão*.

Do lugar onde outrora ficava a *Porta de Maximinos*, é hoje possível abarcar toda a fachada da catedral.

O viajante do séc. XVIII que entrasse em Braga, vindo dos lados do Porto, percorreria a antiga freguesia rural de Maximinos, chegaria à vista da cidade e

[3] Índices dos Prazos das Casas do Cabido da Sé de Braga, Arq. Dist. Braga (Volume I) — folio 419.

depararia com um casario compacto enlaçado por uma muralha robusta onde sobressaíam, no centro, as torres da Sé.

Provavelmente entraria pela *Porta de N.ª S.ª da Ajuda* e percorreria uma via estreita e sombria, com o movimento próprio de uma rua importante, mas já sem o brilho que teria tido nos sécs. XV e XVI. Aqui e ali perdurariam os testemunhos de uma vocação comercial. E é possível que, ao ouvir badalar os sinos, o nosso viandante levantasse o olhar por cima dos transeuntes e descortinasse no fundo nascente da rua, a torre Norte da Sé, vista a custo por entre os telhados das casas que pareciam querer tocar-se de um lado ao outro. Chegaria finalmente a um pequeno terreiro buliçoso onde se venderia o pão, levantaria bem o olhar, e aí sim, poderia admirar toda a grandiosidade da catedral.

Por esta altura, já a Sé tinha deixado de ser o centro difusor da urbe, como o foi em toda a Idade Média. Mais tarde o célebre Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) carismático urbanizador da cidade, cujas linhas orientadoras ainda hoje subsistem, mandou abrir novas ruas e praças *(campos)* num estilo que deixava transparecer a sua educação italiana. A cidade estendeu-se para fora dos muros medievais, ocupando novos espaços e reorganizando as suas dinâmicas internas.

Findo este período, Braga retomou o crescimento orgânico espontâneo, alheado de qualquer processo concertado de planeamento urbanístico e espraiando-se na cintura exterior de *Campos* que o dito Prelado patrocionou. O marasmo urbanístico prolongou-se até ao primeiro quartel do sé. XVIII.

Sob o espírito da Contra-Reforma, outra mentalidade e outros valores vingaram, de tal modo que apenas se abriram duas novas ruas [4]. Entretanto os espaços urbanos anteriores iam sendo lentamente colmatados.

À data em que foi elaborado o MRB, 1750, já ia longe o esplendor e o dinamismo da *Praça do Pão* e da rua de *Maximinos*, trilhados que foram por frenéticos negociadores e mensageiros que gravitavam entre o paço, o *Capitulum* e o *Domus Civica*.

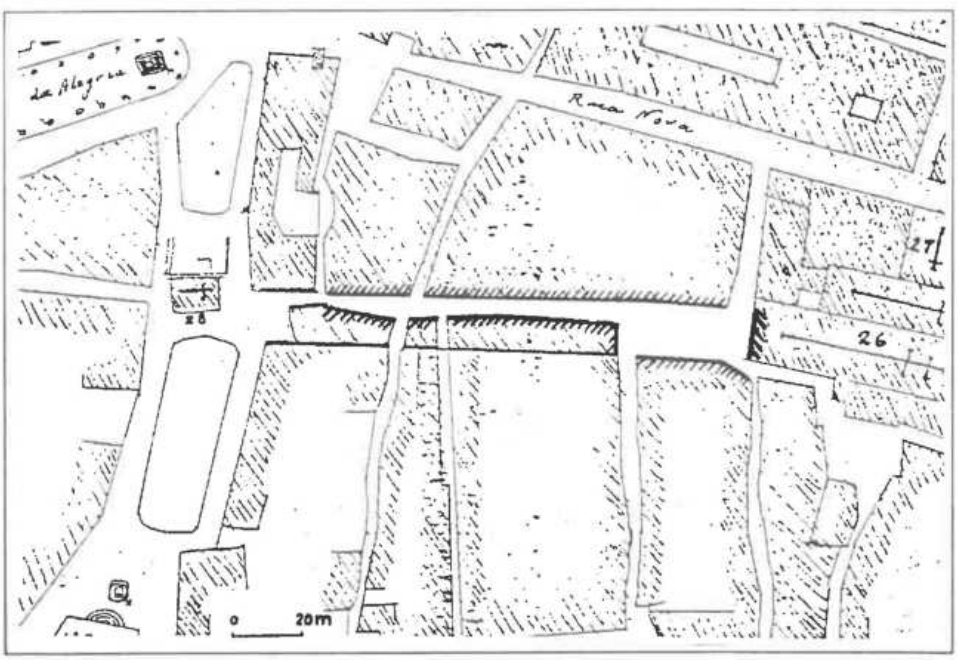
A edificação de uma nova e faustosa ala do Paço Arcebispal (1750) a Nascente do então designado *Campo de Touros*, «arrastou» o Senado da Câmara a encomendar ao mesmo arquitecto e cidadão de Braga, André Soares, um Palácio Municipal mesmo defronte no extremo oposto da Praça. Quatro anos volvidos inicia-se a sua construção, e com ela dá-se a transferência do centro de decisão, ficando comprovada supremacia política do Príncipe-Arcebispo e Senhor de Braga.

[4] Oliveira, E. P., Moura, E. S., Mesquita, J. — Braga — Evolução da Estrutura Urbana — Catálogo, Expo Homónima, Braga, Ed. CMB, 1982, Est. Brac. 3, p. 32.

O ano de 1754 é simbolicamente o ponto de viragem de um novo ciclo urbano. A partir daqui tanto a praça como as artérias com ela confluentes vão assistir e acompanhar a transformação da Sé político-social em Sé monumental.

Pela rua de *Maximinos* escasseavam os mercadores que animaram a circulação dos sécs. XV e XVI, altura em que abundavam nos prazos celebrados com o Cabido, e pela sua presença a baptizaram de rua dos *Burgueses*. O lento declínio iniciado com a abertura da rua e Porta *Nova* (actual D. Diogo de Sousa) estabeleceu um novo eixo meridiano que passou a polarizar a vida activa em meados do Séc. XVIII, acentuado pela transferência da Câmara para o *Campo de Touros*.

Em meados do séc. XIX, grande parte das ruas do centro Histórico são selvaticamente alargadas à custa da demolição em massa do património construído. A rua de *Maximinos* é a primeira a sofrer esta intervenção, conforme se pode verificar no projecto de demolição traçado sob a carta levantada por Joaquim Pereira da Cruz (1868) [5] (fig. 2).



(Figura 2): Mapa de Braga — 1868 (extrac.) — 1/2000 orig.
Sobreposição executada no único exemplar. Arq. de Obras da CMB, Joaquim Pereira da Cruz (Eng.º).
////// Contornos da rua de *Maximinos* e *Praça do Pão*.

[5] Arquivo de Obras da Câmara.

Com a demolição da *Porta da Ajuda* e da torre que a flanqueava é demolida toda a fachada Sul pelo alinhamento da *Praça do Pão*, resultando aquelas que ainda foram algum tempo Largo e rua da Sé [6], e hoje constituem a rua D. Paio Mendes.

Na senda destas rectificações, que acompanharam a industrialização da cidade, foram afectadas as vias que intersectavam a rua de *Maximinos* e a *Praça do Pão*. Aliás, é um período em que todo o tecido urbano do denominado *Bairro das Travessas*, por força da sua interconectividade, sofre um importante redimensionamento de malha. Alargam-se os espaços de circulação, diminue a área dos seus quarteirões e finalmente aumenta o espaçamento dos novos lotes de construção.

As ruas dos *Çapateiros, Verde* e das *Chagas*, foram aglutinadas pela actual Frei Caetano Brandão, que cruza sensivelmente a meio a rua D. Paio Mendes. Sobreviveu porém, um troço da rua das *Chagas*, recuando para Sul e indo agora desembocar em diagonal à nova rua.

No espaço que outros tempos correspondeu à *Praça do Pão*, confluia junto à esquina Sul da fachada da Sé a rua do *Poço*, também ela sujeita a alargamento, dando lugar à actual rua Gonçalo Pereira.

Não sendo este processo concomitante, verificamos que se desenrolou num curto espaço de anos. O confronto com a planta de Francisco Goullard de 1883/84 assim o demonstra, ao representar a rua dos *Çapateiros* ainda com o seu traçado original, o mesmo não acontecendo com as ruas *Verde* e das *Chagas* por essa altura já fundidas no local da confluência.

Em síntese, a rua D. Paio Mendes é herdeira da *Praça do Pão* e da rua de *Maximinos*, mantendo a orientação das vias primitivas (ENE-OSO), estendendo-se defronte da Sé até ao actual Largo das Carvalheiras com um desnivelamento descendente de 2,25m ao longo de 150 metros de comprimento por uma média de 16-17 metros de largura.

3.2 EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

— Rua de *Maximinos* e *Praça do Pão* em 1750

Uma observação geral da rua e da praça no MRB, permite-nos desde logo constatar da regularidade das edificações. Embora não haja uma preocupação clara do autor em descrver a profundidade das casas, podemos conjecturar da sua volumetria fundamentados apenas na largura e altura dos alçados.

[6] Até 26/11/1925, conforme consta da acta da sessão da Câmara Municipal de Braga.

FIGURA 1

Reconstrução hipotética da Rua de Maximinos, da Praça do Pão e das respectivas ruas confluentes, a partir de uma redução do MRB.

NOTA: A fachada da Sé não pertence ao MRB.

Percorramos atentamente o olhar pela imagem iconográfica da rua de *Maximinos* (fig. 1):

A casa do Senado da Câmara (casa n.º 1) salta logo à vista pela exclusividade da tipologia, pela dimensão e robustez própria das suas funções. Mandada edificar por D. Diogo de Sousa em 1518 no âmbito dos seus empreendimentos, foi necessário conforme transcreve Smith, «*(...) esta Camara custou comprou quatro Cazas que se derrubaram para se fazer a dita Camara (...)*» [7], casas estas situadas na esquina da rua *D. Gualdim* com a rua de *Maximinos*.

Semelhante às suas congéneres vianense e vimaranense que lhe sobreviveram, também elas quinhentistas, a casa da Câmara de Braga era encimada por ameias como apelativo do senhorio que representava. Ostentava uma fachada onde exibia os símbolos da cidade, nomeadamente uma imagem de Nossa Senhora. Dotada com três pisos, dos quais os mais elevados se destinavam aos actos e funções camarárias, o alpendre térreo foi destinado à venda do pão, absorvendo a função comercial do topónimo aí existente.

Na mesma fiada de alçados, são de salientar as casas n.os 3, 4, 5 e 8, dignas pela sua vetustez, bem como o palacete da *Praça do Pão* (n.os 4, 5 e 6), de fachada seiscentista ricamente trabalhada.

Na ala Norte da mesma Praça, as casas n.os 13 e 14 revelam uma traça de origem anterior às envolventes.

As restantes construções, no contexto de uma análise sumária, evidenciam genericamente a importância morfo-funcional do rés-do-chão e a ligação deste com os pisos superiores (33,5% dos edifícios possui portas largas), de notar que a maior parte delas não está dotada de acessos alternativos. O efeito destas portas permitiria facilitar duplamente a entrada e saída de mercadorias e pessoas, e simultaneamente a exposição dos produtos.

A observação atenta do Quadro n.º 1, revela alguns aspectos curiosos:

— Não se encontram construções térreas.

— Predominam as casas com três pisos (92%).

— Mais de metade dos edifícios (66,6%) apresentam sobrados com avançados.

— 60% das casa têm largura de alçado inferior a 4 varas e um *palmo* (4 v.1 p, aprox. 4,5 m) e 80% tem largura inferior a 5,4 m.

— 50% das casas possui varanda, das quais cerca de 1/3 têm gelosias.

— Aproximadamente metade dos telhados cobre apenas uma casa.

---

[7] SMITH, ROBERT C. — «A CASA DA CÂMARA DE BRAGA (1753-1756)» — , Bracara Augusta, Sep., Braga, Vol. XXII, Câmara Municipal de Braga, 1968.

QUADRO N.º 1

BRAGA — 1750	RUA DE MAXIMINOS				PRAÇA DO PÃO				TOTAL	%
	NORTE	SUL	TOTAL	%	NORTE	SUL	TOTAL	%		
NÚMERO DE CASAS	20	17	37	72,5	5	9	14	27,5	**51**	100
PERTENCENTES AO CABIDO	14	14	28	55,5	4	9	13	25,5	**41**	81
NÃO PERTENCENTES AO CABIDO	6	3	9	17,5	1	0	1	1,0	**10**	19
2.º PISO	0	1	1	2,0	0	1	1	2,0	**2**	4
3.º PISO	20	15	35	68,5	4	8	12	23,5	**47**	92
4.º PISO	0	1	1	2,0	1	0	1	2,0	**1**	4
RECUADO	1	1	2	4,0	1	0	1	2,0	**3**	6
SOBRADO	14	11	25	49,0	2	7	9	17,6	**34**	66,6
PORTAS LARGAS	10	7	17	33,3	2	1	3	0,1	**20**	33,4
LARGURA DAS CASAS EM VARAS (a) ATÉ 3V. 1p	6	2	8	15,6	0	5	5	9,8	**13**	25
3V. a 4V.1	8	8	16	31,3	0	2	2	3,9	**18**	35
4V. a 5V.1	4	3	7	13,7	2	1	3	5,8	**10**	20
5V. a 5V.5	0	2	2	3,9	2	0	2	3.,9	**4**	8
(...)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8V.2 a 9V.5	2	1	3	5,8	1	1	2	3,9	**5**	10
+ de 10V	0	1	1	1,9	0	0	0	0	**1**	2
JANELAS SIMPLES	16	10	26	50,9	1	5	9	17,6	**35**	69
GELOSIA	4	7	11	21,5	1	4	5	9,8	**16**	31
VARANDA	11	5	16	31,3	5	4	9	17,6	**25**	50,9
VARANDA EM PEDRA	6	3	9	17,6	1	4	5	9,8	**14**	27,4
TELHADO PARA 1 CASA	8	9	17	33,3	5	3	8	15,6	**25**	49
TELHADO PARA 2 CASAS	1	4	5	9.8	0	0	0	0	**5**	10
TELHADO PARA 3 CASAS	1	0	1	1,9	0	0	0	0	**1**	2
TELHADO PARA 4 CASAS E MAIS	1	0	1	1,9	0	1	1	1,9	**2**	4

(a) 1 vara (V) = 1,10 metros aproximadamente.

Se compararmos com valores globais, concluímos que o espaço viário composto pela *Praça do Pão* e rua de *Maximinos* concentra uma elevada densidade de ocupação e evidencia uma forte individualização na afectação do solo.

Para a cidade representada no MRB, 60,5% das construções têm dois pisos e 66% são de alçado com largura superior a 4,1 varas, o que denota a importância e o valor da área no contexto da urbe.

A profusão exterior de aberturas nos alçados (janelas e varandas) está associada à exteriorização resultante da participação dos locatários em cerimónias públicas, cuja proximidade à Sé conferiria ao edificado um lugar de «tribuna» para assistência às saídas e chegadas das grandes procissões que então se processavam.

— A rua D. Paio Mendes

A Sé é a melhor testemunha destas transformações. Tomando-a como ponto de referência, vamos considerar a rua dividida em dois trajectos (ver figura 3):

a) O lanço Norte (para Poente)

Prolongamento da parede Norte da Sé até ao largo das Carvalheiras, é imediatamente interrompido pela rua do Cabido (antiga rua dos *Açougues Velhos*) que liga à actual rua de D. Diogo de Sousa. Inicia-se neste troço o conjunto de construções que melhor conserva a estrutura, e casos há, a própria traça dos edifícios representados no MRB. Genericamente o aspecto exterior das construções é desleixado. Salvo os prédios das extremidades que subsistem pela robustez dos seus materiais, os edifícios centrais do lote apresentam indícios acentuados de degradação.

Sensivelmente a meio da rua surge-nos o cruzamento com a rua Frei Caetano Brandão, também esta fruto das rectificações novecentistas, e que aproveitou no seu flanco poente o espaço da estreita rua dos *Çapateiros*. Todavia, é de salientar que o trajecto Norte da Frei Caetano Brandão é posterior ao correspondente Sul, conforme se pode constatar na carta de Francisco Goulard (1883/84) [8] e que para o abrir foi necessário arrasar todas as casas do quarteirão nascente na rua dos *Çapateiros*.

Em seguida temos o troço final desta ala que é interrompida pela estreita rua da Violinha (antiga rua da *Vielinha*) que corresponde ao *terminus* da rua de Maximinos e que provavelmente resultou da ronda interna da muralha, já que ainda hoje são evidentes os vestígios desta e as bases onde assentava a Porta de Maximinos.

[8] Arquivo de Obras da Câmara.

Se excluirmos as demolições provocadas pela abertura da rua Frei Caetano Brandão, verificamos ser o lanço onde ainda é possível encontrar algumas casas que figuram no MRB.

b) **O lanço Sul (para Nascente)**

Completamente alterado, é já uma consequência dos alargamentos projectados em 1868, que destruiram todo o lanço original obrigando o quarteirão a «recuar» para Sul. Como consequência imediata é a disposição do palácio das Carvalheiras, com serventia a poente para o largo do mesmo nome. O seu jardim que confinava com as traseiras das construções então demolidas, viu-se assim exposto para a rua D. Paio Mendes ao longo de um muro cego, interrompido apenas por um nicho religioso construído (ou colocado?) na circunstância. O fim da rua coincide com a rua Frei Caetano Brandão que ocupa o espaço que anteriormente cabia à rua *Verde* (hoje inexistente) e à rua das *Chagas* (que recuou para Sul), permeadas por um quarteirão de frente estreita (3 casas) que é possível reconstruir a partir do MRB.

O troço que se segue pertence integralmente a um período de construção iniciada nos finais do séc. XIX e compreende a última via e a rua *D. Gualdim Pais*, esta por sinal uma das mais bem preservadas. É constituída por quatro *palacetes* tipo «brasileiro» que se estendem por cerca de 55 m inseridos num novo loteamento refelectindo uma época. A ilustrar a ideia subjacente que presidiu ao intervencionismo demolidor do centro histórico, recordemos que estas 4 casas vieram ocupar o espaço das 8 precedentes.

Actualmente apresentam acentuados sinais de deterioração, evidenciando o estado geral de abandono dos proprietários, e uma repartição dos espaços internos sobreocupada e desarticulada das funções a que foram destinados. De salientar que o edifício que serviu de quartel de Bombeiros se encontra em ruína, estando neste momento a ser objecto de recuperação por parte do GSR/CMB.

Finalmente o último troço deste lanço, entre a rua D. Gualdim e a rua Gonçalo Pereira — resultante da rectificação feita sobre a antiga rua do *Poço* — que corresponde à subsistência da ala Sul da *Praça do Pão*, expressa na conservação dos espaçamentos dos alçados e no testemunho de duas construções originais do MRB. Este troço, de momento, é objecto de uma recuperação física por parte da Câmara, dentro de uma filosofia geral de preservação das fachadas e reconversão integral do «miolo» interior.

Figura - 3

Mapa de Braga (extrac.) - 1/500 Orig
F. Goulard (Eng.)
1883/4
Desenho aguarelado (30 Fols)
Arq. de Obras da CMB

Reconstrução aproximada dos traçados
- 1750 - MRB
- actualmente
0 10m

A observação do Quadro N.º 2 completa esta caracterização.

BRAGA — 1750		RUA D. PAIO MENDES				TOTAL	%
		NORTE	%	SUL	%		
NÚMERO DE CASAS		22	71	9	29	**31**	100
SEM SERVENTIA PARA A RUA		1	3,1	2	6,4	**3**	9,5
CASAS COM 2 PISOS		2	6,4	2	6,4	**4**	13
CASAS COM 3 PISOS		13	41,9	4	12,9	**17**	55
CASAS COM 4 PISOS		7	22,5	3	9,6	**10**	32
RECUADOS		9	29	5	16,1	**14**	45,1
SOBRADOS		0	—	0	—	**0**	—
LARGUIRA DA FACHADA DAS CASAS ATÉ 6 METROS		17	54,8	2	6,4	**19**	61
6 A 10 METROS		2	6,4	1	3,2	**3**	10
10 A 15 METROS		2	6,4	5	16,1	**7**	23
MAIS DE 15 METROS		1	3,2	1	3,2	**2**	6
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS CASAS	BOM OU EM REPARAÇÃO	13	41,9	3	9,6	**16**	52
	REGULAR	7	22,5	3	9,6	**10**	32
	MAU OU EM RUÍNA	2	64	3	9,6	**5**	16

3.4 **Ocupação dos espaços construídos — Rua de *Maximinos* e *Praça do Pão***

Naturalmente não temos a veleidade, no âmbito deste estudo de recriar as sucessões temporais das vidas, dos dramas e das alegrias que neste ambiente se desenvolveram. Às perguntas de «Quem?; Quantos?; Como viviam? O que faziam?...» podemos levantar a ponta do véu e descortinar todo o manancial de informação se confrontarmos os *Índices dos Prazos* com o MRB.

Consultamos o volume I dos referidos índices e registamos a evolução dos prazos desde 1466 até 1827 (ver figura 4). São 361 anos de registos a favor do Cabido da Sé de Braga, que manifestamente denuncia um princípio económico — a não alienação do património. Esta prática, absurda à luz da economia actual, facilita a tarefa ao investigador, já que lhe permite reconstruir a sucessão dos foreiros que habitaram, laboraram ou tão só se serviram dessas casas como uma forma de «investimento». Se exceptuarmos alguns casos isolados a quase totalidade dos prédios urbanos (80,5%) pertencem ao Cabido.

Seleccionamos por conveniência, o indicador profissão/posição social, por acharmos que estes dados melhor caracterizariam os presumíveis tipos de ocupação.

LEGENDA
da
Figura - 4

Evolução dos Prazos do Cabido da Sé de Braga, na rua de *Maximinos* e *Praça do Pão* entre 1466 e 1827

-Posição Social/actividade dos Foreiros-

- CLÉRIGOS
  - Alto Clero - 
  - Baixo Clero - 
- INDIVIDUALIDADES ILUSTRES - 
- TERCIÁRIO
  - *Letrados* - 
  - Negócios - 
  - Agentes Ensino/Saúde - 
  - Alimentação, Transportes e Pequeno Comércio - 
  - Criados - 
- SECUNDÁRIO
  - Artífices Especializados - 
  - Manufacturas - 

- POSIÇÃO SOCIAL/ACTIVIDADE DESCONHECIDA - 
- CASAS NÃO PERTENCENTES AO CABIDO - 

FIG. 4 a)

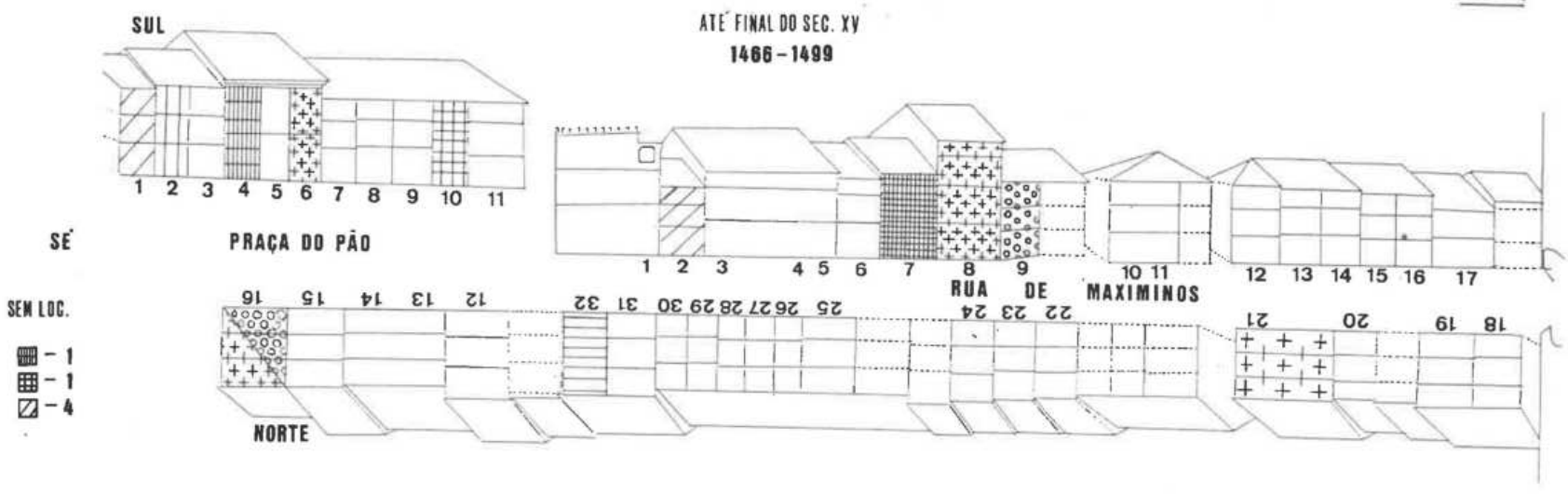

SUL
ATÉ FINAL DO SEC. XV
1466 – 1499
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11
SÉ
PRAÇA DO PÃO
1 2 3 4 5 6 7 8 9
RUA DE
10 11
MAXIMINOS
12 13 14 15 16 17
SEM LOC.
– 1
– 1
– 4
16 15 14 13 12
32 31 30 29 28 27 26 25
24 23 22
21 20 19 18
NORTE

FIG. 4 b)

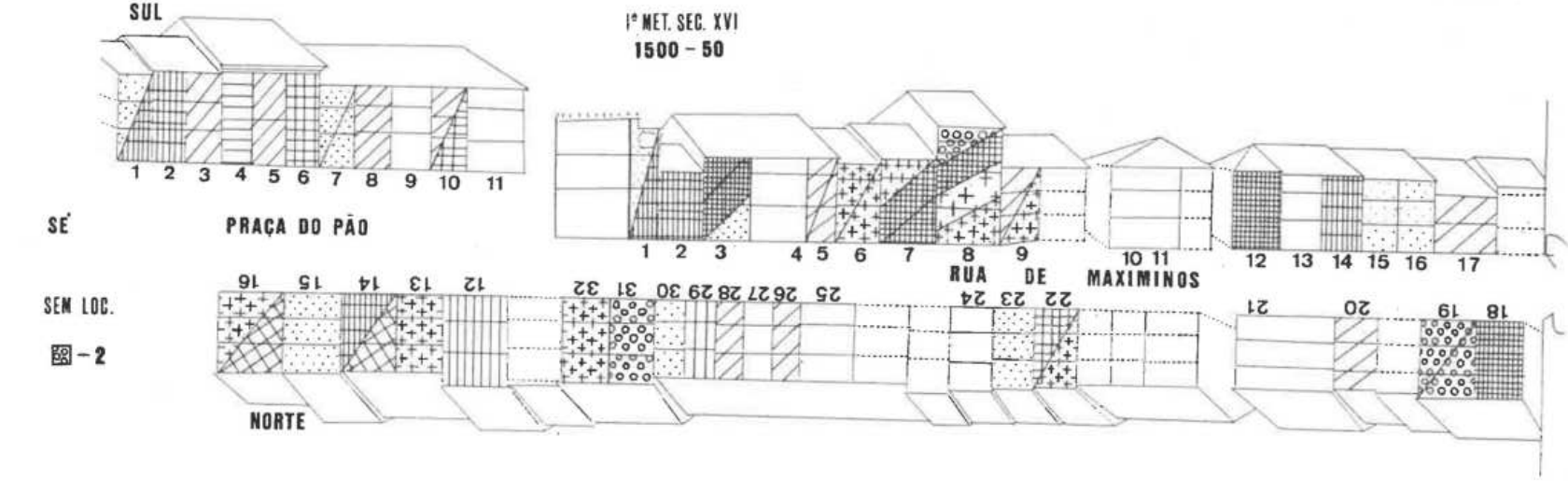

SUL
1ª MET. SEC. XVI
1500 – 50
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11
SÉ
PRAÇA DO PÃO
1 2 3 4 5 6 7 8 9
RUA DE
10 11
MAXIMINOS
12 13 14 15 16 17
SEM LOC.
– 2
16 15 14 13 12
32 31 30 29 28 27 26 25
24 23 22
21 20 19 18
NORTE

FIG. 4 c)

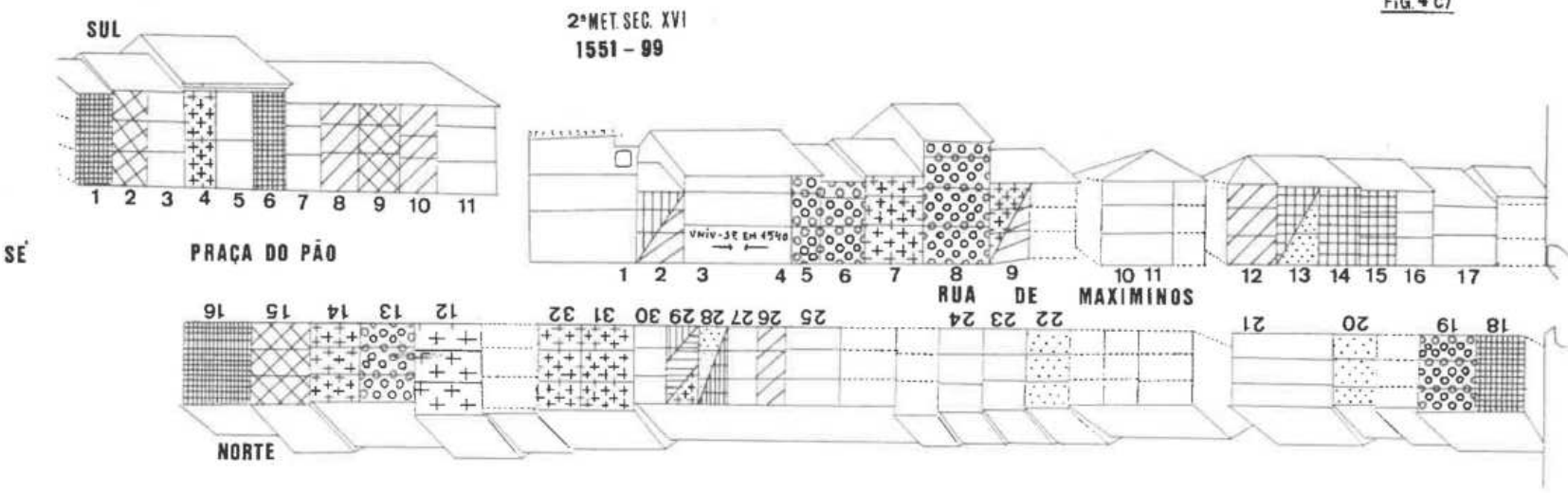

SUL
2ª MET. SEC. XVI
1551 - 99
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11
SÉ
PRAÇA DO PÃO
UNIV-SE EM 1540
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17
RUA DE MAXIMINOS
16 15 14 13 12 31 32 30 29 28 27 26 25 24 23 22 21 20 19 18
NORTE

FIG. 4 d)

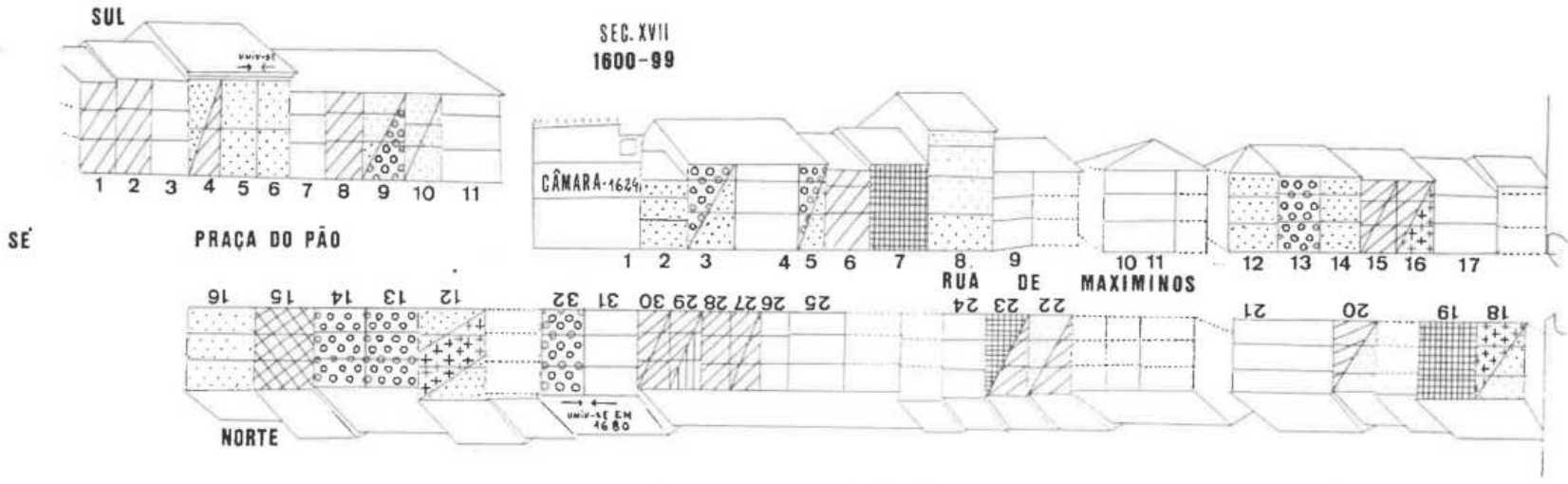

SUL
SEC. XVII
1600-99
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11
SÉ
PRAÇA DO PÃO
CÂMARA-1624
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17
RUA DE MAXIMINOS
16 15 14 13 12 31 32 30 29 28 27 26 25 24 23 22 21 20 19 18
UNIV-SE EM 1680
NORTE

FIG. 4 e)

1ª MET. SEC. XVIII

1700 — 50

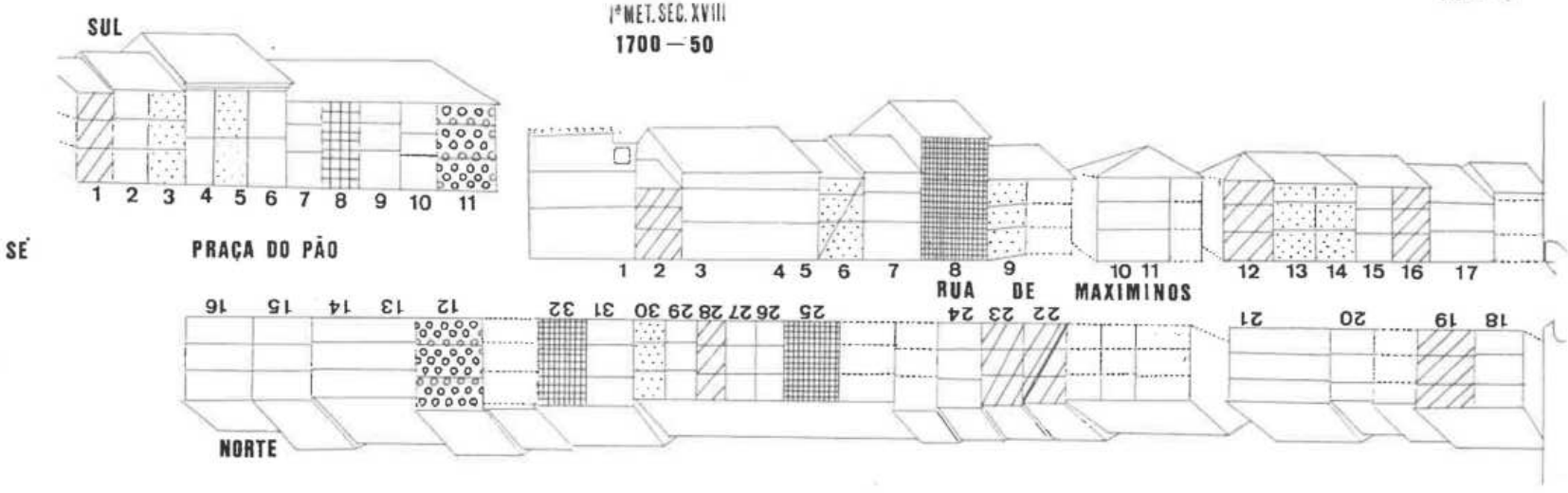
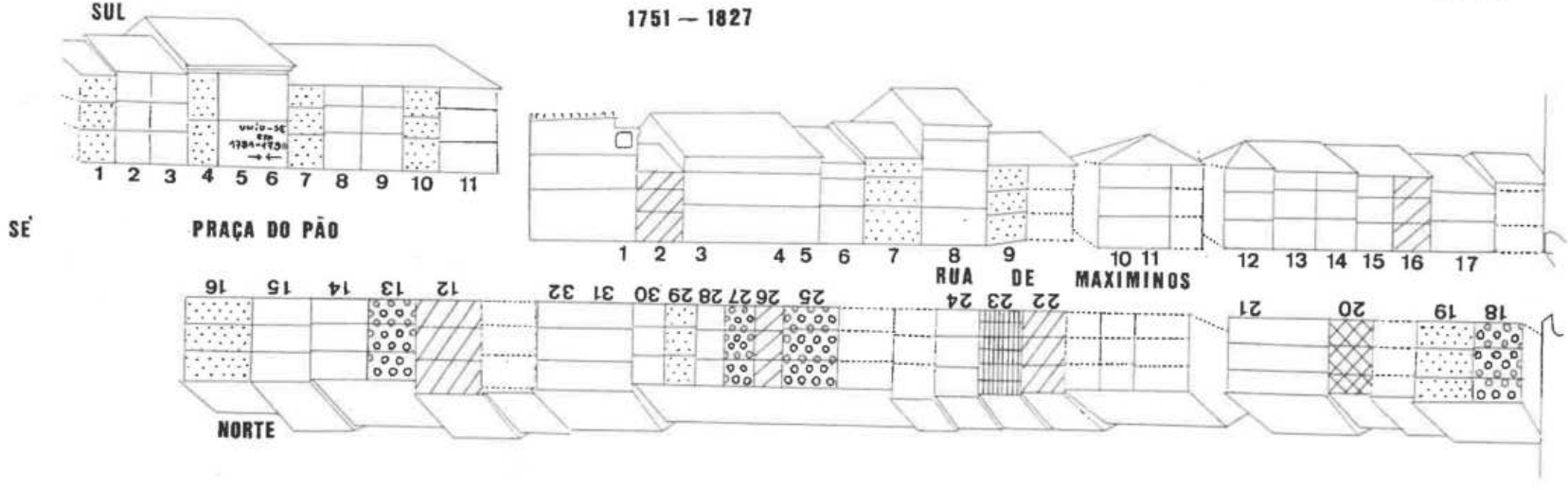


FIG. 4f)

1751 — 1827



ANEXO Á FIGURA - 4

PRAZOS POR POSIÇÃO SOCIAL/PROFISSÃO DOS FOREIROS NOS PERÍODOS CONSIDERADOS

			1466/1499	1500/1550	1551/1599	1600/1699	1700/1750	1751/1827	TOTAL
	CLERO SUPERIOR	DEÃO			1				1
		CÔNEGO	3	4	4	2			13
		ARCEDIAGO		3					3
		TERCENÁRIO			1				1
		ABADE		2	1				3
		REITOR				1			1
	CLERO INFERIOR	PADRE	1	1	1				3
	INDIVIDUALIDADES ILUSTRES	FIDALGO/DOM		6	5	6	2	4	23
		ESCUDEIRO	1						1
		ESCUDEIRO/ESCRIVÃO		3					3
		CIDADÃO	1		1	2			4
TERCIÁRIO	*LETRADOS*	DOUTOR			1		1		2
		LICENCIADO		3	2	1	1		7
		BACHAREL			1				1
		ESTUDANTE				1			1
		TABELIÃO					1		1
		NOTÁRIO				1			1
		ESCRIVÃO	1		2				3
	NEGÓCIOS	MERCADOR	2	6	1				9
		CONTRATADOR						1	1
		JUDEU	1						1
	AGENTES ENSINO/SAÚDE	MÉDICO			1				1
		LENTE GRAMÁTICA		1					1
		BARBEIRO	2	2	1		1		6
	ALIMENTAÇÃO, PEQUENO COMÉRCIO E TRANSPORT	ALMOCREVE		2	1				3
		VINHATEIRO			1				1
		TRATANTE				1			1
	CRIADOS	CRIADO DO ARCEBISPO	1	1					2
		PORTEIRO DO CABIDO			1				1
SECUNDÁRIO	ARTIFÍCES ESPECIALIZADOS	OURIVES		2	1				3
		CIRIEIRO			1				1
		LIVREIRO			1				1
		VIOLEIRO						1	1
	ARTISTAS	ESCULTOR				1			1
	TEXTIL/VESTUÁRIO	SAPATEIRO	5	3	2	12	5	5-1*	33
		ALFAIATE	1	1	1	3	1		7
		SIRGUEIRO					1		1
		ATAQUEIRO			1	1			2
	METAIS N/PRECIOSOS	SERRALHEIRO		1*	1				2
		BATEFOLHA					1		1
	MADEIRAS	CARPINTEIRO			1				1
	CONSTRUÇÃO	CAIADOR		2					2
		PEDREIRO		1					1
		PINTOR				1	1		2
	COUROS	ALBARDEIRO		1					1
		SURRADOR		1		1			2
DESCONHECIDOS			1	10	4	18	8	9	50
*MESTRE	TOTAL		20	56	39	52	23	21	

Relativamente à profissão, o registo não foi tão linear como inicialmente faria supor. Na maior parte das vezes, sobretudo nos primeiros prazos, a referência do foreiro estava ligada ao ofício, mas nos últimos anos fomos obrigados a considerar, sempre que possível outros recursos, como o atributo que precede o nome, a relação de parentesco e o grau académico. Mesmo assim, muitos dos emprazados surgem sem alguma destas referências, o que não invalida um estudo mais aprofundado em que possam ser cruzadas outras *fontes*.

Neste sentido, servindo-nos do suporte gráfico expresso no MRB, cartografámos a evolução da posição social/actividade dos foreiros por casa, tomando apenas em conta a correspondência entre a numeração comum ao MRB e aos Índices dos Prazos. Por conseguinte, a configuração real do edificado deverá ser considerada única e exclusivamente como uma referência, já que a estrutura de suporte diz respeito à fisionomia destes espaços no ano de 1750.

A análise da figura n.º 4, elucida-nos antes de mais, a concentração dinâmica enfitêutica no decorrer do séc. XVI (ver fig. 4b 3 4c). Ao longo deste período é notória a frequência e alternância dos contratos celebrados, bem como a predominância dos estratos mais elevados da sociedade bracarense [9].

Embora, a presença do Senado da Câmara (até finais do séc. XVIII) e da Sé tenham contribuído para valorizar este espaço, foi provavelmente a partir das aberturas da Rua e *Porta Nova* (por D. Diogo de Sousa) que se estabeleceu uma verdadeira alternativa concorrencial à importância deste espaço. A observação dos Prazos assim parece traduzir, ao constatarmos a progressiva diminuição dos registos enfitêuticos, a «invasão» dos foreiros ligados às manufacturas e o aumento de contratos sem indicação da posição social/actividade do foreiro (ver fig. 4f).

Quanto às rendas, pagas inicialmente em *maravedis* e *libras* passam por volta de 1480 a ser pagas em réis. Invariavelmente eram acompanhadas por géneros como galinhas, capões [10], ou até vinho e cereais. Saliente-se ainda a exigência de um *laudémio* (espécie de imposto), pagável pelo foreiro na entrada e posteriormente em fracções.

Numa sociedade em que o ofício estava raramente desligado da residência, encontramos uma proliferação de actividades e funções que atestam a vitalidade e a importância da rua e da praça.

A localização da Câmara junto da Sé desde o Séc. XVI revela a geografia do poder na cidade. O cabido na Sé e o Senado na Câmara (então uma extensão

[9] Atente-se à concentração das *tramas gráficas* mais densas neste período, que cuidadosamente selecionámos como sendo ilustrativas dos estratos sociais/actividades mais prestigiados.

[10] Um capão aparentemente corresponde a duas galinhas.

da vontade do Arcebispo) elevaram a praça do *Pão* ao lugar onde gravitou a política e os negócios da urbe. A dispersão e variedade das funções e dos ofícios na rua de *Maximinos* atesta a provável dinâmica da rua.

A análise diacrónica dos Prazos confirma o predomínio dos sapateiros ao longo do espaço e do tempo. Note-se que o facto da rua dos *Çapateiros* confluir com a de *Maximinos*, demonstra a importância deste ofício na cidade e seus arredores.

De igual modo numerosos, mas distribuídos hierarquica e socialmente em diferentes estratos, temos os clérigos. É um grupo que lentamente vai deixando a área à medida que o espaço perde importância. Como curiosidade constatamos que não é um movimento exclusivo, por alturas da execução do MRB, são já poucas as alusões à posição social dos foreiros, excepto na *Praça do Pão* onde parecem resistir alguns nomes mais ilustres, e que apesar disso não invalida o efectivo declínio da área.

Também os fidalgos, os funcionários e a criadagem, associados à corte do Arcebispo, há muito tinham partido e feito esquecer o distinto e suposto inquilinato da época de D. Diogo de Sousa.

A *Praça do Pão* e rua de *Maximinos* estão intimamente associados constituindo um prolongamento reciproco. Até à abertura da *Porta Nova* foi a única principal via de acesso directo à Sé. Se pensarmos em todo o significado simbólico desta, facilmente compreendemos a perferência destes espaços por tipos de comércio mais especializados. É o caso dos alfaiates, ourives, barbeiros e até um livreiro em meados do séc. XVI.

Em 1831, a *Companhia de ordenanças* da cidade, leva a cabo um levantamento geral dos fogos e moradores [11] com fins militares, no qual é possível apreciar a fisionomia ocupacional da rua de *Maximinos*. Assim, socorrendo-nos desta *fonte* como um indicador, verificamos que em 11 dos inquiridos, a maioria dos moradores são manufactureiros (7), sendo os restantes, *escreventes* (2), um criado e um *vendeiro*.

Em síntese, a sucessão dos emprazamentos tende a traduzir a vitalidade e a importância do local, que inicialmente se manifesta com o predomínio dos mercadores e dos serviços ligados ao Paço e, progressivamente, vai sendo tomado pelos artesãos e pelos ofícios.

— A rua D. Paio Mendes

Neste momento é complexo encetar um profundo levantamento ocupacional da rua D. Paio Mendes, por estar a ser objecto de rápidas e cons-

[11] Livro de ordenanças — 1831, Arquivo Municipal de Braga.

tantes intervenções. Estas manifestam-se basicamente em dois níveis fundamentais:

— No domínio da intervenção autárquica, pela implementação de um projecto de recuperação dos imóveis urbanos existentes na área.

— Ao nível da iniciativa privada, pela progressiva tendência para a terciarização das actividades, em especial no que refere ao efeito polarizador da Sé Catedral enquanto centro de demanda turística.

Neste sentido recorremos por isso à inevitavel observação directa e ao suporte fotográfico, bem como ao apoio logístico do GSR-CMB [12].

A rua D. Paio Mendes, predominantemente residencial, encerra algumas particularidades dignas de referência (figura 5).

À semelhança de outras áreas congéneres de cidades portuguesas (caso do Porto), também esta rua, é palco de contradições despoletadas pela tensão entre uma densidade elevada da população num parque habitacional parcialmente degradado e uma emergente procura turística, propiciadora de novos estilos de vida, que inclusivé se prolongam pela noite dentro. A localização e o tipo de comércio, apesar de considerados à escala da rua, são disso sintomáticos.

O comércio diário está localizado junto aos cruzamentos das vias mais movimentadas — as ruas Frei Caetano Brandão e Gonçalo Pereira. No primeiro caso, é constituído por uma mercearia, um snack-bar, um restaurante/casa de pasto (recentemente renovado) e uma retrosaria, integrados num ambiente de «bairro» com solicitações diárias. No segundo caso, as tabacarias, respectivamente em cada esquina da rua e voltadas para a Sé, acenam aos turistas com os seus *souvenirs* e revistas estrangeiras. Por outro lado, «apaziguam» os residentes através da venda de jornais, tabaco e lotarias. Resta ainda um *pub*, junto a estas, polarizador de uma clientela jovem, que «invade» a área no período nocturno.

O comércio menos frequente manifesta também esta dicotomia vocacional. Predominam dois tipos de lojas:

— electrodomésticos/acessórios e reparações eléctricas;
— mobiliário/artesanato e antiguidades.

No primeiro caso não se vendem exclusivamente electrodomésticos de aquisição pouco frequente. Simultaneamente com estes, a mesma firma estendida por vários prédios, assegura todo o tipo de reparações e venda de

[12] Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Patrimómio Construído da Câmara Municipal de Braga.

acessórios a uma clientela predominantemente cercana. No segundo caso, a crescente presença de turistas na área, mesmo em época «baixa», solicita aos artesãos e às lojas de mobiliário a complementaridade da arte sacra e das antiguidades.

Desde a inclusão da rua no perímetro de protecção da Sé de Braga [13], só muito recentemente estão a ser consideradas medidas orientadoras de reabilitação e revitalização do Centro Histórico. Para isso a Câmara criou um gabinete que tem por missão resolver o dilema que se agudiza: o *Terciário* ou as populações? A lógica do mercado ou a preservação?

Dentro de uma perspectiva realista, julgamos que estas opções não são incompatíveis, poderão mesmo ser complementares, se considerarmos um urbanismo integrado abrangendo todo o centro antigo da cidade. Contudo, este objectivo só será possível se a autarquia quiser evitar a especulação desenfreada e imediatista que se desenha, contrapondo uma prática activa e sincera de preservação integrada e socialmente justa.

4. **Conclusões**

As conclusões são circunstancialmente inconclusivas se considerarmos este estudo como um todo acabado. Referimos no início, por um lado pretender contribuir para a divulgação de um potencial campo de investigação aberto pela confrontação dos documentos apresentados e por outro, participar com um suporte de análise subsidiário numa cidade que solicita um estudo e uma intervenção urbanística aprofundada.

A possibilidade de relacionar esta documentação com a de séculos anteriores, impõe um moroso trabalho de recolha em arquivo, bem como um levantamento exaustivo das características actuais do centro histórico Bracarense.

Tal como a rua D. Paio Mendes, sucessora da antiga *Praça do Pão* e da rua de *Maximinos*, também as outras ruas do «casco velho» serão proximamente alvo de intervenções urbanísticas. Estudos como este, poderão servir como um contributo para a caracterização dos lugares e a fundamentação de medidas que justifiquem a implementação de um urbanismo integrado.

A transfiguração dos espaços, por vezes radical, não impediu que uma população de forte identidade e raízes profundas, tenha subsistido em focos de resistência expressos nas tradições, nas festividades e até nos ofícios. Se tal nos é permitido, comparemos com o teatro... Mudou o cenário, mas não mudou o drama.

---

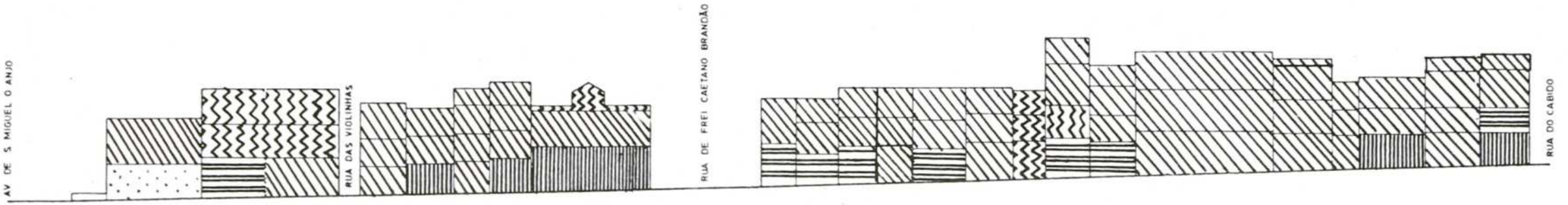
[13] Diário do Governo, 22 de Agosto de 1067, pp. 7205.

Figura - 5

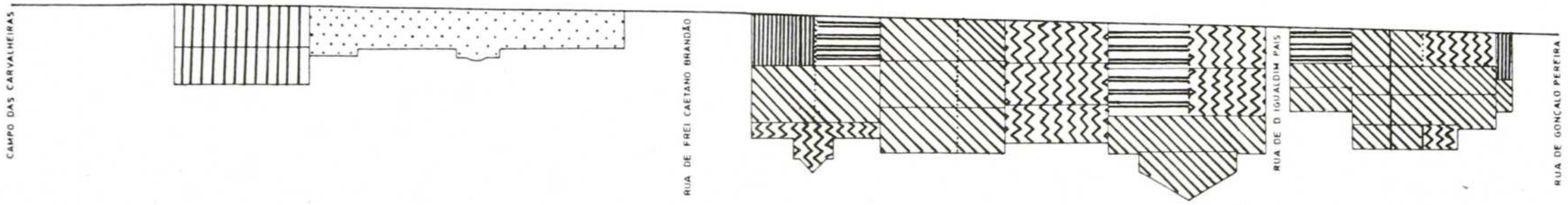
Ocupação funcional dos espaços construídos na actualidade
Sup. cart. PIRR - 1/500 Orig.

- RESIDÊNCIAL
- COMERCIAL DIÁRIO
- COMERCIAL OCASIONAL
- GRÉMIO/COOPERATIVA
- FACHADAS CEGAS
- DESOCUPADAS OU EM RUÍNA

0 10m.



RUA DE D. PAIO MENDES



BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, António Sousa (1991) — «Braga no Séc. XVIII — Para o Estudo do Mapa das Ruas», — Sep. *Itinerarium*, Ed. Franciscanos de Portugal — Montariol, Ano XXXVII, n.º 140, p. 249 a 317.

BENEVOLO, Leonardo (1978) 4.ª Ed. Italiana — *Historia de la Arquitectura del Renacimiento* — La Arquitectura Clássica (del siglo XV al siglo XVIII) (Vol. I e II). Ed. Gustavo Gili, 2.ª Edición. Barcelona 1984.

CAPELA, J. Viriato (1990) — «O Município de Braga de 1750 a 1834 — O governo e a Administração Económica e Financeira», Sep. *in Bracara Augusta*, Ed. da Câmara Municipal de Braga, Vol. XLI — N.os 91-92 — Anos 1988/89 — Braga 1991.

CHUECA GOITIA, Fernando (?) — *Breve Históra do Urbanismo.* Col. Dimensões, Ed. Presença/Liv. Martins Fontes, 1982.

COSTA, Luís (1985) — *Braga — Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico*, Braga, Ed. CMB 1985.

FEIO, Alberto (1921/1956) — *Coisas memoráveis de Braga e outros Textos.* Braga, UM — Biblioteca Pública 1984.

FERREIRA, J. Augusto (1928/1935) — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga — (Séc. III — Séc. XX)*, Ed. da Mitra Bracarense, 4 Tomos.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1986) — *«Uma Rua de elite na Guimarães Medieval (1376-1520)»* (1.ª Parte). Revista de Guimarães, Vol. XCVI, Jan/Dez, 1986.

FREITAS, B. J. Senna (1890) — *Memórias de Braga* — Imprensa Católica, Braga.

GOMES, Paulo Varela (1986) — *O essencial sobre a arquitectura Barroca em Portugal.* INCM, Col. O essencial sobre, n.º 25, 1987.

Guia de Portugal, Entre Douro e Minho, II — Minho, Tomo II (4.º Vol.) 2.ª Ed., Fund. Calouste Gulbenkian, 1986.

Mapa das Ruas de Braga — Reprodução reduzida pelo Arquivo Distrital de Braga — UM e IBM Portuguesa S.A., Braga 1990.

MARQUES, José (1975/1982) — *Braga Medieval — Ensaios I.* Braga, of gráf. da Liv. Cruz, 1983.

MUMFORD, Lewis (1961) — *La Cité a Travers L'Histoire.* Éditions du Seuil, Paris, 1964 (T.F.).

NÓBREGA, Vaz Osório (1971) — *Pedras e Armas Tumulares do Distrito de Braga*, (Vol. I, Tomo II), Braga 1971.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1982) — *Estudos Bracarenses 1 — As alterações toponímicas (1380-1980).* ASPA, Braga 1982.

(1982 C) — Braga — *Evolução da estrutura urbana.* CMB, Braga 1982.

OLIVEIRA, J. M. de Oliveira (1973) — O Espaço Urbano do Porto — Condições Naturais e Desenvolvimento — INIC/CEG-FLUC, Coimbra 1973.

Plano Integrado de Reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Braga — 1.ª e 2.ª Fases, UTOPOS — Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, Junho de 1983.

RIBEIRO, Orlando (1979) — «Cidade», in *Dicionário de História de Portugal*, Coord. de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais — Liv. Figueirinhas, Porto, Vol. II; p. 60 a 66.

Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga, CMB — Pelouro do Ambiente e Cultura. Braga 1987.

SERRÃO, Joel (1971) — *Cronologia Geral da História de Portugal.* Livros Horizonte, 4.ª Ed., 1980.

VASCONCELOS, Maria da Assunção — O Mapa das Ruas de Braga de 1750, «FORUM», 4 Out., pp. 91/101. Braga 1988.

VAZ, A. Luís (1971) — *O Cabido de Braga (1701 a 1971) — Factos Notáveis do país Ligados à sua História* — Ed. José Dias de Castro, Braga.

FONTES

CÓDICE n.º 682, *História Eclesiástica e Política do Paiz Bracarense da Época do Séc. XVIII* — Biblioteca Nacional — Lisboa.

Índices dos Prazos das Casas, (1750) — I Volume. Pertence ao Arquivo Distrital de Braga — UM.

Memórias Particulares — Inácio José Peixoto, Arquivo Distrital de Braga, Ms 888.

Mappa das Ruas de Braga. (1750) Elaborado por Ricardus Rocha sob determinação de Franciscus Pacheco Pereyra, Provisor do Arcebispo de Braga. Pertence ao Arquivo Distrital de Braga — UM e foi restaurado em 1978 (360x965 mm), 187 folios.

Recenseamento Geral de Fogos e Moradores — (1831) — Org. de Ordenanças de Braga — Arquivo de Obras Câmara Municipal de Braga.

CARTOGRAFIA e ICONOGRAFIA

BRAUNIO, Georg (1597) — (Civitates Urbium Terrarum) Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto (Koln, Circa, 1597).

CALDAS, Pereira (1857) — Levantamento da cidade de Braga à escala aprox. 1/1 350. Litog. Arq. Munc. da CMB.

C.M.B./G.S.R. (1968) — Escala 1/1000.

CRUZ, Joaquim Pereira da (1968) — levantado à escala de 1/2000. Desenho Arq. de Obras da CMB. (Cópia sob o único exemplar de que há notícia).

GOULARD, F. (1883/4) — Levantado à escala de 1/500 — 30 fols. Arq. de Obras da CMB.

Os primórdios da electrificação em Braga

ILÍDIO MORIZ SIMÕES *

PREFÁCIO

Comemora-se pelo S. João de 1993 o 1.º centenário da iluminação pública por meio de electricidade na cidade de Braga.

A capital do Minho, já dispunha de iluminação a gás desde 1857, mas graças à iniciativa da Vereação Municipal de 1891, Braga ia ser uma das primeiras urbes do País a utilizar luz eléctrica.

Foi esta a primeira aplicação que a energia eléctrica teve em Braga, cujo fornecimento foi atribuido por uma concessão de 30 anos a uma sociedade privada. O serviço no entanto era limitado a um fornecimento nocturno.

Assim, só de noite, a incipiente clientela industrial podia ter energia eléctrica. Aquela na sua maioria, utilizava como força motriz, motores a gás.

O gás fornecido por outra empresa concessionária, alimentava não só a referida clientela industrial, mas continuava a iluminar a parte da cidade onde tinha rede de distribuição, servindo também clientela doméstica.

Desta maneira as duas concessionárias mantiveram uma espécie de competição durante 20 anos e que só terminou quando a Câmara Municipal decidiu municipalizar a exploração dos serviços de gás e lectricidade.

Esta municipalização abrangeu também a do serviço de transportes públicos, quando para estes foi decidido utilizar a tracção eléctrica. Foi esta a segunda aplicação dada em Braga à energia eléctrica.

Uma terceira aplicação desta energia seria depois dada na bombagem e elevação da água do Cávado para o abastecimento em água potável à população de Braga.

* Engenheiro, I.S.T.

Em 1919, a Câmara pôs a concurso o arrendamento das explorações dos serviços de iluminação e tracção eléctricas que, foram adjudicados à União Eléctrica Portuguesa. Esta só tomou conta das referidas explorações em 1922, quando esteve habilitada a fornecer energia hidroeléctrica gerada na central de Lindoso da Electra del Lima.

É nesta altura que damos por terminada a história dos primórdios da electrificação de Braga que abrange portanto um período de 30 anos. Destes, os primeiros 20 anos, são os que estão mais largamente relatados, porque o abastecimento da energia eléctrica entregue a uma empresa mal apetrechada material e financeiramente ofereceu um serviço irregular, submetendo a população bracarense a numerosas e frequentes interrupções na luz eléctrica.

Parece haver interesse conhecer a história destes «tempos heroicos».

OS PRIMÓRDIOS DA ELECTRICIDADE EM BRAGA

> «O que foi um luxo de algumas cidades até ao ano de 1890, tornou-se com o aproximar do século XX, um benefício ao alcance de mais vilas e da população em geral.
>
> A iluminação era como o despertar de um outro mundo em que não havia mais distinção entre o dia e a noite, tanto na produção material como no engenho do espírito. Nas fábricas e nas oficinas, nos cenáculos e nas redacções dos jornais surgiram novos hábitos de vida e de trabalho, no esforço nocturno do homem em busca de maior rendimento para as suas capacidades técnicas e intelectuais.
>
> Foi de uma verdadeira revolução que se tratou, com o gás hidrocarbónico e a electricidade, que puzeram fim nos grandes meios ao reinado da iluminação a azeite e a petróleo».
>
> *Veríssimo Serrão* — História de Portugal, vol. X, pág. 374.

A Câmara Municipal de Braga que desde 1857 tinha contrato com a Companhia Geral Bracarense de Iluminação a Gás[1] para a iluminação pública e particular da cidade, já porque o serviço da concessionária deixara de ser inteiramente satisfatório, já porque o Município desejasse dar «um ar de modernidade» a essa iluminação, decidiu em 1891 pôr a concurso o fornecimento de luz eléctrica para competir ou mesmo substituir a do gás.

A 6 de Junho de 1892 foram abertas duas propostas; a de António Oliveira Guimarães e a de Augusto Laverré (francês), ambos residentes no Porto, que se obrigavam ao referido fornecimento, o primeiro por 16$800 reis, o segundo por 16$000 reis anuais por lampeão de iluminação pública.

---

[1] Inicialmente, a Companhia Geral Bracarense de Melhoramentos Materiais na Província do Minho. Incumbia-se de empresas fabris e agrícolas no Norte de Portugal.

O serviço foi adjudicado a Augusto Lavarré e o contrato com ele firmado, depois de aprovado pela Direcção de Administração Política e Civil, foi reduzido a escritura pública celebrada na sala das sessões da Câmara Municipal de Braga[2].

Este documento tinha como cláusulas principais:

— fixava em 30 anos a duração do contrato para o fornecimento em exclusivo da energia eléctrica, tanto para a iluminação pública como para a particular, prazo que decorreria de 1 de Julho de 1893 a 30 de Junho de 1923;
— fixava o polígono delimitativo da cidade em que o contrato era aplicável.

Como obrigações do concessionário estabelecia as seguintes:

— proceder a todos os trabalhos preparatórios de forma que no dia 1 de Julho de 1893 pudesse dar cumprimento integral ao contrato firmado, sem haver interrupção de luz na cidade;
— satisfazer dentro do prazo improrrogável de 30 dias, qualquer requisição de energia eléctrica, quer para iluminação pública ou particular, quer para uso doméstico ou industrial;
— proceder no prazo de 6 meses, após notificação camarária ao assentamento de rede eléctrica nas ruas ou vias públicas que de novo se viessem a abrir, ou que não tivessem iluminação a gás, exigência no entanto limitada a 2.000$^{m.}$ de comprimento das ruas, em cada ano;
— colocar lâmpadas de iluminação pública nos lugares indicados pela Câmara, não podendo ser menos de 2 por cada 100$^{m.}$ correntes e podendo esta distribuição ser mais próxima na parte central da cidade;
— colocar lâmpadas de incandescência em número não inferior a 450 com poder iluminante de 16 velas;
— colocar até 8 focos de arco voltaico de força iluminante até 800 velas cada um no Campo de Sant'Ana;
— fornecer a energia eléctrica para a iluminação pública, a dos edifícios públicos e particulares, bem como a destinada a usos industriais, por avenças contratadas entre o concessionário e o consumidor, ou alternativamente, por hectowatthora, em que o preço para a iluminação particular não excedia 18 reis por hectowatthora, sendo dado ao concessionário a possibilidade de reduzir este preço para consumos industriais;

[2] Presidente da Vereação: José Júlio Martins Sequeira.

— o preço da energia para a iluminação pública (compreendida a consumida nos estabelecimentos municipais) seria de metade do preço fixado para a iluminação particular;
— sujeitar-se à aplicação das multas previstas no contrato por faltas de iluminação, sendo-lhe permitido contestar a legitimidade da aplicação destas multas.

Esta escritura-contrato foi aprovada por decreto da Direcção Geral da Administração Política e Civil de 30 de Junho de 1892.

Para se habilitar ao concurso aberto pela Câmara Municipal de Braga e dar seguimento à eventual adjudicação que viesse a receber, Augusto Lavarré constituira uma sociedade particular de que faziam parte entre outros, além dele, Joaquim Pinto de Castro Guimarães, Custódio Duarte Braga e João Maria Pereira.

Obtida a concessão, foi organizada uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com a denominação de Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal com sede no Porto, de cujos estatutos publicados no Diário do Governo de 12/8/1892, constava principalmente, que a Sociedade tinha por fins:

— explorar a concessão de iluminação a luz eléctrica da cidade de Braga que lhe fôra adjudicada e aprovada pelo Governo;
— explorar todas as concessões que ulteriormente lhe pudessem ser atribuidas, ou que viesse a obter por arrendamento, compra, cessão ou qualquer outro meio, assim como a de contratos que se pudessem fazer para iluminação de grandes estabelecimentos;
— tomar de empreitada as instalações de iluminação eléctrica de cidades por conta das respectivas municipalidades, as de sociedades particulares e de quaisquer estabelecimentos por conta de sociedades ou particulares;
— fornecer todos os aparelhos, máquinas e utensílios próprios para iluminação, força motriz, campainhas, telefones e telégrafos por meio de electricidade.
— A Sociedade obrigava-se a comprar a concessão do contrato firmado entre a C. M. de Braga e Augusto Lavarré para o fornecimento de luz eléctrica a esta cidade, subrogando-se nela todos os direitos, acções e obrigações contraídas pelo concessionário.
— O capital social era fixado em 120 contos representado por 240 acções de 500.000 reis.
— Para o 1.º triénio de funcionamento da SENP eram nomeados directores no Porto —Augusto Lavarré e Joaquim Pinto Castro Gui-

marães e em Braga — João A. Ferreira Braga e António Ulisses Santos Braga.

Logo a seguir, a SENP participou à Câmara de Braga que achando-se constituida a sociedade com Augusto Lavarré, pedia à Câmara a transferência da concessão por ele recebida para a nova sociedade; solicitação também apresentada por Augusto Lavarré.

Em Outubro, a Câmara perante estes dois requerimentos; considerando ser a solicitada transferência vantajosa para o Município «porquanto, não só facilitava a montagem e a instalação dos motores, oficinas e mais materiais necessários, mas também, porque o capital da sociedade era muito superior ao do primitivo concessionário, e ainda, porque aumentava consideravelmente as garantias dadas à Câmara para assegurar o rigoroso cumprimento do contrato, pois a garantia inicial fixada num depósito de 10 contos, feita a transferência, vinha acrescida do capital da sociedade, já em boa parte empregado na compra de açudes, etc.» e atendendo a que a Sociedade estava legalmente organizada, a Câmara resolveu conceder a necessária autorização de trespasse requerido, do que se faria a respectiva escritura[3].

Na mesma altura foram também aprovados a escolha do local para instalação do motor e oficinas e o tipo de lâmpadas a utilizar na iluminação pública.

O Comércio do Minho a 1/9/1892 noticiava que se tinha efectuado no lugar da Furada, freguesia de Vilar do concelho de Barcelos, a posse solene dos terrenos onde iam ser montadas as instalações para o fabrico da luz eléctrica da cidade de Braga. Ao acto tinham assistido diferentes cavalheiros daquela Vila e de Braga. No fim houve copo d'água em que se levantaram brindes à prosperidade da SENP...

De passagem, anote-se que no contrato de fornecimento de energia eléctrica a Braga, não vem especificado, como esta energia devia ser produzida. Os estatutos de constituição da SNEP são igualmente omissos a este respeito.

Mas que era intenção dos empresários recorrer à força das águas do Cávado, não se tem a menor dúvida. Provam-na o facto de Lavarré e os seus sócios terem escolhido o local da Furada para instalar «a geradora». Ora este local distava 10 km. de Braga, o que ia exigir a montagem de uma linha de alta tensão para o transporte de energia. Se esta viesse a ser produzida numa central térmica, era evidentemente mais económico construi-la dentro da cidade, gerando a energia à tensão da rede de distribuição e evitando-se perdas no transporte e na transformação dessa energia.

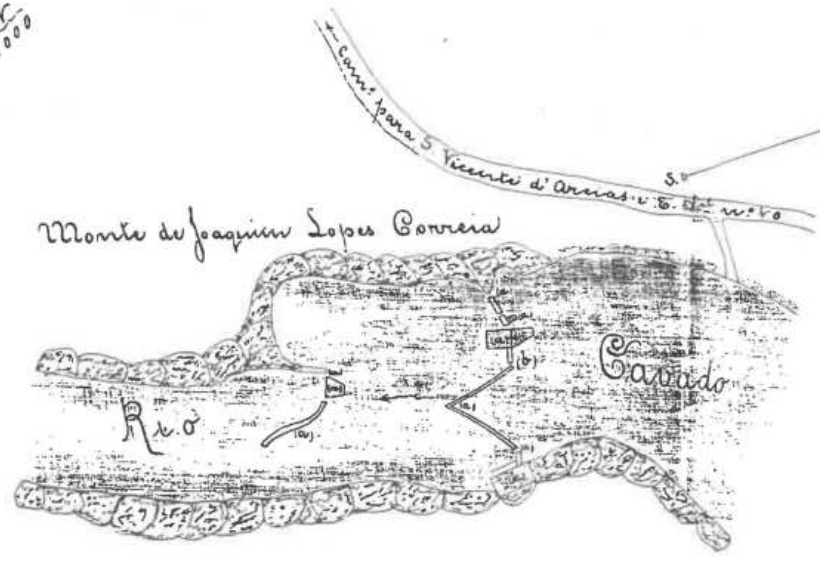
[3] Texto aproximado da acta camarária de 1/10/1892.

Distrito de Braga _____ Concelho de Barcellos

Freg.ª de S. Vicente d'Abreiras _____ Logar da Tivrada

Planta a que se refere o requerimento da Companhia Electricidade Norte de _____ Portugal com data de 2 N de maio de 1894 _____

Escala 1/1000



Planta a que se refere o Despacho d'esta data.
Secretaria do Reino em Pôrto
Aos 2 de maio de 1895
O Governador Civil substituto [illegible]

(b) canal a expropriar por utilidade publica, pertencente ao Sr. Joaquim Rabello Leite d'Andrade, da Povoa de Lanhoso.

(a) canaes, moinhos e açudes adquiridos pela compª requerente.

Compª de Electricidade Norte de Portugal
P. P. O. Delegado de Direcção
Antonio Alv.ª Ferr.ª d'Alm.ª de Chaves

Levantado por ed.º Candido Castello Branco
Agrim.or Aud.ª

Assente a ideia de que se viria a captar a energia nas águas do Cávado, Lavarré e os seus companheiros, ainda antes da constituição formal da SENP, começaram a negociar a compra dos terrenos na Furada e do açude aí existente, pertencente a Segismundo de Andrade, que possivelmente o utilizaria no desvio de águas para rega ou para mover eventual azenha.

É crivel que os gerentes da SNEP tenham de imediato decidido encomendar o equipamento hidroeléctrico a montar na Furada, dirigindo-se aos construtores suiços Gaspar Escher para as turbinas e Oerlinkon para os alternadores. Mas dado o facto do prazo concedido a Lavarré para começar a fornecer a luz eléctrica a Braga ser apenas de um ano, era evidente que a entrega do equipamento hidroeléctrico e a sua montagem tornavam difícil poderem realizar-se em tão curto prazo.

Decidiram por isso, encomendar uma máquina a vapor e o respectivo gerador, equipamento que aliás se reconhecia necessário para produzir energia nos períodos de estiagem do rio.

*
* *

Como se escreve no início deste esboço histórico, estava ainda em vigor na cidade de Braga, um contrato entre o Municipio e a denominada Companhia Bracarense de Iluminação a Gás, para a iluminação pública e particular da cidade pelo sistema do gás carbónico.

É evidente que a decisão da Câmara em recorrer a outro sistema de iluminação vinha prejudicar os interesses da referida Companhia o que a levou a impugnar a deliberação camarária. Originou-se uma questão judicial que se ia prolongar pelos anos fora.

Logo em Fevereiro de 1893, na altura da constituição de uma Comissão Arbitral, o pleito assumiu aspectos graves, que até chegaram a dar «lugar a tumultos no Tribunal, como à época, se referem largamente os jornais locais[4].

Mas isto não impediu que os trabalhos da montagem da rede de distribuição da energia eléctrica, os da «fábrica» da Furada e respectiva linha de transporte, tivessem prosseguido com relativa celeridade.

Através do noticiário do Comércio do Minho, foi-se informando:

— da chegada em Janeiro de 1893 do engenheiro suiço Willy para estudar o plano da montagem da rede, que seria seguida da chegada de materiais igualmente provenientes da Suiça;

— que nesta altura havia já por parte de Particulares (colégios e estabelecimentos) pedidos de energia correspondentes a 1.000 lâmpadas.

[4] Veja-se «Comércio do Minho» de 18/12/1893.

Em Março, no Diário do Governo publicavam-se éditos da Direcção dos Serviços Telégrafo-Postais anunciando estar patente (para eventuais reclamações) o projecto das instalações na cidade de Braga para produção, transmissão e emprego de correntes eléctricas destinadas à iluminação pública.

Em Abril, o Comércio do Minho noticiava a chegada do engenheiro suiço Muller que vinha dar princípio à montagem da rede de iluminação eléctrica e que os trabalhos para o estabelecimento das máquinas na Furada estavam muito adiantados.

A 22 de Junho no jornal escrevia-se:

«Os senhores directores das Obras Públicas do distrito, alguns empregados técnicos desta repartição e um engenheiro da Sociedade Eléctrica foram ontem à Furada proceder à inspecção das máchinas, levando as caldeiras à pressão de 18 atmospheras. A experiência deu óptimos resultados.

Assistiram ao acto os senhores Administrador do Concelho e Presidente da Câmara de Barcellos e differentes convidados desta cidade e daquela villa.

«Esteve ontem procedendo à inspecção da rêde eléctrica por parte do Governo o Sr. Adolpho Portela, engenheiro director da Circunscripção Telegráphica do Norte. Diz-se que as primeiras experiências da luz eléctrica são feitas amanhã às 3 da tarde».

Esta notícia induz-nos a seguinte reflexão:

> Na inspecção feita ao equipamento existente na Furada apenas se faz alusão a caldeiras. Nada se diz a respeito das máquinas que iam alimentar, nem de grupos hidroeléctricos para aproveitar a energia das águas do Cávado. Temos que admitir portanto que estes ainda não estavam montados.
>
> E temos de aceitar, que a fábrica da Furada terá começado a fornecer energia a Braga a partir do único motor térmico que então tinha instalado.
>
> De resto, o que se segue vem confirmar o pressuposto.

*
* *

Segundo o contrato, a iluminação pública por meio de electricidade devia começar a funcionar a 1 de Julho de 1893.

A Sociedade de Electricidade quiz colaborar nos festejos de S. João desse ano, antecipando para essa altura a inauguração dos seus serviços.

Foi motivo de regozigo geral e a imprensa local registou com júbilo o acontecimento.

O «Comércio do Minho» escreveu a 27 de Junho:

> «A companhia de electricidade teve a feliz ideia de inaugurar nesta noite a iluminação eléctrica na praça do Barão de S. Martinho, largo da Lapa, Campo de Sant'Ana, rua d'Água e rua da Ponte. Foi mais um atractivo junto dos muitos que já havia. O povo admirava a nitidez das lâmpadas eléctricas e principalmente de dois magníficos globos de arcos voltaicos de força de 800 velas cada um, colocados ao lado do Jardim. Bonito efeito a de estes dois globos!
>
> Na noite de sábado foi deslumbrantemente iluminado o Jardim Público. Era dum efeito esplêndido o amplo arruado central.
>
> A companhia eléctrica também iluminou, como na noite anterior, as ruas e largos já citados, assim como acendeu dois globos ao lado do Jardim. A torre do magestoso templo dos Congregados ostentava uma bonita cruz iluminada a luz eléctrica, variando as cores a cada momento, e posta de forma que parecia suspensa do espaço. Na arcada da Lapa e nalgumas casas situadas ao lado do Jardim, havia também muitas iluminações. A gente do povo olhava estupfacta para tudo aquilo e não se cansava de exclamar: Parece ceu»!

No semanário bracarense «O Nacional» no seu número de 28 de Junho, lê-se:

> Festejos de S. João — A luz eléctrica
>
> «Uma das coisas que muito abrilhantou estas grandiosas festas foi sem dúvida a inauguração da luz eléctrica nas ruas d'Água, e da Ponte, largos da Lapa, do Barão de S. Martinho e Campo de Sant'Ana.
>
> Era notável a nitidez das lâmpadas eléctricas e os arcos voltaicos colocados aos lados do Jardim Público eram realmente de um efeito surpreendente.
>
> A direcção da companhia de electricidade, engenheiros da mesma companhia, são dignos de elogio pelos esforços que empregaram para que a luz eléctrica fosse inaugurada nesta ocasião».

Mas todo este eufórico entusiasmo e louvores em breve esfriaram... porque o serviço prestado pela SNEP estava longe de ser satisfatório.

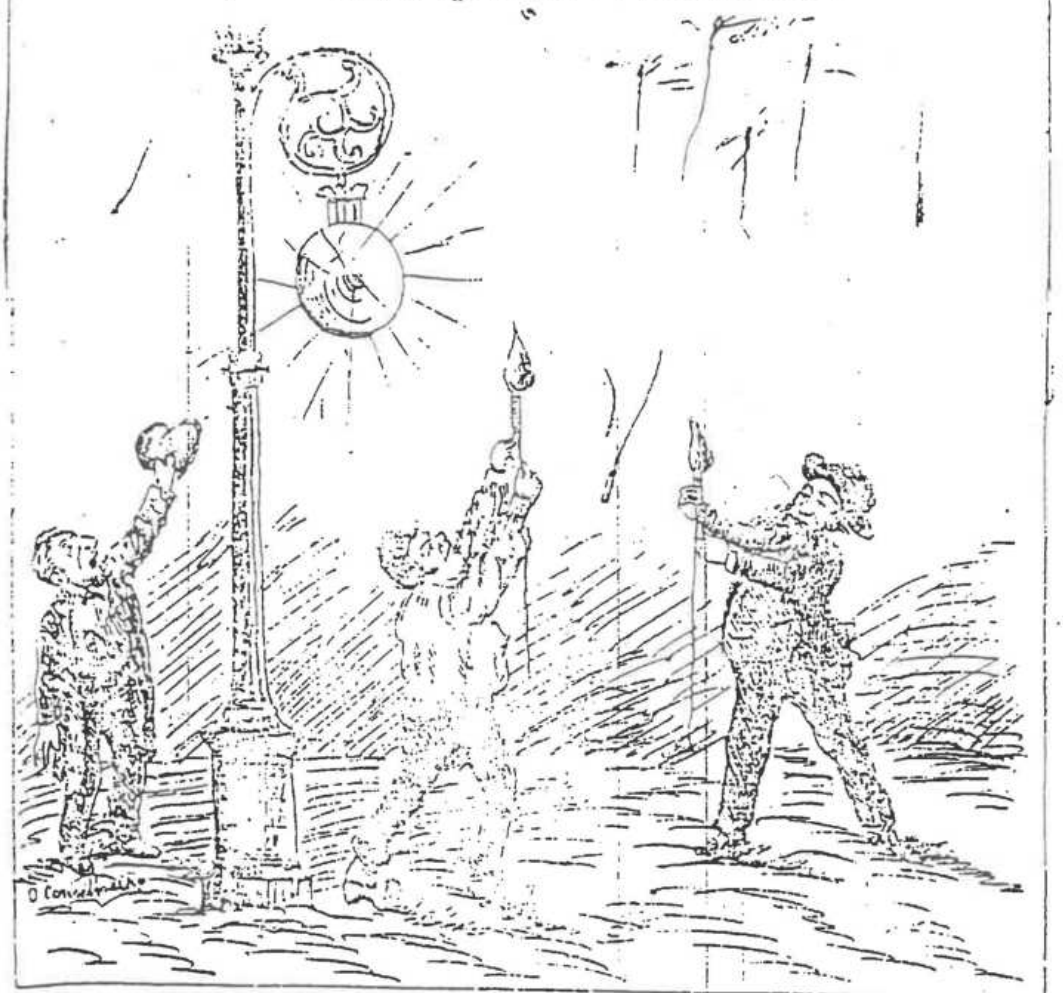
1.º ANNO

O PRIMEIRO DE JULHO

BRAGA 2 DE JULHO DE 1893

Nº 12

A Inauguração da luz electrica



Viva o progresso! Viva Braga a primeira cidade de Portugal, illuminada a [illegible]!
Viva a Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal! Vivam os engenheiros Muller e Cortez!
Vivam!

A rede da iluminação pública estava incompleta e em muitos locais provisória e deficientemente instalada e o que era mais grave, na central da Furada, existia *um único motor a vapor,* insuficiência manifesta para se alimentar a rede com segurança. As interrupções na luz eléctrica tornaram-se frequentes.

Logo nos jornais locais surgiram comentários em que a par de elogios à concessionária vieram as primeiras queixas a seu respeito.

Em «fundo» de «O Nacional» de 4 de Julho escrevia-se:

> «Finda hoje o contrato feito outrora pela Câmara Municipal de Braga para a iluminação pública desta cidade. Essa iluminação como todos sabem, era a gás e o modo como o público por tantos anos foi servido, nem deixa saudades nos bracarenses, nem gratas recordações ao Município.
>
> Começa pois, para esta bela «Princesa do Minho» uma nova era de progresso e notável melhoramento com a nova iluminação por meio de electricidade.
>
> Felicitamos portanto o público desta cidade que já vê realizados os seus ardentes desejos coroados do mais feliz êxito, os extraordinários esforços empregados pela Companhia da Electricidade do Norte de Portugal e de muitos outros cavalheiros, que puzeram a sua influência e valimento à disposição deste grande e tão simpático empreendimento.
>
> Felicitamos a Câmara Municipal desta cidade pelo modo correcto como tem procedido para com a nova Companhia, facilitando-lhe a poder cumprir o seu contrato e revelando-lhe umas certas faltas — o que mais prova a benignidade dos ilustres vereadores, do que a sua intenção de fazer cumprir à risca a fé e a lealdade do contrato firmado.
>
> No entanto, é necessário que esses sentimentos generosos do público e da corporação senatorial que o representa, não passem além do justo e do razoável, deixando abusar a Companhia e permitindo-lhe aquilo, que ofende os direitos dos munícipes, que se opõem aos interesses dos cidadãos; que prejudica visivelmente o serviço público, debaixo dos diversos pontos de vista, sob que podemos considerar nas relações da Companhia de Electri-cidade com o Senado Bracarense, ao executar o contrato da iluminação pública da cidade.
>
> Isso não pode ser.

E o mesmo Semanário a 4 de Julho escreveu-se:

> Parece-mos realmente que o sistema de iluminação por meio de electricidade é preferível a outro qualquer: mas o que é certo, é que este admirável invento, por muito novo e ainda pouco estudado, apresenta-se-nos por'ora tão imperfeito, quão susceptível de ser melhorado.
>
> Temos fé que = num breve futuro = a iluminação eléctrica chegará ao seu máximo aperfeiçoamento, prestando à humanidade grandes serviços e dispensando a todos nós imensos favores; e acreditamos também que = no presente, essa nova Empresa que se encarregou de nos fornecer luz, envidará todos os esforços possíveis, para que veja coroada do melhor êxito os seus trabalhos. Mas para isso, primeiro que tudo, é indispensável que ela cumpra à risca o seu contrato, mostrando ao Senado Bracarense e ao povo desta cidade = *que é séria e digna e que não quer de nenhuma forma, falsear a sua palavra, ou especular com a boa fé dos bracarenses.*
>
> É mister que esses *cabos e fios eléctricos,* que por aí vemos suspensos no ar em ferros e pinheiros, sejam conduzidos da Furada para aqui com o menor prejuízo do público; que esses arames sejam envoltos numa capa, que assegure o perfeito isolamento dos mesmos, como determina o parágrafo 1.º da condição[5] do contrato.
>
> Estas faltas e estas omissões praticadas pela Companhia, já têm sido origem de alguns inconvenientes no serviço; e por certo virão também a ser causa de algumas desgraças a lamentar.
>
> Urge pois que os cavalheiros que compõem a Companhia de Electricidade, activem o mais possível os seus trabalhos; porquanto logo na primeira noite da iluminação, o respectivo inspector municipal participou à Câmara = *que se achavam apagadas duzentas e tantas lâmpadas!!*
>
> Bem sabemos que a Empresa está no seu princípio; mas por isso mesmo, é que mais notadas se lhe tornam as suas faltas.
>
> Os contratos, sobretudo quando são feitos com uma população culta, civilizada e cavalheirosa, como o povo bracarense, devem ser cumpridos à risca, ficando isentos de toda a *chicana* ou *falsa interpretação,* que, embora traga lucro, afecte a honra ou prejudique a dignidade pessoal».

[5] A este respeito vejam-se as actas camarárias de 18 e 20 de Agosto e de 9 de Setembro de 1894.

A Câmara Municipal ainda em Julho nomeou uma Comissão para vistoriar as condições em que se encontravam as instalações da iluminação eléctrica e com base no parecer dessa Comissão, intimou a concessionária a tornar definitivas essas instalações.

Mas o motivo principal dos «eclipses» assim eram denominadas as interrupções na iluminação eléctrica estava nas condições em que funcionava a «oficina da Furada».

No eclipse da luz num dia de Agosto, foi indicado como causa da interrupção — «ter saltado um parafuso da máquina motora... mas que a Sociedade de Electricidade para evitar no futuro tais incidentes, mandara já vir mais uma máquina a vapor e dois dinamos, para serem montados logo que chegassem»[6].

Prova-se assim que de início na Furada havia apenas um motor a vapor.

A este respeito, escreveu-se no «Nacional» de 2 de Setembro:

> Está sendo defeituosissima a iluminação pública por meio da electricidade e, a companhia é justamente censurada pelas repetidas faltas que se têm dado.
>
> É realmente para lamentar que a companhia que tão caprichosa se mostrou para que a luz eléctrica fosse inaugurada no dia que estava marcado no contrato, sendo por isso alvo das simpatias e entusiasmo deste bom povo bracarense, se dê agora ao descanço, deixando correr tudo à revelia, sem ver que desta forma se está a desacreditar e a cair no desagrado do público.
>
> Por vezes tem a cidade ficado completamente às escuras, dando-se depois futeis desculpas, tais como, o ter-se embriagado o fogueiro ou o maquinista — ou ter saltado fora da máquina motora um *mofino* e *endiabrado*, parafuso, que repetiu a *gracinha* logo duas vezes seguidas — ou ter feito o rapazio avarias no transformador de Guadelupe, etc...
>
> Fosse, porém, o que fosse, o público é que não pode estar sujeito a essas contigências; é à Exma. Câmara que cumpre quanto antes pôr termo a estas faltas, obrigando a companhia ao cumprimento do contrato.
>
> Depois, já é tempo também de ir substituindo esses pinheiros, que a título de provisórios, se levantaram aí pela cidade para a montagem da rêde eléctrica e de estudar a fundo a distribuição da luz, da forma que está, é muito defeituosa.

[6] Notícia dada no Jornal «O Nacional» de 12/08/1893.

Ainda segundo os jornais, na sessão camarária do dia 13 de Setembro, o Presidente deu conhecimento da conferência que tivera com a direcção da Sociedade de Electricidade em que por se ter reconhecido que o material da Furada era insuficiente, desejava saber se a direcção da empresa estava resolvida a adquirir o preciso e em que prazo afim de evitar desastres prejudicadíssimos para a segurança pública.

Aquela direcção declarara «que já se achavam no porto de Lisboa em quarentena uma máchina e cinco dynamos e que até 15 de Novembro estaria completa a montagem».

Tratava-se possivelmente da máquina a vapor que já fôra anunciada aquando da notícia da interrupção de luz de 13 de Agosto de 1893.

Disse-se então que além da máquina tinham sido encomendados 2 dínamos. Dois ou cinco — não se percebe na verdade que tipo de máquina era este. A cada máquina motora devia corresponder um alternador e não vários dínamos (designação para geradores de C. C.).

Não houve notícia a confirmar que este 2.º grupo a vapor tenha sido posto em serviço na data indicada nem em qualquer outra.

Em Janeiro de 1894 noticiava-se que por ordem da Câmara Municipal uma comissão técnica ia proceder ao exame das instalações de iluminação eléctrica, afim de verificar se a Sociedade Electricidade cumprira em toda a sua plenitude as cláusulas do contrato perante a Câmara.

Este ano decorre com as já habituais interrupções na luz (talvez menos frequentes) assinalando-se no entanto numerosas queixas contra a deficientíssima iluminação pública.

Em Janeiro de 1895, os jornais referindo-se ao litígio entre a Companhia do Gás e a Câmara Municipal informavam que as partes haviam aceite uma decisão arbitral em que se reconhecida à Companhia o direito de preferência ou opção no contrato feito com a SENP para a iluminação da cidade, independentemente da concessão que aquela já detinha. Desta decisão a Câmara não podia recorrer. Como resultado depreendia-se que a Companhia do Gás tinha direito de *ser só ela* a fornecer a iluminação pública pelo sistema que explorava (ao preço de 16.500 reis por candieiro/ano) continuando assim a cidade a ser iluminada a gás e, que cessaria o fornecimento dessa iluminação com electricidade por parte da SENP. Mas a esta presunção sucedeu a versão que a cidade continuaria a ter luz eléctrica, porque a respectiva fornecedora não tinha sido ouvida nos «dares e tomares» Câmara-Companhia, nada tendo com a questão julgada pelos árbitros e dispunha de um contrato aprovado pela Câmara e pelo Governo. Acrescentava-se então que a Companhia do Gás não tivera em vista optar no novo contrato para a iluminação pública, mas apenas que a Câmara lhe reconhecesse o direito de opção, afim de a obrigar a uma

indemnização por «perdas e danos» (Comércio do Minho de 22, 24 e 29 de Janeiro de 1895).

A propósito, clamava-se nos jornais: «O público bracarense o que quer é melhor iluminação do que a antiga e a moderna, pois que se melhorasse a da electricidade e se conservasse de prevenção a dos candieiros de gás para se acenderem quando houvesse «eclipses eléctricos»... (Comércio do Minho 24/1/1895).

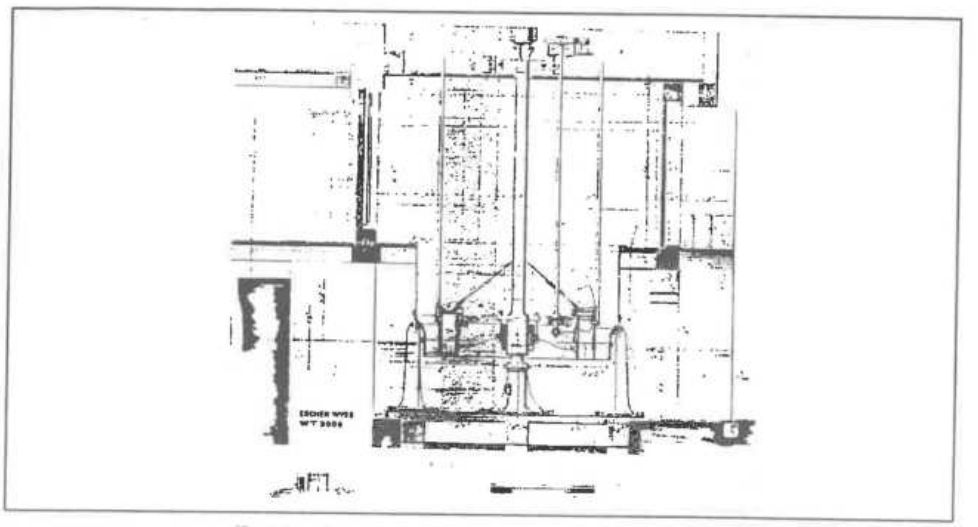
> Pela acta da Câmara Municipal de 2 de Maio de 1895 tem-se finalmente conhecimento que a Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal se está a ocupar do problema de aproveitar as águas do Cávado para a produção de energia eléctrica.
>
> Efectivamente, foi nesta sessão lido um requerimento da referida Sociedade, pondo em relevo a urgente necessidade da expropriação por utilidade pública e urgente do terreno baldio sito no lugar da Furada, freguezia de Vilar d'Areias do concelho de Barcelos, onde se achava montada a fábrica, motores e maquinismos e o canal pertencente ao Dr. Segismundo Rebello Teixeira d'Andrade, situado num açude existente no rio Cávado naquela freguesia e *necessário para se poder construir o açude para o aproveitamento da água como força motriz* [7].
>
> Deliberou a Câmara interceder junto do Ministério das Obras Públicas para se decretar a utilidade pública e urgente da requerida expropriação.
>
> Vem este requerimento confirmar, que só em 1895 a SENP se decidiu a construir o açude para criar a queda do aproveitamento da água na sua central.

Não se tem notícia a confirmar da entrada em serviço em Novembro de 1894 de um 2.º grupo térmico na central da Furada, nem como decorreram em 1895 as obras da construção do açude para o aproveitamento hidroeléctrico do Cávado que admitimos tenham sido iniciadas nesse ano. Quando se montaram os grupos hidroeléctricos (turbinas Jonvel de construção Gaspar Escher e alternadores Oerlinkon)? Não se viu qualquer referência a este respeito nem nos jornais, nem nas actas camarárias.

O que é certo, é que neste ano de 1895, os serviços da concessionária da iluminação pública em Braga, continuarem a ser alvo de censuras na imprensa local, censuras que no fim do ano sobem de tom.

---

[7] Reproduzem-se a seguir os desenhos que SENP juntou ao seu requerimento.



Turbina Jonval idêntica às instaladas na Furada

Assim se escrevia no Comercio do Minho em Outubro, logo no 1.º dia deste mês:

> «Há muitos dias que a iluminação eléctrica se apresenta mortiça, chegando até a desaparecer por completo».

Nos dias que se seguem continua a noticiar-se faltas de luz e os correspondentes protestos, escrevendo-se a propósito:

> «Há quem pretenda desculpar estas faltas de luz e os seus fornecedores, invocando casos de força maior. Pode tolerar-se isto uma vez, mas tantas... Pois haverá alguém que possa obrigar-nos a pagar 5 ou 10 contos por ano pela iluminação pública, para afinal estarmos às escuras?
>
> Assim como está, preferimos mil vezes o gás...[8].
>
> Parece que a sociedade de electricidade está sempre à espera que o nosso jornal aborde o assunto destas faltas, para vir deitar fala ao público, com promessas de não voltar a faltar.
>
> Esta satisfação, é um documento comprovativo da incapacidade da sociedade de electricidade fornecer a iluminação pública a uma cidade importante como Braga.
>
> Ora vejamos: A oficina de electricidade tem apenas três dínamos: um já estava avariado quando vieram as últimas trovoadas, outro foi avariado por elas, ficou a penas um dínamo para

[8] «Comércio do Minho« de 13/10/1895.

> produzir a energia eléctrica para 500 lâmpadas de 16 velas distribuidas pela cidade, para os arcos voltaicos do Campo de Sant'Ana e para 1.000 ou mais lâmpadas de particulares»[9].

Por esta notícia se constata que continuam confusas as informações a respeito dos geradores da corrente. Do que está escrito atrás, admitiamos que na altura estavam instalados dois motores a vapor.

Se havia 3 dínamos (alternadores). Um seria de reserva?

Se de facto o havia, tinha justificação. Devido à falta de proteções adequadas e eficientes (que na altura ainda não se fabricavam) os alternadores sofriam os feitos directos dos curto-circuitos na rede e das sobretensões ocasionadas pelas tempestades atmosféricas.

Disto, não eram responsáveis os concessionários. Mas por outro lado, estes não dispunham de pessoal competente para as reparações e estavam à mercê, daquele que o construtor das máquinas tinha de lhes enviar.

No ano seguinte, 1896, o fornecimento de luz à cidade continua sob o signo de um serviço sujeito a interrupções frequentes.

A Câmara multa a Empresa. Esta reclama, alegando casos de força maior.

A Câmara perdoa as multas...

Comentava o «Comércio do Minho» nos primeiros dias de Dezembro:

> «Na noite de 1, as lâmpadas eléctricas conservaram-se apenas rubras, deixando portanto a cidade envolta em trevas. Pelas ruas andava alguma gente a gozar os festejos do 1.º de Dezembro. Teve de meter os pés nos charcos à mingua de luz. De quando em quando apareciam transeuntes com copinhos, velas e lumes acesos para se alumiarem.
>
> Na noite seguinte observaram-se no mesmo estado os luzecus eléctricos...
>
> Até quando serão toleradas semelhantes faltas?[10].

Mas pior ia suceder poucos dias depois.

A 5, a delegação da SENP manda distribuir avisos participando aos seus consumidores que em virtude de circunstâncias de força maior se via forçada a suspender por algumas noites o fornecimento da luz.

Foi profunda a indignação entre os consumidores da luz eléctrica por «este inaudito abuso de ter a sociedade eléctrica suspendido o fornecimento daquela

---

[9] «Comércio do Minho» de 5/11/1895.

[10] «Comércio do Minho» de 3/12/1896.

luz nas noites de inverno e a indignação não era menor contra a Câmara por consentir uma arbitrariedade de tal ordem» (Comércio do Minho de 12/12/1896).

No mesmo dia a Câmara nomeou uma Comissão para dar um parecer acerca do material da Furada sobre os seguintes pontos:

1.º — Nesta fábrica de electricidade haverá dínamos eléctricos e os motores precisos para a iluminação pública e particular da cidade de Braga?

2.º — No caso de haver os precisos para a iluminação actual, haverá ainda os sobreselentes para a substituição de qualquer que seja necessário reparar?

3.º — Com as máquinas eléctricas e os motores em serviço, quantas lâmpadas do tipo de 16 velas, poderão fornecer, além dos arcos voltaicos instalados?

4.º — Com o material existente poderá a sociedade continuar a fornecer e a aumentar a iluminação aos particulares, sem prejuízo da iluminação pública?

5.º — Quais os dínamos, os motores e outros quaisquer aparelhos eléctricos e modificações na instalação indispensáveis para a completa garantia da iluminação pública e particular?

6.º — Quando por qualquer causa de força maior não funcionem as turbinas, terá a sociedade motores a vapor suficientes para garantia da iluminação?

7.º — E ainda no caso de força maior, quando não funcionem as máquinas eléctricas, terá a sociedade material e pessoal para a iluminação suplementar a petróleo?[11].

De notar-se neste inquérito que pela primeira vez se fala da existência de turbinas hidráulicas na Furada. É de supor-se assim que estas tenham entrado em serviço em 1895 ou mesmo em 1896.

A respeito do inquérito camarário, comentava o «Comércio do Minho»:

> «A direcção da sociedade fornecedora tinha o dever de munir-se do número de maquinismos precisos para dar cumprimento ao contrato a que se obrigou.
>
> Não o cumpriu? Faltou ao seu compromisso?
>
> A Câmara não tem obrigação de estudar a forma de melhorar a fábrica de electricidade; o seu dever é rescindir o contrato por falta de cumprimento das cláusulas nele estipuladas»[12].

[11] Transcrição do artigo do «Comércio do Minho», 17/12/1896.

[12] «Comércio do Minho», 17/12/1876.

Na sessão camarária de 2 de Fevereiro de 1897 foi lido o relatório apresentado pela Comissão de sindicância à fábrica de electricidade de Furada. Nesse relatório a Comissão descreve o material que encontrou na referida fábrica, o qual julgou insuficiente para o fornecimento da iluminação pública e particular da cidade, assim como julgou também insuficiente o material sobreselente para a substituição de qualquer outro que fosse necessário reparar. Entendeu ainda que a fábrica poderia fornecer somente energia eléctrica, além dos arcos voltaicos, para 3.200 lâmpadas de força de 16 velas.

Concluiu a Comissão o seu relatório com um parecer no qual aponta as diferentes providências a adoptar, julgadas necessárias para a boa regularidade da iluminação. Entre estas constava a necessidade de se adquirir mais um dínamo, uma máquina a vapor e respectiva caldeira.

Entre as causas que a SENP então alegava para irregularidade na iluminação da cidade, apontava sabotagens por contactos feitos nas linhas de transporte da energia da central à cidade. E fez publicar anúncios nos jornais, prometendo gratificações a quem pudesse indicar o autor ou autores de tais atentados. Não se descobriram.

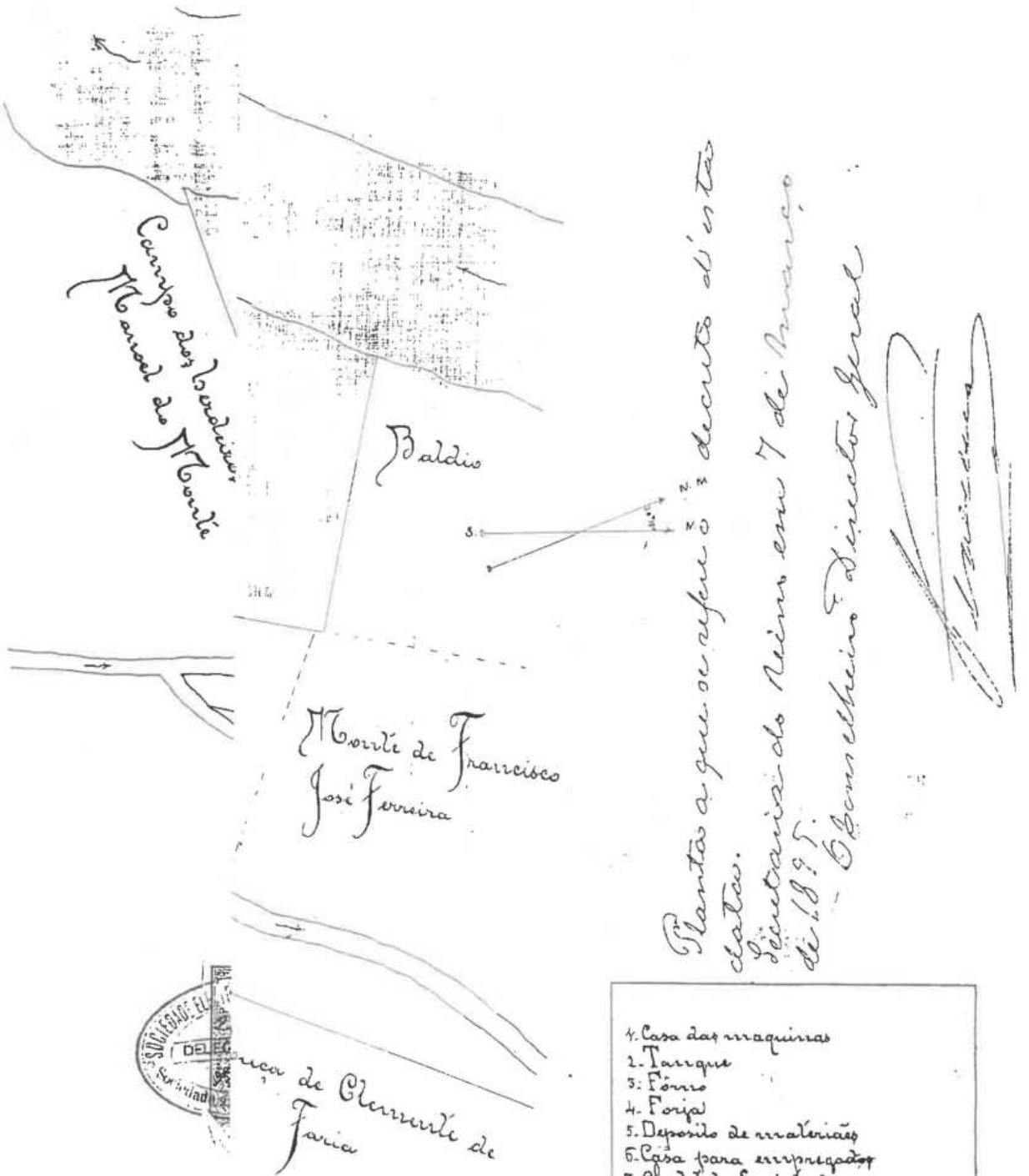
O que é certo, é que a SENP procurava por todos os meios eximir-se à aplicação de multas por faltas de luz. E neste intuito, chegou a requerer à Câmara a nomeação de uma comissão arbitral para estudar a interpretação das cláusulas do contrato, visto na sua opinião se suscitarem dúvidas relativamente à aplicação de multas e a respeito de outros assuntos que não eram da competência dos tribunais resolver. Como não visse, estes seus desejos atendidos, intentou contra a Câmara, uma acção na Auditoria Distrital que aquela contestou.

De facto, a situação do cumprimento das cláusulas contratuais por parte da SENP era ainda em 1897 tão precária, que em Maio desse ano a Câmara marcava ao concessionário um prazo de tolerância para este melhorar as condições do seu serviço e nomeadamente substituir as lâmpadas que se mantinham apagadas. Como em Novembro, tudo estivesse praticamente na mesma, foi aprovada pela Câmara uma proposta para ser retirada a concessão dada para a iluminação pública[13].

Ao que parece, esta deliberação não teve aplicação imediata.

Por estas alturas, a situação interna da sociedade de electricidade nada tinha de brilhante. Em assembleia geral realizada em Novembro de 1897, os accionistas que eram credores importantes da empresa reclamaram o pagamento dos seus créditos com acções e uma reorganização da sociedade. Nesta assembleia foi nomeada uma Comissão Administrativa para examinar os actos

[13] Acta de Sessão Camarária de 7/11/1897.



Plantas a que se refere o decreto d'esta data.
Secretaria do Reino em 7 de Março de 1879.
O Bacharel Antonio Vicente Ferreira Borges

1. Casa das maquinas
2. Tanque
3. Fórno
4. Forjas
5. Deposito de materiaes
6. Casa para empregados
7. Chalet da Sociedade
8. Casa de Manoel Carvalho
9. Casa de Antonio Salgueiro
10. Deposito de carvão
11. Turbinas

da direcção desde o início da sua gerência e estudar as bases de uma eventual fusão com a Companhia Geral Bracarense de Iluminação a Gás.

Em assembleias gerais realizadas em Janeiro do ano seguinte foi deliberado reduzir o capital da empresa a 25% do primitivo e os antigos accionistas credores da companhia aceitarem receber 50% desses créditos em acções da sociedade reorganizada.

Em Abril foram aprovados novos estatutos da SENP.

Em Junho, discutiram-se duas propostas em assembleia geral, uma referente a meios para se conseguir que a Câmara Municipal satisfizesse a sua dívida que na altura montava a 15.000$00 reis[14] e outra sobre a ultimação de trabalhos no açude da Furada, cujas obras se achavam prejudicadas por falta de dinheiro e para cuja conclusão se resolveu contrair um empréstimo de 20 contos.

Quanto à eventual fusão com a Bracarense do Gás, processo ia arrastar-se até 1901 e adiante se fará referência ao desfecho que teve.

Fossem quais fossem as possibilidades materiais e financeiras da SENP, a Câmara de Braga e os seus munícipes, iriam continuar ainda por largos anos, na dependência daquela empresa para os fornecimentos de energia eléctrica.

E estas possibilidades em pouco ou nada melhoraram ao longo desses anos. O serviço da iluminação pública e particular continuou a ser mau e naturalmente os protestos não cessaram.

Assim os expressava «O Comércio do Minho», em Agosto de 1898:

> «Quasi toda a imprensa local se manifesta mais ou menos violentamente contra a iluminação pública e particular fornecida pela Sociedade de Electricidade.
>
> Dizemos quasi porque, por mais extraordinário que pareça há ainda jornais e correspondentes em Braga que ou procuram desculpar de qualquer forma os abusos daquela sociedade, ou guardam silêncio deveras significativo e comprometedor acerca de todas as faltas por ela cometidas, ao mesmo passo que estão sempre prontos a entoar cantatas para celebrar a aquisição de algum novo aparelho destinado mais a reclamo do que ao benefício da luz, visto que esta nada tem melhorado desde a sua instalação.
>
> Não pode com efeito admitir-se a mínima desculpa a uma empresa que se comprometeu a fornecer boa luz à cidade e aos consumidores, e que durante 5 anos não tem feito outra coisa senão

[14] De facto, a dívida da Câmara à SENP foi crescendo ao longo dos anos, visto aquela pretender constituir um depósito que lhe garantisse o pagamento das multas aplicadas à SENP e que esta contestava.

burlar o contrato, deixando a cidade às escuras e correspondendo às queixas do público com uns papeluchos repletos de promessas de emenda jamais cumpridas.

Em fins de 1896, a Câmara apertada pelas constantes irregularidades da iluminação e pelos apelos de uma parte da imprensa local, prometeu solenemente resolver a questão da maneira mais útil aos interesses municipais.

Formulou um questionário e nomeou uma comissão para responder aos diferentes quesitos. A Comissão apresentou o seu relatório com data de 9 de Janeiro de 1897, demonstrando que o material da Furada era insuficiente para fornecer a luz publica e particular da cidade, e que a instalação era defeituosíssima. Propunha uma reforma no material e rede, tudo no prazo de 5 meses. Passaram-se os 5 meses, passou-se um ano, decorreu todo o tempo até agora, e não mais se curou de reforma alguma.

Em Maio do ano corrente, ordenou o Governo a substituição dentro do prazo de 60 dias, dos condutores nus da cidade e de outros pontos onde houvesse habitações. Cumpriu a sociedade esta ordem escrupolosamente e integralmente como devia? Ignoramo-lo, porque desde Maio em que sucedeu o incêndio em S. Jerónimo de Real[15] não ouvimos falar mais em semelhantes providências[16]».

1899 continua sob o signo das habituais irregularidades no abastecimento da energia eléctrica.

Logo nos princípios de Fevereiro a electricidade foi cortada durante 8 dias aos particulares, às fábricas e oficinas, por motivos de força maior. Quais foram então os motivos?

Esclarecem os jornais:[17]

---

[15] Foi de facto um incidente muito grave o sucedido em S. Jerónimo de Real. Atribuído a um contacto entre as linhas de alta tensão e a rede de distribuição em baixa tensão que submeteu esta a uma sobretensão perigosíssima e inutilizou grande parte das instalações particulares transformando-se em focos propagadores de incêndios. Um prédio ardeu completamente e outros incêndios não houve porque os respectivos locatários, com risco de vida (pois receberam choques violentos), conseguiram abrir os interruptores gerais das suas instalações. Menos feliz foi um habitante que pretendendo cortar com as mãos os fios que ameaçavam incendiar-lhe a casa, foi fulminado mortalmente.

[16] «Comércio do Minho» de 18/8/1898.

[17] «Comércio do Minho» de 9/2/1899.

Logo nos primeiros dias do mês «abriram-se as cataratas do céu, despejando sobre os campos sequiosos uma chuva persistente e fertilizante... Ao segundo dia desta bátega a benemérita sociedade de electricidade preveniu os consumidores de que devido à nunca vista cheia do Cávado, as turbinas da Furada não podiam fornecer luz aos particulares...

E o jornal a seguir fazia notar que no verão anterior se tinham dado frequentes irregularidades na iluminação então devidas a «uma nunca vista estiagem». E acrescentava: De modo que se há seca, as turbinas não podem trabalhar por falta de água, se chove, o rio engrossa e as turbinas não trabalham por excesso de água... de facto, ficavam afogadas.

Como reação a esta situação, na sessão camarária de 27 de Fevereiro, o vereador Firmino de Almeida, aludindo às frequentes irregularidades da iluminação pública e particular e às reclamações do público contra tais irregularidades, apresentou a seguinte proposta:

> Considerando:
>
> Que a SENP não obstante repetidos avisos e intimações não tem satisfeito a nenhuma das condições do contrato outorgado entre ela e a Câmara;
>
> Que o seu procedimento é a todos os respeitos prejudicial aos interesses dos municipes e da ordem publica;
>
> Que a mesma sociedade se confessa impossibilitada de dar execução ao referido contrato;
>
> Que à Câmara compete zelar os interesses dos seus administrados: Proponho que se instaure no competente Juizo acção de rescisão do mesmo contrato, ou usar a Câmara, se assim lhe convier, do direito que lhe confere a condição 37 e seus parágrafos do contrato, dando-se imediato conhecimento à fornecedora.[18].
>
> Esta proposta foi unanimemente aprovada.

Simultâneamente a Câmara resolveu intimar judicialmente a sociedade de electricidade para esta nomear um árbitro que pela sua parte havia de constituir o tribunal arbitral para interpretação das cláusulas do contrato.

---

[18] Condição 37 — Se durante o prazo da concessão o concessionário, por qualquer motivo, e mesmo pelo de força maior, cessar a exploração da iluminação, ou se achar impossibilitado de a continuar, considerar-se-á como retirada desde logo a concessão e a Câmara tomará imediatamente posse dos terrenos, construção, máquinas, e em geral de todas as propriedades móveis e imóveis que pelo concessionário forem empregados naquela exploração. Os parágrafos desta condição referem-se a pormenores deste processo de expropriação.

Curiosamente, a SENP em manifesto distribuido ao público, a propósito da acção de rescisão do contrato da iluminação, que a Câmara deliberara intentar, acusava esta de não lhe pagar os 20 contos que lhe devia e de praticar inequidades sem nome...

A imprensa julgando o caso imparcialmente, dizia que «a verdade publica e sabida era a de que a Sociedade nunca fornecera desde que se instalou, luz regular, tendo sido infinitas e sem resultado todas as reclamações...

Uma empresa que desta forma procedia, não tinha o direito de apelar para o povo, cuja simpatia alienara por completo».

E sem alteração aparente na situação existente, chega-se a 1900.

Em Janeiro, os directores da SENP oficiam à Câmara estarem terminantemente resolvidos a suspender a iluminação publica a 27 desse mês, no caso da Câmara não reembolsasse a Sociedade da importância que lhe era devida pela referida iluminação (os jornais de 27 de Janeiro inserem na íntegra o texto deste ofício).

A SENP enviou cópia deste ofício ao Governador Civil do Distrito que respondeu não lhe competir resolver questões entre a Câmara e a Sociedade, e, por isso, apenas lhe cumpria recomendar à Câmara que não podia deixar de tomar a comunicação, como uma desobrigação do contrato, que a Sociedade preferiria a qualquer dos outros meios indicados no art.º 109.º do Código Civil; e nestas condições ver-se-ia obrigada a contratar a iluminação com outra companhia, dando por terminado o contrato com a Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal.

A Câmara reuniu extraordinariamente para se ocupar da melindrosa questão da iluminação publica. Nesta sessão o Presidente declarou haver ordenado a publicação de um bando, pedindo aos habitantes da cidade que por alguns dias iluminassem as frontarias dos seus prédios, enquanto a Câmara se preparava para substituir a iluminação eléctrica por outro sistema iluminante.

E para rebater as afirmações contidas no panfleto distribuído pela Sociedade de Electricidade, dirigia-se igualmente ao público num manifesto assim concebido:

A SENP espalhou um manifesto em que se julga desobrigada do cumprimento do contrato de iluminação pública com o pretexto da falta de pagamento, dizendo-se credora de volumosa quantia.

A Vereação considera a Sociedade devedora à Câmara por quantia, proveniente de multas, superior a 10.500$00, e recusando-se aquela a encontrar esta dívida nos respectivos pagamentos, como é expressamente determinado no contrato, a Vereação não pode sem prejudicar os seus munícipes liquidar o débito de que a Sociedade se diz credora.

A actual Vereação, desde os fins de Abril de 1898, procurou sempre chamar a Sociedade ao cumprimento do contrato; a Sociedade, porém, nunca correspondeu a esse intento. O contrato para a Sociedade foi sempre letra morta, e não tem havido falta nem defeito, que ela não tenha pretendido cobrir com o falso pretexto de caso de força maior.

A situação da actual Vereação para com a Sociedade, levados em conta os pagamentos e multas liquidadas, acusa apenas uma dívida de 2.086$000 reis, e a Sociedade é tanto mais injusta por isso que resolveu lançar mão de um expediente violento, no momento em que a Câmara, animada do desejo de liquidar as contas com a Sociedade, estudava e trabalhava para uma resolução satisfatória[19].

A ameaça da Sociedade de Electricidade converteu-se um facto. Pela manhã de 27 os empregados da empresa concessionária tiraram todas as lâmpadas e globos aos candeeiros da iluminação pública, de maneira que à noite, a cidade ficou mergulhada em trevas, excepto nas ruas mais centrais, em que a iluminação dos estabelecimentos comerciais supriu até certa hora a falta da luz pública.

Foram aparecendo então indivíduos pelas ruas munidos de lanternas, balões, archotes, tochas, etc. Um grupo de estudantes percorreu o Campo de Sant'Ana munido de balões venezianos, entoando uma espécie de ladainha, em que era alvejada a Câmara e a Sociedade de Electricidade. A polícia, porém fê-los dispersar.

O Governador Civil do Distrito tomou as medidas convenientes para que a ordem não fosse alterada, caso os díscolos pretendessem aproveitar-se da falta de luz para pôr em prática actos malévolos. Este magistrado intimou os directores da sociedade, tornando-os responsáveis pelo que pudesse suceder com a falta de luz, mas eles recusaram-se a assinar a respectiva intimação.

Domingo 28, a cidade continuou às escuras e na 2.ª, 29, já havia algumas ruas iluminadas a petróleo, nos candeeiros da antiga iluminação a gás e esperava-se que toda a cidade viria a ser iluminada por este sistema até ser resolvida a questão[20].

No mês de Fevereiro a questão da iluminação publica foi tratada em vários artigos nos jornais.

No «Progressista» escreveu-se:

«A SENP, por motivos puramente gananciosos, teve a luminosa ideia de suprimir as lâmpadas da iluminação pública. Concebe-se que ela o fizesse,

[19] Transcrição parcial do «Comércio do Minho» de 30/1/1900.

[20] Continuação do artigo do «Comércio do Minho» de 30/1/1900.

porque as sociedades de ganância só pensam nos seus lucros, mas que haja cidadãos de Braga, que lhe defendam o procedimento, que se façam eco das suas palavras, é que se torna inconcebível.

É certo que tem a Câmara uma dívida para com a Sociedade de Electricidade, não tamanha como se diz, mas em todo o caso superior a metade do preço anual da iluminação pública, máximo que lhe era permitido pelo contrato.

São pelo menos iguais à da vereação progressista as responsabilidades da vereação regeneradora pelo que respeita à falta de pagamento à Sociedade; e isto mostra que alguma coisa há, superior à vontade das vereações, que impede os pagamentos.

Razões de ponderação obrigam a Câmara Municipal de Braga a ter em aberto aquela dívida.

Mas quem não tem absolutamente razão alguma no seu procedimento, embora fosse censurável o acto da Câmara, é a Sociedade de Electricidade. A tolerância desmesurada com que tem sido tratada pelas vereações, que se têm sucedido desde 1892, e pelos particulares a quem fornece a luz, deu-lhe a ousadia bastante para cometer esse insultuoso atentado de suprimir a luz a uma cidade.

Ela, que nunca cumpriu o seu contrato; que tem zombado de todos dando-lhes por lâmpadas de 16 velas uns tições, que deixa por vezes apagada a iluminação pública e particular; que nunca fez instalações para prevenir as cheias do rio e as estiagens; que nos casos de falta de luz nunca a substituiu pela de petróleo; que não tem os contadores para fornecer aos particulares; que não se sabe se nos seus fornecimentos excede o máximo do preço estatuido no contrato por hectowatt-hora; que não desconta nos seus créditos os dias em que deixa de fornecer luz, que não tem os seus conductores isolados como o seu contrato a obriga e superiormente lhe tem sido ordenado; que nunca produziu a energia eléctrica suficiente por falta de devidos aparelhos; e a quem tudo tem sido tolerado por complacência, senão mesmo por compaixão; é ela que nos vem lançar a afronta de nos suprimir a fraca luz que se lhe tolera!

Mas é bom que o público saiba a razão porque ela assim procede. Pela arrematação do fornecimento da luz eléctrica viu-se que não dava lucro a iluminação anual a menos de 16.000 reis por lâmpada de força igual a 16 velas; ora a Sociedade não produz energia eléctrica suficiente para cumprir nesta parte o contrato, ficando por isso sujeita a multas constantes impostas pela Câmara vindo assim a exploração da iluminação pública a ser-lhe ruinosa. Era-lhe por isso necessário acabar com a iluminação pública e foi o que fez. A iluminação particular não tem os mesmos inconvenientes, porque os particulares não descontam faltas nem impõem multas; e por isso só esta lhe convinha.

É por isso que a Sociedade declara que não dá por rescindido o contrato, mas somente deixa de dar luz a quem lha não paga; porque quer que o contrato valha para a iluminação particular. Mas está enganada. O contrato é indivisível.

Dizer que só dá luz a quem a paga, é querer tornar-se superior ao contrato e à lei. O contrato obriga-a a dar luz enquanto o consumidor se não tornar insolvente, sem que possa recusar-lha; e para a iluminação pública, em caso algum a pode negar, porque nunca a Câmara pode ser julgada insolvente, nem o contrato tal permite.

Se a Câmara falta ao cumprimento da obrigação contraída, e a Sociedade não quer compeli-la judicialmente, pode julgar-se também desobrigada, ficando por isso o contrato rescindido; nunca, porém, manter o contrato — e faltar às obrigações que ele lhe impõe. Não se concebe.

A Câmara agora é que não pode deixar de impor o contrato à Sociedade; e, mais que nunca, hoje tem razão para deixar de lhe pagar, porque presume que os capitais da Sociedade são insuficientes para pagamento das dívidas e multas em que tem incorrido, e agora incorre enquanto não der por terminado o seu contrato[21].

A cidade continuava às escuras

No dia 31 de Janeiro, por iniciativa de alguns comerciantes e industriais foi feito um convite público para um comício no teatro de S. Geraldo afim de se resolver a atitude a tomar perante a falta da iluminação pública. Nada foi resolvido porque a certa altura os assistentes invectivavam-se mutuamente e o Comissário de Polícia que estava presente pôs fim à reunião.

Como não podia deixar de acontecer os protestos continuavam e na imprensa fazia-se eco deles.

A 6 de Fevereiro, o «Comércio do Minho» recordava que havia já 6 anos que por vezes a cidade tinha ficado completamente às escuras, muitas vezes, noites seguidas. Sempre que isso sucedia, este jornal registava as faltas, pedia providências para elas, indignava-se com a sua repetição e acusava asperamente a sociedade exploradora.

Referindo-se aos seus colegas de imprensa, dizia «que àparte honrosas excepções, estes guardavam comprometedor silêncio e só abriam bico para anunciar falazes promessas de melhoramentos nos dínamos, na rede, e para desculpar a Sociedade das inumeras irregularidades cometidas. Agora berram como energumenos contra a falta da luz, horrorizam-se com a ideia de assassinatos e roubos que podem ser praticados sob a proteção do escuro insurgem-

[21] Transcrição do «Comércio do Minho» de 1/2/1900.

se, revoltam-se, tudo está muito bem e tem plena justificação. Só a não tem o seu procedimento anterior, a brigar abertamente com o arquitonante zelo farasaico e danado terror infantil de agora».

Na questão aberta entre a Câmara Municipal e a Sociedade de Electricidade, o «Comércio do Minho», declarava que estava ao lado da primeira e indicava as razões porque o estava.

E finalizava este artigo:

Como todos os nossos colegas da imprensa; queremos Luz; mas boa luz, e não esse morrão vermelho que a Sociedade de Electricidade nos impinge as mais das vezes por iluminação. Essa, não é justo que a Câmara a pague por luz, porque o não é.

Queremos luz, sim. Mas não permitimos que os exploradores dela zombem da Vereação, e do público, acendendo quando querem, apagando quando lhes apraz, cortando a corrente eléctrica a quem lhes parece, sem «lei, sem multas, procedendo em tudo como em terra de beócios, ou país conquistado».

No mesmo dia, o jornal noticiava que se tinha realizado novo comício promovido pela comissão que convocara os bracarenses para a reunião que ficara sem efeito dois dias antes.

Nesta reunião o Sr. Motta Junior propôs a nomeação de uma comissão composta de indivíduos de todas as parcialidades políticas, a qual procuraria estabelecer as bases de um acordo entre a Câmara e a Sociedade de Electricidade. Escolhidas as personalidades para constituirem essa Comissão, o Sr. Alves de Melo, propôs, que sem prejuízo para a proposta do Sr. Motta Junior, outra comissão para se dirigir às instâncias tutelares da Câmara- Governador Civil ou Ministro do Reino — pedindo-lhes as providências necessárias para a cidade ser urgente e convenientemente iluminada.

O Sr. Carlos Braga propôs que se telegrafasse ao Deputado do Circulo, pedindo-lhe para obter do Ministro da Fazenda um suprimento à Câmara de Braga que a habilitasse a pagar a sua dívida à SENP.

O Deputado do Circulo respondeu ter contactado o Presidente do Conselho e o Ministro da Fazenda e ficara assente que o Sr. Dr. Cabral apresentasse nas Cortes o projecto de lei que estabelecesse as obrigações da Câmara resolver em prestações a importância do suprimento que lhe seria necessário.

A Comissão nomeada no comício depois de conferenciar com o Governador Civil foi entender-se com a direcção da Sociedade de Electricidade. Houve também contactos entre o Governador Civil e a Câmara, a fim de se chegar a um acordo. O director da Sociedade de Electricidade declarou que acederia aos desejos da Comissão, desde que se constituisse o tribunal arbitral com poderes para liquidar as multas e esclarecer o contrato da iluminação pública. Declarou também que se entenderia com os accionistas da Sociedade para que esta

voltasse a fornecer luz à cidade. Estas declarações foram comunicadas pela Comissão ao Presidente da Câmara.

Efectivamente, a luz reapareceu na noite de 5 em toda a cidade, tendo sido para isso recolocadas as lâmpadas eléctricas nos respectivos candeeiros por ordem da Sociedade de Electricidade.

Mas foi «sol de pouca dura» porque mal se tinha passado um mês (a 8 de Março) o SENP deliberou novamente deixar de fornecer a iluminação pública com o pretexto de «não querer a Câmara resolver a questão dos árbitros para a liquidação das contas e consequente pagamento do débito para com a empresa. Não era verdade; a Câmara tinha já proposto as personalidades para o desempenho dessas funções — o árbitro pela Câmara e o árbitro de desempate.

Nesse dia a S. E. , voltou a desatarrachar as lâmpadas da I. P., e para a cidade não ficar às escuras, a Câmara, por sua conta, estabeleceu uma iluminação a petróleo.

Comentava o «Comércio do Minho», a 7 de Abril:

> «Contrista ver esta cidade, outrora regularmente iluminada a gás, e mais tarde brilhantemente iluminada a electricidade nas noites em que esta funcionava «comme il faut» (que foram poucas), contrista ver esta terra, depois de haver gozado os dois sistemas de iluminação mais modernos, voltar ao velho regime do petróleo.
>
> Não que a cidade não passe bem sem essa iluminação, bastantes provas tem dado que dispensa semelhante luxo. Uma terra que há 6 anos para cá, ficou dezenas de noites inteiras sem luz, e centenas delas com a iluminação parcialmente apagada até de manhã, ou totalmente durante certas horas, uma terra que aturou 6 anos sem protesto, todos os eclipses e demais fiascos eléctricos, e que, quando a Sociedade de Electricidade suprimiu por completo a luz, suportou sem revolta semelhante violência e insulto; uma terra de tão veneranda paciência e admirável pachorra pode tolerar perfeitamente os lampeões de petróleo que actualmente usufrui, porque ao fim de contas, sempre iluminam melhor do que as lâmpadas eléctricas em noites de eclipse total, que não foram poucas.
>
> E até quando vigorará este sistema de iluminação arcaica, de que se lançou mão como expediente de momento, mas que de modo algum pode ficar permanente numa cidade da categoria de Braga?
>
> Infelizmente não vemos maneira de se chegar a uma solução rápida, a não ser que a Sociedade de Electricidade reconsidere na violência que praticou e procure chegar a acordo com a Vereação.

A Vereação devia-lhe, mas não negava a dívida, apenas exigia o pagamento das multas.

Tratasse a Sociedade de compelir a Vereação, pelos meios legais, a pagar-lhe o que devia abatendo as multas que fossem justas. Mas suprimir a iluminação, isso nunca o deveria fazer. Agora, chegadas as coisas ao ponto em que se encontram, o mais razoável seria uma reconsideração sincera, restabelecendo a luz, e entabolando negociações sérias e viáveis para o acordo.

A 23 de Abril a Câmara resolveu intimar judicialmente a SENP a fornecer a iluminação pública no prazo de 4 dias e caso o não fizesse, ser-lhe-ia intentada acção de rescisão do contrato.

Como em fins de Maio a Sociedade de Electricidade ainda mantivesse a mesma atitude de se negar a fornecer a IP, a Câmara deliberou contratar com a Companhia do Gás a substituição duma parte da iluminação que se estava a fazer com petróleo pela do gás carbónico.

A Bracarense deu imediato começo às respectivas obras.

A SENP tentou embargá-las apelando para o Juiz de Direito. Este indeferiu, e a SE apelou para a Relação do Porto, cujo Juiz despachou no sentido de se constituir um tribunal arbitral.

Entretanto nos primeiros dias de Junho era posta a funcionar a iluminação suplementar a gás, cumulativamente com outra a acetilene, que a Câmara mandou instalar no Passeio Público.

Curiosamente, em Agosto, a SE resolve iluminar gratuitamente o Passeio Público, naturalmente para provar que a sua luz era melhor que a do acetilene. Mas para fornecer nesse local «luz a jorros» retirou-a a uma parte dos consumidores particulares, alegando desarranjos no açude da Furada...

De resto, esta iluminação gratuita do Passeio Público só se realizou nas noites em que ali tocava a banda de infantaria 8...

E sem qualquer alteração para melhor no que respeita a fornecimentos de energia eléctrica por parte da SENP, antes pelo contrário, com frequentes e prolongadas suspensões destes fornecimentos aos consumidores particulares, chega-se ao fim do ano.

Nos primeiros meses de 1901 são relançadas as negociações para a eventual fusão da Sociedade de Electricidade com a Bracarense do Gás. Dada a posição desta última usufruir de uma gestão económica relativamente desafogada e nada comparável à situação crítica em que se encontrava a SENP, coube-lhe ditar as bases em que essa fusão se viria a fazer[22].

[22] Sobre estas negociações veja-se «Comércio do Minho» de 24, 29/1, 28/3 e 16/4.

No fundo, tratava-se de uma compra por parte da Bracarense de todo o material, fábrica e demais instalações de iluminação pelo sistema eléctrico, pertencentes à SENP. A Bracarense aumentaria mais 100.000$000 ao seu capital, sendo este emitido em obrigações para serem entregues à SENP, como pagamento da compra realizada.

Não obstante contar-se ser esta operação aceite nas assembleias de accionistas das duas empresas, a conclusão do processo dependia da aprovação da Câmara Municipal relativamente a uma modificação do contrato existente para iluminação pública e particular, da desistência da acção de rescisão do referido contrato em litígio no tribunal e da liquidação da dívida que a Câmara contraíra para com a SENP.

O julgamento desta acção vinha a ser sucessivamente adiado.

Os accionistas da SENP dividiram-se em dois grupos, um favorável à aceitação das propostas da Bracarense, outro opondo-se-lhe. Foi a opinião do último que prevaleceu.

Em Março, a SENP mostrava a intenção de restabelecer a iluminação pública da cidade com electricidade, para o que mandara recolocar as respectivas lâmpadas. Para corresponder a este gesto de boa vontade, a Câmara deliberou desistir da acção intentada contra a SENP que conduzia à rescisão do contrato entre as duas.

Mas o restabelecimento deste fornecimento e até o de assegurar o do abastecimento dos consumidores particulares não se apresentava nada fácil, dadas as condições em que se encontrava a central da Furada.

Anunciava-se em Outubro que se trabalhava activamente nesta fábrica na reconstrução do seu açude para que a cidade pudesse voltar a ser alimentada pelo sistema eléctrico e a SENP prometeu que em Novembro reapareceria a luz eléctrica para os consumidores particulares, mas só para aqueles que aceitassem novos contratos para este fornecimento.

Até ao fim do ano, Braga continuou sem iluminação pública por meio de electricidade.

Precisamente em Dezembro de 1901 surgem indícios que alguém pretende imprimir novas formas de actuação na condução do negócio da SENP [23].

Em assembleia geral desta empresa, realizada no Porto a 17, o Eng.º Francisco Xavier Esteves apresenta uma proposta do seguinte teor:

> «Perante os embaraços prolongados que tem experimentado a Sociedade, creio poder afirmar que a mesma não logrará entrar

[23] «Cmércio do Minho» de 19/12/1901.

em vida desafogada sem uma remodelação orgânica e uma chamada de capital.

Porém, como se me afigura que da parte dos associados há relutância em adoptar esse expediente, tomo a liberdade de submeter à ilustrada consideração do Presidente da Comissão Administrativa e dos demais membros o seguinte alvitre:

1.º — A Sociedade trespassa-me os seus direitos e haveres;

2.º — Distribuirei 6% aos credores actuais até ao quantitativo de 45.000$000 de créditos;

3.º — Distribuirei 3% aos accionistas até à cifra de 110.000$000 de acções;

4.º — Farei o reembolso do capital credor e accionista no prazo de 20 anos, por sorteio ou compra no mercado, ficando com a faculdade de imediatamente liquidar créditos até ao quantitativo de 12.000$000 e de apresentar o reembolso do restante se tal me convier;

5.º — Organizando nova empresa e logo que ela esteja autorizada a emitir obrigações, entregarei aos credores obrigações de 1.º grau (6%) e aos accionistas obrigações de 2.º grau (3%) para garantia e em substituição dos seus créditos e títulos actuais;

6.º — O juro será pago em Outubro e Abril, começando o pagamento em Outubro de 1902».

Aceite esta proposta.

Em nova assembleia geral da SENP, realizada a 7 de Janeiro de 1902, foi aprovada a dissolução da sociedade, cujos direitos e haveres tinham sido trespassados a Francisco Xavier Esteves e ao mesmo tempo requeria-se à Câmara autorização para a transferência da concessão da iluminação da cidade para Francisco Xavier Esteves ou para a empresa por ele organizada.

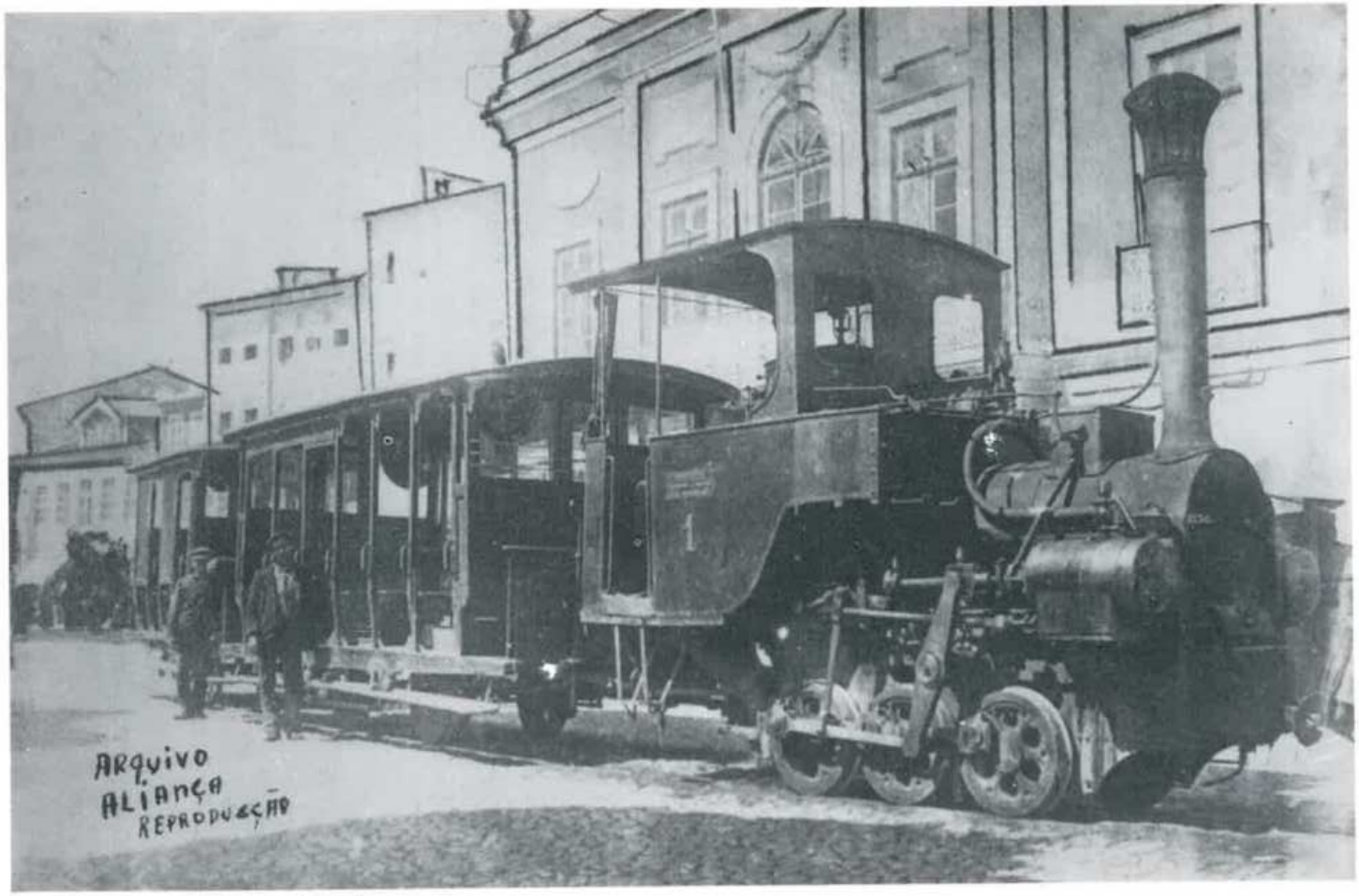
Porém, na assembleia geral da SENP de 14 de Maio de 1902, foi lida a seguinte comunicação de Xavier Esteves:

«Na interinidade de situação em que se tem efectuado a exploração da luz eléctrica em Braga, tive ensejo de reconhecer que podem levantar-se dificuldades e delongas na liquidação do débito da Câmara, quando este seja reclamado pela empresa nova, ainda que os seus direitos fiquem perfeitamente demonstráveis.

Esse débito eleva-se a cerca de 30.000$000 rs. E não se podem proporcionar facilidades para que tão elevada soma permaneça infecunda e em poder do devedor, quando é necessária para o regular andamento dos negócios da



Fontenário na Praça



O carro «Americano», rebocado por locomotiva a vapor

empresa. No intuito de se poderem vencer mais rapidamente os aludidos embaraços, parece-me que há toda a conveniência em conservar-se a Sociedade de Electricidade, obtendo-se por diferente forma os capitais com que deve acudir-se à exploração da concessão»[24].

Quer dizer, a ideia da dissolução da SENP e constituição de nova empresa foi posta de parte. Somente, Xavier Esteves é que como director principal, passou a ser o mentor da SENP.

Não se esclareceu se as propostas por ele elaboradas para liquidação de créditos e aquisição de acções tiveram seguimento. Em conformidade, foi comunicado à Câmara que não se efectuara o trespasse da concessão e bens da sociedade para Francisco Xavier Esteves e que portanto, a SENP continuaria a fazer o serviço da luz eléctrica em Braga.

Contava-se que o restabelecimento do fornecimento da energia eléctrica para a I. P. tivesse lugar em Janeiro de 1902. Não há confirmação desta data, mas foi de facto restabelecido.

Ao que parece, obras realizadas no açude da Furada terão permitido melhorar o aproveitamento das turbinas, embora, por um motivo ou por outro, continuassem a haver interrupções na luz.

Numa sessão camarária em Agosto de 1903, dois vereadores estranharam não ter a empresa restabelecido a iluminação suplementar a petróleo a que era obrigada, e ao mesmo tempo queixaram-se de que a luz tinha pouca intensidade. O vereador Cerqueira, responsável pelo pelouro da I. P. disse que a «luz presente era boa, àparte pequenas interrupções, quando comparada com a iluminação da empresa anterior» [25].

*

* *

Em 1905, começa a falar-se em Braga de uma nova aplicação a dar-se à energia eléctrica.

Foi o caso da Companhia Carris que explorava na cidade os transportes públicos pelo sistema de «carros americanos» inicialmente com tracção animal, depois, rebocados por locomotiva a vapor, que em Novembro desse ano pediu à Câmara para estabelecer a tracção eléctrica na estrada municipal ao Bom Jesus e nas ruas da cidade e ainda «para se aproveitar da água dispensável para a irrigação da cidade a fim de servir para produção de electricidade»[26].

O requerimento foi entregue a uma Comissão para o estudar. E o assunto ia ser objecto de largo debate nos anos que se seguiram.

---

[24] «Comércio do Minho de 17/5/1902.

[25] «Comércio do Minho de 24/8/1902.

[26] «Comércio do Minho» de 28/11/1905.

Passado um ano, a Carris insiste nos seus propósitos, com o fundamento de dispor de uma concessão dada pelo Governo para a tracção a vapor.

Mas a Câmara não reconhece à Carris os direitos a que ela se arroga, e entende que deve ser aberto concurso público para a viação segundo o sistema eléctrico nas ruas da cidade, devendo a concessão ser feita à empresa que maiores garantias oferecesse.

E para o efeito, nomeia uma Comissão para elaborar as bases desse concurso[27].

Pelo que respeita o abastecimento de energia eléctrica para a iluminação pública e particular da cidade nestes anos de 1904 a 1906, os «eclipses» da luz continuaram a ser frequentes, alguns provocados por avarias nas linhas de transporte da energia por ocasião dos temporais de inverno, outros resultantes de causas que a Câmara considerava não passíveis de multas.

Em 1907, a imprensa começa a ocupar-se com frequência do assunto da tracção eléctrica em Braga.

De um «fundo» do «Comércio do Minho», a 28 de Março, dá-se um resumo: [27]

> «Braga, a formosíssima capital do Minho, cujo desenvolvimento é cada vez maior devido única e simplesmente ao esforço próprio, vai ver em breve a realização do melhoramento que mais necessita — a tracção eléctrica.
>
> Braga foi a primeira cidade da Peninsula onde se estabeleceu o primeiro elevador funicular e não podia ser a última a aproveitar-se da moderna viação.
>
> Os «americanos» quando há pouco eram um dos melhores meios de locomoção passaram de moda, cedendo o lugar aos eléctricos».
>
> Referindo-se ao concurso cujas bases já tinham recebido aprovação do Governo[28], criam que ele não ficaria deserto, porque a empresa havia de remunerar largamente os capitais empregados.

Entretanto, a 15 de Março de 1907, a Carris enviava à Câmara Municipal um protesto nos seguintes termos:

> «A gerência da Companhia Carris teve conhecimento pelos jornais de que se acha aberto concurso público para o exclusivo da exploração das linhas férreas americanas por meio de tracção

---

[27] «Comércio do Minho» de 26/11/1906.

[28] Publicadas no Diário do Governo de 7/1/1907.

eléctrica para transportes colectivos de passageiros, bagagens e mercadorias em todas as vias públicas municipais, actuais e futuras, que a isso se prestem, ou em leito próprio, dentro dos limites do concelho de Braga.

A suplicante nunca desejou, nem hoje deseja, pôr obstáculos ao desenvolvimento da cidade de Braga. E tanto assim, que na sessão da Ex.ma Câmara de 24 de Novembro de 1905, foi presente um requerimento da Companhia Carris, no qual esta pedia autorização para estabelecer a tracção eléctrica nas suas linhas, o que, aliás, não seria mais do que a estrita aplicação dos seus contratos, visto não se fazer eles restrição alguma quanto ao sistema de tracção a empregar.

A Ex.ma Câmara nunca deu solução ao pedido da Companhia, à qual nem sequer comunicou que ia abrir aquele concurso.

E todavia, essa solução era bem simples. Bastava cumprir integralmente os contratos existentes, tanto mais que o Estado também os interpretara no mesmo sentido, como se vê no Alvará de 14/7/1905.

Ora a Companhia, tendo notícia da abertura do concurso, deseja somente acautelar os seus direitos e que os actos dela não sejam mal interpretados.

Quer que conste e se saiba que ela estava disposta a transformar os seus serviços, contribuindo para dar à cidade de Braga o aspecto moderno, civilizado e aprazível, que hoje vão assumindo todos os centros estrangeiros e nacionais, de população da sua categoria.

Se o não fez, foi porque a Ex.ma Câmara a impediu. E se de futuro o não puder fazer, será porque a Ex.ma Câmara não lhe consentiu que ela aproveitasse a oportunidade, que se lhe ofereceu no ano findo.

De todo o modo a suplicante vem protestar contra o concurso, já por ilegal e ofensivo dos direitos adquiridos da Companhia, já por inexacto e incompleto na base final, em que se alude aos direitos da mesma Companhia. E assim:

Na referida base não se respeitam todos os direitos da Companhia Carris, a qual, gosa do privilégio exclusivo de fazer tracção de qualquer natureza pelas ruas e estradas em que estabeleceu as suas linhas, e tem preferência na opção em relação a todas as demais ruas, quer já abertas, quer a abrir de futuro.

E também não se respeitou o direito reconhecido expressamente pelo Estado à Companhia de estabelecer a tracção eléctrica na parte das estradas reais n.os 3 e 27, compreendida entre a cidade e a estação de caminho de ferro, apesar de ter dado conhecimento à Ex.ma Câmara em 21/11/1905 do já citado alvará do Ministério das Obras Públicas de 14/7/1905 em que aquele direito tinha sido concedido à Companhia.

Portanto a Companhia Carris, sem prejuízo de todos os outros meios de defesa, dos quais usará em tempo oportuno, vem protestar perante a Ex.ma Câmara:

1.º — Contra a abertura de concurso; e, quando ele seja mantido em vigor, protesta ainda:

2.º — Contra as palavras «aliás sem privilégio de exclusivo» que se lêem na base 31.ª do anúncio do concurso, pois a Companhia tem o exclusivo em todas as ruas e vias já ocupadas pelas suas linhas;

3.º — Contra a afirmação de que a Companhia tem concessão para tracção com muares e máquinas a vapor, visto que a Companhia tem o direito de usar quaisquer outros meios de tracção, e aquele modo de dizer pode fazer supor o contrário;

4.º — Contra a falta de clareza da mesma base acerca do direito de preferência ou opção, que à Comapanhia pertence, relativamente a todas as demais ruas e vias do concelho de Braga, construidas ou a construir, visto que embora se resalvem nessa mesma base «os direitos inerentes àquela concessão» (a da Companhia), isto não pode ser suficiente para que todos conheçam esses direitos integralmente, como é mister;

5.º — Contra a falta absoluta de garantias que resultaria da parte final desta base, se contra e acima dela não prevalecessem os contratos da Ex.ma Câmara com a Companhia, nos quais aquela se obrigou a respeitar os direitos desta por todos os bens do concelho»[29].

O Presidente da Câmara insurgiu-se contra os termos e a maneira com que a Carris se lhe dirigira. Disse ainda que acompanhara o Governador Civil à capital no propósito de se conseguir um projecto de lei que habilitasse a Câmara a realizar o melhoramento.

---

[29] «Comércio do Minho» de 28/3/1907.

Perante a boa vontade manifestada pelo Ministro da Justiça, esperava conseguir trazer à cidade melhoramento tão importante.

Entretanto respondia à Carris:

> «Esta Câmara abrindo concurso público para o exclusivo de tracção eléctrica da cidade e concelho não ofendeu quaisquer direitos da Companhia Carris, e seguiu por o único e exclusivo caminho que podia trilhar para dotar a cidade com um largo melhoramento:
>
> *a)* Não ofendeu os direitos da Carris, porque a nova concessão nada tem com os serviços por ela explorados e que foram objecto da concessão que usufrui. Essa concessão não foi pedida e, por isso, muito menos concedida, para o sistema por tracção eléctrica. Os sistemas de que gosa foram, primeiro, o de muares, depois, o de máquinas a vapor, e com elucidativa restrição.
>
> Em 1882, Manuel Joaquim Gomes, sucessor em primitiva concessão, veio pedir à Câmara que se lhe fizesse nova concessão, com os previlégios contidos na que acabava de extinguir-se, e com outros mais que enunciou na sua proposta. Entre estes, propôs o emprego de máquinas a vapor para fazer a tracção, principalmente, entre os Peões e o Elevador.
>
> A Câmara relativamente a este pedido, decidiu: «que poderia empregar, sempre que isso conviesse à exploração, a máquina a vapor para fazer a tracção, principalmente entre os Peões e o Elevador».
>
> Depois desta, nenhuma outra concessão foi feita à Companhia Carris.
>
> *b)* E esta concessão, nestes mesmos termos em que foi conferida, não gosa do exclusivo. Nenhum documento da Câmara o revela, e com os documentos da própria protestante se reconhece que tal exclusivo não existe.
>
> Tendo em Julho de 1894, Henrique Freire d'Andrade requerido à Câmara um nova concessão para caminho de ferro na cidade, esta resolveu que a solução deste pedido ficava dependente de designação dos pontos por onde esses caminhos de ferro passassem e das plantas que apresentassem os requerentes — não se permitindo outras linhas pelas ruas por onde passasse a linha já autorizada quando «aquelas não comportassem a sua colocação».

Quer dizer, à Câmara deixou bem inequivocamente significado que até nas ruas onde a Companhia tinha linhas suas, poderia ser autorizada a colocação doutras linhas, quando essas ruas as comportasse.

Quando já em mãos de Manuel Joaquim Gomes a concessão, este na verdade, veio pedir um exclusivo. Mas este exclusivo é somente para que ele concessionário pudesse fazer tracção ou carrilar nas suas linhas. Outro privilégio não pediu nem lhe foi concedido.

c) A Companhia Carris não tem nem podia ter direito de opção sobre o sistema de viação por meio de electricidade. A Câmara resolveu atender o primitivo concessionário, concedendo-lhe a preferência, a outro qualquer proponente para estabelecer os tramways nas demais ruas da cidade, e mesmo naquelas que se construissem de novo. Mas a esse tempo a concessão não abrangia o emprego de máquinas a vapor.

Como é que a Companhia agora pretende o direito de opção até para o sistema de electricidade, absolutamente desconhecida nessa concessão? A Câmara, concedendo o direito de preferência certamente o não podia fazer senão para os serviços que a concessão abrangia, e nesse tempo nem para uso de máquinas a vapor havia concessão.

d) As bases do concurso de concessão dizem tudo quanto era indispensável para não confundir direitos e obrigações, entre a concessão existente e a concessão futura. A Câmara entendeu não dever visar a concessão de que gosa a Companhia Carris, por livremente e independentemente dela poder ser exercida a tracção pelo sistema de electricidade. Sabia bem que vícios fundamentais afectavam a concessão da Companhia entre os quais, o de se outorgar a concessão por tempo ilimitado quando a Câmara, em parte alguma das suas actas havia tomado semelhante deliberação.

Mas para que havia a Câmara de ir denunciar uma concessão que em nada afectava a que se propunha outorgar? Em vez de tomar esse caminho embaraçoso, entendeu preferível esclarecer a situação de todos, como convém em assunto de semelhante importância. E neste intuito, a Câmara tendo pelo artigo 15 das bases do concurso tomado a obrigação de pôr em prática todos os meios atinentes de viabilidade da empresa de tracção eléctrica, proporá em Juizo todas as acções que sejam necessárias para semelhante fim.

Diz o requerimento da Companhia que a Câmara impediu que se realizasse o grande melhoramento da tracção eléctrica, não deferindo a petição em que solicitava da Câmara licença para a instalação de semelhante serviço. Isto não se percebe; se a Companhia quer prestar esse grande serviço tem amplamente aberta a porta do concurso. Se por essa porta não quizer entrar para dar passagem a outros, só de si tem a queixar-se; e se com esses outros não puder competir, a Câmara só tem que felicitar-se de poder encontrar um expediente de conseguir para a cidade um mais alto e eficaz melhoramento»[30].

Segundo se depreende do relato da sesssão camarária de 22 de Abril, terá havido uma única proposta relativa ao concurso aberto para a viação eléctrica, que a comissão especialmente nomeada para a sua apreciação deu de parecer que não era de aceitar por alterar as bases do concurso.

O Presidente da Câmara sobre o assunto apresentou a seguinte proposta:

«A resolução que acaba de ser tomada mostrou que o concurso aberto para o exclusivo da tracção eléctrica na cidade e concelho, tem a considerar-se como direito e assim fica colocado o Município no seu estado anterior, respeitantemente a este assunto que tanto há interessado a cidade, e hoje como ontem, excepcionalmente prende a sua atenção.

Todavia, se o concurso realizado, não deixou liquidada a questão, a Câmara não deve ter perdido o tempo e o trabalho nela empregado, dando-lhe resposta que repele toda a indecisão que poderia aceitar-se em espíritos receosos.

A proposta apresentada à Câmara convenceu-a que um embaraço impediu e está impedindo a lucrativa solução deste problema.

O Município deu em época passada, uma concessão graciosa de que gosa a Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, para tracção por muares e a vapor, que hoje com o progresso natural que influi em todas as manifestações da vida actual, é incapaz de satisfazer as necessárias comodidades e exigências as mais modestas.

[30] «Comércio do Minho» de 28/3/1907.

Esta concessão estava delimitada, e a Câmara abrindo concurso de exclusivo de tracção eléctrica, ficou segura de que em nada ofendera os direitos outorgados por essa concessão.

Não o compreendeu assim a Companhia Carris e, trazendo perante a Câmara os seus protestos, levou a toda a parte o receio de pleitos em que podia ser envolvida uma concessão tão freneticamente ameaçada. O capital afastou-se em presença da campanha empreendida.

Só estas circunstâncias impediriam que concorrentes diversos deixassem de acudir à proposta que publicamente se formulou.

Ficou evidenciado o estado das coisas que respeita à viação pública na cidade e concelho. A Municipalidade ficou sabendo que transformará os serviços da viação, dotando a cidade com um notável melhoramento; ficou sabendo que uma causa única impede esse melhoramento. Tem que a remover. Sabia que lhe era lícito tomar de imediato essa atitude e só a não adoptou por lhe parecer que tal como procedia obteria idêntico resultado.

Podendo trazer à cidade os serviços da tracção eléctrica com toda a independência dos serviços que no momento prestava outra entidade, ao abrigo das relações criadas com o Município, isto era, certamente preferível e daria lugar a um aproveitamento de tempo. Os factos vieram provar que tal desideratum era irrealizável.

A Câmara, com autoridade, podia executar a concessão usufruida pela Companhia, de maneira graciosa, de carácter verdadeiramente precário, sem delimitação de prazo: O contrato feito sobre ela estava eivado de vícios fundamentais.

Nestes termos, o Presidente propunha que «a Câmara caçassse imediatamente a concessão dada pelo Município para a exploração dos serviços de viação explorados pela Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus, tomando as medidas a isso conduncentes, interpondo e acomapanhando perante os tribunais quaisquer litígios em que a Câmara figure como autora ou como ré»[31].

Estava assim definida pela Câmara a orientação futura para a exploração dos serviços de viação urbana pelo sistema da tracção eléctrica.

[31] «Comércio do Minho» de 23/4/1907.

Perante o insucesso do concurso que tinha sido aberto, a Câmara tomaria sobre si as responsabilidades de os estabelecer e para começar, anulava de imediato, a concessão dos serviços existentes, outorgada à Companhia Carris.

Houve intenção de se «deitar água na fervura» que tal decisão representava. Esse papel coube à Associação Comercial de Braga que se ofereceu para medianeira entre a Câmara Municipal e a Companhia Carris, afim de se levar a bom termo a questão da tracção eléctrica. Para o efeito, a direcção da Associação Comercial obteve da Carris um projecto de proposta de concessão para entregar à Câmara. Definido por 25 condições, pedia-se uma concessão pelo prazo de 60 anos a contar do começo da viação por tracção eléctrica, com direito a resgate a partir do fim do 40.º ano. Finda essa concessão, pretendendo a Câmara fazer por qualquer modo nova adjudicação do serviço de viação por tracção eléctrica ou qualquer outro sistema, seria dado à Carris direito de opção em igualdade de condições[32].

A Câmara decidida como estava a ser ela própria a explorar o serviço da viação de transportes públicos, não se pronunciou sobre esta proposta da Carris e ficou aguardando oportunidade e meios para poder concretizar as suas ideias relativamente à futura viação urbana por meio de tracção eléctrica.

De momento, a Municipalidade não tinha meios pecuniários para se lançar de imediato no empreendimento, tanto mais que estava profundamente empenhada em dotar a cidade de Braga com outro melhoramento, tanto ou mesmo mais importante para a sua população, que era o do abastecimento e distribuição de água potável.

Na verdade, ainda nestes primeiros anos do nosso século, os habitantes de Braga, para terem água em suas casas, eram obrigados a ir buscá-la aos fontenários públicos existentes em vários pontos da cidade. Para aqueles, cujas residências se achavam longe de um desses fontenários, irem abastecer-se de água era um verdadeiro sacrifício de que se procuravam aliviar, reduzindo ao mínimo o consumo do precioso líquido, o que naturalmente se fazia com prejuízo dos cuidados de higiene.

Prejudicada era também a limpeza das ruas, que na sua maioria, só tinham água... quando esta caía do céu...

O abastecimento de água à cidade apenas está relacionada com os consumos de electricidade, pelo facto da água destinada a esse abastecimento vir a ser bombada no rio Cávado e levada até aos reservatórios da cidade por via de energia eléctrica, de que se tornou importante consumidor (em fase inicial,

[32] Para completa informação das condições contidas neste projecto de concessão, pode recorrer-se à leitura do «Comércio do Minho» de 14 de Maio de 1907.

esta bombagem e elevação da água, tinha como força motriz, maquinismos a vapor).

Não se julga descabido que aqui se lhe dediquem algumas linhas parase pôr em relevo algumas das fases mais importantes da evolução do processo do abastecimento de água a Braga.

Em Abril de 1908, a propósito do projecto que se elaborara para a captação da água no rio Cávado, salientava-se a conclusão a que se chegara num parecer que tinha sido submetido ao Conselho Superior de Obras Públicas, e em que se afirmava:

> «Não sendo economicamente aceitável, como se reconhece na memória do respectivo projecto, construir no Baixo Cávado uma barragem com a altura necessária para as águas a distribuir na cidade serem elevadas pela força hidráulica, conviria que se estabelecesse o aproveitamento daquela força no Alto Cávado, por meio de um canal lateral e a produção da energia eléctrica e seu transporte até às bombas elevatórias.
>
> Cingindo-se ao parecer emitido pelo Eng.º Correia de Melo no seu citado relatório, estabeleceu a Câmara Municipal uma segunda base para a negociação do projecto do abastecimento e aproveitamento da força hidraulica da corrente do Cávado para a elevação da água até à cidade.
>
> O Conselho Superior de Obras Públicas reconhecendo não ser prática a criação de tão grande queda d'água no Baixo Cávado, concorda no entanto que se procure a montante a força motriz necessária para a elevação da água ao seu destino, transportando-se esta força por meio de corrente eléctrica ao local da captagem.
>
> Acatando com o devido respeito tão valiosa indicação, a corporação técnica da Câmara Municipal pede vénia para ponderar que só à distância de cerca de 40 km. do local onde deverão ser instaladas as bombas, se poderão encontrar na corrente as condições naturais necessárias ao fim proposto, mas que as despesas a efectuar com o aproveitamento e derivação das águas, a construção do edifício, a aquisição, transporte e montagem das turbinas, alternadores, transformadores, cabos de transmissão da corrente, etc., ascenderão à importante quantia de 60.000$00 reis.
>
> No entanto, a C. M. não perderia de vista o ensejo de contratar as condições mais económicas com algumas das empresas já constituídas ou que se venham a constituir para explorar em larga escala a força motriz das correntes mais próximas, o forneci-

mento da energia necessária ao accionamento das bombas elevatórias, parecendo-lhe todavia que o recurso a este agente dinâmico não dispensa a aquisição eventual de motores de outra espécie, pois são sempre para recear as interrupções de funcionamento das estações de produção de força a distância, já por efeito de actos de vandalismo praticados sobre os cabos de transmissão, ou de vicissitudes financeiras das empresas exploradoras»[33].

Na conclusão dos estudos para se localizar a estação de captação e bombagem das águas do Cávado foi escolhido o sítio da Ponte do Bico.

Em Setembro do dito ano de 1908, a Câmara procedeu à apreciação das 3 propostas que se tinham apresentado para adução e distribuição da água à cidade. A obra foi adjudicada à Companhia Aliança cuja empreitada compreendia o fornecimento e assentamento da tubagem de aducção e distribuição da água.

Decorreu a execução desta empreitada com certa lentidão pelo que a Câmara teve de conceder sucessivas prorrogações de prazo para a sua conclusão. Só em meados de 1913, essa conclusão se verificou.

Por seu lado, a Câmara Municipal adquiriu por sua conta os maquinismos para a bombagem da água do Cávado e sua impulsão até aos reservatórios construidos na cidade.

Finalmente em Setembro de 1913, é que se pôde dar como resolvido o magno problema do abastecimento de água potável a Braga.

A 2, era posto em serviço experimental o maquinismo accionado a vapor da estação elevatória da Ponte do Bico e em 24 começava a cair água no depósito da zona alta da cidade. Em Outubro, começou a fazer-se a sua distribuição aos domicílios.

Todos estes eventos foram motivo de regozijo para a população bracarense que pode dizer-se manifestou o seu contentamento, como havia 20 anos antes, o fizera aquando da inauguração da luz eléctrica. E até se pode acrescentar: com muito mais razão!

*
* *

Retomando os relatos respeitantes às questões do fornecimento de luz eléctrica e do estabelecimento da tracção eléctrica em Braga; entre os anos de 1907 a 1913, é apenas de assinalar-se o seguinte:

---

[33] Acta da Câmara Municipal de Braga de 27/4/1908 — Livro de actas 1906-1909.

Quanto ao fornecimento de energia eléctrica para a iluminação pública e particular, continuou este a fazer-se com a habitual irregularidade que de certo modo, tinha de se atribuir às condições precárias das instalações da SENP. A este respeito, em sessão camarária realizada em 1909, o Presidente da Câmara queixava-se da falta de vontade da concessionária satisfazer qualquer pedido de melhoramento que se lhe fizesse, salientando que na sua maior parte a instalação era provisória e dificilmente se tornaria definitiva como convinha ao abastecimento da cidade. A Câmara sempre procedera para a Companhia com a maior correcção, mas esta nunca correspondera como seria de desejar. Assim, estava convencido, que com tais empresas era preferível ser a Câmara a explorar os serviços, como ia acontecer com o abastecimento de água.

Noutra sessão camarária do mesmo ano, o Presidente disse ser necessário acabar com a benevolência havida até então com a SENP, devendo usar-se de futuro com rigor a aplicação das multas por faltas de iluminação pública que vinham sendo frequentes.

Por estas alturas, nos jornais voltava a falar-se da ideia da união entre as companhias do gás e da electricidade, porque isoladas não lhes auguravam longa vida. A da electricidade tinha necessariamente de procurar um apoio, porque no estado em que estava, dando a luz que lhe tolerava e com a péssima instalação que possuia, veria o seu contrato rescindido, logo que a Câmara a obrigasse a cumpri-lo. A Companhia do gás também precisava de alargar a sua esfera de acção, porque embora o consumo do gás aumentasse e o estado da empresa fosse relativamente próspero, isto devia-o, em parte, à Companhia da Electricidade, que com a péssima luz que fornecia, afugentava a freguesia, passando a consumir gás.

Acrescia que a própria Câmara deveria interessar-se por esta fusão, porque acarretaria a celebração de um novo contrato, certamente com maiores vantagens que os existentes.

Quanto ao estabelecimento da tracção eléctrica em Braga, já se tinham passado três anos, sem que se voltasse a falar no assunto. Escrevia-se no «Comércio do Minho», em Abril de 1910:

> «Depois do barulho feito em volta deste melhoramento, veio o silêncio e parecia que a Câmara se tinha esquecido de tão importante passo no progresso da cidade».

É preciso porém ter em conta que a Câmara ao tomar a resolução de caçar à Companhia Carris a concessão que esta tinha para explorar os serviços de viação da cidade, e ser ela própria a assegurar esses serviços, tinha de enfrentar vários problemas.

O primeiro, era entender-se com a Companhia Carris relativamente às condições de resgate da sua concessão. Ora ao que constava, as primeiras tentativas feitas nesse sentido não foram bem sucedidas porque apesar da Câmara ter feito uma proposta generosa, a Carris fôra exageradíssima no valor que atribuira às suas acções.

E dizia-se então «que a Companhia tinha a opinião de um advogado muito sabedor do Código Administrativo que reconhecia à sua cliente os direitos em que ela se afincava» mas também se dizia «haver na Câmara advogados muito distintos que tinham opinião contrária à daquele... E naturalmente, o assunto entregue à discussão de advogados, não se resolveu de um dia para o outro...

Outro problema, era o da Câmara não dispor de elemento especializado para lhe estudar e organizar o processo do estabelecimento da tracção eléctrica. Mas este resolveu-o facilmente, contratando um engenheiro para o efeito.

E finalmente, tinha de dispor dos meios financeiros para adquirir e montar, o equipamento e demais instalações da tracção eléctrica[34].

Chega-se a 1911. Em Janeiro, duas firmas oferecem-se para entrarem em negociações atinentes ao estabelecimento da viação eléctrica e uma delas, a AEG Thomson Ouston Iberica, faz entrega imediata de uma proposta contendo um projecto para a realização do melhoramento.

À Câmara ainda lhe não é possível tomar uma decisão a este respeito e a Carris continua a anunciar que se propõe substituir a sua tracção a vapor por eléctrica.

Os jornais mostram-se impacientes e escrevem:

> «A Vereação municipal não pode deixar eivar-se de fantasias que não seriam de realizar; o que tem a fazer é acordar com o actual concessionário da viação, meio prático de se tornar efectiva a tracção eléctrica sem encargos para o Município, é as maiores vantagens para o público. A Vereação estava por demais sobrecarregada para poder tomar o encargo de estabelecer a tracção por sua conta»[35].

Esta sugestão não demoveu a Câmara dos seus propósitos. Deixou passar mais 2 anos, e em Dezembro de 1912, delibera municipalizar a viação pública por meio de tracção eléctrica e solicitar doGoverno a isenção de direitos para o material destinado a este serviço.

---

[34] Vide art.º «Tracção eléctrica», no «Comércio do Minho» de 27/4/1910.

[35] «Comércio do Minho» de 19/11/1911.

Em Março de 1913, a Câmara solicita ao Parlamento a aprovação de um projecto de lei que a autorize a contrair um empréstimo até 650 contos com aplicação na municipalização na tracção e iluminação da cidade, construção de mercados e de um matadouro, complementar o abastecimento de água, aquisição ou construção de um edifício para instalar os Serviços Municipalizados, construção de casas baratas e instalação de um laboratório municipal.

Por esta proposta se constata que nestas alturas a Câmara de Braga tinha também a intenção de municipalizar os serviços de iluminação da cidade.

O empréstimo de 650 contos solicitado pela Câmara de Braga foi autorizado pela lei n.º 33 publicada no Diário do Governo de 1 de Julho de 1913. Efectivou-se sob forma de obrigações ao juro de 6%, com uma 1.ª fase de 180 contos emitida em Outubro.

Em Setembro, a Câmara adjudicaria à AEG Thomson Houston Ibérica a empreitada da construção da linha eléctrica entre a estação de caminho de ferro e o Bom Jesus do Monte. A central geradora da energia que se destinava a alimentar não só a rede de tracção eléctrica, mas também a da iluminação da cidade por conta da Câmara Municipal, iria instalar-se na rua da Cruz de Pedra.

Para a nova rede de distribuição de energia eléctrica à cidade que a Câmara se propôs instalar, foi aberto em Novembro concurso de fornecimento de cabos e transformadores.

No fim do ano foram iniciadas negociações com a Companhia Bracarense de Iluminação a Gás para a expropriação das suas instalações de produção e distribuição de gás. Em Janeiro de 1914, a A. G. dos accionistas aprovou a operação.

No mesmo mês a Câmara recebeu aprovação da Comissão Distrital para o contrato que firmara com a SENP em que esta cedia a concessão que detinha para distribuir energia eléctrica em Braga.

Com estas duas transações a Municipalidade de Braga passava a ser a produtora e distribuidora do gás e também distribuidora da energia eléctrica. Nestas operações não foi incluida a central da Furada que continuou na posse da SENP a fornecer energia eléctrica a Braga, enquanto a geradora eléctrica municipal não entrou em serviço. Depois, presume-se que por algum tempo, aquele fornecimento esteve suspenso, para ser retomado mais tarde, quando os Serviços Municipalizados adjudicaram à SENP fornecimento de energia hídrica de apoio.

Os trabalhos de assentamento da nova linha férrea para a tracção eléctrica, assim como os da montagem da nova central geradora, decorreram

com certo atrazo motivado pelo estado de guerra que entretanto tinha deflagrado na Europa, mas em Outubro de 1914 iria proceder-se à inauguração de um novo melhoramento na cidade de Braga — os eléctricos.

As primeiras experiências deste novo processo de viação deram lugar a conflitos com a população. Recordemos a notícia do que então aconteceu:

> Às 10 horas da noite de 2.ª feira, 5, quando na Avenida Central tocava a banda de Infantaria 8 e havia grande concorrência no local, apareceram nas ruas laterais dois carros eléctricos que iam seguir como experiência para o Bom Jesus do Monte.
>
> Imediatamente acorreram para junto dos eléctricos, centenares de pessoas.
>
> Pouco depois, para o carro que estava na rua do lado norte começaram a entrar senhoras e cavalheiros convidados. O carro que estava na rua do lado sul veio juntar-se ao outro e principiou igualmente a meter senhoras e cavalheiros que para esse fim receberam convite.
>
> Então numerosos populares levantaram protestos, ao mesmo tempo que pretendiam entrar para os eléctricos, barafustando que eles não eram só para os fidalgos! Como os empregados não deixassem subir para os carros os populares, estes redobraram de protestos de mistura com vivas e palmas. A balbúrdia durou 15 minutos, até os eléctricos avançarem para o Bom Jesus.
>
> Muitos populares, porém, seguiram os eléctricos e chegando à rua Nova de Sanata Cruz esperaram ali que os carros regressassem.
>
> Quando os dois veículos de retorno do Bom Jesus chegaram às Goladas foram apedrejados pelos populares sendo quebrados vidros e atingidos alguns convidados que vinham nas plataformas.
>
> Os eléctricos pararam e os empregados e convidados perseguiram os apedrejadores, resultando desordem. Nessa ocasião foi ferido com uma facada o empregado Henrique Frias que teve de dar entrada no hospital.
>
> Compareceram a polícia e a Guarda Nacional Republicana que efectuaram prisões[36].

[36] «Comércio do Minho» de 8/10/1914.

Estas foram as primeiras exibições públicas dos eléctricos de Braga. A sua inauguração oficial ficou marcada para o fim do mês de Outubro e a propósito desta inauguração, escreveu o «Comércio do Minho» a 10 de Outubro:

> «Foi realmente uma linda festa, a da inauguração dos carros eléctricos de Braga. Não estrondejaram bastante os foguetes, nem se ouviram os sons harmoniosos das filarmónicas em proporção com a grandeza do acontecimento — um destes acontecimentos que marcam época e ficam indelevelmente no coração do povo. Mas isso foi devido à modestia, à negação para faustosas exibições, do digno presidente da Comissão Executiva Municipal, que entendeu e muito bem, que a Câmara empregava melhor o seu dinheiro praticando obras de beneficência, do que gastando-o em manifestações de pura ostentação espectaculosa.
>
> Às 3 da tarde procedeu-se na central de electricidade à inauguração dos maquinismos produtores de energia eléctrica.
>
> Às 4 e meia da tarde abriram-se as portas do amplo hangar para a saída dos carros eléctricos que iam fazer a sua estreia oficial, conduzindo os membros da Câmara Municipal, autoridades e diferentes convidados. Os carros fizeram magnificamente o percurso através da cidade até ao Bom Jesus do Monte, regressando à Avenida Central, onde foram tomados de assalto pelo público ao qual foram facultados e que se mostrava ancioso por tomar lugar neles»[37].

Foi neste ambiente festivo que os eléctricos de Braga começaram a animar as ruas da cidade com o ruído próprio do seu rodar e o tlim-tlim das campainhas de alarme... Estas nem sempre evitaram que se dessem alguns atropelamentos. As pessoas não estavam habituados a veículos que andassem tão depressa...

Este serviço manteve-se durante 65 anos, porque ao fim deste período foram condenados a desaparecer para dar lugar a outros meios de transportes públicos, certamente mais rápidos e manejáveis, mas também mais poluidores e onerosos para a economia nacional.

Nos primeiros anos que se seguiram à inauguração da viação eléctrica, ainda se reclamava o estabelecimento de novas linhas e até o Presidente da Comissão Executiva da Câmara, Lopes Gonçalves, defendia com entusiasmo a

[37] «Comércio do Minho» de 30/10/1914.



Montagem do condutor aéreo da tracção eléctrica



Em frente da geradora eléctrica municipal. Um carro americano puxado por «muares» uma locomotiva a vapor e o moderno eléctrico

ideia de levar os eléctricos até ao alto do Bom Jesus, suprimindo o serviço do tradicional elevador...

Como atrás escrito, a central geradora municipal possuia maquinismos para alimentar não só a rede de tracção eléctrica, mas também a da distribuição da energia para a iluminação pública e particular da cidade.

Porém, porque se estavam a atravessar os anos difíceis da 1.ª Guerra Mundial, a exploração desta central começou a enfrentar problemas, nomeadamente os que lhe traziam a aquisição dos combustíveis, difíceis de obter e cada vez mais caros.

Esta situação esteve na origem da pretensão suscitada por Lopes Gonçalves para se promover um movimento que levasse ao aproveitamento das quedas de Lindoso, no Rio Lima, onde havia já muitos anos se faziam obras nesse sentido a cargo de uma empresa espanhola.

Lopes Gonçalves alegando que Lindoso podia fornecer energia eléctrica para toda a província do Minho, mostrava a conveniência de Braga tomar a iniciativa de um movimento extensivo a todas as Câmaras Minhotas para se fazer o aproveitamento daquelas quedas. Preconizava a constituição de uma Federação dessas Câmaras para se conseguir a municipalização das quedas. Houve reuniões de propaganda, requerimentos ao Governo para se anular a concessão da Electra del Lima, mas aquele teve de ceder perante as razões do concessionário a justificarem o atrazo da obra.

Estando constituídos os Serviços Municipalizados que englobavam os da produção e distribuição do gás e da energia eléctrica, o do abastecimento da água e ainda outros, as companhias concessionárias do gás e dos transportes públicos deram por findas as suas actividades e dissolveram as respectivas sociedades.

Como já citado, a guerra que então assolava o Mundo, trazia dificuldades ao abastecimento dos combustíveis consumidos nas fábricas de gás e lectricidade, mais difíceis de obter e cada vez mais caros.

Este encarecimento, obrigou a Câmara de Braga em 1915, a um primeiro aumento do preço do gás, tanto para iluminação como para usos industriais, aumento de 50% a que outros teriam de se aplicar. Na altura, o preço da energia eléctrica não foi aumentado, e a Câmara apontava que esta poderia substituir com vantagem o gás, tanto mais, que dentro em pouco passando ela a ser fornecida de dia, poderia também substituir o gás como força motriz nas industrias.

O primeiro exercício de actividades dos Serviços Municipalizados de Braga acusou saldos deficitários para as explorações do gás e da tracção eléctrica e saldos positivos nas explorações dos serviços de abastecimento de águas e energia eléctrica.

> Para 1916 foram decididos como novos preços a partir de Março: Gás para iluminação — 85 reis/m3; idem para industrias — 70 reis/ /m3; electricidade para iluminação — 200 reis/kwh; idem para industrias — 100 reis/kwh.

Estes preços para o gás, não punham de parte a decisão da Câmara pretender fechar a fábrica do gás, se a sua laboração continuasse a dar prejuízo.

Os industriais consumidores de gás reclamaram contra os novos preços e os que tinham motores funcionando com este combustível acordaram com o Presidente da Comissão Executiva não ser encerrada a fábrica do gás, pagando eles de imediato um aumento de 30% sobre o importe dos seus consumos, aumento que ficava relacionado com o preço do combustível consumido no fabrico do gás.

Mas o Senado Municipal vetou este acordo por entender que o gás tinha de ser pago pelo seu real preço de custo. Passado pouco tempo, o fabrico do gás foi suspenso e a fábrica encerrada de vez.

Em 1913, os Serviços Municipalizados de Braga para atenuarem o custo da energia eléctrica produzida com carvão na central municipal, resolveram fazer um contrato com a SENP para esta fornecer energia hidroeléctrica, com início em Setembro desse ano. Mas na altura o equipamento hidrico da Furada não estava em condições de funcionar.

Em Abril de 1917, a SENP ainda não tinha começado a fornecer energia hidroeléctrica o que deu origem a grandes protestos por parte dos Vereadores de Câmara, chegando a ser proposta a rescisão do contrato e intentada uma acção por perdas e danos.

Na Furada havia estragos no açude e equipamento a substituir, tendo de se aguardar a chegada de materiais e respectivo pessoal vindo da Suiça para efectuar as necessárias reparações. Foi então prometido para Outubro a reentrada em serviço da central.

Não houve notícia da confirmação desta data, mas a propósito no «Comércio do Minho» de Dezembro de 1918, escrevia-se:

> «A energia hidroeléctrica produzida na central da Furada está sendo introduzida nas diferentes zonas da cidade, sendo excelentes os resultados».

Em Agosto de 1919, um grupo de capitalistas propôs-se comprar à Câmara por 500 contos os serviços municipalizados de tracção e iluminação eléctricas, propondo-se também electrificar a elevação das águas do Cávado,

que ainda era feita por bombas a vapor e estabelecer novas linhas de carros eléctricos.

A Câmara estudou a proposta mas não a aceitou e decidiu pôr a concurso o arrendamento dos serviços de iluminação e de tracção por electricidade.

No fim do ano, outra decisão importante foi tomada: Obter autorização do Governo para ser a Câmara de Braga a assentar linhas de tracção eléctrica nas estradas nacionais que da cidade irradiavam para outros concelhos do distrito. O pedido foi aceite em princípio pelo Governo que para o caso mandou abrir um inquérito regional relativo à pretensão da Câmara.

Protestou a sociedade Canha & Formigal que tinha obtido anos atrás uma concessão para as denominadas linhas férreas do Alto Minho. Até à data nada tinham feito.

A Câmara de Braga ainda tentou apoiar-se nas suas congéneres dos concelhos do distrito e nas forças vivas da cidade a fim de se resolver sobre a forma de obter dos poderes competentes a remoção das dificuldades que Canha & Formigal punham ao desenvolvimento da rede municipal de tracção eléctrica. Mas acabou por renunciar a este ambicioso projecto.

Também as linhas férreas do Alto Minho nunca se efectivaram.

E cabe aqui acrescentar que a própria tracção eléctrica em Braga foi eliminada em 1979.

*

* *

O arrendamento dos serviços de iluminação e tracção eléctricas foi adjudicado à União Eléctrica Portuguesa, empresa associada à Electra del Lima, concessionária do aproveitamento das quedas de Lindoso. No contrato então estabelecido com a duração de $9^1/_2$ anos, a UEP deveria ter assumido a exploração dos serviços arrendados, em Maio de 1921.

Mas nem a central de Lindoso estava ainda em condições de fornecer energia, nem a UEP tinha construído a linha de transporte para trazer essa energia até Braga. Por isso, foi concedida à UEP prorrogação do prazo contratado.

Precisamente nesse mês de Maio de 1921 foi publicado o alvará que considerava de utilidade publica o estabelecimento de uma linha eléctrica de alta tensão entre a estação hidroeléctrica de Lindoso e a cidade do Porto, destinada também a servir diversas localidades, entre elas Braga.

A energia eléctrica produzida na central de Lindoso começou a chegar a Braga em 1922.

Esta data marca o início de uma nova era na electrificação da cidade, cujos consumos de energia eléctrica iam poder ter livre expansão.

Já não está no âmbito deste esboço histórico, fazer-lhe referências, além daquelas que constam do anexo a este trabalho.

Para remate da história «com pouca glória» da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, o que é que se pode ainda dizer? Pouca coisa.

A Câmara de Braga ainda manteve em vigor até 1940 o contrato para abastecer em energia eléctrica à central elevatória das águas da Ponte do Bico, já então electrificada.

Com outro cliente, a SENP tinha apenas a Câmara Municipal de Barcelos: Mas para aguentar os crescentes consumos de electricidade que se faziam nesta cidade, a produção hidrica da Furada (Penide) com frequência tornou-se insuficiente.

E para compensar esta falta, não bastava o apoio dado pelo equipamento térmico da central. Tornou-se necessário adquirir energia a outra empresa. Passou a recebê-la da Empresa Hidroeléctrica do Varosa que na altura já lhe dava também apoio financeiro, acabando por se tornar proprietária da SENP, embora juridicamente, a sociedade ainda fosse considerada independente até 1943, ano em que a Companhia Hidroeléctrica do Varosa se uniu à Electro-Hidráulica de Portugal para formarem a Companhia Hidráulica do Norte de Portugal (CHENOP). Nesta altura a SENP dissolveu-se.

A central da Furada (Penide) passou a ser propriedade da CHENOP mas estava em tal estado de degradação que o novo proprietário nunca a utilizou. Fez um pedido de concessão para no mesmo local construir um novo aproveitamento do Cávado que também viria a tomar o nome de Penide.

Foi assim que se desmantelou o primitivo aproveitamento tendo-se nesta altura chegado à conclusão que para ele nem sequer licença de exploração possuia... Era clandestino!

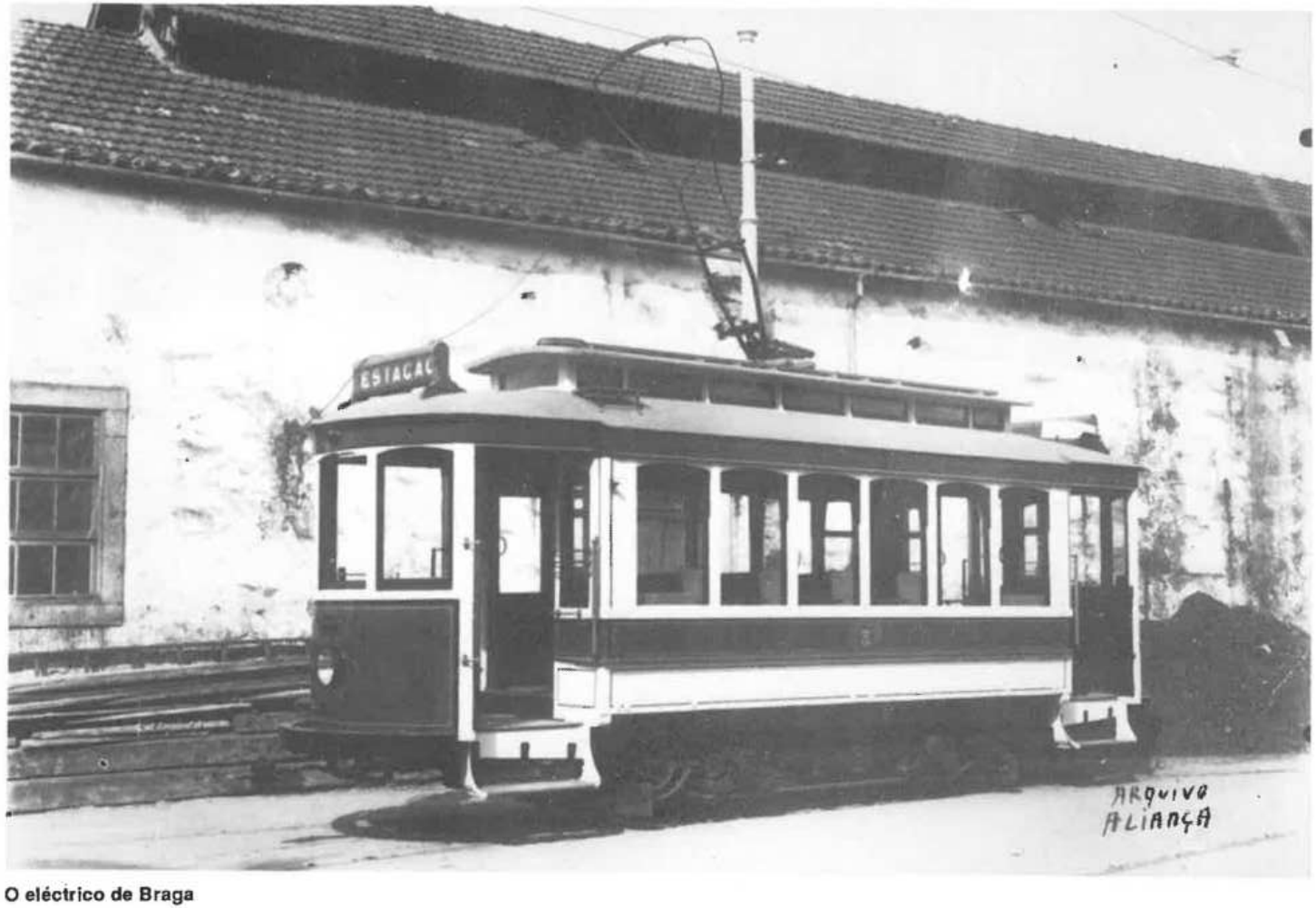
Março de 1991

ANEXO

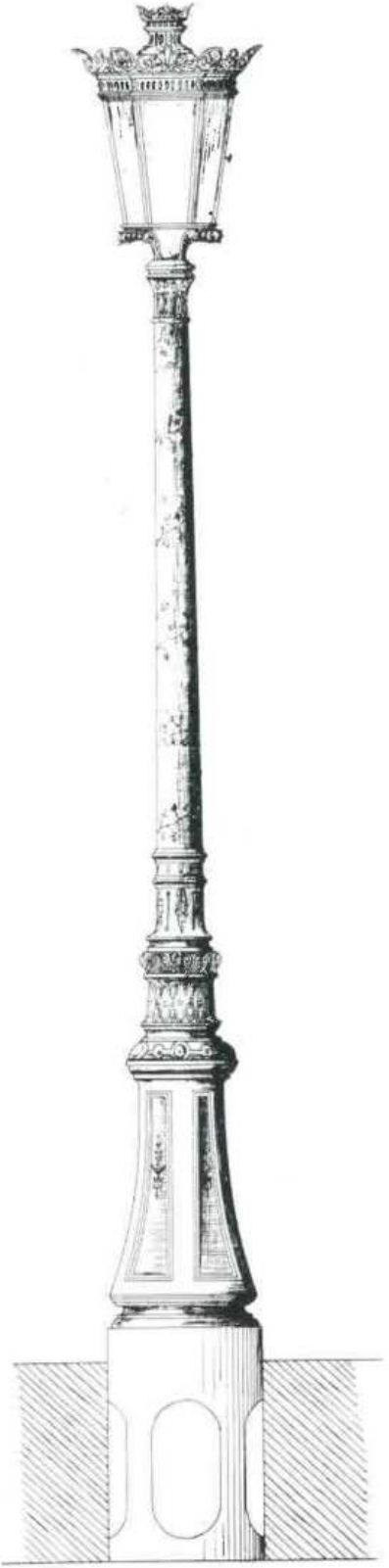
Não se conhece como se processou a evolução dos consumos de energia eléctrica no Concelho de Braga antes destes começarem a ser publicados na Estatística Oficial das Instalações Eléctricas em Portugal, ou seja no ano de 1928.

No período que considerámos incluido na «Era dos primórdios da electrificação bracarense» 1893-1922, praticamente 30 anos, aquela evolução terá sido muito lenta.

Devemos mesmo admitir que de 1893 a 1913, os 20 anos em que a rede eléctrica de Braga era alimentada pela central da Furada da SENP, esta com a sua diminuta potência instalada, aliás nem sempre totalmente disponível, as



O eléctrico de Braga



Um moderno candeeiro de iluminação de Braga

vicissitudes por que passou o fornecimento da energia (frequentes interrupções, algumas até voluntariamente provocadas) nunca terão contribuido para um crescimento de consumos.

Estes terão mesmo estagnado.

Com a entrada em serviço em 1913 da central térmica municipal, a situação deve ter melhorado, ainda que ligeiramente.

A térmica municipal dispunha de uma potência total de 320 kw. em geradores de corrente alterna e 400 kw em geradores de corrente contínua. Havia 2 máquinas a vapor de 290 CV, cada uma delas accionando um alternador de 200 KVA e um dínamo de 200 kwh. Como as máquinas motoras tinham de alimentar simultâneamente a rede de iluminação pública e a de tracção, a potência efectivamente disponível para a primeira destas redes era sempre inferior aos 320 kw acima indicados.

Na Furada havia 3 grupos com turbina hidráulica de 125 CV e alternadores de 95 kwh e um grupo térmico de potência idêntica à dos grupos hidricos, o fornecimento de energia por parte da central da Furada não foi totalmente dispensado, quando entrou em serviço a central municipal.

Uma das razões que podem explicar o pequeno desenvolvimento que tiveram os consumos de electricidade, mesmo depois desta ser fornecida simultâneamente pelas centrais de Braga e da Furada estaria no facto desta só ser fornecida de noite e outra na fraca expansão que nesses tempos se dera à electrificação das freguesias rurais do concelho.

Mesmo depois dos serviços de exploração eléctricos terem sido entregues à UEP por arrendamento, não terá ocorrido acréscimo sensível no consumo da energia. Em 1932 ainda não se tinha atingido 2,5 milhões de kwh.

É a partir de 1932, quando terminado o período de arrendamento dos serviços à UEP e em que o fornecimento da energia passa a ser feito por um contrato com esta empresa, é que, graças a um sistema tarifário mais vantajoso que o praticado anteriormente pela UEP, os consumos da energia começam a acelerar.

Entre 1932 e 1965, o acréscimo nos consumos da electricidade fez-se a uma taxa média 7%, o que já é razoável.

Mas é de 1966 a 1974, período em que a CHENOP também participa nos fornecimentos de energia ao concelho de Braga a partir de 1947, que se observa um verdadeiro «boom» nos consumos da electricidade, atingindo-se a elevada taxa média de 12%.

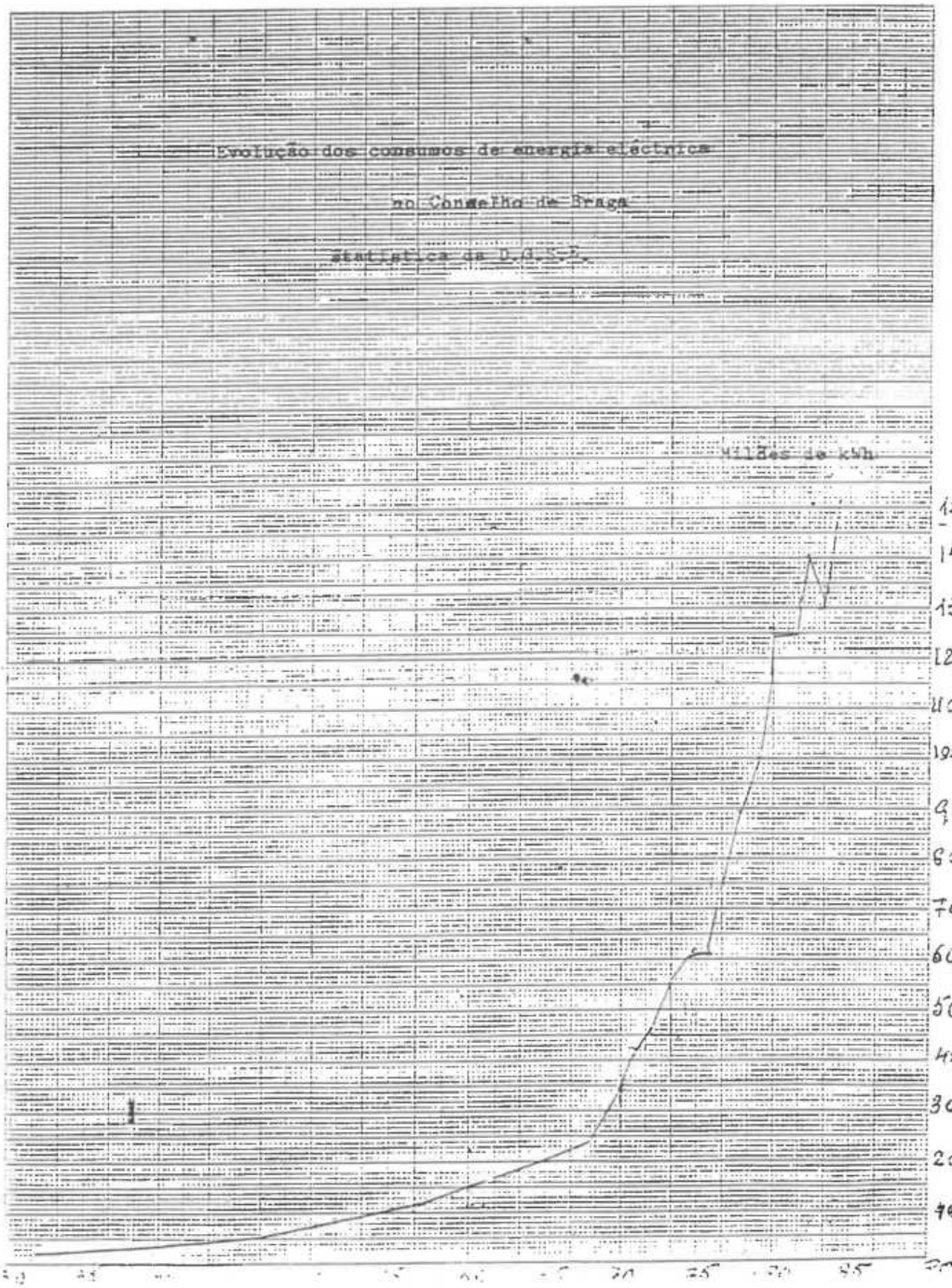
A partir do último ano deste período, parece notar-se um abrandamento no desenvolvimento do consumo. Entre 1974 e de 1984, regista-se uma taxa média de 10%, que ainda é boa.

Aumento dos consumos de energia eléctrica no Concelho de Braga

Estatística oficial das instalações eléctricas em Portugal

1932	2.411723 kwh	1959	14.215.732 »
1933	3.195.895 »	1960	16.443.678 »
1934	3.180.570 »	1961	17.266.549 »
1935		1962	16.421.496 »
1936		1963	17.141.530 »
1937	4.173.320 »	1964	17.661.512 »
1938	4.314.538 »	1965	20.306.623 »
1939	4.459.740 »	1966	21.729.457 »
1940	4.119.940 »	1967	23.349.102 »
1941	4.594.202 »	1968	23.587.488 »
1942	3.725.138 »	1969	30.464.361 »
1943	1.115.324 »	1970	35.031.568 »
1944	4.806.744 »	1971	42.410.689 »
1945	5.199.940 »	1972	45.749.804 »
1946	6.221.458 »	1973	47.860.897 »
1947	6.624.141 »	1974	56.843.282 »
1948	6.680.003 »	1975	61.158.365 »
1949	6.727.639 »	1976	61.218.365 »
1950	7.963.890 »	1977	74.781.161 »
1951	8.177.616 »	1978	89.168.800 »
1952	8.817.866 »	1979	101.503.417 »
1953	8.988.742 »	1980	125.862.794 »
1954	10.224.808 »	1981	124.065.116 »
1955	10.492.926 »	1982	138.745.522 »
1956	11.526.598 »	1983	130.720.061 »
1967	12.366.335 »	1984	149.908.826 »
1958			

Ainda não foram publicadas as estatísticas posteriores a 1984.


Evolução dos consumos de energia eléctrica
no Concelho de Braga
Estatística da D.G.S.P.
Milhões de kWh
150
140
130
120
110
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10

A sociedade portuguesa no tempo de Cabral

JOSÉ MARQUES *

I — Introdução

Quem chega ao Brasil quando nos meios universitários está ainda viva a temática do recente Congresso Internacional « *América 92: Raízes e Trajectórias*», e na Europa se vive com entusiasmo, senão mesmo com alguma euforia, esta data centenária, embora com perspectivas diferentes, em Espanha e no resto da Europa, não pode deixar de se interrogar sobre o significado destas comemorações para Portugal e para o Brasil.

Na verdade, se para a Espanha o ano de 1492 está esplendorosamente marcado pelo êxito das Comemorações do V Centenário da Descoberta da América pelo genovês Cristóvão Colombo, ao serviço dos Reis Católicos, não poderemos subalternizar o significado dos outros dois acontecimentos, que integram a tríade jubilar. Referimo-nos à conquista do reino de Granada, que, além de assinalar a recuperação definitiva da última parcela do solo hispânico, ocupado pelos muçulmanos, desde o princípio do século VIII (711), constituiu um passo importante, no sentido da unidade política e da segurança militar da Península Ibérica, e à expulsão dos judeus, que teve idêntico efeito no plano da unidade religiosa.

Enquanto a Espanha se revê nestes acontecimentos coevos e historicamente convergentes, a Europa, não obstante alguns sobressaltos, aposta no ano de 1992 como ano-chave da integração europeia.

Embora este polifacetado V Centenário, se revista de grande significado histórico para a Espanha, que na Exposição Mundial de Sevilha atinge a sua melhor expressão, impõe-se observar que Portugal não ficou, então, indiferente a acontecimentos tão retumbantes; mas, se, mercê de uma delicada acção diplomática,

* (Universidade do Porto)

consumada pelo *Tratado de Tordesilhas,* de 7 de Junho de 1494 [1], assegurou o domínio sobre uma vasta zona, onde, seis anos mais tarde, se descobriu o Brasil, face à expulsão de judeus de Castela, não conseguiu evitar a sua entrada maciça, aliás, de nefastas consequências para o Reino [2].

É certo que não podemos estabelecer uma ligação directa entre estes acontecimentos e o próprio Pedro Álvares Cabral, facto, que, visto numa perspectiva individual, é irrelevante, pois o nosso objectivo é mais vasto e pretende surpreender os principais aspectos da sociedade em que ele próprio estava inserido e ao serviço da qual descobriu o Brasil. E se é inútil preocuparmo-nos com a eventualidade do seu impacto pessoal sobre as populações nativas do Brasil, no primeiro e fugaz contacto de alguns dias, já vale a pena sublinhar a *mútua cordialidade* desse primeiro convívio festivo, porque define, emblematicamente, o sentido específico da presença dos portugueses no Brasil e no mundo.

Portugal vivia, então, um período de profunda mudança, pelo que a abertura de novos mundos não podia ficar à margem das preocupações gerais. Consideramos, por isso, importante caracterizar, na medida do possível, a sociedade portuguesa do tempo de Cabral, porque foram os seus coevos e descendentes que verdadeiramente entraram em contacto com as populações da terra de Santa Cruz, com elas lançando as raízes da grande nação que é o Brasil, em si e no contexto da comunidade internacional.

Como acontece com inúmeras personalidades, não é muito o que se sabe acerca de Pedro Àlvares Cabral. Oriundo de Belmonte ou de Gouveia, terá nascido por volta de 1467. Ainda novo, entrou na Corte, como moço-fidalgo da casa de D. João II, vindo a casar com Isabel de Castro, sobrinha de Afonso de Albuquerque, o que, desde logo, reflecte o contexto social em que estava integrado. Mas, o aspecto mais relevante da sua vida é, sem dúvida, o facto de lhe ter sido confiado o comando de uma grande armada [3], destinada à Índia, que, de passagem, viria a descobrir o Brasil, tanto mais que numa das naus seguia como capitão o experimentado Bartolomeu Dias, que, doze anos antes, tinha passado o Cabo da Boa Esperança, abrindo, definitivamente, as portas do Índico. Se a posição de comando em que foi investido revela a confiança que nele depositava D. Manuel I, não há dúvida de que a sua preparação e competência náutica eram reconhecidas por navegadores experimentados, como Bartolomeu Dias.

---

[1] FONSECA, Luís Adão — CUNHA, Maria Cristina — *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV,* Lisboa. Edições INAPA. 1991, p.81.

[2] MORENO, Humberto Baquero — *Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV,* in *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História,* Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 133-160.

[3] Constituída por treze naus.

Prescindindo do que foi a sua rota de Porto Seguro para a Índia, dos obstáculos por lá encontrados e de como os resolveu, recordemos que a sua morte ocorreu em dia desconhecido, mas, seguramente, em 1519 [4].

Temos, assim, como limites cronológicos da sua vida os anos de 1467 e 1519, que, a vários títulos, deveremos considerar como um verdadeiro *período ou fase de mudança para a modernidade, em Portugal* [5].

Bem sabemos que houve um longo caminho a percorrer, desde 1500, e que foi nesse contexto de mudança que surgiu e se foram plasmando, com alguma lentidão, os primórdios do Brasil, porque outros motivos, e sobretudo o Oriente, polarizavam as atenções do monarca e de outros responsáveis.

Mas se a conquista do reino de Granada e a expulsão dos judeus, em 1492, representaram para a Espanha uma espécie de libertação ou purificação étnica e religiosa, a descoberta do Brasil e o encontro das suas gentes com os portugueses, iniciado de forma sistemática alguns anos mais tarde, não obstante as falhas e os erros inerentes a toda a obra humana, gerou um enriquecimento mútuo, de todos bem conhecido.

De acordo com o título em epígrafe, propomo-nos caracterizar, em termos gerais, a sociedade portuguesa da segunda metade do século XV e do primeiro quartel do século XVI, em que viveu Pedro Álvares Cabral, tanto nos mais altos estratos sociais e no ambiente da Corte, como ao nível do povo.

É sempre delicado enveredar por tentativas desta natureza, pelos riscos que a necessidade de seleccionar os aspectos considerados mais significativos implica, escolha a que não é estranha uma certa margem de subjectivismo. Mesmo assim, julgamos oportuno partilhar os nossos ângulos de visão sobre a sociedade portuguesa donde saíram, a partir de 1500, os elementos que estiveram mais intimamente relacionados com o Brasil.

Nesse intuito, atendendo à amplitude e complexidade do tema e à interligação dos vários assuntos entre si, cremos metodologicamente aconselhável ordenar a exposição em torno de alguns pontos, que, sem limitarem as possibilidades de ulteriores correlações temáticas, ajudem a salientar os aspectos mais expressivos e específicos, pelo que optámos pela apreciação dos seguintes:

1 — Políticos e administrativos
2 — Demográficos e económicos
3 — Sociais e culturais
4 — Religiosos.

---

[4] *CABRAL, Pedro Álvares*, in *D. H. P.*, s. v....

[5] MENDONÇA, Manuela - *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

II — Análise social

1 — *Aspectos políticos e administrativos*

Ao iniciar a referência a estes aspectos da sociedade portuguesa quatrocentista, convirá ter presente a estrutura política e administrativa do reino português, que se foi desenvolvendo e consolidando ao longo dos três primeiros séculos, passando a ter uma consagração que poderemos designar "constitucional", nas cortes de Coimbra de 1385, com a eleição de D. João I e com a criação do *Conselho do Rei,* integrado por prelados, fidalgos, letrados e cidadãos [6], cuja evolução conhecemos pelo estudo recente de Armando Luís Carvalho Homem [7], ao qual se deve também a dilucidação da estrutura, atribuições e evolução do *Desembargo Régio*, desde 1320 até 1433 [8].

Se evocámos estas instituições do Poder Central é porque pretendemos apresentar o Rei, como vértice da pirâmide dos poderes, cujas funções se debilitaram durante o reinado de D. Afonso V, à medida que foi distribuindo, com desmesurada prodigalidade, privilégios e isenções, sem a correspondente exigência das devidas contrapartidas .

Foi por isso que, nas Cortes convocadas e reunidas na cidade de Évora, em Novembro de 1481, *«com grande emnovaçam de perfeições, e muy ricos corregimentos...»,* D. João II exigiu *«menagem em forma»* aos alcaides e a quantos eram obrigados a prestar-lha. Embora aparentemente insignificante e rotineiro, este acto de afirmação régia, que está na base do conflito com os Duques de Bragança e de Viseu, é bem o símbolo da clara opção do *Príncipe Perfeito* por um *poder forte e centralizado,* em sintonia com o que se verificava noutros reinos da Europa, desde a vizinha Castela dos Reis Católicos e à Alemanha de Maximiliano I, com quem teve abundantes relações [9]. É — ousamos dizê-lo — a concretização de uma verdadeira mudança na concepção das funções e do exercício da realeza, de que os capítulos destas cortes de Évora deixaram abundantes manifestações, a começar pela justiça que seu pai, D. Afonso V, «*devia teer e falleçeo a execuçam delas atee ora que vosa reall Senhoria nos foe dado por*

---

[6] CAETANO, Marcello — *As cortes de Coimbra de 1385,* separata da «Revista Portuguesa de História», Coimbra, vol. 5. 1951p. 51-55.

[7] HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos «privados» de D. João I,* in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, 4, 1987, pp. 9-68.

[8] HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio (1320-1433),* Porto, I.N.I.C., 1990.

[9] MENDONÇA, Manuela — *Alguns aspectos das relações externas de D. João II,* in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas,* vol. I, Porto, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 332-358.

Rey e Senhor de que esperamos a execuçam della» [10]. E a estes muitos outros se poderiam acrescentar, como os que visavam o castigo dos malfeitores, protegidos pelos fidalgos [11], os relativos aos empréstimos lançados pelos fidalgos [12], ou ainda contra aquela *«outra maneira de tiranya»* dos poderosos, que consistia em fecharem nos celeiros o cereal das suas rendas para só o venderem pelo preço que queriam, quando já se tinha esgotado o dos lavradores [13], que eles próprios tinham ajudado a consumir!

A todos estes agravos ou queixas do povo procurou remédio eficaz o monarca, consciente das suas funções, de acordo com a doutrina paulina, decorrentes do *«regimento que da mãao de deus omnipotente Recebemos»*, afirmando ao mesmo tempo a necessidade de interpretar as leis e de as adaptar à condição humana, conforme as situações e o bem público exigissem [14].

Estas concepções do poder, tendencialmente absoluto, estavam generalizadas, não só quanto à sua origem, mas também quanto à respectiva função social, fazendo impender sobre o monarca a responsabiliade de governar bem, ao serviço dos súbditos, pois segundo escrevia o Prior do Prado de Castela a D. João II, *«as excelemcias e virtudes dos primcepes»* devem luzir e resplandecer, porque « *sam postos sobre os povos como emtochas sobre camdieiros para que alumiem a todos»*, passando, de seguida a tratar das virtudes teologais e cardeais e das qualidades humanas, que o rei deve possuir e exercitar no seu governo [15].

Estas mesmas concepções do poder e funções do rei viriam a ser amplamente expostas por Diogo Lopes Rebelo, na obra *De republica gubernanda per regem (Do governo da república pelo rei)* que enviou de Paris a D. Manuel I, no princípio do seu reinado, iniciativa compreensível, dada a relação de amizade que tinha com o monarca, desde o tempo em que tinha sido seu mestre de gramática [16].

Estas e muitas outras medidas tomadas pelo jovem rei D. João II, de vinte e seis anos [17], não eram resultado de uma preocupação populista, mas correspondiam ao conhecimento da realidade política e social do reino, colhida directamente, desde que D. Afonso V, devido à guerra com Castela, o tinha

---

[10] *Alguns documentos para servirem de provas á parte 2.ª das Memorias para a Historia, e theotia das Cortes Gerais, que se celebrárão pelos três estados do Reino*, preperados pelo 2.º Visconde de Santarém, lisboa, 1828, p.68.

[11] *O.c.*, p. 79.

[12] *O.c.*, p. 73.

[13] *O.c.*, p.74.

[14] *O.c.*, p. 66.

[15] B. N. De Paris, *Fundo Português*, R 23 128, n.º 415.

[16] REBELO, Diogo Lopes — *Do governo da república pelo rei, reprodução* fac-similada da edição de 1496, com intodução e notas de Artur Moreira de Sá, Lisboa, I.A.C., 1951, p.V.

[17] GÓIS, Damião de — *Crónica del Rey D. João II*, Coimbra, Atlântida, 1950, p.5.

associado à governação, em 1475, tal como a sua visão sobre o rumo da expansão portuguesa para o Norte de África se tinha alterado por ocasião da campanha para a conquista de Arzila, consumada em 24 de Agosto de 1471, durante a qual, no dizer de Damião de Góis, *«o Principe se houve muy valerosamente, mais como soldado que como Principe unico herdeiro»* , sendo logo armado cavaleiro pelo monarca, seu pai, na mesquita, terminado que foi o combate [18].

Estas mudanças de parecer eram resultados concretos da aliança entre a teoria e a prática, tão característica dos cânones da pedagogia do Humanismo e do Renascimento.

Efectivamente, nessa campanha africana, apesar de vitoriosa, o Príncipe D. João compreendeu que a persistência na ideia de continuarmos a apostar no Norte de África levaria inevitavelmente o País à ruína, ele que já tão carenciado andava de gente e de bens materiais. Não admira, por isso, que, uma vez assumidas em plenitude as funções governativas, chamasse à Coroa a exploração da costa africana e imprimisse, oficialmente, à empresa dos Descobrimentos verdadeiro cunho nacional, de forma inequívoca, a partir das expedições de Diogo Cão, o mesmo se podendo afirmar acerca da acção missionária, então iniciada no Congo.

No plano das instituições político-administrativas, enquanto ponto de encontro entre o monarca, o clero e a nobreza e os representantes do povo dos concelhos, as Cortes do tempo de D. João II, em especial as de 1481, ao contrário do que se passava no reinado anterior, parecem recuperar algum do seu antigo prestígio, pelo menos como caixa de ressonância dos agravos do povo, articulada com as preocupações governativas do rei, até porque esta sintonia de posições convinha ao soberano, dentro do projecto de dominar e controlar a nobreza, objectivo que o povo via com agrado.

As necessidade de mudança profunda no sector político-administrativo fazia-se sentir de forma intensa e em tom crescente, ao nível do municípios, desde que nas Cortes de 1430 se tinha apresentado larga justificação da urgência em resolver os problemas da justiça, mediante a alteração das disposições foralengas que davam coberturas a casos tão graves como os de homicídio [19]. De facto os

---

[18] GÓIS. Damião — *Chronica do serenisimo D. João escrita por... , dirigida ao munto magnanimo e poderoso Rei D. João III do nome,* Coimbra, 1790, pp. 68-70. MARQUES, José — *O Principe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela,* in *Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época". Actas,* vol. I, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 202.

[19] RIBEIRO, João Pedro — *Dissertação histórico-jurídica e económica sobre a reforma no reinado do senhor D. Manuel,* Parte I, Lisboa, 1812, pp. 87-88. MARQUES, José — *Os forais da Póvoa de Varzim e de Rates,* Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1991, p. 24.

antigos forais, cujas virtualidades tinham sido progressivamente cerceadas pelos *regimentos dos corregedores* (1332 e 1339), pela *ordenação do pelouros*, de D. João I, e, sobretudo, pela estandardização da administração municipal pelas *Ordenções Afonsinas,* já não respondiam às necessidades do momento, mas, apesar das iniciativas tomadas por D. João II, só com D. Manuel I se veio a concretizar o antigo desiderato da reforma dos forais, preparada por inquirições prévias aos usos locais. Observe-se, no entanto, que os novos forais não vieram reabilitar a autonomia política dos municípios, aliás, mais uma vez absorvida pela acção centralizadora das *Ordenações Manuelinas,* residindo o principal mérito dos novos forais na fixação actualizada das taxas e outros direitos, desde há muito, interpretados de forma arbitrária, como já se afirmava em 1430 [20].

Não cabe no âmbito desta síntese descrever o longo processo inerente à reforma dos forais, que passaram a designar-se *forais novos* ou *forais manuelinos*, e à compilação das *Ordenações Manuelinas,* que, se em muitos pontos decalcam as *Afonsinas,* noutros procuram responder às novas realidades criadas com a presença dos portugueses nas ilhas atlânticas, na costa africana, no Oriente e, finalmente, no Brasil.

Até que ponto estas mudanças se reflectiram nas primitivas instituições luso- -brasileiras e que duração tiveram não é possível verificá-lo, com segurança, a partir das fontes medievais portuguesas.

2 — *Asprectos demográficos e económicos*

Tendo abordado o problema da clara situação de mudança nas instituições político-administrativas, num pequeno reino, que estendia a sua jurisdição por tão vastos, dispersos e longínquos territórios, não poderemos omitir as seguintes perguntas:

— Que população tinha Portugal, quando realizou as descobertas do caminho marítimo para a Índia e do Brasil ?

— Qual era a sua situação económica ?

2.1. — *Situação demográfica*

A pergunta sobre a população em Portugal, nos finais do século XV, é pertinente, já que foi nessa altura que se realizaram os mais notáveis episódios da gesta dos Descobrimentos, nomeadamente: a passagem do Cabo da Boa Esperança, a chegada à Índia e a descoberta do Brasil, mas não é fácil dar uma resposta absolutamente satisfatória.

---

[20] RIBEIRO, J.P. — *O. c.*, pp. 87-88.

Na verdade, apesar das tentativas efectuadas, sobretudo por Rebelo da Silva [21], Costa Veiga [22] e mesmo Avelino de Jesus da Costa (este para o território compreendido entre os rios Lima e Ave), [23] não é possível oferecer números exactos relativos à população portuguesa do século XV, tanto mais que agora conhecemos bastante bem a curva demográfica, iniciada muito antes da trágica *Peste Negra,* que se prolongou, com variantes locais, até cerca de 1450, só então inflectindo no sentido de uma lenta recuperação. Sem querermos entrar pela via do recurso ao numerosos dados qualitativos, embora sejam do maior interesse, podemos adiantar que, em 1462, ainda é, de certo modo, alarmante a crise demográfica, invocada nos pedidos dirigidos a D. Afonso V no sentido de reduzir o número dos besteiros do conto, em alguns casos a cerca de um quarto do que tinham sido em tempos anteriores, dado o generalizado despovoamento de cidades, como Braga e Bragança, e de outras zonas rurais, como Prado, Rates, etc. A esta luz, sobressai melhor o realismo do parecer do Infante D. Pedro a D. Duarte a propósito da continuação das campanhas no Norte de África para conquistar Tânger (1437), Alcácer Ceguer e Arzila, quando lhe chamava a atenção para o despovoamento do Reino e para a incapacidade de continuar a defesa dessas e de outras praças africanas: — «*Mas posto caso que pasasejs he tomasejs Tangeer he Alcaçeer he Arzila, queria, senhor, saber que lhe fareis , por que povoardelas com reino tam despovoado he tão minguado de gemte como he este voso, he jmposivel; he , se o quiseseis fazer, seria torpe comparaçam, como de quem perdese bõa capa por mão capelo, pois hera certo perderse Portugal he não se ganhar Afriqua;...*» [24]

Texto de tanta clareza como este justifica bem que nos interroguemos sobre o volume demográfico do Reino, no tempo de Cabral.

O nosso estudo sobre a população da Arquidiocese de Braga no séc. XV [25], bem como o de Virgínia Rau [26], ampliado e corrigido por João Alves Dias para a região das Beiras [27], revelaram uma nítida recuperação demográfica no último

---

[21] SILVA, Luís Augusto Rebelo da — *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865,* Lisboa, 1868.

[22] VEIGA, A. Botelho da Costa - *Estudos de história militar portuguesa,* vol, I, 1.ª parte, Lisboa, 1936.

[23] COSTA. Pe. Avelino de Jesus da — *O bipo D. Pedro e a organização da diocese de Braga,* vol. I, Coimbra, 1959.

[24] SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438),* Lisboa. Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. p.83.

[25] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV,* pp. 267-317.

[26] RAU, Virgínia — *Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI,* in «Do tempo e da História», Lisboa, 1, 1965, p. 31.

[27] DIAS, João Alves — *A Beira interior em 1496 ...,* Ponta Delgada , 1982, p. 141 (282).

quartel do século XV, embora percentualmente mais elevada nas Beiras do que no Minho, prosseguindo, com algumas dificuldades, nas primeiras décadas da centúria seguinte.

Ao contrário do que acontece para o século XV, para os finais do primeiro terço do século XVI dispomos das informações quantitativas do *numeramento* mandado elaborar por D. João III, em ordem à efectuação de uma nova divisão administrativa do reino. Este inquérito à população portuguesa iniciou-se no segundo semestre de 1527 e só terminou em 1532, lapso de tempo que, em termos estatísticos, desfigura, obviamente, os resultados obtidos. Durante o reinado deste monarca realizaram-se igualmente outros inquéritos sobre os lugares cujos vizinhos enviavam delegados às cortes e sobre os rendimentos dos benefícios eclesiásticos, destinando-se estes últimos a preparar a criação de novas dioceses, integradas na estratégia de obstar à infiltração de doutrinas protestantes no reino.

Bem sabemos que este *numeramento* e os outros inquéritos foram elaborados quando se estava ainda muito longe do que viriam a ser os recenseamentos do século XIX e da época da estatística, mas, não obstante as críticas que lhe têm sido feitas, sobretudo o *numeramento* de 1527 continua a ser um quadro de referência para quem se dedica ao estudo da demografia portuguesa.

No estudo a que o submeteu, Rebelo da Silva chegou à conclusão de que por essa altura Portugal tinha 1.800.000 ou 2.000.000 de habitantes [28]. Estes números que, embora pareçam ligeiramente elevados se atendermos a que na zona Norte do reino, tradicionalmente mais povoada, e precisamente no coração do Minho, se atingiu o ponto mais agudo da *estiagem humana,* - para nos servirmos da expressão de Emmanuel Le Roy Ladurie [29] — por volta de 1450 [30], estes números, dizíamos, quando confrontados, em estudos de pormenor ou de âmbito regional, com os elementos fornecidos por outras fontes, estão até um pouco abaixo do que seria de esperar, atendendo ao ritmo de crescimento anterior, podendo encontrar-se a explicação para o facto na crise demográfica documentada nos anos 1506-1514 [31].

Nestas condições, poderemos admitir que o tempo de Pedro Álvares Cabral (1467-1519) , sob o ponto de vista demográfico, não obstante algumas oscilações entre 1506 e 1514, corresponde a uma acentuada e constante recuperação da crise que durava havia mais de um século, pelo que era relativamente fácil encontrar elementos novos para as lides do mar.

---

[28] SILVA, Luís Augusto Rebelo da — *Memória sobre a população e agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865,* Lisboa, 1868, p. 53.

[29] LADURIE, Emmanuel Le Roy — *Les paysans de Languedoc,* 2.ª. ed. t. I, Paris. Mouton, 1966, pp. 388-389.

[30] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV,* p. 291.

[31] MARQUES, José — *O. c.,* p.307.

2.2. — *Situação económica.*

Mas se da demografia passarmos à análise da situação econónica, não será difícil detectar algum paralelismo, dada a correlação normalmente existente entre estas duas realidades.

A complexa crise económica do século XIV projectou-se no século XV, como é conhecido, estando bem documentadas as crise cerealíferas e as medidas excepcionais tomadas pelos monarcas, quanto ao abastecimento de pão vindo de Castela, da Bretanha ou de outras partes da Europa, chegando, inclusive, a haver carências tão agudas que obrigaram a suspender a aplicação da lei relativa à saída de metais preciosos do Reino, contanto que os mercadores estrangeiros trouxessem carregamentos de pão, como aconteceu na carestia de 1438-1440 [32].

Se mencionamos este facto é porque a sua exemplaridade é tão elucidativa que nos dispensa de aduzirmos outros casos, profusamente por nós citados no estudo consagrado às *Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV* (Braga, 1978) e, mais recentemente, na comunicação apresentada nas «III Jornadas Hispano-portuguesas de História Medieval», realizadas em Sevilha , em Novembro de 1991, em fase de publicação.

Apesar de algumas instituições, mercê de uma correcta gestão dos seus patrimónios e rendas, terem minorado as dificuldades que as afligiam, como aconteceu com a própria Mitra de Braga, que, desde 1417 até 1435, teve de recorrer ao *subsídio caritativo* oferecido pelo clero, sabemos que muitas outras instituições só no último quartel do século XV iniciaram a fase de recuparação da grave e duradoira crise económica, em que tinham vivido. Como expressivos exemplos do que neste domínio se passou poderemos invocar a supressão de conezias em cabidos e colegiadas, os frequentes assaltos de nobres e padroeiros aos mosteiros, para cuja ruína económica e da vida comunitária contribuíram, o absentismo do clero, em muitos casos reconhecidos pelos próprios prelados que, apesar da anexação e até mesmo união de benefícios, afirmavam não poderem urgir-lhes o cumprimento da lei da residência «*sem grave seu opróbrio*» [33].

---

[32] MARQUES, A.H. de Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal,* 2.ª. ed. Lisboa, Cosmos, 1968, p.164.

[33] Assim o afirmou o Arcebispo D. Fernando da Guerra, quando, em 25 de Novembro de 1430, anexou as paróquias de Sta. Maria de Sobreposta, Lageosa e Espinho à de Sta. Vaia de Tenões, porque «*som tam pequenas que por cada hũua dellas se nom poderia abbade soportar sem grande seu obpoblio* (sic), (cf. *A Arquidiocese de Braga no século XV,* p. 277)

Que a insuficiência de meios de subsistência era uma das causas principais do absentismo dos capitulares bracarenses detectou-o o mesmo prelado por ocasião de visita canónica, logo procurando solucionar a dificuldade, pedindo autorização à Santa Sé para reduzir o número de conezias e respectivas prebendas, a fim de aumentar as rendas das subsistentes.

Mas as dificuldades económicas aparecem também de forma sistemática como causa determinante da redução de numerosos mosteiros a igrejas paroquiais.

A esta grave crise económica nem os monarcas escapavam como se verifica pelas frequentes solicitações de autorização de pedidos e empréstimos públicos apresentadas às Cortes, nas mais variadas situações, contraindo-os junto de cristãos e de judeus, chegando mesmo a recolher as pratas das igrejas para custear a guerra iniciada com Castela, em 1475 [34]. Por ser dessa mesma altura, convém recordar o grande empréstimo contraído por D. Afonso V junto do almoxarifado de Évora, em 1475 e 1476 [35] e que as suas dívidas, como se viu após a sua morte, ascendiam a «... trinta e quatro milhões» [36], que D. João II teve dificuldade em reunir, apesar de autorizado a fazê-lo pelas Cortes de Santarém, de 1482 [37].

Ainda em relação às necessidades da Coroa, convém anotar a tendência abundantemente comprovada para a redução do tempo de vigência dos contratos enfitêuticos de três para duas e até mesmo uma só vida, a fim de mais frequentemente proceder à sua renovação e actualização, ordenando nos casos de bens urbanos, que nas respectivas fachadas ostentassem o brasão régio, como sinal de propriedade e lembrança para a cobrança dos foros em tempo oportuno: — *«E que ponham nossas armas abertas em pedra e pintadas no frontal dellas sobre a porta das ditas casas pera em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro»* [38].

Em relação ao povo anónimo: pequenos lavradores, foreiros, mesteirais e ragatões bastará apontar, como significativo indício da grave situação económica

---

[34] Sobre este último problema veja-se MARQUES, José — *O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela,* in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas,* vol. I, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses, 1989, pp.201-219.

[35] GONÇALVES, Iria — *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora,* Lisboa, 1964.

[36] MENDONÇA, Manuela — *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal,* Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 251.

[37] MENDONÇA, Manuela — *O. c.* , pp 250-25.

[38] A.N.T.T., *Além Douro,* liv. 5, fls. 43-44v. MARQUES, José — *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo,* in «Revista de História», Porto, 3, 1982, pp.73-92., (separata, p. 24).

em que se encontrava, a sistemática e, por vezes, colectiva resistência ao pagamento tradicional das dízimas reais e pessoais, dos votos de Santiago e outros direitos, situações de tensão, que, em geral, se resolviam por acordos e cedências mútuas [39], após elevadas despesas e muitos sacrifícios.

Mas a melhor expressão da degradante situação de carência e até de miséria que atingia o povo podemos haurí-la nas queixas e pedidos apresentados a D. João II nas diversas Cortes, a começar pelas de 1481, que exprimem bem a bipolarização criada no tempo de D. Afonso V, não só como resultado das muitas mercês outorgadas como recompensa de serviços prestados - nem sempre verdadeiros, como o povo clamava - mas também dos abusos que se foram instalando. Sobre o povo recaíam as sequelas da pressão exercida sobre ele pela multidão dos privilegiados, para não falar já dos direitos a pagar à Igreja, e dos graves inconvenientes, que representava a presença maciça de grupos de mercadores estrangeiros, de que, os capítulos das Cortes de 1481, conservam esta bela síntese, relativa ao comportamento dos mesmos, com graves consequências económicas para o reino, e, em especial para o povo, tão carecido de recursos.

Assim:

— Os ingleses procuravam informar-se do estado das colheitas, percorrendo, para o efeito, os arredores de Lisboa, por vezes acompanhados por naturais do reino, e faziam a previsão das necessidades em perspectiva, comunicando esses dados para «ha sua terra a suas companhias», a fim de na devida altura terem prontas as mercadorias, que chegariam a Portugal, sempre em quantidades insuficientes para as necessidades, mas com a certeza antecipada de venderem tudo por preços elevados.

— Os florentinos e genoveses residentes em Portugal *«numca fezerom proveito sallvo rouballos de moedas douro e prata e descobrir vosos segredos da mina e ilhas...*(isto é, relacionados com a progressiva exploração da costa africana)

— *... e dos castelhanos he verdade que por suas maas eresias de suas terras sam corridos e lamçados e em vosos regnos defesos e emparados pollo* quall todo he voso desserviço porque todos trazem maneira de deminuir vossos direitos e destruir vosos regnos do que pede Senhor o voso povoo a vosa alteza por mercee que daqui avamte nom comsemtaees mais os taees estantes em vosos regnos nem Senhorios e que se vaao em booaora ataa huum tempo certo...».

A lógica desta descrição tão negativa, embora sublinhando o bom acolhimento dispensado aos herejes castelhanos — entenda-se, judeus procedentes

[39] Veja-se as numerosas situações contenciosas por nós estudadas em *A Arquidiocese de Braga no século XV*, a propósito do Cabido, colegiadas, mosteiros, etc.

de Castela — era pedir que fossem obrigados a sair e proibidas novas entradas.

A resposta do rei foi de verdadeiro político: concordou que, de futuro, não poderiam permanecer em Portugal os que não tivessem licença especial, concedida por ele, mas não fixou prazos para a obtenção de tais licenças, nem regulamentou quaisquer outros aspectos relacionados com a pedida expulsão dos estrangeiros.

O importante, naquele momento, era tranquilizar os procuradores dos concelhos e conseguir que eles regressassem satisfeitos às suas terras... Depois tudo continuaria na mesma, até porque o isolamento do país, já nessa altura, era impensável [40]. Note-se que, em todo este processo, estão implicadas as relações entre Portugal e Castela, que eram, sem dúvida, as mais intensas, dada a comunidade de fronteiras.

Pensamos ainda que as referências de natureza económica, extremamente sintéticas, atrás apresentadas, ganharão mais relevo se conhecermos o rendimento anual de alguns elementos do clero, classe privilegiada, e o interesse dessa informação aumentará se os quantitativos forem apresentados em espécie, isto é, em géneros, que nos dispensem das complicadas operações de conversão ou equivalência monetária. Sirva de exemplo o caso do capelão do mosteiro beneditino, feminino, de Lufrei, que, além dos 400 reais brancos da moeda corrente, receberia 40 alqueires de pão terçado (duas partes de milho miúdo e uma de centeio), pagos por ocasião das colheitas, e 40 almudes de vinho, isto é, 80 cântaros ou cabaços de *vinho mole, na dorna,* ou seja, pagos por ocasião das vindimas [41].

Com este «salário» ou « estipêndio » anual — os termos são da época — que era equivalente ao da maioria dos restantes curas e capelães, não se poderá falar, de forma generalizada, em vida desafogada para o comum da clerezia, sendo, por certo bastante mais baixo o rendimento da maioria do povo, muitíssimas vezes, situado no limiar da subsistência.

Não admira, por isso, que as próprias situações de carência estimulassem a partida em buscar de melhores condições de vida.

Esta realidade levanta o problema de sabermos quem era a maior parte dos indivíduos que tomaram parte, na condição de subalternos, na vasta empresa dos Descobrimentos, muitos dos quais acabariam por ser recompensados com bens eclesiásticos, mercê do impressionante recurso de D. Manuel I às conhecidas «comendas novas» .

---

[40] *Alguns documentos* .... p. 219.

[41] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga...*, p. 665.

3 — *Aspectos sociais e culturais*

3.1.1.— *Mobilidade social*

A segunda metade do século XV pode considerar-se como um verdadeiro período de *mobilidade social,* quanto às estruturas tradicionais. Bem sabemos que, após a consolidação da independência de Portugal, e da ratificação da paz com Castela se organizam as casas senhoriais, dependentes da Casa de Avis, com a criação dos ducados de Coimbra, Bragança, Viseu, os condados de Arraiolos, Ourém, etc., cujas histórias não se podem dissociar de acontecimentos tão relevantes como o processo da sucessão de D. Duarte, da tragédia de Alfarrobeira e, principalmente, do conflito entre D. João II e os Duques de Viseu e de Bragança, com extensão a outras famílias, concitando uma forte oposição que teria como desfecho a expatriação de muitos deles.

A excessiva dureza e a pressão constante em relação a grupos poderosos nunca foi um bom princípio de governação, e D. João II verificou-o poucos meses após as Cortes de 1481, a começar pela intervenção de D. Brites, sua sogra, que a propósito das confirmações, que demoravam a ser feitas, começou a pedir isenções para ela e para os seus filhos, cunhados do monarca: — «... *a my e aos Duques meus filhos (...) assim por quem somos como pella parte que em Vossa Alteza devemos ter...*», antecipando-se mesmo a dar-lhe um conselho, que não lhe tinha pedido, isto é, que «*nom deves bollir com estas cousas acerqua destes* (Duques) *porque sera muy grande escandalo*», avançando mesmo a lembrança de que não deveria prestar atenção aos que lhe recomendavam que corigisse o mundo num dia, porque, além de as inovações («novidades») provocarem escândalo, «... *grande cargua mata a besta e arasoada se pode levar...*» [42].

As Cortes de 1481, mercê das numerosas respostas evasivas do rei aos agravos do povo , que, afinal, não se viu aliviado das exigências que sobre ele impendiam, não deixaram de causar também um certo mal-estar, que levou um *barão* a recomendar-lhe: — «... *por agora nom peça El Rej nada aos Povos*» [43].

Na sociedade portuguesa havia também tensões entre a nobreza e o povo[44], tensões em que, por serem conhecidas, não pretendemos demorar-nos, não devendo, contudo, omitir-se uma breve referência ao conjunto de capítulos apresentados nestas mesmas Cortes contra as jurisdições dos senhores e dos

---

[42] MENDONÇA, Manuela — *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal,* Lisboa. Editorial Estampa, 1991. p.249.

[43] MENDONÇA, Manuela — *O. c.*, p. 252.

[44] MORENO, Humberto Baquero — *Um conflito social em Pinhel e seu termo, do século XV,* in *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV ...*, pp.172-211.

prelados, devido aos abusos praticados no plano jurisdicional e das apropriações indevidas de terras e dos seus frutos e rendimentos, bem como contra os desembargadores, tabeliães e escrivães, ouvidores e meirinhos, factos que, só por si, revelam o forte mal-estar existente entre o povo e os titulares dos cargos mais elevados das estruturas administrativas, tornando-se potenciais focos de conflitos[45].

3.1.2.— *A comunidade judaica*

Bem mais importantes foram as formas de relacionamento dos membros da comunidade judaica, com os vários sectores da sociedade portuguesa quatrocentista. É um sector em que é possível detectar uma progressiva deterioração das relações e um crescente sentimento anti-judaico, a cuja causalidade não são totalmente estranhas atitudes de elementos desta minoria religiosa .

Poderemos dizer que o primeiro alerta, em Portugal, foi dado por D. João I, ao ordenar, em 30 de Setembro de 1400 [46], que se fechassem as judiarias, não tanto a fim de proteger os cristãos, como devido ao receio de que surgissem violências idênticas às praticadas, em Sevilha, em 6 de Junho de 1391, e nos dias e semanas posteriores, em Toledo, Barcelona, Gerona, Logroño, Lérida, Malhorca, etc. [47]. É que este monarca bem sabia como, em 6 de Dezembro 1383, isto é, no próprio dia em que eclodiu a revolução pela independência nacional, sentira dificuldade em impedir a violência que se preparava contra a judiaria da capital [48]. Apesar disso, com excepção do assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1449, como represália pelo castigo aplicado a uns jovens cristãos que, «por travessura», tinham maltratado alguns judeus [49], nota-se uma certa compreensão, e tolerância entre as duas comunidades religiosas, não faltando os casos em que aparecem judeus inseridos em casas nobres e até episcopais, aí exercendo os seus mesteres [50] e até artes liberais, como a medicina, podendo apontar-se, a

---

[45] SOUSA, Armindo de - *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490),* vol. II, Porto, I.N.I.C., 1990, pp. 445-447.

[46] *Ordenações do senhor rei D. Afonso V,* liv. II, Lisboa 1792, p. 45.

[47] MORENO, Humberto Baquero — *Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV,* in *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal no séculos séculos XIV e XV. Estudos de História,* Lisboa, Editorial Presença, 1985, p.79.

[48] LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I,* com introdução de Humberto Baquero Moreno e um prefácio de António Sérgio, vol. I, Porto, L. Civilização, 1983,pp. 33-35.

[49] MORENO, Humberto Baquero - *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em Dezembro de 1449,* in *Marginalidade e connflitos sociais em Portugal...,* pp.89-132.

[50] Tal é caso de Abrãao, morador na Covilhã, que figura como alfaiate e criado de D. Luís da Guerra, bispo da Guarda, e irmão do arcebispo de Braga, D.Fernando da Guerra (A.D.B., *Gaveta das cartas,* n.º 1, publ. por MARQUES, José — *A propósito dos recomendados de D. Luís da Guerra [1434].* sep. de «Bracara Augusta», Braga, 1977, pp. 23 e 47.

título de exemplo, o caso de Mestre José, físico e cirurgião de D. Fernando da Guerra [51].

Nos últimos anos de vida deste prelado processou-se em boa harmonia a transferência da judiaria das proximidades da Sé para a actual rua de Sto. António das Travessas, para o efeito permutando com diversos capitulares, conforme ficou registado [52], sem ter havido qualquer incidente conhecido. Pouco depois da morte deste Arcebispo, surgiu a conhecida contenda entre o Cabido e os judeus de Braga, decidida por uma concórdia, que o chantre Luís Afonso julgou por sentença, em 21 de Janeiro de 1468, [53] merecendo, contudo, destaque as violentas pregações do converso Mestre Paulo contra os seus irmãos de raça, de tal forma que D. Afonso V houve por bem impor-lhe silêncio, porque ele estimulava a população bracarense a fazer *«levamtos e onyoees contra os judeus desa comarqua e que per força os fazees hir a vosas pregações»* [54].

Estes dois episódios, em si verdadeiramente passageiros, preludiam uma profunda mudança nas relações entre cristãos e judeus, não só na Arquidiocese de Braga, que, excepto o Entre Minho e Lima e uma parte de entre Douro e Ave, abrangia todo o Norte de Portugal. E a confirmação desta realidade está patente nas *constituições sinodais*, de 1477, aprovadas por D. Luís Pires. Com efeito, aí se proíbe o trato e convivência entre cristãos e judeus, que sejam confiados a judeus ou mouros ornamentos sagrados e outros objectos litúrgicos, como cálices, cruzes, relicários, nem sequer lhes devendo ser confiados para os pesarem , a não ser em caso de necessidade, com a condição de os não tocarem, nem lhes devendo ser feitos quaisquer arrendamentos nem aforamentos. E as proibições continuam, interditando o recurso a médicos judeus, e proibindo os cristãos de tomarem quaisquer medicamentos receitados por eles; permitia-se, contudo, que as parteiras cristãs pudessem assistir as parturientes judias [55].

Não se pense, porém, que se trata de medidas arbitrárias, pois cada uma delas está justificada pelos abusos praticados por judeus, em relação aos vasos sagrados. Nem isso nos surpreende, pois, quando os vizinhos de Viana da Foz do

---

[51] TAVARES; Maria José Pimenta Ferro — *Os judeus em Portugal no século XV,* vol. II, Lisboa. I.N.I.C., 1986 (8, 29-31).

[52] A.D.B., *Prazos do Cabido,* livros 1 e 3.

[53] MARQUES, José — *A contenda do Cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV,* in *Braga medieval,* Braga, 1983, pp. 95-117.

[54] MORENO, Humberto Baquero — *As pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarenses no século XV,* in «Bracara Augusta», Braga, 30 (1), 1976, pp. 53-62.; Idem — *Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV contra os judeus bracarenses,* in «Bracara Augusta», Braga, 32, 1978, pp. 117-124.

[55] *Synodicon hispanum. II. Portugal* dirigido por António Garcia y Garcia, Madrid, B.A.C., 1982, pp. 73—137 . Ver as constituições n.^{os}: 13ª. 43ª. 56ª, 57ª e 59ª.

Lima pediram a criação da judiaria dessa vila, alegaram como justificação algumas provocações recebidas da minoria judaica, quando passavam pelas ruas com o Santíssimo Sacramento [56].

Antes de continuar a exposição destas tensões, convém notar que também entre o próprios judeus havia dissensões, violência, injustiça, como decorre da queixa apresentada ao rei, na cidade de Évora, em 10 de Abril de 1475, contra a comuna da Guarda pelos judeus de Trancoso, dizendo textualmente que os judeus da referida comuna «... *por serem cabeça na repartiçam dos dictos pididos emlegiam antre sy huum partidor e outro doutro lugar commarcão a ella quall lhes prazia os quaaes faziam a taussa sobre elles aa sua vontade no que recebiam agravo porque certas vezes nam eram taussados naquello que direitamente aviam de pagar*» pelo que pediam ao rei a conveniente solução para o caso, passando os judeus de Trancoso a ter, de futuro, um representante que assistisse à repartição das imposições fiscais [57]. Esta decisão régia a favor dos judeus de Trancoso tem de ser interpretada no verdadeiro contexto político em que foi apresentada a queixa. É que tendo morrido Henrique IV de Castela, em Dezembro de 1474, abria-se a D. AfonsoV a possibilidade de casar com a sobrinha, D. Joana, como único meio de a proteger contra as pretensões de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, posteriormente conhecidos como Reis Católicos. D. Afonso V convocou Cortes para Évora no mês de Janeiro de 1475, onde foi decidido autorizá-lo a prosseguir o seu projecto político, outorgando-lhe também um empréstimo público, que já estava a ser cobrado em Abril desse mesmo ano, como demonstrou Iria Gonçalves [58]. Nestas condições, não convinha ao monarca responder negativamente. Do que, porém não há dúvida é das divergências entre as comunidades judaicas da Guarda e de Trancoso, que, naturalmente afectavam, de algum modo, a sociedade portuguesa, no início do último quartel do século XV.

A partir de 1484, começava em Portugal a oposição aos judeus confessos ou baptizados em Castela, que entre nós continuavam com as suas práticas judaizantes, chegando mesmo a ser criado, em 1487, um corpo de inquisidores, sob a orientação dos bispos para apurar dos crimes de heresia, medida que foi abolida nesse mesmo mês [59].

---

[56] Arquivo Municipal de Viana do Castelo (A.M.V.C.), *Pergaminhos.* (Esta notícia encontra-se num pergaminho contendo um capítulo especial de Viana da Foz do Lima, apresentado em Cortes.

[57] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 30, fl. 92.

[58] GONÇALVES, Iria — *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 476 pelo almoxarifado de Évora,* Lisboa, Ministério das Finanças, 1964.

[59] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro — *Judaismo e Inquisição. Estudos,* Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 21

Quer isto dizer que as relações com os judeus, em Portugal, foram geralmente perturbadas pelo elevado número de conversos ou confessos procedentes de Castela [60], não faltando, segundo os relatos existentes, notícia das violências e espoliações a que estes conversos castelhanos eram submetidos, sendo profundamente impressionante a descrição de Samuel Usque sobre um caso desta natureza [61], embora se deva ler com o indispensável sentido crítico.

Por razões de ordem política, em 1492, D. João II, mesmo contra o parecer do Conselho, decidiu aceitar os membros de 600 famílias judaicas, expulsas de Castela, mas, na realidade entraram muitos mais. Alguns acabaram por regressar à sua pátria; a maior parte, porém, não obstante as dificuldades que lhes eram levantadas, foi permanecendo, enquanto não encontrava melhor acolhimento e meio seguro de transporte para a Europa. Finalmente, nos princípios de Dezembro de 1496, D. Manuel publicou o edito de expulsão dos judeus portugueses que recusassem o baptismo. Apesar das contra-ordens e demoras, a expulsão consumou-se, continuando em Portugal conversos e «cristãos-novos».

Não é este o momento para nos determos na análise deste processo, mas a perplexidade de D. Manuel I, relativamente a este assunto, não passará despercebida a quem ler com atenção a carta de 2 de Janeiro de 1497, em que a preocupação de não lhes deixar levar bens é incontestável [62]

3.1.3.— *Marginalidade e escravatura*

Além das perturbações sociais inerentes ao relacionamento entre cristãos e judeus, convém ter presente a vasta gama de *marginalidade* , a que não são estranhos os agentes da *feitiçaria* e tantos outros — aliás bem documentados — para melhor se caracterizar a sociedade portuguesa contemporânea de Pedro Álvares Cabral [63].

Os anos que precederam a chegada dos portugueses à Índia e a descoberta do Brasil foram de grande perturbação social, devido a diversos motivos, com particular relevo para a questão judaica.

Não obstante o conjunto de benefícios de vária ordem, derivados da Expansão e dos Descobrimentos, independentemente das justificações que do

---

[60] TAVARES, Maria J. P. Ferro — *Judaísmo e inquisição...*, pp. 84- 85.

[61] TAVARES, Mª J. P. Ferro — *O.c.*, p. 25.

[62] *Cartas régias de D. Manuel para Vila do Conde*, in «Suplemento do Jornal de Vila do Conde», n.º 242,31, Maio, 1984, p. 2.

[63] MORENO, Humberto Baquero — *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV...*, pp. 24-60 e 61-77.

facto se possam dar, inclusive baseadas nos costumes étnicos, temos de registar um grave retrocesso relativamente à *escravatura*, contra a qual tanto se havia progredido nos séculos anteriores, chegando a instalar-se, primeiro, no Algarve, e, depois, em Lisboa, verdadeiros entrepostos de tráfico de escravos [64].

3.1.4. — *Assistência*

No capítulo das mudanças sociais documentadas para os finais do século XV, urge ter presente a tentativa desencadeada pelo Príncipe D. João (II) pela reforma das instituições de assistência: hospitais, gafarias, confrarias e quaisquer outras instituições que tivessem algum ónus de natureza assistencial. Como, em geral, eram obras que, pela sua natureza, funcionavam como instituições pias, pediu autorização ao Romano Pontífice, para, em cada localidade, concentrar num hospital maior e com outra capacidade e eficácia, o património das instituições menores, continuando a sua gestão a estar fora da alçada do monarca, que assim, também não comprometia os bens da Coroa em fins assistenciais [65].

Mais tarde surgiram as *Misericórdias*, mas o movimento tendente a operar uma reforma nacional no âmbito da assistência estava lançado, desde o tempo em que o Príncipe herdeiro, D. João (II), esteve associado ao governo do Reino. No intuito de incorporar o património das antigas instituições naquelas a que ficaram ligadas, D. Manuel I ordenou a organização dos seus inventários [66], que permitem excelentes estudos de história institucional e económica [67], bem como o conhecimento da estrutura dos hospitais e gafarias, permitindo concluir que, nos finais do século XV, a lepra, praticamente, tinha desaparecido em Portugal, estando a generalidade dos lazaretos completamente ermos e outros com um número insignificante de pessoas [68].

A incidência mais frequente das investigações sobre esta temática, nos últimos anos, já permite ter uma visão alargada das instituições de assistência em

---

[64] CARREIRA, António — *Notas sobre o tráfico português de escravos*, 2.ª ed. revista. Lisboa, Universidade Nova, 1983.

[65] COSTA, António Domingues de Sousa — *Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV*, in *A Pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I[as] Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Lisboa, I.A.C., 1973, pp. 259-327.

[66] A.N.T.T., *Fundo antigo*, n.º 272. Este refere-se às instituições da antiga vila de Guimarães, mas, no mesmo fundo arquivístico, há outros inventários.

[67] A título de exemplo, veja-se MARQUES, José — *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto,. II Série, vol. I, 1984, pp. 57-95.

[68] MARQUES, José — *A assistência no Norte de Portugal, nos finais da Idade Média*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, vol. VI, 1989, pp.11-93.

Portugal, ao longo da Idade Média, e das transformações por que passaram nos finais do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, que foi o período de ouro da criação das Misericórdias.

3.2. — *Alguns aspectos culturais*

Também no plano cultural houve mudanças acentuadas e de grandes repercussões no tempo de Cabral.

Se o Estudo Geral estava em Lisboa e das pessoas da Província só quem tivesse largos recursos poderia seguir aí os seus cursos, e os mosteiros, na generalidade, dada a grave crise que atravessavam estavam completamente alheios ao que tinha sido um dos seus mais justos títulos de glória — o ensino e a instrução — assistimos à revitalização de algumas escolas de colegiadas, de Guimarães e de Valença do Minho, e à criação das de Barcelos (oficialmente, em 1464) [69], e de Viana do Castelo (1481) — esta por decisão de D. Frei Justo Baldino [70] — para só falar de algumas da zona Norte.

Para estudos de Teologia, Direito, Medicina e outros estudos superiores as universidades de Salamanca, Paris, Bolonha, Pádua, Siena Roma e Montpelier, continuavam a ser as que mais atraíam os portugueses, que, em muitos casos, para lá se dirigiam depois de terem recebido ordens menores e obtido dispensa ou adiamento da recepção de ordens sacras, durante sete anos, sendo-lhes atribuídos, entretanto, um ou mais benefícios eclesiáticos, cujos rendimentos lhes permitiam suportar as despesas com os estudos durante a estadia no estrangeiro ou mesmo no Estudo Geral de Lisboa, como se verifica pelos dez volumes do *Chartularium Universitatis Portucalensis,* em publicação.

No primeiro quartel do século XVI, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, (1505-1532) procurou instituir estudos superiores nesta cidade, mas teve de ver o seu projecto limitado á criação do Colégio de S. Paulo, onde viriam a leccionar humanistas da estatura de Nicolau Clenardo, Vaseu [71] e outros, sendo mais tarde confiado aos Jesuítas, por D. Frei Bartolomeu dos Mártires [72], dele tendo saído alguns célebres missionários do Brasil, como o seu antigo director, Beato Inácio de

---

[69] MARQUES., José — *A Arquidiocese de Braga no século XV,* pp. 495-517. Idem — *D. Diogo de Sousa salvou a Matriz de Barcelos,* . separata de «Barcelos Revista», Barcelos, 1 (2) 1983, pp. 3-24.

[70] COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *A Comarca eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo,* Ponte de Lima. 1981 (1983), pp. 129-131.

[71] CEREJEIRA, Manuel Gonçalves - *O Renascimento em Portugal. I. Clenardo e a sociedade portuguesa,*4.ª ed., Coimbra Editora, Lda., 1974, 132-137.

[72] O acordo entre o Arcebispo e o P. Francisco de Borja sobre este Colégio foi oublicado na «Bracara Augusta», Braga, vol. 42, n.º 93 (106), 1990, pp. 551-553.

Azevedo [73], e outros que encontraram a palma do martírio, às mãos dos herejes calvinistas, quando se dirigiam para as promissoras missões da terra de Santa Cruz.

No sector da cultura, a segunda metade do século XV ficou assinalada pelo grande desenvolvimento da escrita *humanística,* — (referimo-nos, obviamente, à *humanística minúscula librária)* — ao nível da chancelaria régia, consagrada, entre muitos outros, na monumental colecção dos livros da *Leitura Nova,* enriquecidos com preciosos frontispícios iluminados e miniados, onde não faltam os elementos decorativos, típicos do Renascimento e os reflexos do exotismo das terras descobertas, revelado pelos navegadores, mercadores e colonos, apresentado, por vezes, à mistura com representações cristãs e da mitologia greco-romana, recuperada no clima do Humanismo e do Renascimento, intensamente divulgados entre nós, pelos antigos estudantes universitários em Itália, bem como por Mestres estrangeiros que ensinavam em Portugal. Desse tempo recordemos Mateus de Pisa ou Pisano e D. Frei Justo Baldino - mais tarde bispo de Ceuta [74], cujo secretário, Francesco Cavalcanti, redigiu as suas *confirmações* e actas de *visitações* num elegante latim renascentista, onde não falta o regresso às formas de datação romana, com os dias da semana, mencionados de acordo com o planetário romano, tudo servido por uma escrita *humanística cursiva,* [75] que, entre nós, no século XV, — (em contraste com a *humanística minúscula librária,* acima referida —) é ainda autêntica novidade [76], — sem esquecermos os portugueses como o bispo D. Garcia de Meneses e, um pouco mais tarde Aires Barbosa, Pedro Margalho, etc.. E não se pense que o uso da escrita *humanística minúscula librária* se restringe a textos e temas recolhidos e circulantes apenas no limitado âmbito dos serviços da Chancelaria, pois, entre outros documentos, os numerosos *forais manuelinos,* dispersos por todo o Reino, veiculavam o seu conteúdo, em belos livros de pergaminho, nesta cuidada letra *humanística,* com os característicos frontispícios ostentando as armas reais — em geral, patentes também nas ferragens das suas belíssimas encadernações — e exibiam uma harmoniosa forma de escrita, contrastante com a descuidada letra dos escribas notariais.

Ainda no campo do intercâmbio cultural com a Europa do seu tempo, é indispensável ter presente que D. Afonso V, ao longo do seu reinado, instituiu mais

---

[73] LEITE, Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil,* vol. I, Lisboa, Liv. Portugália — Civilização Brasileira, 1938, pp. 26, 176, etc.

[74] CEREJEIRA, Manuel Gonçalves — *O Renascimento em Portugal. ...,* vol. II, 4ª ed., Coimbra, 1974, p. 63.

[75] Cf. PETRUCCI, Armando — *Breve storia della scritura latina,* Roma, Bagatto Libri, 1989, p. 182.

[76] A.D.B. *Livro 2.º das confirmações de Valença.*

de meia centena de bolsas, no País e no estrangeiro, a fim de preparar quadros especializados em vários ramos do saber [77].

Mas a inovação de mais amplas e profundas consequências foi, sem dúvida, a introdução da imprensa em Portugal, tendo saído da oficina de Samuel Gacon, em Faro, o *Pentateuco hebraico,* em 1487, ao passo que, em 1488, era impresso, em Chaves, o *Sacramental* de Valdeiras, cujo único exemplar conhecido está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [78], vindo a público, no ano seguinte (8/8/1489), o *Tratado do Confisson,* ambos por iniciativa do Arcebispo D. Jorge da Costa, a quem se deve também a impressão do *Breviarium (*1494) do *Manuale* ou ritual dos Sacramentos (1496) e, finalmente do *Missale Bracarense* (1498) [79].

Recordemos, ainda, que foi, precisamente durante o período que temos vindo a analisar, até 1516, que surgiu a riquíssima produção poética recolhida no *Cancioneiro geral,* de Garcia de Resende, que, em diversos tons foi apreciando, por vezes de forma bem cáustica, as vicissitudes da vida portuguesa e, sobretudo, as excentricidades e aspectos menos felizes (ou assim considerados) dos que mais expostos andavam na cena política e social, exercícios em que Gil Vicente foi mestre consumado [80].

E dispensamo-nos de abordar os aspectos técnicos da nossa expansão e dos seus reflexos na cronística. Do mesmo modo silenciamos as encomendas de obras de arte, como quadros e móveis vindos da Flandres, etc.

Podemos, assim, concluir que os aspectos culturais estiveram também sempre presentes na sociedade portuguesa que chegou à Índia e descobriu o Brasil, constituindo a carta de Pero Vaz de Caminha um elucidativo exemplo do poder que a escrita já tinha alcançado entre nós, onde se afirmava, rapidamente, através da imprensa.

---

[77] MORENO, Humberto Baquero — *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: A concessão de bolsas de estudo,* in «Revista de Ciências do Homem». Universidade de Lourenço Marques, 1970.

[78] HORCH, Rosemarie Erika — *O primeiro livro impresso em língua portuguesa,* in «Prelo». Revista da I.N.-C.M., Lisboa, 10, Jan.- Março, 1986, pp. 6-18. Idem — *Luzes e fogueiras. Dos albores da imprensa ao obscurantismo da Inquisição no «Sacramental» de Clemente Sánchez,* vol. I, São Paulo, 1985. (Tese de doutoramento. Policopiada).

[79] MARQUES, José — *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da impressa em Portugal,..* in «Forum», Braga, 4, Outubro de 1988, pp.1-31.

[80] VICENTE, Gil — *Obras completas,* com prefácio e notas do Prof. Marques Braga, 4.ª ed., 6 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1968.

4 — *Aspectos religiosos* [81]

No esboço que procuramos traçar da sociedade portuguesa contemporânea de Pedro Álvares Cabral, além de não podermos omitir uma referência ao estado religioso do País, deveremos até aprofundá-la, pois foi através da acção missionária que se estabeleceram os laços mais íntimos entre estes dois povos, e se operou o mais autêntico encontro de culturas, de que hoje tanto se fala.

É por demais sabido que a missionação do Brasil se iniciou com um *considerável atraso,* em relação à data da sua descoberta, e será de toda a conveniência apurar a que se ficou a dever, até porque o aprofundamento desta temática ajudar-nos-á a caracterizar melhor a sociedade portuguesa dos finais do século XV e da primeira metade do século XVI.

Além dos motivos que se possam aduzir como explicação desse manifesto atraso, há um que é fundamental, em todo este processo histórico. Referimo-nos à *situação religiosa de Portugal, nos finais do século XV e tempos seguintes,* que, em nosso entender, além de constituir a mais convincente explicação da tardia missionação do Brasil, ajudará a aprofundar o conhecimento das raízes da América.

Entretanto, apraz-nos recordar que a vastidão das terras descobertas e ocupadas sob a jurisdição portuguesa, desde o Norte de África, ilhas atlânticas, costa africana e Brasil até ao Oriente, as enormes distâncias que separavam Lisboa e os órgãos centrais do Reino de paragens tão remotas, os numerosos problemas de âmbito internacional e de política interna, como a questão judaica, as carestias e fomes, como as de 1503 e 1506, a incontestável escassez demográfica, que, apesar de já se estar numa fase de recuperação, mais avultava perante a extensão do territórios a que havia necessidade de atender também sob os pontos de vista militar, comercial e administrativo — tudo isto agravado pelas enormes dificuldades que iam surgindo no Oriente, etc., — não deixavam a D. Manuel I a possibilidade de se ocupar da ainda tão mal conhecida terra de Santa Cruz.

Mas apesar destas realidades, impõe-se reconhecer que *a situação religiosa de Portugal, nos finais do século XV e na primeira metade do século XVI, não tinha vigor nem possibilidades de fornecer missionários devidamente preparados, em número e qualidade suficientes, para empresa tão importante e delicada,* como passamos a demonstrar. Por outras palavras, quer isto dizer que a crise que, desde o século XIV, atingia a Igreja em Portugal, estava longe de ser debelada.

---

[81] Neste ponto da presente exposição, integrámos, em linhas gerais, aspectos do nosso estudo *Da situação religiosa em Portugal, nos finais do século XV, à missionação do Brasil,* expressamente elaborado para o Congresso Internacional «América 92: Raízes e Trajectórias», realizado, em S. Paulo, de 16 a 20 de Agostode 1992.

Estamos, mesmo, perante um daqueles pontos da História, que não podem ser tratados à base de «generalizações» — (de que alguns, entre nós, tanto gostam, esforçando-se por suprir mediante *conceptualizações* o que não ousaram buscar nem encontrariam nas fontes documentais) — porque a realidade dos factos não o consente.

Para melhor exemplificarmos o que acabamos de afirmar, bastará recordar a importância, por vezes desmesurada, atribuída à crise geral do século XIV, nos seus diversos aspectos: demográfico, económico, social e religioso, que se foram agravando progressivamente, em condições e graus diversos, até meados do século XV. Mesmo olhando só para o caso português e apesar de se tratar de um país relativamente pequeno, os estudos feitos nos últimos anos permitem-nos verificar que o início da inversão da tendência depressionária inerente a essa longa crise para a de recuperação não é simultânea em todo o reino, quer se trate de aspectos demográficos e económicos, que se apresenta mais precoce, cerca de trinta a quarenta anos, na zona centro-sul (Coimbra [82] e Alcobaça [83]) do que no norte, repercutindo-se também, necessáriamente, no quadro social.

A recuperação das casas senhoriais deu-se também a ritmo acelerado, a partir do primeiro terço do século XV, não sendo de estranhar as posições de força tomadas por D. João II, face à nobreza.

Bem diferente de tudo isto, porém, foi o que se verificou no plano religioso, pois a situação de crise, apesar de numerosos esforços isolados, surgidos após o termo do Cisma do Ocidente, *(sendo legítimo salientar a extraordinária acção reformadora desenvolvida por D. Fernando da Guerra durante meio século (1417-1467),* prolongou-se durante mais de um século, ultrapassando, mesmo, o encerramento do Concílio de Trento (1563).

Teremos de analiar esta situação mais de perto, a fim de melhor se compreender a falta de agentes evangelizadores, que se dispusessem a vir para o Brasil e a ir para outras partes do mundo, submetidas à jurisdição portuguesa.

Em Portugal, conhecia-se, por experiência, a diversidade de riscos que representava e oferecia missionar entre os árabes do Norte de África e entre as populações pagãs do Congo. E não se pense que tinham apenas presente o exemplo dos Cinco Mártires de Marrocos, cujos restos mortais foram enviados para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra pelo Infante D. Pedro Sanches, irmão de D. Afonso II, que ao tempo se encontrava ao serviço do Miramolim de Marrocos [84];

---

[82] COELHO, Maria Helena da Cruz — *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média,* vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

[83] GONÇALVES, Iria — *O temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV,* vol. I, Lisboa, 1984.

[84] VELOSO, Maria Teresa Nobre Veloso — *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado,* vol. I, Coimbra 1988, pp.122-123.. (Tese de doutoramento. Policopiada).

havia também notícia e experiência segura, coroada de êxito, dos primórdios da evangelização de Congo, mas tanto umas como outras não eram funções para confiar a pessoas sem a devida formação religiosa e adequada preparação específica para o estabelimento dos contactos com gentes desconhecidas, como, mais tarde viria a ser explicitamente, dito da Índia, por Frei Simão de Jesus ao Provincial, D. Frei Agostinho de Jesus, quando lhe pedia que não mandasse *«irmãos empapelados do noviciado senão muito experimentados nos ofícios da casa»* [85].

Mas seria fácil preparar pessoas de acordo com estas exigências no contexto religioso então vivido em Portugal?

A resposta a esta pergunta ajudará a conhecer a situação da sociedade portuguesa da segunda metade do século XV sob o ponto de vista religioso.

Para facilitar a elaboração da síntese que nos propomos apresentar, decidimos centrar a nossa atenção naqueles aspectos mais sensíveis e expressivos da realidade em análise, isto é, no estado dos mosteiros, do clero secular e do povo, ao longo do século XV, mas particularmente na segunda metade, observando também o que, nestes domínios específicos se verificava no século XVI. Em relação a este último século, socorrer-nos-emos de documentação, que, além de nos oferecer dados seguros, tem o mérito de proporcionar uma visão global do sector a que se refere.

A documentação utilizada é essencialmente de natureza eclesiástica, produzida na sequência da actividade administrativa, não se vislumbrando, por isso, quaisquer indícios ou sintoma de manipulação dos seus dados. Cumpre, no entanto, esclarecer que, embora tais fontes e os estudos elaborados nestes domínios não cubram a totalidade do País, incidiram nas dioceses de Braga, do Porto e na Administração Eclesiástica de Valença, tradicionalmente as mais povoadas e as mais cristãs, mas por documentação avulsa e legislação sinodal coevas, verifica-se que reflectem bem o estado geral do País.

4.1.1 — *Os mosteiros*

Começando pelos *mosteiros* — beneditinos, agostinhos ou cistercienses — cumpre desde já anunciar que, na sequência de condicionalismos documentados desde o século XIV, atravessavam praticamente todos uma crise gravíssima, à qual muitos não conseguiram sobreviver. De modo geral, o número de religiosos em cada mosteiro era diminuto, não faltando aqueles em que não havia o mínimo

[85] A.D.B., *Gaveta das cartas do Cabido*, n.º 74. MARQUES, José — *Aspectos da missionação portuguesa no Oriente*. (No Prelo).

de quatro para se poder afirmar que havia mosteiro, como, em 1443, exigia D. Fernando da Guerra, relativamente ao de S. Simão da Junqueira [86]. Como amostra desta situação, veja-se o quadro da população monástica da Arquidiocese de Braga, que é a melhor resposta àqueles que falam de comunidades com elevado número de monges:

Mosteiros	Anos	Número de religiosos
S. Pedro de Rates	1314	15
	1377	0
	1429	1
Arnóia	1375	5
	1380	8
S. Miguel de Refojos de Basto	1382	10
S. Romão do Neiva	1419	4
S. Salvador de Vilar de Frades *(beneditino)*	1425	0
Santa Maria de Vila Nova de Muía	1425	5
S. Domingos de Guimarães	1426	7
S. Pedro de Lomar	1431	Sem convento
Requião	1433	Sem convento
Bravães	1434	Sem convento
Fonte Arcada	1437	Sem convento
Banho	1441	0
Junqueira	1443	3 ou 4
S. Martinho de Sande	1444	0
Carvoeiro	1451	Sem convento
Souto	1454	0
S. Torcato	1459	1
Vilar de Frades *(Cónegos Seculares)*	1461	14
	1478	13[87]

[86] A.N.T.T., *S. Simão da Junqueira. Pergaminhos*, compart. 2, maço 1, n.º 22. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, pp.797-798.

[87] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, pp. 890-891

Como se verifica por este quadro, alguns mosteiros estavam absolutamente ermos e outros não tinham convento, isto é, tinham apenas um ou dois religiosos [88]. Os números mais elevados que encontrámos foram: 14, na Ordem, ainda relativamente nova, dos Conégos Seculares de Vilar de Frades, em 1461, e o mosteiro beneditino de Refojos de Basto com 10 monges, em 1380.

Outro factor grave de crise era a situação económica, uma vez que diversos mosteiros não possuíam rendas suficientes para se sustentarem com o mínimo de dignidade, pelo que os prelados lhes anexavam algumas paróquias com a incumbência do respectivo serviço pastoral, a fim de poderem receber legitimamente os frutos dos benefícios. Casos houve em que nem com estes apoios conseguiram sobreviver.

Responsáveis pela ruína de muitas comunidades, dos seus próprios edifícios e patrimónios fundiários foram também as guerras, as fomes e pestes, os assaltos dos nobres, que nem as decisões tomadas em Cortes conseguiram desmotivar, as exigências dos « naturais » feitas a título do direito de padroado ou outros motivos, sem esquecermos o trágico regime dos *comendatários* — «os nadas colossais» de que fala Frei Leão de S. Tomás na sua *Benedictina Lusitana* — que, mesmo no período pós-tridentino, levantaram imensas dificuldades à reforma dos mosteiros e à constituição das várias Congregações.

A par destes factores, deveremos alinhar alguns casos de certa gravidade de ordem moral, embora não tantos, como certa historiografia pretende afirmar.

Por tudo isto, tendo D. Fernando da Guerra verificado que muitos deles não tinham viabilidade de sobrevivência , extinguiu-os canonicamente, e converteu-os em sedes de igrejas paroquiais, tendo reduzido os da Ordem de S. Bento de 26 para 13, e os agostinhos, também chamados crúzios por terem adoptado a regra de Sto. Agostinho, na versão difundida a partir de Sta. Cruz de Coimbra, que passaram de 18 para 11 [89].

Embora em menor escala , ocorreu situação idêntica na diocese do Porto, e na Administração de Valença do Minho, bem como através de todo o Reino.

É certo que nem tudo era negativo. Entre as Ordens Mendicantes, particularmente voltadas para a pregação e assistência, a situação era bem melhor, tendo beneficiado, até, do impulso recebido, primeiro, da implantação dos *Observantes*, que por ocasião do Cisma do Ocidente, em 1392, se desligaram da Província de Santiago de Compostela [90], e se implantaram em Portugal, a começar pela linha do Minho, e, depois, através do ramo dos franciscanos

---

[88] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.-C.M.., 1988, p. 891.

[89] MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, I.N.-C-M., 1988, pp. 889.

[90] Para uma síntese, veja-se o nosso estudo *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Porto, 1982.

Descalços, que, oriundos da Estremadura espanhola, vieram fixar-se em Vilaviçosa, no tempo de D. Manuel I, trazendo como projecto originário e única razão da sua existência: renovar a Ordem num contacto mais íntimo com o projecto do franciscanismo inicial [91].

4.1.2. — *Clero secular*

Quanto ao *clero secular,* de segunda metade do século XV, para as dioceses de Braga e Coimbra estão disponíveis *as matrículas de ordens,* que fornecem os elementos básicos da sua naturalidade, filiação, condição social, habilitações literárias,etc. etc. Embora entre eles houvesse graduados pela universidade portuguesa ou por outras estrangeiras, não faltavam também alguns semi--analfabetos ou mesmo completamente analfabetos, que tivemos oportunidade de identificar. A acção pastoral, em muitos casos, era bastante rudimentar, nem poderia ser de outra forma, se atendermos à deficiente preparação dos clérigos com cura pastoral e ao modo como se fazia o próprio recrutamento dos candidatos e a promoção à clerezia, itinerando, para o efeito, os sucessivos bispos auxiliares (D. Frei Gil e D. Frei Gomes da Rocha) pela diocese a conferir ordens sacras aos que se inscreviam.

Este elevado número de clérigos, quer só de ordens menores, quer mesmo de ordens sacras, estava mais voltado para acumular e usufruir benefícios do que para receber o presbiterado, como se verifica pela desproporção entre os que se apresentavam a receber ordens menores e os que, efectivamente, ascendiam ao presbiterado.

A formação do clero secular, em muitos casos, era bastante limitada, pelo que o arcebispo D. Jorge da Costa, eleito quando, em 1486, se encontrava em Roma, reconhecendo os benefícios e as potencialidades culturais da imprensa — ele que de lá trouxe uma rica colecção de incunábulos — decidiu, segundo temos defendido, mandar imprimir o *Sacramental* de Valdeiras, em 1488 [92], e no ano seguinte o *Tratado de Confisson,* [93] bem como os livros litúrgicos bracarenses, colocando os exemplares destas edições nas mãos dos seus colaboradores, numa tentativa de minorar lacunas inerentes à sua deficiente formação cultural.

---

[91] ANDRÉS MARTIN, Melquiades -*Pasos comunes de la descalcez franciscana en España y Portugal (1500-1523),* in «Alcántara. Revista del Seminario de Estudios Cacereños». Caceres, 3.ª época (série) n.os 23-24,. Maio-Diciembre, 1991, pp.149-169.

[92] MARQUES, José — *O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal,* in «Forum», Braga, 4, Outubro de 1988, pp. 1-31.

[93] MARQUES, José — *Tratado de Confissom. Novos dados para o seu estudo,* Vila Real, BPADVR-IPPC, 1986.

A falta de uma conveniente formação sacerdotal, para a qual, outrora, muito contribuíam os mosteiros e as colegiadas, agora uns e outras em manifesta crise, a falta de assistência e apoio da parte da hierarquia, devido às grandes distâncias que seria preciso vencer e de transportes rápidos, a escassez de meios materiais e o tradicional isolamento em que o clero paroquial vivia, facilmente estimulava os seus membros ao *absentismo* e desviava-os, por vezes, para actividades expressamente proibidas pela legislação canónica, de que se fazem eco, entre tantas outras, as constituições sinodais de D. Diogo de Sousa, de 1506, bastando como amostra, referir os título de algumas delas: «*XI — Que nenhuum clerigo nom seja negociador nem regatom*», «*XII — Que nenhuum clerigo nom seja procurador nas audiencias seglares*», «*Constituiçam XIII — Que falla dos clerigos dordeens meores barregueiros*», do mesmo assunto se ocupando a também a constituição XIIII, mas a respeiro do clérigos de ordens maiores, exigindo-se, na constituição 15ª, «*Que cada huum faça residencia na sua igreja*» [94]

4.1.3. — *Povo*

Em relação ao *povo* anónimo, a sua doutrinação, de acordo com as constituições sinodais diocesanas, era muito limitada e feita oralmente, não só por falta de catecismos, mas também e prioritariamente devido à elevada margem de analfabetismo, ao tempo existente. Para ilustrar esta afirmação, parece-nos suficiente transcrever parte da constituição 25.ª do sínodo reunido por D. Luís Pires, em 1477: — «*Achamos que per negligencia dos rectores e curas e padrinhos muitas criaturas e ainda* homens e molheres velhos *nom sabem o Pater noster, Ave Maria e Credo in Deum pera os rezarem, nem sabem preceptos da ley e obras de misericordia pera as comprirem, nem sabem os artiigos da fé pera os creerem, nem sabem quaaes som os sete pecados mortaaes pera se delles guardarem e nelles nom cayrem. Porém mandamos a todollos abbades, priores e rectores e curas que cada huum em sua egreja denunciie e emsine o Pater e Ave Maria e Credo in Deum e os artiigos da fé e os preceptos da ley e as obras de misericordia e quaaes som os sete pecados mortaaes. E sejam avisados que o Pater noster e Ave Maria e o Credo in Deum digam primeiramente per latim e despois per lingoajem...*» [95]; devendo os restantes pontos doutrinais ser ensinados apenas em vernáculo.

Desnecessário será dizer que os problemas de natureza moral, concretamente os casos de barregania, de superstição, aborto e tantos outros desvios doutrinários e morais estavam presentes no quotidiano da população, como as visitações e a

---

[94] *Synodicon hispanum. II. Portugal,* dirigido por António Garcia y Garia, Madrid, B.A.C. 1982. pp.148—151.

[95] *Synodicon II.* pp. 108-109.

documentação produzida em ordem à preparação do IV Concílio Provincial de Braga, realizado em 1566, revelam ineludivelmente [96].

Não queremos cair em anacronismos e, por isso mesmo, temos de afirmar que nos séculos XV e XVI, não havia a noção de *laicado* que temos no século XX, mas à luz do testemunho das constituições sinodais também não seria de esperar que os leigos se lançassem na aventura missionária.

4.2. — *E qual era a situação no século XVI?*

Não poderemos deter-nos a perscrutar a abundante informação contida nos registos eclesiáticos diocesanos, bastando anotar alguns testemunhos autorizados relativamente aos mesmos tópicos escolhidos para a apreciação que fizemos em relação ao século XV: *os mosteiros,o clero secular e o povo.*

Acerca do estado dos mosteiros portugueses do século XVI, embora com particular incidência na zona centro-norte do País, nas duas últimas décadas, apareceram em arquivos nacionais e estrangeiros, alguns documentos que deram origem a estudos do maior interesse sobre as comunidades beneditinas, cistercienses e agostinhas, com a vantagem de nos apresentarem, em visão sinóptica, o estado monástico, podendo acrescentar que para os beneditinos e os agostinhos dispomos destas preciosas informações para quatro momentos diferentes, ao longo da centúria de Quinhentos, de que a seguir fazemos menção.

4.2.1 — *Visitas e inquéritos aos mosteiros*

Assim, a primeira informação, referente aos beneditinos e agostinhos, é fornecida pelos capítulos da visita feita a catorze (14) mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, datados de 1 de Novembro de 1528, pelo licenciado Baltazar Álvares (?), desembargador do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa [97].

Deste notável documento, na impossibilidade de o comentarmos devidamente, respigamos apenas alguns elementos mais elucidativos, a começar pelo reduzidíssimo número de religiosos, como consta dos seguintes exemplos:

Em *Refojos de Basto,* havia o mesmo número anterior de seis religiosos;

— em Arnóia, não havia abade nem monges, por ter sido privado deles, ordenando o visitador que aí passasse a haver quatro monges e um noviço;

---

[96] Além das *Actas* do concílio publicadas, em 1567, pensamos também nos *Memoriaes* preparatórios, elaborados por D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

[97] A.D.B., *Visitas e devassas,* n.º 10, e foi estudado por SOARES, Antonio Franquelim Neiva — *Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528,* in «Bracara Augusta», Braga, 41, n.os 91-92, 1988-1989, pp.101-138, aí transcrevendo também o documento na íntegra.

— em S. Miguel de Vilarinho, havia apenas o prior, ao qual foi imposta, sob pena de excomunhão, a obrigação de admitir mais três ou mesmo um número superior, se as suas rendas o permitissem;

— em *S. Salvador da Junqueira*, além do prior, havia três monges e um noviço; em *Freixo*, o visitador obrigou o prior comendatário a admitir três religiosos;

— em *S. Martinho de Caramos*, além do comendatário, havia mais três religiosos e um cura, que obrigou a ir residir à sua vigararia, devendo admitir mais um cónego regrante para ajudar os outros três;

— em *S. Romão do Neiva*, onde havia abade, prior crasteiro e um monge, deveria passar a haver quatro monges e um noviço...

Não queremos insistir na apresentação de mais dados desta natureza, mas estas amostras eram indispensáveis para se verificar como se arrastava a situação herdada do século anterior. A imagem completa-se com as exigências de que os monges não andassem fora dos mosteiros, e com notícias como esta: que os monges de Basto deveriam ser «*quastiguados polla fama que tem acerqua de comversarem com algũas molheres ho que não he licyto nem serviço de Deos...*», impondo-se ao D. Abade a obrigação de promover a emenda de tal situação: em Carvoeiro, além de se confessarem e comungarem no primeiro domingo de cada mês, deveriam ler parte da Regra todos os dias; por fim, os religiosos de Caramos teriam de aprender a cantar o ofício, até à Páscoa do ano seguinte, etc.

Sobre o estado dos Cistercienses portugueses, bem como sobre os de toda a Península Ibérica é bem expressivo o relato de Frei Cláudio de Bronseval, secretário do Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, durante a sua visita canónica, efectuada durante os anos de 1531-1533, não tendo faltado quem se revoltasse,em Castela, contra ele e contra a reforma que pretendia operar.

Dois exemplos portugueses ajudarão a vislumbrar um pouco do que era, então. o estado dos mosteiros cistercienses entre nós. Comecemos pela profunda comoção que o D. Abade de Claraval sentiu, quando avistou essa pequena jóia de arte românica , que era o Mosteiro de Pitões de Júnias: — «*Dominus ad hoc descensdens flevit dolenter cum vidit quia quondam fuerat integre structum, et nunc penitus ruinatum preter ecclesiam...*»[98]. A ruína material era bem o reflexo da crise que tinha destruído a comunidade religiosa! Em Sta. Maria de Bouro, também as ruínas do mosteiro reflectiam o estado em que se encontravam os sete monges, que ainda aí encontrou: sem hábito completo nem qualquer espécie de vida comunitária, vivendo separados em casebres térreos — que no dizer do mesmo secretário mais pareciam pocilgas — na companhia de leigos de ambos os sexos.

---

[98] BRONSEVAL, Fère Claude de — *Peregrinatio hispanica (1531-1533)*, vol. II, Paris, Presse Universitaires de France, 1970, p. 546.

O ambiente era de tal ordem que o visitador exclamou. — «*Na verdade Deus não está nesta casa*»! [99].

Se completarmos a informação com o relatório da visita feita aos beneditinos portugueses, por Frei Afonso Zorrilla, em 1564-1565 [100], isto é, após o encerramento do Concílio de Trento, teremos uma extensa casuística, reveladora dos enormes obstáculos levantadas à tão necessária reforma monástica, não só pelos comendatários, mas também pelo comportamento de membros da Ordem de S. Bento, que não hesitaram em contestar a reforma em curso. As dificuldades eram de tal natureza que até o grande paladino da reforma tridentina, que foi D. Frei Bartolomeu dos Mártires, e o seu vigário-geral e substituto durante a sua ausência em Trento, consideravam alguns mosteiros, como o de Tibães — (mais tarde casa-mãe de Congregação de S. Bento de Portugal) — irreformáveis, chegando mesmo a pensar transformá-los em conventos e colégios dominicanos.

Em 1568, por ordem do Cardeal D. Henrique [101], procedeu-se a nova informação sobre os mosteiros beneditinos e agostinhos, que revela o seu estado, tanto sob o ponto de vista dos efectivos humanos existentes em cada um, como em relação ao estado patrimonial e respectivas rendas e muitos outros aspectos, inclusive, sobre os comendatários.

As visitações e inquéritos de 1564-1565, 1568 e a de 1588-1589 [102] situam-se já no período de reforma, mas, as informações por eles fornecidas, associadas às de 1529 e de 1531-33, obrigam a concluir que a situação descrita para o século XV não se tinha alterado para melhor e que destas ordens monásticas, nesta fase, nada havia a esperar no campo da missionação. Seria necessário aguardar ainda os frutos amadurecidos das várias Congregações monásticas portuguesas, organizadas na sequência da autêntica reforma saída do Concílio de Trento.

---

[99] BRONSEVAL, Frère Claude — *O.c.*, II, pp. 530-531. No texto latino, por lapso tipográfico, falta uma linha, mas na versão francesa encontra-se o correspondente à sua falta, com a seguinte redacção: — « *Vraiment le Seigneur n'est pas dans cette maison!*»

[100] ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto — *Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)*, in «Bracara Augusta », Braga, vol. 35, n.[os] 79-80, 1981, pp. 275-290. Publica o texto da visitação na íntegra.

[101] FERREIRA PAULO FERRO, Adérito Gomes — *Inquérito à vida dos mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, tomo III, 1987, pp.161-206.

[102] ZARAGOZA PASCOAL, Ernesto — *Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)*, separata de «Theologica», Braga, vol. 17, fasc. 1-4, 1983, pp.3-78.

Por certo, nem tudo eram sombras, mas da virtude e do zelo apostólico não é tão vulgar ficarem registos... não admirando, por isso, este sombreado mais denso.

É certo que entre os Mendicantes. (Franciscanos e Dominicanos) a missionação, na sua dimensão mais complexa, fazia radicalmente parte da sua razão de ser, mas o Norte de África e a Índia esgotavam todos os recursos humanos de que eles pudessem dispor.

Quando Pedro Álvares Cabral aportou ao Brasil, em 1500, de entre os dezassete missionários que trazia a bordo, sendo « *oito frades de Sam Francisco, homens letrados, de que era vigário Frei Henrique, que depois foi confessor del Rei, e bispo de Cepta, hos quaes com oito capelães* (seculares) *e um vigairo ordenou que ficassem em Calecut, pera administrarem hos sacramentos a hos Portugueses, e a hos da terra que se quisessem converter à fé* » [103]; naturalmente, todos fruto de uma esmerada selecção, sob os pontos de vista intelectual e moral, dadas as delicadas funções que os esperavam no Oriente. Mas, não era fácil reunir, com frequência, tão elevado número de missionários como este, até porque se tratava de uma resposta estratégica aos pedidos e graves necessidades de uma vasta região onde o nome de Cristo não era desconhecido, embora à mistura com muitos erros e heresias.

Quanto aos Dominicanos, observe-se que só em 1548, o Provincial, Pe. Frei Francisco Bobadilha, enviou para o Oriente os primeiros doze padres desta Ordem [104], isto é, seis anos depois de lá terem chegado os padres jesuítas Francisco Xavier e Paulo Camerte [105].

4. 2. 2. — *Clero secular e povo*

O mesmo podemos afirmar quanto ao clero diocesano e ao comum do povo cristão, cuja renovação espiritual, não obstante a importância da *devotio moderna,* só a partir da segunda metade do século XVI vai encontrar processos adequados de desenvolvimento, em que a criação das aulas de casos de consciência, a instituição dos seminários, as confrarias do Rosário e tantos outros meios de acção pastoral tiveram um papel muito significativo. Para conhecermos o estado da clerezia e do povo, bastariam alguns extractos dos capítulos das visitas dos bispos ou dos seus delegados e do que D. Frei

---

[103] GÓIS, Damião de-*Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, p.127. RUPERT, Arlindo — *O. c.*, p. 31.

[104] ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal.* Nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto-Lisboa, L. Civilização, 1968, pp. 297-298 .

[105] ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal.*, vol.II, pp. 297-298

Bartolomeu dos Mártires escreveu sobre estes temas nas cartas enviadas de Trento a Frei João de Leiria, seu confrade e vigário-geral [106], e no seu *Catecismo* [107] e no *Stimulus Pastorum* [108].

Foi alguns anos antes do início do Concílio de Trento e do movimento reformador que ele desencadeou, que surgiu a Companhia de Jesus, integrada por elementos intelectual e moralmente bem formados, profundamente convictos do imperioso dever de evangelizar — *«ai de mim se não evangelizar»*, dizia S. Paulo — e disponíveis para as tarefas mais difíceis que lhes fossem confiadas pelo Romano Pontífice, renunciando à vontade própria. Surgiam, além disso, integrados numa estrutura dinâmica e coesa, com um grande sentido de militância e de adaptação às realidades que se lhes apresentassem, e sentindo-se estimulados pela passividade e apatia envolventes.

Daí, talvez, o exagero que alguns descobrem na sua apreciação da acção missionária dos que os precederam nas terras de Santa Cruz, exagero, cuja veracidade importará demonstrar.

Do que, porém, não há dúvida é de que aos jesuítas cabe o grande mérito de terem sabido articular a educação na Fé, com a defesa dos direitos humanos e os valores da civilização, de acordo com a leitura que dos mesmos se fazia nesse tempo, privilegiando a instrução literária, a formação de quadros nativos e ensinando-lhes as técnicas de produção não só de meios de subsistência mas também de riqueza. Se alguns defeitos houve — pois de acção humana se trata — nem por isso o saldo deixará de ser extraordinariamente positivo.

III — Conclusão

Terminada esta esquemática e, necessariamente, incompleta visão de conjunto da sociedade portuguesa em que se formaram e estavam inseridos Pedro Álvares Cabral e os seus companheiros, que, em 1500, descobriram o Brasil e os que iniciaram os contactos regulares com esta nova terra e suas gentes, temos de concluir que se estava numa fase de *mudança* e de *recuperação* de uma polifacetada crise, que mergulhava as suas raízes no século XIV.

Essa recuperação era notória, no domínio da demografia e, embora de forma desigual, sentia-se também na esfera económica, a que a exploração

---

[106] Cf. «Bracara Augusta», Braga, vol. 42, n.º 93 (106), 1990, pp. 585 ss.

[107] MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos - *Catecismo ou doutrina cristã e prática espirituais*, 15ª ed., [Porto], Movimento Bartolomeano, 1966.

[108] MARTYRIBUS, O. P., Fr. Bartholomeu de — *Stimulus Pastorum ex sanctorum floribus ardentioribusque verbis praecipue concinatus*, 20ª ed., Bracarae, 1963.

das ilhas atlânticas, os resgates de Arguim, o corso e os produtos procedentes das novas terras descobertas davam estímulo para se prosseguir, sem prejuízo das rotas comerciais para o Norte de Europa, donde vinham muitos produtos utilizados no comércio com os povos da costa africana, particularmente desde que a Coroa chamou a si a orientação do projecto de expansão, na sua globalidade.

Foi esta uma decisão, verdadeiramente histórica, que fez progredir o avanço do reconhecimento da costa africana, chegando, finalmente, ao Índico e ao Brasil, não obstante a população diminuta de Portugal. É que não era a multidão anónima que conduzia esta empresa, para a qual só o monarca podia mobilizar os elementos necessários.

Política e socialmente, assiste-se a uma forte tendência centralizadora do poder, com uma nítida subalternização da nobreza e dos municípios, sem que isso trouxesse vantagens visíveis para o povo, que logo compreendeu o contraste entre a celeridade do monarca para prometer e a lentidão para cumprir. A ele — e pensamos em D. João II — pertence, contudo, o mérito de ter iniciado e, de certo modo, conduzido a primeira grande reforma operada, em Portugal, no campo da assistência.

Pelo que diz respeito à cultura, é patente a abertura ao que se verificava no estrangeiro, inclusive, procurando criar bolsas de estudo, ao longo do reinado de D. Afonso V, o que denota a vontade de acompanhar o ritmo cultural da Europa do tempo, sendo os portugueses pioneiros, sobretudo, nas coisas do mar, que lhes iam ministrando o saber de experiência feito, consolidando os conhecimentos teóricos, e no contacto com povos até então desconhecidos.

Houve, contudo, um aspecto em que se regrediu: — foi o aumento da escravatura, contra a qual tanto se havia progredido ao longo dos séculos anteriores.

Do ponto de vista religioso, se, apesar de esforços dispersos, não foi possível debelar a crise, tem de se reconhecer que havia uma preocupação evangelizadora, que foi sobrevivendo, mercê da acção dos Franciscanos, Dominicanos e de alguns membros do clero diocesano, mas só viria a assumir a sua verdadeira expressão com a genuína reforma católica estimulada pelo Concílio de Trento e conduzida pelos Romanos Pontífices.

É por tudo isto que não podemos silenciar a gesta dos Descobrimentos Portugueses, que, na palavra de Camões, «deram novos mundos ao mundo» e abriram decidida e eficazmente as possibilidades de aproximação e convívio fraterno, não só entre portugueses e brasileiros, mas entre todos os povos da Terra.

Porto, 10 de Agosto de 1992.

Os Coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca na Idade Média Sua organização administrativa e judicial *

ROSA MARREIROS **

I. INTRODUÇÃO[1]

Um dos aspectos que chamam a nossa atenção, ao lermos as Inquirições de D. Afonso III ou as de D. Dinis, é o elevado número de senhorios nobres e eclesiásticos existentes no norte e centro do país ao tempo destes monarcas.

Segundo um estudo realizado no âmbito do Seminário sobre *Lutas político-sociais no século XIII*, orientado pela Prof.ª Iria Gonçalves, o número de coutos localizados entre o rio Minho e o Cávado ascendia, em 1258, a 111: 53 situados entre o Minho e o Lima e os restantes 58 entre este rio e o Cávado. O número de honras situadas nesta mesma área geográfica era, à data, bem menor, cifrando-se em 40: 13 a norte do Lima e 27 entre este rio e o Cávado[2]. Para a restante zona

---

* Este trabalho tem por base uma comunicação apresentada nas *Primeiras Jornadas Culturais do Concelho de Tarouca (Comemorações dos 930 anos da Conquista definitiva de Tarouca aos Mouros)*, em Julho de 1987.

** Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[1] Siglas utilizadas:

A N T T - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
C P - Chancelarias Portuguesas
D M P - Documentos Medievais Portugueses
D R - Documentos Régios
L D M T - Livro das doações do mosteiro de S. João de Tarouca
L N - Leitura Nova
P M H - Portugaliae Monumenta Historica.

[2] CRISTINA MARIA GARCIA RODRIGUES *et alii*, "O entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, nº 2 (1978), pp. 399-440.

norte e para a zona centro, nomeadamente na área do maciço central, onde o regime senhorial teve também uma forte implantação, não temos conhecimento de qualquer levantamento sistemático dos senhorios aí existentes. Mas supomos que o seu número devia ser igualmente significativo.

Não obstante a importância de que se reveste o estudo destas instituições para o conhecimento da nossa Idade Média, continuamos, ainda hoje, privados de um estudo de conjunto que nos dê a conhecer, entre outros aspectos, o seu número, áreas de implantação, proprietários e/ou usufrutuários, bem como a sua organização administrativa e judicial [4]. Na impossibilidade de apresentarmos, para já, esse estudo de conjunto que tencionamos levar a cabo, limitamo-nos, por agora, a dar mais uma achega para o conhecimento do regime senhorial neste período, com a análise dos coutos do mosteiro de S. João de Tarouca.

O trabalho que a seguir apresentamos, sobre os coutos do mosteiro de S. João de Tarouca na Idade Média, encontra-se dividido em três partes: uma primeira sobre a origem e limites dos referidos senhorios; uma outra sobre a sua organização administrativa e judicial e a terceira e última parte sobre o problema da penetração do poder real nos diversos lugares sujeitos à jurisdição do abade, ou dos seus representantes[3].

II. OS COUTOS DO MOSTEIRO DE S. JOÃO DE TAROUCA

1. Origem e limites

Dentre as instituições religiosas detentoras de senhorios nas regiões norte e centro do país, figura o mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. O número de **coutos** que lhe conhecemos nesta área, e para os quais estamos documentados, ascende a nove, embora repartidos por épocas diferentes. No que se refere à sua

---

[3] Para a elaboração do presente estudo, recorremos aos *Documentos Régios*, org. e pref. por RUY PINTO DE AZEVEDO, onde se encontram publicadas algumas cartas de couto outorgadas pelo nosso primeiro rei; às *Gavetas* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; à *Leitura Nova;* às *Chancelarias* de D. Afonso III, D. Dinis e de D. Afonso IV e, principalmente, ao *Livro das Doações do Mosteiro de S. João de Tarouca* (propriedade particular), onde se encontra registada uma importante inquirição tirada em 1355, por ordem de D. Afonso IV, sobre a jurisdição do mosteiro nos referidos coutos. Na impossibilidade de acesso ao referido cartulário, servimo-nos de microfilmes e ampliações existentes no *Instituto de Paleografia* da Faculdade de Letras de Coimbra.

[4] JOSÉ MARQUES, no seu excelente estudo sobre «D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais» *(Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História medieval,* vol. IV, Porto, 1990, pp. 1527-1566), faz uma primeira tentativa de inventariação e estudo dos senhorios portugueses ao tempo deste monarca. Embora a lista de senhorios apresentada esteja bastante incompleta, este trabalho tem o mérito de nos dar uma primeira visão de conjunto da área de implantação, orgânica e funcionamento destas instituições.

distribuição, temos um a norte do Douro (trata-se do **couto de Santiago de Oliveira**, situado em terras hoje pertencentes ao concelho de Mesão Frio) e os restantes oito a sul deste rio. São eles os coutos de **Alhais, Aveiro, Cerdeira, Ermida, Figueiró, Sande, Tarouca** e o de **Touça.** Almeida Fernandes, no seu estudo sobre a *Acção dos cistercienses de Tarouca*, alude igualmente aos coutos de **Arcas, Sever** (incluídos, em 1335, no couto da abadia), **Ovadas, Nogueira** e ao de **Santa Eulália**[5]. Destes últimos, para além do que aquele autor informa, nada mais sabemos a seu respeito.

A aldeia de **Alhais** [6], que em 1335 nos aparece como couto do mosteiro de S. João de Tarouca, encontrava-se situada *antre o julgado de Peeva*[7] *e o de Touro*[8] *e antre o julgado de Fravegas*[9] *e a aldeya de Sam Martim*"[10].

Conforme informaram os jurados inquiridos em 1258, a *villa de Fravegas et Alaes et Barrelas fuerunt de Domino Rege regalenge, et Dominus Rex Alfonsus patris Domini Regis Alfonsi Portugalie et Comitis Bolonie dedit Fravegas et Alaes et Barrelas Donno Martino Fernandi de Vizella et Donne Stephanie, et cautavit eas sibi per patronos...*[11]. À data do inquérito de D. Afonso III, Alhais ainda não pertencia ao mosteiro de S. João de Tarouca, conforme vimos. A sua transferência para esta abadia ter-se-ia verificado entre esta data e a de 1335, certamente por doação daquela ilustre família.

A vila de **Aveiro** foi do senhorio da Coroa até 27 de Abril de 1187, data em que D. Sancho I a concedeu a título perpétuo e hereditário a D. Urraca Afonso, sua irmã, em troca da vila de Avô. D. Dinis veio mais tarde a recuperar este senhorio para a Coroa[12].

Entre 1187 e o reinado deste nosso monarca, a vila e couto de Aveiro conhecem diversos donatários. Por morte de D. Urraca Afonso, houve uma repartição pelos seus três filhos: D. Aldara, D. Sancha e D. Abril Pires. D. Aldara, por documento de 9 de Fevereiro de 1227, escolheu o mosteiro de S. João de

---

[5] ALMEIDA FERNANDES, "A acção dos cistercienses de Tarouca (As granjas nos sécs. XII e XIII)", sep. vol. 23 da *Revista de Guimarães,* Guimarães, 1974, pp. 108-118, 185-188 e 223-227.

[6] Alhais (c. Vila Nova de Paiva).

[7] Peva (c. Moimenta da Beira).

[8] Touro (c. Vila Nova de Paiva).

[9] Fráguas (c. Vila Nova de Paiva).

[10] *L D M T,* fl. 110v. *S. Martinho* é hoje um lugar da freguesia de Peva (c. Moimenta da Beira). Sobre a localização deste couto, vid. mapa p. 16.

[11] P M H, *Inquisitiones,* fasc. VII, p. 1085.

[12] A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. V, fl. 69-69v, doc. 1. (Publ. ANTÓNIO ROCHA MADAHIL, in *Milenário de Aveiro,* Aveiro, 1959, pp. 37-38). D. Urraca Afonso, que foi casada com Pedro Afonso de Lumiares (filho de Afonso Viegas de Riba Douro, o Moço, e neto de Egas Moniz), era filha bastarda de D. Afonso Henriques (PMH, *Livros Velhos de Linhagens,* Nova série, vol. I, Lisboa, 1980, pp. 248, 329, 360 e 361).

Tarouca para local de sepultura, ao qual deixou, por morte, entre outros bens e direitos, a sua terça parte da vila de Aveiro[13]. D. Sancha e seu marido, D. Pedro Rodrigues Girão, venderam, em Maio de 1222, a sua terça à rainha D. Sancha, senhora de Alenquer, que, por sua vez, a doou, em Agosto de 1223, ao mosteiro de Celas de Coimbra[14]. O terceiro e último quinhão encontrava-se em Agosto de 1282 sob o senhorio de D. Pedro Anes de Riba de Vizela, conforme vemos numa inquirição tirada na Terra de Vouga neste ano[15].

Em 1306, D. Dinis conseguiu reaver 2/3 da vila e couto de Aveiro. Por escambo efectuado em 14 de Abril de 1306 com o mosteiro de Celas de Coimbra, readquiriu a parte que este cenóbio tinha na referida vila, juntamente com o padroado de sua igreja, em troca da aldeia de Eiras (c. Coimbra)[16]. Também por permuta, esta efectuada com S. João de Tarouca em finais de Maio seguinte, conseguiu reaver não só a terça parte da vila que lhe havia sido doada em 1227 por D. Aldara, como ainda obteve daquele cenóbio outros bens situados em Aveiro e Coimbra[17]. Em troca dos bens recebidos, D. Dinis concedeu a S. João de Tarouca o préstamo de Sande (c. Lamego), a granja de Touça (c. Vila Nova de Foz Côa) e a igreja de Samodães (c. Lamego) com o respectivo padroado[18]. No instrumento de escambo, o monarca prometeu não só contar o préstamo de Sande e a granja de Touça, mas igualmente todos os outros herdamentos que o mosteiro porventura possuísse neste último lugar, promessa que viria efectivamente a cumprir em 22 de Julho seguinte[19].

---

[13] A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. V, fls. 73v-74 (Publ. A. R. MADAHIL, *op. cit.,* pp. 70-72). Não se tratou aqui, todavia, de uma doação sem qualquer contrapartida material para D. Aldara. Na verdade, para além dos benefícios de natureza espiritual, o mosteiro comprometeu-se, pelas suas vilas de Oliveira e de *Antoim,* cuja localização desconhecemos, a dar anualmente a D. Aldara, enquanto esta vivesse, a quantia de cento e sessenta libras portuguesas.

[14] A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. V, fls. 70-70v, doc. 1, e 70v, doc. 1 (Publ. A. R. MADAHIL, *op. cit.,* pp. 67-69).

[15] A N T T, *Gav. VIII,* 2-9 (Publ. JOAQUIM DA SILVEIRA, in *Arquivo do Distrito de Aveiro,* n.º 33, Aveiro, 1943, pp. 81-87, e A. R. MADAHIL, *op. cit.,* pp. 84-89). Pedro Anes, que foi casado com D. Urraca Afonso, filha de D. Afonso III, era neto, por via materna, de D. Abril Peres, e por conseguinte bisneto de D. Urraca Afonso, a primeira donatária da vila de Aveiro (P M H, *Livros Velhos de Linhagens,* pp. 246, 249, 329, 330 e 360). Em Junho de 1275, D. Pedro Anes e sua esposa D. Urraca Afonso confirmaram a doação feita por seus bisavós ao mosteiro de S. João de Tarouca, em 1 de Janeiro de 1216, de mil moios de sal a pagar anualmente das salinas de Aveiro, e prometeram pagar a parte que lhes competia, ou seja a terça parte desse quantitativo, A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. V, fl. 73, doc. 1 (Publ. A. R. MADAHIL, *op. cit.,* pp. 55-56). Segundo Almeida Fernandes, D. Pedro Anes teria falecido por volta de 1286 (ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.,* p. 114).

[16] A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. V, fl. 69-69v, doc. 1 (Publ. A. R. MADAHIL, *op. cit.,* pp. 108-110).

[17] *Ap. doc.* , doc. 3.

[18] Sobre as granjas do mosteiro de Tarouca, vid. ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.,* pp. 10s.

[19] *Ap. doc.,* docs. 3, 4 e 5. Vid. ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.,* pp. 227-235.

A **Granja de Touça,** ou melhor a, **Granja Nova de Cima de Touça,** fora doada ao mosteiro de S. João de Tarouca por D. Abril Peres de Lumiares o qual, por sua vez, também a recebera em doação do concelho de Numão em Fevereiro de 1242[20]. Os seus limites iam pelo *termho de Muyxagata* [21] *e pelo termho de Langrovha* [22] *e como partia per marcos e per divisões antre a granja da Touça* [23] *de Fundo e a dicta granja nova de çima e des i como partia pelo termho de Freixêo* [24] *pela pedra sobreposta e des i como se vay do cume aguas vertentes da hũa parte e da outra contra a dicta granja nova* [25].

Ao tempo de D. Dinis, levantou-se a questão da legitimidade da posse desta granja por parte do mosteiro de Tarouca. Alegava o procurador do rei que a mesma se encontrava em terreno reguengo, fora dos limites da doação efectuada pelo concelho de Numão a D. Abril Peres. Julgada em primeira e segunda instâncias, (a última no tribunal da corte), em ambas as sentenças os ouvidores se pronunciaram a favor do monarca[26]. Segundo deduzimos da carta de couto dos herdamentos que S. João de Tarouca tinha em Touça, de 27 de Julho de 1306, D. Dinis teria dado àquele mosteiro, em troca da vila e couto de Aveiro, não só a granja nova de cima de Touça, mas igualmente a do fundo de Touça, que lhe era contígua. A esta não se alude, todavia, no instrumento de permuta [27].

Conforme acabámos de ver, o mosteiro de S. João de Tarouca perdeu o terço que tinha na vila e couto de Aveiro ao tempo de D. Dinis. Em contrapartida, viu-se recompensado com a aquisição de dois novos senhorios — os de **Sande** e

---

[20] *L D M T,* fl. 67, doc. 1 (Publ. ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.,* pp. 310-311).

[21] Muxagata (c. Vila Nova de Foz Côa).

[22] Longroiva (c. Meda).

[23] Touça (c. V. N. de Foz Côa).

[24] Freixo de Numão (c. V. N. de Foz Côa).

[25] *Ap. doc.,* doc. 1.

[26] *Ib.* , doc. 1.

[27] *Ib.* , doc. 5. Em 31 de Maio de 1306, aquando do escambo da terça parte da vila de Aveiro, efectuado entre a abadia de S. João e D. Dinis, a granja de Touça encontrava-se na posse de Gonçalo *Manion.* Não se trata aqui, conforme refere Almeida Fernandes (*op. cit.,* p. 282), de um enfiteuta ou arrendatário da Coroa, mas sim de um prestameiro. Gonçalo *Manion,* ou melhor, Gonçalo Domingues *Manion,* aparece-nos como procurador da Coroa no conflito que opunha o monarca àquele mosteiro, por motivo da referida granja (*Ap. doc.*, doc. 3). Como recompensa de a ter conseguido recuperar para a Coroa, D. Dinis concedeu-lhe, em data que desconhecemos, o seu usufruto vitalício. Recordemos aqui que uma das estratégias seguidas por este monarca, com vista à recuperação de bens e direitos sonegados, foi a de os conceder, em vida, à pessoa que os tivesse reivindicado judicialmente e à sua custa para a Coroa. Afigura-se-nos ter sido este um caso. Em 31 de Maio de 1306, a granja de Touça tornou à posse do mosteiro, conforme acima referimos. D. Dinis, a fim de recompensar Gonçalo *Manion* pela perda da referida granja, concedeu-lhe, a título vitalício, em 20 de Agosto seguinte, os bens situados em Coimbra que recebera daquela abadia e a quantia de cento e trinta libras em dinheiros, *per custas e despesas que fez sobre a dicta granja* (A N T T, *Chanc. D. Dinis,* Liv. III, fl. 52, doc. 1).

Touça —, possivelmente tão ou mais rentáveis que a sua fracção do couto de Aveiro[28].

Passemos ao **couto de Cerdeira,** situado em terras hoje pertencentes aos concelhos de Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva (dist. Viseu)[29]. Segundo uma das testemunhas inquiridas em 1335, aquando do "Chamamento Geral" de D. Afonso IV, este senhorio partia *con os moradores da Poboa Nova* [30] *pelo cume que chamam os Panascaaes; e des y como parte con os moradores de Touro per u chamam o Chãao de Serzedo* [31]*; e des y como parte con os moradores da Poboa Velha per u chamam Beyra Varenta* [32]*; e des y como parte con San Martim* [33] *per o logo que chamam o Cancello* [34]. Ainda de acordo com a mesma fonte, esta aldeia foi granja do mosteiro de S. João de Tarouca antes do seu povoamento ou repovoamento pelo referido mosteiro[35]. Uma outra testemunha, de nome Francisco Domingues, refere, por sua vez, *que avya quareenta anos que ele sabya que o abbade Don Egas dera a dicta granja a poboadores de novo* [36].

Um outro couto pertencente ao mosteiro de S. João de Tarouca era o da **Ermida**, localizado em terras do Vouga (frs. Sever e Rocas do Vouga), que as Inquirições de 1258 dizem ter sido instituído pelo nosso primeiro monarca[37]. Nos *Documentos Régios* não encontrámos, todavia, a respectiva carta de couto, nem qualquer outro diploma a seu respeito. Em 1335, dá-se a seguinte informação sobre os limites deste senhorio: ... *que partia pelo ribeyro que chamam Rio Maao* [38] *e des*

---

[28] Cf., sobre a granja de Touça, A. FERNANDES, *op. cit.*, pp. 279-282.

[29] Na aldeia da Cerdeira encontrava-se localizado um dos celeiros do mosteiro. Uma das testemunhas inquiridas sobre o couto de Alhais *disse que vyra levar grandes carradas de pan da dicta aldeya pera a Cerdeyra, que dizia que era celeyra (sic) do dicto moesteiro* (*L D M T*, fl. 114v). É possível que estejamos aqui em presença do armazém geral da abadia, ao qual alude Almeida Fernandes no estudo que temos vindo a citar (*op. cit.*, p. 254, nota 1).

[30] Póvoa ? (fr. Touro, c. Vila Nova de Paiva).

[31] Sarzêdo (c. Moimenta da Beira).

[32] Beira Valente (fr. Leomil, c. Moimenta da Beira).

[33] S. Martinho (fr. Peva, c. Moimenta da Beira).

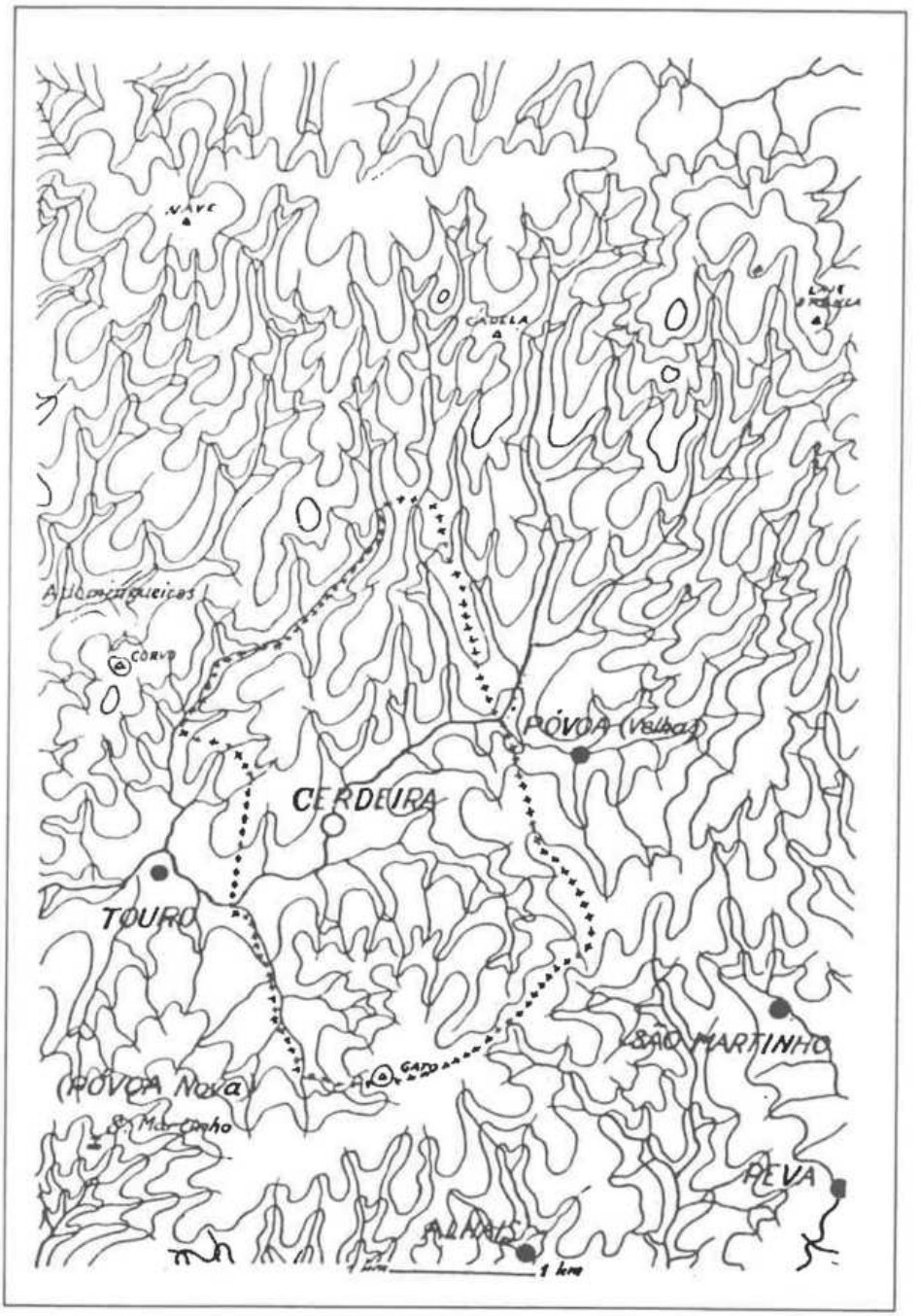
[34] *L D M T*, fl. 101v. O lugar de *Cancelo*, acima referenciado, pertence actualmente à freg. Alvite (c. Moimenta da Beira). Ainda sobre os limites deste couto, vid. *L D M T*, fls 101v-105v e 124-124v.

[35] *Ib.*, fls 102, 103v, 106, 106v e 124. Um dos inquiridos diz que *"sabya tempo que a dicta aldeya era granja do dicto moesteiro ante que a desen a pobrar"* (*Ib.*, fl. 102).

[36] *Ib.*, fl. 106v. Em 1306 estava à frente do mosteiro um abade com este mesmo nome, o qual julgamos ser o D. Egas acima referenciado (*Ap., doc.*, doc. 3). Almeida Fernandes identifica-o, com um outro abade, também chamado D. Egas, que aí esteve entre 1330 e 1350. Esta identificação não nos parece, no entanto, ajustar-se cronologicamente aos dados fornecidos pela testemunha (*op. cit.*, pp. 147-148). A propósito da localização deste couto, vid. p. 7.

[37] ... *Petrus Vicentii de Rocas juratus dixit, quod hermitagium Sancti Jacobi habet cautum in termino de Sever per patronos et per cartam Domini Regis Alfonsi avi istius Regis, et nullum forum faciunt Regi* (PMH, *Inq.*, VII, p. 920).

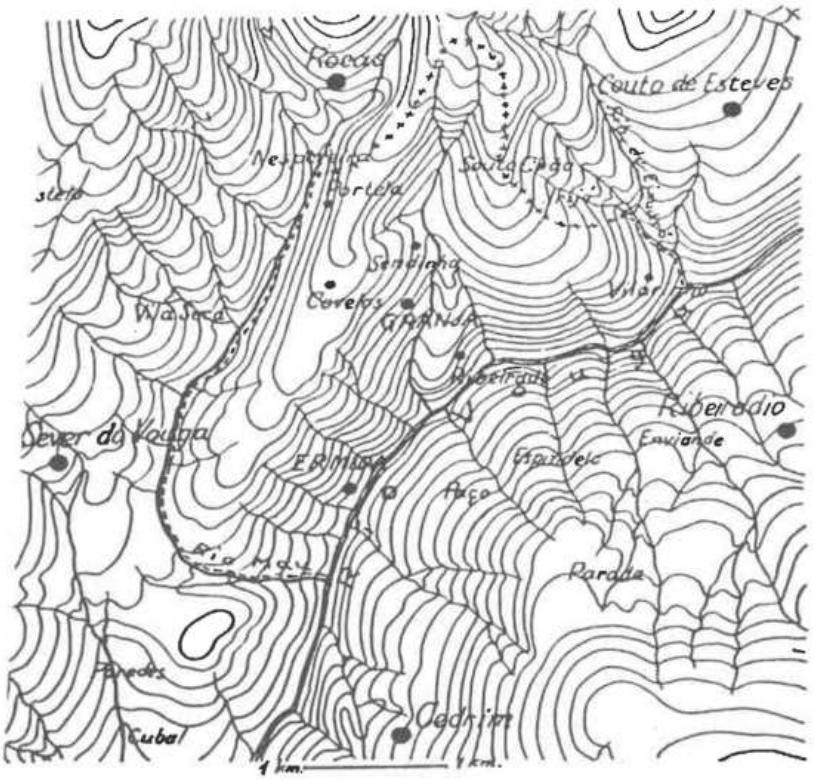
[38] Rio Bom ? (fr. Silva Escura, c. Sever do Vouga).



(Couto de Cerdeira, segundo A. Fernandes)

y como se vay ao ribeyro do Covelo [39] *e des y per alen da Portela e des y ao ribeyro d'Exedro como vay en Vouga e des y como se torna pela agua de Vouga aa foz de Rio Maao* [40].

Relativamente a este senhorio, estamos mal documentados, pois não só desconhecemos o conteúdo da respectiva carta de couto, como ainda o da quase totalidade das inquirições que sobre ele se fizeram em 1335[41].



(Couto de Santiago da Ermida, segundo A. Fernandes)

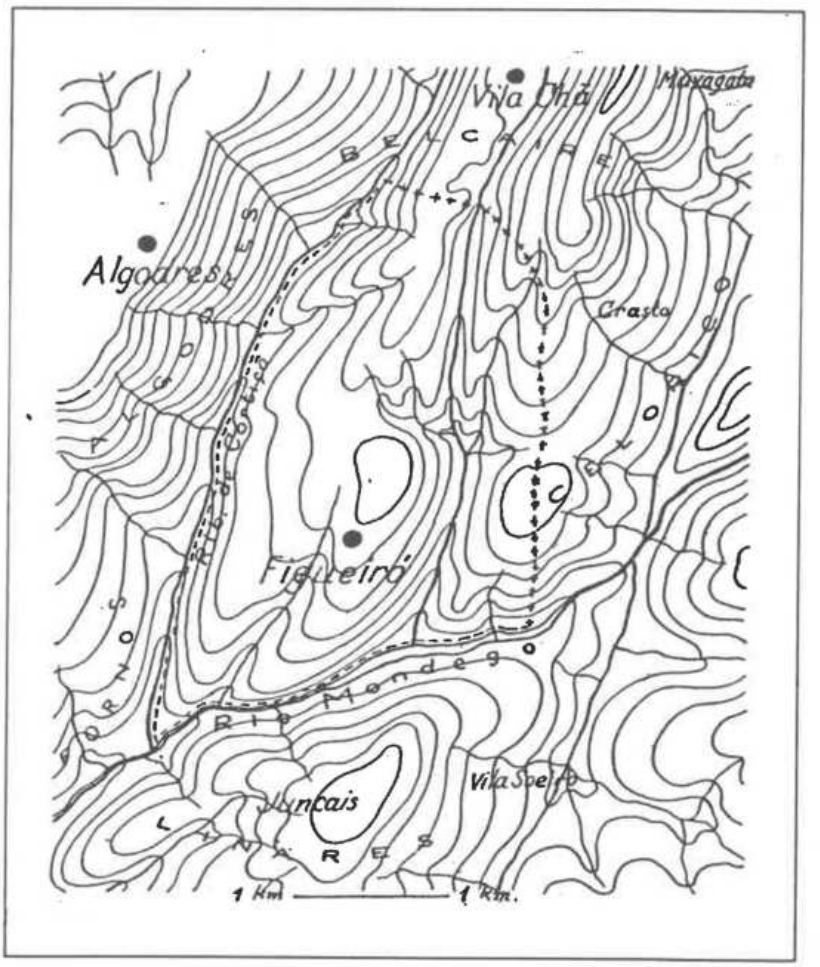
---

[39] Covelo (fr. Rocas, c. Sever do Vouga).

[40] *L D M T*, fl. 126.

[41] Da Inquirição tirada nesta aldeia apenas resta a folha 126-126v, no *Livro das doações do mosteiro de S. João de Tarouca.*

O **couto de Figueiró**, localizado em terras hoje pertencentes ao concelho de Fornos de Algodres, foi instituído por D. Afonso Henriques em Agosto de 1170. Conforme se refere na respectiva carta de couto, os seus limites iam *per portum riuoli qui uocatur Cortizolo* [42] *ipso currente et cadente in Mondego et per illam stratam quae uadit ad Belcaire per portelam de Figairola Sicca et sicuti uadit ad foz de Vogas et inde ad locum quem vocant Maurum usque ad Mondego, ipso Mondego currente* [43].

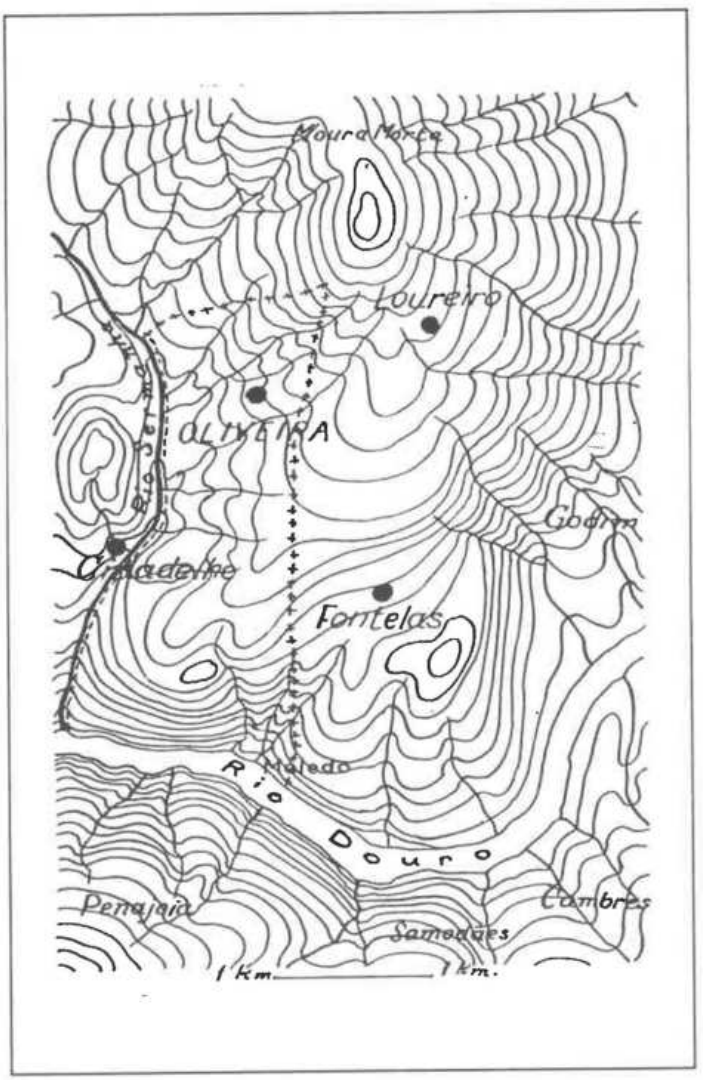


(Couto e Granja de Figueiró, segundo A. Fernandes)

[42] Cortiçô (c. Fornos de Algodres). Para mais pormenores sobre as origens deste couto, vid. A. FERNANDES, *op. cit.*, pp. 267-273.

[43] D M P — *Documentos Régios*, vol. I, doc. 306. Este documento encontra-se igualmente copiado no *Livro das doações do mosteiro de Tarouca*, fl. 78.

O **couto de Oliveira**, situado, conforme já atrás referimos, em terras de Além Douro (c. Mesão Frio), data igualmente do início da nacionalidade. Foi instituído em 2 de Abril de 1170 com os seguintes limites: ... *per fontem Vrsi et per Sanctam Eufemiam et cum diuidit cum Sancto Iuliano et cum petra de Rania et deinde au Seyxedo usque in medium fluminis Dorij et usque ad Sermeniam et per totum riuolum Sarmenie usque ad predictam fontem Vrsi* [44].



(Couto de Oliveira, segundo A. Fernandes)

[44] *DR*, doc. 305. Sobre as origens deste couto, vid. A. FERNANDES, *op. cit.*, pp. 208-220.

Temos finalmente, o **couto da área do mosteiro,** cuja instituição remonta a Junho de 1140[45]. Partia então *per illum fontem de Seela et inde per illam stradam de Paredes Siccas et quomodo discurrunt aquae de illo monte de Sauto Redondo et quomodo diuidit cum villa Plana discurrente ad cautum et inde ad illam focem de Travita et inde per cumine montis Fofineira et per illum carvalium de illa prova et inde per ubi intrat ipsum fontanum in Barosa et inde illum auterium de Armata et inde per illum montem de Pineiro usque ad fontem unde primitus incoavimus* [46].

Segundo Almeida Fernandes, o primitivo couto do mosteiro de S. João de Tarouca, um dos mais pequenos do país, abrangia apenas as áreas das actuais povoações de S. João, Pinheiro e Couto[47]. Todavia, à área inicial foram-se pouco a pouco acrescentando outras terras que lhe eram contíguas[48]. Assim, em 1340, segundo a carta de sentença de D. Afonso IV, de 20 de Setembro, sobre a jurisdição do mosteiro de S. João de Tarouca nesta área, o referido couto confinava na altura *con Tarouca de Castro Rey* [49] *da hũa parte, e da outra... con o couto de Sarzeda* [50]*, e con Luymir* [51] *e... con o termho de Vila Cova* [52]. Dentre este espaço geográfico encontravam-se localizadas as aldeias de Almudafa[53], Almofala[54], Alvite[55], Arcas[56], Sever[57], Granginha[58], Mondim[59],

---

[45] *DR*, doc. 178.

[46] Sobre os limites do primitivo couto de S. João de Tarouca, vid. ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.*, pp. 76-78.

[47] ID., *ib.*, pp. 76 e 78.

[48] Uma das testemunhas, de nome João Fernandes, inquirida sobre este couto, *disse que se acordava de quareenta anos. E disse que as herdades e aldeyas que jazem a redor do moesteiro de San Nhoanne de Tarouca [que] nunca as vyra chamar nen aver por couto* (*L D M T*, fl. 120v).

[49] A designação de Tarouca de Castro Rei, dada ao concelho de Tarouca, data de 1263, segundo Almeida Fernandes (*op. cit.*, p. 42).

[50] Salzedas (c. Tarouca).

[51] Leomil (c. Moimenta da Beira).

[52] *Ap. doc.*, doc. 9. Quanto ao topónimo Vila Cova acima referenciado, julgamos tratar-se de Vila Cova à Coelheira, uma das freguesias do actual concelho de Castelo de Paiva.

[53] Lugar da freguesia de Mondim (c. Tarouca).

[54] Freguesia do actual concelho de Castro Daire.

[55] Freguesia do actual concelho de Moimenta da Beira.

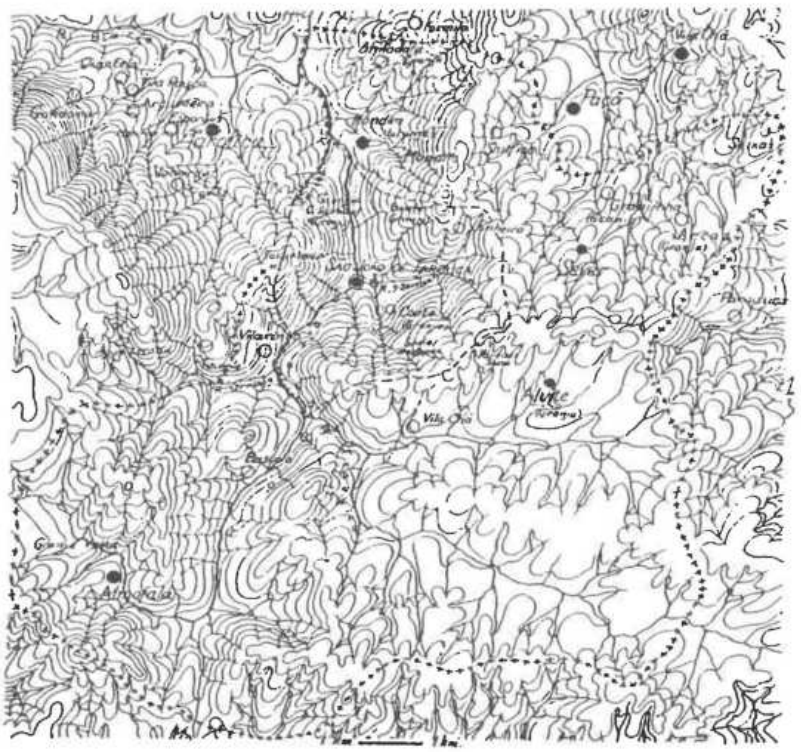
[56] Lugar da freguesia de Sever (c. Moimenta da Beira).

[57] Freguesia do actual concelho de Moimenta da Beira.

[58] Lugar da freguesia de Sever (c. Moimenta da Beira).

[59] Mondim da Beira (c. Tarouca). Um dos inquiridos sobre este couto *disse que ele ouvyra dizer a seu padre e a outros homeens vedros que el Rey Don Sancho dera ao dicto moesteiro ha aldeya de Mundin por sa alma e que depois veera ao Reyno Dom Affonsso, conde de Bolonha, por defensor do Reyno, e filhara a dicta aldeya ao dicto moesteiro e que a tevera en sy oyto anos. E durando este tenpo, que os moradores da dicta aldeya hyam a concelho a Tarouqua e pagavam alo os foros e dereytos. E depois que dera hũa doença a el Rey e que lh'a mandara dar* (*L D M T*, fl. 120v).

Sanfins[60], Vila Chã[61] e Vilarinho[62], todas elas sujeitas às leis e costumes do dito senhorio[63].



(Couto do Mosteiro de S. João de Tarouca e granjas nele contidas, segundo A. Fernandes)

Linha tracejada: limites do primeiro couto (primitivo), 1140.

Linha cruzada: limites do couto ampliado (desde a 2ª metade do séc. XIII).

---

60 Lugar da freguesia de Paçô (c. Mondim da Beira).

61 Julgamos identificar-se aqui com o lugar de *Vila Chã do Monte* (fr. S. João de Tarouca, c. Tarouca).

62 Lugar da freguesia de S. João de Tarouca (c. Tarouca). A inclusão da aldeia de Vilarinho dentro dos limites do couto de S. João de Tarouca parece remontar a um passado relativamente recente. Na verdade uma das testemunhas *disse que se acordava do tempo en que os moradores da aldeya de Vilarinho non avyam juiz per sy e que hyam todos a concelho aos juizes de Tarouca e que hi eram desenbargados* (*Ib.*, p. 120). Vid., sobre estes lugares, ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.*, p. 99s.

63 *L D M T*, fls. 119-125. Sobre a ampliação da área do primitivo couto, vid. ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.*, pp. 79-86.

III - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIAL

A documentação que chegou até nós do tempo de D. Afonso IV dá-nos valiosas informações sobre a organização administrativa e judicial dos coutos de S. João de Tarouca. É certo que apenas dispomos de elementos relativos a seis coutos — Alhais, Cerdeira, Ermida, Figueiró, Oliveira e couto do mosteiro. Pensamos, contudo, que esses elementos suprem em larga medida a ausência de informação relativa aos outros senhorios do mosteiro. Os modelos organizativos, que através deles nos é dado a conhecer, revelam coincidências de tal modo flagrantes que somos forçados a concluir que havia um esquema mais ou menos similar para todos os senhorios do mosteiro.

Os coutos do mosteiro de S. João de Tarouca constituíram, até 1340, uma unidade política e económica caracterizada por uma certa independência relativamente ao poder central[64]. As funções administrativas, judiciais e financeiras, dentro de cada senhorio, eram da competência do abade e/ou dos seus representantes, além dos oficiais do couto por ele nomeados ou confirmados.

Alguma documentação refere que os mordomos e porteiros régios estavam proibidos de transpor os limites dos coutos do mosteiro para aí exercerem funções em nome do rei. Outra sugere, no entanto, que tal proibição, a existir, nem sempre era respeitada.

Mas vejamos, no ponto de vista administrativo e judicial, como funcionava cada um destes senhorios.

1. Juízes

Todos os anos, em data certa[65], os moradores do couto, reunidos em um determinado local, elegiam entre si um "homem bom" para o desempenho das funções de juiz do respectivo senhorio[66]. Este, uma vez eleito, dirigia-se ao mosteiro, normalmente acompanhado por vários *vizinhos* do couto[67] e com um

---

[64] Ressalvamos, aqui, o caso dos coutos de Sande e de Touça que subsistiram, como unidade política e económica, para além desta data, como veremos a seguir.

[65] Nos coutos de Alhais, Cerdeira, Ermida e Figueiró, o juiz era eleito pelo S. João (*L D M T*, fls 78-85, 101v-102v, 104, 105, 107, 109-110v, 112v-116, 124 e 126). No de Oliveira era em Maio (*Ib.*, fls 91v, 93v, 94, 95v e 97v). Um dos jurados diz-nos, porém, ser o mesmo eleito antes de Maio (*Ib.*, fl. 90).

[66] *Ib.*, fls 78v-86v, 90-99, 101v-106v, 109-116 e 126-126v. No couto de Figueiró, os moradores eram convocados para o efeito mediante pregão (*Ib.*, fl. 82).

[67] Bento Bernardes, testemunha do abade, disse no seu depoimento, *que seendo ele ellejudo por juiz na aldeya dos Alhaaes, e indo pera o moesteiro pera o confirmar o dicto abbade, que achara os moradores da dicta aldeya da Cerdeyra que lhi diseran que viinham do dicto moesteiro hu foram levar o dicto juiz ao dicto seu abbade que lh'el o confirmasse* (*Ib.*, fl. 124v).

ramo na mão, símbolo da investidura que lhe fora conferida pelos moradores[68]. Aí obtinha (ou não) a confirmação do abade, ou do seu representante, e, em caso afirmativo, prestava na sua presença juramento sobre os *Santos Evangelhos*, de que faria direito e justiça. Ocasiões houve, no entanto, em que o abade ou o seu representante, normalmente o celeireiro (tesoureiro)[69] da abadia se deslocaram às diversas terras sob a sua jurisdição com o objectivo expresso de confirmarem, *in loco,* o juiz escolhido e de receberem aí o seu juramento[70]. No que respeita a esta prática, regista-se uma pequena variante no couto da Ermida. O juiz, que aqui aparece sob a designação de ouvidor, era confirmado pelo prior que estava na referida aldeia em nome do mosteiro, e era também na presença deste que o futuro juiz prestava juramento sobre os livros sagrados[71]. Podia, igualmente, ser confirmado pelo abade, conforme se diz na carta de sentença de 26 de Setembro de 1340

---

[68] Apenas temos conhecimento desta prática nos coutos de Figueiró e de Oliveira, mas é muito possível que a mesma fosse comum a todos os outros senhorios do mosteiro (*Ib.*, fls. 82 e 90v).

[69] O celeireiro, ou seja, o monge encarregado do celeiro ou grupo de celeiros, desempenhava um importante papel na gestão da fazenda do mosteiro de Tarouca, à semelhança do que acontecia noutras comunidades (Vid. IRIA GONÇALVES, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, pp.301-302). No mosteiro de Oviedo, sabemos da existência de um celeireiro mor em 1235, eleito anualmente pela comunidade, cujas funções e importância aparecem claramente expressas num acordo datado do dito ano: *Item quod semper habeatur monachus cellararius maior in monasterio per approbationem totius capituli factus qui habeat curam diligentem super omnibus que sunt in cellario secundum mandatum abbatis, et det rationem seu computationem annuatim de tota sua collecta et de advenienti lucro abbati et conventui vel certis personis ipsi conventus ab abbate et toto capitulo ad hoc offitium deputatis et ita faciant omnes obedentiales de obedientiis quas tenuerint et quotiens ex causa visitandi fuerint obedientie, obedientia cellerarii similiter visitetur* (R. PRIETO BANCES, "La explotación rural del dominio de S. Vicente de Oviedo en los siglos X al XIII, in *Boletim Faculdade de Direito*, nº XIV, 1937-1938, pp. 405-406). A importância do celeireiro de S. João de Tarouca na gestão do seu domínio aparece claramente demonstrada no facto de o abade, em caso de sua impossibilidade, delegar nele a missão de confirmar os juízes eleitos pelos moradores dos coutos do mosteiro, bem como a de receber os respectivos juramentos.

[70] *Ib.*, fls. 90, 91v, 95, 106, 109 e 114. *Mem Domingues,* inquirido sobre a jurisdição do mosteiro de Tarouca no couto de Oliveira, disse que *o abade e convento do dicto moesteiro metem juiz en cada huum ano, no dicto couto, en esta guyssa, convem a saber, que os moradores do dicto couto d'Ulveyra se asuam todos huum dya do ano, ante do mes de Mayo, e filham d'antre sy huum homem boom e envyan-o a don abbade de San Nhoane que lh'el o confirme por juiz. E o dicto abbade confirma-lho ou envya hi o celareyro do dicto moesteiro que lh'el o confirme. E entom o dicto celareyro faz jurar o dicto homem que asy he elejudo por juiz e da-lh'el o por juiz... dise que asy o vyra fazer e usar como dicto avya des quareenta anos* (*Ib.*, fl. 90).

[71] *... que os moradores do dicto couto escolhem d'antre sy huum homem boom pera seer ouvydor no dicto couto e que o aduzem ao dicto logar da Hermyda ao priol que hi esta por o dicto moesteiro que lhe confirme e de por seu ouvydor e que o dicto prior lh'el o confirma e da por ouvydor no dicto couto. Perguntado como o sabya dise que o vyra asy escolher e confirmar huum homem que chamam Ramos Stevenz e que ouvyra dizer que asy o fazyam en cada huum ano no dicto couto* (*Ib.*, fl. 126).

sobre a jurisdição neste couto[72]. Esta prática afigura-se-nos, todavia, mais esporádica, na medida em que implicava a deslocação da pessoa escolhida ao mosteiro, acompanhada normalmente por alguns moradores, para aí ser confirmada pelo superior da comunidade. Segundo o depoimento de uma testemunha inquirida sobre o couto de Figueiró, quando a confirmação tinha lugar no mosteiro, o abade entregava ao novo juiz uma *carta pera o conçelho do dicto couto, en que lh'el o confirma e da por juiz*[73]. Relativamente ao chamado couto da área do mosteiro, vamos encontrar aí vários juízes: um em cada uma das suas aldeias ou, pelo menos, nas mais importantes, como era o caso de Mondim e de Vilarinho[74].

Ao juiz do couto competia julgar em primeira instância os feitos de natureza cível e criminal e impor penas a todos aqueles que tivessem infrigido as leis e os costumes do senhorio[75]. Estas podiam ir desde a aplicação de uma multa[76] e/ou a privação temporária da liberdade até à aplicação da pena máxima, ou seja, a morte por enforcamento[77]. No caso dos coutos da Ermida e de Oliveira, onde parece não existir forca, os condenados à morte eram entregues à justiça dos julgados de Sever e de Penaguião, respectivamente, para a aplicação da pena[78].

Uma das testemunhas inquiridas em 1335 sobre o couto de Oliveira diz, no seu depoimento, que, após uma condenação à morte, o juiz, juntamente *con os outros homeens boons do dicto couto, levam o que asy era julgado fora do dicto*

---

[72] *Ap. doc.*, doc. 11.

[73] *Ib.*, fl. 79. Esta mesma informação é prestada por outras testemunhas (*Ib.*, fls. 78v, 84 e 86).

[74] *L D M T*, fls 120 a 125v, e *Ap. doc.*, doc. 10. Segundo Almeida Fernandes, "embora em 1335 se deponha que a abadia punha juiz em cada um dos lugares do seu couto, só Vilarinho, Alvite, Sever, Mondim, Granjinha, Sanfins e Arcas os tinham. Os outros, dois ou três, incluíam-se no julgado de um dos lugares mais qualificados, certamente o mais vizinho. Assim sucedia com Almudafa..." (ALMEIDA FERNANDES, *op. cit.*, p. 103).

[75] *L D M T*, fls 78-86v, 90-99, 101v-108v, 109-116 e 125-126.

[76] As inquirições de 1335, que temos vindo a seguir, fornecem poucas informações acerca das multas aplicadas nos diversos senhorios do mosteiro. No couto de *Oliveira*, uma testemunha refere, por exemplo, que o mordomo levava *as vozes de merda en boca e as coomhas dos rousos e dos omezios, convem a saber, huum morabitino velho e huum vasso d'agua por cada hũa das dictas cousas, ca dizia que tanto era conteudo en seu foro* (*Ib.*, fl. 93v). Uma outra testemunha do mesmo couto alude a um caso concreto de *huum homem que dera no dicto couto hũa punhada a outro e que levara ende o dicto moordomo do dicto couto huum morabitino velho de coomha e disse que ouvyra dizer que asy o levava do rousso e do omezio* (*Ib.*, fl. 90v). No couto de *Alhais*, as penas afiguram-se-nos mais gravosas. Aqui, *havya de costume... que, quem quer que fezesse voz ou coonha ou rousso ou homyzio, que levem dele cinque morabitinos* (velhos ?) *pera o dicto moesteiro* (*Ib.*, fl. 109v).

[77] *Ib.*, fls 79, 79v, 81-86v e 114.

[78] *Ib.*, fls 90v-98 e 126-126v.

couto e que o entregan ao meyrinho d'el Rey de Penaguyan e alo faziam dele a eixecuçom [79].

Há, contudo, notícia de um indivíduo condenado à morte pelo juiz do referido senhorio que se dizia ter sido enforcado em Guimarães[80].

Das sentenças proferidas pelo juiz do couto, quer relativas a feitos cíveis, quer criminais, podia apelar-se para o abade do mosteiro, que as ouvia por si ou designava um ouvidor para o efeito, normalmente o celeireiro do mosteiro[81]. A parte agravada podia ainda interpor recurso para o rei, a quem pertencia a suprema jurisdição. A ele podiam recorrer os apelantes sempre que as sentenças do juiz do couto ou as do abade os não satisfizessem[82]. Mais uma vez o couto da Ermida regista uma variante, relativamente à prática habitual: em lugar de duas, há três possibilidades de recurso. As apelações seguiam primeiramente para o prior da referida aldeia; daqui iam para o abade do mosteiro e deste, já em última instância, para o tribunal da casa do rei[83].

À data de 1335, verifica-se, no entanto, uma maior rigidez nos trâmites a seguir. A apelação directa das sentenças do juiz do couto para o rei, que num passado recente havia salvo alguns indivíduos de morrer na forca, foi expressamente proibida aos moradores dos diversos senhorios do mosteiro. Segundo uma testemunha inquirida em 1335 sobre o couto de Figueiró, esta proibição ficou a dever-se a um abade seu contemporâneo que *ora he d'Alcobaça* [84].

---

[79] *Ib.*, fl. 91v. Almeida Fernandes, ao aludir à aplicação da justiça no couto da Ermida, diz-nos que, "mesmo que ele [o prior] confirmasse as sentenças de morte dadas pelo seu ouvidor, elas não seriam executadas no couto. Assim sucede nos outros coutos da abadia. Justiça de sangue num couto de mosteiro seria, mesmo então um escândalo de piedade" (*op. cit.*, p. 242). Surpreende-nos esta afirmação do autor, pois, ressalvando o caso dos coutos da *Ermida* e de *Oliveira*, a inquirição de 1335 dá-nos vários exemplos de indivíduos executados nos coutos do mosteiro. Citemos apenas um caso. Um dos jurados inquiridos sobre o couto de Figueiró, disse, no seu depoimento, *que vyra ao juiz do dicto couto teer huum homem presso... que era acussado de furtos e d'outros maaos feitos que diziam que fezera e que, depois, o enforcara o dicto juiz e que fora ele ajuda-lo a enforcar per costrengymento do dicto juiz* (*L D M T*, fl. 79v). Note-se, a este propósito, com que rigor era aplicada a justiça no senhorio da Ordem do Hospital em Amarante neste mesmo período, in ROSA MARREIROS, "O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial", sep. *Estudos Medievais*, nºs. 5-6, Porto, 1984/1985, pp. 23-35.

[80] *... disse que el vyra que o juiz do dicto couto julgou [a] morte Domingos Silvestre por maas obras que fezera e que o levara fora do dicto couto e entregara-o aa justiça d'el Rey... e que ouvyra dizer que o foram enforcar a Guymarãaes* (*Ib.*, fl. 95).

[81] *Ib.*, fls. 78-86v, 91-99, 101v-107, 109-116. Em 1335, segundo refere uma testemunha, não havia *celeireiro* em Tarouca (*Ib.*, fl. 111).

[82] *Ib.*, fls. 78-85v, 91v-98v, 101v-107, 117-119, 122 e 124-124v.

[83] *Ib.*, fl. 126-126v.

[84] *Ib.*, fl. 82v.

Como auxiliares do juiz, encontramos o meirinho e o mordomo.

2. Meirinho

O meirinho era nomeado pelo abade de Tarouca. Em 1340, prestava juramento ao meirinho-mor do rei ou ao seu corregedor da comarca onde se localizava o respectivo couto[85].

Dependia do juiz e uma das atribuições que lhe conhecemos era a de efectuar prisões.

Curiosamente, nenhuma das testemunhas, que no inquérito de 1335 depuseram a favor do mosteiro de S. João de Tarouca, alude à existência do meirinho do couto.

3. Mordomos

O mordomo era, segundo nos pareceu, escolhido pelo juiz do couto, ou de cada uma das aldeias do couto, dentre os seus moradores, e confirmado pelo abade ou pela pessoa por ele designada para o efeito[86]. No caso do couto da Ermida, era confirmado pelo respectivo prior ou pelo abade[87]. Quanto ao senhorio de Alhais, parece verificar-se aqui uma variante — o mordomo era, nesta aldeia, da escolha dos seus moradores[88].

Competia ao mordomo efectuar a cobrança das portagens, açougagens[89] e multas (*vozes, coimas, roussos* e *omezios*), cuja receita revertia para o mosteiro, ou para ele próprio, no caso de trazer de renda o mordomado da Ordem[90]. Estava,

---

[85] *Ap. doc.,* docs. 7 a 11. Na carta de sentença sobre o couto da *Ermida* não aparece referido este oficial, facto que nos leva a supor que as funções inerentes a este cargo fossem aí desempenhadas pelo mordomo. (*Ib.,* doc. 11).

[86] *Ib.,* fls 78v-86v, 90v-99, 102-107, 109-116 e 125, e *Ap. doc.,* docs 7 a 11.

[87] *Ap. doc.,* doc. 11, e *L D M T,* fl. 126.

[88] *...disse que o abbade que he pelo tempo do dicto moesteiro poe moordomo na dicta aldeya en esta guysa... que os moradores da dicta aldeya escolhem d'antre sy huum homem que seja moordomo quando escolhem o juiz e que o envyam con o dicto juiz ao dicto abbade e que o dicto abbade lh'el o da por moordomo na dicta aldeya pera fazer... disse que o vyra hi poer en cada huum ano cada que poynham o dicto juiz* (*Ib.,* fl. 114v).

[89] *Ap. doc.,* docs 7 a 10. As testemunhas, quando aludem à açougagem, normalmente é para dizer que a mesma não existia no seu senhorio (*Ib,* fls. 78v-85v, 92v-95v, 102-107, 110v-114v, 124-124v e 125).

[90] *... dise que o dicto moordomo non tirava nen levava portageens nen açougageens ca as non avya hi, mays disserom que o dicto moordomo levava pera o dicto moesteyro vozes e coomhas e rousos e achaques, en esta guysa, convem a saber, quando acontecia que achavam no dicto couto homem morto ou fazia algũas das coomhas suso dictas, levava o dicto moordomo pera o dicto moesteiro huum morabitino pola alça (?) do homem morto e pelo outro achaque davam-lhi...* (*Ib.,* fl. 90v).

igualmente, dentro das suas atribuições fazer as *chegas* [91] *e penhoras* [92] *e entregas* [93] *no dicto couto per mandado do... juiz do dicto couto* [94].

O abade recorria, por vezes, ao arrendamento do mordomado [95] por uma determinada quantia em dinheiro, a pagar anualmente ao mosteiro[96]. A preferência do abade iria, certamente, neste caso, para aquele morador que por ele mais desse, ou que melhores garantias oferecesse quanto ao pagamento integral da respectiva renda.

Quanto à duração do contrato, este tanto podia ser anual, como abranger dois ou mais anos. Em 1335, sabemos que o mordomado do couto de Figueiró andava arrendado por um período de seis anos[97]. Uma vez efectuado o contrato, o abade entregava ao rendeiro uma carta comprovativa do negócio acordado entre ambos, a qual lhe permitia desempenhar as funções de mordomo-directo durante o período acordado entre ambos[98]. Nas Inquirições de D. Afonso IV que temos vindo a seguir, encontram-se várias referências ao arrendamento a particulares do mordomado dos coutos de Figueiró e de Oliveira[99].

4. Tabeliães

Para além destes oficiais auxiliares, o meirinho e o mordomo, o juiz do couto recorria ainda, por vezes, aos serviços dos tabeliães régios para lavrar sentenças, instruir os processos de apelação para o abade ou redigir outros documentos[100]. Gil Martins, inquirido sobre o couto da Cerdeira, disse que vira *entrar e escrever o*

---

91 Por *chega* entende-se aqui o acto pelo qual os mordomos faziam comparecer os réus perante a justiça em determinado dia, a fim de responderem às acusações que lhe eram feitas (Vid., sobre a *citação*, MARCELLO CAETANO, *História do Direito Português, [1140-1495]*, Lisboa/S. Paulo, 1981, pp. 390-391, e *Ordenações do Senhor Rey D. Afonso V*, III, tit. I).

92 A *penhora* era o acto pelo qual o mordomo do couto, mediante um mandato judicial, arrolava bens móveis e/ou imóveis de um determinado indivíduo, como garantia do pagamento de uma dívida (Vid. MARCELLO CAETANO, *op. cit.*, pp. 295-299).

93 Julgamos tratar-se aqui da *entrega* ao pregoeiro da aldeia de bens penhorados, a fim de este dar conhecimento público da sua futura arrematação.

94 *L D M T*, fls 87, 88v-89, 98, 107, 116, 116v-119.

95 Por mordomado entendemos não apenas o exercício das funções de mordomo, mas igualmente os foros e os tributos que o mosteiro de S. João de Tarouca recebia dos diversos senhorios.

96 *L D M T*, fls 78v-80v, 81v, 82, 83, 85v, 95, 98, 99 e 99v.

97 *... disse que ele vira andar moordomo no dicto logar de Figueyroo e disse que lhi ouvyra dizer que ele tragya arrendado o dicto moordomado por sex anos por dinheiros çertos que ende avya a dar ao abbade do dicto moesteiro en cada huum ano (Ib., fl. 81v).*

98 *Ib.*, fl. 78.

99 Vid., nota 95.

100 *Ib.*, fls 87-89, 98, 100, 107-108v, 116v-119 e 120-122v.

tabelyon d'el Rey na dicta aldeya e escrever perdante o juiz da dicta aldeya hũa sentença en que asolvya o dicto juiz hũa molher que era perdante ele acusada de crime [101]. A presença deste oficial régio no "concelho" do couto aparece várias vezes referenciada no inquérito de 1335.

No couto de Alhais[102] e no da abadia entrava o tabelião de Tarouca[103]; no de Figueiró temos notícia da presença do tabelião de Fornos de Algodres[104], enquanto no de Sande entravam os de Lamego[105]. Para os restantes coutos, não dispomos de qualquer informação acerca da proveniência dos tabeliães régios que aí prestavam serviço.

A presença do tabelião régio de Tarouca, dentro dos limites do couto de Sande, nem sempre foi vista com bons olhos pelo abade e convento do mosteiro de S. João de Tarouca. Dessa presença tentaram libertar-se em variadas ocasiões.

No tempo de D. Fernando, sabemos que foi julgada, no tribunal da casa do rei, uma questão surgida entre o monarca e o citado mosteiro, motivada pela pretensão deste último em colocar tabeliães próprios neste seu senhorio. Baseados no instrumento de permuta de 31 de Maio de 1306, pelo qual D. Dinis lhes concedeu o préstamo de Sande e outros bens, em troca da terça parte da vila e couto de Aveiro, o abade e o convento alegavam, em seu libelo, que o monarca lhes concedera o préstamo de Sande com todos os direitos que aí tinha, incluindo o de *poer no dito logo seus taballiãaes pera hi screpverem e darem fe de verdade nos feitos crimes e çiviis que perteençiam ao dito moesteyro* [106]. Afirmavam, inclusivamente, já terem desfrutado deste mesmo privilégio em tempos passados, facto este que não conseguimos, todavia, confirmar.

Embora o documento que temos vindo a seguir seja pouco claro em algumas das suas passagens, a decisão do tribunal da corte afigura-se-nos ter sido favorável ao rei, continuando, por conseguinte, os tabeliães régios de Tarouca a prestar serviços no couto de Sande.

Mais tarde, ao tempo de D. Duarte, vamos assistir ao reacender do conflito entre a realeza e o mosteiro de S. João de Tarouca, com base neste mesmo motivo.

A Coroa, uma vez mais, refutou perante o tribunal da corte a pretensão do abade e convento do dito mosteiro, dizendo que *o criar dos taballiãaes soomente*

---

[101] *Ib.*, fl. 107v.

[102] *E... entrava na dicta aldeya os tabelyãaes de Tarouca que son d'el rey a escrever e a fazer fe come tabelyões d'ell Rey* (*Ib.*, fl. 116v).

[103] *Ib.*, fls. 100 e 120-122v.

[104] Uma das testemunhas refere no seu depoimento, que *vira entrar o tabellyon d'el Rey d'Algodres na dicta aldeya a escrever e a fazer fe como tabellyon quando conpria en todolos fectos* (*Ib.*, fl. 87v).

[105] *Ap. doc.*, doc. 13.

[106] *Ap. doc.*, docs 3 e 13. Vid., sobre a referida permuta, o que dissemos nas pp. 3 a 5.

perteemçia a nos e non a outro nenhuum. E portamto o dito moesteyro e comvemto se nom podiam queixar de os taballiãaes de Lamego hirem screpver ao dito couto nos feitos çiviis e crimes pois que os o moesteyro nom podia fazer nem criar[107].

Por decisão do tribunal da corte de 11 de Fevereiro de 1437, os tabeliães régios de Lamego continuaram a entrar e a prestar serviço neste senhorio.

Em traços gerais, foi este o esquema organizativo que parece ter vigorado na maior parte dos coutos do mosteiro de Tarouca. No que se refere, todavia, aos senhorios de Sande e de Touça, para além da existência de mordomos e juízes do mosteiro e da presença do tabelião régio no couto de Sande, nada mais sabemos de concreto acerca da sua organização administrativo-judicial. O nosso conhecimento limita-se quase exclusivamente à documentação que chegou até nós do tempo de D. Dinis, D. João I e D. Duarte que incluímos em apêndice[108].

A jurisdição que o mosteiro tinha nestes lugares de Sande e de Touça não levantava, certamente, quaisquer dúvidas a D. Afonso IV, uma vez que fora concedida pelo rei seu pai nas condições atrás referidas. Pensamos que o rei não terá sentido necessidade de proceder a qualquer inquérito nestes senhorios. Mas, se algum houve, não temos dele conhecimento. Uma circunstância que nos parece indirectamente confirmar esta hipótese é o facto de D. Afonso IV, então Infante, aparecer ao lado do rei seu pai e de sua mãe nos instrumentos de permuta e coutamento dessas terras. Ao levantar dúvidas acerca do conteúdo destes documentos, estaria ele próprio a pôr-se em causa, o que não convinha à dignidade de rei.

IV - A PRESENÇA DO PODER RÉGIO NOS COUTOS DO MOSTEIRO

Até 1340, os coutos do mosteiro de S. João de Tarouca estiveram sujeitos à jurisdição do abade e convento do dito mosteiro. Ressalvamos, todavia, aqui, o caso dos coutos de Sande e Touça, onde o mosteiro conservou as suas prerrogativas senhoriais para além desta data, conforme já referimos.

Embora os lugares que temos vindo a citar fossem do senhorio deste mosteiro, a acção do poder central fazia-se, não obstante, aí sentir, quer através da presença mais ou menos esporádica de alguns oficiais régios no local, quer ainda pelo facto das apelações em última instância irem para o rei, *em sinal e em conhecimento de maior senhorio.*

Falámos atrás da presença do tabelião régio no *concelho* do couto, ou da aldeia do couto, com a missão de passar a escrito as decisões daquele órgão do

[107] *Ap. doc.*, doc. 13.

[108] *Ap. doc.*, docs 1, 3, 4, 5, 12 e 13.

poder local. Chegou-se, inclusive, pelo menos assim sucedeu na aldeia de Mondim, a utilizar o selo do concelho de Tarouca para selar os processos de apelação que seguiam do juiz local para o abade do mosteiro[109].

A presença do meirinho régio nos diversos senhorios do mosteiro afigura-se-nos igualmente uma realidade. A sua entrada dentro dos limites do couto era fortuíta e sempre com a missão de prender indivíduos que haviam violado a lei e a ordem públicas[110]. Levava para o rei a carceragem e, por vezes, entregava os presos à justiça do couto[111].

Temos também notícia da entrada dos mordomos régios de Algodres e de Tarouca nos coutos de Figueiró e da área do mosteiro, respectivamente. Cobravam o montado do gado de fora que aí vinha pastar, cujo produto revertia para a coroa[112].

Uma das testemunhas inquiridas sobre o couto da área do mosteiro alude, por sua vez, à entrada do porteiro de Tarouca na aldeia de Vilarinho, com a missão de cobrar direitos para o rei. No caso em questão, sabemos ter cobrado a portagem da cera[113].

Em 1340 e como consequência do inquérito efectuado cinco anos antes às terras sujeitas à jurisdição do abade de Tarouca, D. Afonso IV retirou à referida instituição a faculdade de colocar oficiais próprios nos citados locais. Ressalva-se,

---

[109] *L D M T,* fls 120, 120v, 122v e 123. A propósito, convém referir que o convento do mosteiro de S. João de Tarouca, como aliás acontecia com todos os conventos da Ordem de Cister, não possuía selo próprio, mas tão somente o selo do seu abade, com o qual se autenticavam os documentos dele emanados (*Ap. doc.*, doc. 3).

[110] Uma das testemunhas, de nome Martim Martins, disse no seu depoimento que *ouvyra dizer que o dicto meyrinho prendera huum homem no dicto couto a par do moesteiro e que o dicto homem se quisera defender e que o dicto meyrinho ou os seus lhi derom hũa lançada e dise que o vyra depois morrer en Tarouca hu ha o dicto meyrinho adusera e diziam que morrera da dicta lançada* (*L D M T,* fl. 120).

[111] *L D M T,* fls 87-89, 100-101, 107-108v, 116v-119 e 120-123. Uma das testemunhas que depuseram sobre o couto de Mondim disse que *vyra a huum meyrinho d'el Rey trager huum homem... que dizya que prendera na aldeya de Mondin por hua pele cordeyra que diziam que furtara e que o adusera aos juizes de Tarouca e que os dictos juizes o mandaram enforcar* (*Ib.*, fl. 121). Tal como já havíamos verificado no senhorio da Ordem do Hospital em Amarante, o furto, por mais insignificante que fosse, era punido com a morte por enforcamento. Vid., sobre este assunto, ROSA MARREIROS, *ob. cit.*, pp. 29-33.

[112] *L D M T,* fls 87v, 88v, 89 e 122-123. Um dos inquiridos sobre o couto da área do mosteiro disse que *os moordomos d'el Rey que andan en Tarouca tomavam e levavam pera el Rey os montados dos guaados que viinham de fora da terra paçer e andar nos termhos e logares que o dicto moesteiro chama seu couto* (*Ib.*, fl. 122).

[113] *...dise que vyra hũa vez que o porteyro de Tarouca que veera a aldeya de Vylarinho e que tomara hi portagem de çera que hi vendyam a huuns homeens e que se veera con ela pera Tarouca e dise que o moordomo da dicta aldeya que hi andava per o dicto moesteiro que se queixara e o fora dizer ao celareyro do dicto moesteiro que ouvese hi conselho ca lhi filharam a portagen que a ele perteeçia* (*Ib.*, fl. 12).

porém, aqui, o caso dos coutos de Sande e de Touça, onde parece não se ter verificado qualquer alteração jurisdicional ao tempo de D. Afonso IV, pelos motivos atrás apontados[114].

Assim, e de acordo com as sentenças proferidas pelos ouvidores da corte sobre esta questão, os moradores dos coutos da Ermida e da Cerdeira passaram a estar sujeitos à justiça régia dos respectivos julgados[115]. No caso dos senhorios de Figueiró, Oliveira e da área do mosteiro, foi sentenciado que, a partir da referida data, os oficiais locais passassem a ser aí colocados pelos almoxarifes e escrivães das respectivas comarcas, em nome do rei[116].

Quanto ao couto de Sande, S. João de Tarouca não só conservou para além de 1340 todos os privilégios que D. Dinis lhe concedera em 1306, como ainda procurou ampliá-los, aproveitando-se da formulação vaga que os documentos da concessão apresentavam no tocante a esses mesmos privilégios. Foi o caso da tentativa de colocação de tabeliães próprios neste senhorio, a que já aludimos[117], e de uma outra levada a cabo no tempo de D. João I, que ia no sentido de impedir que das sentenças proferidas pelo abade, ou pelo ouvidor do dito couto, se apelasse para o rei. Fundamentava o abade esta sua pretensão dizendo *que el e o dicto seu moesteyro haviam o couto de Sandy com toda sua jurisdiçom, assy crime como civili, sem viir alçada nenhuua a nos [reis] per bem de huum scambho que fora fecto antre el Rey Dom Denis e Frey Egas, abbade que foy do dicto moesteyro, e per bem d'outras cartas e privilegios que de nos [reis] tiinham*_[118].

Embora o abade, na sua argumentação perante o tribunal da corte, afirmasse que este senhorio gozava de total independência relativamente à justiça régia, tal facto afigura-se-nos inverosímil. Numa altura em que os nossos monarcas já haviam iniciado uma luta aberta contra as prerrogativas senhoriais, não será lógico pensar que D. Dinis, ou os seus imediatos sucessores, tenham abdicado da *justiça maior* neste lugar a favor de S. João de Tarouca. O monarca, ao conceder a S. João de Tarouca o préstamo de Sande com *todolos herdamentos e heranças e beens con todo o dereito e con todo o senhorio real, e con toda jurisdiçom, jur e propriedade que nos avemos e de dereito devemos a aver en esse logar de Sandi,* reservara, certamente, para si e para os seus sucessores a *justiça maior,* visto tratar-se de uma prerrogativa inerente ao poder real, que nenhum monarca podia alienar. Assim o entenderam também os desembargadores dos feitos d'el Rei, quando, em 20 de Dezembro de 1414, se pronunciaram sobre esta questão[119].

---

114 Vid., p. 20.

115 *Ap. doc.*, docs 8 e 11.

116 *Ib.*, docs 7, 9 e 10.

117 Vid., sobre este assunto, pp. 19 e 20.

118 *Ap. doc.*, doc. 12.

119 *Ap. doc.*, doc. 12.

Em conclusão, até 1340 os coutos do mosteiro de S. João de Tarouca estiveram sujeitos à jurisdição do seu abade. Nesta data, e como consequência do inquérito realizado cinco anos antes, D. Afonso IV retirou àquela instituição o privilégio de colocar oficiais próprios nos seus senhorios. Exclua-se, todavia, o caso dos senhorios de Sande e de Touça, onde o mosteiro conservou, para além desta data, os privilégios que lhe foram concedidos por D. Dinis.

O comportamento político de D. Afonso IV, relativamente a este mosteiro, não constituiu um caso isolado. Ele inseriu-se numa política de âmbito mais geral, que visou o cerceamento à Igreja e à nobreza das suas prerrogativas jurisdicionais, na medida em que estas colidiam com a sua política centralizadora. Na verdade, neste mesmo período, numerosos outros senhorios viram estes seus privilégios reduzidos ou anulados. Assim sucedeu, por exemplo, com os coutos da região de Coimbra, estudados por Maria Helena Coelho, e com o senhorio, ou co-senhorio da Ordem do Hospital em Amarante[120].

ROSA MARREIROS

[120] MARIA HELENA DA CRUZ COELHO, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, dis. doutoramento em História, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 455-465, e ROSA MARREIROS, *op. cit.*, pp. 35 e 38.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Normas de transcrição

Na transcrição dos documentos que a seguir apresentamos, adoptámos o critério seguinte:

1. Actualizámos as maiúsculas e minúsculas.
2. Simplificámos as consoantes duplas a iniciar palavras.
3. Colocámos em itálico, dentro de parêntesis rectos, as letras, síbalas e palavras acrescentadas.
4. Colocámos entre parêntesis angulosos as palavras que no texto se encontram entrelinhadas ou à margem.
5. Introduzimos alguns sinais de pontuação, bem como o uso do apóstrofo para realçar as apoclíticas e proclíticas não ligadas a formas verbais e o hífen para estes últimos casos.
6. Separámos palavras indevidamente unidas e ligámos elementos separados de uma mesma palavra.
7. Respeitámos as variantes de palavras do mesmo documento, salvo os casos que nos pareceram erros evidentes, que corrigimos, indicando, em nota, a forma errada.
8. O **i** caudato com valor de vogal foi substituído por um **i**; o **i**, com valor de consoante, foi substituído por um **j**; o **u** com valor de **v** foi substituído por esta consoante.
9. Palavras de leitura duvidosa ficaram assinaladas com uma interrogação entre parêntesis curvos.
10. Palavras ou frases sopontadas ou riscadas no texto foram suprimidas e indicadas em nota.
11. Omitimos palavras ou frases repetidas, indicando o facto em nota.
12. Substituímos o til por **m** ou **n**, quando a sua função era a de nasalar e a pronúncia medieval da palavra correspondia à actual; mantivémo-lo, porém, naqueles casos em que a mesma se alterou.
13. Palavras ou frases ilegíveis ficaram assinaladas com reticências.

Doc. 1

1306, Março, Coimbra — *Carta de sentença pela qual foi julgada pertencer ao rei a granja nova de cima de Touça* (c. V. N. de Foz Côa).
ANTT, *Chanc. D. Dinis*, Livro III, fls. 48v - 49, doc. 3.

[Fl. 48v] Sentença da granja nova de çima de Touça[121] que he[122] <no termho> de Namam antre o abade e o convento de San Johanne de Tarouca.

Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve[123].

A quantos esta carta virem faço saber que sobre contenda que era antre mim per Gonçalo Dominguez Manyon meu procurador avondosso da hua parte e o abade e o convento do moesteiro de San Johanne de Tarouca per Françisque Anes seu procurador avondoso da outra per razom da granja nova de çima de Touça que he no termho de Nomam perante Affonsso Anes meu clerigo que lhys eu dey por ouvidor deste fecto a qual granja con seus termhos e entradas e saidas e perteenças o dicto meu procurador por mim e en meu nome demandava aos dictos abade e convento dos quaes termhos o dicto meu procurador lhis fez mostra assi conmo era conteudo en huum testemuynho fecto per mãao de Françisco Perez tabaliom da dicta vila de Nomam que ende o dicto meu procurador perante o dicto ouvidor mostrou assi como partia pelo termho de Muyxagata e pelo termho de Langrovha e como partia per marcos e per divisões antre a granja da Touça de fundo e a dicta granja nova de çima e des i como partia pelo termho de Freyxẽo pela pedra sobreposta e des i como se vay do cume aguas vertentes da hũa parte e da outra parte contra a dicta granja nova. E o dicto meu procurador dizia que a dicta granja pelas devisões sobredictas era minha e mha regaenga. E que os dictos frades mha tragiam negada e asconduda e o dicto procurador dos dictos abade e convento dizia que a dicta granja era e devia seer de dereito do sobredicto moesteiro dizendo que jazia no termho de Namam e que o conçelho dessa vila dera a dicta granja con os dictos seus termhos a Don Abril Perez come vizinho e que o dicto Abril Perez a leixara ao dicto moesteiro por sa alma e diziam que a dicta granja con os dictos termhos e perteenças eram fora de meu regaengo. E o dicto meu procurador dizia que a dicta granja pelos dictos termhos e perteenças era e devya seer de dereito mha regaenga e que jazia fora das divisões da dicta doaçom que diziam os dictos [fl. 49] abade e convento que dera o dicto concelho de Nomam ao dicto Dom Abril Perez e o dicto Dom Abril ao dicto moesteiro. E tanto forom per

121 No doc. *Tarouca*.
122 Segue-se, sopontado, *en çima*, que suprimimos.
123 Na margem direita do texto: *Lamego*.

preito que o dicto ouvidor recebeu o dicto meu procurador. E o dicto procurador do dicto moesteiro ao provo e os dictos procuradores formarom seus artigos os quaes o dicto ouvidor julgou por perteeçentes pelos quaes artigos o dicto ouvidor mandou fazer enquirições e pos dia a que as adussessem perante ele ao qual dia as dictas partes perante ele pareçerom con as dictas enquirições. E abertas e pobricadas e eisaminadas as dictas enquirições perante as dictas partes e muytas razões da hũa e da outra parte sobr'elas razõadas o sobredicto ouvidor avudo consselho sobre todo achou que o dicto meu procurador provava melhor[124] e mays conpridamente sa entençom que o dicto procurador dos dictos abade e convento. E per sentença defenetiva julgando mandou que a dicta granja con os dictos termhos e perteenças e entradas e saidas assi como dela a dicta mostra fora feita fosse minha sen contenda nenhũa pera senpre da qual sentença o dicto procurador dos dictos abade e convento apelou pera a mha corte. E os ouvidores da mha corte conheçerom da dicta apelaçom. E vistas as dictas enquirições d'anbas as dictas partes e o dicto juizo julgarom que o dicto Affonsso Anes bem julgara. E o dicto [125] procurador dos dictos abade e convento mal apellara e confirmou o dicto juizo do dicto Affonsso Anes. En testemuynho desto dei ao dicto Gonçalo Manyon esta mha carta. Dante en Coinbra X dias de Março. El rey o mandou per Afonsso Anes seu clerigo ouvidor deste fecto. Joham Gonçalviz a fez. Era M.ª CCC.ª XL.ª e quatro anos.

Doc. 2

1306, Abril, 2, Coimbra — *D. Dinis manda que o mosteiro de S. João de Tarouca meta juiz e mordomo no couto de Oliveira* (c. Mesão Frio),*segundo o direito e o costume do tempo do rei seu pai.*
L D M T, fl. 99v.

[Fl. 99v] Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A vos juiz e tabelyões de Penaguyam e de Meygom Frio saude.

Sabede que o abbade e convento do moesteiro de San Nhoanne de Tarouca me envyarom dizer que eles en o tempo de meu padre e no meu e dos rex que ante mym foro[m] usarom e posuyrom de fazer juiz no seu couto d'Ulveyra e seu moordomo porque vos eu mando que sabhades ben e dereytamente desto aver carta (?) e como achardes que costumarom no dicto logar en feito d'i fazer juiz e moordomo en o tenpo de meu padre e no meu de dereyto e costume devem a husar e acostumar asy fazede que usen e costumem en tal guysa que eles ajam todo

---

124 Antecedida da sílaba *va* riscada, que suprimimos.

125 Segue-se, riscado e sopontado *dicto*, que suprimimos.

conprimento de dereyto e que eu non fique hi enganado nen acho hi al depois. Unde al non façades senon a vos me tornaria eu poren e peytarmyades quinhentos quinhentos soldos. E os dictos abbade e convento ou outro por el tenham esta carta. Dante en Coinbra dous dias d'Abril. El rey o mandou per Affonsso Eanes seu clerigo. Martim Lourenço a fez. Era de mil e trezentos e quareenta e quatro anos. Affonsso Anes vidit.

Doc. 3

1306, Maio, 31, Lisboa — *Carta de permuta entre S. João de Tarouca e D. Dinis, pela qual o monarca deu àquele mosteiro o préstamo de Sande, os herdamentos da Touça e a igreja de Samodães* (c. Lamego) *com o respectivo padroado, em troca da terça parte da vila de Aveiro e de bens situados em Coimbra.*

A N T T, *Gav.* XIV, 1-5; *Chanc. D. Dinis,* Livro V, fls 71-73, doc. 1, e *Livro 2º dos Direitos Reais,* fl. 166v.

En nome de Deus amen.

Sabham quantos este stromento virem e leer ouvirem que nos Don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve en sembra con a raynha Donna Isabel mha molher e con o inffante Don Affonso nosso filho primeyro e herdeyro por nos e nos Frei Egas abbade do moesteyro de San Johanne de Tarouca do bispado de Lamego e Frei Vicente e Frei Lourenço monges e procuradores do convento do dicto moesteyro per poder d'hũa[126] procuraçom seelada do seelo pendente do dicto abbade da qual procuraçom o tehor adeante he scripto por nos e polo dicto convento fazemos tal scambho perduravil pera todo sempre en esta maneyra. Que nos sobredicto rey damos e outorgamos pera todo sempre en tal maneyra que nunca o possamos revogar en scambho ao dicto moesteyro de San Johanne de Tarouca o prestamo de Sandi que he no julgado de Lamego e todolos herdamentos e heranças e beens con todo o dereito e con todo o senhorio real e con toda jurisdiçom jur e propriedade que nos avemos e de dereito devemos a aver en esse logar de Sandi con todos seus termhos novos e antigos hu quer que os nos hy ajamos e de dereito devemos a aver os quaes lhys devemos coutar per nossa carta per padrões e per devisões. Item damos e outorgamos ao dicto moesteyro pera todo sempre en scambho os herdamentos da Touça que he en termho de Nomam os quaes vencemos do dicto moesteyro assy como os ora trage Gonçalo Manion e devemos-lh'os a dar livres e desembargados desse Gonçalo Manion. Item lhy devemos a coutar esses herdamentos e a granja da Touça que hy ha o dicto moesteyro con seus termhos per hu quer que for achado que for seu. E des aqui adeante damos

[126] No texto: *a.*

e outorgamos ao dicto moesteyro todo o dereito que hy avemos e devemos a aver. Item lhy damos a nossa egreja de Çamudãaes que he no bispado de Lamego e o padrõado dela e todas estas cousas e cada hũa delas. Damos e outorgamos ao dicto moesteyro en scambho pera todo sempre con casas vinhas herdamentos de pam con montes fontes aguas pastos resios matos charnecas rotos e por arromper e con todo jur jurisdiçom con voz e con coomha con colheyta e con todo o outro dereito e senhorio real que nos hy avemos e devemos a aver e con todalas outras cousas que a nos perteencem e perteencer devem de dereito nos dictos logares de guisa que o abbade e o convento do dicto moesteyro possam hy meter seus juyzes e seus moordomos e possam fazer justiça e todalas outras cousas que nos hy poderiamos fazer quando era nosso sen outro embargamento e façam de todo e en todo toda sa livre voontade assy como do seu proprio. E metemos logo o dicto moesteyro en corporal possisson das dictas cousas e de cada hũa delas per este presente poblico stromento. Polo qual cambho que vos Senhor el Rey dades ao dicto moesteyro de San Johanne de Tarouca nos sobredictos Frey Egas abbade e Frei Vicente e Frei Lourenço monges e procuradores do convento do dicto moesteyro assy como dicto he por nos e polo dicto convento e en nosso nome e do dicto moesteyro entendendo fazer profeytança do dicto moesteyro damos e outorgamos en scambho pera todo sempre en tal maneyra que nunca o possamos revogar a vos sobredicto el Rey e a todos vossos successores a terça parte da villa de Aaveyro que he no bispado de Coimbra e do senhorio desse logar que o dicto moesteyro hy ha e con a granja desse logar e todolos outros herdamentos beens e heranças possissões marinhas e dereitos senhorio jurisdiçom jur e propriedade que o dicto moesteyro ha e deve aver de dereito na dicta villa de Aaveyro e en seu termho hu quer que esses herdamentos e beens e heranças dereitos possissões senhorio jurisdiçom e propriedade possam seer achados tamben per terra como per mar tamben nos montes como nas fontes commo nos nos ryos como nas aguas e o padõado da egreja desse logar de Aaveyro e con mil modios de sal que o dicto moesteyro hy ha dos moradores e dos vezinhos dessa villa de Aaveyro en cada huum anno. Item damos e outorgamos a vos Senhor el Rey pera todo sempre en scambho os casaaes do herdamento que o dicto moesteyro ha e de dereito deve aver en termho de Coimbra e todolos outros herdamentos e casaes e possissões e dereito que o dicto moesteyro ha e de dereito deve a aver. Item damos e outorgamos a vos Senhor el Rey e a todos vossos successores deste dia en deante pera todo sempre en scambho todalas cousas de suso dictas e cada hũa delas con entradas e saydas e con todos seus dereitos e perteenças e con todos seus termhos novos e antigos e con montes fontes aguas resios pastos matos charnecas rotas e por arromper en tal maneyra que vos e todos vossos successores des aqui adeante possades livremente e sen contenda fazer de todo toda vossa livre voontade e prometemos a bõa fe por nos e polo dicto moesteyro e en seu nome e

do dicto convento a comprir e aguardar todalas cousas de suso dictas e cada hũa delas des aqui adeante pera todo sempre e de non viir nunca contra ellas nen contra nenhũa delas per nos nen per outri en nenhuum tempo abertamente nen ascondudamente e pelas carta<s> e pelos stromentos e pelas firmidões que ende ten o dicto moesteyro metemos logo vos Senhor el Rey en corporal possisson de todalas cousas de suso dictas e de cada hũa delas que vos e todos vossos successores as ajades pera todo sempre livremente e sen contenda e façades de todo toda vossa livre voontade assy como de vosso proprio e a parte que contra esto passar peyte aa outra parte por nome de pena mil marcos de prata e o scambho star firme e stavil pera todo sempre. E por esto seer firme e stavil pera sempre e non viir poys en dovida mandamos ende fazer duas cartas semelhaves duum tehor per mãao de Lourenço Eanes tabellion de Lixbõa. Das quaes nos rey sobredicto devemos teer hũa e nos abbade e convento a outra seeladas do seelo de nos sobredicto rey e de mim abade sobredicto. Feytas foron as dictas cartas en Lixbõa prostumeyro dia de Mayo. Era M.ª CCC.ª e quaraenta e quatro anos. Testemoyas que foron presentes: Don Giraldo bispo do Porto. Dom Joham Symhon meyrinho mayor d'el Rey. Frey Stevam custodio da ordin dos preegadores. Petro Affonsso Ribeyro vassalo d'el Rey. Egas Perez tabellion de Lixbõa. Martin Louredo clerigo d'el Rey. Affonsso Reymondo scrivam e outros. O tehor da procuraçom de que suso faz mençom tal he. Conhoscam quantos esta procuraçom virem e leer ouvirem que nos Frei Egas abbade e convento do moesteyro de San Johanne de Tharouca da ordin de Cistel e do bispado de Lamego fazemos e stabelescemos e ordinhamos Frey Vicente e Frey Lourenço nossos monges e nossos companheyros nossos procuradores liidimos e abastosos ambos en sembra e cada huum deles per si e damos-lhys comprido poder que eles possam cambhar e mercar con nosso Senhor el Rey de Portugal e do Algarve ou con seu procurador ou procuradores os casaes e todolos herdamentos e possissões que avemos en ribba de Mondego no termho de Coimbra no logar que chamam Cidreyra con todolos seus dereitos e perteenças termhos novos e antigos rotos e por arromper per hu se melhor poderem aver e todalas cousas que hy avemos e de dereito devemos aver e a terça parte nossa de Aaveyro con a egreja que hy avemos e con todolos dereitos e herdamentos e jurisdiçom e con a grangia e con todo senhorio e con todalas outras cousas que hy avemos e en seu termho e con todas sas perteenças e con o padrõado da dicta egreja desse logar e pera meter se mester for nosso Senhor el Rey ou seu procurador ou procuradores en corporal possisson e en propriedade e en jurisdiçom e en senhorio das davandictas cousas. E pera receberem por nos e en nosso nome todalas cousas que nos nosso Senhor el Rey ou seu procurador ou procuradores en seu nome nos derem. E pera entrarem logo por nos en corporal possisson e en propriedade e en toda jurisdiçom real que nosso Senhor el Rey ouver e de dereito deve a aver en aquelas cousas que nos el der polas davandictas

cousas e pera fazerem no sobredicto feyto ambos en sembra e cada huum deles per si todas aquelas cousas que verdadeyros liidimos e abastosos procurador ou procuradores por nos poderem fazer. E rogamos e mandamos a qualquer ou quaesquer taballion ou taballiões a que esta procuraçom for demostrada que façam sobrelas dictas cousas qualquer ou quaesquer carta ou cartas stromento ou stromentos que lhys o sobredicto procurador ou procuradores nossos mandar ou mandarem fazer. E que quer que per eles ambos en sembra ou per cada huum deles per si nas davandictas cousas for fecto nos o avemos e averemos por firme e por stavil pera todo sempre so obligaçom dos beens de nosso moesteyro assy como se o nos fezessemos per nossas pessõas presentes. En testemoynho da qual cousa nos abbade de suso dicto demos aos sobredictos nossos procuradores esta presente procuraçom seelada do nosso seelo. E porque nos convento do moesteyro de suso dicto segundo o costume de nossa ordin seelo proprio non avemos o aponemto do seelo do dicto nosso abbade outorgamos e damos por firme e por stavil. Fecta a procuraçom no moesteyro de suso dicto primeyro dia de Mayo. Era M.ª CCC.ª e quaraenta e quatro annos. E eu Lourenço Eanes poblico tabellion de Lixbõa de suso dicto per mandado e per outorgamento do dicto Senhor el Rey e dos dictos abbade e monges a todas estas cousas presente fui e ende duas cartas semelhaves duum tehor con a dicta procuraçom con mha mãao propria screvi e en cada hũa delas meu sinal pugi que tal [sinal] he. E eu Egas Perez publico tabelliom da cidade de Lixbõa per mandado de nosso senhor el Rey e a petiçom do dicto abade e procuradores a esto todo presente fui e este meu sinal aqui pugi que tal [sinal] he.

Doc. 4

1306, Julho, 22, Lisboa — *Carta de couto de todos os bens que o mosteiro de S. João de Tarouca possuía em Sande* (c. Lamego).
A N T T, *Chanc. D. Dinis*, Livro III, fls 50-50v, doc.3.

[Fl. 50] Carta d'encouto de todalas cousas que o moesteiro de San Johanne de Tarouca ha en Sandim termho de Lamego e en outros logares.

En nome de Deus amen.

Sabham quantos esta carta virem e ouvirem como eu Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve en senbra con a reynha Dona Isabel mha molher e con o inffante Don Affonsso meu filho primero herdeiro couto en sex mil soldos da moeda husada en Portugal a vos abade e convento do moesteiro de San Johanne de Tarouca todolos herdamentos e logares que esse moesteiro ha en Sandim termho de Lamego os quaes herdamentos e logares eu dei aos dictos

abade e convento e a esse moesteiro en escanbho pola parte da vila e do couto que avyam en Aaveiro con todos seus dereitos e perteenças assi come son devisados e demarcados e enssarrados per padrões çertos que hy som postos e ervidos de meu espiçial mandado per Nicolaao Perez dayam de [fl. 50v][127] Lamego e per Lopo Affonsso de Pinhelaes quaes eu mandei que soubessem per u partiam os termhos dos dictos herdamentos e logares e per Lourenço do Tojal meu porteiro que hy meteu esses marcos e divisões assi conmo aqui adeante som scriptos convem a saber os marcos e padrões e divisões dos termhos destes herdamentos e logares son estes: primeramente começarom a põer a primera divison hu entra Barrosa en Doiro e des i ao padrom que see suso ao cabo da vinha e des i per esse lonbo açima agua vertente da hũa parte e da outra indo per esse lonbo hu chamam Açaffanil per u parte o termho da ribeyra con esse de Sandy indo pelos padrões ata huum padrom redondo que see antr'anbalas carreiras na Portela hu parte esse termho de Sandy con o da ribeira e d'i per essa vinha açima per lonbo e per padrões e divisões que hy seem como deçem ao padrom que see a par da carreira que vay de Quintinha pera Moesteiroo e torna per essa carreira ata o marco que see no couto dessa vinha a so a carreira e d'i pelo comaro dessa vinha aa cruz que see no penedo e d'i ao padrom que see en fundo dessa vinha a cabo da carreira que vay pera San Vereixemo e d'i ao ribeiro da Quintinha hu chamam a Ola e des i per esse ribeiro açima ata hũa cruz que see en huum penedo fora desse ribeiro contra Sandi e d'i per essas cruzes e marcos per antre as vinhas <ataa hũa carreyra que vay per amtre as vinhas> e torna per esse comaro dessa carreira per so a vinha que foy de Joham de Paredes e per esse ribeiro acima e torna-se pelo camynho Cadimo ao padrom que see sobrela ponte de Quintinha e d'i aa pedra curva hu see hũa cruz e d'i torna-se ao padrom de Souto Regaengo per u parte o termho de Sandi con Bouçoos e d'i como se vay pelos marcos e pelas divisões per u parte o termho de Penelas con o de Sandi e conmo vay ao padrom de cima de Sequeiros que see na carreira vedra e des i como dece pela Baianca e pelos comaros dessas vinhas ao padrom que see no Souto a canto dessa vinha e des i como se vay a outro padrom per u parte o termho de Souto Covo con o de Sandi e d'i conmo se vay pelos comaros dessas vinhas ao padrom que see cabo do lagar que foy de Paay Johannes na carreira que vay de Souto Covo pelo cume per çima da vinha de Val de Vacas do bispo e d'i per esses padrões que seem per essa carreira que parte con Balssamom e d'i pelo cume pelos padrões e pelas cruzes conmo parte pelo cume o termho de Balssamom o[128] termho de Sandi e d'i como se vay pela Pedra Cavaleira a Barrosa e d'i per Barrosa a sopee ata hu entra con Doiro hu começarom a primera divisom. Pelos quaes padrões e marcos e divisões encouto ao dicto

[127] Repete *de*, que suprimimos.

[128] Segue-se um *o*, que suprimimos.

moesteiro os dictos herdamentos e logares de Sandi assi como son demarcados e enssarrados pelos dictos padrões e divisões per razom do sobredicto scanbho que eu fiz con o<s> dicto<s> abade e convento. E eu sobredicto rey Don Denis en senbra con a dicta reynha Dona Isabel mha molher e con o dicto inffante meu filho Don Affonsso herdeiro faço este couto e confirmo a vos dictos abade e convento e a esse moesteiro pera todo senpre de mha bõa livre voo[*n*]tade e de meu boom coraçom convem a saber que quer de dereito ou de trebuto ou de serviço ou de jurisdiçom real que en esse couto seja ou a meu poder perteesca tolho-o de todo o dereito e de todo o senhoryo real e ponho-o no vosso senhoryo e en vosso poder e do dicto moesteiro pera todo senpre con toda jurisdiçom e com toda exeiçom e colheita e con todalas outras cousas que eu hy ei e de dereito devo a aver assi como he conteudo mays conpridamente en huum stromento fecto sobrelo dicto escanbho que eu fiz con os dictos abade e convento per mãao de Lourenço Anes tabaliom de Lixbõa seelado do meu seelo de chumbo e do dicto abade. E se per ventuira alguuns ou alguum veer ou veerem tanbem meu provinco ou outro qualquer a romper ou britar ou per força entrar [*en*] o dicto couto peite sex mil soldos da moeda que en Portugal correr ao dicto moesteiro ou aaquel que esse moesteiro sa voz der por cada vez que o ronper ou britar ou per força entrar. E quanto dano ou perda fezer en esse couto tanto en dobro conponha a esse moesteiro. E quem este couto mantever e guardar assi como o eu couto pelos dictos padrões e confirmo como dicto he assi meus suçessores como outros ajam a beençom de Deus e a de Sancta Maria sa madre e de toda a sa corte celestial e a mynha. E se o contrairo fezerem o que Deus non mande[129] ajam a maldiçom de Deus e a de Sancta Maria sa madre e a mynha. E todavya o couto sobredicto fique pera todo senpre en sa firmidõe assi como dicto hey. E eu sobredicto rey Don Denis con a dicta raynha e inffante meu filho esta carta mandei fazer e con o meu seelo do chunbo mandei seelar e revorey-a com mhas mãaos e confirmo-a. Dante en Lixbõa XXII^{o} dias de Julho. El Rey o mandou. Stevam da Guarda a fez. Era M.^{a} CCC.^{a} XLIIII.^{o} anos. Don Fernando filho do inffante Don Fernando. Dom Martim Gil conde e alfferez. Dom Joham Rodriguez de Briteiros. Dom Reymom de Cardona alfferez do inffante Dom Affonsso. Dom Fernan Perez de Barvosa. Dom Pedre Anes Portel. Joham Meendiz de Breeteiros. Affonsso Denis. Joham Simhom meirinho mayor. Pedro Affonsso Ribeiro. Dom Martinho arçebispo de Bragaa. Dom Fernando bispo d'Evora. Dom Johanne bispo de Lixbõa. Dom Giraldo bispo do Porto. Dom Stevam bispo de Coinbra chanceler. Dom Vaasco bispo da Guarda. Dom Fernando bispo d'Evora. Dom Egas bispo de Viseu. Dom Johanne bispo de Silve.

---

[129] No doc. *mandem*.

Doc. 5

1306, Julho, 22, Lisboa — *Carta de couto de todos os bens que o mosteiro de S. João de Tarouca possuía em Touça* (c. V. N. de Foz Côa).
A N T T, *Chanc. D. Dinis*, Liv. III, fls 50v-51v, doc. 1.

[Fl. 50v] Carta d'encouto dos herdamentos que o moesteiro de San Johane ha en na granja da Touça termho de Namam.

En nome de Deus amen.

Sabham quantos esta carta virem e ouvirem como eu Dom Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve en senbra con a reynha Dona Isabel mha molher e con o inffante Dom Affonsso noso filho primero herdeiro couto en sex mil soldos da moeda husada en Portugal a vos abade e convento de Sam Johanne de Tarouca todolos herdamentos que esse moesteiro ha na granja [fl. 51] da Touça termho de Namam e na outra granja nova a qual eu de vos vençi que he no dicto termho de Nomam e na outra granja nova que vos dei por escanbho[130] pela parte da vila e do couto que vos avyades d'Aaveiro con todos seus dereitos e perteenças assi como son devisados e demarcados e enssarrados per padrões çertos que hy forom postos e ervidos de meu espicial mandado per Nicolaao Perez dayam de Lamego e per Lopo Affonsso de Pinhel aos quaes eu mandei que soubessem per u partiam os termhos dessas granjas e herdamentos e per Lourenço do Tojal meu porteiro que hy meteu esses marcos e divisões assi como aqui adeante son scriptos convem a saber os marcos e padrões dos termhos das dictas granjas son estes: Primeramente a perto da granja da Touça Velha en huum chãao contra Freixeo hu meterom huum padrom alto. E dali como se vay pelo comaro da vinha de Lourenço Perez de Freixẽo e conmo se vay diretamente a huum penedo hu fezerom duas cruzes e des i per fundo do prado do Minhoto (?) e d'i pelas cruzes que son postas pelos penedos diretamente aa pedra sobreposta hu seem duas cruzes hu chamam o Ribeiro das Coregas e des i como se vay açima pelo lonbo ao padrom da P<i>a que esta cabo da carreira que vay de Freixẽo pera Muyxagata e pera a granja nova e des i per esse lonbo açima agua vertente como se vay aa cabeça da Cadaveira <pellos padroes das lousas e des i como se vay da cabeça da Cadaveira> a sopee pelos padrões e divisões aguas vertentes como parte con nos de Muxagata pelo marco do Seixo e des i ao padrom que esta a par da carreira que vay de Cedavy pera Muxagata açima do Val de Çaconta e como vay diretamente aa cabeça do Seixo per çima conmo deçe ao padrom de so a cabeça de Seixo. E d'i ao outro padrom da par da carreira açima do Fojo e d'i ao padrom que esta antre anbalas

[130] Repete *por escanbho*.

carreiras hũa que vem de Çedavy e outra que vem de Fontes Longas e d'i a outro padrom que esta no cume que chamam a Cesta da Asna a cabo da carreira que vem de Fontes Longas e d'i per esse cume com<o> se deçe a huum marco que esta a par da carreira de Cedavy. E d'i pela carreira de Cedavi ao padrom que esta hu chamam Canpo Redondo a cabo dessa carreira como torna ao outro padrom que esta aalem desse Canpo Mayor Redondo e d'i[131] <adiante> per esses marcos e divisões que estam antre o sesmo novo que e do Vilar de Froya e Canpo Redondo que e da ordin e como vay diretamente ao padrom da lousa que esta antre o sesmo novo que e de Vilar de Froya e as barreiras que e da ordim e d'i como vay aos marcos do Val do Fojo <per ese Fojo ao padrom que esta suso no ... o val do Fojo> e o val de Pero Martins e desse padrom a outro que esta en çima no lonbo indo pera a cabeça de Viveiro <e dis i per çima de[132] cabeça de Viveiro> de çima da vinha de Touça a outro padrom alto que esta en essa cabeça decendo pera a pressura e desse padrom indo pelos marcos e divisoes que partem con herdamentos de cima da pressura que foy de Domingos Morgado e d'i a hua cruz que esta en huum penedo pequeno e d'i a outro que esta en huum penedo grande açima da vinha da ordim e des i per essas cruzes desse cume de presura ata o padrom que esta cabo da carreira que vay da granya da Touça pera Sabadelhy e d'i pelas cruzes ata o outro penedo grande hu seem duas cruzes e dali como se vay aa outra cruz que see en huum penedo aperto da granja hu chamam a Lagẽa das Pias. E d'i ao padrom que see no chãao hu se estas devisões começarom. Pelos quaes padrões e marcos e devisões eu couto ao dicto moesteiro as dictas sas granjas e herdamentos assi como son demarcados e enssarrados pelos dictos padrões e devisões per razom do dicto escanbho que eu fiz con os dictos abade e convento. E eu sobredicto rei Don Denis en senbra con a dicta raynha Donna Isabel mha molher e con o dicto inffante Don Affonsso meu filho primero herdeiro faço e conffirmo este couto a vos dictos abade e convento e a esse moesteiro pera todo senpre de mha bõa livre voontade e de meu boom coraçom convem a saber que quer que de dereito ou de trebuto ou de serviço ou de jurisdiçom real que en esse couto seja ou ao meu poder perteesca tolho-o de todo o dereito e de todo o senhoryo real e ponho-o no vosso senhoryo e en vosso poder e do dicto moesteiro pera todo senpre e con toda jurisdiçom e con toda exeiçom e con todalas outras cousa<s> que eu hy ei e de dereito devo a aver assi conmo he conteudo mays conpridamente en huum stormento sobrelo dicto escanbho fecto que eu fiz convosco dicto abade e convento per mãao de Lourenço Anes tabaliom de Lixbõa seelado do meu seelo de chumbo e de vos dictos abade e convento. E se per ventuira alguuns ou alguum veerem ou veer tanbem meu provi[*n*]co ou outro qualquer arromper ou britar ou per

---

131 Segue-se, riscada , a palavra *alem*, que suprimimos.

132 Segue-se um *a* sopontado.

força entrar ao dicto convento peite sex mil soldos da moeda que en Portugal correr ao dicto moesteiro ou aaquele a que esse moesteiro sa voz der por cada vez que o ronper ou britar ou per força entrar. E quanto dano ou perda fezer en esse couto tanto en dobro conponha a esse moesteiro e quem este couto mantever e g[*ua*]rdar assi como o eu couto pelos dictos padrões e confirmo como dicto he assi meus suçessores como outros ajam a beençom de Deus e de Sancta Maria sa madre e de toda a corte çelestial e a my[*nh*]a. E se o contrairo fezerem o que Deus non mande ajam a maldiçom de Deus e de Santa Maria sa madre e a mynha. E todavya o couto sobredicto fique pera todo senpre en sa firmidõe assi conmo dicto he. E eu sobredicto rey Don Denis con a dicta raynha e inffante meu filho esta carta mandei fazer <e> con meu seelo de chunbo seelar e revorey-a con mhas mãaos e confirmo-a. Dante en Lixbõa XXIIº dias de Julho. El Rey o mandou. Stevam da Guarda a fez. Era M.ª CCC.ª XLª IIII.º anos. Don Fernando filho do inffante Don Fernando. Don Martin Gil conde e alfferez. Don Joham Rodriguez de Breeteiros. Don Reymom de Cardona alfferez do inffante Don Affonsso. Don Fernam Perez de Barvosa. Don Pedro Anes Portel. Johanne Mendiz de Breteiros. Affonsso Denis. Johanne Simhom meirinho mayor. Pedro Affonsso Ribeiro. Don Martinho arcebispo de Bragaa. Don Johanne bispo de Lixbõa. [Fl. 51v] Dom Giraldo bispo do Porto. Dom Stevam bispo de Coinbra chançeler. Dom Vaasco bispo da Guarda. Don Fernando bispo d'Evora. Dom Egas bispo de Viseu. Don Johanne bispo de Silve.

Doc. 6

1335, Maio, 22, Mondim — *Extracto da inquirição tirada em 1335 sobre a jurisdição do couto a redor do mosteiro de S. João de Tarouca.*
L D M T, fl. 123-123v.

[Fl. 123] (_)

Item, as quaes testemoynhas tomadas e perguntadas como sobredicto he viinte e dous dyas de Mayo Era de mil e trezentos e sateenta e tres anos en Mondim perante os dictos enqueredores pressente mim Lourenço Eanes scripvam de comeyos en este fecto e estando presente Frey Johanne Martinz procurador do moesteiro de San Nhoanne de Tarouca Gonçallo Martinz morador en Tarouca procurador d'el Rey en este fecto deu hũa cedulla scripta en papel da qual o teor de vervo a vervo tal he:

Affonsso Dominguez procurador d'el Rey no almoxariffado de Vysseu e enqueredor por el Rey na enquiriçom que he antre el Rey e o moesteiro de San Nhoanne de Tarouca per razom das jurisdições de Mondim e de Sever e de

Sanffiinz e d'Alvyte e de Vylla Chãa e de Vyllarinho e d'Almaffalla eu Gonçallo Martinz de Crasto Rey procurador por el Rey pera se provaren os artigos dados da parte d'el Rey e pera contradizer aos testemoynhos dados da parte do dicto moesteiro nas fronta[*s*] que a mim he dicto que en esta enquiriçom recebe el Rey grande erro e grande dano per muytas razões que se adeante seguem as coussas sy son estas: A primeyra he chamando o dicto moesteiro que Mondin e Sanffiinz e Almudaffa e Sever e Alvyte e Vylla Chãa e Vyllarynho e Almaffalla que jazem no seu couto e que este couto he partido e demarcado per marcos e devysões con seus termhos e que asy o queren provar. Digo eu Gonçallo Martinz en nome d'el Rey que o contrayro he ende a verdade ca en estes logares sobredictos entram os meyrinhos d'el Rey e de Tarouca a prender aqueles de que ham quarelas e levan-os a Tarouca e a outros logares da jurisdiçom d'el Rey. E outrosy os moordomos de Tarouca que corren a terra por el Rey vam aos dictos logares e tomam os montados. E outrosy tomam por descamynhados os que acham hir per alguuns camynhos dos dictos logares e que asy esta en posse o concelho de Crasto Rey en nome d'el Rey. E outrosy os tabelyões d'el Rey que ham o tabelyoado de Crasto Rey entram no dicto logo e fazem hi fe e estan en posse por el Rey. Outrosy o moesteiro de San Nhoane he chamado o moesteiro de San Nhoanne de Tarouca. E este moesteiro da [*de*] antigamente aa finta do concelho que he d'el Rey nove morabitinos cada ano, tres morabitinos cada terça. E estes nove morabitinos dan por a sessega do dicto moesteiro e por as herdades d'arredor delle. Outrosy quando prendyam alguuns no sobredicto logo de Mondin e en os outros sobredictos logares por fecto de crime que os tragyam a Tarouca que he jurisdiçom d'el Rey e que hi os ouvyam e desenbargavam con seu dereyto. Outrosy quando as appellações do cevil avyam de sayr do dicto logo de Mondin pera o moesteiro, que has hyam seelar do seelo do concelho de Crasto Rey que he jurisdiçom d'el Rey. E outrosy da Ribeyra da Almaffalla que o dicto moesteyro chama por sua dan en cada huum ano ao concelho de Crasto Rey en nome d'el Rey foro sabudo. E outrosy Vylarinho que o dicto moesteiro chama por seu que he foreyro d'el Rey da foro ao concelho de Crasto Rey en nome d'el Rey en cada huum ano. E outrosy dos moradores de Crasto Rey an herdades e soutos foreyros d'el Rey aalem Barrossa par de Vyllarynho no logo que chamam os Poços de Vyllarinho. E destas herdades dan en cada huum ano foro ao concelho de Crasto Rey e non dan nada ao moesteiro. E outrosy o souto que chamam Souto Redundo que esta acima do dicto moesteiro en tempo do sayoadigo tragyam a raçom ao celeyro d'el Rey e ora non dan dela foro a el Rey nem ao moesteiro. E outrosy que a pobra do dicto logo da Almaffalla que foy primeyramente posta en logo que chamam a [fl. 123v] Granga Velha e este logo hu ora estaa Almafalla a ribeyra he manynhadego d'el Rey e el Rey leva do dicto logo os montadigos e os descamynhados e o dicto moesteiro se meteo no dicto logo d'Almaffala e fez estes cassaaes e appanhoo a terra per tal guysa que

os gaados non poden per y vyver e perden os moordomos que correm a terra por el Rey os montadigos e asy perde el Rey essa terra e os seus dereytos. E estes logos sobredictos jazem no termho de Crasto Rey que he foreyro d'el Rey e jazem (?) ... marcos e devyssões do termho do dicto logo de Crasto Rey en como partem con o couto de Luymyr per o padrom de Serzedo e des y pela Portela dos Seixos e des y a huum padrom que esta aa fonte de cima de Peraduça e des y pela cruz de Pereyrynho Maao e des y como partem con o julgado de Pesa per vea da Labyada e des y como se vay ao marco que he britado que esta acima da fonte de Bedaal e des y a velha estrada mourisca e des y aa carreyra[133] e ende aa cabeça de cima da Almaffalla e des y pelo cume do Panascal e des y aa fonte do Mosoyro. E per estas devysões sobredictas partem os termhos e limytações de Crasto Rey que he foreyra d'el Rey e os moordomos de Crasto Rey por el Rey e en seu nome levam dos dictos logos os montados e os descamynhados e por estas razões e per cada hũa delas non he couto nen o pode seer. Outrosy me he dicto que o concelho de Crasto Rey faz (?) conpromyson con o moesteyro de San Nhoanne de Tarouca por quall conpromyson el Rey recebe grande erro e grande engano ca perde por elo muyto (?) da sa terra. Das quaes coussas e fronta peço a vos Johanne Anes tabelyon que me dedes huum stormento e a vos Lourenço Eanes ... que soescrevades no dicto stromento e ponhades hi vosso synal con a resposta que hi der (?) o dicto Affonsso Domingues.

(...)

Doc. 7

1340, Setembro, 19, Lisboa — *Carta de sentença pela qual foi retirada ao mosteiro de S. João de Tarouca a jurisdição que tinha no couto de Oliveira* (c. Mesão Frio).
A N T T, *Chanc. D. Afonso IV*, Liv. IV, fls 55v-56, doc. 1. Publ. in CP, *Chanc. D. Afonso IV*, III, pp. 30-33.

[Fl. 55v] D'el Rey sentemça comtra o moesteiro de Sam Joham de Tarouca per que foy julgado que o dicto moesteiro non husase de nenhũa [*jurisdiçom*] no couto d'Ulveira ect.

[*D*] om Affonsso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A quantos esta carta virem faço saber que eu pelas vilas e comarcas do meu senhoryo mandey fazer chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam vilas ou castelos coutos ou onrras ou jurisdições alguas en elas no meu senhoryo que a dia çerto conteudo no dicto chamamento veessem perante os ouvydores dos meus fectos mostrar en como as avyam e tragiam ao qual dia que

133 No doc. *carreyras*.

lhis pelo dicto chamamento era asignaado a que pareçessem perante os dictos meus ouvydores sobrela dicta razom como dicto he Pero Giraldiz[134] meu procurador por mim da hũa parte e o abade e convento do moesteiro de Sam Johanne de Tarouca do bispado de Lamego per Frei Joham Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra pareceram perante Affonsso Stevenz ouvidor dos meus fectos e da parte dos dictos abade e convento pelo dicto seu procurador satisfazendo ao que lhis per mim era mandado foy dicto que o dicto seu moesteiro avya huum couto a que chamavam o couto d'Ulveira per marcos e per devisões chamado e avudo por couto do dicto moesteiro o qual couto era no bispado do Porto en o qual couto diziam que eles por o dicto seu moesteiro tragiam estas jurisdições convem a saber que os moradores do dicto couto por huum dia c[*er*]to do ano elegian d'antre sy huum homem boom por juiz e este juiz que assi elegiam que enviavam pedir[135] ao dicto abade do dicto moesteiro que lh'o confirmasse e desse por juiz no dicto couto. E que o abade ou aqueles que pera esto el poynha en seu logo confirmava-lh'o e dava-lh'o por juiz e que este juyz que assi per eles era confirmado ouvya todolos fectos no dicto couto assi ceviis come criminaaes e fazia justiça en aqueles que o mereçia matando e soltando assolvendo e condapnando[136] assi no crime come no cevil e dava sentenças. E das sentenças que o dicto juiz assi dava se algũa d[*a*]s partes queria apelar que apelavam pera o abade e que o abade ou aqueles que el poinha en seu logo pera ouvyr as dictas apelações ouvya os dictos fectos e determinhava as dictas apelações per sentença assi no cevil come no crime. E se algũa das partes queria apelar das sentenças que eles assi davam sobrelas dictas appellaçoes que appellavam p[*er*]a mim. E que esse juiz que assi era dado e confirmado no dicto couto escolhya huum homem do dicto couto pera seer mo<o>rdomo e envyava pedir ao abade ou aaqueles que estavam en seu logo pera esto faz[*er*] que lh'o dessem por moordomo. E que o abade ou aqueles que el poinha en seu logo davam-lh'o por moordomo. E que este moordomo levava e tirava por o dicto moesteiro portageens e açouguageens e vozes e coomhas roussos e omezios por o dicto moesteiro e fazia as chegas e penhoras e entregas no dicto couto p[*er*] mandado do dicto juyz e fazia todo offiçio de sayoaria. E que o dicto moesteyro levava todo o proveito que se pelo dicto moordomo podia tirar de todalas cousas que perteeçiam ao senhorio real. E que no dicto couto non entrava outro moordomo nen porteiro meu nem d'outro nenhuum. E que o dicto abade metia meyrynho no dicto couto. E que [fl. 56] este meirinho hia jurar ao meu meyrynho moor ou ao meu corregedor que fezesse dereito e que o dicto meyrinho prendia e fazia justiça per mandado do juiz do dicto couto e que destas cousas e jurisdições

134 Segue-se, sopontado, *por mim*, que suprimimos.

135 No doc. *pededir*.

136 No texto: *condananpdo*.

sobredictas estava o dicto moesteiro en posse per huum e dous e dez e viinte e triinta e quareenta e sasseenta anos e per tanto tempo que a memoria dos homens non era en contrairo. E o meu procurador pose por mim sa petiçom contra os dictos abade e convento dizendo que as sobredictas jurisdições que os dictos abade e convento por o dicto seu moesteiro tragiam no dicto couto d'Ulveira perteeçiam a mim per dereito comum. E porem pedia ao dicto meu ouvydor que deffendesse per sentença aos dictos abade e convento que des hy en deante non husassem das dictas jurisdições no dicto couto e que as leyxassem a mim. E o procurador do dicto moesteiro contestando a dicta petiçom confessou que os dictos abade e convento por o dicto moesteiro tragiam no dicto couto as dictas jurisdições como dicto e alegado avya nas sobredictas sas razões mays diziam que non eram teudos de leixar d'husar delas no dicto couto nem de as leyxar a mim per o que ja dicto e alegado avyam nas sobredictas sas razões as quaes dizia que davam por deffesa contra a dicta sa petiçom aos quaes dezia que tragiam dereito e que devyam ser contestadas per o dicto meu procurador e pedia que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas razões disse que o non sabia nen criia. E o procurador dos dictos abade e convento disse que o queria provar e vẽo con seus artigos os quaes lhy forom julgados por perteecentes per o dicto meu ouvydor. E outrossy o dicto meu procurador er vẽo con seus artigos pera provar por mim a interruçom os quaes lhy forom reçebudos a se provar a interruçom e julgados por perteeçentes per o dicto meu ouvydor pelos quaes artigos assi da hũa parte come da outra o dicto meu ouvydor mandou hy fazer enquirições as quaes enquirições fectas veerom perante Joham Anes Melom e perante Domingo Paaez ouvydores dos meus fectos e presente Giraldo Stevenz meu procurador por mim da hũa parte que er veo por mim ao dicto fecto e o abade e convento per Pero da Costa procurador en mha corte seu procurador da outra os[137] dictos meus ouvydores vistas as dictas enquirições e abertas e pobricadas julgarom que eu provava a interruçom no cevil e no crime tanto que mi avondava. E o procurador dos dictos abade e convento mostrou logo tres cartas d'el Rey meu padre pera enbargar a deffenitiva. E os dictos meus ouvidores vistas as dictas cartas julgarom que os dictos abade e convento non enbargavam pelas dictas cartas que eu non ouvesse as dictas jurisdições no dicto couto d'Ulveira. E visto logo o dicto fecto dando a deffenitiva julgarom per sentença que os dictos abade e convento nen o dicto seu moesteiro non husassem des i en deante de jurisdiçom nenhũa no dicto logo e couto d'Ulveira çevil nen criminal nen na enbargassem. Porque mando ao meu almoxarife[138] <e ao meu scrivam da comarca hu o dicto couto he> que façam conprir e aguardar

[137] Segue-se, riscado, *quaes,* que suprimimos.

[138] Segue-se, riscado, *do julgado de Penaguyam,* que suprimimos.

o juizo dos dictos meus ouvydores e que ponham por mim[139] <juiz no dicto couto e que huse hy per mim de toda jurisdiçom real assi cevil como criminal e que façam hy dereito e justiça e meirinhos e jurados que prendam os malfeitores e aqueles de que lhis for dadas querellas. E outrossi ponham hy por mim moordomo e todos outros oficiaaes que virem que hy compre e pera levarem pera mim todolos meus dereitos reaes que perteeçem aas dictas jurisdições.

Unde al non façam senon a vos me tornaria eu porem. En testemuynho[140]> desto mandei ende seer fecta esta mha carta. Dante en Lixboa dez e nove dias de Setembro. El Rey o mandou per Johanne Anes Melom e per Domingos Paaez ouvydores dos seu[*s*] fectos e da portaria. Stevam Martinz a fez. Era M.ª CCC.ª LXXbIIj anos.

Johannes Johannis. Domingo Paaez.

Doc. 8

1340, Setembro, 19, Lisboa — *Carta de sentença pela qual foi retirada ao mosteiro de S. João de Tarouca a jurisdição que tinha no couto de Cerdeira* (c. S. Pedro do Sul).
ANTT, *Chanc. D. Afonso IV*, Liv. IV, fl. 54-54v, doc. 4. Publ. CP, *Chanc. D. Afonso IV*, III, pp. 20-23.

[Fl. 54] D'el Rey sentemça comtra o moesteiro de Sam Joham de Tarouca per que foy julgado que non husase da jurdiçam civel nem crime d'aldea de Cerdeira nem a embargase, ect.

[*D*]on Affonsso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A quantos esta carta virem faço saber que eu pelas vilas e comarcas do meu senhorio ma[*n*]dey fazer chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam vilas ou castellos coutos ou onrras ou jurisdiçoes algũas en elas no meu senhoryo que a dia çerto contehudo no dicto chamamento veessem perante os ouvidores dos meus fectos mostrar en como as avyam e tragiam. Ao qual dia que lhis assi era assinaado a que parecessem perante os dictos meus ouvidores sobrela dicta razom como dicto he Giraldo Stevez meu procurador por mim da hũa parte e o abde e convento do moesteiro de Sam Johanne[141] de Tarouca per Frey Johanne Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra parecerom perante Affonsso Stevenz ouvydor dos meus fectos e da parte do dicto abade e convento

---

139 Segue-se, sopontado e riscado, *daqui en deante de toda a jurisdiçom cevil e criminal no dicto couto e non soffram aos dictos abade e convento nen a outro nenhuum que polo dicto moesteiro hy husem de nenha jurisdiçom. Unde al non façam senon a eles me tornaria eu porem.*

140 Repete: *En testemuynho.*

141 No texto: *Juhaanne.*

do moesteiro de San Johanne de Tarouca per Frei Johanne Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra pareçerom perante Affonsso Stevenz ouvydor dos meus fectos e da parte dos dictos abade e convento per o dicto seu procurador satisfazendo ao que lhis per mim era mandado foy dicto que o dicto moesteiro de San Johanne de Tarouca avya no bispado de Lamego hũa aldeya que chamavam da Cerdeira na qual aldeya diziam que o dicto moesteiro avya e tragia estas jurisdições convem a saber que os moradores da dicta aldeya por dia çerto do ano elegiam d'antre sy huum homem boom por juiz e envyavam-no ao abade do dicto moesteiro ou aaquel que estava en seu logo que lh'o confirmasse. E que o abade ou aquel que estava en seu logo confirmava-lh'o e dava-lh'o por juiz. E que este juiz que assi per ele era dado e confirmado ou per aquel que estava en seu logo ouvya todolos fectos çeviis e criminaaes na dicta aldeya e fazia justiça assi no cevil come no crime matando e soltando condapnando[142] assolvendo dando sentença en todo. E das sentenças que dava assi no cevil [fl. 54v] come no crime se algũa das partes queria[143] dele apelar apelavam pera o abade do dicto moesteiro ou pera aquel que el poynha en seu logo pera ouvir as dictas apelações. E que o dicto abade ou aquel que el poynha en seu logo pera esto determinhava as dictas apelações. E se algũas das dictas partes queriam apelar do dicto abade ou daquel que el poinha en seu logo apelavam pera mim. E que este juiz que assi era dado e confirmado per o dicto moordomo e que o abade ou aquel que estava en seu logo dava-lh'o por moordomo e que este moordomo que lhy assi era dado tirava por o dicto moesteiro na dicta aldeya portagem e acouguagem e levava vozes e coomhas e rousos e omezios por o dicto moesteiro e fazia as chegas e as penhoras e as entregas no dicto logo per mandado do dicto juiz e que fazia todo ofiçio de sayoaria. E dizia que o dicto moesteiro leva ende todo o proveito que se per ele podia tirar de todalas cousas que perteeçiam ao senhoryo real e que no dicto logo non entrava outro moordomo nen porteiro meu nen d'outro nenhuum e que o dicto abade metia seu meyrynho no dicto logo. E que o dicto meyrynho hya jurar ao meu meyrinho moor ou ao meu corregedor que fezesse dereito e prendia e fazia justiça per mandado do juiz da dicta aldeya e que destas jurisdições e cousas sobredictas esta o dicto moesteiro na dicta aldeya estava o dicto moesteiro en posse per huum ano e dous e dez e viinte e triinta e quareenta e cincoenta anos e per tanto tempo que a memoria dos homens non era en contrairo. E o dicto meu procurador vẽo con sa petiçom por mim contra os dictos abade e convento dizendo que as sobredictas jurisdições que os dictos abade e convento por o dicto seu moesteiro[144] tragiam na dicta aldeya[145] perteeçiam a mim

142 No doc. *condananpdo.*

143 No doc. *queriam.*

144 Segue-se, riscado, *non.*

145 Repete, *tragiam na dicta aldeya.*

per direito comum. E porem pedia ao dicto meu ouvidor que deffendesse per sentença aos dictos abade e convento que des i en deante non husassem das dictas jurisdições na dicta aldeya e que as leyxassem a mim. E da parte dos dictos abade e convento pelo dicto seu procurador contestando a mha petiçom foy conffessado que os dictos abade e convento polo dicto seu moesteiro tragiam na dicta aldeya as sobredictas jurisdições como dicto e alegado avyam en sas razões mays diziam que non eram teudos de as leixar a mim per o que dicto e alegado avyam nas sobredictas sas razões as quaes diziam que davam por deffesa contra a dicta mha petiçom as quaes diziam que tragiam dereito e que devyam seer contestadas per o dicto meu procurador e pediam que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas razões disse que o non sabia nen criia. E o procurador dos dictos abade e convento disse que o queria provar e vẽo con seus artigos os quaes lhy forom julgados por perteeçentes per o dicto meu ouvydor. E outrossi o dicto meu procurador er vẽo con seus artigos pera provar por mim a interruçom os quaes lhy forom reçebudos a se provar a interruçom e julgados por perteeçentes per o dicto meu ouvidor pelos quaes artigos assi da hũa parte come da outra o dicto meu ouvydor mandou hy fazer enquirições as enquirições tiradas veerom perante Johanne Anes Melom e perante[146] Domingos Paaez seu companhom ouvydores dos meus fectos e presente Giraldo Stevenz meu procurador por mim da hua parte e os dictos abade e convento per Pero da Costa seu procurador da outra os dictos meus ouvydores vistas as dictas enquirições e abertas e pobricadas julgarom que o dicto moesteiro non provava tanto tempo da prescripssom per que podesse aver a dicta jurisdiçom no dicto logo e porque o procurador do dicto moesteiro al non disse pera enbargar a defenitiva os dictos meus ouvydores visto o dicto fecto julgarom per sentença que os dictos abade e convento nen o dicto seu moesteiro non husassem des i en deante de jurisdiçom nenhũa de cevil nem criminal na dicta aldeya da Cerdeira nen na enbargassem a mim. Porque mando aas mhas justiças do julgado en cuja comarca a dicta aldeya da Cerdeira jaz que façam conprir e aguardar o juyzo dos dictos meus ouvydores e que husen hy por mim de toda jurisdiçom real assi cevil come criminal e non soffram aos dictos abade e convento nen a outro nenhuum que daqui en deante huse de jurisdiçom nenhũa polo dicto moesteiro. Onde al non façam senon a eles me tornaria eu porem. En testemuynho desto mandei ende seer fecta esta mha carta. Dante en Lixbõa XIX dias de Setembro. El Rey o mandou per Johanne Anes Melom e per Domingos Paaez ouvydores dos seus fectos e da portaria. Stevam Martinz a fez. Era M.ª CCC.ª LXXbIIj anos.

Johannes Johannis. Domingos Paaez.

---

[146] Com um *a* sopontado, que suprimimos.

Doc. 9

1340, Setembro, 20, Lisboa — *Sentença pela qual foi retirada ao mosteiro de S. João de Tarouca a jurisdição que tinha no couto a redor do próprio mosteiro.*
ANTT, *Chanc. D. Afonso IV*, Livro IV, fls. 55-55v, doc. 1. Publ. CP, *Chanc. D. Afonso IV*, Liv. IV, pp. 26-29.

[Fl. 55] Outra sentença comtra o dicto moesteiro de Sam Joham de Tarouca per que foy julgado que non husase de nenhua jurdiçam no couto de Tarouca e aldeas de Momdym e Sever e Almafa[la] e Vilarynho, ect.

[*D*] on Affonsso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A quantos esta carta virem faço saber que eu pelas vilas e comarcas do meu senhoryo mandei fazer chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam vilas ou castelos coutos ou onrras ou jurisdições alguas en elas no meu senhoryo que a dia çerto contehudo no dicto chamamento veessem perante os ouvidores dos meus fectos mostra[*r*] en como os avyam e tragiam ao qual dia que lhis assi pelo dicto chamamento era assignaado a que parecessem perante os dictos meus ouvydores sobrela dicta razom como dicto he Pero Giraldiz meu procurador por mim da hũa parte e o abade e convento do moesteiro de San Johanne de Tarouca do bispado de Lamego per Frey Joham Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra pareçerom perante Affonsso Stevenz ouvydor dos meus fectos e da parte dos dictos abade e convento per o dicto seu procurador satisfazendo ao que lhis per mim era mandado foy dicto que o dicto moesteiro avya huum couto a redor de sy chamado e avudo por couto do dicto moesteiro per çertos marcos e devisões o qual chamavam couto de Tarouca o qual couto diziam que partia con Tarouca de Crasto Rey da hũa parte e da outra partia con o couto de Sarzeda e con Luymir e que da outra partia con o termho de Vila Cova e que dentro en estes logares estavam as aldeyas de Mondim e de Sever e da Almaffala e de Vilarinho que diziam que eram dentro do dicto couto. E que en este couto e logares e d'outros que dentro jaziam no dicto couto avya e tragia o dicto moesteiro estas jurisdições convem a saber que os moradores do dicto couto e dos logares que dentro son por dia çerto do ano elegiam antre si juizes quaes viiam que o mereciam de o seer e que os enviavam ao abade do dicto moesteiro que lh'os confirmasse e que o abade aa petiçom dos dictos moradores confirmava os dictos juizes e que juravam a el que fezessem dereito e justiça ou aaquel a que os o dicto abade en seu logo mandava confirmar. E que estes juizes que assi per ele eram confirmados ouvya[*m*] todolos fectos ceviis e criminaaes no dicto couto e logares que dentro eram e que faziam toda justiça de cevil e de crime e dava[*m*] sentenças. E das sentenças que os dictos juizes <asi> davam se algua das partes queria apelar assi no çevil come no crime apellavam pera o dicto abade e que o dicto abade ou

aqueles que el poynha en seu logo pera ouvyrem as dictas apellações ouvyam os dictos fectos e livravam-nos per sentença. E se algũa das partes queria apelar do abade ou dos dictos seus ouvydores que ele assi poynha en seu logo apellavam pera mim e que estes juizes que assi eram confirmados per o dicto abade metiam por o dicto moesteiro moordomos nos dictos logares e que os envyavam ao dicto abade ou aaquel que estava por el e en seu logo que os ouvesse e lh'os desse por moordomos e que o dicto abade lh'os dava por moordomos. E que os dictos moordomos tiravam por o dicto moesteiro no dicto couto e logares portageens e acougageens e levavam vozes e coomhas e roussos e omizios por o dicto moesteiro e faziam todo offizio de sayoaria e que faziam as chegas e as penhoras e as entregas nos dictos logares per mandado dos dictos juizes e que levava ende o dicto moesteiro todo o [fl.55v] proveito que se per eles podia tirar de todas cousas que perteeçiam ao dicto senhoryo real. Outrossi diziam que o dicto abade metia meyrynho no dicto couto e logares e que o dicto meyrynho hya jurar ao meu meyrynho moor ou ao meu corregedor que fezessem d[*e*]r[*ei*]to e que o dicto meirinho prendia e fazia justiça per mandado do juiz do couto e que do dicto couto e logares en el conteudos e das sobredictas jurisdições e cousas estava o dicto moesteiro per huum ano e dous e dez e viinte e triinta e quareenta e cincoenta e sassenta anos e mays e per tanto tempo que a memoria dos homens non era en contrairo. E Giraldo Stevenz meu procurador por mim er vẽo ao dicto fecto pose por mim sa petiçom contra os dictos abade e convento per esta guisa dizendo que as sobredictas jurisdições que os dictos abade e convento por o dicto moesteiro tragiam no dicto couto e aldeyas perteeçiam a mim per dereito comum e porem pedia ao dicto meu ouvidor que deffendesse per sentença aos dictos abade e convento que des i en deante non husassem das dictas jurisdições nos dictos logares e que os leyxassem a mim. E o procurador dos dictos abade e convento contestando a mha petiçom confessou que os dictos abade e convento pelo dicto seu procurador tragiam no dicto couto e aldeyas as sobredictas jurisdições como dicto e alegado avyam nas sobredictas sas razões mays diziam que non eram teudos de leixar d'usar delas nen de as leixar a mim per o que dicto e alegado avyam en sas razões as quaes deziam que davam por deffesa contra a dicta petiçom as quaes diziam que tragiam dereito e que devyam seer contestadas per o dicto meu procurador e pediam que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas razões disse que non sabia nen cria e o procurador dos dictos abade e convento disse que o queria provar e vẽo con seus artigos os quaes lhy forom julgados por perteeçentes per o sobredicto meu ouvydor. E outrossi o dicto meu procurador er veo con seu<s> artigos pera partir por mim a interruçom os quaes lhy forom recebudos a se provar a interruçom e julgados por perteecentes per o dicto meu ouvydor pelos quaes artigos assi da hua parte come da outra o dicto meu ouvidor mandou hy fazer enquirições as quaes enquirições fectas veerom

perante Johanne Anes Melom e perante Domingos Paaez seu companhom ouvydores dos meus fectos. E os dictos meus ouvidores vistas as dictas enquirições e abertas e poblicadas presente Giraldo Stevenz meu procurador por mim da hũa parte e os dictos abade e convento per Pero da Costa seu procurador da outra julgarom que eu provava tanto no çevil e no crime que mi avondava e pedindo o dicto meu procurador aos dictos meus ouvydores que dessem a sentença definitiva os dictos meus ouvydores dovidando en dar a sentença defenitiva por mim contra o dicto moesteiro por muytas razões que da parte do dicto moesteiro en no dicto fecto eram alegadas e por cartas e scrituras que por si mostravam levaron o fecto aa mha relaçom. E presente Giraldo Stevenz meu procurador por mim da hũa parte e os dictos abade e convento per Pero da Costa seu procurador da outra Johanne Anes Melom e Domingos Paaez meus ouvydores sobredictos visto o dito feito con consselho dos da mha relaçom julgarom que os dictos abade e convento nen o dicto seu moesteiro non husassem des y en deante de jurisdiçom nenhũa no dicto couto e aldeyas nen na embargassem a mim. Porque mando[147] <ao meu almoxarife e ao meu scrivam da comarca en que o dicto couto e aldeyas son que façam conprir e aguardar o juizo dos dictos meus ouvydores e que [*ponham hy*] por mim juiz no dicto couto e aldeyas que huse hy por mim de toda jurisdiçom çevil e criminal e que faça hy justiça e que outrosi ponham hy por mim meirynho e jurados e almotaçees e moordomos que husem hy cada huum[148] do seu ofiçio e que levem pera mim todolos dereitos reaaes que perteeçem a toda jurisdiçom real. Unde al non façam>[149] senon a eles me tornaria eu porem. Em testemuynho desto mandey ende seer fecta esta mha carta. Dante en Lixbõa XX dias de Setembro. El Rey o mandou per Johanne Anes Melom e per Domingo Paaez ouvydores dos seus fectos e da portaria. Stevam Martinz a fez. Era M.ª CCC.ª LXXbIIj anos.

Johannes Johannis. Domingo Paaez.

Doc. 10

1340, Setembro, 20, Lisboa — *Sentença pela qual foi retirada ao mosteiro de S. João de Tarouca a jurisdição que tinha no couto de Figueiró* (c. Fornos de Algodres).
ANTT, *Chanc. D. Afonso IV,* Liv. IV, fls. 54v-55, doc. 1. Publ. CP, *Chanc. D. Afonso IV,* III, pp. 23-26.

---

147 Repete, *porque mando.*

148 No texto: *hũa.*

149 Segue-se riscado, *as mhas justiças de Crasto Rey que façam conprir e aguardar o juizo dos dictos meus ouvydores e que husem daqui en deante de toda jurisdiçom por mim no dicto couto e aldeyas e non soffram aos dictos abade e convento nen a outro nenhuum que por o dicto moesteyro huse de jurisdiçom nenhũa no dicto couto e aldeya [s].* A seguir, repete *Unde al non façam.*

[Fl. 54v] Outra sentença contra o dicto moesteiro de Sam Joham de Tarouca per que foy julgado que non husase de nenhua jurdiçam no couto de Fig[*u*]eyroo no bispado de Lamego, etc.

[*D*]on Affonsso pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A quantos esta carta virem faço saber que eu pelas vilas e comarcas do meu senhorio ma[*n*]dei fazer chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam vilas ou castelos coutos ou onrras ou jurisdições algũas en elas no meu senhoryo que a dia çerto contehudo no dicto chamamento veessem perante os ouvidores dos meus fectos mostrar en como os avyam e tragiam ao qual dia que lhis assi pelo dicto chamamento era assinaado a que parecessem perante os dictos meus ouvydores sobrela dicta razom como dicto he Pero Giraldiz meu procurador por mim da hũa parte e o abade e convento do moesteiro de San Johanne de Tarouca do bispado de Lamego per Frey Johanne Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra pareçerom perante Affonsso Stevenz ouvydor dos meus fectos e da parte dos dictos priol e convento satisfazendo ao que lhis per mim era mandado pelo dicto seu procurador foy dicto que o dicto moesteiro avya huum couto que chamavam couto de Figueiroo que era no bispado de Viseu o qual couto diziam que era per marcos e per devisões çertas chamado e avudo por couto do dicto moesteiro e no qual couto diziam que o dicto moesteiro avya e tragia estas jurisdições convem a saber que os moradores do dicto couto por huum dia çerto do ano elegiam antre sy huum homem boom por juiz e envyavam-no ao abade do dicto moesteiro que lh'o conffirmasse. E que o abade ou aqueles que ele pera esto fazer poinha en seu logo confirmavam-no e davam-lh'o por juiz. E que este juiz que assi era confirmado ouvya todolos preitos ceviis e criminaaes no dicto couto e assolvya e condapnava e fazia justiça assi no çevil come no crime matando e soltando e que dava sentenças e das sentenças que dava se algũa das partes queria apelar assi nos fectos ceviis come nos criminaaes apellavam pera o abbade e que o abade ou aqueles que ele poynha en seu logo pera ouvirem as apelações ouvyam-nas e determinhavam-nas per sas sentenças e se algũas das partes queriam apelar das sas sentenças appelavam pera mim e que este juiz que <asi> era dado e confirmado no dicto couto escolhia huum homem do dicto couto pera seer moordomo e que envyava pedir ao abade ou aaqueles que estavam en seu logo pera esto fazer que lh'o dessem por moordomo no dicto couto. E que o dicto abade ou aqueles que el pera esto poinha en seu logo davam-lh'o por moordomo. E que este moordomo tirava e levava no dicto couto portageens e acougageens e vozes e coomhas e roussos e omezios por o dicto moesteiro e que fazia as chegas e as penhoras e entregas por o dicto moesteiro no dicto couto per mandado do dicto juiz e fazia todo offiçio de sayoaria e que o dicto moesteiro levava todo o proveito que se per ele podia tirar de todalas cousas que perteeçiam ao senhorio real. E que no

dicto couto non entrava outro moordomo nen porteiro meu nen d'outro nenhuum e que o dicto abade metia meyrynho no dicto couto e que este meyrynho hya jurar ao meu meyrynho moor ou ao corregedor que fezesse dereito e que este meyrinho fazia justiça e prendia per mandado do juyz do dicto couto e que destas jurisdições sobredictas estava o dicto moesteiro en posse do dicto couto per huum ano e dous e dez e viinte e triinta e quareenta e cincoenta e sasenta anos e per tanto [fl. 55] tempo que a memoria dos homens non era en contrairo. E o dicto meu procurador pose por mim sa petiçom contra os dictos priol e convento dizendo que as sobredictas jurisdições que os dictos abade e convento por o dicto seu moesteiro tragiam <n>o dicto couto perteençiam a mim per dereito comum e porem pedia ao dicto meu ouvydor que deffendesse per sentença aos dictos abade e convento que des i en deante non husassem das dictas jurisdições no dicto couto e que as leyxassem a mim. E da parte dos dictos abade e convento per o dicto seu procurador foy conffessado contestando a dicta petiçom que os dictos abade e convento tragiam no dicto couto as sobredictas jurisdições como dicto e alegado avyam en sas razões mays diziam que non eram tehudos a leyxar d'usar delas no dicto couto nen de as leixar a mim per o que ja dicto e alegado avyam nas sobredictas sas razões as quaes diziam que traziam dereito e que devyam ser contestadas per o dicto meu procurador e pedia que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas razões da deffesa dadas da parte dos dictos abade e convento en logo de prescripçom disse que o non sabia nen criia. E o procurador dos dictos abade e convento disse que o queria provar e vẽo con seus artigos os quaes lhy forom julgados por perteeçentes per o dicto meu ouvydor. Outrossi o dicto meu procurador er vẽo con seus artigos a provar por mim a interruçom os quaes lhy forom reçebudos a se provar a interruçom e julgados por perteecentes per o dicto meu ouvydor pelos quaes artigos assi da hũa parte come da outra o dicto meu ouvydor mandou hy fazer enquirições as quaes enquirições fectas veerom perante Johanne Anes Mellom e perante Domingos Paaez ouvydores dos meus fectos e presente Giraldo Stevenz meu procurador que er vẽo por mim ao dicto fecto da hua parte e os dictos abade e convento per Pero da Costa procurador en mha corte seu procurador da outra os dictos meus ouvidores vistas as dictas enquirições e abertas e poblicadas julgarom que eu provava a interruçom no cevil e no crime que avondava. E porque da parte dos dictos abade e convento al non foy dicto pera embargar a deffenitiva os dictos meus ouvydores visto o dicto fecto dando a deffenitiva julgarom per sentença que os dictos abade e convento nen o dicto seu moesteiro non usassem des i en deante de jurisdiçom nenhũa no dicto couto nen a embargassem a mim porque mando[150] <ao meu almoxarife e ao meu scrivam da comarca hu o dicto couto he que façam

[150] Repete, *porque mando.*

comprir e aguardar o juizo dos dictos meus ouvydores e que ponham por mim no dicto couto juiz e[151] outros oficiaaes quaes comprir pera husarem hy por mim da dicta jurisdiçom cevil e criminal e pera tirarem e levarem pera mim todolos dereitos reaaes que as dictas jurisdições perteeçem no dicto couto. Unde al non façam>[152] senon a eles me tornaria eu porem. En testemoynho desto mandey ende seer fecta esta mha carta. Dante en Lixbõa viinte dias de Setembro. El Rey o mandou per Johanne Anes Melom e per Domingos Paaez ouvidores dos seus fectos e da portaria. Stevam Martinz a fez. Era M.ª CCC. LXXbIIjº anos.

Johannes Johannis. Domingo Paaez.

Doc. 11

1340, Setembro, 26, Lisboa — *Carta de sentença pela qual foi retirada ao mosteiro de S. João de Tarouca a juridisção que tinha no couto de Santiago da Ermida* (c. Sever do Vouga). ANTT, *Chanc. D. Afonso IV*, Liv. IV, fl. 56-56v, doc. 1. Publ. CP, *D. Afonso IV*, III, pp. 33-35.

[Fl. 56] Outra sentemça comtra o dicto moesteiro de Sam Joham per que foy julgado que non husase de nenhua jurdiçam no couto de Samtiago da Hyrmyda.

[*D*]on Affonsso pela graça de Deus rey [*de*] Portugal e do Algarve.

A quantos esta carta virem faço saber que eu pelas vilas e comarcas do meu senhoryo mandey fazer chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam vilas ou castellos coutos ou onrras ou jurisdições algũas en elas no meu senhorio que a dia conteudo no dicto chamamento veessem perante os ouvydores dos meus fectos mostrar en como os avyam e tragiam ao qual dia lhis assi pelo[153] dicto chamamento era asignado a que parecessem perante os dictos meus ouvydores sobrela dicta razom como dicto he Giraldo Stevenz meu procurador por mim da hua parte e o abade e convento de San Johanne de Tarouca per Frey Johanne Martinz priol do dicto moesteiro seu procurador da outra parecerom perante Johanne Anes Melom ouvydor dos meus fectos e da parte dos dictos abade e convento per o dicto seu procurador satisfazendo ao que lhis per mim era mandado foy dicto que o dicto seu moesteiro avya huum couto per marcos e per

---

151 Segue-se a palavra *outro*, que suprimimos.

152 Segue-se, riscado, *aas mhas justiças d'Algodres que façam conprir e aguardar o juizo dos dictos meus ouvidores e que husem daqui en deante de toda jurisdiçom cevil e criminal por mim no dicto couto e non soffram aos dictos abade e convento nem a outro nenhuum que pelo dicto moesteyro huse de jurisdiçom nenhũa no dicto couto.* Repete, a seguir, *unde al non façam.*

153 Repete, *pelo.*

divisões çertas o qual couto chamavam couto de Santiago da Hermida que jazia no bispado de Viseu a par do julgado de Sever no qual couto diziam que o abade do dicto moesteiro ou o priol que estava na dicta h[*er*]mida por o dicto moesteiro por huum dia çerto do ano poinham juiz no dicto couto en esta guisa convem a saber que os moradores do dicto couto elegiam antressy huum homem boom por juiz e que o abade do dicto moesteiro ou o priol que estava na dicta hermida por o dicto moesteiro aa petiçom dos moradores do dicto couto lh'o confirmavam por juiz. E que assi o juiz que pelo dicto abade ou pelo priol da dicta hermida que hy estava en nome do dicto moesteiro era confirmado ouvya todolos fectos ceviis e criminaaes no dicto couto e dava sentenças e das sentenças que dava se algũa das partes queria appellar appellava pera o abade do dicto moesteiro e que o abade do dicto moesteiro ouvya as dictas appellações per si ou per seo ouvydor e dava sentenças nos fectos das dictas appellações. E se algũa das partes queria appellar das sentenças que assi o dicto abade ou o seu ouvydor davam appellavam pera mim. Outrossy deziam que o dicto moesteiro levava no sobredicto couto portageens e vozes e coimhas e que poinha o abade do dicto moesteiro no dicto couto ou o priol que estava na dicta hermida seu moordomo que fazia as penhoras[154] e chegas e entregas no dicto couto per mandado do juiz do dicto couto e que tirava as portageens e levava as vozes e as coomhas pera o dicto moesteiro e que fazia todo [*o*] officio de moordomo. E diziam que destas cousas e jurisdições sobredictas estava o dicto moesteiro en posse per dez viinte triinta quarenta anos e per tanto tempo que a memoria dos homens non era en contrairo. E o dicto meu procurador pose por mim sa petiçom contra os dictos abade e convento dizendo que as sobredictas jurisdições que os dictos abade e convento tragiam no dicto couto perteeciam a mim per direito comum. E porem pedia ao dicto meu ouvydor que per sen[ten]ça deffendesse aos dictos abade e convento que non husassem des i en deante das dictas jurisdições no dicto couto e que as leixassem a mim e da parte dos dictos abade e convento per o dicto seu procurador foy dicto que eles non eram teudos a leyxar d'usar das sobredictas jurisdições no dicto couto nen de as leixar a mim pelo que ja dicto avya e alegado avya nas sobredictas sas razões da prescripçon as quaes diziam que ora davam por deffesa contra a dicta mha petiçom. As quaes diziam que tragiam direito e que devyam ser contestadas per o dicto meu procurador. E pediam que as contestasse. E o dicto meu procurador contestando as dictas razões da deffesa que dadas eram contra a mha petiçom disse que o non sabia nen criia. E o procurador dos dictos abade e convento disse que o queria provar. E vẽo con seus artigos os quaes lhy forom julgados por perteeçentes que o dicto meu ouvydor e o meu procurador esteve pela dicta sentença e veo con seus artigos pera provar por mim [fl. 56v] a interruçom os quaes lhy forom reçebudos a

[154] Repete, *as penhoras*.

se provar a interruçom e julgados por perteeçentes pelo dicto meu ouvydor pelos quaes artigos assi da hũa parte come da outra o dicto meu ouvydor mandou hy fazer enquirições as quaes enquirições fectas veerom perante johanne Anes Melom e perante Domingos Paaez seu companhom ouvydores dos meus fectos. E os dictos meus ouvydores vistas as dictas enquirições e abertas e poblicadas presentes Giraldo Stevenz por mim da hũa parte e os dictos abade e convento per Pero da Costa seu procurador da outra julgarom que eu provava a interruçom no cevil e no crime tanto que avondava. E que assi provava milhor que o moesteiro. E visto o dicto fecto julgarom per sentença que os dictos abade e convento nen o dicto seu moesteiro non husassem des y en deante de jurisdiçom nenhũa no dicto couto de Sanctiago da Hermida nen na embargassem a mim. Porque mando aas mhas justiças de Sever que façam conprir e aguardar o juizo dos dictos meus ouvydores e que husem daqui en deante de toda jurisdiçom por mim no dicto couto. E non soffram aos dictos abade e convento nen a outro nenhuum que pelo dicto moesteiro use de jurisdiçom nenhũa no dicto couto nen na embargue a mim. Unde al non façam senon a eles me tornaria eu porem. En testemuynho desto mandey ende seer fecta esta mha carta. Dante en Lixbõa XXbj dias de Setembro. El rey o mandou per Johanne Anes Melom e per Domingo Paaez ouvydores dos seus fectos e da portaria. Stevam Martinz a fez. Era M.ª CCC.ª LXXbIIj a[*n*]os.

Johannes Johannis. Domingo Paaez.

Doc. 12

1414, Dezembro, 20, Santarém — *Tendo surgido um conflito entre D. João I e o abade e convento do mosteiro de S. João de Tarouca, por motivo da "justiça maior" no couto de Sande que os últimos diziam pertencer-lhe, foi sentenciado que os mesmos a não podiam exercer visto tratar-se de uma prerrogativa inerente ao poder real.*
ANTT, L N, *Livro 2º dos Direitos Reais*, fl. 168-168v, doc. 1.

[Fl. 168] A el Rey sentença contra o abbade e convento do moesteyro de Sanhoanne de Tarouca no bispado de Lamego per que lhe foram julgadas a soperioridade e alçada dos feytos do couto de Sandy ect.

Dom Joham pella graça de Deus rey de Portugal e do Algarve.

A vos corregedor por nos na correyçam da Beyra e a outros quaesquer que hy depos vos veerem por corregedores e a todalas outras nossas justiças a que esta carta de sentença for mostrada saude. Sabede que contenda era perante nos antre o abbade de Sanhoane de Tarouca per Alv[*a*]ro Vaasquez seu procurador per hua procuraçom sufficiente que pera ello mostrou da hũa parte e Bertholameu

Dominguiz nosso procurador polla nossa parte da outra dizendo o dicto abbade pello dicto seu procurador que el e o dicto seu moesteyro haviam o couto de Sandy com toda sua jurisdiçom assy crime como civili sem viir alçada nenhuua a nos per bem de huum scambho que fora fecto antre el Rey Dom Denis e Frey Egas abbade que foy do dicto moesteyro e per bem d'outras cartas e privilegios que de nos tiinham e que nos costrengiamos elle e seu ouvidor do dicto couto que non conhecessem da superioridade salvo que veesse a nos non lhe querendo guardar o dito scambho e cartas e privilegios que dello tiinham. E que porem pedia que ho leyxassemos usar de sua jurisdiçom en o dicto couto como elle sempre usara e os outros abbades que do dicto moesteyro ante elle forom sem viindo a dicta superioridade a nos; sendo dicto da nossa parte pello dicto nosso procurador que o dicto abbade e seu moesteyro non podiam a aver na dicta jurisdiçom a superioridade por quanto a superyorydade era nossa de direito e non podia de nos seer tyrada per nenhũa maneyra; que porem sem embargo do dicto scambho e cartas e privilegios devya ser julgado per sentença que nos houvessemos a dicta superioridade dos feytos que perante o dicto abbade e seus ouvidores do dicto couto fossem tractados. E seendo sobr'ello razoado per palavra de hũa parte e da outra e visto todo em rolaçom pellos desembargadores dos nossos feytos; e viisto o dicto scambho e cartas que o dicto abbade tiinha do d[*i*]cto couto de Sandy e sua jurisdiçom; acorda[fl.168v]rom que a superioridade dos fectos do dicto couto perteecia a nos e que as alçadas dos dictos feytos dante o dicto abbade ou seu ouvidor veessem a nos. Porem nos mandamos que comprades e façades comprir e aguardar a dicta nossa sentença pella guysa que he acordado e julgado pelos dictos nossos desembargadores; e non consentades ao dicto abbade e seu ouvidor que facam perante sy fiindos os feytos sem viindo as alçadas a nos.

Unde al non façades. Dante em Santarem viinte dyas de Dezembro. El Rey ho mandou per Gomez Martinz doutor em lex do seu desembargo e juyz dos seus fectos. Joham de Lixboa ha fez. Era de myl e quatrocentos e cynquoenta e dous anos.

Non seja duvida no respançado hu diz per Alvaro Vaasquez que eu scrivam ho raspancey.

Doc. 13

1437, Fevereiro, 11, Santarém — *Carta de sentença na qual se proibe o mosteiro de S. João de Tarouca de colocar tabeliães próprios no couto de Sande.*
A N T T, L N, *Livro 2º dos Direitos Reais*, fls. 84-85, doc. 1.

[Fl. 84] A el Rey semtemça que ouve comtra ho abade e comvemto de Sam Joham de Tarouca sobre o fazer dos taballiãaes do couto de Samde em que os

taballiãaes de Lamego estavam em posse de screpver, ect, per que foy acordado e mamdado que se guarde a hordenaçom d'el Rey Dom Fernando feita açerqua desto.

Dom Eduarte pella graça de Deus rey de Portugall e do Algarve e Senhor de Çepta.

A vos juizes da çidade de Lamego e a outros quaaesquer a que desto o conheçimento perteençer per quallquer guisa que seja e a todallas outras nossas justiças a que esta carta de semtemça for mostrada saude. Sabede que preyto e demamda era em a nossa corte peramte nos amtre meestre Rodrigo abade e o convento do moesteyro de Sam Joham de Tarouca do bispado dessa çidade de Lamego como autores da hua parte e Martim Affonsso nosso procurador em nosso nome reeo da outra dizemdo os ditos autores em seu libello que el Rey Dom Denis e o abade e comvemto que emtom era do dito moesteyro fezerom escambo e pormudaçom de çertas possyssõoes que o dicto rey tiinha em alguuns logares destes regnos que dera ao dito moesteiro por outras. E o dito moesteyro a elle pera todo sempre com todos seus dereitos e perteemças como se comtiinha em scriptura pruvica.

E amtre os ditos logares que assy o dito Senhor Rey dera ao dito moesteyro pera sempre assy fora o couto de Samde que era no dito bispado de Lamego com toda [fl. 84v] sua jurdiçom mero e misto imperio e quallquer outra cousa que pertemçesse a dereito reall que ell hi ouvesse ou poderia aver ao tempo do dito escambo. A quall posse no dito moesteiro e quis que ouvesse pera todo sempre. E esto por a terça da villa d'Aaveyro com sua jurdiçom e marinhas e dereitos e outros logares e terras que o dito moesteyro dera ao dito Senhor.

E outrossy quis o dito Senhor que o dito moesteyro no dito logo de Samde e nos outros logares que lhe assy dava podesse poer juizes e moordomos e fezesse justiça e todallas outras cousas que a jurdiçom perteemçessem demetirado de sy todo o dereito que tevesse e posse no dito moesteyro obrigamdo-se ao mamteer sob penna çerta scilicet de mill marcos de prata se o assy nom fezesse de os pagar ao dito moesteiro.

E dizia que per bem do dito escambo o dito Senhor cobrara e ouvera a posse e senhorio da dita terça d'Aaveyro com todos seus dereitos e jurdiçom. E assy nos outros logares que lhe o dito moesteyro dera em escambo e os ouvera sempre des emtom como ora avia. E o dito moesteiro cobrara e ouvera o dito couto de Samde com seus dereitos e jurdiçom e posse seu quasi de poer hi taballiãaes pera hi screpverem os feitos. E queremdo hi aver e husar como ja husou de poer no dito logo seus taballiãaes pera hi screpverem e darem fe de verdade nos feitos crimes e çiviis que perteençiam ao dito moesteyro per bem do dito escambo que nos deramos nossa carta e mamdado aos nossos taballiãaes da dita çidade de Lamego

que screpvessem e fezessem fe nos ditos feitos crimes e çivees e nas outras cousas demtro no dito couto do dito moesteyro que era comtra aas comdiçõoes e clausullas do dito escambo. E pero nos per muitas vezes requerera em pessoa do dito nosso procurador que lhe fezessemos alçar o dito embargo dos ditos taballiãaes de Lamego que nom screpvessem[155] nem dessem fe em nosso nome no dito logo de Samde que nos recusaramos de fazer.

E porem pediam em nome do dito moesteyro que lhe fezessemos alçar o dito embargo dos ditos taballiãaes de Lamego e lhes posessemos deffesa de hi nom usarem de screpver nem fazerem fe leixamdo a ell dito abade e comvemto e seu moesteyro o poder de poer hi seus taballiãaes que hi screpvessem e husassem dos offiçios como lhe perteemçia per bem do escambo segumdo em seu libello mais compridamente era comtheudo damdo-se logo da parte do dito abade huum estromento em o quall fazia meemçom que el Rey Dom Denis com a rainha Dona Isabel sua molher com Dom Affonsso seu filho primeiro herdeyro por sy e Frey Egas abade do moesteyro de Sanhoane de Tarouca e Frey Viçente e Frey Louremço momges e procuradores do comvemto do dito moesteyro por sy e em nome do dito moesteyro fezeram escambo perduravell pera todo sempre que ell dito rey dava e outorgava em escambo ao dito moesteyro todollos herdamentos e heramças e beens com todo dereito e com todo ho senhorio reall e com toda jurdiçom jure e propriedade que ele avia e de dereito devia a aver em o logar de Samde com todos seus termos novos e amtiigos os quaaes lhe devia aa coutar per sua carta per padrõoes e devisõoes.

E outrossy lhe dava outros logares declarados em no dito estormento que fezessem em todo e de todo toda sua liivre vomtade como de seu prop[*r*]io e que o dito abade e comvemto davam ao dito Senhor Rey em escambo a terça parte da villa d'Aaveyro [fl. 85] e o senhorio que o dito moesteyro no dito logar avia e outras cousas e beens no dito estormento comtheudas segumdo no dito estormemto mais compridamente era comtheudo.

E da nossa parte per o dito nosso procurador fora dito que o criar dos taballiãaes soomente perteemçia a nos e non a outro nenhuum. E portamto o dito moesteyro e comvemto se nom podiam queixar de os taballiãaes de Lamego hirem screpver ao dito couto nos feitos çiviis e crimes pois que os o moesteyro nom podia fazer nem criar. E seemdo sobre ello razoado de hũa parte e da outra e comcluso o dito fecto e visto per nos em rollaçom com os do nosso comsselho e vista a hordinaçom d'el Rey Dom Fernando sobre esto fecta e em como os taballiãaes de Lamego estavam em posse de screpver no dito couto de Samde.

---

[155] No documento *scprevessem*.

Acordamos e mandamos que se guarde a dita hordinaçom como em ella he comtheudo e que se nom faça outra emnovaçom. E Dom Abade se vaa em paz.

Porem vos mamdamos que comprades e façades comprir e aguardar esta nossa semtemça como em ella he comtheudo e per nos acordado e mamdado. E all nom façades.

Damte em Samtarem homze dias de Fevereyro. El rey o mamdou per Diego Gill Ferreyra seu vassallo e do seu desembargo e juiz dos seus fectos. Pero Diaz escripvam em logo de Joham de Lixboa a fez. Era do Naçimemto de Nosso Senhor Jhesu Cristo de mill e quatroçemtos e trimta e sete annos.

Nótulas para o estudo da Jacobeia

ELISA MARIA LOPES DA COSTA *

Se é certo que na História de Portugal há diversas áreas en que o terreno desbravado é mínimo, não deixa de ser certo que, outro tanto pode ser dito no tocante à história da espiritualidade [1]. O investigador Robert Ricard escrevia, há precisamente duas décadas e referindo-se ao nosso país: "(...) un pays où l'«histoire ... du sentiment religieux», en dépit des récents efforts, reste un domaine trop délaissé" [2]. Em final de 1990, esta afirmação, se tomada *lato sensu,* mantém actualidade, não obstante esforços importantes que vêm a ser desenvolvidos por alguns investigadores para se inverter aquele sentido [3].

O movimento da Jacobeia é um caso paradigmático do que ficou dito. Procedendo a um rápido rastreio lexical, com o intuito de saber mais sobre tal matéria, colheremos algumas informações que poderão ser, ou não, um bom ponto de partida [4]. Assim, ficamos a saber que se trata de uma seita de fanáticos, ou de um movimento de carácter religioso/político que principiou no tempo de D. João V. Mais ainda, Buarque de Holanda (e não é caso único) indica que «Jacobice é Hipocrisia, fingimento, falsidade», enquanto que José Pedro Machado justifica a origem do nome com a existência de uma escada no Colégio da Graça em Coimbra. As fontes indicadas por alguns dos autores consultados datam do século XIX e, com grande probabilidade, o mesmo sucede com os que as omitem. Não o sendo mal se compreenderiam os significados fixados os quais são, em quase tudo, iguais entre si [5].

No prosseguimento do excurso empreendido, o passo seguinte, quiçá mesmo natural, pode bem ser a consulta do *Dicionário de História de Portugal,* dirigido por Joel Serrão, onde se lê: «Jacobeus, Perseguição aos — Quando do

* Professora no I.N.E.T.E. e investigadora.

conflito entre o Marquês de Pombal e o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação este foi acusado de proteger a Jacobeia — movimento religioso de implicações políticas denunciado como seita muito perigosa para a Igreja e para o Estado — e, como tal, encarcerado em 1748» [6]. Aqui, além de nada se explicar sobre o «movimento religioso de implicações políticas», afirma-se que Pombal (este marquesado haveria de ser concedido a Sebastião José de Carvalho e Melo no ano de 1769) estava na governação em 1748.

A aludida prisão do bispo-conde de Coimbra, por ordem do conde de Oeiras, ocorreu no dia 8 de Dezembro de 1768, sob acusação de ser jacobeu. Que o era afirmam-no todos os seus biógrafos e nem é indispensável recorrer às «provas» do processo de que então foi alvo. A análise das suas pastorais, por exemplo, permite avaliar da importância que atribuía, e para só referirmos alguns aspectos, à oração mental, ao misticismo na vida religiosa, às obras de cariz espiritualizante e ascético que aconselha com frequência, ao modo rigoroso de os religiosos lidarem com as mulheres, à forma de actuação dos padres e dos confessores no desempenho do ministério que lhes estava cometido, tudo tal-qual os preceitos jacobeus [7].

1.

O desafio estava lançado e ao iniciarmos o estudo da Jacobeia, não queríamos ficar-nos pelo cais, vendo o barco a navegar! Tal desiderato coloca-nos perante a necessidade de mexer e remexer o tecido histórico, numa indagação indispensável.

Conscientes de quão necessárias mas raras são, em especial para o tema em apreço, as biografias, preocupa-nos não apenas a história dos «grandes homens», mas também «tomar o pulso» à mentalidade da sociedade num período que consideramos decorrer entre 1685 e 1779 [8] e do qual, o mínimo que pode ser dito, é que foi um tempo de grandes mudanças na vida portuguesa, ao nível económico e ao nível do poder político.

Todavia, será que sucedeu o mesmo ao nível da sensibilidade, dos gostos, das crenças e da religiosidade, em suma das mentalidades de um povo caracterizado em texto recente por Vitorino Magalhães Godinho e de que citamos o seguinte passo: «Nem de arroubos místicos nem de disciplina científica (...) Não se enleva no fantástico, cumpre mais os ritos do que vive a religião» [9]?

Terá a resistência à mudança prevalecido? Mas se tal sucedeu, havemos de chamar à colação Ernest Labrousse, quando fala na necessidade de fazer a história das resistências, ela revela-se imprescindível! Ou ter-se-á vivido culturalmente um século de fluxos e refluxos? De influxos certamente, donde a importância da definição dos seus contornos, para eventual fixação.

Como quer que seja, importa-nos apreender os inúmeros matizes deste movimento, que parece revestir um carácter espiritualizante e ascético, e analisar as suas relações — de tensão ou de concordância? — com a Igreja enquanto detentora do poder.

Em igual medida devemos verificar se a relação mantida com a sociedade civil foi, prevalentemente, unívoca ou biunívoca para melhor se avaliarem as suas repercussões e amplitude na tessitura do tecido social da época. Estamos perante um trabalho a exigir grande fôlego, viagem fascinante que apenas iniciámos, mas da qual queremos revelar as primeiras nótulas, pois é tão-só disso que se trata.

2.

Comecemos por referir, ainda que de forma breve, a origem do nome Jacobeia, que tanta polémica gerou. Cabral Moncada, após analisar (e «dissecar») as diversas versões surgidas ao longo dos tempos, explica-a do modo seguinte: «(...) a palavra *Jacobéa* derivava duma alusão à *'escada de Jacob'* do conhecido sonho deste patriarca israelita a que se refere o *Genesis* (XXVIII, 12) (...) imagem por esse tempo muito em voga entre os místicos para significar a aspiração e o movimento da alma para Deus, encontrando-se em numerosos livros» [10].

No mesmo sentido (restringindo embora aquela influência ao século XVIII) vai Robert Ricard, o qual, para analisar o manual de piedade *Escada mystica de Jacob para subir ao ceo da perfeição (...)* afirma: «Assurément, le titre atteste à lui seul la popularité et la diffusion du symbole de l'échelle de Jacob dans le Portugal catholique du XVIIIe siècle» [11].

Outras tentativas (algo fantasistas) de explicação daquela origem aparentam ficar num sono profundo, pelo caixote do lixo da história.

O movimento terá tido como lugar de dispersão inicial o seminário Apostólico de Varatojo e os seus frades franciscanos muito contribuiram, pela pregação, para o divulgar [12]. Com efeito, desde o início de 1680, aquela comunidade enviava os seus missionários, aos pares, a difundir a sua mensagem por todo o reino, não sem que antes tivessem tido uma cuidada preparação quer pelo estudo, quer pelos exercícios espirituais.

Porém, é comummente tido como surgido entre os Gracianos (do Colégio universitário de Nossa Senhora da Graça de Coimbra), sob orientação do já referido Fr. Francisco da Anunciação. De acordo com um seu biógrafo, após 1707, chegou ao Colégio um grande grupo de alunos para o novo curso de Artes, o qual se haveria de constituir no alfobre para que o frade desenvolvesse o «partido dos jacobeus» [13].

3.

A Jacobeia defendia que a salvação só era alcançável através da prática de um ideal ascético e místico, ou seja, a vida devia ser religiosamente perfeita. A tónica era posta na importância fundamental da oração mental, a praticar em cada dia, e defendia-se a direcção espiritual (a cargo de um sacerdote) bem como a importância do sacramento da penitência. Aplicável tanto aos religiosos como ao laicado, era a vida cristã de Portugal que importava modificar, pela conversão das almas. Tinha, contudo, uma particular preocupação com a renovação (no sentido reformador) dos institutos religiosos pois estes poderiam engendrar homens e mulheres de virtude irrepreensível [14].

Quanto às denominadas »Máximas» da Jacobeia, em número de trinta, constituiam os preceitos que todos os seguidores do movimento deviam adoptar. É usual atribuir a sua autoria a Frei Francisco [15].

4.

Sobre a influência por ela exercida na vida secular ao longo de toda a sua existência, quais as reacções que suscitou e de que formas se revestiram, temos informação exígua, muito embora haja autores que afirmem a importância das suas repercussões na sociedade do tempo.

No entanto, sempre diremos que o investigador Pereira da Silva, ao publicar um total de 81 cartas trocadas entre Lisboa e a Santa Sé (entre 1745 e 1749), permite-nos aquela ilação, ainda que com precauções, porquanto o pomo das notícias que nos são dadas é a vida religiosa e não a vida civil. Com efeito, trata-se de correspondência, secreta uma e de carácter oficial outra, mas toda de grande riqueza informativa, trocada entre o comendador Manuel Pereira de Sampaio, que era ministro de D. João V na Cúria Romana, e o P.e jesuíta João Baptista Carbone que era, além de conselheiro do rei, encarregado, na corte de Lisboa, dos contactos escritos com Roma [16].

Sabemos, sim, que ao nível religioso iria ganhar expressão importante com Fr. Gaspar da Encarnação, por força do trabalho que desenvolveu como reformador do Colégio de Santa Cruz de Coimbra. Apesar de ter sido iniciado no decorrer de 1723 foram os alunos do ano de 1727 que, pela primeira vez, viveram a Reforma [17].

Estamos perante uma figura que tem suscitado «paixões» intensas, ao mesmo tempo (quiçá por isso mesmo) que tem permanecido envolta em densa penumbra. Missionário franciscano de Varatojo era amigo de D. João V o qual, aliás, e de acordo com uma informação de Eduardo Freire de Oliveira, assistiu pessoalmente à profissão de Frei Gaspar tendo, por tal motivo, ordenado ao

senado da Câmara de Lisboa o arranjo das estradas para Torres Vedras e Varatojo a fim de ser possível a passagem, em segurança, das carruagens, corria o ano de 1716 [18].

Conselheiro do monarca, seria seu ministro de Gabinete após 1747, por morte do Cardeal da Mota e como tal permaneceu até 1750. Coube-lhe também a tarefa de ser o educador dos filhos naturais do soberano, os *Meninos de Palhavã*. Acerca do modo como desempenhou as tarefas inerentes aos vários cargos as opiniões dos vários investigadores divergem, não obstante a tendência propender a considerá-lo detentor de poderes exagerados, ao mesmo tempo que se indica a sua desmedida protecção à Jacobeia.

Porém, afora ter sido «protector» de Alexandre de Gusmão (eram amigos de longa data e sairiam a par do Governo), qual foi o seu exacto papel na governação? Damião Peres, por exemplo, refere que o frade a terá aproveitado para favorecer a sua própria família, destacando uma demanda resolvida a favor do seu sobrinho, Marquês de Gouveia, ao ganhar, em 1750, a posse do ducado de Aveiro. Por seu lado, Joaquim Veríssimo Serrão refere-o como «despojado de ambição para se agarrar ao cargo», afirmando que era homem de experiência e avisado, apesar de não ter tido uma formação política, mas religiosa [19]. Poderíamos continuar a enumerar opiniões similares, todavia, a escassez das provas documentais de que dispomos tolhe-nos o passo.

É também comum a afirmação da influência jacobeia junto da corte joanina [20]. Vejamos algumas possibilidades de se poder comprovar tal asserção: o monarca não teve qualquer confessor jacobeu, uma vez que jesuítas e oratorianos jamais terão partilhado os seus ideais (pelo menos de modo explícito, pese embora tal estudo, tanto quanto sabemos, estar por realizar). Será lícito filiá-la na perseguição maciça feita aos freiráticos, corriam os anos de 1742 e 1744 [21], tendo em conta que esta foi matéria a preocupar os seguidores do movimento? Pereira da Silva escrevia mesmo a este propósito: «Estávamos no tempo em que, por mérito dos jacobeus, muitos clérigos, religiosos, religiosas e leigos, eram punidos pelo delito do freiratismo» [22]. Tão-pouco o «apoio tácito» do soberano, insinuado e lamentado em algumas cartas (a cuja publicação nos referimos *supra)* a propósito do «Sigilismo» se nos afigura poder legitimá-la [23].

Contudo, já no decurso da elaboração da presente síntese, tivemos acesso a textos saídos da pena de D. Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte que se nos revelam de bastante interesse. Em um deles, o Autor refere que o rei quando se lhe dirigia por escrito assinava: «Teu amigo João» [24]. Num outro texto, o mesmo cronista alude à grande estima de D. João V (corroborada por toda a família real) pelo Reformador e indica, com o intuito de a justificar, ter sido abundantíssima a correspondência que recebeu do monarca, a qual terá «levado descaminho» de modo inexplicável depois da morte de Frei Gaspar. Sugere D. Inácio que esses

maços de cartas poderiam ter ido para Varatojo, ou para a posse do Arcebispo de Braga. E acrescenta à guisa de esclarecimento: «A particular estimação, e grande confidência que o Senhor Rey D. João 5.º fazia do Reverendo P.e Fr. Gaspar seria incrível aos tempos futuros aos que não forão testemunhas oculares, do singular affecto e íntima comunicação que havia entre aquelle grande Monarcha e o Reverendo P.e Reformador» [25].

No longínquo ano de 1950 o investigador Lopes de Almeida afirmava: «A época de D. João V é na história portuguesa uma destas idades com carácter distintivo (...) animada de um profundo idealismo político-religioso (...) época tão interessante como rica de tentames de renovação espiritual e de progresso material» [26]. Por isso mesmo, acrescentava ser imprescindível estudá-la «ao menos nos seus aspectos mais relevantes» [27].

Não queremos com o que fica dito significar que nada está feito, mas antes, que ainda há caminho a ser percorrido até se poder, não só avaliar a real actuação daquele governante (o qual jamais aceitou a dignidade de Patriarca de Lisboa que o soberano lhe queria dar, conforme nos diz D. Inácio da Boa Morte) cuja importância parece revelar-se incontestável, mas também apreender em toda a sua extensão o grau de influência exercido pela Jacobeia na corte do *Magnânimo*.

5.

O movimento foi-se expandindo. Na verdade, no ano de 1745, pelo menos seis ordens religiosas partilhavam os seus ideais [28], apesar de nos aparecer difuso o número dos que, em cada uma, a ele aderiram. E datam da década quarta da centúria de Setecentos várias alusões à sua difusão e implantação por força da controvérsia do «Sigilismo», a qual, porque merecedora de tratamento autónomo, abordaremos de forma sumária [29].

São múltiplas as questões que respeitam a este período assaz conturbado da vida da Jacobeia. Porém, quais elas sejam, prendem-se, na sua maioria, com dois poderes em confronto: Inquisição *versus* Bispos.

Resultando, de início, de profunda dissidência entre, por um lado o Santo Ofício (na pessoa do Cardeal da Cunha corroborado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Tomás de Almeida) e, por outro lado, os Superiores dos institutos religiosos seguidores do movimento, a par de alguns bispos, com destaque para os arcebispo-bispo do Algarve, o bispo-conde de Coimbra e o arcebispo de Évora, concitou nada menos do que quatro intervenções papais (embora a terceira não pareça ter-se relacionado directamente com o nosso país) [30], nos anos que decorreram entre 1745 e 1749.

Tratou-se, em suma, de definir se era ou não legítimo que os confessores denunciassem cúmplices de crimes vários que lhes tivessem sido referidos

(livremente ou sob exigência) pelos penitentes, com especial destaque para as mulheres, durante a confissão. Não o sendo, o sacerdote que assim procedesse deveria ser denunciado ao Santo Ofício — diziam os seus representantes, ao bispo da respectiva diocese — contrapunham alguns bispos que perfilhavam os ideais da Jacobeia. Enfim, a derradeira constituição papal (as pressões, de ambos os lados, sobre a Santa Sé eram constantes e intensas) haveria de conceder à Inquisição portuguesa a competência exclusiva na matéria em disputa.

Estar-se-ia, por ventura, perante uma maquinação para denegrir, ou até suprimir, a prazo, os jacobeus e o movimento de que eram seguidores, mormente por que aquela acusação lhes foi expressamente feita? Tudo, ou quase, indica que sim.

Da panóplia de questões que decorre do Anti-sigilismo distinguiremos o grande número de livros publicados sobre a matéria (ainda que quase todos pró--Inquisição) nos anos de 1745 e 1746, cujos locais de edição e impressores/ editores indicados nos respectivos frontispícios não são portugueses. Qualquer leitor desprevenido constata o facto, e desde logo se entende como algo de estranho, porquanto aquela controvérsia se restringiu ao território nacional, mau-grado as suas repercussões na corte papal.

Em 1868, Joaquim Martins de Carvalho escrevia sobre a existência de uma imprensa clandestina em S. Martinho do Bispo, situada na Quinta da Mitra, que seria pertença de D. Miguel da Anunciação. Este, em 1746, teria ali feito imprimir um folheto da sua autoria. Ora Martins de Carvalho deixava no ar a suspeita de que dela bem poderiam ter saído textos favoráveis aos jacobeus [31].

Tal explicação é plausível para os textos que difundem as ideias jacobeias; mas, no tocante aos seus opositores, as interrogações permanecem. Pela análise das marcas de água do papel empregue e dos caracteres tipográficos usados nas impressões cremos vir a ser possível apreender as verdadeiras razões para tal atitude [32].

6.

Dobrada a primeira metade de Setecentos começam a ser mais esparsas as alusões à Jacobeia. E nem é estranhável, pois, logo na década de cinquenta, morriam alguns dos seus principais representantes e o rei D. José iria ter no ministro Sebastião José um braço forte contra conventos, ainda que reformados. Nem sequer um homem da «estatura» de D. Miguel da Anunciação deveria atrever-se a enfrentá-lo, quando as relações entre o seu país e a Santa Sé já se encontravam cortadas desde o ano de 1760 (e assim se manteriam até 1770). Comprova-o a ordem da prisão do bispo-conde conimbricense, originada pela Pastoral que escreveu e mandou divulgar, datada de 8 de Novembro de 1768 e cujo teor foi

tornado quase como um ultraje ao poder instituído [33]. Na mesma altura foram feitas mais prisões de jacobeus. Importa notar aqui que, no estrangeiro, esta matéria parece ter suscitado dúvidas, a avaliar pela incredulidade manifestada e pelas interrogações enviadas pelo cónego regrante de Santo Agostinho, Gaspar Steigenberger, natural da Baviera, a D. Inácio da Boa Morte, em carta de Julho do ano subsequente [34].

Após a libertação, nove anos transcorridos, D. Miguel regressou a Coimbra e, até à data do seu passamento, ainda esteve à frente da diocese. A reabilitação da Jacobeia e dos jacobeus estava iniciada, em virtude da reparação feita ao bispo-conde. Resta saber se terá sido concluída.

7.

Os documentos que foram objecto da nossa selecção para serem publicados respeitam a três momentos distintos, mas marcantes, da vida da Jacobeia e têm a uni-los o desconhecermos os seus autores, não terem qualquer indicação do local de origem, nem sequer da data, mas serem passíveis de datação aproximada, dado serem, com grande probabilidade, coevos de acontecimentos neles identificados, estarem escritos sob a forma de poesia e encontrarem-se, à excepção do último, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

O documento n.º 1, cuja redacção se pode situar no Inverno de 1723-1724, saiu da pena de alguém (por certo um religioso cuja voz ecoa por intermédio do «Bazófias») que bem devia conhecer a situação do Colégio de Santa Cruz de Coimbra, antes do início da reforma pedida por D. João V.

Inocêncio XIII, pelo breve «Ex iniuncto nobis», de 24 de Abril de 1723, havia nomeado o varatojano Fr. Gaspar da Encarnação para ser, por dois anos, visitador e reformador da congregação daqueles Cónegos Regrantes. O seu trabalho foi-se desenvolvendo em S. Vicente de Fora e só chegaria a Coimbra «no mês de Março depois do dia de S. José do ano de 1727 (...)» [35]. Mas, o frade não redigiu novas constituições tendo antes insistido no cumprimento das antigas, e compôs minuciosas ordenações provinciais que visavam: o culto da verdadeira obediência, a par do exercício da oração mental e da necessidade de aplicação ao estudo [36].

A reforma parece ter sido retomada em 1758 pelo seu sobrinho D. Francisco da Anunciação (Geral desde 1738), depois de o papa a ter prorrogado, por um período de dez anos, em 1742 [37].

Da leitura deste texto (eivado do espírito jacobeu, conforme se pode verificar procedendo à análise comparativa com as «Máximas» *supra* referidas) relevam as áreas mais necessitadas de intervenção reformadora. São elas: as normas de

eleição e de regulamento, as regras de conduta e de vída dos religiosos, e as atitudes que implicassem com a economia da casa.

O fundador dos Crúzios fora D. Telo, arcediago de Braga, em 1131 e, quando Fr. Gaspar entrou a reformar a ordem, o cónego regrante de St.º Agostinho, D. Gaspar da Encarnação, que foi por duas vezes o seu Geral, ainda estava vivo [38].

Entretanto, Bento XIII, em breve de Agosto de 1725, ampliava os poderes do Reformador para a eleição do Geral e dos demais prelados da congregação e, logo em Outubro (fora da Páscoa que era a época própria para a realizar, donde o breve papal) seria feita a primeira do tempo pós início da Reforma [39]. De notar o *hábito* de ser o Rei a nomear os prelados que eram em seguida apresentados à Santa Sé para confirmação. Em 1740, porém, passava a ser direito escrito quando Bento XIV fez um decreto a regular a situação [40].

Até ao momento ainda não dispomos de elementos que nos permitam avaliar da situação financeira em que se encontrava Santa Cruz de Coimbra nos primórdios da intervenção de Fr. Gaspar. Todavia, não devia ser desafogada, pois os que lhe eram contrários desejavam ver a situação económica das casas da congregação alterada [41]. E o autor do «*Romance*» escrevia a propósito:

> «Ivitarão de huma vez
> tantos gastos de dinheyro
> (...)
> escuzaram empenhar-se
> de novo em outros quinhentos».

A frugalidade na alimentação e a simplicidade no trajar (esta por oposição à prática dos jesuítas), são igualmente salientadas pelo Autor.

O mote dos documentos n.ºs 2 a 6 é a controvérsia do Anti-sigilismo. De carácter jocoso, denotam que era matéria candente mesmo para os leigos, uma vez que parecem ser-lhes destinados. No caso do n.º 3 indica-o explicitamente.

O documento n.º 2 é posterior ao edital do Cardeal da Cunha e à pastoral do Patriarca de Lisboa, de 6 de Maio de 1745. Neles se denunciavam alguns confessores que utilizavam informações ouvidas em confissão, visando promover a correcção dos costumes da sociedade do tempo. A atitude de ambos mereceu uma carta elogiosa de Bento XIV, dirigida ao soberano português. É também ulterior ao breve papal «Suprema omnium Ecclesiarum, sollecitudo», de 7 de Julho seguinte, resultante da solicitação feita nesse sentido pela Inquisição à Santa Sé.

Da mesma época devem ser os documentos n.ºs 3 e 4, nos quais se sugere a ligação entre a perniciosa Jacobeia, julgada já morta, e a prática da quebra do sigilo da confissão.

O documento n.º 5 começa por um soneto publicado por Pereira da Silva que o refere como tendo circulado, quer manuscrito quer impresso, por todo o Portugal [42]. A compreensão da glosa que dele foi feita e que se lhe segue justifica a sua inserção neste conjunto. Veja-se a comparação estabelecida entre os Jacobeus e os Quietistas, os Alumbrados e os Molinosistas (com esclarecimento em notas marginais) e que leva a qualificar a Jacobeia de falsa e de herética — a heresia, qual espectro, a acompanhar de perto todo o período de vida do movimento.

No que respeita ao documento n.º 6 situa-se em 1749, ano da última das intervenções do papa sobre a quebra do sigilo confessional, com o breve «Apostolici ministerii». Aqui a Jacobeia é já considerada como morta. De notar que este, tal como o poema antecedente, terão sido afixados nas portas das igrejas para divulgação pública da condenação de tal prática.

Quanto ao documento n.º 7 é um singelo soneto cujo interesse radica no facto de mostrar como, apesar do longo afastamento a que foi sujeito, o bispo de Coimbra continuava a ser querido na sua cidade. Dada a impossibilidade que tivemos de o cotejar com o original, deixamos a indicação, sob reserva, de ter tido como autor o Marquês de Penalva [43].

D. Miguel foi libertado por ordem régia, corria o ano de 1777, aos 25 de Fevereiro, regressando à terra da sua diocese a 22 de Agosto seguinte. Durante os dez dias anteriores, tantos quantos durou a jornada de retorno, foi homenageado e saudado por muita gente, qual confirmação prática do poema que transcrevemos [44].

DOCUMENTO 1

[1723], s. l.

O Rio Mondego aconselha Frei Gaspar da Encarnação sobre a sua missão reformadora no mosteiro dos Cónegos Regrantes de St.º Agostinho (ou Eremitas Calçados), de Santa Cruz de Coimbra.

B.P.A.D.E., Mss. CIX/1-3, n.º 24, f. 257/258.

Romance

Pára, e levanta a Cabeça
de entre essas agoas, Mondego,
talvez que fiques de ouvir-me
huma notícia, suspenço.

Chegou o Reformador
aquelle que em outro tempo
reformou a muytos, só
com reformar-se a si mesmo.

Mandado do Papa vem
segunda vez com preceyto,
que muyto seja Legado
se foi Alumno em S. Pedro.

Para reformar aos Cruzeos
o manda, custoso empenho!
que achaques de recahidas
têm muy deficil remédio.

Que hum Franciscano os reforme
levam mal, nam conhescendo
a virtude, a santidade
de tam conspícuo sugeito.

Quando hum Cruzio, que ser santo
quiz reformado, sabemos
que o aviso de S. Francisco
buscou só para este effeyto.

Providência do Ceo foi
e nam de humano concelho,
que hum Gaspar reforme agora
de outro Gaspar os excessos.

Da Casa para outra Casa
de Santa Cruz, hé que vejo
Reformador julga lá
se tem ou nam seu mistério.

Tenho dito o que há de novo
agora Rio, o que quero
hé que murmures bem claro
se te não turbar o Inverno.

Já que te lembra muy bem
por anciam, e por velho
da fundaçam destes Cruzios
lá no tempo de Dom Tello.

Dize como entam andavam,
dá-nos agora hum dezenho
que o Reformador em tudo
seguirá o seu concelho.

Disse o Rio: estou corrente,
e seja logo o primeiro
tirar-me de Santa Cruz
o seu Christo em que não creyo.

Nam haja mais eleyçoens
de Geraes, que sam formento
de tantas deshordens, quantas
socedem cada triénio.

Dos frades eleyja El-Rey
hum de mais meresimento,
nomeando-o como aos Bispos
Geral, e seja perpétuo.

(f. 257v.)

Será dos outros Prelados
a Elleyção do Convento
trienal, mas confirmada
do seu Prelado Supremo.

Ivitarão de huma vez
tantos gastos de dinheyro,
parcialidades que servem
de alterar o bom governo.

No que toca à observancia
das Leys, o que recomendo
como Ley indispensável
é clauzura e recolhimento.

Matinas à meya noyte
haja em todos os Mosteyros
conformem-se co'a cabeça
as mays Cazas, pois são membros.

Tornai-lhe já que se apurem
em trazer tam bons cabelos
ou perucas naturaes,
em circilios [45] de dous dedos.

Ponde-lhe as Murças de pano
que cheguem ao cotevelo
e vam fora os capotinhos
esclavinas [46] de Romeiros.

A soprepeliz de linho
tragão de pano cazeiro
lavada e corrida sim,
mas nunca engomada ao ferro.

Tragam opas de estamenha
de Verão, e mais de Inverno,
que o seu mal não pede sarjas [47]
com dieta o curaremos.

Como filhos de Agostinho,
ainda que não os mais velhos,
tragão correyas e deyxem
à Companhia os ourellos.

Os Çapatinhos de Salto,
meyas de seda e camelo
vam fora, tornem-se às botas
se quereis que andem direitos.

A reção do Refeitoiro
seja de vaca, e carneiro,
as galinhas, mais os frangos
sirvam só para os emfermos.

Que assim viviram mais fartos
menos fofos e soberbos,
escuzaram empenhar-se
de novo em outros quinhentos.

Na Cela inviolavelmente
nunca por nenhum respeito
possa entrar mais que o prior,
o Médico, ou o Enfermeiro.

E dellas tiray também
tantos adornos supérfluos
permitindo se aproveitem
as cazas destes effeytos.

(f. 258)

Frades, só se aceitarão
depois de mortos duzentos
sem simonia, e para estes
haverá número certo.

Preguem só nos povoados
em que tiverem Mosteiro
a que possam hir dormir,
e seja sem estipêndio.

Porque como sam fidalgos,
ou huns homens recoletos [48]
está-lhe mal dormirem fora,
e levar emolumentos.

Múzicas, Arpas, Violas,
comédias e passatempos,
como brévias de Almera
são muy maos devirtimentos.

Bancas, jogos de parar
arrenegada de preço,
ainda cá nos seculares,
as prohibe a ley do Reyno.

E[1] nada[4] de[2] camareiros[3], [49]
por que há loge de comércios
aonde os Priores fazem
dos camareyros casheyros.

Agora, meu Frei Gaspar,
cuyday com grande disvelo,
não sejam vossas reformas
como os meus encanamentos.

Estando nam fiquei peyor
por culpa dos emginheiros
que, ignorantes, não souberão
aplicar-me bem os meyos.

Porém, da vossa virtude,
discripsão, prudência e zelo
prodígios espera o mundo,
e eu, milagres espero.

Tenho dito o que sabias
que dezejava dizer-vos,
sou velho, tonto, arcado,
não sey falar por conceytos.

Disse: e tornando a encostar-se
à sombra dos seos salgueiros,
espera agora lhe contem
desta Reforma os sucessos.

DOCUMENTO 2

[1745], s. l.

Soneto sobre as posições da Inquisição, do Patriarca de Lisboa e do Papa Bento XIV, na controvérsia da quebra do sigilo na confissão.

B.P.A.D.E., Mss. CV/1-2, f. 25v.

Contra o abuso da confiçam

Soneto

Revelar o sigilo aqui pretendem
os sábios Theologuos e Doutores
porém, do Santo Offício os defençores
como Colunas da Fé os reprehendem.

Proseguem nos taes erros a que attendem,
escrevem pastoraes os dous Pastores,
mas, da Sagrada Igreja os explendores
escrevendo, também a Fé defendem.

Condena o Papa o abuzo, que segui-lo
pretendiam Heroes de eterno vulto,
e louva, nos Cardeaes, o justo estilo.

E como defende a Fé o santo culto,
nam se há-de revelar o tal sigilo
por ser da Confissam segredo oculto.

DOCUMENTO 3

[1745], s. l.

Soneto em que se atribui à Jacobeia, moribunda, o pecado da quebra do sigilo na confissão e se aconselha aos cristãos que não procedam a denúncias.

B.P.A.D.E., Mss. CV/1-2, f. 24v.

Ao mesmo asumpto, e pelos mesmos conçoantes

Soneto

Penna hé que se veja aqui gerada
em as hipocrizias concebida
a maldade maior mais fementida
e por filhos da Igreja baptizada.

Que seja à custa alheia sustentada!
que ande à Jocobea assim vestida!
que sendo assim mortal tenha tal vida!
Deos pague a quem a deu por condenada.

Com tal erro se abrio tam grande porta
tanto estrago aqui nos tem cauzado
que se julgava por todos quazi morta.

Calando cada hum o seu peccado,
mas attende Christam ao que te importa,
senam, serás de Deos bem castigado.

DOCUMENTO 4

[1745], s. l.

Soneto em que se atribui à Jacobeia o pecado da quebra do sigilo na confissão.

B.P.A.D.E., Mss. CV/1-2, f. 25.

Ao mesmo asumpto, e pelos mesmos conçoantes

Soneto

Te-em na mente os Jocobeos gerada
e em seus corações hé concebida
huma propoziçam tam fementida
que quer Deos que nam fosse baptizada.

Se-à sua custa fosse sustentada,
nam seria talvez tam bem vestida
ah! e a quantos tem tirado a vida,
mas por isso se acha condenada.

Com espada na mam se pôs à porta
e, para as conciencias tem cauzado
tal horror, que cada huma se vê morta.

Sem poder confessar o seu peccado,
confessa-te já bem, que assim te importa
que o tal erro verás bem castigado.

DOCUMENTO 5

[1746], s. l.

Glosa, em 14 estrofes, de um soneto atribuindo à Jacobeia a culpa de quebra do sigilo da confissão. Nela os jacobeus são comparados aos Quietistas, aos aAlumbrados e aos Molinosistas. *

B.P.A.D.E., Mss. CV/1-2, f. 44-47v.

Sepultada nas portas das Igrejas

Epitáfio

De herética semente fui gerada,
dentro da Madre Igreja concebida,
na *pia* santidade fementida
por *Veríssima* fui mal batizada.

Fui da ignorância a peytos sustentada;
com a capa da Virtude andey vestida
quiz mal à penitência toda a vida,
emfim, morri por isso condenada.

Aqui estou, passageiro, nesta porta,
para, do mal que viva te-hei causado,
te livrar-agora, quando morta.

Medo que se revele o teu peccado
nam tenhas já; confessa-o, pois te importa
que, como eu, nam acabes condenado.

* Colocamos as anotações marginais em pé de página correspondendo o número de chamada ao do texto transcrito.

Gloza *(f. 44v.)*

1.ª

Fera sou, devorante e solocito
da Fé de Portugal chupar o alento,
por Virtude os estragos facilito,
e a Virtude aniquillo ao Sacramento.
Se hoje no Reyno[1] puro ressucito
os descanços de Nápoles[2] lamento
o fervor de Sevilha, onde illustrada[3]
de herética semente fui gerada.

2.ª

Nesse campo de abscondito tesouro[4]
semearam meus pais muita tirania[5].
Mas, o senhor do campo o trigo louro
nam deichou arrancar na Lusitânia,
tive no meu Oróscopo este agouro
pois nascendo fervor, acabo insânia;
nada me valeo ser, sendo fingida,
dentro da Madre Igreja concebida.

3.ª *(f. 45)*

Gerou-me a Hipocrizia, por virtude
desta desestimando os privilégios
e enfermando nos braços da saúde,
nasci aborto vil para os egregios:
prezada de sutil, caduquei rude;
quis viçios oprimir, fiz sacrilégios,
por isso agora fico defenida,
na *pia* sanctidade fementida.

---

[1] Erit mihi regnum fide purum.
[2] Ressucita a Seyta de huns Napolitanos chamada dos Quietes, ou Quietistas.
[3] Illustrados, ou Illuminados, foy outra em Sevilha, pellos annos de *1623.*
[4] Divus Gregorius Papa in Homilia 11, § 12, exponendo Evangelium Divi Mathei.
[5] Falsa Doctrina est Zizania juxta Evangelium.

4.ª

De Veríssima o nome pertendia,
mas chamava-me a gente, Jacobeia,
hũa pia affeyçam me deu a pia
que, para hum bruto melhor era a peia,
por falça, por infiel, por Eregia,
athé me chrisma já qualquer idea
e, agora, reconheço que affectada,
por Veríssima fui mal baptizada.

5.ª *(f. 45v.)*

Sustentando-me o Ceo sem dar-me azillo
fui crescendo, nos braços da Conciência
bradei, com ecco tal, que pôde ouvi-lo
athé lá hũa e outra alta Eminência:
de leyte me servio sempre o Sigillo,
porque nam me servio na Penitência,
e, vivendo entre os doutos esfaymada,
fui, da ignorância a peytos sustentada.

6.ª

Ampararam-me hipócritas gigantes,
que ao Mundo, e mais ao Ceo, declaram guerra;
poder tenho e, sem ter forssas bastantes
nam pode o Ceo comigo, e pode a terra:
sustentar-me nam deicha que os Atlantes
escândalos[6] prevem; a fé me enterra
sem mortalha me dar, posto que em vida
com a capa da Virtude andei vestida.

[6] Pastoraes de 6 de Mayo de *1745* e de 7 de Julho, a que principia — Suprema o<m>nium.

7.ª *(f. 46)*

Nua, como a verdade, andar nam pude,
por isso me vesti de furta cores
e, sem que hábitos tragam da virtude,
Meus Pais trajam por dentro de furores,
estes me animam só para que mude
a luz do Sacramento em viz horrores,
como hei-de agora tê-lla, se fingida,
quiz mal à Penitência toda a vida.

8.ª

Dobrava-me o joelho a gente toda
que procurava a minha dependência,
mais a Casa do Luto, que a da Boda
lograva a minha provida asistência;
em mim toda a virtude hera da moda,
hidrópica, de zelo e de apparência,
toda revelaçam que ao mundo agrada,
emfim, morri por isso condenada.

9.ª *(f. 46v.)*

Toda vingança fui toda ruína,
naquelle[7] Tribunal todo piedade,
fiz da jurisdiçam pura e divina
executora a mesma iniquidade.
Mas agora, que a Igreja determina
preservativos contra a falcidade,
para escarmento teu, inda que morta,
aqui estou, passageyro, nesta porta.

[7] No Confisionário.

10.ª

Vive[8] ó justo da fé, eu da fé morro
tresladada ao sepulcro em caracteres,
tu, que me davas prático socorro
nam me fomentes mais se viver queres,
nam para moderar-me até recorro
mas para te emendares, se me leres
vivo aviso te dou nesse treslado,
para do mal que viva te hei cauzado.

11.ª *(f. 47)*

Sem fé dei testemunho ao Molenismo
e escândalo fatal à Fé luzida,
augmentando hum abismo a outro abismo
nas quedas da ignorância prezumida;
foge (como o diabo do exorcismo)
de mim, que se da culpa em toda a vida
nam te livrei, a Fé asim me exorta
poder livrar-te agora quando morta.

12.ª

Nam me valeo na Igreja ser nascida
para que agora a Igreja me valesse,
perdi a imunidade apetecida
só para que ella a sua nam perdesse;
quem duvida da Igreja, quem duvida
que nam hé por algum leve interesse?
dizes tu que tens no que hás obrado
medo que se revele o teu peccado.

[8] Justus Christi fide vivit.

13.ª *(f. 47v.)*

Emmenda-te, pois deste em meus dictames
pena ao Ceo, susto à terra, alma ao peito,
suspende os infrutíferos exames
que sam do Sacramento inútil Rito:
e tu, que heras constante nos vexames
recatando teu mal do teu delicto,
o pejo natural que te reporta
nam tenhas já, confessa-o pois te importa.

14.ª

Confessa que pecaste que eu confesso
de meu erro a cruel tenacidade,
tu, terás o perdam, mas eu conheço
nem me perdoa Sua Santidade:
vio o recto Juiz o meu excesso,
condenou-me por hũa eternidade,
olha lá se te prezas de Letrado,
que, como eu, nam acabes condenado.

DOCUMENTO 6

[1749], s. l.

Soneto em que se atribui à Jacobeia (que não é referida explicitamente) o pecado da quebra do sigilo na confissão.

B.P.A.D.E., Mss. CV/1-2, f. 24.

Ao mesmo asumpto, e pelos mesmos conçoantes

Soneto

Grande penna tenho de me ver gerada
lamento a mágoa de ser concebida
por me chamarem todos fementida
e ser por impia na pia baptizada.

Fui de grandes homens sustentada
mas andei toda de rigor vestida,
com desprezo cheguei ao fim da vida
e estou por Benedicto condenada.

À vergonha me mandam pôr à porta
para se conhecer quem tem cauzado
tanto mal, mas por isso já por morta

Me sepultam aqui com meu peccado,
dizendo que o sigilo muito importa
a quem, como eu, nam quer ser condenado.

DOCUMENTO 7

[1777], s. l.

Soneto de encómio e de saudação ao Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, pelo seu regresso à cidade, volvidos nove anos de cativeiro em Pedrouços.

B.A., Mss. 50-I-50, 49ᵖ, Soneto 141.

Pastor Illustre, a quem o injusto Estado,
Perseguidor de todo o heroico alento,
Fez padecer o mais cruel tormento
Em viver das ovelhas separado.

Fostes por todo o mundo venerado
Mais que na exaltação, no abatimento;
Pois tivestes constância, e soffrimento
Para não ver o vínculo cortado.

Vinde enxugar as lágrimas da Esposa,
Que estava suspirando pelo dia
Em que devia tornar a ser ditosa.

Não vos assuste o que sem vós seria;
Porque logo há-de ser santa e fermosa,
Por virtude da vossa companhia.

NOTAS (Texto)

[1] Por espiritualidade entendem-se as várias vias, processos e exercícios, que permitem rezar/orar.

[2] Cf. ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1970, p. 382. Isto mesmo foi várias vezes reafirmado no decorrer do curso «Correntes de Espiritualidade da Época Moderna — séculos XIV a XVIII», que teve lugar entre 3 e 7 de Setembro de 1990, na Universidade Católica, em Lisboa.

[3] Destacamos, porque conhecemos melhor, o grupo que na Universidade de Coimbra desenvolve a sua investigação em torno do Instituto de História e Teoria das Ideias e o grupo que, na Universidade do Porto, trabalha no Instituto de Cultura Portuguesa, ambos dedicados às questões que usamos chamar da área da História Cultural e das Mentalidades.

Outrossim, no que respeita a bibliografia específica sobre história religiosa (porquanto a história da espiritualidade lhe está próxima), queremos referir o excelente trabalho que desde 1981 vem sendo publicado por CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO, «Bibliografia para a História da Igreja em Portugal», in *Humanística e Teologia*, Porto, dado tratar-se de uma recolha exaustiva e criteriosa (que inclui Arquivos estrangeiros), tornando-se imprescindível a sua consulta para qualquer investigador. E ainda: MARIA IDALINA COBRA PEREIRA RESINA RODRIGUES, *Frei Luís de Granada e a Literatura de Espiritualidade em Portugal (1554-1632)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (exemplar policopiado), Lisboa, 1976, 2 vols. (com edição recente: *Fray Luis de Granada y la Literatura de Espiritualidad en Portugal) (1554-1632)*, Universidad Pontificia de Salamanca, Fundacion Universitaria Española, Madrid, 1988, 2 vols.) e *Bibliografia Cronológica da Literatura de Espiritualidade em Portugal, 1501-1700*, direcção de José Adriano de Freitas Carvalho, Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1989. Sobre temas de espiritualidade sabemos estarem em preparação algumas dissertações de doutoramento.

[4] Seleccionamos as edições mais recentes dos seguintes autores: ANTÓNIO DE MORAIS SILVA, «Jacobeia» e «Jacobeu», in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, Lisboa, 1954, vol. VI, p. 46; AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, «Jacobeu» e «Jacobice», in *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975, p. 799; CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, «Jacobeu», in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 23.ª edição, Bertrand, Venda Nova, 1986, vol. II, p. 159; JOSÉ PEDRO MACHADO, «Jacobeia», «Jacobeu» e «Jacobice», in *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, vol. III, p. 335 e F. REBELO GONÇALVES, «Jacobeia», e «Jacobeu», in *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra Ed., Coimbra, 1966, p. 579.

[5] Mas, a «fonte única» parece chamar-se *Sentença da Real Mesa Censória contra a Pastoral manuscrita e datada de 8 de Novembro próximo passado, que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente pelos Párocos da sua diocese, proferida no passado dia 23 de Dezembro de 1768*, Off. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1768 (embora seja provável que o *Juizo decisivo que a Real Mesa Censória (...) estabeleceu de uniforme acordo (...) [sobre] o livro intitulado «Theses, maximas, exercicios e observâncias espirituaes da Jacobea»*, Lisboa, 1769, lhes não fosse também desconhecido) que resultou do processo movido, no mesmo ano, ao movimento e aos seus seguidores, com particular destaque para D. Miguel da Anunciação, qual decalque à distância de mais de 200 anos!

[6] «Jacobeus, Perseguição aos» in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, vol. III, p. 349. O texto é igual nas edições publicadas por Iniciativas Editoriais. Aqui exprimimos o voto de que em próxima edição, a não haver revisão do texto haja ao menos uma corrigenda das incorrecções ali contidas.

Ressalve-se, porém, que é possível encontrar bibliografia específica, ainda que escassa e pouco recente, que nos preste inestimável informação. Assim, poderão ver-se com grande utilidade: ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, «A jacobeia, movimento de renovação da Igreja em Portugal no século XVIII», in *Estudos Teológicos*, III, B, 1964; IDEM, «A jacobeia, movimento de renovação da Igreja em Portugal no século XVIII», in *Lumen*, Lisboa, vol. XXIX, n.º 6, Junho 1965, pp. 477/485; IDEM, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Braga, 1964, pp. 1/148 (apesar de todo o livro se lhe referir, nas páginas

indicadas é o tema dominante); IDEM, «Jacobeia», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Ed. Verbo, Lisboa, 1975, 17.º vol., pp. 267/269; IDEM, «Jacobeia, Sigilismo e Constituições de Bento XIV sobre a indagação dos cúmplices dos penitentes da Confissão», in *Itinerarium*, Braga, ano VI, n.º 28, Abril-Junho 1960, pp. 196/220 e ano VII, Julho-Setembro 1961, pp. 279/340; «Jacobeu», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa — Rio de Janeiro, s. d., vol. XIV, pp. 122/123; LUÍS CABRAL DE MONCADA, «Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII», in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, vol. XXVIII, 1952 (Tb. in *Estudos filosóficos e históricos (...)*, Actas Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, vol., II, 1959, pp. 278/378, sendo este o texto por nós consultado); IDEM, *«Jacobeus e Sigilistas»: uma página de história religiosa portuguesa no século XVIII*, Sep. de O Instituto, Coimbra, vol. 115, 1951 e IDEM, *Uma página de história religiosa portuguesa no século XVIII: «Jacobeus e Sigilistas»*, Sep. das *Actas do XIII Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências, 6.ª Secção, Ciências Filosóficas e Teológicas*, Lisboa, 1950, t. VII, pp. 247/250 (trata-se do mesmo texto publicado em Sep. de O Instituto).

[7] Para o necessário aprofundamento do que dissemos leia-se: MANUEL AUGUSTO RODRIGUES, «As preocupações apostólicas de D. Miguel da Anunciação à luz das suas cartas pastorais», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Março de 1985, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1986, vol. II, pp. 135/166. Assinalemos ainda que D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, «Notícias de S. Vicente de Fora», in *Manuscritos da Livraria*, n.º 468, f. 68v., 70 e 73 (no A.N.T.T.) afirma-o filho da Reforma realizada em Santa Cruz e informa que teria recebido o hábito em 26 de Abril de 1728.

Da bibliografia menos conhecida sobre D. Miguel da Anunciação destacamos: ADRIANO DO NASCIMENTO, *D. Miguel da Anunciação, bispo e mártir*, edição do Autor, Coimbra, 1961; «Anunciação, D. Miguel da», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, s. d., vol. II, pp. 904/5; ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, «Annunciação, D. Miguel da», in *Portugal, Dicionário Historico (...)*, João Romano Torres Ed., Lisboa, 1904, vol. I, pp. 585/587; J. DE OLIVEIRA BERARDO, «Os jacobeus portuguezes», in *O Liberal*, Vizeu, ano I, n.º 61, 02.12.1857, pp. 1/2; JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Apontamentos para a história contemporânea*, Coimbra, 1868, pp. 317/321; JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal (1750-1807)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1982, vol. VI, pp. 263 e 296; JOSÉ MARIA LATINO COELHO, *História Política e Militar*, Lisboa, 1874, t. I, pp. 97/112; MANUEL AUGUSTO RODRIGUES, *Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra*, Sep. da Revista de História das Ideias, Coimbra, 1982, vol. I, pp. 207/298 (integra Apêndice Documental); IDEM, *D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra*, Sep. do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1982, vol. V, pp. 1/53; SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, *História do reinado de el-rei D. José e da administração do marquez de Pombal (...)*, Typographia Universal, Lisboa, 1867, t. II, pp. 49/62; TOMÁS LINO DA ASSUNÇÃO, *As Monjas de Semide*, Coimbra, 1900, cap.º VIII; *O Conimbricense*, Coimbra, ano XIX, n.º 2008, 21.10.1866, pp. 1/3; *Ibidem*, ano XX, n.º 2061, 23.04.1867, p. 1; *Ibidem*, ano XX, n.º 2111, 19.10.1867, pp. 1/2; *Ibidem*, ano XXII, n.º 2268, 20.04.1869, pp. 1/2; *Ibidem*, ano XXIII, n.º 2367, 02.04.1870, pp. 1/2; *Ibidem*, ano XXIII, n.º 2374, 24.04.1870, pp. 1/3; *O Domingo*, Lisboa, ano 2, n.º 56, 21.06.1856; *O Instituto*, Coimbra, vol. XLVIII, n.º 10, Outubro 1901, pp. 801/804 e *O Popular*, Londres, vol. I, 1824, p. 143. Quanto a manuscritos referência para: A.N.T.T., *Miscelâneas Manuscritas*, L.º 1102, f. 370/438 (inclui, impressas, as suas Pastorais de 03.11.1745, 10.02.1748, 15.12.1752, 06.08.1761 e 19.02.1763, f. 404/433), L.º 1103, f. 189/280 e L.º 1140, f. 7/29 (trata de matéria ligada ao Bispo sem lhe respeitar directamente); A.N.T.T., *Manuscritos da Livraria*, n.º 318, «29 de Agosto» e n.º 468, f. 68v., 70 e 73; PINHEIRO E ROSA, «Manuscritos da Biblioteca Municipal de Faro», in *Anais do Município de Faro*, Faro, n.º 5, 1975, pp. 182/183 e 201/202, n.os 2 e 18 (correspondentes aos n.os 5 e 20 do Catálogo); o *Mss. 497* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e D. PEDRO DA ENCARNAÇÃO, *Memória do que sucedeu no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no ano de 1768*, t. VII da sua colecção de manuscritos — *Mss. 362* da Biblioteca Pública do Porto.

[8] Dada a informação de que dispomos até este momento parece-nos ser necessário alargar o período inicial de vida da Jacobeia (activa ou passiva, mas ainda assim viva) ao ano de 1685. Nessa data Fr. Francisco da Anunciação (1668-1720) considerado o inspirador, se quisermos «intelectual», do movimento com o livro *Vindícias da virtude e escarmento de virtuosos nos públicos castigos dos hipócritas*

dados pelo tribunal do santo Ofício, publicado em Lisboa, em 1702 (e reimpresso em 3 tomos nos anos de 1725/26), professava no Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, dando início a uma vida que o iria fazer sobressair da maioria dos seus contemporâneos. Acresce que a redacção do seu texto, com a intenção especial de rebater as ideias de Miguel de Molinos (as quais designamos, conforme já outros fizeram, por molinosistas para evitar confusão com as do asceta António de Molina), data do «último decénio de seiscentos», cf. ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII,* p. 75 e LUÍS CABRAL DE MONCADA, «Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII», p. 312, n.º 2.

Contudo, o P.e Bartolomeu do Quental (1626-1698) surge-nos como uma figura cuja importância merece ser ponderada, podendo levar-nos, talvez, a alterar a datação que ora propomos. Vejamos em breves palavras: em 1654, contando vinte e oito anos, foi nomeado pregador e capelão da Capela Real. A propósito escreveu Jean Girodon: «(...) Confesseur des dames de la reine, et aussi des simples servantes du palais, il les *convertit à la vie dévote.* Chaque soir les tribunes de la Chapelle royale se remplissent pour *l'oraison mentale qu'il dirige:* la Cour prend une allure de couvent. (...) D. Luísa de Gusmão prend part, elle aussi, à ces *méditations quotidiennes* (...)». Cf. *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la congrégation de l'Oratoire de Braga (29.IX.1685 — 22.XI.1698),* lecture, introduction et notes de Jean Girodon, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1973, p. XXXVII (itálicos nossos). Então, temos a oração mental, um dos princípios fundamentais da Jacobeia, a preocupar o fundador dos Oratorianos, sendo igualmente verdade que a sua pregação visava alguns objectivos propostos pelos Jacobeus. Por outro lado, nos inícios da década derradeira do século XVII registaram-se ligações espirituais entre o «venerável e virtuoso» P.e Bartolomeu e o citado Fr. Francisco da Anunciação, quando este era ainda estudante em Lisboa, e das quais se fazem eco todos os biógrafos do frade. Poderá esta «relação» estar na origem das aludidas *Vindicias?* Se assim for estaremos na presença de um dos mentores da Jacobeia? O estudo da figura do fundador da congregação oratoriana — quer através da sua epistolografia quer através da sua prédica — poderá reservar-nos, por ventura, grandes surpresas pelo que se nos afigura indispensável e urgente a concretização de tal desiderato.

Quanto ao ocaso da Jacobeia fazê-mo-lo coincidir, em princípio, com a morte de D. Miguel da Anunciação, porque nos é difícil admitir que tenha perdido as suas convicções em nove anos de cativeiro. E ver também *infra* nota 37.

[9] Cf. VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, séculos XIII-XVIII,* Difel, Lisboa, 1990, pp. 9/10.

[10] LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Ibidem,* p. 288 e na nota 1 indica que o exemplo mais antigo (século XVI) de tal alusão é do texto de S. João da Cruz, *Noche escura,* citado por vários autores Jacobeus.

[11] P.e PAULO CARDOSO, *Escada mystica de Jacob para subir ao ceo da perfeição (...),* Lisboa occ., Off. de Antonio Pedroso Galram, 1721 e conheceu várias reedições. Cf. ROBERT RICARD, *Ibidem,* p. 381. É deste autor uma análise ao trabalho de Luís Cabral de Moncada que vimos citando (na versão publicada no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra,* Coimbra, vol. XXVIII, 1952) a qual, infelizmente, não conseguimos ainda localizar em bibliotecas nacionais, cuja publicação ocorreu na *Revue d'Ascétique et de Mystique,* Toulouse, t. XXIX, 1953, pp. 58/64.

[12] Pereira da Silva refere-se-lhes como tendo «um programa de vida essencialmente comum a todos os movimentos reformistas da época a que podemos chamar *jacobeias», Ibidem,* p. 89 (itálico nosso).

Quanto a nós preferível se torna falar em diversos núcleos, ou em várias fases do mesmo movimento, provado que está que o seu nome não deriva de um local em particular, mas antes de um conjunto de ideais que lhes era comum e que se constituiu em elo de ligação entre muitos religiosos e, quiçá, muitos leigos.

Os estatutos do seminário de Varatojo haviam sido confirmados por Inocêncio XI, em breve de 23 de Novembro de 1679 e, logo em Março seguinte, Fr. António das Chagas tomava posse do convento. Cf. ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem,* pp. 89/106 onde, além de informação detalhada sobre a matéria, aduz ampla bibliografia. Acrescente-se ainda que Fr. Gaspar da Encarnação foi eleito guardião do mesmo convento cuja posse tomou em Agosto de 1723, cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, *Ibidem,* f. 66v.

[13] ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, pp. 74/75. Este episódio a par da edição do livro a que nos referimos *supra* nota 8, levaram alguns autores a colocar o iseu nício no dealbar do século XVIII.

[14] IDEM, *Ibidem*, pp. 33/182 e LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Ibidem*, pp. 284/302 dão-nos magníficas sínteses, complementares em alguns casos, do que era a Jacobeia e quais os objectivos que visava, pelo que para ambos remetemos os leitores.

[15] ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, pp. 81/84 publica-as na íntegra.

[16] A sua edição, já antes sugerida por Moncada, via enfim a luz do dia. Cf. IDEM, «Jacobeia, Sigilismo e Constituições de Bento XIV sobre a indagação dos cúmplices dos penitentes da Confissão», in *Itinerarium*, Braga, ano VI, n.º 28, Abril-Junho 1960, pp. 196/220 e, em especial no ponto que nos ocupa, ano VII, Julho-Setembro 1961, pp. 279/340, *passim*. Apenas destacamos um exemplo contido na carta XXXVII, de 25.02.1748: «(...) se não enfreamos esta Jacobea, D(eu)s sabe o que sucedera no Reino (...)» *Apud* IDEM, *Ibidem*, p. 311.

[17] O cronista de S. Vicente de Fora dá, em lista à margem, os nomes dos 30 primeiros elementos que partilharam a Reforma de Santa Cruz, a qual é mais completa do que a «Declaração» citada *infra*, nota 37, cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, «Notícias de S. Vicente de Fora», f. 68v.

ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, p. 420, n.º 380, afirma, sem contudo referir qualquer fonte que o confirme, que os Jacobeus também eram designados «Gasparinos» (ou seita Gasparina) do nome de Frei Gaspar. Sobre Fr. Gaspar da Encarnação (Gaspar de Moscoso e Silva, 1685-1752) veja-se: DAMIÃO PERES, *História de Portugal*, Barcelos, 1934, vol. VI, p. 191; ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, «Encarnação, Fr. Gaspar da», in *Portugal, Dicionario Historico (...)*, 1907, vol. III, pp. 138/139; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Liv. Civilização-Editora, Porto-Lisboa, 1968, nova edição, vol. II, L.º III, p. 141; JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Ibidem*, 1980, vol. V, pp. 266/267, 273 e 422; LUÍS FERRAND DE ALMEIDA, «Encarnação, Fr. Gaspar da», in *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, vol. II, p. 32; MANUEL AUGUSTO RODRIGUES, *Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra*, p. 214, n.º 6; Fr. MANUEL DE MARIA SANTÍSSIMA, *História (da fundação) do real convento e seminário do Varatojo*, Off. Antonio Alvarez Ribeiro, Porto, 1800, t. II, cap.os XV, XVI e XVII e SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO, *Ibidem*, t. I, cap.º II, pp. 165/174. No que concerne a manuscritos, saliente-se: A.N.T.T., *Manuscritos da Livraria*, n.º 318, «25 de Novembro»; n.º 409 e n.º 468, f. 63v./80v.

[18] Cf. EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Typ. Universal, Lisboa, 1901, t. XI, pp. 127/8, «Consulta da camara a el-rei em 11 de maio de 1716» e notas.

[19] DAMIÃO PERES, *Ibidem*, p. 191 e JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Ibidem*, p. 266.

[20] Recentemente, motivo único da nossa escolha, ANA CRISTINA BARTOLOMEU D'ARAÚJO, «Morte, memória e piedade Barroca», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 11, 1989, p. 161, ao falar de D. João V afirma: «(...) a influência exercida pelo movimento religioso da jacobeia no Paço parece revelar-se um dado de grande relevância para a compreensão da piedade régia (...)», a que se segue, n.º 58, indicação de bibliografia a qual, infelizmente, não projecta luz sobre o assunto. Poder-se-iam multiplicar as referências a situações semelhantes sem que esclarecimentos de monta fossem obtidos.

[21] Perseguição referida por LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Ibidem*, p. 329, que, aliás, acentua bastante no seu trabalho a postura intransigente dos jacobeus relativamente aos freiráticos.

[22] Cf. ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, p. 178, n.º 382.

[23] IDEM, «Jacobeia, Sigilismo e Constituições de Bento XIV sobre a indagação dos cúmplices dos penitentes da Confissão», in *Itinerarium*, ano VII, Julho-Setembro 1961, p. 318 e p. 320.

[24] Cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, «Diário historico (...) dos Conegos regulares de St.ª Cruz de Coimbra», in *Manuscritos da Livraria*, n.º 318, «25 de Novembro 1786». IDEM, *Manuscritos da Livraria*, n.º 468, f. 76, refere também a forma «Da ti amigo João».

[25] IDEM, *Ibidem*, n.º 468, f. 76 e 76v.

[26] Cf. MANUEL LOPES DE ALMEIDA, «Portugal na época de D. João V. Esbôço de Interpretação Político-Cultural da Primeira Metade do Século XVIII», in *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — Washington, 15-20 de Outubro de 1950*, The Vanderbilt University Press, Nashville, 1953, p. 258, porém, o texto ocupa as pp. 253/259.

[27] Nesta síntese notável o Autor chama à colação todas as áreas que, quanto a ele, hão-de merecer a atenção do investigador que se dedique ao estudo daquele período. Porque no presente excurso enveredamos por uma dessas áreas, queremos dá-lo a conhecer ao leitor através do texto de MANUEL LOPES DE ALMEIDA, *Ibidem*, p. 257: «(...) a literatura vulgarmente chamada de cordel (...) vale historica-mente como eco vivo da opinião pública corrente (...) é hoje a expressão das grandes comoções, públicas, dos numerosos acidentes da vida quotidiana dum país e dum povo». Em boa verdade, todos os poemas que publicamos em anexo (os quais podem ser classificados como «papéis volantes») aparecem-nos com contornos bem definidos, qual figuração, «retratando» acontecimentos coevos. Veja-se *supra* os documentos n.os 1 a 7.

[28] Cf. extracto da minuta de uma carta, de 13.04.1745, dirigida pela Nunciatura de Lisboa à Santa Sé, sobre a reforma das Ordens e Congregações religiosas empreendida por Fr. Gaspar da Encarnação, na qual se referem, além dos Crúzios, os Beneditinos, os Cistercienses, os Carmelitas, os Paulistas e os Tomaristas. Nela se dá conta de uma reunião havida em S. Vicente de Fora (aqui a Reforma ter-se-á iniciado no final de 1742) no dia 20 de Março daquele ano *Apud* ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, ano VI, n.º 28, Abril-Junho 1960, pp. 202/203.

[29] Embora a designação adoptada tivesse sido «Sigilismo» só fazendo citação usaremos aquela palavra, preferindo falar em Anti-sigilismo (ou seja a quebra do segredo da confissão perpetrada pelo confessor), pois é deste que, em rigor, se trata. Mais acrescentamos que ele se nos apresenta com o carácter de controvérsia (e não de querela, de questão ou de contenda) outrossim, aos seus defensores perante a cúpula hierárquica preferimos chamar seguidores em vez de falarmos em seita.

De uma maneira geral toda a bibliografia que aborda a Jacobeia, e vimos a indicar, também trata este tema. Destacamos: ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, pp. 149/560 e ainda: IDEM, «Sigilismo», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Ed. Verbo, Lisboa, 1971, 11.º vol., pp. 66/67 e «Sigilismo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia, Lisboa — Rio de Janeiro, s. d., vol. XXVIII, pp. 706/707.

[30] ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, p. 320. De notar que o Autor analisa, em pormenor, as 3 bulas e o breve emanados do papa Bento XIV; são elas: «Suprema omnium» de 07.07.1745, «Ubi Primum» de 02.06.1746, «Ad Eradicandum» de 28.09.1746 e «Apostolici ministerii» de 09.12.1749.

[31] JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Ibidem*, «1746 — Imprensa clandestina em S. Martinho do Bispo», pp. 315/21, em especial pp. 318/21. Posteriormente, o investigador Pereira da Silva, em três passos do livro a que nos vimos referindo, manifestava a convicção de que a atitude de falsear a indicação dos lugares e dos impressores «eram disfarces» com que a Inquisição cerceava a possibilidade de os Jacobeus imprimirem os seus textos, por ausência das necessárias licenças, cf. IDEM, *Ibidem*, p. 161, n.º 343, p. 280, n.º 103 e p. 329, n.º 198.

[32] Não querendo, nem podendo, tomar a nuvem por Juno damos apenas um exemplo: o livro *Sigilistas confundidos em 14 sonetos nos quais se pondera o motivo do glorioso martírio (...)*, Francisco del Hierro, Madrid, 1746, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa (R. 3426 V.). Na marca de água do papel usado surge a palavra «LIBERTAS». Consultando ED. HEAWOOD, *Watermarks, I*, The Paper Publications Society, Hilversum, 1950, «Coat of Arms», n.º 781, PL. 121, aparece-nos o mesmo desenho datado de 1744-45 e com a indicação NP. O local e o impressor não estão indicados. Quererá isto significar a clandestinidade do seu uso?

[33] Esta Pastoral encontra-se na íntegra em: *O Conimbricense*, ano XXII, n.º 2268, 20.04.1869, pp. 1/2 e MANUEL AUGUSTO RODRIGUES, *Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra*, pp. 285/288, analisando-a a pp. 222 e sgs.

Assinalemos que, durante o mês de Dezembro, foram escritas cartas (de teor semelhante) por D. José a vários superiores de congregações, e à Universidade de Coimbra, no sentido de «extirpar» da vida nacional todos os jacobeus ou atitudes jacobeias, não hesitando mesmo em abranger os Oratorianos que, até então, ensinavam na Universidade Coimbrã, cf. *Miscelâneas Manuscritas*, n.º 1140, fls. 7/32. Acresce o facto de na rubrica «Queimados» constante da lista de *Livros proibidos pela Real Mesa Censória* (1768-1772) estarem indicados: «Jacobeos: todos os livros e papeis dos jacobeos em defesa de sua infame pratica — 24.de.Julho de 1769», cf. *Manuscritos da Livraria*, n.º 751. Aliás, no seguimento (com

um intervalo de três semanas) da publicação do *Juizo decisivo que a Real Mesa Censória (...) estabeleceu de uniforme acordo (...) [sobre] o livro intitulado «Theses, maximas, exercicios e observâncias espirituaes da Jacobea»*, o manuscrito destas *Theses* encontrado na posse de D. Miguel «logo no dia seguinte (ao da sentença, 3 de Abril), uma terça-feira, foi queimado na Praça do Comercio com a assistência do Corregedor do Crime do Bairro Alto o bacharel Francisco I. G. Guimarães», cf. ANTÓNIO FERRÃO, *A Censura literária durante o governo pombalino. Subsídios para a história do pensamento em Portugal*, Sep. do Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1926, vol. XVII, pp. 56/61.

[34] A publicação desta e de outras cartas do mesmo autor (uma delas datada de 20.07.1780 contém elogio à santidade de D. Miguel) fica a dever-se à investigadora VIRGINIA RAU, «Alguns eruditos e bibliógrafos do século XVIII», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. XIII, n.º 2, 1947, VI e XI, pp. 32/33 e 40/41.

[35] Cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, *Ibidem*, f. 66/68v., que acrescenta: «com singular prudencia e feliz sucesso começou o Reverendíssimo Reformador o seu governo».

[36] ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, pp. 109/110.

Num dos manuscritos consultados na B.P.A.D.E., *Mss.* CIX/1-3, encontram-se cópias de algumas cartas sobre a extinção da Reforma de Frei Gaspar, sendo a última delas do rei D. José, datada de 9 de Dezembro de 1768, dirigida ao vigário de St.ª Cruz de Coimbra, ordenando que seja esquecida a Reforma, a qual insinua nunca ter sido levada à prática.

[37] Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 141. Porém, na «Declaração do dia, mês e anno em que tomarão habito todos os Religiosos da reforma de Santa Cruz de Coimbra», in *Manuscritos da Livraria*, n.º 223, f. 251/261 estão indicados, sem falhas, os anos de 1727 a 1762, inclusive, o que nos leva a supor que a Reforma não sofreu interrupções. *Ibidem*, n.º 448 sendo também respeitante às Constituições dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra não inclui a «Declaração (...)» *supra*. Em face do exposto perguntamo-nos como terão evoluído no movimento os alunos que entraram no ano de 1762? A mesma pergunta pode ser feita no que respeita a D. Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte, cronista de S. Vicente, o qual tendo professado em St.ª Cruz de Coimbra em 03.03.1738 morria em Mafra no início de 1790. Filho da Reforma deixa antever, em alguns passos do «Diário historico (...)» escrito para o ano de 1786, a sua aprovação à Jacobeia, cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, «Diário historico (...) dos Cónegos Regulares de St.ª Cruz de Coimbra», in *Manuscritos da Livraria*, n.º 318, t. II, «25 de Novembro» e «Adição ao t. I, 3 Fevereiro», *passim*.

[38] ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, pp. 97/8, n.º 143, refere-o como adversário da Reforma.

[39] IDEM, *Ibidem*, pp. 100/101, n.º 155.

[40] IDEM, *Ibidem*, p. 145, n.º 294.

[41] D. JOAQUIM DE SANTA ANA BERNARDES, *Correcção critica sobre a reforma (...)*, f. 18v., f. 19 e f. 59 *Apud* ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA, *Ibidem*, p. 109, n.º 182.

[42] IDEM, *Ibidem*, pp. 285/6. No mesmo lugar o Autor transcreve mais três sonetos sobre o tema. Os dois primeiros versos da 4.ª glosa são igualmente transcritos, p. 54, mas a partir de exemplares da B.G.U.C., ms. 142, f. 236 e da B.N.L., Trunc. 5742-IP (embora se trate de um manuscrito). No Códice que inclui o texto ora transcrito, encontra-se, f. 39/43v., outra cópia mas incompleta.

[43] Cf. D. INÁCIO DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, *Ibidem*, n.º 318, «29 Agosto», que igualmente o transcreve. Veja também *supra*, nota 34.

[44] Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *Ibidem*, vol. II, Lº III, pp. 608/619, que dá descrição detalhada; neste texto fala igualmente sobre a Jacobeia e o «Sigilismo». A rainha D. Maria I quis também associar-se ao regozijo geral pelo que lhe escreveu, em 7 de Julho daquele ano, uma carta elogiosa, transcrita IDEM, *Ibidem*, p. 616.

[45] Tonsura, larga e redonda.

[46] Peça de vestuário usada sobre a túnica. Veja-se a propósito do traje: JOSÉ MARQUES, «Figurino Crúzio visto da segunda metade do século XVIII», in *Sep. das Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, vol. I, 1991, pp. 531/548.

[47] Incisão feita na pele para extrair sangue ou pus.

[48] Frades da Ordem Reformada de S. Francisco.

[49] Os números sobrepostos cremos indicarem a sequência que foi alterada em virtude da rima.

Um Livro de Horas do Arquivo Distrital de Braga

Descrição Codicológica *

MARIA JOÃO LOPES CALHEIROS DE CARVALHO **

1. O Códice como Instrumento Cultural

Hoje, ao folhearmos um livro, raramente nos interrogamos sobre a evolução histórica que este instrumento de cultura percorreu ao longo dos tempos. O acto é tão normal e mecânico que não nos parece estranho que seja fabricado em papel e se apresente como um conjunto de cadernos unidos entre si e posteriormente ligados a uma encadernação. O certo é que, este instrumento cultural deriva mais directamente daquilo que os romanos designavam por "codex". Este termo latino, originalmente significava tronco de árvore, mas passou a aplicar-se ao conjunto de tabuínhas cobertas de cera, usadas como suporte de escrita e mais tarde unidas umas às outras de modo a formarem uma espécie de livro, depois, por ampliação do sentido do termo aos conjuntos de folhas quadradas ou rectângulares de papiro, pergaminho ou papel, ligadas umas às outras através de um fio de cosedura e unidas sob uma encadernação.

Foi com a generalização do uso do pergaminho, nos primeiros séculos da nossa Era, que os códices se impuseram e o seu uso se generalizou devido, principalmente, à sua maleabilidade, facilidade de transporte e mais rápida

---

* Este estudo teve por base um trabalho académico apresentado no âmbito do curso de Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Técnica Superior de Arquivo do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais — Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

confecção. O papiro apresentava um conjunto de desvantagens: tinha problemas de conservação e de confecção (a folha só podia ser escrita de um lado e a escrita era um processo demorado e de difícil execução, acontecendo o mesmo à decoração das páginas). Aos poucos o pergaminho torna-se suporte de escrita, nele se executam os primeiros livros de contabilidade e da administração embora as obras literárias continuem a ser elaboradas na forma de **volumina** (rolos).

A Igreja apercebeu-se, desde cedo, das vantagens dos códices em pergaminho para a reprodução dos seus livros sagrados, por permitirem a escrita dos dois lados do fólio, serem fácilmente manuseados, transportados e de custo menos elevado.

No século I aparecem obras literárias de Homero e Virgílio copiadas em Códices de pergaminho. A partir daqui, o seu uso generaliza-se principalmente a partir do Édito de Constantino, que permite a difusão do livro Cristão e, com o início do monaquismo latino, para o qual o livro era parte fundamental da vida regular, a cópia de livros passou a constituir um dever prescrito nas regras de Cesário de Arles e de S. Bento, que pressupunham a presença de um número suficiente de livros nos mosteiros. (1) Decisiva, porém, foi a acção de Cassiodoro, que ao instalar no Mosteiro de Vivarium um ***scriptorium***, onde os monges viriam a copiar numerosas obras cristãs e profanas, fez com que os mosteiros se tornassem nos sucessores das grandes bibliotecas do Mundo Antigo.

A substituição do rolo de papiro pelo códice em pergaminho, marca uma mudança radical na estrutura do livro. Enquanto que nos rolos de papiro o nome do autor e o título se encontravam escritos no fim, para melhor protecção colocados em relevo através de uma escrita de modulo mais alto e por um conjunto de ornamentos; no códice, este uso vai ser introduzido progressivamente, no início do livro. Começam-se também a usar iniciais decoradas, passando as letras e os títulos a ter as mais variadas formas, acompanhadas de motivos decorativos.

Na Alta Idade Média, a produção de códices é reduzida já que os locais de elaboração são poucos e a própria época não é propícia à divulgação do livro, mesmo assim, destaca-se o mosteiro de Boblio, fundado por monges irlandeses, discípulos de S. Patrício, que deixariam marcas profundas no Continente Europeu, na forma das suas abreviaturas e na divulgação de manuscritos, até então desconhecidos, provenientes de bibliotecas abandonadas, constituídos por obras de autores clássicos, obras heréticas, textos em língua grega e hebraica. Neste mosteiro, fazem-se cópias em letra semi—uncial que apresenta também influência irlandesa. No século VIII, Boblio, cria uma semi-cursiva, iniciando-se a elaboração de um conjunto de cópias de obras raras pouco conhecidas na época.

---

(1) BISCHOFF, Bernard — *Paléographie de l'Antiquité Romaine et du Moyen Âge* Occidental, Paris, Picard, 1985, p. 203.

Aos poucos, vai surgindo o Renascimento Carolíngio que salvará a herança literária da Antiguidade Romana e da Patrística Latina. Foi sobre esta herança cultural que se desenvolveu toda e Ciência e Cultura da Idade Média até que, nos séculos XII e XIII, surgiu uma nova orientação.

Mas que inovação introduziu o Renascimento Carolíngio no Códice?

Carlos Magno ao impôr a sua vontade política, pretendia também melhorar as condições culturais do seu clero, seus funcionários por excelência. Este combate à ignorância tem como objectivo unificar a litúrgia, o direito eclesiástico e as normas de vida monástica, daí a sua tentativa na procura de textos autênticos, destinados a servirem de norma. Cria então a Biblioteca Palatina e atrai à sua corte os maiores sábios do seu tempo. Esta Biblioteca converteu-se no centro cultural e difusor de um conjunto de obras, que vão enriquecer as colecções dos mosteiros por toda a Gália, Itália, Inglaterra e Irlanda. Esta difusão de cópias origina a criação de um tipo de letra de mais simples execução, de tipo a minúsculo e forma arredondada banindo sistematicamente os nexos, facilitando a prática da leitura em flagrante contraste com a visigótica, a lombarda e a beneventina. A decoração é outro elemento de que os códices desta época vão disfrutar. As influências merovíngias, os elementos ornamentais da Antiguidade conjugam-se num tipo de decoração — miniatura — e iluminura muito própria deste período, sendo disso exemplo os Evangelhos e, principalmente, o Apocalipse. Surgem duas escolas: a da Corte, com um tipo de decoração mais luxuosa, com páginas de retratos, grande profusão de iniciais e com encadernações muito decoradas; e outra, mais ligada à simplicidade clássica.

Mesmo quando a Biblioteca Palatina se dispersou, na sequência da partilha do Império, esta tradição na elaboração do códice manteve—se já que, os mosteiros possuíam os seus ***scriptoria*** onde produziam os livros necessários à liturgia, possuindo, alguns deles, centenas de volumes.

Mas na segunda metade do século IX, a estabilidade do Império foi ameaçada pelos Normandos e Sarracenos. Depois de 900 iniciaram—se as incursões húngaras que se repetem todos os anos, sendo destruídos muitos mosteiros e pondo-se em fuga os seus monges, que não obstante, salvam algumas relíquias e parte das suas bibliotecas. Durante algum tempo a vida intelectual estagnou. (2)

Por volta do século X, dá-se uma mudança no ensino: Gerbert d'Aurillac toma conhecimento da ciência matemática árabe e realiza um programa escolar novo, baseado no "Trivium" e no "Quadrivium". Os vários ***Scriptoria*** adaptam-se ao aumento das cópias e à satisfação das necessidades de manuais sobre as diferentes "artes". Esta mudança origina problemas na elaboração do livro, no

(2) *Idem*, p. 232.

modo de transcrição, nas técnicas de repartição dos textos na medida em que, se procura uma melhor utilização do espaço da página. É que os textos destinados ao estudante são acompanhados nas margens, de pequenas notas escritas numa letra de dimensão mais reduzida. Tendência que, aos poucos, vai sendo introduzida nos livros litúrgicos.

A partir do século XII, o livro medieval sofre a transformação mais profunda da sua história. Nas cidades, agora em expansão, surgem as Universidades e com elas uma cultura laica que necessita cada vez mais de livros. Assim, a produção de livros deixa de ser uma actividade exclusiva de monges copistas, para se abrir aos copistas leigos e, ao mesmo tempo, o livro entrar no circuito comercial. A escrita, por outro lado, invade todos os campos da sociedade.

Os livros para responderem a este novo objectivo transformam-se: fazem uma divisão do texto de forma mais racional que proporcione facilidade de leitura; a foliação torna-se frequente, assim como, a numeração de colunas facilitando as citações; o tipo de letra modifica-se, a escrita cursiva toma forma e desenvolve-se, adaptando-se às novas condições socio-económicas e culturais.

No século XIII, aparecem os manuais das faculdades e as lições dos professores, amplamente copiados. As autoridades controlam a sua autenticidade e promovem o seu acesso a todos os estudantes. Para isso, devem ser "rápidamente reproduzidos e num determinado número de exemplares. A base deste trabalho é a "pécia". (3)

A utilização cada vez maior do livro origina progressos "na confecção do pergaminho que permita obter folhas menos espessas, mais maleáveis e menos amarelecidas do que as dos manuscritos anteriores". (4)

O formato do livro altera-se, torna-se mais pequeno e manuseável.

A escrita altera-se com o aparecimento da minúscula gótica que teve como origem, a mudança do instrumento de escrita (abandono da cana, pela pena de ave, geralmente de pato) permitindo, assim, uma maior rapidez na execução.

"A ornamentação dos livros diminui: as maiúsculas e as miniaturas passam a ser feitas em série. Se o manuscrito de Direito continua em geral luxuoso, visto que os juristas pertencem quase todos à classe rica, os livros dos filosofos e dos teólogos, quase sempre pobres, só excepcionalmente contêm miniaturas. Muitas vezes, o copista deixa em branco o espaço para as maiúsculas e miniaturas de forma que um comprador modesto possa comprar o manuscrito assim mesmo enquanto, um cliente mais rico, poderá mandar decorar os espaços reservados para o efeito". (5)

---

(3) LE GOFF, JACQUES, *Os Intelectuais da Idade Média*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1984, p. 89.

(4) *Idem*, p. 89.

(5) *Idem*, p. 90

O desenvolvimento das Universidades manifesta-se igualmente nas suas Bibliotecas, das quais se destaca a Sorbonne, que possui numerosos manuscritos de obras científicas, aumentados com os legados dos mestres e doações de príncipes. A Biblioteca dos Papas, em Avinhão, era outro centro cultural mas não tão rico como a Sorbonne.

O livro litúrgico sofre também a influência desta época e, entre as Novas Ordens, os Dominicanos realizam pelas suas compilações a mais importante obra colectiva e científica da Idade Média o "Speculum" redigido por Vicent de Beauvais e fazem as primeiras concordâncias verbais completas da Bíblia". (6)

Na Itália, desde o século XIII, os leigos interessam-se cada vez mais pelos livros dando a conhecer numerosas obras de autores esquecidos que encontram em bibliotecas eclesiásticas. Estas influências literárias reflectem-se nas obras de homens como Petrarca, que divulga uma imagem da Antiguidade Romana e leva a cabo uma procura de manuscritos antigos, chegando a reunir num só volume as Três Decadas de Tito Lívio.

Esta grande difusão do livro está intimamente ligada à Itália e ao surgir do Humanismo que promoveu a formação de bibliotecas de príncipes e de mecenas leigos ou eclesiásticos. Estes livros, fruto do Humanismo, seguem a tradição romana na sua decoração, concentrada na página do título, fazendo uso de iniciais, bustos, armas, emblemas e retratos dos mecenas. A sua grande produção necessita da colaboração de copistas e iluminadores cada vez em maior número, para responderem à grande procura. O livro no fim da época gótica e do tempo do Humanismo, encontra o seu prolongamento na forma mecanizada da imprensa, de que a Bíblia de 42 linhas de Gutenberg, aparece ao mundo inteiro como obra-prima inultrapassada. (7)

O códice torna-se definitivamente um produto industrial e objecto de comércio e o monge copista vai desaparecendo aos poucos.

2. Descrição Codicológica

2.1. Introdução

O Códice que serve de base a esta Descrição Codicológica é o manuscrito n.º 3, um Livro de Horas, pertencente ao Arquivo Distrital de Braga, incorporado por compra à Colecção de Manuscritos pelo Dr. Alberto Feio. Embora incompleto, encontra-se em boas condições de conservação, tendo sofrido um restauro que lhe substituiu a encadernação original, por outra posterior. A sua datação é dificultada

(6) BISCHOFF, *Paléographie de l'Antiquité Romaine et du Moyen Âge* Occidental, Paris, Picard, 1985, p. 248.

(7) *Idem*, p. 259.

pela falta dos fólios iniciais e finais, cujo número é difícil de precisar. Contudo, partindo do estudo do tipo de letra e da análise da decoração, podemos situar a sua execução no século XV.

Outro problema que nos levanta este manuscrito é o da sua proveniência. Qual foi o seu scriptorium de origem? A quem pertencia? Será que as vicissitudes sofridas no passado apagaram todos os vestígios da sua origem?

É o que esta descrição codicológica pretende determinar.

2.2. Suporte Material

O suporte material deste códice é o pergaminho, de espessura irregular, apresentando uma cor amarelada. No seu conjunto, o manuscrito revela um bom estado de conservação que se manifesta nas iluminuras de cores vivas e na legibilidade da escrita.

A encadernação não é original, como acima referimos e liga-se ao códice por três fólios de papel, no início e, outros tantos, também de papel, no fim. Esta encadernação é dura, composta por duas tábuas finas, recobertas de couro, de cor castanha escura. Quanto aos fólios de papel, não apresentam nenhuma marca de água, sendo por isso difícil determinar a data em que, ao manuscrito, foi acrescentada a nova encadernação.

2.3. Foliação

O texto não apresenta vestígios de foliação primitiva mas sim uma recente a lápis, em numeração árabe, colocada na margem de goteira, no canto superior direito do lado recto da folha. Esta foliação deve ter sido efectuada aquando da incorporação do manuscrito no Arquivo Distrital de Braga.

Aparecem assim numerados 92 fólios, aos quais se acrescentam três numerados com a, b e c que estão em branco e seis fólios em papel, três no início e três no fim, não numerados.

2.4. Cadernos

Este Livro de Horas é composto por 15 cadernos, que não apresentam qualquer assinatura nem reclamos. Como referi na introdução do presente trabalho, falta um número indeterminado de fólios no longo do códice, cortados à lamina. É de supor que os fólios em falta incluiriam, a "página de rosto" (preciosa para determinar o scriptorium de origem e o primeiro, proprietário deste códice), iluminuras ou páginas completamente decordas. Pois só assim se compreende o "cuidado" posto no corte dos fólios.

2.4.1. Estrutura dos cadernos

A estrutura dos cadernos é pouco irregular como podemos verificar através da ordem sequencial dos mesmos: 1 terno; 1 terno; 1 quaterno menos 1 fólio; 1 bifólio; 1 quaterno menos 1 fólio; 1 terno; 1 quaterno menos 1 fólio; 1 quaterno menos 3 fólios; 1 quaterno; 1 bínio; 1 quaterno; 1 quaterno; 1 quaterno; 1 quaterno; 1 quaterno; 1 quaterno menos 1 fólio; 1 quaterno menos 4 fólios.

No conjunto temos: 1 bifólio, 1 bínio, 3 ternos, 5 quaternos completos e 6 quaternos incompletos. Mas pode-se fazer uma ideia mais precisa da estrutura dos cadernos através do seguinte esquema:

Estrutura dos Cadernos



Cadernos	1	2	3	4	5	6
Fólios	1-6	7-12	13-19	20-21	22-28	29-34



Cadernos	7	8	9	10	11	12
Fólios	35-41	42-46	47-54	55-58	59-66	67-74



Cadernos	13	14	15	16
Fólios	75-82	83-90	91-97	98-C

É de notar que estes cadernos são constituídos por fólios em que,como é habitual, o lado pêlo faceia com o lado pêlo e o lado carne com o lado carne. Sendo assim, podemos pressupôr que este códice foi elaborado num ***scriptorium*** que conhecia as regras de manufactura dos códices.

2.4.2. Contéudo dos cadernos

O Livro de Horas em estudo, é composto por 16 cadernos que nem sempre correspondem a diferentes assuntos. Convém recordar que estes livros serviam para uso dos fiéis e que geralmente incluíam um calendário, os ofícios da missa e as vésperas, os ofícios dos diferentes santos, entre os quais os dos santos protectores do possuídor, o ofício de casamento e dos mortos.

Parte desta estrutura pode-se encontrar neste códice, outras foram impossíveis de determinar. No 1.º e 2.º cadernos, que compreendem os fólios 1 a 12, temos o calendário onde nos aparece o nome de cada mês em letras a ouro e sempre no inicio do lado recto do fólio. Depois segue-se o calendário propriamente dito, a três colunas. Na primeira, aparecem as Kalendas em numeração romana, na segunda, a letra domínical e na terceira, o nome da festividade ou santo do dia. É de notar que tanto o nome dos meses, a indicação de algumas festividades e santos mais importantes, estão escritos em lingua francesa e a tinta de ouro. Por exemplo, em Janeiro a Festa de S. Vicente, em Fevereiro a Festa da Purificação, em Março as Festas de S. Gregório e da Anunciação e assim sucessivamente ao longo dos meses (ver fig. 1).

No fólio 12 verso, mesmo no fim do calendário, aparece a assinatura de Lobo de Saldanha que, pelo tipo de letra e tinta poderemos situar no século XVII, sendo assim, posterior à elaboração do códice. Um dos proprietários do códice? Marca de uso?

Com o 3.º caderno inicia-se o texto, a linha longa, falta-lhe um fólio que, provavelmente, seria uma iluminura ou um fólio totalmente decorado à semelhança dos que aparecem ao longo do códice.

Até ao fólio 16 aparecem textos retirados dos Evangelhos:

— fólio 13 verso, de S. Lucas;
— fólio 14 verso, de S. Mateus;
— fólio 15 verso, de S. João

O fólio 16 verso apresenta uma decoração de motivos florais, à volta da caixa do texto, dando início a uma oração à Virgem, iniciada por uma capital decorada. No fólio 19 aparece a mesma decoração, à volta da caixa do texto, iniciando-se outra oração à Virgem, que se prolonga até ao fólio 20 verso, já no 4.º caderno. O fólio 21 está em branco.

No 5.º caderno continua um salmo iniciado no fólio em falta e a partir do fólio 25, sucedem-se leituras breves com os respectivos responsórios e o "Te Deum Laudamus".

Do fólio 29 a 35 verso (6.º caderno e início do 7.º), novo conjunto de orações. A partir do fólio 36 (7.º caderno) dá-se início às "Horas do Espirito Santo" ("Matutinas de Santo Spiritu"), que se prolongam até ao fólio 58 (10.º caderno).

Os salmos penitênciais iniciam-se no 11.º caderno (fólio 59), com uma iluminura representando o arrependimento de Rei David e prolongam-se até ao fólio 67 verso, já no 12.º caderno.

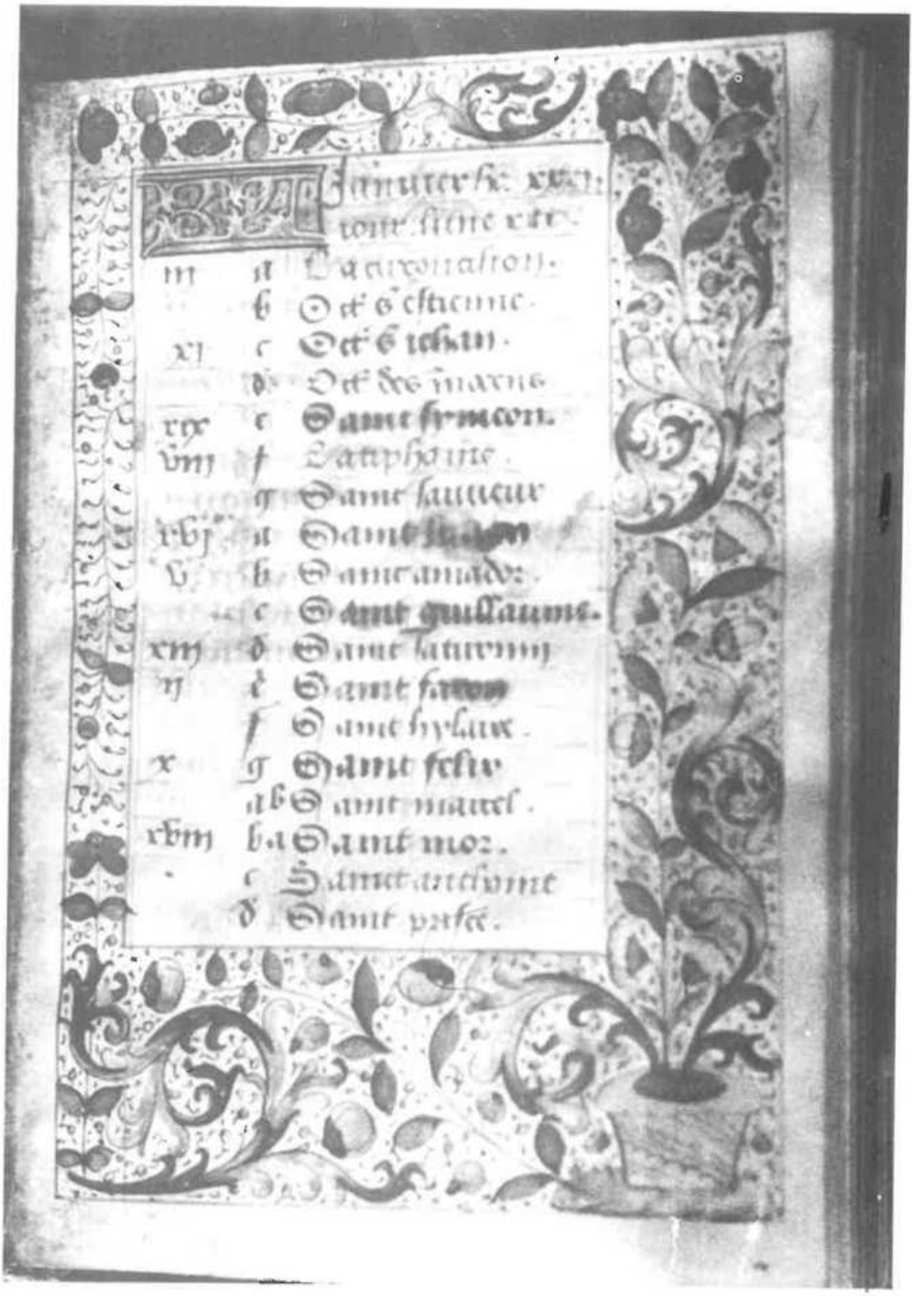


Fig. 1 — *Calendário*

A Ladainha dos Santos, embelezada por uma sucessão cromática de azul e vermelho, visível na decoração das capitais e no fim de cada parágrafo, não ocupado pela escrita, estende-se do fólio 68 ao 72 (ainda no 12.º caderno).

O Ofício dos Mortos é iniciado por uma iluminura (fólio 72) e prolonga-se até ao fólio 92, no 15.º caderno.

A partir do fólio 93 e até ao fólio 98, o texto volta a ser escrito em Francês e corresponde a várias orações pela salvação da Alma e para a qual se pede a intercessão da Virgem Maria.

No fólio 98 aparece novamente a assinatura de Lobo de Saldanha e, sobreposta a esta, outra de José Maria Gomes que, pelo tipo de letra, poderemos situar entre o fim do século XIX e início de século XX. (8)

Os fólios a, b e c encontram-se em branco, embora neles estejam desenhadas a esquadro, as linhas de regramento.

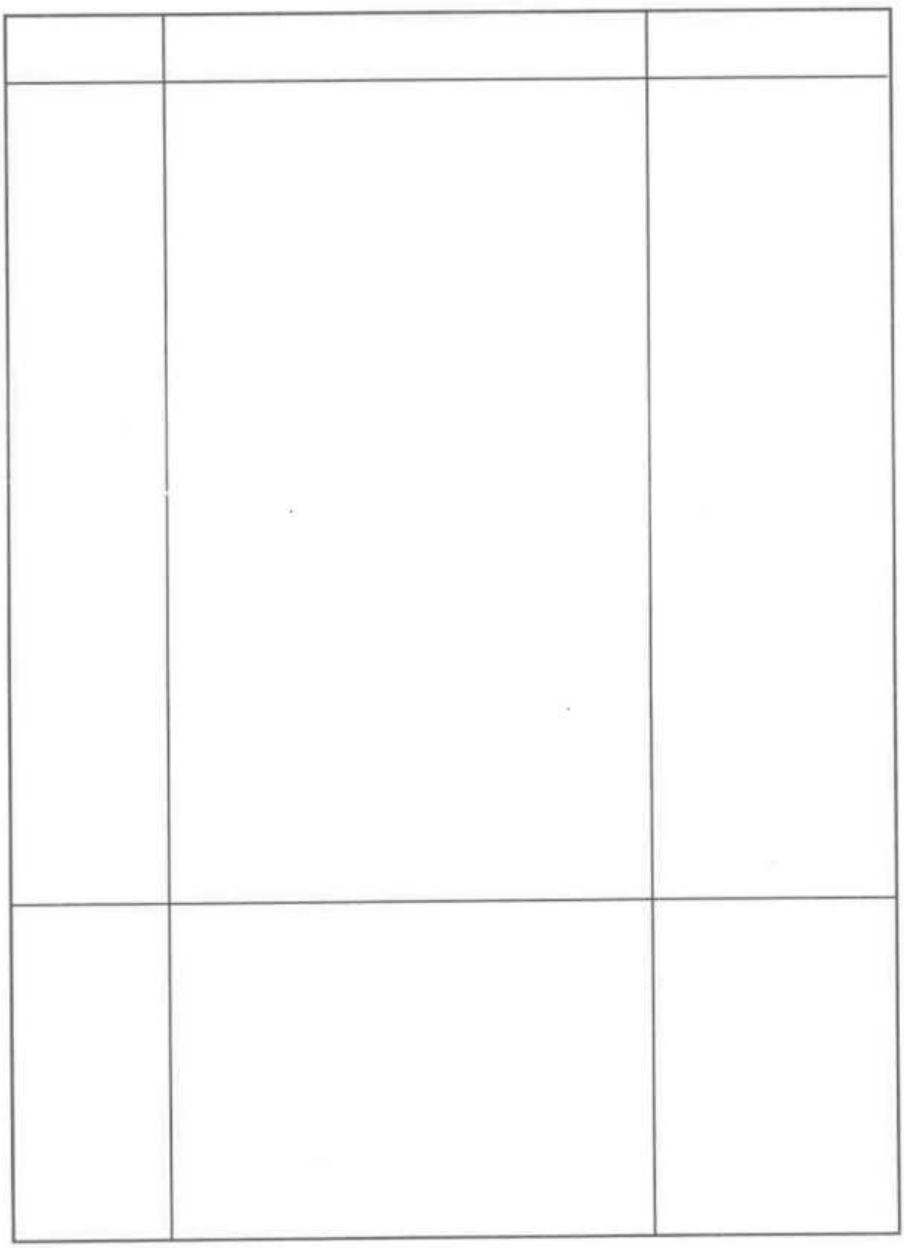
2.4.3. Regramento

Neste códice não é visível qualquer ponteado quer nas margens de dorso e goteira, quer no intercolunio (no caso dos primeiros dois cadernos), a partir do qual se efectua o regramento. Existem sim quatro linhas, duas horizontais e duas verticais, traçadas a esquadro, que delimitam a caixa de texto das suas margens, como podemos observar na figura. A picotagem, a existir, desapareceu quando os cadernos foram aparados e unidos para receberem a encadernação.

Dentro da área da caixa do texto aparece então o pautado, composto por 21 linhas e 20 espaços, tendo como unidade de regramento 5,5mm. Este pautado aparece bem visível em todos os fólios e é feito a tinta castanha clara.

(8) Esta assinatura também aparece na contracapa escrita a lápis.

Regramento



2.4.4. Plano de página

Em todos os fólios aparece uma armação de página bem visível no fólio 21, que se encontra em branco. Os dois primeiros cadernos apresentam-se com uma armação de página diferente já que o texto compõe-se de três colunas, enquanto que os restantes cadernos apresentam um texto escrito em linha seguida.

As medidas tomadas em todos os cadernos não revelam diferenças, nem no número de linhas, nem na área da caixa do texto, nem na própria área da página, salvo nos dois primeiros cadernos, em que a página é dividida em três colunas ou quando aparecem as iluminuras, conforme se exemplifica no quadro seguinte.

Cad. 01, fl:	3 cols.	21L/20.12.6.45.32	(115mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 02, f7:	3 cols.	21L/20.12.6.45.32	(115mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 03, f13:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 04, f20:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 05, f22:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 06, f29:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 07, f35:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 08, f42:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 09, f47:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 10, f55:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 11, f60:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 12, f67:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 13, f75:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 14, f83:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 15, f91:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm
Cad. 16, f98:	1 col.	21L/20.65.32	(117mm)x9.110.45 (164mm)	UR = 5,5mm

2.4.5. Dobragem e Dimensões do suporte

A formula de dobragem, tomando como base a regularidade da estrutura dos cadernos (em 16 cadernos 11 são quaternos) e como raramente o quaterno é obtido de uma só vez ou de uma única pele, é provável que este resulte da união de dois bínios, porque o suporte não apresenta manchas nem marcas naturais que possam estabelecer com precisão, a formula de dobragem. Como a página possui 16,4cm x 11,7cm, é de supor que a pele possuíria aproximadamente as seguintes dimensões: 32,3cm x 33,4cm.

Em conclusão, podemos dizer que esta cópia foi elaborada com bastante cuidado, como o comprovam a relativa regularidade da estrutura dos cadernos, o regramento, o plano de página, o respeito pela regra de Gregory e a dobragem e dimensões do suporte. Mas o cuidado na execução nota-se ainda mais nos seguintes aspectos da exposição.

2.5. Escrita

O manuscrito encontra-se escrito em letra gótica de transição: as hastes são de altura reduzida, embora a sucessão de traços grossos e finos ainda se mantenha, notando-se, já com nitidez o arredondamento das letras e o número reduzido de abreviaturas, o que indica a influência da letra humanística (ver fig. 2).

No texto encontram-se grande número de capitais coloridas de tamanhos variados, quase sempre desenhadas sobre fundo dourado (as maiores), vermelho ou azul que, por sua vez, apresentam desenhos de folhas e flores.

É de supor que o texto tenha sido copiado por uma única pessoa visto não serem visíveis mudanças de mãos. A escrita é uniforme ao longo de todo o texto: não apresenta mudanças de "ductus" nem de forma. Era costume, a execução das capitais coloridas e da restante decoração, ficar a cargo de outro copista. Mas, neste caso, é difícil de provar porque nem o texto, nem as iluminuras e nem a restante decoração, apresentam sinais de identificação.

A tinta usada para o texto é castanha, sendo as rubricas ou indicações de carácter litúrgico, a vermelho. No fim de cada parágrafo, quando a linha não coincide com a margem direita, o espaço sobrante é preenchido por um rectângulo alongado, sensivelmente da mesma altura das letras, com o interior a azul ou castanho avermelhado, sendo sobrepostos, a dourado, motivos geométricos.

2.6. Decoração

A decoração representa, neste Livro de Horas, uma parte importante, visível quer no cuidado da execução,quer na quantidade de fólios decorados: num manuscrito de 98 fólios, cinco são iluminuras, dois apresentam páginas cujas margens são totalmente decoradas, sendo os restantes fólios decorados por tarjas fitomórficas quer do lado recto, quer do lado verso, ao longo das suas margens de goteira. E mais seriam, se o códice estivesse completo.

As iluminuras constituindo, parte significativa e sendo exemplos de verdadeiras obras de arte, merecem ser descritas pormenorizadamente:

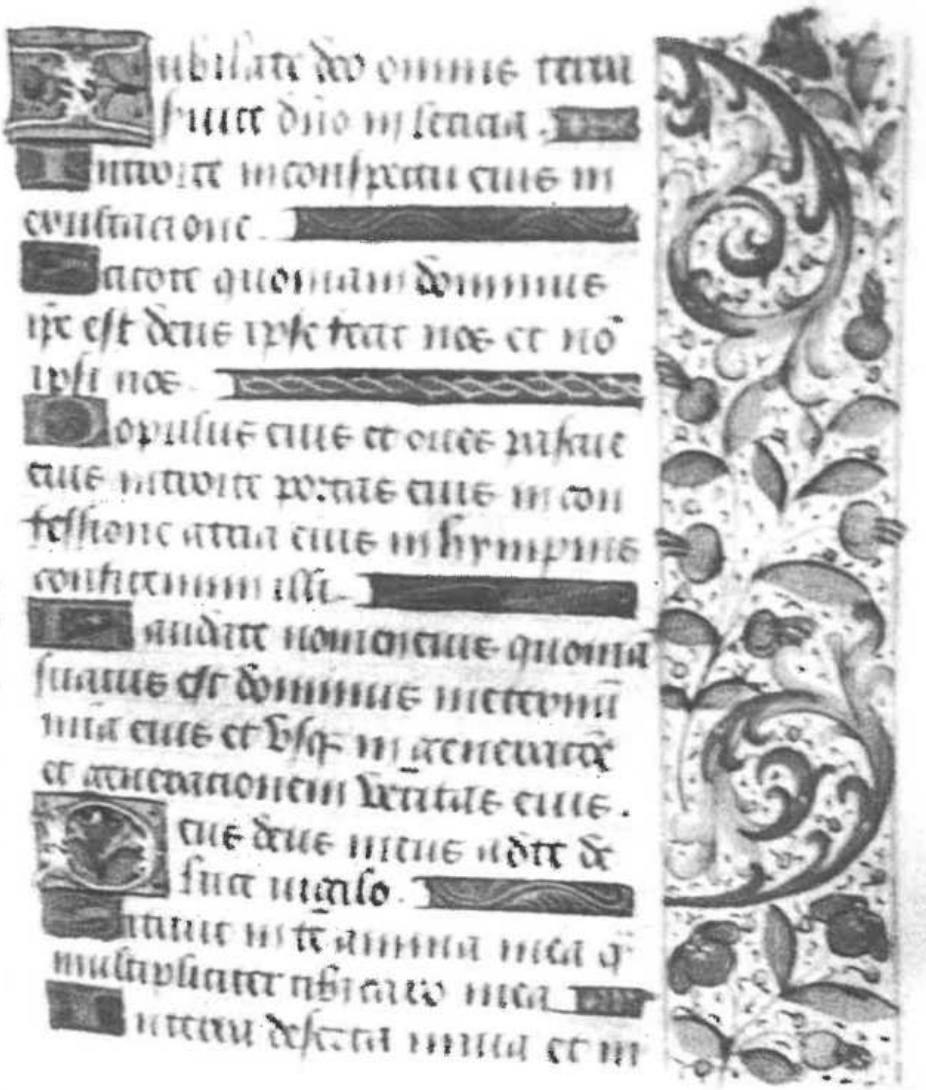


Fig. 2 — *Escrita*

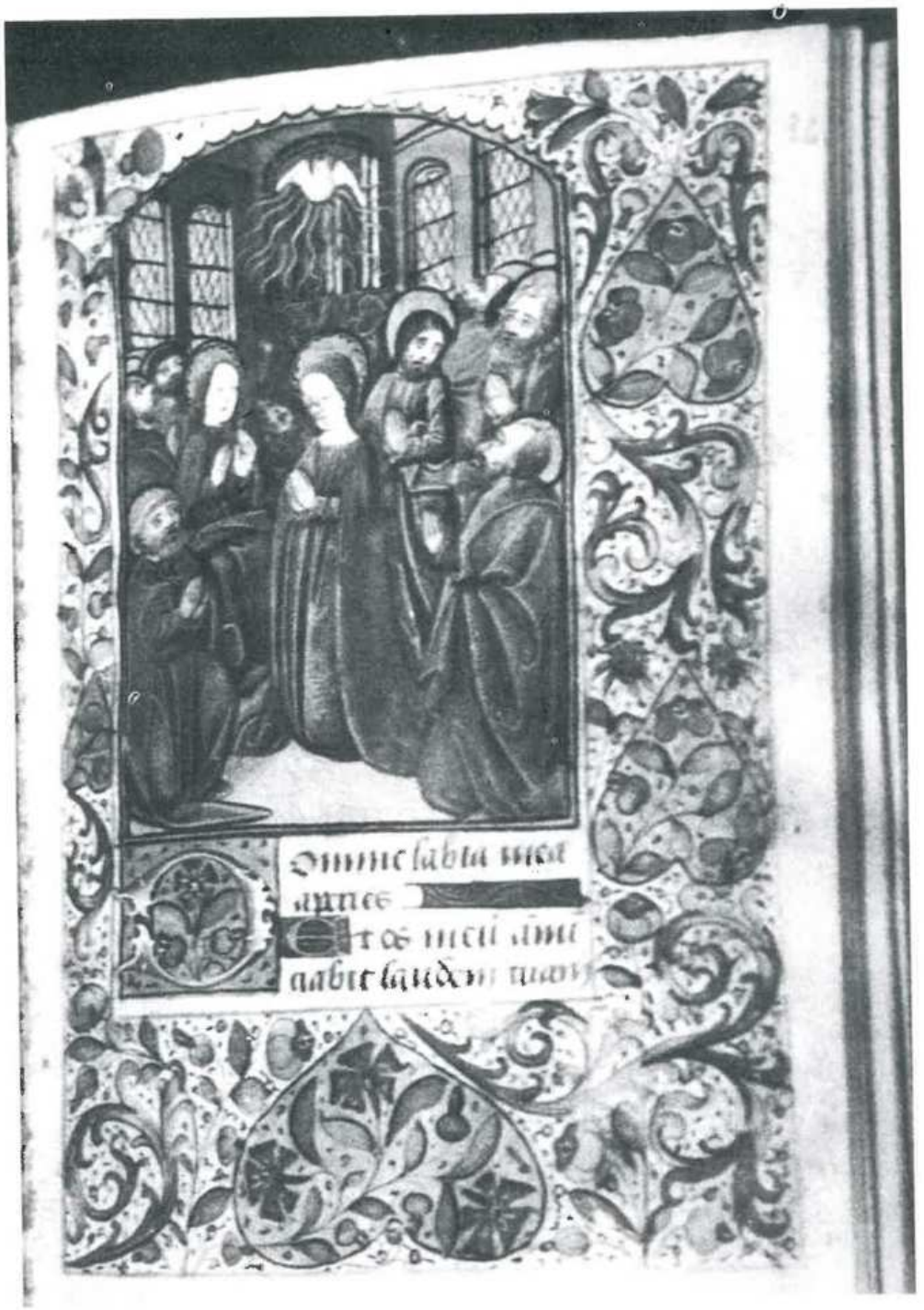


Fig. 3 — ***Descida do Espírito Santo***



Fig. 4 — *Anunciação aos Pastores*



Fig. 5 — *Coroação da Virgem*

Fólio 36

Descida do Espírito Santo

A iluminura, juntamente com a legenda, ocupa toda a caixa do texto mais a margem de cabeça. Está envolvida numa decoração de motivos florais e geométricos onde predominam o azul, o laranja, o verde e o dourado.

O "quadro" representa a Descida do Espírito Santo sobre a Virgem e os Apóstolos. O pintor colocou as personagens dentro de uma sala alta com quatro janelas rasgadas e cobertas de vitrais. A Virgem e os Apóstolos estão ajoelhados em atitude de oração, por cima da Virgem, aparece uma Pomba Branca.

Todas as personagens usam grandes túnicas em várias cores: vermelho, castanho, dourado, verde e azul. A Virgem usa um vestido azul dourado, tendo por cima uma túnica da mesma cor.

No espaço de quatro linhas de regramento, acima da margem de pé, encontra-se a legenda que é iniciada por uma capital azul clara sobre colorido dourado (ver fig. 3).

Fólio 40 v

Anunciação aos Pastores

O espaço ocupado é o mesmo e apresenta também uma legenda.

Estão representados três pastores, um deles tocando gaita de foles e uma dama ricamente trajada que acaricia, no colo, uma das ovelhas.

A cena tem como pano de fundo uma paisagem verdejante onde, entre montes, espreitam três torres de um sumptoso castelo. No Céu, destaca-se o dorso de um anjo, que nas mãos segura uma legenda. A iluminura é rodeada por uma decoração floral, como na anterior, que ocupa o espaço das margens sendo, neste caso, os motivos geométricos, losangos com fundo dourado, polvilhados de flores: papoulas, malmequeres e amores-perfeitos, pintados nos mais vivos tons (ver fig. 4).

Fólio 52

Coroação da Virgem

A estrutura é a mesma das anteriores (iluminura e legenda) sendo neste caso representada a Coroação da Virgem. No centro estão três personagens: o Pai

Eterno, sentado num trono de madeira, no colo o Mundo encimado por uma cruz, a Virgem de joelhos e sobre Ela, uma coroa que um anjo segura.

As cores usadas pelo iluminador são as mesmas, a Virgem traja um vestido azul dourado com uma capa azul, o Pai Eterno, uma túnica azul e uma capa vermelha e o anjo, vestes longas de um branco dourado. A cena passa-se dentro de um aposento.

A decoração envolvente é do mesmo tipo das anteriores (ver fig. 5).

Fólio 59

Arrependimento de David

Representa o Rei David em dois momentos da sua vida. No primeiro, o Rei,cabelo e barbas esbranquiçadas, encontra-se de joelhos perto do seu trono (de madeira trabalhada) cabeça levantada para o céu de onde, num círculo raiado, aparece Javé com o Mundo na mão que o olha. Perto do Rei encontra-se o Profeta Natã, vestido de azul e torbante na cabeça, que lhe chama a atenção para a presença de Javé. Aos pés de David, a coroa e a harpa. O Rei veste duas túnicas longas, uma verde e outra azul presas por uma pregadeira dourada a um manto vermelho, descaído. A iluminura ocupa toda a caixa do texto, até ao espaço de quatro linhas de regramento, acima da margem de pé, espaço ocupado pela legenda.

Na margem de pé aparece outra iluminura representando outro momento da vida do Rei David: Golias vestido com uma armadura e deitado sobre um campo, a seus pés, o jovem David com uma fisga na mão.

Estas iluminuras estão delimitadas por colunas coríntias (margens de dorso e goteira) pintadas de dourado (parte superior e inferior) e azul (a coluna), salpicadas de flores de lís douradas (ver fig. 6).

Fólio 72 v

Ofícios dos Mortos

A iluminura, delimitada nas margens de dorso e goteira, por colunas coríntias, com os mesmos motivos decorativos, representa três cavaleiros montados a cavalo em atitude de surpresa, pois, na sua frente, aparecem três esqueletos que, de braços erguidos, apontam para eles. A separar os dois grupos um cruzeiro encimado por uma cruz.

A cena desenrola-se num campo verdejante, apresentando-se os cavaleiros ricamente vestidos com jaquetas de variadas cores (laranja, azul e verde), as



Fig. 6 — *Arrependimento de David*



Fig. 7 — *Ofício dos Mortos*

cabeças cobertas por chapéus pretos emplumados e os cavalos, com arreios vermelhos e dourados. Os esqueletos estão desenhados a cinzento e têm, a cobri-los, uma túnica branca, traçada sobre os ombros.

A legenda também aparece neste quadro com a habitual capital colorida, sobre fundo dourado. Na margem de pé, outra iluminura mais reduzida, representando um homem, trajando uma túnica vermelha, surpreendido por um esqueleto, que lhe atira uma lança (ver fig. 7).

As cinco iluminuras foram primorosamente desenhadas e pintadas revelando uma técnica elaborada e uma boa combinação de cores. Nota-se também, que foi a mesma mão que as criou, quer pela combinação das cores, quer pelo traço, quer ainda pela repetição dos motivos usados na decoração.

Nos dois fólios onde a decoração invade as margens, as tarjas são do mesmo tipo das do resto do códice. Estes dois fólios só se distinguem dos outros porque estão totalmente decorados.

2.7. Encadernação

A encadernação actual do códice é posterior à sua elaboração, mas impossível de datar com precisão. Encontra-se em boas condições de conservação, embora apresente pequenos orifícios o que nos dá a entender que o bicho da madeira já se instalou. É uma encadernação dura, duas tábuas de madeira recobertas de couro castanho escuro, com desenhos geométricos gravados a cinzel na pele e, posteriormente, pintados a dourado, nas margens e no centro. A cobertura é simples, não apresentado fechos nem abas e tendo de dimensões: 16,9cm x 11,9cm, 2,7cm de lombada e 0,3cm de espessura.

O códice encontra-se ligado à encadernação por quatro nervos duplos e dois de transfila, parecendo entrar na encadernação de fora para dentro e depois ligados à tábua. O sistema de articulação dos nervos é impossível de determinar já que a encadernação se encontra bem conservada e os planos interiores estão cobertos por fólios de papel.

A lombada é coberta com a pele da encadernação, reforçada por uma tira em pergaminho que a torna mais rígida. Nela não é visível qualquer rótulo, possuindo somente umas linhas douradas que continuam a decoração dos planos superior e inferior.

A ornamentação é feita em baixo relevo dando a impressão que o couro foi gravado a frio e a ranhura obtida, pintada.

Quanto à datação, é difícil de determinar, mas é possível levantar a hipótese do século XVIII devido ao tipo de ornamentação executada.

3. Catálogo Sumário

Descrição Material: Livro de Horas em pergaminho; 3/1 col/lr 21,le 20;

Plano de página: f. 22: 20.65.35 (117mm) x 9.110.45 (164mm) UR=5,5mm;

Estrutura dos Cadernos: 16 cadernos (11 quaternos, 3 ternos, 1 bínio e 1 bifólio) 98 + 3 fólios;

Encadernação: posterior, em madeira recoberta a couro de cor castanha escura;

Escrita: gótica tardia com influência da letra humanística;

Decoração: 5 iluminuras, várias capitais coloridas e tarjas fitomórficas.

Braga, A.D., Fundo de Manuscritos, n.º 3.

4. Conclusão

O manuscrito revela, no seu conjunto, uma criação unitária comprovada por uma série de elementos: suporte, estrutura dos cadernos (mais de 50% são quaternos), regramento, plano de página, escrita e decoração. Elementos que denotam grande preocupação técnica, existência de bons copistas e iluminadores. Uma ilação podemos retirar: foi elaborado num **scriptorium** que conhecia as regras de «confecção». Contudo, a dúvida sobre a sua proveniência permanece. Alguns aspectos podem servir-nos de indícios: uma parte do seu texto é escrito em Francês, nomeadamente, o calendário e as orações finais; o traço do miniaturista aproxima-se dos princípios da escola flamenga; as paisagens representadas e a estrutura arquitectónica dos castelos lembram-nos as regiões do Norte de França e, por último, a presença de flores-de-lis, como elemento decorativo.

Ora, todos estes indícios levam-nos a encarar como plausível a proveniência francesa.

Mas como teria chegado a Portugal? Seria o seu proprietário alguma dama de origem francesa, ligada a Portugal pelo matrimónio, que o trouxe juntamente com o seu dote de casamento? Ou, teria sido adquirido por algum nobre ou rico mercador através da nossa feitoria da Flandres?

A ausência dos fólios iniciais e de anotações impede-nos a confirmação de qualquer uma destas hipóteses. O códice apresenta duas assinaturas, embora estas sejam posteriores ao séc. XV. A mais antiga, de Lobo de Saldanha, poderia

ter pertencido a um dos proprietários. O primeiro Saldanha residente em Braga foi João Saldanha da Gama, falecido em 1644, sobrinho de D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo Primaz de Braga (1627-1636). É provável que tanto Lobo de Saldanha como João Saldanha da Gama, tenham pertencido à mesma família e esta tenha sido, ao longo de gerações, a única proprietária deste códice. Mas, por vicissitudes várias, esta transmissão familiar teria sido quebrada. Isto porque, a assinatura mais recente, pertencia ao Cónego da Colegiada de Guimarães, José Maria Gomes, figura ilustre do início do século, grande coleccionador e amante dos livros, que o teria adquirido por nove mil réis como consta em anotação a lápis na contracapa.

Muitas hipóteses, poucas respostas conclusivas. Nunca foi pretensão da autora esclarecer todos os «mistérios» que este precioso Livro de Horas nos levanta. Pretendeu, antes de mais, divulgar a sua existência e dar uma achega à história dos códices em Portugal.

Fonte

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, *Livro de Horas*, manuscrito n.º 3.

Bibliografia

BISCHOFF, Bernard, *Paléographie de l'Antiquité Romaine et du Moyen Âge* Occidental, Paris, Picard, 1985.

BOHIGAS, Pere, *Normas para a descrição codicológica dos manuscritos*, trad. de Marcelino Pereira in "Cadernos Bibl. Doc.", Coimbra 1.3 (1) Jan.-Jun., 1977, pp. 29-33.

COSTA, P. Avelino de Jesus, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*, 4.ª ed., Coimbra, 1983.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, Vol. V, ed. Verbo, Lisboa, 1977, pp. 29-33.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, vol. XIII, ed. Enciclopédia, Lisboa, s/d.

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, Vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1942.

LE GOFF, Jacques, *Os Intelectuais da Idade Média*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1984.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *Encadernação Portuguesa Medieval — Alcobaça*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *Livro dos Arautos*, — De Ministerio Armorum... estudo codicológico, histórico, literário, lingufstico..., Lisboa, (s/n), 1977.

MARKL, Dagoberto, *Livro de Horas de D. Manuel*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

RIBEIRO, Aquilino, *Bibliografia — Livro de Horas*, in "Anais das Biblioteca e Arquivos, "2.ª Série - vol 1, Lisboa, 1920, pp. 88-90.

SANTOS, Reynaldo, *O Livro de Horas da Rainha D. Leonor de António de Holanda*; in Belas Artes (Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes), 2.ª Série, n.os 13-14, Lisboa, 195 pp. 3-7.



Braga no «Dicionário de Arte Barroca em Portugal»

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA

A arte barroca, depois de um período de incompreensão bastante longo foi ganhando paulatinamente foros de estilo maior estando agora em pé de igualdade com os estilos ditos nobres: o românico, o gótico e o renascença.

Nos anos cinquenta eram apenas alguns os autores que dirigiam os seus olhares para o barroco. Os trabalhos de Robert Smith, Aires de Carvalho e Flávio Gonçalves na década seguinte vieram consolidar e dar foros de soberania a este gosto: A. Carvalho com o seu ainda hoje notável *D. João V e a Arte do seu Tempo* (Lisboa, 1962); R. Smith com *Frei Cipriano da Cruz* (Porto, 1963) e, sobretudo, com a primeira grande síntese de uma das expressões maiores deste estilo, senão a maior, *A Talha em Portugal* (Porto, 1968); e F. Gonçalves, que inicialmente dedicara maior atenção à iconografia, com uma miríade de trabalhos onde sobressaem os que dedicou aos altares em forma de Árvore de Jessé (Porto, 1971, mas dados a conhecer anos antes nas páginas do suplemento literário do Comércio do Porto) e a pequena mas notável síntese *Um Século de Arquitectura e Talha no NO de Portugal* (1969, mas apresentada três anos antes, em Setembro de 1966, num congresso Luso-Brasileiro, nos Estados Unidos).

Foi logo no início da década de 70 que R. Smith deu a conhecer o grande escultor bracarense Marceliano de Araújo (Porto, 1970, em colecção dirigida por F. Gonçalves). Dois anos mais tarde publicou a sua obra maior (*Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*, onde dedicou um longo capítulo a André Soares, que transformou em livro, de formato relativamente modesto, no ano seguinte).

Nesse mesmo ano de 1972 a Câmara Municipal de Braga acedeu à sugestão de R. Smith e realizou (com organização de F. Gonçalves) o mais completo congresso de história de arte que até hoje houve em Portugal; sob a égide de André Soares e denominado «A Arte em Portugal no Século XVIII» estava dividido em três secções: uma, com bastantes comunicações, dedicada às artes plásticas; outra à literatura, e uma terceira à música. Isto é, o barroco na sua globalidade (as actas foram publicadas na revista «Bracara Augusta» em 1973-1974).

A partir daí o barroco recebeu uma aceitação quase absoluta; faltavam apenas as mais altas instâncias oficiais, que continuaram, sempre que classificavam monumentos, a dar a categoria de Monumento Nacional a qualquer obra construída até ao renascimento e Imóvel de Interesse Público aos monumentos barrocos e posteriores. Esse sentir está, também, bem patente nos manuais escolares: todos apresentam fotografias dos magníficos edifícios de Conimbriga, Alcobaça, Batalha, Jerónimos ou Convento de Cristo e raro ou nenhum apresenta obras de igual grandeza como o são o Bom Jesus do Monte, convento de Tibães, altar lateral direito da igreja de São Domingos, de Viana do Castelo, etc.

Multiplicaram-se os estudos, novos autores foram atraídos para esta área, defenderam-se teses de doutoramento e mestrado (que infelizmente raríssimas vezes são publicadas), começou-se o seu estudo em áreas geográficas antes virgens como Trás-os-Montes, Algarve, etc., questionou-se a metodologia até então adoptada e, sobretudo, iniciou-se o estudo do sentir, da alma, do homem barroco.

Natural corolário desta actividade foi o congresso do Barroco, organizado no Porto, em Outubro de 1989, o *Dicionário de Arte Barroca em Portugal* (Lisboa, Presença, 1989) e o doutoramento de Natália Marinho Ferreira Alves *A arte da talha no Porto no período barroco*, (2 volumes, Porto, C.M.P., 1989).

Dirigido por José Fernandes Pereira (Universidade Nova de Lisboa) e coordenado por Paulo Pereira (I.P.P.C.) o Dicionário é *«sobre um estilo e sobre um período da História das Artes e se quisermos, alicerçado num conceito: o do Barroco»* e *«pretende ser um instrumento de trabalho e de aquisição de novos conhecimentos acerca de um Estilo, de um Período e de um conceito, e uma via de problematização inovadora, fundando novas perspectivas de abordagem do fenómeno barroco»* (Introdução, p. 11). Contrariando o título *«o presente Dicionário priveligiou... as artes plástico visuais, em detrimento das cénico-comportamentais»* (idem); quer dizer: deixou de lado a Música, o Teatro e a Literatura que tão fundamentais são, sobretudo a primeira, para entender a alma de qualquer obra barroca seja ela construída ou de simples aparato (como as visitas de reis e entradas de arcebispos e bispos, que são, sem dúvida, a mais perfeita e a mais completa manifestação barroca).

Organizando-se em «*três áreas temáticas... 1 — Temas e Problemas veiculando os conceitos gerais e as abordagens convocadas pelas artes barrocas; 2 — Produção e paisagens artísticas, compreendendo os géneros artísticos, os artistas, os encomendadores e as obras de objectos estéticos principais que configuram o horizonte barroco; 3 — Derivas da Arte, compreendendo os motivos que são afins à arte, que lhe são paralelos, ou que dentro dela constituem como que subtemas ou conceitos subsidiários*» (idem), tem como autores das entradas, na sua quase esmagadora maioria, docentes ou investigadores que vivem na área de Lisboa.

Após esta breve apresentação cumpre-nos dizer que não é nossa ideia fazer aqui uma recensão do volume mas apenas dar a conhecer as entradas que dizem respeito à cidade de Braga e sobre elas tecer algumas considerações. Vejamos então:

Carlos *Amarante,* p. 29-30. Não é, nem devia ser, este o local onde se podia fazer a devida biografia deste notável engenheiro. No entanto esta entrada mostra bem o estado de marasmo em que se encontra o estudo da obra de C. A.

Bartolomeu *Antunes,* p. 31-32. Este pintor de azulejos que trabalhou em íntima colaboração com Nicolau de Freitas (ver), é o autor dos grandiosos painéis de azulejos que cobrem as paredes laterais da capela mor da igreja do Pópulo.

João *Antunes,* p. 35-36. Autor da sacristia da Sé (1698). É pena não ter sido incluido na bibliografia o catálogo sobre a sua obra da autoria de Maia Ataíde (Lisboa, 1989).

José Álvares de *Araújo,* p. 36-37. Entalhador que executou superiormente muitos dos desenhos para retábulos de André Soares, bem como outras obras.

Marceliano de *Araújo,* p. 37-38. Deve apenas acrescentar-se, a informação porque quase inédita, de que no início da década de 80 foi encontrada uma escultura em pedra figurando o Mundo, numa fonte de um jardim de uma casa desconhecida de Braga. Flávio Gonçalves, que a viu apenas em fotografia, alvitrou ser de M. A.. Guarda-se actualmente numa arrecadação da C. M. de Braga, devendo ser colocada no local original quando a urbanização que destruiu a casa e a quinta ficar concluida.

Arquitectura religiosa, p. 42-48. O autor desta difícil síntese refere Tibães (p. 43), S. Vítor, S. Vicente e Terceiros (a quem continua a chamar Beatas Capuchas) (p. 44), Congregados, Falperra e Bom Jesus (p. 47). Chama a atenção que pode revestir, no aspecto plástico, o tipo de pedra utilizada. Duas perguntas se nos põe nesta entrada: porquê um artigo sobre arquitectura religiosa e porque não um sobre arquitectura civil? E porque é que o artigo sobre arquitectura industrial faz a sua entrada por *Industrial, arquitectura,* (aliás com

uma fotografia de um fragmento do edifício datável dos fins do século XIX ou inícios de XX)?

Azulejo, p. 54-60. Outra difícil síntese que foi muito bem resolvida. Referência à igreja de S. Vítor (p. 58).

Gabriel del *Barco*. Pintor de tectos e azulejos que tem como uma das suas obras maiores o revestimento integral do interior da igreja de S. Vítor. Infelizmente esta obra não está datada, nem assinada.

António de Oliveira *Bernardes*, p. 79-81. Pintor de azulejos com obra de *requinte inultrapassável* nas capelas de S. Pedro de Rates e S. Geraldo, na Sé.

Policarpo de Oliveira *Bernardes*, p. 83-84. Filho do anterior e também excepcionalmente dotado para a pintura de azulejos. Assinou o revestimento azulejar da capela da Penha e é-lhe atribuido o da capela de Santa Rita, na igreja do Pópulo.

Bom Jesus do Monte, p. 93-96. Entrada bastante correcta sobre aquele que o A. considera *um importante núcleo artístico do barroco europeu*. De estranhar a não citação na bibliografia da excelente tese de mestrado de Mónica Massaro, defendida na Universidade Nova de Lisboa, em 1982 (e que a Confraria do Bom Jesus do Monte aceitou publicar, com data de saída prevista para 1990) e que o A. refere na entrada, também de sua autoria, sobre igrejas de peregrinação (p. 348-349). A tese de M. Massaro é, quanto a nós, a bibliografia fundamental não só sobre o B. J. mas também sobre os sacromontes de Portugal. Pena é, ainda, que não seja aqui mostrada a panorâmica do escadório dos Cinco Sentidos (vai nas p. 47 e 348).

Braga, p. 97-98. Uma página é manifestamente muito pouco para falar da cidade barroca; aliás todas as entradas sobre as cidades são muito pequenas. Não vamos fazer aqui uma longa crítica a esta página; devemos contudo dizer que nos parece que o A. não entendeu a cidade: em Guadelupe apenas se reconstruiu uma capela que tinha raiz medieval e estava em sítio que ainda era ermo em 1717; a obra do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles passou também por uma reafirmação do seu poder (construiu, p. ex. o Aljube), que os arcebispos D. José e D. Gaspar de Bragança continuaram pois era tempo de fortes lutas com o influente cabido e houve longos períodos de Sé vacante nos séculos XVII e XVIII. Nos «campos» pouco mais houve que o levantar de fontes, o que, concordamos não é pouco, mas também não é suficiente para lhes alterar o caracter. E o complexo do Campo Novo, uma das obras máximas do urbanismo português, não tem aqui senão uma leve referência o que mostra que o A. o não entendeu. E nada se diz sobre o que não ficou nas pedras mas continua na alma da cidade e no protocolo oficial: as entradas solenes dos arcebispos, descritas em vários folhetos; a sua correspondência actual pois o arcebispo tem nas recepções oficiais não um lugar na mesa mas em cadeira própria, ao lado, etc.

Quanto à bibliografia os livros referidos de J.A.L. Figueiredo e Pereira Caldas nada adiantam e o de Leonídio de Abreu nada tem a ver com Braga mas com Vila Verde. Quanto a nós falta referir, no mínimo, a 4.ª edição das *Memórias do Bom Jesus do Monte* (1884) de Forjaz Sampaio, que tem um roteiro de Braga e *Braga. Evolução da Estrutura Urbana,* que publicamos em 1982.

Braga, igreja de S. Vítor, p. 98. Apenas se estranha aqui que não se tenha aberto espaço para igrejas igualmente importantes como as de S. Vicente ou Congregados e que não haja, no mínimo, uma entrada em S. Vítor remetendo para a página 98. Fazemos este reparo porque há outras igrejas (Clérigos, Porto; N.ª S.ª da Pena, Lisboa, etc.) em que a entrada é feita pela igreja e não pela cidade.

Cadeiral, p. 105-106. São referidos os de Tibães e da Sé bem como os nomes de Marceliano de Araújo, a propósito do de S. Bento da Vitória (Porto) e Frei José Vilaça.

Francisco Pereira *Campanhã,* p. 106-107. Colaborador na obra das grades de Tibães, que mereceram já a R. Smith um magnífico estudo aqui não citado («Belas Artes», 2.ª série, 28-29, 1975) e autor de um desenho, não aproveitado, para o altar-mor da igreja de Santa Cruz.

Escadaria, p. 163-165. Referindo o escadório do mosteiro de Tibães e a escadaria do «solar» dos Biscaínhos (esta não por si mas pelo magnífico átrio) o A. desenvolve, naturalmente, o escadório do Bom Jesus. E não cita a do Palácio do Raio, também merecedora de referência devido ao espantoso turco que a domina, obra riscada sem dúvida por André Soares. Preferiamos, contudo, que o A. separasse escadório de escadaria, tão diferentes são as suas funções e arquitectura.

Escultura, p. 165-171. Após a Contra-Reforma Braga foi um imenso alfobre de artistas que trabalhavam para a igreja; os escultores foram dos mais importantes. Naturalmente não é aqui que se faz a história da escultura em Braga, que bom era já existisse. São referidos (por ordem do texto) o cadeiral de Tibães, Frei Cipriano da Cruz, Jacinto Vieira, as figuras dos quatro evangelistas da igreja de S. Paulo (que são aproximadas das esculturas italianas de Mafra), Frei José Vilaça, Marceliano de Araújo e Bom Jesus.

Estéticas do Barroco, p. 170-79. No sub capítulo «Caixas de órgão» referem-se os órgãos de Tibães, de Frei José Vilaça e da Sé. E noutro intitulado «Memórias» é citada a data de 1733-39, ou seja a da execução por Marcelino de Araújo de *uma das obras mais espectaculares do barroco português, um dos órgãos da Sé de Braga. Isto é: as duas caixas de órgãos da Sé de Braga.*

Igreja de Santa Maria Madalena da *Falperra,* p. 185-186. Um texto correcto e uma muito má fotografia que se por um lado acentua a verticalidade existente nas obras de André Soares, por outro não entende a igreja. Esta é,

proporcionalmente, a igreja de A. S. com maior largura. Aliás a complexa planta desta capela mostra bem que o edifício nada tem a ver com verticalidade. Além disso a foto não mostra o magnífico jogo do escadório, terminado apenas em 1958.

Nicolau de *Freitas,* p. 198. Deste lisboeta, pintor de azulejos, que trabalhou em colaboração com Bartolomeu Antunes em muitas das suas obras, refere-se um dos seus primeiros trabalhos assinados: a capela-mor da igreja dos Terceiros, de 1734.

João *Glama Stroberle,* p. 205-206. Para seguir a regra geral do Dicionário (entrada pelo último nome) deveria haver, no mínimo, um remissivo a partir de Stroberle. Pintor lisboeta que teve larga aceitação no Norte do país, tem obras na Sé e em Tibães, que infelizmente estão bastante maltratadas.

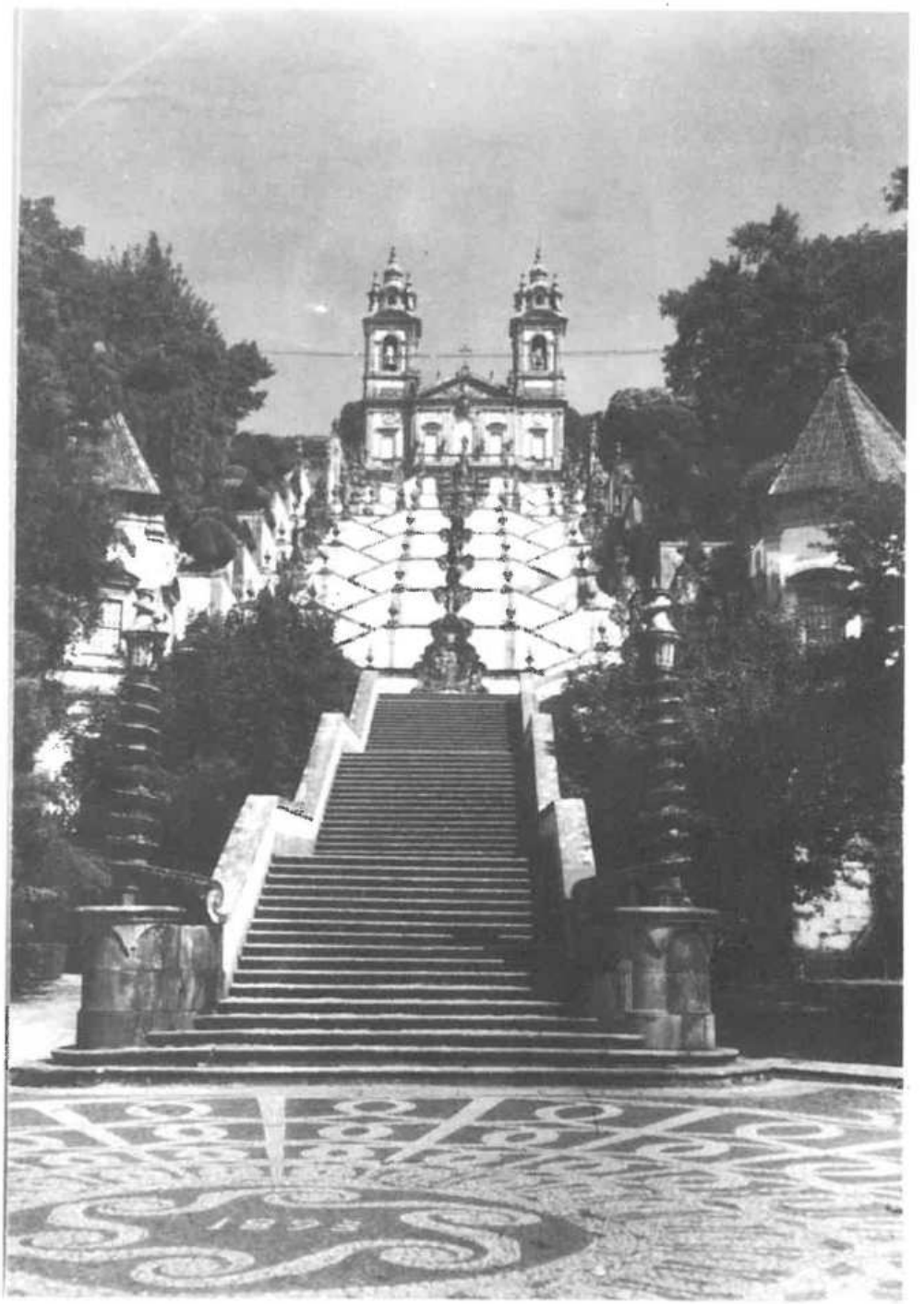
Jardins, p. 236-238. Um dos elementos fundamentais da casa barroca era o jardim com a sua quinta de recreio. Infelizmente esta entrada é muito pequena e não se faz distinção entre estes dois componentes. Quanto à sua arquitectura apenas enumera os elementos usuais sem nada mais acrescentar. Além disso neste exíguo espaço são também «tratados» as cercas conventuais e as igrejas de peregrinação (ex. Bom Jesus). Parece-nos, contudo, que se nos casos dos conventos se pode, por vezes com dificuldade, enquadrá-las na temática dos jardins, no das igrejas de peregrinação, pela sua localização que gera uma intrínseca ligação com a natureza, o seu estudo deve ser enquadrado numa perspectiva mais ampla, o da arquitectura paisagística.

Árvore de *Jessé,* p. 238-240. Uma das mais belas e curiosas formas de tratamento dos altares. Braga tem na igreja do Seminário (no texto e imagem chamada de S. Paulo, o que também não é incorrecto pois este templo foi, em tempos, assim chamado e o largo que a defronta também tem esse nome) um dos exemplos interessantes.

Miguel *Lescol,* p. 259-260. Este engenheiro militar, francês, que trabalhou longamente nas fortificações portuguesas da Restauração, deixou duas obras de cariz religioso no Minho (onde trabalhou desde 1656, chegando a ser nomeado engenheiro oficial): a nova capela-mor da colegiada de Guimarães e a igreja de S. Vítor (datada de 1686, dois anos anterior à sua morte).

Domingos *Lourenço Pardo,* p. 265. Pintor portuense, autor de *algumas das pinturas do tecto apainelado da igreja do Salvador... e que em 1662 executou a tábua de Nossa Senhora do Rosário para a Irmandade do mesmo título da Sé de Braga.* Da mesma forma que Glama Stroberle pensamos que esta entrada se deveria fazer pelo último nome (Pardo).

Agostinho *Marques,* p. 283-284. Um dos raros ensambladores cuja obra mereceu estudo; aliás pode dizer-se que até agora apenas R. Smith dedicou alguma atenção a esta arte. Natural de Braga deixou uma obra imensa na cidade



BOM JESUS — Escadório dos Cinco Sentidos e Igreja



FALPERRA — Capela de Sta. Maria Madalena

e distrito que foi estudada no volume que R. S. lhe dedicou. Na bibliografia, apenas limitada aquela obra, não é referida a importante síntese, do mesmo investigador, *O «Bronze Dourado» em Braga e no Porto/1660-1800.* «Bracara Augusta», Braga, 29 (79-80), 1975, p. 7-34.

Metais, p. 291-292. É este mais um dos artigos que nos parece demasiado compactado pois em apenas uma página se juntam trabalhos de ensamblagem com portões ou varandas; ou metais tão diversos como o latão ou o ferro. Com a agravante de existir alguma bibliografia específica para o latão e nenhuma para o ferro. Braga foi um dos centros importantes do país na obra do latão: vejam-se, por exemplo, as magníficas sacristias das igrejas da Misericórdia, Pópulo, Carmo e Tibães, as grades de Tibães, etc. Nos trabalhos de ferro, para além das varandas e portões que se vêem um pouco por todo lado deverá ter-se em atenção a obra saída das mãos de Frei José Vilaça.

Mitologia, p. 293-296. Excelente artigo que só peca por ser tão curto. Nele se refere, no Bom Jesus, o escadório dos Cinco Sentidos, com as cinco fontes e se não fala doutras fontes existentes na primeira parte do percurso: Diana, Marte, Mercúrio e Saturno; nem outras hoje desaparecidas: Júpiter, Jano, Hércules e Cupido.

Órgãos, p. 332-333. Um dos mais pequenos artigos deste Dicionário o que não deixa de ser estranho pois não só é enorme a quantidade de órgãos de qualidade que se conservam, como, também, pela importância que a música tinha no cerimonial e festa barroca. São citados os nomes de alguns mestres de organaria sem os relacionar com as suas obras. A maior atenção é dada à parte artística, sendo referidas algumas esculturas que ornam o de Tibães e os da Sé *o mais espectacular conjunto barroco do género em Portugal.*

Integração *paisagística,* p. 341-343. Um bom artigo que ultrapassa longamente a bibliografia que refere. Quanto a nós seria bem mais importante citar o livro de Ilídio de Araújo *Arte Paisagística e Arte dos Jardins em Portugal,* vol. 1 (e único), Lisboa, 1962. Naturalmente o Bom Jesus é uma peça chave, em Portugal, que deveria merecer aqui um pouco mais de atenção. Referem-se ainda nesta entrada a Falperra e Tibães. O A. cita ainda Penha, no Gerês; estará Penha por Peneda? Ou quereria antes dizer Mosteiro da Costa, na Penha? De qualquer das maneiras a Senhora da Peneda é um santuário essencialmente do século XIX e localiza-se na serra do mesmo nome; e na Penha a igreja que tem o mesmo nome é uma construção de Marques da Silva e está no local de outra oitocentista.

Igrejas de *peregrinação,* p. 348-349. Pequeno artigo para tão importante tema que junta monumentos tão díspares como as igrejas de peregrinação do Sul, localizadas em espaços planos e as do Norte que sempre se

inserem numa encosta ou alto de montanha, o que permite e obriga a um tratamento arquitectónico e paisagístico completamente diferentes; e que patenteia uma forma diferente de sentir a fé. No caso dos monumentos do Norte uma primeira síntese foi já ensaiada por Mónica Massaro na sua tese de mestrado referida na bibliografia (e que corresponde ao capítulo I, na sua forma em livro), pelo que se torna mais fácil fazer este estudo. Braga tem dois exemplos chave: a Falperra e *o mais importante santuário barroco português,* o Bom Jesus.

Manuel *Pinheiro,* p. 356. Embora natural de Braga exerceu a sua profissão de pintor, juntamente com o seu irmão António, em Tentugal, *passando a maior parte da sua vida em Coimbra.*

Mestre *P. M. P.,* p. 364. O mais enigmático dos mestres pintores de azulejo, devido ao facto de ainda não se ter conseguido decifrar o seu nome. *Activo em Lisboa no primeiro quartel do século XVIII* tem obra espalhada um pouco por todo o país, incluindo Braga. Aqui se vêem obras suas na capela dos Coimbras e na capela mor da igreja do Seminário.

Púlpito, p. 387-388. Salientando o facto de no Entre Douro e Minho os púlpitos terem um *tratamento sumptuoso* sem *paralelo em nenhuma outra zona do país* a A. não refere os exemplares magníficos das igrejas da Penha (atribuído a Marceliano de Araújo) e Salvador.

Com o rococó brilharão os de Tibães, executados por José Álvares de Araújo (1760) bem como os traçados por Frei José Vilaça. De notar que até hoje ainda não foi dedicada uma monografia a tão importante elemento da arquitectura, cenografia, festa e talha barroca, excepto um pequeno capítulo da obra de R. Smith *A Talha em Portugal* (Lisboa, 1963).

Rococó, p. 416-421. Apesar das íntimas afinidades com o barroco o rococó tem uma personalidade bem característica que o diferencia. Foi precisamente na nossa região que mercê da religiosidade do minhoto que é simultâneamente mística e descomprometida e do conhecimento das gravuras de Augsburgo que, atingiu a sua máxima plenitude; o expoente é a obra de André Soares, sobretudo o palácio do Raio (talvez o mais belo exemplar da arquitectura civil rococó portuguesa). Frei José Vilaça continuou até à exaustão a obra do seu mestre. Pena foi que este bem gizado artigo não tivesse voltado a mostrar a «ousadia» magnífica de J. A. França: o palácio do Raio limpo dos azulejos da fachada (de grande qualidade mas sem nenhuma ligação com o edifício, datáveis de 1867), na plenitude de contraste do rude granito com a alvura da cal, do claro com o escuro.

S. Bento da Vitória, Igreja de, p. 422. Entre as poucas obras deixadas no Porto por artistas bracarenses avultam os painéis do cadeiral executados entre 1717 e 1719 por Marceliano de Araújo. Para o Porto, por exemplo, riscou André

Soares o projecto de uma tribuna para a capela mor do Convento de Santo António do Vale da Piedade, que se perdeu.

Jacinto *Silva,* p. 447-448. *Entalhador bracarense do século XVIIII de grande nomeada.* Deixou obra dispersa pelas igrejas da Conceição, Misericórdia, Senhora a Branca, S. Vicente, Falperra, S. João do Souto, Santa Cruz e, fora de Braga, na Correlhã (Ponte de Lima), Torre de Moncorvo e Parada de Cunhos (Vila Real). Além de executante foi também autor de projectos de talha.

José Bernardo da *Silva,* p. 448-449. Natural do concelho de Barcelos desenvolveu a sua actividade em Braga. Entre as suas obras avultam o retábulo da capela-mor da igreja dos Terceiros, modernização do retábulo da capela-mor e retábulos colaterais da igreja da Senhora a Branca, etc. Na igreja de Santa Cruz tem apenas o retábulo mor; os retábulos laterais foram entalhados em 1725 pelo entalhador de Landim, Francisco Machado. J. B. Silva foi ainda o executor de umas urnas, hoje perdidas, que existiram junto a esses altares

Luís Manuel da *Silva,* p. 449-450. Filho do entalhador Jacinto da Silva seguiu a arte do pai. Teve obra (perdida) na igreja de Santa Cruz e desenhou a sanefa do arco cruzeiro, caixilhos e talha da nave da igreja de S. Vicente e, ainda neste templo, executou alguns acrescentos na talha do órgão; colaborou com seu pai no retábulo da capela-mor de S. João de Souto. A sua obra mais conhecida são os três retábulos que executou para o Santuário dos Remédios. Na bibliografia deverá ser acrescentado o artigo de R. Smith *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756).* Braga, 1968. Este título interessa também à entrada sobre o seu pai.

Miguel Francisco da *Silva,* p. 450-451. *Entalhador e mestre de arquitectura do Porto.* Por razões que se desconhecem foi convidado em 1737 a executar o cadeiral da Sé.

André *Soares,* p. 453-457. O mais extraordinário vulto artístico bracarense, de sempre. Teve uma actividade múltipla de autor de projectos de arquitectura civil e religiosa, talha, escultura, azulejo, ourivesaria, etc. Ao rol das obras anunciadas no livrinho de Robert Smith *André Soares* (que pouco mais é que um capítulo do também seu *Frei José Vilaça)* muitas outras haverá a acrescentar, (por exemplo o brasão da casa da Torre). Aurélio de Oliveira («Forum», Braga, 3, Maio 1988, p. 3-22) levantou novamente esse problema já antes questionado por Flávio Gonçalves (Suplemento Cultura e Arte, do «Comércio do Porto», de 14 de Setembro de 1971). Da mesma maneira deve ser revista e investigada a sua formação inicial e o momento da transição da sua obra para um ainda incipiente neoclassicismo (comparem-se por exemplo os interiores das igrejas da Lapa e Hospital). O A. desta entrada entendeu muito bem a obra arquitectonica da A. S. e levou um pouco mais longe que R. S. a sua análise. Segue, porém,

a lista das obras enunciada por R. S., não se afastando dela uma linha; e limitou-se à obra de arquitectura e talha, deixando a ourivesaria e outras formas artísticas de lado, já antes parcialmente estudadas por R. S. *(As Sacras de Singeverga...* «Colóquio», Lisboa, 55, 1969). Na bibliografia nada adianta a citação dos artigos *No Bicentenário da Morte de A. S....*, nem *Três Artistas Bracarenses;* era preferível citar os estudos que refiro neste texto bem como um outro da autoria de António Moutinho Mourão *Uma Obra Perdida de André Soares que existiu no Porto* «Museu», Porto, 2.ª série, 15, 1972.

Solar, p. 457-460. Segundo o A. *solar é a residência principal da nobreza da província, quer se localize na propriedade rural quer em centros mais urbanos.* Com esta definição ficam juntos edifícios tão díspares como o palácio do Raio e a casa de Infias o que não nos parece correcto. E o que mostra bem o muito que há ainda a estudar neste domínio.

Frei Cipriano da Cruz *Sousa,* p. 461-462. Porquê alfabetar o nome deste excelente escultor beneditino em Sousa se R. Smith o consagrou definitivamente com Frei Cipriano da Cruz? A entrada, aliás, não é mais que uma súmula do livro de R. S..

Tardobarroco, p. 474-475. Pequeno artigo onde o A. inclui obras que vem na peugada de Nasoni e outras de André Soares. Mas será que A. S. tem obras tardobarrocas? É que a sua carreira é tão vertiginosa e tem um cunho tão pessoal que nos parece difícil poder incluí-lo neste período. Na maneira de ver do A., A. S. depois de ter tocado o rococó em 1753-55 (Falperra e palácio do Raio) iniciou um retrocesso ao elaborar uma magnífica peça barroca (Casa da Câmara, 1753-56) e outra tardobarroca igreja dos Congregados, (1761, que é também a data provável do início da construção da igreja da Lapa, que muito pouco tem a ver com aquela). Esta é, quanto a nós, mais uma razão suficiente para que se reinicíe o estudo da obra de A. S..

Tardoclassicismo, p. 475. A permanência de uma arquitectura clássica, não maneirista, durante os séculos XVII e XVIII foi uma constante tanto no Norte como no Sul. Dois dos seus cultores foram Manuel Pinto Vilalobos e Manuel Fernandes da Silva, ambos com obra em Viana e Braga. Mas tão importante como identificar os arquitectos e engenheiros será o saber os nomes dos encomendadores a que estrato social pertenciam e, sobretudo, se tinham ideias conservadoras ou progressistas.

D. Rodrigo de Moura *Teles,* p. 478-479. Arcebispo bracarense do primeiro quartel do século XVIII que não só erigiu uma enorme série de obras na cidade e arcebispado, como também não soube entender a sua Sé ao recobri-la de estuques. O cadeiral data de 1737 e é obra do portuense Miguel Francisco da Silva (ver) pelo que que nada tem a ver com D. Rodrigo, que morreu nove anos antes. É pena que esta entrada não tenha a ilustrá-la a tela

onde figura o arcebispo rodeado pelas obras que fez e que se guarda no Tesouro da Sé.

Igreja de *Tibães*, p. 481-482. Texto muito compactado, numa sequência de autores datas e obras que o tornam um pouco cansativo. Pena é que a entrada se tenha ficado apenas pela Igreja e não abarque também o mosteiro o que, inclusivé, permitiria uma compreensão mais correcta da igreja. À bibliografia citada deverá ser acrescentado o estudo já referido de Aurélio de Oliveira («Forum», Braga, 3, Maio de 1988, p. 3-22).

Constantino de *Vasconcelos*, p. 516. Engenheiro e arquitecto seiscentista, natural de Braga, que trabalhou no Perú. É o autor da igreja de S. Francisco, na cidade de Lima, templo que teve uma importância decisiva na arquitectura peruana, não só no sentido artístico como também no construtivo.

Jacinto *Vieira*, p. 524-525. Uma das mais enigmáticas figuras do barroco português. Natural de Braga, conhece-se apenas uma obra sua: o *«monumental conjunto de estátuas que decoram a igreja do mosteiro de Arouca»* que constituem um dos mais notáveis conjuntos escultóricos de todo o barroco nacional. Estranhamente não são aqui reproduzidas.

Frei José de Santo António Ferreira *Vilaça*, p. 527-530. Sobre este discípulo de André Soares existe a mais completa monografia do barroco português. A partir do *Livro de Rezam*, descoberto, no Arquivo Distrital de Braga, por Afonso da Costa Ferreira, R. Smith fez a sua excelente biografia. Por essa mesma razão apenas poderemos estranhar nesta entrada a duplicação das imagens pois quer o púlpito da igreja de Real, quer a cadeira do D. Abade de Tibães já tinham sido mostradas nas entradas «púlpitos» e «igreja de Tibães» e dessa vez em gravura colorida.

Manuel II Pinto *Vilalobos*, p. 530. Coronel de Engenharia, natural de Viana, foi um dos vultos mais importantes do tardoclassicismo minhoto. Com larga obra no Alto Minho teve em Braga uma intervenção ainda não estudada, mas múltipla: é possível, por exemplo, que seja sua a segunda igreja do Bom Jesus, que veio a ter uma vida pequena, pois foi substituída por outra projectada por Carlos Amarante. Descobertas recentes do investigador vianense e director do museu da sua cidade António Matos Reis dão-nos conta de que um dos trabalhos que mais comunmente lhe tem sido atribuído, o Palácio dos Barbosa Maciel (actual museu de Viana), é da autoria de Manuel Fernandes da Silva «mestre arquitecto» com obra parcialmente inventariada por R. Smith («Bracara Augusta», Braga, 22 (63-66), 1968, p. 311-314).

Outras pequenas referências há; são tão pequenas que resolvemos deixá-las de lado. Vejam-se, por exemplo, as entradas *Planimetria*, António Cunha Correia *Vale*, Robert *Smith*, etc.

Mas algumas há que deveriam ter sido feitas; e outras onde seria mais correcto encontrar alguma referência a Braga. Vejamos:

António de *Andrade:* O grande responsável pela talha de Tibães no século XVII. Aurélio de Oliveira dedicou-lhe já um estudo («Bracara Augusta», Braga, 27, 1973). Sobre ele veja-se ainda a bibliografia citada a propósito de Tibães.

D. José de *Bragança.* Arcebispo de Braga em meados do século XVIII. Irmão de D. João V. A sua acção foi tão importante no fomento de obras (é durante o seu arcebispado que se inicia o trabalho de André Soares; aliás a sua presumível primeira obra é a nova ala do Paço Arquiepiscopal), como no fomento do luxo e aparato (veja-se a sua solene entrada em Braga, descrita em vários folhetos).

Brinquedo. Entrada que está anunciada na introdução mas que não se encontra no correr do Dicionário.

Bronze dourado. Integrado na entrada *Metais* onde é tratado conjuntamente com o ferro, etc. Porque não se manteve a designação dada por R. Smith?

Casa de fresco. Elemento fundamental da arquitectura dos jardins. Umas eram em pedra, outras formadas por árvores (vejam-se as do Palácio dos Biscaínhos). Juntamente com as fontes, estátuas, bancos, etc., formavam a ornamentação arquitectónica do jardim.

Estuques. Tratados na entrada *Trabalhos de massa.* Porque não foi feita uma remissiva? É que não é fácil descortinar, com a rapidez que a utilização de um dicionário exige, este termo.

Figuras de convite. O A. da entrada refere apenas os exemplares em azulejo. Mas há outras, do mesmo período, feitas em pedra. Vejamos, por exemplo, as do átrio do palácio dos Biscaínhos.

Frontal. Estranhamente não há nenhuma entrada sobre tão importante elemento de um altar. E essa falha é tanto mais sensível quanto há outros elementos tratados (por exemplo: coluna salomónica). Da mesma maneira não há nenhum texto sobre sacrários.

Mobiliário sacro. Algumas fotografias reproduzem várias peças de excelente e abundante mobiliário sacro barroco que em Portugal se fez (por exemplo a cadeira do D. Abade de Tibães). Mas não há nenhuma entrada específica sobre o assunto: os arcazes, cadeiras, bancos, consolas, etc., regra geral de grande qualidade, bem justificavam uma entrada sobre este tema.

Música. Um dos elementos fundamentais do barroco. Não é só a festa que deve ter música; o próprio espaço, seja ele de um interior, seja de um jardim, deve ter uma ambiência musical. Pena é que não haja, no mínimo, uma entrada sobre o assunto.

Prédio urbano. O estudo da arquitectura civil tem-se restringido apenas ao

palácio, solar, edifício público e prédio de vulto. A massa anónima de construções que «enchem» a cidade, onde vive a esmagadora maioria da população, está quase absolutamente inédita. Curiosamente é em prédios simples, quantas vezes térreos, que vivem os magníficos artesãos que criaram ou executaram os maravilhosos altares, esculturas, arcazes, etc., isto é, algumas das partes fundamentais da alma barroca. O estudo desses pequenos imóveis, em diferentes localidades, mostrar-nos-á quanto diferem de cidade para cidade. Uma rápida passagem de olhos pela arquitectura de Braga, Porto, Lisboa e Castelo Branco (para só citar algumas cidades) permite-nos constatar que estes pequenos edifícios têm origem bem diferentes e que cada núcleo tem a sua personalidade própria. Na entrada respectiva no Dicionário o A. limita-se à cidade de Lisboa, a que dedica página e meia; e esquece o resto do país (o Porto merece apenas um parágrafo). A bibliografia reflete esse esquecimento: não é citado nem o *Mappa das Ruas de Braga* (A.D.B.) nem a magnífica tese de licenciatura de Luís Berrance *Evolução do desenho das fachadas de habitação correntes almadinas*, apresentada em 1988 na Faculdade de Arquitectura, do Porto.

Palácio do Raio. Quanto a nós é esta a mais bela peça de arquitectura civil portuguesa do século XVIII. Contrariando a gorda volumetria das talhas douradas e a austeridade prenhe da fachada dos Congregados, André Soares fez desta casa uma obra prima de delicadeza e alegria que animou o rude granito em que foi construída. No patamar da escada há uma formidável figura de um turco (com toda a certeza saído também da pena de André Soares) que não nos atemoriza, antes franqueia a entrada num amplo gesto. José Augusto França mostrou-o na sua grandeza, numa fotografia retocada em que eliminou os azulejos da fachada («Colóquio», Lisboa, 1973). Porque razão não foi dedicada uma entrada a esta obra prima?

Sacristia. Em todo o Dicionário não há uma entrada sobre esta parte fundamental das igrejas onde se albergavam magníficas obras de pintura, escultura, mobiliário sacro, bronze dourado, paramentaria, etc. Ora é muito mais fácil de entender uma cidade barroca (por exemplo Braga) se iniciarmos a visita com uma ronda pelas sacristias: após uma visita a apenas duas ou três logo será fácil compreender a cidade. O mesmo acontecerá em qualquer outro local o que mostra a importância e o cuidado posto na sua construção e tratamento. Vejam-se, por exemplo, as de Tibães, Sé, igreja da Misericórdia, etc.

Manuel Fernandes da *Silva.* Figura fundamental da arte em Braga no espaço que medeia entre 1700 e 1730. É com grande estranheza que vemos a sua não inclusão no Dicionário.Não tem sido muito referido na história de arte portuguesa devido à falta de estudos sobre o tardoclassicismo no NO de Portugal, que até agora apenas dedicou alguma atenção a Manuel Pinto

Vilalobos. Robert Smith deu-nos a conhecer algumas das suas obras, mas não o estudou («Bracara Augusta», Braga 22 (63-66), 1968, p. 311-314); Joaquim Jaime Ferreira Alves na entrada que fez neste Dicionário sobre Carlos Amarante refere-o como tendo sido um dos três arquitectos mais importantes de Braga, no século XVIII; em Viterbo devemos procurá-lo em Manuel Fernandes, etc. As obras indicadas por R. S. devemos acrescentar o Paço dos Barbosa Maciel, em Viana (segundo informação de A. Matos Reis) e, talvez, a Casa Grande do Campo das Hortas e o pequeno mausoleu familiar existente no extremo do palácio dos Biscaínhos, entre outras.

Torre sineira. Outro dos elementos fundamentais de uma igreja que não é tratado neste Dicionário. Braga ocupa aliás, neste aspecto, uma posição singular devido ao facto de muitas das suas igrejas terem a torre não na fachada mas na zona traseira da igreja. Da mesma maneira muito há a dizer sobre as cúpulas. Deveria ainda haver uma entrada sobre os sinos.

Uma palavra deve ainda ser dita sobre a ilustração. Não se consegue compreender bem qual foi o critério de aceitar fotografias que não compreendem os monumentos (por exemplo a da fachada da Falperra), de repetir imagens (por exemplo o púlpito de S. Francisco de Real ou a cadeira do D. Abade de Tibães) ou de dar imagens em abundância de um monumento (por exemplo a igreja da Falperra e a de S. Vicente) e nenhuma de outros (por exemplo o altar lateral direito de S. Domingos, em Viana, obra de André Soares que R. Smith estudou e chamou de «mais belo retábulo português»). Há artigos que, por estas razões ficaram diminuidos (por exemplo *igreja de Tibães)*.

Uma obra destas é uma aposta editorial cara e, talvez, de resultados económicos duvidáveis. Isso nos faz louvar a editora pelo seu arrojo antes de aplaudir o trabalho da equipa organizadora do Dicionário. Organizar um volume destes foi também uma grande aposta para os director e coordenador. Aposta sem paralelo pois Portugal ainda não tem nenhum dicionário de História de Arte, nem, sobretudo, tem um inventário do seu património construído e móvel. Por essa razão todas as indicações ou críticas que atrás fizemos se devem apenas entender como uma opinião muito pessoal e um louvor a todo o bom trabalho desenvolvido neste *Dicionário da Arte Barroca em Portugal* que logo após a sua edição se tornou numa das mais importantes achegas até hoje publicadas para o estudo e divulgação da arte portuguesa.

Braga, Janeiro/Fevereiro 1990.



MIGUEL LESCOLE — Igreja de S. Vitor



MANUEL FERNANDES DA SILVA — Palácio dos Biscainhos

ADENDA

Mais de dois anos se passaram entre a data que escrevemos este texto e aquela em que estamos a rever as primeiras provas.

Durante esse tempo houve textos importantes que foram publicados; a investigação sobre o barroco recebeu um bom incremento, visível sobretudo em teses de doutoramento e mestrado; avançou-se num primeiro inventário regional da talha — o do Algarve — etc., etc.

Nós próprios também tivemos oportunidade de aprofundar as nossas investigações pois desde aquela data temos vindo a dedicar uma grande parte do nosso tempo à investigação no Arquivo Distrital de Braga e nas principais confrarias da cidade. Os resultados desses labores estão já espalhados um pouco por todo o lado, para publicação.

Que fazer? Manter o texto conforme o escrevemos nos inícios de 1991 ou alterá-lo profundamente? Por princípio achamos que a partir do momento que um autor entrega para publicação um texto pouco deve mexê-lo; em notas ou adendas poderá fazer as correcções que achar necessárias; até por uma questão de economia.

Tivemos a tentação de alterar tudo o que escrevemos. Mas atendendo ao atrás dito e ao facto de que um dicionário deste tipo é mais um pôr de questões, um indicar de caminhos e o proporcionar algumas sínteses resolvemos não fazer mudanças graves. Além de que muitas dessas alterações irão surgir em artigos que, como acima dizemos, temos já entregues para publicação em actas de congressos e em revistas.

Braga, Março 1993.

Rebelo da Silva:

A intertextualidade de *Lágrimas e Tesouros*

HELENA BARROS *

«quando se narra uma história
fala-se e escreve-se»
Lágrimas e Tesouros

I. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE WILLIAM BECKFORD

O romance de Rebelo da Silva, *Lágrimas e Tesouros,* possui um personagem — William Beckford — cuja existência não se limita ao universo da ficção. William Beckford não é o produto de uma criação romanesca, pois, antes de ser personagem, ele foi uma pessoa cuja existência foi bem real...

Beckford, nascido em 29 de Setembro de 1760, pertencia a uma das famílias mais ricas de Inglaterra, proprietária de extensas plantações de açúcar na Jamaica. Tendo adquirido uma vasta cultura através dos seus professores particulares, bem cedo despontou nele o desejo de ser escritor. O seu «conto árabe», *Vathek,* é uma obra de sucesso que o tornou inesquecível.

Mas ele estreou-se como escritor com o seu primeiro livro de viagens: *Dreams, Waking Thoughts, and Incidents; in a Series of Letters from various parts of Europe.* Quando, em Abril de 1783, o livro ia ser posto à venda, a família, que queria fazer de Beckford um político, obrigou-o a retirar o livro do mercado.

* Professora da Escola Secundária Alberto Sampaio.

Esta obra veio a constituir, em 1834, após algumas alterações, o primeiro volume de outro livro de viagens: *Italy, with Sketches of Spain and Portugal*[1].

Beckford escreveu, com efeito, algumas obras que falam das suas visitas a Portugal. Da sua primeira visita, que se realizou na segunda metade de 1787, deixou-nos um Diário — *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain* — que só foi publicado em 1954 numa edição prefaciada por Boyd Alexander[2]. Foi justamente o material deste diário que Beckford aproveitou para a segunda parte da sua obra *Italy; with Sketches of Spain and Portugal* que foi editada, como já dissemos, em 1834 e a que o autor deu a forma de cartas.

A sua segunda visita decorreu entre Novembro de 1793 e Outubro de 1795. Desta vez, Beckford escreve, em forma de diário, um livro intitulado *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha* que veio a ser publicado em 1835[3].

Da sua terceira visita, em Outubro de 1798, não consta nenhuma obra respeitante a Portugal[4].

Mas o que nos importa salientar, para além desta enumeração de títulos, é o processo que W. Beckford utilizava para elaborar as suas obras.

Já fizemos notar que os seus *Sketches* foram compostos quer a partir dos *Dreams* de 1783, quer a partir do seu *Journal* de 1787. Ora, acontece que, se cotejarmos o *Diário (Journal)* com os seus *Sketches*, verificamos que foram introduzidas imensas alterações. Conforme diz Boyd Alexander, na Introdução ao *Diário*, Beckford tanto é capaz de reproduzir na íntegra um passo do *Diário* para os *Sketches* formando, desse modo, uma carta, como é capaz de formar outra carta mas, desta vez, transformando e baralhando completamente as informações contidas no *Diário*. Daí serem omitidos nos *Sketches* acontecimentos presentes no *Diário* e vice-versa, i.e., há acontecimentos nos *Sketches* que não se encontram no *Diário*.

Boyd Alexander exemplifica este processo com a Carta XIV. Esta carta, escreve ele, «alonga-se, ao mesmo tempo, através de uma contínua e de uma falsa narrativa, com alterações de pormenores, como visitas de Pombal (30 de Junho); Teles (6 de Junho); Almeida e Aguilar (16 de Junho); o convite das freiras

---

[1] Algumas passagens desta obra, referentes a Portugal, foram traduzidas na revista *Panorama* e, mais tarde, foi traduzida integralmente a parte respeitante a Portugal sob o título: *A Corte da Rainha D. Maria I, Correspondência de William Beckford*, Ed. Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1901.

[2] Cf. trad. port. de J. Gaspar Simões: Beckford, W., *Diário de William Beckford*, Lisboa, 1957.

[3] Cf. trad. port.: Beckford, W., *Alcobaça e Batalha*, Alcobaça, 1914.

[4] Não se sabe ao certo se as visitas de Beckford a Portugal tinham objectivos políticos bastante secretos, ou se ele se foi deixando ficar por cá por se ter apaixonado por uma filha ilegítima do Marquês de Marialva que lhe fazia lembrar a sua falecida mulher.

Para mais pormenores, cf.: Braga, Teófilo, *Bocage, sua vida e época literária*, Lello & Irmão, Porto, 1902, pp. 117-128.

do Sacramento (14 de Junho); a ida ao Teatro (rubrica não datada, à volta de 31 de Julho) e a casa dos Lacerdas (19 de Julho); a carreira do Arcebispo (4 de Julho) e a monomania religiosa de Vila Nova (18 de Julho)»[5].

Beckford fabrica as suas obras encontrando nelas mesmas o material de que necessita. Parece limitar-se a (re)organizar aquilo que dantes organizara numa outra sequência. Boyd Alexander define tal processo ao dizer que nos *Sketches* «se verifica a introdução da tesoura e da colagem, uma vez que há frases e acontecimentos reunidos numa mesma carta que provêm de diferentes rubricas do *Diário*»[6].

II. O ROMANCE QUE VAMOS LER

Se Beckford, para criar os *Sketches*. (re)fundiu obras anteriores utilizando a «tesoura e a colagem», também Rebelo da Silva, em face de algumas obras do escritor inglês, e utilizando a mesma técnica, elaborou, em 1863, um novo livro: *Lágrimas e Tesouros*. Às colagens de Beckford sucedem-se as (re)colagens de Rebelo da Silva cujo comportamento se assemelha ao de «L'homme aux ciseaux» de que fala Compagnon[7].

Retomando os textos do escritor inglês, Rebelo da Silva (re)escreve-os numa outra ordem e numa outra cronologia, ora suprimindo alguns dados, ora acrescentando outros. Assim, entre o material de Beckford, utilizado para elaborar *Lágrimas e Tesouros,* constam os *Sketches* e *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha.*

Para além destas obras, Rebelo da Silva também seguiu de muito perto as *Memoirs of William Beckford* da autoria de Charles Skeet[8], obra que, por sua vez, se elabora a partir das de Beckford.

Logo no capítulo primeiro, Rebelo da Silva introduz a seguinte nota: «Muitos dos personagens, que figuram ou hão-de ter papel, mais ou menos avultado, neste romance viveram na realidade na época, que nos propusemos esboçar, e tomaram parte em uma acção parecida com a que descrevemos. (...) Em muitos lugares apenas cobrimos de colorido transparente o desenho, que o inglês traçou com mão segura e amestrada. Tudo lhe pertence, cena, disposição de pessoas, acessórios e expressão.» *(Lágrimas e Tesouros,* p. 6; leia-se: LT 6)[9].

---

[5] Cf. Introdução ao *Diário,* p. 35.

[6] *Ibidem.*

[7] Compagnon, A., *La Seconde Main, ou le travail de la citation,* Ed. du Seuil, Paris, 1979, p. 27.

[8] Skeet, Charles, J., *Memoirs of William Beckford,* London, 1859, II vols.

[9] Silva, L.A. Rebello, *Lágrimas e Tesouros (Fragmentos de uma história verdadeira),* Tipografia do Comércio, Porto, 1863.

Mas nem «tudo lhe pertence», pois a possibilidade de trocar datas, nomes ou acontecimentos, é da responsabilidade de Rebelo da Silva. Por isso mesmo, a data que no início do romance assinala a chegada de Beckford a Alcobaça (8 de Junho de 1787) não coincide com a do texto das *Recollections* que é de 7 de Junho de 1794.

Para além das datas, Rebelo da Silva não faz grandes alterações às informações que recolheu nas obras de e sobre Beckford. Todavia, o autor, a partir dos *Sketches* e das *Memoirs*, transforma a simpatia que unia Beckford a D. Henriqueta (cujo nome completo era: Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Meneses), e a vontade que o Marquês de Marialva teria em vê-los casados, num romance onde a paixão entre os dois se torna verdadeiramente intensa mas impossível.

Num cenário político e religioso cheio de intrigas e *suspense*, o romancista constrói uma história de um amor impossível, porque Beckford é protestante e Maria é católica e ambos se encontram numa posição social que não lhes permite abdicar das suas crenças religiosas. O romance que, neste caso, é verdadeiramente a expansão do título dá conta disso: W. Beckford é rico mas, por isso mesmo, está mais preso ao seu estrato social. De nada lhe valem os *tesouros*, se a sua religião não o deixa livre para juntar-se à mulher que ama:

> «Os meus tesouros verdadeiros são as lágrimas. No meio da maior opulência peço por esmola uma hora de liberdade, e não há no mundo, nem acima dos homens, quem ma conceda» (LT 98).

*
* *

III. A INTERTEXTUALIDADE DE *LÁGRIMAS E TESOUROS*

> *«Il n'y a pas d'oeuvre individuelle. L'oeuvre d'un individu est une sorte de noeud qui se produit à l'intérieur d'un tissu culturel au sein duquel l'individu se trouve non pas plongé mais* ***apparu****. L'individu est, dès l'origine, un moment de ce tissu culturel. Aussi bien, une oeuvre est-elle toujours une oeuvre collective. C'est d'ailleurs pour cette raison que je m'intéresse au problème de la citation.»*
>
> ***Michel Butor***

Caído na teia da intertextualidade, o texto deixa de se poder ler linearmente, porque ele exige uma leitura plural. Dito de outro modo: aquilo que caracteriza a intertextualidade é justamente a introdução de um novo processo

de leitura que faz estalar a linearidade do texto. Tropeçando numa referência intertextual, o leitor (escritor) só tem dois caminhos: ou ignorar o(s) texto(s) referido(s) ou lê-lo(s) em simultâneo e através do texto que agora lê.

Intencionalmente ou não, cada texto entra sempre em diálogo com textos anteriores (ou posteriores) e temos de admitir que «qualquer texto constrói-se como um mosaico de citações e é absorção e transformação de um outro texto» (Kristeva) e que «a interacção verbal é a realidade fundamental da linguagem» (Bakhtine)[10].

A essa «fatalidade» intertextual parece que ninguém escapa, nem mesmo os personagens de *Lágrimas e Tesouros:*

> «— Mas, aonde foi v. excª buscar esse estilo de elegia, essas frases que um cultor das musas se honraria de imitar? Sabe que o snr. Manuel Maria, que tão moço é já um grande poeta...
>
> — Bocage? A que propósito me cita o meu poeta? Sou grande amigo dele...
>
> — Sei muito bem. Cito-o para dizer que se ele ouvisse a v. excª não lhe perdoaria...
>
> — Meter a fouce em seara alheia?... Deixe! São pecados que mais, ou menos todos cometemos» (LT 51).

Se não reduzirmos a intertextualidade apenas às relações entre textos escritos (literários), podemos também notar que a obra literária pode entrar em diálogo com outros sistemas de significação não literários, como a linguagem oral, ou quaisquer outros sistemas de significação não verbais.

Assim, veremos que *Lágrimas e Tesouros* dialoga com outras obras escritas (literárias e não só) e também dialoga com a linguagem oral, conforme testemunha Rebelo da Silva no seu prefácio ao romance:

> «A base do romance, se o nome não é impróprio para tão acanhada obra, funda-se na tradição oral, e se as revelações do livro, que Beckford publicou sobre as suas peregrinações, se calam com discreta prudência acerca dela, não a desmentem contudo, e em mais de um trecho deixam escapar alusões e avivam saudades com que toma ares de exacta e de verosímil.»

---

[10] Cf. Kristeva, J., Σημειωτικὴ, *Recherches pour une sémanalyse*, Ed. du Seuil, Paris, 1969, p. 146.

Todorov, T., *Mikail Bakhtine, Le Principe Dialogique*, Ed. du Seuil, Paris, 1981, p. 71.

Talvez estas razões façam incidir nova luz sobre as palavras que o Prior de S. Vicente proferiu, quando acabou de relatar a Beckford a história de fr. Lourenço:

> «Nem uma palavra acerca de fr. Lourenço! Nem uma alusão! *Esta história sabida de todos...* tem pontos que não convém lembrar. Depois lhe direi porquê»[11].

Ora, sendo o romance o género que mais favorece a intertextualidade, não devemos ver nela um somatório confuso de influências ou de «fontes», mas um trabalho de *assimilação* e *transformação* de um ou vários textos, operado no seio de um texto (o romance) que comanda a direcção do(s) sentido(s).

Assim, um romance como *Lágrimas e Tesouros* aponta, simultaneamente, para um sem número de outros textos e géneros literários. Temos, por exemplo, referida a tragédia *Castro* de António Ferreira, através do seu «novo» autor: Tomás Énio Brofario[12]; temos referido o género épico, através de uma citação d'*Os Lusíadas;* temos referida a sátira, através da citação de um soneto de Nicolau Tolentino — e que aqui aparece feito de parceria com Bocage; temos referido o género epistolar, através da transcrição da carta que Beckford dirige ao seu amigo Henry; temos referido o texto bíblico; temos, também, referido o texto de Shakespeare; etc., etc., etc.

De todo este somatório de alusões, citações e referências, concluimos que estamos, de facto, perante uma obra cuja intertextualidade não conhece limites. A intertextualidade de *Lágrimas e Tesouros* não pára nos textos de William Beckford, pois ela dirige-se permanentemente para um passado e para um futuro ilimitados.

1. A intertextualidade externa

Conforme temos vindo a dizer, a escrita-leitura linear foi substituída em *Lágrimas e Tesouros* por uma escrita-leitura que faz da página (e do livro) o lugar de intersecção de extractos oriundos de outros textos. Neste espaço intertextual é, por vezes, difícil distinguir o texto de partida da sua nova versão. Comparemos, por exemplo, um extracto do romance com o passo correspondente do *Diário* de Beckford:

> «Sua exc[a] campeava sentada em uma cadeira de vime de costas altas, cadeira levantada sobre um estrado coberto de alcatifas, e encos-

[11] Subl. n.

[12] Conforme diz um dos personagens do romance, «Esta linda peça não foi escrita por um bardo português. É obra deste senhor italiano, nosso hóspede e amigo há vinte meses» (LT 33).

tado ao topo da casa. Sete ou oito aias, e açafatas velhas e caducas, denegridas, e desdentadas, vestidas de preto, e também sentadas, mas em estreitos mochos, à sua direita e à sua esquerda, recordavam de um modo notável aqueles antigos e tenebrosos quadros de feiticeiras, em que sobressaía às vezes tanto a imaginação enferma de alguns pintores da meia idade. Era uma das mais hórridas e repugnantes tapeçarias vivas, que podiam desconsolar a vista, por mais costumada que estivesse a não se espantar com prodígios de fealdade.» (LT 81);

e agora o texto de Beckford:

«S. ex^{a} estava sentada ao fundo em uma alta cadeira de vime, e sete ou oito velhas muito feias, todas vestidas de preto e muito barbudas, enfileiravam-se à direita e à esquerda sobre bancos estreitos, formando a mais feia e extravagante exposição que os meus olhos têm visto.»[13].

O texto de Rebelo da Silva é uma contínua amostragem de outros textos que se reflectem mutuamente. Exemplifiquemos, uma vez mais, com três fragmentos oriundos, respectivamente, do romance, do *Diário*[14] de Beckford, e das *Memoirs of William Beckford* escritas por Charles Skeet:

a) «Meio corridas as cortinas de cassa bordada de uma porta de vidraças, que abria sobre o eirado, deixavam aperceber em um quarto contíguo, sentada ao seu cravo, a esbelta e delicada figura de D. Maria de Meneses. Os seus olhos azuis e rasgados, ora risonhos, ora melancólicos, e distraídos, separavam-se a miúdo do papel de música, posto na estante, enquanto os dedos corriam maquinalmente pelo teclado. O que cavam eles na sua feiticeira languidez, voltados para o Tejo, e porque retratavam certa impaciência, cada vez maior de momento para momento, à medida que o ponteiro caminhava girando em volta do mostrador do relógio colocado em cima do tremó de talha, que lhe ficava fronteiro? Cinco, ou seis lindas crianças suas primas e parentas, em dois grupos graciosos, brincavam, riam e chalravam, sentadas aos seus pés, semelhantes àqueles génios louros, e rosados, que o pincel de Rubens, ou de Paulo Veronesio nos

[13] *Alcobaça e Batalha*, p. 77.

[14] Conforme já dissemos, o *Diário* foi publicado em 1954 e não era, portanto, do conhecimento de Rebelo da Silva. Todavia, se a ele fazemos referência, é porque, numa «leitura intertextual», nos preocupamos com textos e não com datas.

mostram emboscados nas dobras de veludo e seda e por entre as flores de alguns de seus quadros alegóricos.» (LT 127);

b) «Através da porta aberta de uma escura dependência vizinha pude vislumbrar D. Henriqueta, irmã de D. Pedro, que, ora avançava ora recuava, impaciente por se aproximar e poder examinar a exótica criatura de que, provavelmente, muito tinha ouvido já falar, mas sem coragem de pôr os pés no salão na ausência da mãe. Pareceu-me uma linda rapariga com os olhos cheios de juvenil alegria e uma figurinha muito graciosa. Mas que hei-de eu dizer mais? Apenas a vi como num sonho; talvez os seus encantos se desvanecessem à plena luz do dia.»[15];

c) «While listening to one of the Queen's tenors, who was singing and accompanying himself, the curtains of an adjoining apartment, half drawn, gave the visitor a glimpse of Donna Henriquez de L —, the sister of Don Pedro. He discerned her advancing one moment, and then retreating, as if to observe the stranger, but not daring to enter the apartment during the absence of her mother. She appeared to be a very interesting girl, with a look of attractive languor; but it was only a glimpse, such as one sees in a dream, that he obtained of her pale features. A group of lovely children sat at her feet, resembling genii, partially concealed by folds of drapery in some allegorical work of Rubens, or Paul Veronese.»[16].

Curiosamente, as vozes dos personagens erguem-se para darem conta, como que metalinguisticamente, do processo intertextual onde eles próprios estão mergulhados:

«— Suponha que não são minhas as frases, que nota. Faça de conta, que as está escutando da própria boca de fr. Lourenço, e que eu as li, ou as ouvi, ainda há poucos dias. De mais quando se narra uma história fala-se e escreve-se...

---

[15] *Diário*, p. 44.

[16] *Memoirs*, p. 293, I vol.

Trad.: «Enquanto escutava um dos tenores da Rainha, que cantava e tocava, as cortinas meio corridas de um compartimento contíguo permitiam obter ao visitante um relance de Dona Henriqueta de L —, a irmã de D. Pedro. Ele apercebeu-se de que, por um momento, ela avançou e imediatamente recuou, como que para observar o desconhecido, mas não ousando entrar no aposento durante a ausência de sua mãe. Ela aparentava ser uma rapariga muito interessante, com um ar de atraente languidez; mas foi apenas um vislumbre, tal como nos sonhos, que ele obteve das suas pálidas feições. Sentado a seus pés, parcialmente ocultas pelas pregas do cortinado, estava um grupo de encantadoras crianças semelhantes aos génios que aparecem em alguns quadros alegóricos de Rubens, ou Paulo Veronês.

— Como os personagens?

— Exactamente. Quer que continue... a dizer de cor o livro de fr. Lourenço?» (LT 51).

Resulta, obviamente, desta dissolução de textos, uma dissolução do(s) sujeito(s): neste cruzar-descruzar infinito de textos o(s) sujeito(s) dispersa(m)-se, torna(m)-se outro(s).

Se, como muito bem observou André Topia, «a palavra do narrador é um belo exemplo de discurso alienado, através do qual circula todo um conjunto de estereótipos vindos de fora» e se «o seu discurso é um puro eco, e até eco de um eco»[17], temos de admitir que em *Lágrimas e Tesouros* este processo é elevado ao quadrado: não é apenas a voz do narrador que é um eco; também a voz dos personagens — que se assumem como narradores de outra(s) história(s) é um puro eco.

E, para sermos também o eco de A. Topia, acrescentemos que o que é fascinante no narrador (e, neste nosso caso, nos personagens-narradores) é que o seu discurso «embora sendo uma sucessão de repetição e eco, se apresenta como original (nos dois sentidos do termo)». O narrador «reutiliza o seu material vindo de fora como se surgisse pela primeira vez, como se instaurasse de repente uma verdade que não existia alguns segundos antes». Ele identifica-se totalmente com um já dito, pois «a sua voz, mesmo quando lhe basta pronunciar de novo palavras já pronunciadas por outros, não pode deixar de as assumir, quanto mais não seja porque é ela que as enuncia». A voz do narrador dá-lhe essa impressão de «posse» que faz com que ele, «embora dizendo qualquer coisa já dita, parece dar existência ao seu material pela primeira vez. Torna-se o seu sujeito, o enunciador, o fundador»[18].

2. A intertextualidade interna

Se a intertextualidade é, no seu sentido amplo, uma «permuta de textos», nós preferimos, como Ricardou, estabelecer aqui uma distinção entre *intertextualidade externa* (o relacionamento de um texto com outro texto) e uma *intertextualidade interna* (o relacionamento de um texto consigo mesmo).

O texto de *Lágrimas e Tesouros* não é apenas o retomar de outros textos mas ele é, também, o retorno constante de si próprio — uma «autotextualidade», segundo a terminologia de L. Dallenbach[19].

---

[17] Cf. *Intertextualidades*, trad. de «Poétique», n.º 27, por Clara C. Rocha, Liv. Almedina, Coimbra, 1979, pp. 201-202.

[18] *Ibidem.*

[19] *Ibidem*, p. 52.

Assim, à incitação de Leonor:

> «— (...) Maria! Uma hora do presente — em que as alegrias do céu descem para nós à terra — não vale mais do que muitos anos de arrependimento, de lágrimas, e de...
> — Solidão na clausura, podes acrescentar.» (LT 200)

responde, antiteticamente, fr. Lourenço:

> «— (...) Maria, vê! Não será melhor padecer e chorar uma vez, do que prolongar esta agonia sem consolação por muitos anos?... E a velhice!?» (LT 223).

Encontramos em *Lágrimas e Tesouros* vários exemplos semelhantes a este. Geralmente, é nas falas de Beckford e Maria que encontramos fortes relações de semelhança, quer a nível semântico, quer a nível lexical. Por sua vez, as falas de fr. Lourenço são a antítese das daqueles dois personagens ou, então, o eco dos seus temores e angústias.

Mas, este jogo especular onde, por vezes, as imagens saem invertidas, só atinge a sua verdadeira dimensão na *mise en abyme* cuja capacidade reflexiva se pode considerar como uma verdadeira «citação de conteúdo» ou como um «resumo intratextual». A técnica da *mise en abyme* é utilizada, como veremos de seguida, neste romance.

Quando o Prior de S. Vicente conta a Beckford a história de fr. Lourenço, imediatamente o leitor desconfia que o próprio Beckford vai separar-se de Maria e vai correr o risco da loucura ou, como ele dirá na carta ao seu amigo Henry Temple, da demência.

A história de fr. Lourenço, que se desenrola nos capítulos VII e VIII, é, pois, uma *mise en abyme.* Devemos, todavia, notar que essa história não repete integralmente a de Beckford. Fr. Lourenço separa-se de Teresa por motivos bem diferentes dos de Beckford e existem incidentes na história de fr. Lourenço que não se repetem na do inglês. Portanto, o que a história de fr. Lourenço tem em comum com a de Beckford é, essencialmente, a separação em si e o problema da loucura. Para além disto, a história do frade tem a função de justificar, ao longo do romance, as suas «capacidades proféticas».

Esta *mise en abyme* é, simultaneamente, retrospectiva e prospectiva: retrospectiva, porque ela reflecte *a posteriori* uma história consumada; prospectiva, porque reflecte antecipadamente a história que ainda não aconteceu. Dito sinteticamente, a *mise en abyme* é, neste caso, *retroprospectiva* pois que, ao revelar acontecimentos passados, ela já está a sugerir, através deles, o fim da

nova história que agora começa[20]. Se a separação de Lourenço de Assis e de Teresa o levou ao convento e à loucura, também a separação de Beckford e Maria pode ter os mesmos efeitos[21].

Esta «micro-narrativa», que exerce o papel de duplo da «macro-narrativa», institui um jogo intertextual de repetição, de condensação e de antecipação. Efectivamente, a figura de fr. Lourenço, saída da *mise en abyme,* torna-se, para Beckford, e para o leitor, a visão antecipada do fim:

> «Aquele encontro sobressaltou o amante de D. Maria de Meneses. Um vago pressentimento, que não podia explicar, dizia-lhe que as duas vezes, que vira o severo monge, não eram as últimas, e que mais tarde, ou mais cedo, ele havia de exercer decisiva influência sobre o seu destino» (LT 73).

Tais pressentimentos confirmam-se, quando fr. Lourenço faz a sua quarta e última aparição:

> «Voltando-se assustada viu a fr. Lourenço imóvel poucos passos atrás, estendendo o braço entre ela e Sir William como para os separar. Beckford não menos pasmado tinha-se virado também e fitava com irosa suspensão as feições do solitário, que vinha interromper com palavras de terror o colóquio tão suave de duas almas, que há tanto cobiçavam esta hora de júbilo e de enlevo» (LT 216).

Se fr. Lourenço se interpõe entre Maria e Beckford é porque ele acha que a união de uma católica com um protestante não deve realizar-se. O papel de fr. Lourenço é, pois, o de ser a voz da Igreja, das Escrituras e da Tradição:

> «Seja homem e diga comigo, que a tradição de tantos séculos, que a doutrina dos apóstolos e santos padres, que o precioso depósito da unidade confiado por Cristo desde S. Pedro até hoje aos pontífices não podiam ser obra do erro, da fraude e da superstição, e que mais alto

---

[20] Cf. Dallenbach, L., *Intertexto e Autotexto,* in: *Intertextualidades,* p. 53 ss.; e Ricardou, J., *Le Nouveau Roman,* Ed. du Seuil, 1973, p. 47 ss.

[21] Neste ponto, todavia, a obra é ambígua. Não ficamos com a certeza de Maria e Beckford ficarem definitivamente separados: «— Bem sei. Parte!».

«— Para sempre?! acudiu ele vacilando».

«— Não! Por algum tempo. Se à volta a verdade tiver falado ao teu espírito, ou se o meu houver triunfado das sombras, que o escurecem agora... seremos para o mundo o que já somos para a nossa alma e para Deus. William, valor! Daqui a seis meses no convento de Santa Clara. Se não for tua serei do claustro» (LT 226).

do que a voz de um frade apóstata e a luxúria de um rei sanguinário falam as eternas verdades, que Jesus gravou no seio da sua igreja!...» (LT 223).

Fr. Lourenço é a voz do *Logos*, na medida em que ele é o emissário de Deus:

«— Quem és tu, ídolo de barro e de orgulho para mandares calar o servo do Senhor e a voz da verdade?» (LT 218).

Fr. Lourenço é o transmissor «da santa voz da lei» (LT 195). Ele é a voz do *monologismo*[22] que irrompe, dogmaticamente, no seio do *dialogismo* que permanentemente o contesta. O seu discurso unidireccional e «solitário» ressalta estranhamente no seio de um discurso plural, dramático, em constante diálogo com outros textos. O seu discurso diz sempre o Mesmo, enquanto que os discursos do narrador e dos outros personagens são um constante trabalho dialógico (intertextual) em vias de destruir esse monologismo.

Este «drama» *(monologismo vs dialogismo)*, que se instala no seio da própria linguagem e que é, no fim de contas, o drama *cristianismo vs anticristianismo*, é verbalizado por um dos personagens — o padre Inácio — ao dirigir-se a fr. Lourenço:

«— Aonde estão as provas da missão divina? (...) Que milagres atestam o dom da revelação? Entre o profeta, o impostor, ou o louco, quais são os sinais, que hão-de ajudar a nossa fé?... (...)

Tu que te dizes apóstolo das gentes onde viste e ouviste o Mestre?... Tu que te chamas profeta e trazes a boca cheia de ameaças, e a mão carregada de maldições, aonde te falou o espírito de Jeová? Responde! És filho do orgulho e das trevas, ou leste no livro cerrado a sete selos algumas das letras dos segredos, que Deus guardou na infinita sabedoria de seus desígnios?» (LT 221-222).

Estamos, em última análise, perante um romance *ambivalente* onde o discurso monológico (cristão) se entrecruza com o discurso dialógico. Por um lado, o discurso da Lei, da Autoridade, da Tradição; por outro, o discurso contestatário, rebelde, subversivo, dialógico.

Braga, Outubro de 1982

---

[22] Cf. Kristeva, J., Σημειωτική, *Recherches pour une sémanalyse*, pp. 143-173; e ainda: Compagnon, A., *La Seconde Main*, pp. 190-230.



NOTA PRÉVIA

Continuamos com a publicação das *actas* das vereações da Câmara de Braga, no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de extraordinária importância não só para o conhecimento da vida económica, social e cultural da cidade e seu termo, na segunda metade do século XVI, mas também para surpreendermos determinados aspectos da actividade deste zeloso Prelado, que, de outra forma, poderiam ficar submersas no silêncio da História.

Na preparação destes documentos para a tipografia contámos com a dedicada colaboração das Dras. Maria Cristina Almeida Cunha e Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, que se incumbiram da transcrição e das indispensáveis notas, tendo nós procedido à revisão integral pelos originais e à resolução dos casos mais complexos, pelo que assumimos a responsabilidade global do trabalho realizado.

Desejamos observar que na transcrição destes textos seguimos critérios bastante diferentes dos habituais nesta secção, sendo desnecessário entrar na sua especificação.

Pensamos que, a diversos títulos, esta opção se justifica e oferece vantagens, esclarecendo, ao mesmo tempo, que pretendemos apenas apresentar uma transcrição correcta e tanto quanto possível segura, útil aos investigadores e curiosos da história de Braga, bem como a quaisquer outros.

J. MARQUES

[FL. 121] (...) juramento e ho dito porteiro veio e dise que hos chamara e vierão Fernão Correa e Francisco Teixeira vreadores aos quaes ho dito juiz deu juramento dos Santos Avangelhos que bem e verdadeiramente sevisen seus carregos de vreadores pera ho anno que vem gardando as partes sua justiça e a lei d'el Rey nosso senhor e de sua Reverendissima Senhoria o que for de seu serviço e elles asi ho prometerão fazer e asinarão aqui

Francisco Teixeira / Correa .

E sendo chamados hos ditos lecenciado Francisco Soares e Manoel de Queiroz per elo (sic) dito porteiro da Camara segundo deu fe dise elle porteiro que ho dito lecenciado Francisco Soares e Manoel e Queiros estavão doentes em cama e que diserão que despois verião achando se em desposisão por não estarem ao presente pera iso. O que visto per elles juiz e vreador diserão que hos ofeciaes que pera hoanno herão enleitos lhes darião juramento porque [**FOL. 121 V**] inoravão podia ser. E mandarão asi escrever e asynarão aqui e eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Antonio Vieira 1574 / Da Fonsequa.

[Fl. 122] LIVRO DO ANNO DE MIL QUINHENTOS SETENTA E COATRO ANNOS EM QUE FORÃO JUIZES E VREADORES E PROCURADOR HO (sic) SEGINTES

Juizes - Cristovão Pacheco e Francisco Soares
Vereadores - Manoel de Queiros, o doctor FernãoCorrea, Francisco Teixeira
Procurador do Concelho - Francisco Campelo

Sabado dous de Janeiro de 1574 forão juntos em camara o (sic) senhores Cristovão Pachequo juiz o doctor Fernão Correa, Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho

Item na dita camara acordarão e mandarão que se lançase pregão ellos lugares acostumados desta cidade que todos hos mesteres se venhão hobrigar pera ussarem de seus hoficios [2] e da-[**Fl. 122v**]rem mantimentos a republiqua conforme a hordinação per todo este mes de Janeiro so as penas della e das vreações postas em tal casso som e eu escrivão lhes tome suas hobrigações em livro que pera iso se fara e o pregoeiro venha dar sua fee.

Item acordarão que se pasase alvaras de correr pera o termo que se fação jurados e que por todo este mes tomem juramento e venhão dar sua fee do que a ese tempo lhes for mandado fazer e que asi fação ante si tambem cadrilheiros pera Regimento da Republiqua e que isto farão so as

[1] Riscado na mesma tinta: "risquei. Item na dita camara acordarão que se lançase pregão pela cidade como hera costume que todos hos mesteres se venhão hobrig".

[2] Corrigido de "hofecios".

penas contheudas nas vreações e que eu escryvão lhe dese juramento pera melhor despacho das partes.

Item acordarão mais de porem holheiros pera averem de correr as rendas do verde e da medidajem pera o que mandarão chamar Gaspar Gonçalvez que ho ano pasado houve a renda da medidajem e a Pero Lopez que houve a do verde [FL. 123] aos quaes encarregarão cada hum detevese carrego de correr a que houvera no anno pasado pera o que lhe derão juramento. E elles so carrego do dito juramento prometerão asi o fazer.

Item na dita camara mandarão eles Regedores que nenhũa petição o porteiro tome pera se aver despachar em camara sen lhe ser dado com ella dez reais coatro pera elle e seis pera mym escrivão por hum termo que nella porey ao pe do despacho que asi poserem pera se saber como se despachara em camara porcoanto asi se ussa em tadas partes deste reino e estar ja nesta camara acordado e pregoado no anno de cincoenta e oito annos como do livro do dito anno [3] se pode ver. E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Fernam Correa / Francisco Teixeira / Cristovão Pachequo / Francisco Campello

[Aos] coatro dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em Pachequo camara os senhores Cristovão Cristovão (*sic*) juiz Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho

[Fl. 123 V] Item na dita camara acordarão de fazerem recebedores das sissas dos ramos do jeral do termo e herdades e igrejas e vinho he de ramos do peixe carne azeite por escusarem hos que estavão enleitos por justas caussas que pera iso alegarão.

Item a Migel Vaz çapateiro pera recebedor do geral do termo;

Item a Gregorio Rodriguis cuiteleiro da Rua do Anjo pera recebedor do ramo do vinho igrejas e herdades;

Item a Francisco Geraldes cuiteleiro morador na rua do Anjo pera recebedor dos ramos do azeite peixe e carne.

Item na dita camara deu fee Pero Carneiro que noteficara ao dito Francisco Giraldes que se fizese prestes pera receber seu ramo como estava enleito so pena de caregar toda a copia dos ditos ramos sobr'elle e en todas as mays penas que se contem no regimento de Sua Alteza e aos mais atras declarados se noteficarão que fizesen o mais e isto em suas pessoas porcoanto vierão em Camara.

[Fl. 124] Item na dita camara se arrematou a renda da medidajem a Gaspar da Porta do Souto en dez mil reais. E despacharão huns autos dos recebedores e despacharão petições e ouvyrão partes e despacharão petições. E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevy.

Correa / Cristovão Pachequo / Francisco Teixeira / Francisco Campello

E loguo no dito dia coatro dias do mes de Janeiro de setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes, o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador do Concelho.

[Fl. 124 V] Item na dita camara se deu juramento ao lecenciado Francisquo Soares que saio este anno de juiz como consta da provisão que neste livro anda atras terladada (sic) ao qual os mais senhores regedores encarregarão que servisse o dito carrego conforme a hordenação d'El Rey nosso senhor gardando em todo direito e juramento as partes e a jurdição do contrato dos

[3] "anno" emendado por cima de "livro".

prelados desta Santa Igreja antre hos reis deste reino celebrados ho que todo prometeo fazer e assinou.

Francisco Soares

4 Item na dita camara acordarão que por coanto se fazia pouqua deligencia na goarda da cidade e as partes se queixavão não achavam quem despachasem as arrecadações que dequy (*sic*) en diante tenham *(ilegível)* da goarda da dita cidade e seus termos Francisquo Teixeira vreador ho anno presente ao qual mandavão que em todo e pera todo hobedeção os mandados e penas e que nenhum escrivão desta cidade faça nenhũa arrecadação porcoanto lhes não perten-**[Fl. 125]** ce senão que todos ho fação pera[nte] ho escrivão e asinados pelo goarda mor e que ho sobredito se notefique aos ditos tabeliams que ho não fação so pena de suspeição de seus hoficios e de serem muito bem castigados. E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares / Correa / Francisco Campello / Francisco Teixeira

Em sete dias do mes de Janeiro de mil e quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes, o doctor Fernão Correa, Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

5 Item na dita camara deu fe Pero Carneiro que noteficara aos tabeliams ho acordo atras das arrecadações com as penas nele declaradas.

[Fl. 125 V] Item na dita camara mandarão chamar hos carniceiros desta cidade e vierão loguo Nicolao Gonçalvez e Gonçalo Gil e Fernão Gonçalvez e Bastião Fernandez e Pero Diaz e Domingos Bras aos quaes eles senhores fizerão pergunta dando lhes primeiro juramento se tinhão cortado des que começara este mes de Janeiro algũa carne ao que respondeo Nicolao Gonçalvez que ele a cortara no Paço pera a casa do senhor Arcebispo por pezo comforme a lei e postura que ate qui (*sic*) estava posta e por Fernão Gonçalvez e Pero Diaz outrosi foi dito que cortarão carne nos açouges desta dita cidade e os mais carniceiros pelo dito juramento declararão que a não cortarão. O que visto pellos ditos senhores regedores foi mandado ao dito Nicolao Gonçalvez e Fernão Gonçalvez e Pero Diaz que elles de qui (*sic*) en diante cortasen carne todas as somanas ate ho Entruido coanta poderem asi e da maneira que ho anno pasado cortarão e isto nos açouges desta mesma e não em outra parte visto a comfissão delles em como a começaram a cortar neste mes e principio do anno a qual pesarão comforme ao preço que ate qui se cortou ate se emformarem da villa de Guimarães e Ponte de Lima e Barcellos a como vallia pera com isso se prover como fosse justo. E que asi comprirão so penna de **[Fl. 126]** cincoenta cruzados pagos da cadea. E so a dita pena mandarão aos mais carniceiros que não cortasem nenhũa maneira carne sem primeiro se hobrigarem como tem de costume e conforme a lei. Aos quaes mandarão aqui assinar suas comfissões e por elles não quererem assinar mandarão ao procurador do Concelho que assinase por elles.

Francisco Campello

Item na dita camara despacharão algũas partes. E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Correa / Francisco Campello / Francisco Teixeira.

---

4 Na margem está escrito "Arrecadação".

5 À margem está escrito "fee".

Sabado nove dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Crystovão digo o lecenciado Francisco Soares juiz, o doutor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador.

[Fl. 126 V] E despacharão petições e ouvirão partes. E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello

En honze dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara hos senhores regedores que abaixo asinarão os quaes praticarão em negocios que relevavão a republiqua.
E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira / Campello.

Coarta feira treze dias do mes de Janeiro de mil e quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Crystovão Pachequo ho lecenciado Francisco Soares juiz Francisco Teixeira vreador Francisco Campello procurador.

[Fl. 127] Item na dita camara acordarão de se ajuntarem amanhãa da hũa hora por diante pera mandarem chamar os lançadores da sisa que a ão-de repartir aos parentes dos que a lançarão ao todo ho povo e tratarem outros negocios neceçario (*sic*). E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

En quatorze dias de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores regedores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes Francisco Teixeira vreador, Francisco Campello procurador do Concelho.

[6] Item na dita camara acordarão de enlegeren outros recebedores pera a sissa deste anno presente por coanto hos outros se escusarão por justos respeitos pera ho que enlegerão logo os segintes:

Item Alvaro Luis da Porta do Souto pera receber ho ramo da sisa do ramo desta dita cidade e coutos de Pedralva e Arentym ho qual [Fl. 127 V] Alvaro Luis logo mandarão chamar e veio e lhe carregarão o dito ramo e copia delle e

[6] À margem está escrito "sisa".
[7] À margem está escrito "festa".

que se fizese prestes pera ho receber so penna de carregar toda a copia sobr'ella e custas que nisso se recreserem o que prometeo fazer e assinou.

De Alvaro + Luis

[8] Item acordarão e mandarão que se fisese a festa do bem aventurado San Sebastião a sua bespora (*sic*) e dia pera que ele pesa a Nosso Senhor queira dar vida e saude a el Rei nosso senhor e acresentar seu estado pois nolo deu en seu dia. A qual festa se faça asi e da maneira que ho anno pasado se fez e que ho procurador pague todo ho necesario pera dita festa e se lhe levara em conta.

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petições. E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Francisco Teixeira.

[Fl. 128] [8] Vista ao escrivão os setemta e nove asemtos que a neste livro toqa diguo tocantes a sisa dozemtos e trinta e sete II^{c} XXXVII da contagem XVIII reais.

Vallentim Fernandes.

Em quinze dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes ho doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores.

Item na dita camara enlegerão pera recebedores da sisa dos ramos da carne peixe e azeite e ygrejas e herdades comvem a saber pera o ramo do peixe e carne e azeite a Graviel Alvares çapateiro morador na rua de Soussa.

Item e pera o ramo das herdades e igrejas a Belchior Periz çapateiro morador na rua dos Chãos e azeiteiro. Os quaes recebedores eles regedores mandarão chamar por Pero Carneiro porteiro da ca-**[Fl. 128 V]**mara e veyo Belchior Periz ao qual encarregarão eles senhores que tivese carrego de receber ho dito ramo so pena de o pagar de sua cassa com todos hos custos que sobre isso se fizerem. E por não vir Graviel Alvares elles regedores lhe mandarão por ho dito porteiro noteficar se fizese prestes pera receber ho ramo da carne peixe e azeite como estava enleyto so pena de cincoenta cruzados e de carregar sobre elle a copia do dito ramo.

Item na dita camara deu fee Pero Carneiro porteiro da Camara que noteficara ho asima dito a Gravyel Alvares çapateiro so as penas atras declaradas e asinou aquy.

Pero Carneiro

Item despacharão petições e ouvyrão partes .E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira

[Fl. 129] Sabado dezaseis dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores o lecenceado Francisco Soares juiz ho doctor Fernão Correa vreador Francisco Campello procurador e por não virem os mais regedores não fizeram camara.

---

[8] Até ao início da acta de vereação seguinte o texto está escrito com uma letra diferente.

9 Item na dita camara recebeo o dito procurador de Diogo Rodriguis sombreireiro dous mil cento cincoenta reais de laudemio de hũas casas que elle comprou a Nicolao Goncalvez Cerqueira na Rua de São Marquos propriedade do Concelho em preço de oitenta e seis mil reais pera o que eles regedores lhe tinhão dado consentimento.

Francisco Soares / Francisco Campello / Correa.

En dezoito dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campelo procurador do Concelho.

Item na dita camara se deu juramento ao dito Manuel de Queiros vreador que ben e verdadeiramente sirva seu carrego de vreador pera que foi enleito o que ele prometeo asy comprir conforme a ordenação. E asinou e eu Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Queiros 1574

[Fl. 129 V] Item na dita camara tratarão sobre negocios da republiqua. Jorge do Valle ho escrevi.

Queiros 1574 / Christovão Pachequo / Francisco Soares Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello

10 Em dezanove dias do mes de Janeirode mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Cristovão Pachequo juiz Manuel de Queyros o doctor <Fernão> Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador do Concelho. 11

Item na dita camara pareceo Domingos Bras carniceiro o qual foi mandado chamar pelo porteiro da camara pera se hobrigar a cortar carne a qual hobrigação lhe tomarão em auto de fora. E praticarão en outras cousas. E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Queiroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Campello

[Fl. 130] Em vinte tres dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Crystovão Pachequo juiz, Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores e o procurador do concelho Francisco Campello.

Item na dita camara mandarão registar hum prevylegio da Trindade a a (sic) Rodriguo Alvares morador en na freguesia de Galtar o qual mandarão que se compryse em todo como nelle se conthen. E despacharão petições e ouvyrão partes. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Cristovão Pachequo/Queyroos 1574/Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Em vinte e synquo dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos nesta cidade de Bragua no paço do Concelho dela hi per ho licenciado Mateus Fernandes desenbarguador e ouvydor nesta cidade de Bragua per elle foi dado juramento [Fl. 130 V] a Antonio Sobrinho cidadão e João Martins mercador e Joam 12 Fernandes luveiro e Jacome Fernandes capateiro todos lancadores da sisa dos parentes ho anno presente

9 À margem está escrito "corentena do concelho".

10 À margem está escrito "En 19".

11 O escrivão fez aqui a ressalva do que acima havia escrito: "diz na entrelinha Fernão".

12 A palavra surge abreviada da seguinte forma "Jm^{e}". No entanto, optamos pela leitura "Joam", porque assim o fez, em algumas partes deste livro, o prório escrivão.

aos quaes enquarregou a repartisem ben e verdadeiramente sem hodio nem afeição de pesoa algũa e conforme ao regimento de sua alteza ho que eles asi prometerão fazer e asinarão. E eu Jorge do Vale escrivão da Camara ho escrevi.

Antonio Sobrinho / Farto / (rubrica ilegível) / Francisco Fernandes / João Martins /

Em vynte e sete dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Cristovão Pachequo juiz Manuel de Queiros digo o lecenciado Francisco Soares outrosi juiz, Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

Item na dita camara derão licença a Bastião Gonçalves do Carreiro da freguesia de Froços **[Fl. 131]** pera hir comprar dous bois pera sua lavoura. E despacharão petições e autos e ouvyrão partes. E eu Jorge do Vale escrivão da Camara ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Francisco Campello

Em vinte e hoito dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiros o doutor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores e o procurador não veyo.

Item na dita camara forão juntos eles regedores pera tomarem conta aos recebedores da sissa do anno pasado de setenta e tres anos os quaes vierão comven a saber Francisco Martinz cuytileiro recebedor do jeral da cidade e Geraldo d'Agiar recebedor do geral do termo e Francisco da Costa ciryeiro recebedor do jeral diguo dos ramos da carne peixe e azeite e Diogo Pirez recebedor do vinho [das] igrejas e herdades aos quaes **[Fl. 131 V]** por não trazerem quytações jeraes do executor d'el Rey nosso senhor lhes mandarão e noteficarão que sabado prymeiro na camara presentasen suas quitaães so pena de serem penhorados pelas dita (*sic*) copias que sobre elles carregão e serem por isso prezos. As quaes noteficasões fizerão asy a todos os ditos recebedores tirando Francisco Martinz.

Queyroos 1574 / Correa / Cristovão Pachequo; Francisco Soares / Francisco Teixeira.

Item na dita camara veio Francisco Martinz recebedor do jeral desta cidade do dito ano ao qual foi tomado conta e por não presentar outrosi quitação jeral de executor lhe noteficarão e mandarão que sabado primeiro seginte a traga a camara so penna de pagar a copia que sobre ele carrega e ser prezo. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Item na dita camara despois de estar serrado ho livro mamdarão registar hum previlegio do Santo Sacramento a João Alvares cuitileiro **[Fl. 132]** da rua dos Chãos e que se goardase en todo como nelle se conten. E eu sobre dito ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 Francisco Teixeira.

Em trymta dias do mes de Janeiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Crystovão Pachequo juiz Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

13 Item na dita camara derão consentimento a hũa compra que fez Francisco Vaz Lanceiro de hũas casas que comprou a Estevão Vieira e a sua molher Ilena Mendiz por trynta e tres mil reais propriedade desta camara situadas no arrabalde dos Chãos. E recebeo de corentena o procurador oitocentos e vynte e cinco reais.

Item na dita camara mandarão registar hũa carta de engeminação de Luis Giraldes çapateiro morador nesta cidade que lhe foi pasada pelos regedores de Vila de Conde a qual mandarão que se comprise. E despacharão petições. E eu Jorge do Vale ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Queyroos 1574 / Correa / Campello.

[Fl. 132 V] Em tres dias do mes de Fevereyro de mil e quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho e asi com eles ho ouvydor.

E despacharão hũa petição de Pero Mendez que tem carrego do aljube e sobre a sissa que lhe hera carregada da igreja de São Vitouro.

E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Queyroz 1574/Christovão Pachequo/ Francisco Soares / Francisco Campello / Francisco Teixeira.

Sabado seis dias do mes de Fevereiro de mil e quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores e não fizerão camara po[r] não virem os mais regedores e declaro que Cristovão Pachequo esta mal disposto e o lecenciado Francisco Soares faz audiencia e Fernão Correa dizem que he fora da cidade. E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Queyroz 1574 / Francisco Teixeira.

[Fl. 133] Quoarta feira dez dias do mes de Fevereiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores regedores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares, juizes Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

14 Item na dita camara acordarão que se fizese a calsada dos Palames pera o que mandarão chamar a João Periz da freguesia de São Jeronimo e a Gonçalo Martinz e Pero Martinz e Bastião Alvares moradores nesta mesma e pedreiros aos quaes encarregarão tevesem cuidado d'amanhãa por diante trabalhar na dita calsada e não tirasem a mão della ate se acabar e lhe mandarão pagar a custa dos moradores da dita rua tudo aquillo que por dous ofecia[e]s em que se louvarem todos diserem que se merece por braças e isto comprirão so pena de mil reais e da cadea e cometem ha excecusão (*sic*) deste casso a Francisco Teixeira vreador pera que asi aos moradores da dita rua como aos pedreiros e aos mais que vir são necesarios compella com as pennas que ben lhe parecer porque pera o dito casso lhe dão todas suas veses e mandão que a todos seus mandados

13 À margem deste item está escrito "corenta".

14 À margem deste item está escrito " Calçada dos Palames".

se obedeção e cumprão suas pennas .E todo ho sobredito ouverão por noteficado em pesoa dos ditos pedreiros por estarem presentes.

Item na dita camara acordarão por coanto tinhão por enformação que ho azeite valia nesta cidade a oitocentos cincoenta reais ho almude que dequi (*sic*) en [**Fl. 133v**] [*diante*] valha o cartilho do azeite nesta dita cidade muito bom a vinte e hum real ate se tomar enformação a como val na cidade do Porto e nos mais lugares comarquãos pera que se façáo medidas a respeito do dito preço. O qual acordo os ditos regedores tambem poderão por despacho em huns autos d'agravo que tirarão os azeiteiros dante os almotaceis pera a camara por lho mandarem dar o cartilho a vimtem.Item na dita camara despacharão huns autos sobre a sissa da renda de São Vitouro que lhe foi carregado por aver enformação que hera rendeiro della ao qual foi presente o lecenciado Mateus Fernandes Farto ouvydor.E despacharão outros papeis e petições. E eu Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Soares / Queyros 1574 / Christovão Pachequo / Correa / Teixeira / Francisco Campello.

[**Fl. 134**] Sabado treze dias do mes de Fevereiro de mil e V^{c} LXX IIII anos forão juntos en camara hos senhores o lecenciado Francisco Soares juiz Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

[15] Item na dita camara mandarão registar hum privilegio neste livro o qual he [16] do Santo Sacramento e concedido a Pero Diaz çapateiro morador nesta mesma e mandarão que se comprise e goardase asy e da maneira que se nella conthen como se pode outrosi do despacho que no dito previlegio eles regedores poserão.

[17]Item na dita camara mandarão registar outro previlegio do Santo Sacramento que foi concedido a Antonio Fernandez çapateiro morador nesta mesma na freguesia de Santiago da See o qual previlegio mandarão que se comprise e goardase como se nelle conthen . E despacharão petições e autos de injuria . E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Soares / Queyros 1574 / Francisco Campello

[**Fl. 134 V**] Quoarta feira dozasete (sic) dias do mes de Fevereiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo juiz, Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador do Concelho.

Item na dita camara pareceo Francisco Fernandes çapateiro morador na rua de Meiximinhos que foi enleito pera servir de Juiz do oficio de çapateiros desta mesma cidade ao qual os ditos regedores derão juramento e encarreguarão que sirva ho dito carreguo com seus companheiros bem e verdadeiramente e ele asi ho prometeo comprir e asinou e o mesmo asinou Francisco Alvares juiz do oficio de chap[*elaria*][18].

Francisco + Fernandes / Francisco + Alvares.

---

[15] À margem deste item está escrito "previlegio do Sacramento".

[16] Repete "he".

[17] À margem deste item está escrito "do Santo Sacramento".

[18] A frase "e o mesmo asinou Francisco Alvares juiz do oficio de chap[elaria]" foi, concerteza, acrescentado ao texto, uma vez que a assinatura de Francisco Fernandes aparece antes das três últimas palavras.

19Item na dita camara entregarão as quitações dos recebedores do anno pasado as quaes os ditos regedores mandarão que eu escrivão tivese em boa guoarda ate se meterem no cofre adonde estão as do ano de setenta e dous. As quaes quitações são das sissas desta dita cidade e seu termo e ramos.

[Fl. 135] Item na dita camara despacharão petições e ouvirão partes . E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Queyroos 1574 / Correa /Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Em vinte dias do mes de Fevereiro de mil e quynhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara o[s] senhores o lecenciado Francisco Soares juiz, Manuel de Queiroos Francisco Teixeira o doctor Fernão Correa vreadores, Francisco Campello procurador do Concelho por ser coarta, diguo sabado.

20Item na dita camara mandarão elles regedores ao dito procurador que dese a Felipa Lopes molher de Pedro Ledo de São Pedro de Meyximinhos pera que tenha carrego de hũa cryança que oje a porta da dita ygreja se pos entertanto que se busqua algũa ama que a crie.

Item na dita camara requereo o procurador a elles regedores que mandasen cortar e tirar huns carvalhos e castanheiros que hora novamente se poserão na estrada publiqua da Carreyra dos namorados saida desta cidade porque com eles se empede a publiqua [Fl. 135 V] serventia e rocio do Concelho ao que eles regedores responderão que ho iryão ver e no casso proveryão como fose justiça. E despacharão autos e petições e ouvirão partes. E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira /Correa / Francisco Campello.

Terça feira vinte e tres dias do mes de Fevereiro de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes ordinairos Manuel de Queiroos o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

Item na dita camara veio Antonio Vieira juiz que foi ho anno pasado e trouve a eles regedores a pauta dos ofeciaes que forão destes annos a esta parte atras pasados de que atras se faz menção não serem trazidas por ficarem em poder de Sua Senhoria dizendo que hum destes dias pasados Sua Senhoria lhe mandara as ditas pautas pera [Fl. 136] que as troxese a esta camara e se metesem no cofre como as trazia cerradas e seladas com ho sello das armas de Sua Senhoria e que se as loguo não trouvera fora porque dando diso conta a Francisco Teixeira vreador asentara com ele que se meterião no dito cofre coando se entregasem as chaves delle aos ofeciaes do anno pasados (*sic*) o que visto per elles regedores mandarão a mim escrivão as tivese a bon recado en meu poder ate vire[m] as ditas chaves pera se meterem no dito cofre.

Item na dita [camara] acordarão eles regedores de enlegerem recebedores pera averem de receber os ramos do azeite carne e peixe e o do vinho das Igrejas e erdades.

Item enlegerão pera recebedor da carne peixe e azeite a Belchior Gonçalvez çapateiro morador na rua de Soussa.

Item enlegerão pera recebedor do ramo do vinho [das igrejas] e herdades a Antonio Fernandez

19 À margem deste item está escrito "quitações das sisas desta cidade".

20 À margem deste item está escrito "engeitada".

çapateiro morador na Rua de Meixeminhos aos quaes mandarão logo notefiquar por Pero Carneiro porteiro da camara que cada hum delles se fizese prestes pera receber o seu ramo pera que estavam enleitos so penna de carregar sobre eles todo o que emporta a seu ramo [**Fl. 136 V**] e todas as custas e yntereses que sobre isso se recresem e pagar de suas fazendas.

Item na dita camara deu fee Pero Carneyro porteiro da Camara que noteficara o dito Antonio Fernandez çapateiro que se fizese prestes a receber o ramo do vinho [*das*] igrejas herdades so pena de tudo pagar de sua cassa a fazenda de Sua Alteza e que Belchior Gonçalvez çapateiro não estava en cassa. O que visto per eles regedores mandarão a ele porteiro que noteficase ao dito Belchior Gonçalvez se fizese prestes pera receber o seu ramo pera que estava enleito so as pennas atras declaradas e que da noteficassão viese dar sua fee.

Pero Carneiro.

Item na dita camara acordarão e mandarão elles regedores ao procurador do Concelho que mandase fazer as varas que fosen necesarias pera os ofeciaes do anno presente e pera os almotaceis e vreadores as quaes fosem de muito boas tintas e de boons oleos e que logo com muita brevidade se mandase fazer e que a que Pero Lopez deu a Antonio da Fonsequa a page ele Pero Lopez de sua cassa. E despacharão petições e ouvirão partes [**Fl. 137**] . E eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

[21]Sabado vimte e sete dias do mes de Fevereiro do anno de mil quinhemtos setemta e quatro annos foram jumtos em camara os senhores o lecenciado Francisco Soares juiz ordinairo Manuel de Queiros e o doctor Fernão Correa vereadores e Frrancisco Campelo procurador do Concelho. Sobreveo Christovão Pachequo juiz ordinairo.

[22]Item na dita camara deu fee Pedro Carneiro porteiro desta camara que notefiquara a Belchior Gonçallvez çapateiro que estava enleito nesta camara pelos regedores della por recebedor do ramo da carne peixe e azeite pera este [anno] presemte que tevese carreguo de ho receber e acudir ao inxuquitor del rey noso senhor com a comha delle aos quartais do anno e seu tempo e asynou aqui.

Pedro Carneiro.

[23]Item na dita camara entregarom a Antonio da Fomsequa vereador que foy o anno pasado hũa das chaves do cofre comforme a seu regimemto e elle a recebeo e asynou aqui e asy foy entregue outra das ditas chaves a Tristão da Guarda vereador que foy o anno pasado e asynou aqui.

Da Fonsequa [24] */ Goarda.*

[**Fl. 137 V**] [25]Item na dita camara acordarom de prover na pustura dos polvos por serem enformados que se vemdião muito carros (*sic*) e tomado enformaçam acharom que a braça dos ditos polvos custava a trezemtos e vimte reais e que vemdemdo se pelo preço que ate ora vemderom era ho ganho muito pera quem os vemdia e perjuizo da repubriqua. E pera saberem a como se podião vemder com darem ganho a seus donos mandarom e molhar hum dos polvos gramdes e outro dos meaos e outro dos pequenos e acharom que molhados so d'agua pesavam mais de meo a

---

21 A partir desta acta a letra é de outro escrivão da Camara, João Teixeira.

22 À margem deste item está escrito "recebedor".

23 À margem deste item está escrito "chave".

24 Esta assinatura está no meio da parte final do texto que a precede, o que leva a supôr que António da Fonseca terá assinado antes do escrivão dizer a quem foi entregue outra chave.

25 À margem deste item está escrito "polvo".

meo pelo que acordarom que daqui por diamte nenhũa pesoa que nesta cidade vemder polvos os venda < a olho somemte > a peso, convem a saber, que ho polvo sequo nam pase de dez reais o arratel e d'agua e de molho nam pase de cimquo reais sob pena de quem quer que ho contrairo fizer pague de pena pera o comcelho dous mill reais e da cadea e isto avemdo respeito ao muito engano que na vemda dos ditos polvos avya vemderemsse ao olho as pesoas de fora e meninos e moços que os hiam comprar que nam entemdiam nem conheciam quaes eram os grande[*s*] nem p[*e*]quenos nem os meaos. E mandarom que loguo se apregoasse. E eu Joam Teixeira o escrepvy com amtrelinha que diz a olho somemte.

Item na dita camara mamdaram abrir o cofre e nelle meterom as pautas cerradas e aseladas com o selo do senhor arcebispo e asy hum maço de muitas quitações dos enxuquitores da sisa desta cidade.

[26]Item na dita camara entregou Tristão da Goarda a Manuel de Queiros vereador a chave que tinha do almario homde esta o dito cofre e cartorio desta camara e elle a recebeo delle e asynou.

Queyroos 1574 / Queyroos 1574 [27] */ Christovão Pachequo / Soares / Correa / Campello.*

[Fl. 138] [28]Item na dita camara acordarom de fazer recebedor pera receber dos ramos do vinho cidades igrejas deste presemte anno por quamto Amtonio Ferrnandez çapateiro que estava enleito pera recebedor dos ditos ramos se escusou e o ouverom por escuso por causas legitimas que alegou pera iso e loguo enlegeram a Fernam Diaz çapateiro pera receber os ditos ramos o presemte anno e acudir ao enxuquitor com o remdimemto delles aos quarteis do anno e a seu tempo. E mamdarom a Pero Carneiro porteiro desta Camara que loguo lho fose notefiquar.

[29]Item na dita camara mamdarom chamar ao lecenciado Frrancisco de Caldas Pereira e lhe emtregarom hũa das chaves do cofre e elle a recebeu e asynou.

Francisco de Caldas Pereira.

[30]E loguo na dita camara deu fee Pero Carneiro porteiro desta camara e dise e deu fee que elle notefiquara ao dito Fernão Diaz çapateiro que estava enleito por recebedor dos ramos das igrejas cidades e vinhos e que se fizese prestes pera os receber por que lho notefiquara da parte dos senhores regedores e asynou aqui.

Pedro Carneiro.

Item na dita camara deu fee Fernão d'Alvarez pregoeiro que apregoara a postura dos polvos com as penas nella na praça do peixe e porta do Souto e lugares acustumados e asinou aqui.

Fernão + Alvarez.

Item na dita camara ouvyram partes e despacharom pitições e eu Joam Teixeira escripvão o escrepvy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Campelo.

[Fl. 138 V] Quarta feira tres dias do mes de Março do anno de mill quinhentos setemta e quatro annos forom jumtos em camara os senhores Christovom Pachequo e o lecenciado Frrancisco Soares juizes ordinairos Manuel de Queiros e Frrancisco Teixeira vereadores e Frrancisco Campelo procurador do comcelho.

---

26 À margem deste item está escrito "chave".

27 A assinatura repete-se provavelmente pelo facto de a primeira se referir à entrega da chave e a segunda à presença de Manuel Queiros nesta sessão camarária.

28 À margem deste item está escrito "recebedor".

29 À margem deste item está escrito "chave".

30 À margem deste item está escrito "recebedor".

Item na dita Camara parecerom Mateus Gonçallvez e Alvaro Annes e Vasco Martinz lavradores moradores na freguesia de Sam Mamede do termo desta cidade e diseram a elles regedores que os obrigavam a trazer pedra a elles e aos mais moradores das freguesias de Sam Mamede e Sam Romaão pera a calçada da Rua dos Palames e que elles tinha[*m*] pera fazer a estrada que vay desta cidade pera o Carvalho d'Este que he a mais importamte estrada que ha no termo desta cidade per causa de per ella virem os mamtimemtos pera [*a*] cidade e que na dita estrada estavom tres pasos muito prigosos (*sic*) e que eram muito necesarios fazerem se e comcertarem se pelo prigo (*sic*) que coriam os pasageiros que pediam a Suas Merces os desobrigasem de trazerem a pedra pera a dita calçada e que se queriaom obrigar a fazer a calçada nos ditos tres pasos a sua custa asy de trazerem a pedra como fazerem a dita calçada a sua custa. O que visto per elles regedores os ouveram por desobrigados da dita pedra comtamto que elles sobreditos Alvaro Anes e Vasco Martinz e Mateus Gonçallvez se obrigasem a fazer a sua custa vimte braços de calçada na dita estrada e pasos que dizem estar maos. E logo per elles sobreditos foy dito que elles en seu nome he dos moradores das ditas freguesias [se hobrigavão] a fazer vimte braços de calçada bem feita e de boa pedra na dita estrada nos ditos pasos de maneira que se amde por ella sem priguo (*sic*) nem perjuizo dos pasageiros bestas e carros sob pena que nam fazemdo a dita calçada [**Fl. 139**] ate dia de Pascoa de froles vimdoura que elles regedores a mamdem fazer a custa delles Mateus Gonçallvez e Alvaro Annes e Vasco Martinz pera o que obrigarom suas pesoas e beens. E loguo enlegeram a Frrancisco Campelo procurador do comcelho pera ir ver os ditos pasos e asynar homde se deve fazer as ditas vimte braças de calçada e lhe cometerom suas vezes pera em todo fazer comprir esta obrigaçam e a dar a enxuquiçam estamdo por testemunhas Gonçalo Vilela pichaleiro e Frrancisco Diaz outrosy pichaleiros moradores nesta cidade e eu Joam Teixeira o escrepvy.

Alvaro + Anes / Mateus + Gonçalvez /
Vasco (sinal)Martinz
Gonçalo Vilela / Francisco Diaz.

Item na dita camara pareceo Gonçalo Vilela pichaleiro e dise a elles regedores que ell servia de juiz do oficio de pichaleiro a muitos anos que era comtra forma do regimento da ley do estanho e que elles tinham ora enleito por juiz do dito oficio as mais vozes a Frrancisco Diaz pichaleiro come diryam Frrancisco Diaz e Sebastião Rodriguiz pichaleiros que presemtes estavão e asy tinham enleito por escripvão do dito oficio a Tristão Gonçallvez que pedia a Suas Merces lhe desem juramemto dos Samtos Avamgelhos e lhe entregasem a marqua da cidade com que avia de marquar o dito estanho e que quamto a Tristão Gonçallvez que nom estava presemte que depois viria tomar juramento. O que visto per elles regedores logo derom juramemto dos Santos Avamgelhos ao dito Frrancisco Diaz os (*sic*) carreguo do qual lhe encarregarom que elle servise o dito oficio bem e verdadeiramemte guardamdo en todo o serviço de Deus e d'el rey noso senhor e seu regimento. E elle asy ho prometeo e recebeo a dita marqua da cidade da mão delles regedores e se ouve por entregue dela e asinou aqui.

Rodrigo Vilela / Francisco Diaz / Pero
Diaz [31] */ Bastião + Rodriguiz*

[Fl. 139 V] Item na dita camara ouviram partes e despacharom pitiçois (sic). E eu Joam Teixeira escripvão o escrepvy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares
/ Queyroos 1574 / Francisco Teixeira /
Francisco Campello

[31] Esta assinatura apenas é preceptível pelo facto de aparecer no fl. 140 a encerrar o juramento de Pedro Dias.

Sabado seis dias do mes de Março do anno de mill quinhemtos setemta e quatro annos forom jumtos em camara os senhores ho licenciado Frrancisco Soares juiz ordinairo Manuel de Queiros e o doutor Fernão Correa vereadores e Frrancisco Campelo procurador do Concelho.

32 Item na dita camara pareceo Sebastião Rodriguiz pichaleiro morador na dita cidade e dise que elle 33 queria ora mamdar vender ho seu estanho lavrado homde quer que lho comprasem ou as feiras per seu obreiro Gaspar Coelho e que ho nam podia fazer sem primeiro se obrigar nesta camara por elle comforme a ley d'el rey noso senhor acerqua do estanho lavrado que pedia a suas merces lhe mamdasem tomar sua obrigaçam e por elles regedores foy mamdado a mim escripvão lhe tomase sua obrigaçam. E loguo per elle dito Sebastião Rodriguiz foy dito que elle se obrigava como de feito obrigou a toda pena civel em que encorrese o dito Gaspar Coelho seu obreiro per causa do dito seu estanho lavrado que fosem vemder conforme a ley do dito senhor acerqua do estanho lavrado e asynou aqui.

Sebastião + Rodriguiz

34 Item na dita camara pareceo Frrancisco Diaz pichaleiro morador na dita cidade e dise que elle queria ora mamdar vemder o seu estanho lavrado homde quer que lho comprasem ou as feiras por seus obreiros Rui Lopez e Frrancisco seu filho e Lucas e que ho nam podia fazer **[Fl. 140]** sem primeiro se obrigar nesta camara que pedia a suas mercees que comforme a ley d'el Rey noso senhor acerqua da ley do estanho lavrado lha mandasem tomar o que visto per elles regedores mamdarom a mim escripvão lhe tomar a dita obrygaçam. E loguo per elle dito Frrancisco Diaz foy dito que ele se obrygava como de feito obrigou a toda a pena civel em que os ditos seus obreiros Rui Lopez e Frrancisco e Lucas encorrerem per causa do dito seu estanho lavrado que fosem vender comforme a ley de Sua Alteza acerqua do estanho lavrado e asynou aqui.

Francisco Diaz.

35 Item na dita camara pareceo Pero Diaz pichaleiro morador na dita cidade e dise que ell se queria ora obrigar pera ir vemder o seu estanho lavrado homde quer que lho comprasem ou as feiras e que ho nam podia fazer sem primeiro se obrigar nesta camara comforme a ley d'el Rey noso senhor acerqua do estanho lavrado que pedia a suas merces lhe mandasem tomar a dita obrigaçam o que visto per elles regedores mamdarom a mim escripvão lha tomase. E loguo per elle Pero Diaz foy dito que elle se obrigava a toda pena civel que per causa do dito seu estanho lavrado encorrese comforme 36 a ley de Sua Alteza acerqua do estanho lavrado e asynou aqui.

Pero Diaz.

37 Item na dita camara pareceo Gomçalo Vilela pichaleiro morador nesta cidade e dise a elles regedores que elle queria ora mamdar vemder o seu estanho lavrado per Amtonio Villela seu obreiro e Gonçalo seu criado e que comforme a ley d'el rey noso senhor acerqua do estanho lavrado o nam podia fazer sem primeiro se obrigar nesta camara a toda a pena civel que os ditos seus obreiros encorrerem per causa do dito seu estanho que pedia a suas merces lhe mamdasem tomar a dita obrigaçam o que visto per elles regedores mamdarom a mim escripvão lhe tomase a dita obrigaçam . E loguo **[Fl. 140 V]** per elle Gonçalo Villela foy dito que elle se obrigava como de feito

32 À margem deste item está escrito "obrigaçam de Bastião Rodriguiz".

33 Riscado "se".

34 À margem deste item, mas já no Fl. 140, está escrito "Francisco Diaz estanho".

35 À margem deste item está escrito "Pero Diaz pichaleiro".

36 A primeira letra desta palavra ("c") foi escrita por cima de um "p" cortado.

37 À margem deste item está escrito "Gonçalo Vilela pichaleiro".

se obrigou a toda pena civel em que encorresem os ditos seus obreiros Amtonio Villela e Gonçalo per causa do seu estanho lavrado comforme a ley de Sua Alteza acerqua do estanho lavrado e asynou aqui.

Gonçalo Vilela.

Item na dita camara ouvyram partes e despacharom pitições e pratiquarom cousas do bem da Repubriqua. Joam Teixeira o escrepvi.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Campello.

[38]Coarta feira dez dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores o lecenciado Francisco Soares juiz, Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do concelho.

[39]Item na dita camara pareceo Antonio Periz da Ponte do Porto carnyceiro e dise a suas merces que elle se queria hobriguar a cortar carne nos acougues publiquos desta cidade cada mes hum sabado e dous bois em cada hum delles carne booa e lympa e isto por todos hos meses do anno. O que visto per elles senhores regedores lhe aceitarão a dita obrygação da dita maneira so pena de dez cruzados por cada vez [**Fl. 141**] que não vier cortar hos ditos dous bois dentro no dito tempo e que esto começara logo de se efeituar per a bespora (*sic*) de Pascoa enbora vem. E pelo dito Antonio Periz foi dito que da dita maneira se obrigava e asinou aqui. E eu Jorge do Valle escrivão das camara o escrevi.

Antonio Periz.

Item na dita camara ouvyrão partes e despacharão autos e petições e eu Jorge do Valle escrivão da Camara ho escrevi.

Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Soares / Francisco Campello.

Sabado treze dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores o lecenciado Francisco Soares juiz, Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho. Sobreveio Cristovão Pachequo juiz e o doctor Fernão Correa vreador.

Item na dita camara pareceo Trystão Gonçalvez pichaleiro morador nesta mesma e dise que ele se querya hobrygar por Tome Gonçalvez e Pantalião Fernandez e Antonio Diaz e Domingos Periz [**Fl. 141 V**] e Francisco Diaz seus obreyros a toda pena civel por hos quaes queria mandar vender seu estanho lavrado e que não podia fazer sem primeiro se hobrygar per elles comforme a lei que pedia a suas merces que lhe aceitasem a dita hobrigação. O que visto per elles senhores regedores mandarão a mym escrivão que lhe tomase hũa hobriguação. E loguo per ele Tristão Gonçalvez pichaleiro foi dito que ele se hobrigava pelos sobreditos seus obreiros a toda penna civel em que encorresem per causa do seu estanho lavrado comforme a lei d'el Rei nosso senhor. Ao qual Tristão Gonçalvez declarão (*sic*) eles regedores que ele estava enleito pera escrivão do seu hoficio que ele ho servise ben e verdadeiramente comforme a dita ley o que ele pormeteo todo comprir e asinou.

Tristão Gonçalvez.

[40] Item ná dita camara acordarão por coanto hera muito necesaryo aver hum sino

[38] A partir desta acta o escrivão volta de novo a ser Jorge do Vale.

[39] À margem deste item está escrito "Antonio Periz da Ponte do Porto".

piqueno no campanairo que esta feito sobre a casa da camara pera se tanger antes que entrase a vreação os regedores e com isso sabe-rem as oras a que avião de entrar ordenarão e acordarão que se mandase fazer pera o que cometerão a Francisco Teixeira vereador que tivese carreguo de o mandar fazer asi e da maneira [Fl. 142] que ele entender que he necesaryo pera o dito casso e que o procurador dese todo ho necesario pera isso.

Item na dita camara despacharão petições e ouvyrão [partes]. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Item em dozasete (*sic*) dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiroos o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores e Francisco Campello procurador do Concelho.

[41]Item na dita camara pagou Gaspar Periz çapateiro morador nos Chãos desta mesma oytocentos vinte cinco reais de laudemio de hũa[s] casas propriedade do Concelho que comprou em preço de trynta e tres mil reais a Francisco Vaz lanceiro por consentimento que pera isso derão os regedores os quaes logo recebeu o procurador Francisco Campello.

Francisco Campello.

[Fl. 142 V] Item na dita camara despacharão autos e petições e ouvyrão partes. E eu Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Campello / Francisco Teixeira.

Segunda feira vinte e dous dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes, Manuel de Queiros, o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho pera fazerem os almotaceis que ão de servir os nove meses do anno presente. Os quaes se fizerão per votos comforme as ordenações d'el Rei nosso senhor recebendo primeiro juramento e se meteo a pauta en que hos botarão no cofre e os pelouros na bolça onde se metem sempre. E eu Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Campello [42]

[Fl. 143] Quoarta feira vinte e oito dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Cristovão Pachequo, o lecenciado Francisco Soares juizes Manoel de Queiroos Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

---

40 À margem deste item está escrito "sino da camara".

41 À margem deste item está escrito "laudemyo".

42 A assinatura de Francisco Campelo foi feita na margem esquerda do texto ,provavelmente devido à falta de espaço junto das, outras ao fundo da página.

[43]Item na dita camara apresentou Pero Carneiro porteiro da Camara hua provisão do senhor Arcebispo per que lhe faz merce de lhe acresentar mais dous mil reais d'ordenado que com os mais que tinha fazen oyto mil reais e o terlado della vay adiante escrita.

Item na dita camara mandarão ao procurador do Concelho que fisese consertar os asouges e compelese pera isso os carpinteiros que fose necesarios e lhes pagase todo ho que merecesen e lhes serya levado en conta e asi compella per a dita obra os pedreiros que for necesario e comprara a qual [44].

Item mais mandarão que ele procurador mandase fazer todas as varas que fosen necesarias pera os ofeciaes deste anno de booas pynturas e todo lhe sera levado en conta. E mandarão a mym escrivão lhe lansase en livro todas as despessa (*sic*) que lhe erão mandadas fazer de Janeiro a esta parte persente mym. E despacharão petições e ouvirão partes e eu Jorge do Vale escrivão da Camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Campello / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Soares.

[Fl. 143 V] Item sabado vinte e sete dias do mes de Março de mil quynhentos setenta e coatro anos forão juntos en Camara os senhores o lecenciado Francisco Soares juiz Manoel de Queiroos Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

[45] Item na dita camara acordarão elles regedores que por quanto tinhão por emformação que algũas pesoas hião lavar roupa e meadas e trypas e outras coussas semelhantes a fonte de São Pero de Meixeminhos de que todo ho arrabalde de Sam Migel ho Anjo bebe e parte da freguesia que toda pesoa que algũa das sobreditas <cousas> for a dita fonte lavar encorra em pena de quynhentos reais pera o Concelho e quem ho acussar e se apregoase. Fiz a entre linha e emmendado.

Item acordarão mais que se fizese a calsada da Rua dos Seguos toda muynto bem feyta a holivel e cometerão ho carreguo a Francisco Campello procurador e que todo o que niso se gastase lhe seria levado em conta e tudo ho por elle mandado se cumpra en to[do] como se per todos fose mandado.

Item acordarão mais que ho dito procurador comprase hum alambel pera o escabello en que se asentao hos regedores nas prosisões [Fl. 144] e lhe seya levado em conta. E despacharão petições e autos e ouvyrão partes e eu Jorde do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Dom Frei Bartholameu dos Martires per merce de Deus e da Santa Se apostoliqua arcebispo e senhor de Braga prymas das Espanhas e do Conselho d'el Rey meu senhor fazemos saber aos que esta nosa provisão viren que Pero Carneiro porteiro da Camara desta nosa cidade nos fez a petição atras escrita a qual vista per nos com a ymformação que hos regedores da camara nos derão como atras se conthem avemos por ben de acresentar mais ao dito Pero Carneiro alen do que ten de seu hordenado e porpina que hos regedores lhe costumão dar dous mil reais en cada hum anno que com os que dantes tinha somão oyto mil reais que avera en cada hum anno pelas rendas da dita camara pelo que mandamos aos ditos regedores

43 À margem deste item está escrito "de Pero Carneiro".

44 O texto encontra-se incompleto, talvez porque as últimas palavras tenham sido acrescentadas posteriormente, como se poderá depreender pelo tamanho mais reduzido que apresentam relativamente às outras e pela inexistência de qualquer espaço entre este item e o seguinte.

45 À margem deste item está escrito "Fonte de São Pero de Meixeminhos".

e ofeciaes della lhe farão bon pagamento do dito selaryo e istipendio as terças do anno en sua vida[46] dele Pero Carneiro asi e da maneira que se custuma paguar e por este com asinado do dito Pero Carneiro de como recebe ho dito selaryo e acresentamento dos ditos dous mil reais mandamos lhe ser alevado en conta a pesoa que tiver carreguo de fazer o dito paguamento e esta nosa provisão se registara no livro da camara pera a todo tempo constar como ho dito Pero Carneiro tem ho dito hordenado e acresentamento. En testemunho do qual mandamos pasar so noso sinal e selo. Dada en Bragua aos vinte e dous dias do mes de Março de mil quinhentos setenta e coatro annos. Felipe Soares noso escrivão da camara a soescreveo. O Arcebispo pryma[s].

A qual provisão segundo della parecia hera asinada e aselada das armas do senhor Arcebispo como della se pode ver que levar (?) **[Fl. 144V]** o dito Pero Carneyro a qual aquy ben e verdadeiramente terladei e concordaa com a propia. E não terladei a petição a que se faz menção por ser escusado. E en testemunho de verdade asiny aquy de meu sinal acostumado oje vinte e nove dias do mes de Março de mil quynhentos setenta e coatro anos.

Jorge do Vale.

En quoarta feira trinta e hum dias do mes de Março forão juntos en camara os senhores regedores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes, Manoel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do Concelho.

Item na dita camara acordarão de tirar almotaceis pera averen de servir o mes de Abril que ven e pera iso mandarão busquar as chaves e abryrão o cofre honde esta a boissa dos pelouros delles e dela tirarão hum en que sairão por almotaceis pera servirem o dito mes d'Abril Ruy Leite e Graviel Correa cidadãos desta mesma os quaes mamdarão loguo chamar por Pero Carneiro porteiro da camara he veyo Ruy Leite ao qual pelos senhores regedores lhe foi dado juramento dos Santos Avangelhos en que pos hũa mão e lhe encarregarão **[Fl. 145]** que en todo cumpra a hordenação e garde justiça e direito às partes e as posturas desta camara o que elle prometeo asi compryr e asinou.

Rui Leite.

E por dar sua fe ho porteiro que não achara en cassa a Graviel Correa que sayo por almotacee pera servyr o mes d'Abril mandarão eles regedores que se ele viese antes da prymeira camara eu escryvão de fora neste livro fizese termo do juramento o qual cometião que eu lhe dese na forma acostumada. E despacharão petições e ouvyrão partes e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Sabado tres dias do mes de Abril de mil quynhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Crystovão Pachequo o lecenciado Francisco Soares juizes Francisco Teixeira vreador Francisco Canpello procurador do concelho. Sobreveio Manoel de Queiros e o doctor Fernão Correa vreadores.

[Fl. 145 V] Item na dita camara pareceo Antonio Sobrynho cidadão desta cidade e escrivão dos cativos desta dita cidade de Bragua e seus termos e dise a eles senhores que elle era emformado que

[46] No original *via*

avya sete ou oyto annos pouquo mais ou menos se pasara hum prevylegyo dos cativos a hum omem de Lamaçães e segundo seu parecer lhe parecia hia falto d'algũas palavras e não hia feito de sua letra somente de sua soescrição que pedia a suas merces que vindo o dito previlegyo a mesa o não gardasen porque ele estava prestes pera fazer outro as suas custas e por eles senhores regedores foi dito que se fizese termo do sobredito e ho asinase o dito Antonio Sobrinho.

Antonio Sobrinho

[47]Item na dita camara pareceo Antonyo Martinz cuitileyro morador na Rua de Sam Marquos e dise que suas merces lhe mandarão que prymeiro que ho provesen na petição que lhes fez do sabão se hobriguase e que ele vinha pera isso que lhe mandasen suas merces tomar sua hobryguação ate dia de [*Sam*] Joam. E visto per eles senhores mandarão que eu escrivão lhe tomase a dita hobriguação. E loguo per elle Antonio Martinz cuitileiro foi dito que ele se hobrigava como de feito hobryguou nesta cidade vender sabão preto muyto boom por aquele preço que suas merces viren que he justo e que ele [**Fl. 146**] não possa perder sua fazenda contanto que no tempo que não houver sabão na dita cidade do Porto ele não possa encorrer pera iso em pena algũa. E por eles senhores regedores foy dito que trazendo ele Antonio Martinz da dita cidade do Porto certidão autentiqua em como não a hi nenhum sabão preto a iso averão respeito e sera relevado da pena en que hencorrera (sic) não no vendendo no tempo que ho ouver na dita cidade do Porto que sera por cada vez que ho não der quynhentos reais pera o concelho e quem ho acussar. E asinou aqui a dita hobrygação.

Amtonio Martinz.

Item na dita camara acordarão que se fizese a calsada dos Cairro (?) que he na freguesia de Lamaçães pera o que cometerão ho carreguo della ao doutor Fernão Correa vreador e que a seus mandados se obedecese en todo como a todos eles juntamente. E loguo hi parecerão Domingos Gonçalvez e Joam Diaz da dita freguesia de Lamaçães os quaes diserão que elles se hobrygavão a fazer a dita calsada de tudo o que for necesario e lhe mandar o dito doutor Eytor a sua custa propria contanto que suas merces os manden ajudar pelos moradores da dita freguesia. E visto per eles senhores seu diser mandarão que se fizese termo de hobrygação e o asynasem e como de feito aquy asinarão ambos.

Domingos Gonçalvez / Joam + Diaz.

[**Fl. 146 V**] Item na dita camara deu fe Pero Carneiro porteiro da camara que noteficara de mando deles regedores ao caniçado que em termo de quinze dias prymeiros tirase a pedra que tem a cruz do coneguo porcoanto se avia de concertar a calsada e que esta noteficasão fizera ontem com pena de dous mil reais e da cadea e asinou.

Pedro Carneiro.

[48]Item na dita camara acordarão de poren o sabão nesta cidade e seus termos a vinte e tres reais ho arratel e no dito preço se concertarão com Antonio Martinz cuytileyro o vendese ho que elle prometeo compryr e asinou.

Antonio Martins.

Item na dita camara parecerão Nicolao Gonçalvez carnyceiro e Bastião Fernandez carnyceiro e diserão a eles senhores regedores que eles se querião hobryguar a cortar carne nos açouges publiquos desta cidade carne boa e lympa de bois a sete reis e hu ceitil ho arratel e isto ate ho cabo do anno presente e seis bois en cada hũa somana como tinhão asentado com eles que pedião a suas merces lhes mandasem tomar sua hobrygação o que visto per eles senhores da dita maneira diserão se lhes tomase neste mesmo termo sua hobrygação e ho asinasem e por eles carnyceiros foi dito que eles da sobredita maneira se hobryga- [**Fl 147**] vão per todo ho anno a dar seis bois cada somana carne boa e lympa pelo dito

[47] À margem deste item está escrito "sabão".

[48] À margem está escrito "sabão".

preço de sete reais e hum seitil ho arratel. E da mesma maneira se hobriguou Guonçallo Gil carniceiro a dar outras seis cabeças cada somana pelo dito preço. E loguo pareceo Fernão Gonçalvez outrosi carniceiro e dise que ele se queria hobrigar a cortar cada somana duas cabeças de gado vacum pelo dito preço atras declarado e por eles regedores da dita maneyra lhes aseitarão as ditas obrygações e os mandarão aqui asinar todos.

Nicolao Gonçalvez / Gonçalo Gil / Sebastião Fernandez / Fernão Gonçalvez.

Item acordarão elles senhores mais porquoanto tinhão por emformação que as ditas tripas e figado valia a coatro reais ho arratel que hera preço algum tanto barato avião por bem e mandavão que de aqui en diante se dese o arratel a coatro reais e meyo sendo coussa muito boa e lympa.

Item na dita camara pedirão Nycolao Gonçalvez e os mais carnyceiros cartas de vezinhança pera comprymento de suas obrygações, a saber, Nicolao Gonçalvez pera corenta cabeças e Bastião Fernandez pera trinta e Gonçalo Gil pera outras trinta cabeças e Fernão Gonçalvez a vinte cabeças e pelos senhores regedores lhe foi mandado pasar.

[Fl 147 V] [49] Item na dita camara acordarão que de aqui en diante se fizesem as vreações as tardes das coartas feiras e sabados e que ho porteiro tenha carrego de tanger ou mandar tanger o syno desta camara no verão des o prencipio de Março ate ho fin de Setembro das duas horas e meia ate as tres e en todo mais tempo do anno da hũa e meya ate as duas horas da tarde.

Item acordarão mais que a Somana Santa não se fizese camara por coanto hera tempo de confissões e outras ocupasões necesarias que do sobredito se fizese termo.

[50]Item acordarão mais eles regedores que por coanto era muito necesario aver nesta camara hum fugareyro de ferro que ande e bom pera o frio do ynverno porcoanto esta cassa de vreação hera muyto fria e nela não avia chamine e que ho procurador do concelho dese o dinheiro pera iso e ese seria levado em conta. E despacharão petições e autos e ouvirão partes e eu Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello /

[Fl 148] Em cinquo dias do mes de Abril de mil quynhentos setenta e quoatro anos perante[51] mim escryvão pareceo Domynguos Bras carnyceiro morador nesta cidade e dise que ele se obrygava a cortar carne nos açouges desta cidade de boy lympa e boa seis cabeças cada somana pelo preço atras declarado dos mais carniceiros e asinou. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

[52] E loguo no mesmo dia mes e ano hi pareceo Pero Diaz outro si carniceiro morador nesta cidade e dise que ele se querya obrygar a cortar carne nos açouges publiquos desta dita cidade carne boa e limpa dous bois cada somana pelo preço que atras se conten no termo dos mais carnyceiros. E eu escrivão da dita maneira em nome dos regedores lhe aseitey da dita maneira sua obrigação e ele aqui asinou Jorge do Vale escrivão da camara ho escrevi.

de Pero + Diaz.

---

[49] À margem está escrito "camaras".

[50] À margem está escrito "fugareyro".

[51] No original está « parente ».

[52] O carniceiro Domingos Bras não deveria saber escrever, pelo que asinou neste local com uma cruz.

Em quoatro dias do mes de Abril de mil quynhentos setenta e coatro anos nesta cidade de Bragua na see della estando ahi ouvyndo os oficios devynos os senhores regedores Cristovão [**Fl 148 V**] Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa vreadores Francisco Campello procurador do concelho per eles foi dado juramento dos Santos Avangelhos a Graviel Correa cidadão que saio por almotacee este mes presente e que gardase en todo a hordenação de Sua Alteza e as posturas da camara o que ele prometeo comprir e asinou em este termo e juramento se fez no dito dia por não aver almotaces e estar ho outro empedido por a morte de seu sogro que hoje se faleceo da vida presente. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Correa.

Em dozasete (sic) dias do mes de Abril de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Soares digo Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do concelho.

Item na dita camara apresentou Antonio d'Azevedo cidadão desta cidade hũa petição com hum despacho do senhor arcebispo per que a por bem que ele sirva de escrivão dos horfãos nesta cidade [per] aussencya de Joam Pereira[53] escrivão dos ditos orfãos com a dita petição apresentou hũa fiança pera servir o dito oficio o que todo visto per elles mandarão a mym escryvão que aqui registase a dita fiança. Não faça duvida honde diz "escrivão e Joam Pereira escrivão dos".

[**Fl.149**] Item despacharão petições e ouvyrão partes. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

Segunda feira dezanove dias do mes de Abril de mil quynhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Cristovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campelo procurador.

Item na dita camara acordarão e mandarão por Pero Carneiro porteiro da camara chamar hos carnyceiros desta cidade e loguo veyo Bastião Fernandez e Dominguos Bras per eles senhores Regedores foy mandado a eles carnyceiros que eles não cortem carne algũa de qualquer calidade que seya senão nos açouges desta mesma cidade e despois de a terem toda nos ditos açouges sen lhe fiquar nenhũa em cassa farão della terço pera se dar ao cabido desta santa See como he de costume se lhes dar todos hos anos atras a qual carne darão a boa com a outra que tyverem pior [**Fl 149 V**] e ysto compryrão so pena de dez cruzados e da cadea cada ves que ho não compryrem e mandarão ao dito porteiro Pero Carneiro que noteficase o sobredito aos mais carnyceiros e da noteficasão venha dar sua fee.

E despacharão petições do pão e ouvirão partes e eu Jorge do Vale escryvão da camara ho escrevy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira / Queyroos 1574 / Francisco Campello.

53 As três palavras ("Joam Pereira escrivão") foram escritas sobrepostas a outras, o que dificulta a sua leitura. Por este motivo, o escrivão terminou este "item" com a ressalva da emenda efectuada.

Terlado (sic) da fiança que apresentou Antonio d'Azevedo da servyntia do oficio dos horfãos de João Pereira.

Em nome de Deus amen. Saibão quoantos este estromento de hobrigação e fiança virem que no ano do nacimento de Nosso Senhor Jehsus Christo de mil quinhentos setenta e quoatro annos aos quinze dias do mes d'Abril do dito anno nesta cidade de Bragua nas pousadas do lecenciado Fernão Correa em presensa de mim escri<vam> e das testemunhas ao diante nomeadas pareceo Antonio d'Azevedo cidadão desta cidade e nella morador pelo quoal foy dito que ele estava hora provido da serventia do oficio d'escryvão dos horfãos de João Pereira per provissão do senhor Arcebispo e que antes de começar a servir ho dito oficio queria dar fiança [**Fl 150**] conforme a hordenação pera efeito do que loguo asentou por seu fiador a Damião d'Almeida cidadão desta cidade e nella morador que presente estava pelo qual foy dito que ele de seu proprio motu e livre vontade fiava ao dito Antonio d'Azevedo em contia de duzentos myl reais conforme a hordenação pera que sendo caso que algũa pesoa recebese perda por culpa ou nigligencia dele Antonio d'Azevedo no dito oficio ho satisfaria com a dita contia e pera iso hobriguou sua pesoa e bens. E loguo eu tabeliam como pesoa publiqua estypulante concordante aceitei e instipulei em nome das pesoas a que toqua e toquar pode esta fiança e en nome dos senhores da camara desta cidade dizendo mais o dito Damião d'Almeida que era contente fazer esta fiança com declaração que os orfãos e partes outras quaesquer que receberen perda algũa ou dano em seus bens por causa do dito Antonio d'Azevedo não servindo en o do dito oficio posão e cada hum posa lançar mão e demandar a ele Damião d'Almeida *in solidum* ou ao dito Antonio d'Azevedo qual mais quiserem pelo milhor parado e pera consentimento do sobre dito dise que se hobriguava a responder perante ho juiz dos orfãos desta cidade e mais justiças della e que sendo caseo (*sic*) que se mude desta cidade des aguora pera então renunciava juizes e justiças do seu foro e se hobrigua a responder perante ho dito juiz dos horfãos e mais justiças desta cidade. E pelo dito Antonio d'Azevedo foi dito que ele se hobryguava por sua pesoa e bens a tirar a pose a salvo ao dito Damião d'Almeida desta fiança e hobrigação e asi ho outorgarão. Testemunhas que a todo forão presentes o dito licenciado Fernão Correa e o licenciado Antonio de Faria surigião e morador nesta mesma e eu Cristovão de Rezende tabalyão ho escrevy.

A qual fiança vinha so escry[ta] [**Fl 150 V**] da letra do dito Cristovão de Rezende tabaliam e asinada de seu publiquo sinal carecente de todo vicio e duvida. E eu Jorge do Valle escryvão da camara desta dita cidade aqui a terladey ben e verdadeymente (sic) comforme a propia que ficou no cartoryo da camara a que me reporto e fiz a entrelinha que diz "vão sobre dito ho escrevy".[54]

Jorge do Vale.

Em vinte dias do mes de Abryl de mil [55] quynhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Cristovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes Manuel de Queyros Francisco Campello diguo Teixeira vreadores Francisco Campelo procurador do concelho.

[56]Item na dita camara acordarão que eles regedores vão de aqui en diante repartir o pão das igrejas deste termo cada hum as que lhe coube per sorte e que particularmente a cada hum delles regedores se obedeça a seus mandados e pennas e em todo se cumprão como per eles for mandado.

---

[54] A única correcção feita pelo recurso a entrelinhas que se observa no texto aparece no início deste, e é apenas referente à sílaba "vam".

[55] Emendado de "LX ...".

[56] À margem está escrito "pão".

[57]Item mandarão ao dito procurador que dese ao licenciado Bernaldo Velho mil reais do primeiro cartel do ordenado que tem per provisão do senhor arcebispo de curar os pobres. E despacharão petições e ouvyrão partes e eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

[Fl 151] Quoarta feira vinte e hum dias do mes de Abryl de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores o licenciado Francisco Soares juiz Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do concelho.

[58]Item na dita camara pareceo Manoel Pereyra alcayde desta cidade e dise que ele tinha necesidade de hum omem (sic) pera ho servir no dito carrego e de porteiro desta dita cidade o qual lhe hi presentava que chamão Fruitoso Rodriguis morador en a freguesia de Serzedello termo de Barcellos que pedia a suas merces lho aseitasem e que visto per eles regedores diserão que dese fiança conforme a hordenação. E pelo dito Manoel Pereyra foi dito que elle fiava como de feito fiou ao dito Fruitosso Rodriguis per sy e seus bens a satisfazer toda a perda as partes en que for culpado por rezão de seu oficio de porteiro asi e da maneira que Sua Alteza manda em suas hordenações. E pelo dito Fruytoso Rodriguis foi dito que ele per sy e seus bens se obryguava a tirar a pas e salvo da dita fiança ao dito Manuel Pereyra e desta maneira eles regedores lhe aceitarão a dita fiança e mandarão que aqui asinasem estando porteiro Pero Carneiro porteiro da camara e Joam Anes da freguesia de São Pedro d'Escudeiros. E eu Jorge do Valle escrivão ho escrevy.

de Fruytoso Rodrigues / Pereira / de Joam Anes.

[Fl 151 V] [59] Item despacharão petições de pão e ouvirão partes e asynarão hum prazo das leiras de Lamoso a Bras Fernandez fameliar dos padres da Companhia. E eu Jorge do Vale escryvão da camara ho escrevy.

Francisco Soares / Francisco Teixeira / Correa / Queyroos 1574 / Francisco Campello.

Em vinte e coatro dias do mes d'Abril de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores Francisco Teixeira vreador e Francisco Campello procurador do concelho e por não virem os mais regedores e estarem agardando ate as tres horas e meya se forão sem se fazer camara. E eu Jorge do Valle ho escrevi.

Francisco Soares / Francisco Campello.

Item despois desto logo encontinente com hos sobre ditos vreador e procurador forão juntos en camara os senhores licenciado Francisco Soares juiz o doctor Fernão Correa vreador e diserão elles todos que por coanto coarta feira hião fora, a saber, Francisco Teixeira a vesitação e o doctor Fernão Correa a Prado e os mais a repartir pelos pobres o pão da terça da camara querião tirar os almotaceis da bolça dos pelouros pera servirem hos mes **[Fl 152]** [60] de Maio pera o que mandarão busquar as chaves do almario e dele tirarão ho cofre en que esta a dita bolça dos

---

57 À margem está escrito "cartel de Bernaldo Velho".

58 À margem está escrito "fiança de Fruitoso Rodrigues".

59 À margem está escrito "Lamoseo".

60 Riscado, na mesma tinta, "d'Abril".

pelouros da qual tirarão hum en que sairão por almotaceis pera averem de servir o mes que ven de Mayo do presente anno Antonio Sobrinho e Gaspar da Silva cidadãos desta cidade os quaes mandarão chamar por Pero Carneiro porteiro o qual dise que não achara em casa Antonio Sobrinho e que Gaspar da Silva estava en casa e mal desposto. E por eles senhores foi dito que que eu escrivão lhes dese de fora juramento na forma costumada e diso fizese termo neste livro, e ho asinasen. Risquei "d'Abril".

Item acordarão que segunda feira de São Pedro de Rates se fação todas as festas asi e da maneira que os anos atras se fizerão e se lance pregão sendo necesario e que ho procurador tenha carreguo diso. E despacharão petições e ouvirão partes. E eu Jorge do Valle escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campelo.

[Fl 152 V] Em trinta dias do mes de Abril de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos en camara os senhores o lecenciado Francisco Soares juiz Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores Francisco Campello procurador do concelho.

Item na dita camara derão juramento dos Santos Avangelhos a Antonio Sobrynho e Gaspar da Silva cidadaos desta cidade que sairão pera almotaceis pera servyrem o mes de Mayo aos quaes encarregarão que servysem seus carregos e posturas desta camara conforme a elas e a seu regimento o que elles prometerão compryr e asinarão.

Guaspar da Silva / Antonio Sobrinho.

Item na dita camara mandarão ao procurador do concelho que paguase aos omens que andarão nas danças e lhe seria levado em conta a qual pagua he do dia de São Pedro de Rates. E despacharão petições e ouvyrão partes e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Campelo.

[Fl 153] Quoarta feira cinquo dias do mes de Mayo de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores o licenciado Francisco Soares juiz Manuel de Queiros Francisco Teixeira vreadores e Francisco Campelo procurador do concelho.

Item na dita camara pareceo Pero Gonçalvez torneyro morador a porta de Santiaguo diguo Antonio Alvares da Rua de São Marquos e apresentou a eles regedores hum previlegio dos cativos da ermida do Espiryto Santo pera menposteiro piqueno dos cativos pedindo lhes e requerendo lhes lho mandase registar o que visto per eles senhores regedores mandarão que se terladase neste livro e se goardase e diso se lhes pasase hũa certidão.

Item na dita camara se apresentou hũa petição por parte de Ylena Borges molher de Dioguo Fernandez morador no arrabalde de Sa'Migel ho Anjo en que lhes pedia renovação de prazo de hũa leira nos ortos de Meixeminhos propriedade do ospital de São Marquos a qual lhe foy concedida e que se fizese vedorya em termo de quinze dias com os vedores que pera iso sairão sairão (*sic*) per sortes que forão Francisco Teixeira vreador e Francisco Campello procurador do concelho.

[Fl 153 V] Item na dita camara despacharão petições e ouvirão partes e eu Jorge do Vale escryvão da Camara ho escrevi.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Francisco Campelo.

En nove dias do mes de Maio de mil quynhentos setenta e coatro anos nesta diguo forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes, Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador do concelho.

Item na dita camara asentarão e tratarão eles regedores em cousas de bem da Republiqua e pobres desta cidade e seu termo e asi de negocios da sisa d'el Rei nosso senhor e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campelo.

[Fl 154] Quoarta feira doze dias do mes de Mayo de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos en camara os senhores Crystovão Pachequo juiz hordinairo Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campello procurador do concelho.

Item na dita camara acordarão elles regedores que se noteficase aos carnyceiros desta cidade que nenhum delles corte carne sem ter arroba em pasta e meya arroba em pasta e outra meya em meyados pera com os ditos pezos pezar a dita carne e que isto cumprão so penna de mil reais e da cadea por cada vez que ho não compryrem.

61 Item na dita camara pareceo Dioguo Alves alfaate morador na Rua da Tryparya e mordomo da serpe o presente anno e por ele foi dito que a madeira da cerpe e vestimenta della se consumira por aver muyto tempo que servya que pedia a suas merces que provesem no caso como lhes parecese justiça. E loguo eles regedores mandarão vir perante si a Joam Gonçalvez e a Baltezar Martynz alfaiates moradores no campo de San -**[Fl 154 V]**tana por serem omens antiguos aos quaes derão juramento dos Santos Avangelhos en que poserão suas mãos e lhe fizerão pregunta coanto tempo avia que se fizera a cerpe que ate o presente servia e por eles foi dito que avia mais de vinte cinquo anos que fora feita foi lhe mais feita pregunta pelo dito juramento declarase quen hera custume paguar a cerpe coando se faz de novo diserão que hera costume pagarem as partes que costumão em cada hum anno paguarem per as despezas della e que eles se lembravão ambos paguarem pera esta que ate'guora servyo coando se fez de novo. E visto per eles regedores o sobre dito man-darão que do todo se fizese asento neste livro e se pasase mandado pera os juizes do oficio e mor-domo que comprysem com a dita sua hobrygação de mandarem fazer a cerpe como he de costume e asinarão aquy conforme a este termo. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

De Baltesar Martins / Joam Gonçalves.

Item despacharão petições e ouvyrão partes e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Item na dita camara acordarão despois de çarrado o livro de mandarem a Guimarães João Teyxeira e Ruy Guomes de Bryto sobre a sisa por **[Fl 155]** não querer o executor senão que lhe desem o cartel aguora das igrejas e propiedades sen enbarguo de nunqua se paguar senão nos dous carteis derradeiros por se fazer a repartição do dito ramo despois do São João como sempre foi estilo e pera gasto seu do caminho mandarão o procurador do concelho lhes dese a cada hum hum cruzado e que lhe seryão levados en conta. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy digo mil reais pera ambos sobre dito ho escrevy.

Christovão Pachequo / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campelo.

61 À margem está escrito "a cerpe e cavalinho".

Em quinze dias do mes de Mayo de mil quynhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara hos senhores Crystovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes hordinayros, Manoel de Queiros Francisco Teixeira vreadores, Francisco Campelo procurador do concelho.

[Fl 155 V] Item na dita camara acordarão de mandarem chamar hos cidadãos desta cidade pera confirmarem e reteficarem as vreações que ate quy erão feitas pera o que os mandarão chamar e vierão muyta parte delles que são hos que abaixo asinarão aos quaes foy dito por Crystovão Pachequo juiz mais velho ho pera que herão chamados ao que eles responderão que eles as avião por boas e as confirmarão como nellas se contihão pela esperyencia que tinhão dos senhores regedores que as fizerão portanto que da dita maneira as aprovão (sic) e confirmavão e com as penas nellas contheudas e asinarão. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Bento Diaz / Alvaro / Alvaro Teixeira / Antonio ? / Baltesar da Maia / Antonio Cordeiro / Antonio Sobrynho / Christovam Afonço. (mais uma ilegível).

[Fl 156] *Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Francisco Teixeira / Francisco Campelo.*

Item na dita camara acordarão eles regedores de mandar recado ao ouvydor pera que mande ajuntar os lançadores da sissa do presente anno pera que repartão a sissa das igrejas e herdades com muyta brevidade por coanto ho executor d'el Rei nosso senhor aperta com ho recebedor delas lhe pague ho cartel pasado e pera efeyto do sobre dito mandarão a mym escryvão que noteficase o dito ouvidor e fizese asy e que eu escryvão fizese termo da noteficasão.

Item na dita camara acordarão eles rege[dores] de segunda feira as duas horas da tarde serem juntos em camara pera despacharem muytos negocios do ben de partes e Republiqua e porque algũas cousas se não podião fazer sem serem presentes alguns dos cidadãos desta cidade mandarão que [Fl 156 V] se lançase preguão por hos lugares publiquos desta cidade que todos hos cidadãos desta mesma serião juntos nesta camara as duas horas despois de meio dia e que histo cumprão so penna de dez cruzados e que do preguão Fernão d'Alvares venha dar sua fee.

Item na dita camara acordarão que se fisese a calsada da Rua Nova de Sousa des ho chafarys ate a porta de Sousa pera o que cometerão a Francisco Teixeira vreador tivese carreguo della e asi da que vay de tras a See pera o que lhe davão todos os poderes pera iso necesarios e mandavão que a seu mandados (sic) em todo lhe obedecesem e comprysem suas pennas e que sendo necesario pera ho concerto do cano algum dinheiro o procurador do concelho ho de. E que Pero Carneiro porteiro da camara faça todas as deligencias que por ele lhe foren mandadas fazer. E despacharão petições e ouvyrão partes. E eu Jorge do Vale escryvão da camara ho escrevy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Francisco Teixeira / Queyroos 1574 / Campelo.

[Fl 157] Segunda feira dozasete (sic) dias do mes de Mayo de mil quinhentos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores regedores Cristovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes, Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores, Francisco Teixeira diguo Campello procurador do concelho com hos cidadãos que abaixo asinarão pera o abaixo declarado.

Item na dita camara acordarão e praticarão com hos ditos cidadãos que abaixo asinarão que ouvesse repezo do peixe e que toda a pesquadeira que quisese vender antes que ho ponha em ho talho e chão pesador hum peixe daquelle que houver de vender pera se poder satisfazer a falta que ouver no repezo e que este homem seja selariado a nota do concelho e a todos pareceo bem fazer se este acordo e que se execute com as pennas que ben parecer a elles regedores.

Item acordarão e comunycarão mais com hos ditos cidadãos que hera bem que ouvese nesta cidade cada mes hũa feira franqua no campo de Santanna a todos pareceo que se ordenase e fizese por ser em muito proveito da cidade e bem comum e que se hordinase logo como as ouvese por coanto a sisa do corrente carrego sobre a sisa de[62]

[Fl 157 V] Item e asi acordarão e praticarão mais com elles cidadãos que lhes parecia bem que nesta cidade e seu termo não ouvese alqueire da medida nova hora corrente senão raza como avia e nas mais partes vezinhas e comarquas desta cidade por ser medida muyto desemganada e em proveito do bem comum do povo e que nenhũa pesoa uze de aquy em diante de alqueire da dita medida hora corrente so pena de dez cruzados por cada vez que lhe for achado vender por elle ou receber e que a dita raza seja da medida que hora he < do padrão >[63] desta cidade e que ho aferydor na dita medida tenha muyta vezilancia so pena de ser muyto bem castigado por ello.

Item acordarão e asentarão mais com hos ditos cidadãos que lhes parecia bem desta camara escrever en as cidades e vilas comarquas que escrevesem a Sua Alteza que ouvese por bem de dar a taixa por lei pera a comarqua de Antre Douro e Mynho a cem reais o alqueire do tryguo e a cento e cincoenta reais o par do centeo e milho < e a sevada a sesenta reais > por ser preço muito justo e asi pera os compradores como pera os vendedores e por todo asy ho averem asi **[Fl 158]** por bem asi ho asinarão aquy. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy com ho risquado que dezia "da porta do Souto" e antre linha que diz "do padrão" porque todo se fez na verdade e com a que diz "e a sevada a sesenta" com declaração que o dito pão não pase do dito preço o trygo a cento e o centeo e milho o par a cento e cincoenta reais e a sevada a sesenta reais sobre dito ho escrevy.

Amtonio Vieira 1574 / Antonio Sobrinho / Teixeira / Antonio de Faria / Bento Diaz / Goarda / (ilegível) / Freire / Manoel d' Araùjo / Rocha / Teixeira
Antonio Alves Barrosso
Christovão Pachequo / Francisco Soares, Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello.

[64]Item na dita camara acordarão que nenhum carniceiro corte carne de qualquer calidade que seja sem prymeyro dar ao repezador **[Fl. 158 V]** dez arrates de carne muyto boa sen contrapezos so pena de mil reais por cada vez que ho não quiser fazer por coanto são ynformados que não dão senão dous tres arrates e da pior que ten a qual pena sera pera o concelho e engeitados e que ho repezador so a dita pena a peça aos carniceiros e não lhe querendo dar cada hum deles os ditos dez arrates o va loguo sem mais demora dizer aos almotaceis ou regedores pera niso proverem como lhes parecer.

Item acordarão mais que nenhum saleiro venda nenhum alqueire de sal a jente diguo a almocreves de fora de Tras os Montes e sua comarqua que não trouver pão ou outra cousa pera proveito do ben comum so penna de dous mil[65] reais pera o concelho e engeitados ou quem ho acussar e que Fernão d'Alvares apregoe todo ho atras acordado e asentado per eles e pelos

---

62 O texto encontra-se aqui incompleto. O escrivão deixou espaço para uma ou duas palavras que nunca chegou a escrever.

63 As palavras entrelinhadas estão escritas por cima de "a da porta do Souto", que foram riscadas.

64 À margem está escrito, mas já no fl. 158v, "repezo da carne".

65 "dous mil" foi escrito como emenda de outras palavras, de leitura impossível.

cidadãos que atras asinarão e do pregão de sua fe ao escryvão da camara[66]. Diz no enmendado "dous mil reais" e dezia no riscado "e despacha".

Item na dita camara pareceo Antonio Alvares Barrosso cidadão desta cidade e dise a eles regedores que ele tinha no termo de Mon- **[Fl. 159]**talegre certo centeo e milho o qual trazia a esta cidade pera vender na alfandega desta dita cidade contanto que ho avya de vender pelo preço que se na dita alfandega vender pelas pesoas que ho trazem de fora deste termo. E pelos ditos regedores lhe foi dado juramento se hera verdade que ho dito pão avya de vir do dito concelho de Montalegre pelo qual declarou pasar asy como dito tinha. O que visto per eles lhe derão licença pera ho vender na dita alfandega e que ho pudese recolher junto della em cassa que ficou de Felipe Gonçalves Machado e com tamto que elle não venda nem mesture com ho dito pão outro da terra o que ele prometeo e asi compryo e ho asinou.

Antonio Alves Barrosso.

Item na dita camara mandarão chamar Pero Gonçalves barbeiro morador na Praça do Peixe com ho qual asentarão quisese ter ho carreguo de repezador do peixe e ser contino cada dia no dito repezo sem faltar e ter nisso muita vegilansya que não aja engano na republiqua e tanto que as pescadeiras se poserem no talho pera cortarem algum peixe lhe peça loguo bon pedaço de cada hum que ellas cortarem e aquele acabado lhes torne a pedir os mais que forem ne- **[Fl. 159 V]** cesaryos pera o dito repezo e que lhe daryão pelo dito trabalho tres mil reais pagos aos coarteis do anno o que ele dise que aceitava contanto que se algũa vez acertase de hir fora suas merces lhe ametise (sic) algũa pesoa fiel que lhes presentar. O que eles regedores diserão que faryão e lhe derão juramento que bem e verdadeiramente use do dito carreguo sem nisso aver nenhum enguano hen a republica o que ele prometeo compryr so as penas contheudas contra ho repezador da carne e ho asinou. E mandarão eles regedores ao procurador lhe mandase fazer ganchos e meya arroba de pezos meudos e tudo ponha em despeza pera lhe ser levado em conta.

De Pero Gonçalves

[67]Item acordarão mais que ele dito procurador de aquy em diante tenha o carreguo de cortar a carne da camara cada sabado pera o que lhe cometem todas suas vezes e que contra as pessoas que lhe forem deshobedientes proceda como e dos custume e direito. E despacharão petições e ouvyrão partes e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Francisco Soares / Correa / Francisco Teixeira / Queyroos 1574 / Francisco Campello / Christovão Pachequo.

[Fl.160] [68] Quarta feira dezanove dias do mes de Maio do anno de mil quinhentos setenta e quatro anos forom jumtos em camara os senhores Cristovom Pachequo juiz ordinairo Manoel de Queiros o doutor Fernão Correa Francisco Teixeira vereadores Francisco Campelo procurador da cidade e veo o licenciado Francisco Soares juiz ordinairo.

Item na dita camara pareceo Frrancisco Ferrnandez curador morador na freguesia de Sa' Migel (sic) de Froços e apresemtou a elles regedores hũa certidão dos juizes do oficio de

---

66 Riscado "e despacha".

67 À margem está escrito "carrego de cortar a carne o procurador".

68 As actas que se seguem, até 29 de Maio, foram escritas por João Teixeira (e não pelo escrivão ordinário da Câmara, Jorge do Vale) que já fora o responsável pela elaboração das actas de 27 de Fevereiro, 3 e 6 de Março do ano em curso.

curador (?) per que certefiquavam o engiminarasem (*sic*)[69] no dito oficio e ho achasem auto e soficiente pera usar delle que requeria a suas merces lhe mamdasem pasar diso sua carta em forma o que visto per elles mamdarom que lhe pasase carta em forma e lhe derom juramemto dos Samtos Avamgelhos e usase do dito oficio bem e verdadeiramemte e elle asy o prometeo e asynou.

Francisco Fernandes.

[70]Item na dita camara acordarom de prover acerqua das camdeas de sevo e acharom que a pena que estava posta as pesoas que as vemdem que nam chegam ao peso era muito pequena pela qual causa nam tinham comta com iso pelo ganho dellas ser gramde pelo que acordarom que daqui em diamte toda pesoa que camdeas fizer pera vemder as fara pelo peso que lhe for dado e com os pavyos comforme a vereaçam sobre iso feita e nam sendo do dito peso e com os pavyos da dita maneira pela premeira vez pague mill reais da cadea e pela segumda vez dous mill reais e da cadea e pela terceira vez pagara de pena quatro mill reais da cadea e sera inibilitada per nam usar mais do dito oficio a qual pena sera pera o comcelho e mamdarom que ho escripvam d'almotaçaria todas as vezes que algüa das ditas pesoas que candeas de sevo fizerem for demamdada pelas ditas camdeas dara comta aos almotaces de quan- **[Fl. 160 V]** tas vezes a dita pesoa foy comdenada pelos ditos camdeas sob pena de sospensam e seu oficio e de quinhemtos reais pela pela primeira e pela segunda mill reis e pelas mais como parecer a elles regedores. E mamdarom que se apregoase e do pregão dara o porteiro sua fe.

Item na dita camara ouvyram partes e despacharom pitições e feitos de imjurias verbaes a d'almotaçaria e eu Joam Teixeira o escrepvy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campelo

E acabada a dita camara per Amtonio de Sequeira morador nesta cidade foy apresentada a mim escripvão hũa pitiçom em que pedia a elles regedores lhe mamdasem guardar hum privilegio d'el Rey noso senhor de criado de desembargador e com ella jumtamemte hũa carta precatoria de Simão Teixeira juiz ordinairo do comcelho d'Antre Homem he Cabado e feita e asinada do sinal puprico de Gomez Borges feita aos quatro dias do mes de Maio do ano de mill quinhemtos setemta e tres annos como todo parecia da dita carta e asynada pelo dito juiz na qual carta poseram elles regedores hum despacho em que mamdom que ha dita carta se cumpra e ho privilegio se registe no livro da Camara. O qual privilegio segumdo delle parecia era escripto em purgaminho e nelle se comtinha em como o doutor Luis Eannes chamçarel mor destes reinos de Portugal pedia o trelado do dito privilegio pera Amtonio de Sequeira e era escripto per Baltasar do Couto e sobescripto per Pero Gomes e asynado pelo dito doutor Luis Eannes chamçarel mor que foy e desembargador do paço feito aos quatro dias do mes de Maio do ano de mill quinhemtos cimquoemta e tres **[Fl. 161]** annos e tinha hum selo pemdemte de cera verme[lha] e hũa fita de fiado vermelho com as armas reaes co[mo] delle parecia e se pode ver o qual privilegio elles regedores mamdarom que se cumprise e guardase asy e da maneira que nelle comtinha. E eu João Teixeira que ora syrvo de escripvão da camara o escrepvy.

Sabado vimte e dous dias do mes de Maio forom jumtos pera fazer camara o licenciado Francisco Soares juiz ordinairo e Manuel de Queiros vreador e por nam virem mais nam fizerom camara Joam Teixeira o escrepvy.

Francisco Soares / Queyroos 1574.

---

[69] Corrupção de *examinassem*, como se verifica pelo sentido da frase.

[70] À margem está escrito "Candeas sevo".

Quarta feira vimte e seis dias do mes de Mayo forom jumtos em camara os senhores Cristovom Pachequo e o licenciado Frrancisco Soares juizes ordinairos e o doutor Fernão Correa e Frrancisco Teixeira vereadores e Frrancisco Campelo procurador do comcelho e veo Manoel de Queiros vreador.

Item na dita camara pareceo Gonçal'Eannes carniceiro de gado meudo e dise que elle se queria obrigar a cortar carne de carneiro e cristão que era pedia a suas merces lhe mamdasem tomar sua obrigaçam o que visto per elles mamdaram a mim escripvão que lhe tomase sua obrigaçam comforme a ley das carnes e loguo pelo dito Gonçal'Eannes foy dito que elle se obrigava como de feito obrigou a cortar nesta cidade e açougues pubriquos della todo este anno cemto e cimquoemta cabeças de gado meudo amtre os quaes cortaria cada somana quatro carneiros que tambem entram nos cemto e cimquoemta cabeças e dara o arratel do carneiro a dez reis e com este arratel de cristom a cimquo reis carne boa e limpa com a qual obrigaçam cumpra sob pena de dous mil reis pera o comcelho e que elle Gonçal'Eanes guardara as diligemcias comtehudas na ley das carnes e que queremdo o dito Gonçal'Eanes carta de vezinhamça lha pasase per a dita obrigaçam e que as tripas as vemda como as dos bois.

Gonçalo Anes

[Fl 161 V] [71] Item na dita camara pareceo Domimgos Ferrnandez Seraiva morador no campo de Santa Ana e dise a elles regedores que elle queria ser estalagadeiro e dar gasalhado a todas as pesoas que nela quisesem pousar que pedia a suas merces lhe tomasem diso obrigaçam o que visto per elles regedores diseram que avemdo respeito a muyta gemte que comcorre a esta cidade de todas as partes deste reino e doutros aceitavam ao dito Domingos Ferrnandez por estalagadeiro por quamto pela firmaçam que elle tem ser homem homrrado e de boa comciemcia e que ho fara bem e como compre as pesoas que a sua casa vierem pousar e por estar em lugar auto e soficiemte pera o tal carreguo com tall comdiçam que elle Domimgos Ferrnandez tenha comtinuadamemte muyto boas camas limpas e boas camaras e pão e vinho carne peixe azeite vinagre palha cevada erva no tempo e boas estrebarias e mamgedouras e todo o mais necesario que comvem a hũa boa estalagem como elle Domimgos Ferrnandez deve ter ao que ho dito Domimgos Ferrnandez se obrigou a ter e fazer como dito he sob pena per cada vez que lhe for achado o comtrario paguar dous mil reais e ter a sua tavoa a janela pimtada e seu regimemto o qual comprira imteiramemte e emquamto ho bem fizer servyra o dito carreguo d'estalagadeiro e asynou aquy.

Domingos Fernandes Sarayva

[72] Item na dita camara acordarom que daqui en diamte todo o carniceiro e pescadeiras que cortarem carne e peixe primeiro que comecem a cortar dem carne, a saber, cada carniceiro dara ao fiel dez arrates de boa carne pera ela refazer o que faltar e as pescadeiras daram cada hũa seu peixe e daquele que cortar ao repesador sob pena por quada [73]que ho nam derem asy pescadeiras e carniceiros pagam dez cruzados e da cadea a me[ta]de pera o concelho e outra pera quem o acusar.

[Fl 162] Item acordarom mais que pela esperiemça que fizerom acerqua da medida da resa [74] mamdarom que daquy per diamte o aferidor nom afirise alqueire algum e que afirise rasa e mea rasa e as mais medidas dahy pera baixo de rasa e que asy se notefiquase ao dito aferidor e que se lamçase pregão com pena de vimte cruzados que

[71] À margem deste item está escrito "obrigaçam [da] estalegem do Seraiva"
[72] À margem deste item está escrito "fe. Pezo [d]o peixe [e da] carne".
[73] Segue-se uma palavra riscada.
[74] sic por rasa.

nenhũa pesoa desta cidade e seu termo pasado o mes de Junho que vem usase mais de medir por alqueire senam por a dita rasa e o que ho dito afiridor mamde fazer o padrão pelas rasas da porta do Souto o qual tempo lhe dão pera mamdarem fazer as ditas rasas.

Item na dita camara despacharom petiçois e feitos d'almotaçaria e de imjurias verbaes e ouvyram partes e eu João Teixeira que era syrvo de escripvão da camara o escrepvy.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Cristovão Pachequo / Correa / Francisco Campello / Francisco Teixeira

Item acabada a dita camara pareceo Belchior Fernandez barbeiro morador nesta cidade e dise que elle servira ate ora de espimgardeiro e que era agora muyto ocupado e ja fora barbear como era [*de costume*] os padres de Bouro per omde nam podia servir o dito carreguo que suas merces provesem delle a quem lhes parecese e que Duarte Veloso çapateiro morador nesta cidade era homem muito soficiemte pera o tall carreguo e ho tirava muito bem que bem podião encaregar lhe o tal carreguo. O que visto per elles o ouveram per desobrigado delle e encarregarom ao dito Duarte Veloso e o ouverom por espimgardeiro do numero delles e que gozase dos privilegios d'espimgardeiro. E elle dito Duarte Veloso se obrigou a servyr o dito carreguo bem e obedecer a esta **[Fl 162 V]** camara e a seus mamdados e a seu anavel (*sic*)[75] e asynarom aqui. E eu Joam Teixeira o escrepvy.

Belchior Fernandes / Duarte + Veloso

Item na dita camara depois d'acabada acordarom de mamdarem comcertar a fomte de Meixeminhos e que se começase abrir des a biqua homde say a agoa e fosem ate as arquas homde nase e se abatumasem todos os alcatruzes e todo o mais que fose necesario pera bem e limpeza da dita fomte e cometeram a Cristovom Pachequo juiz ordinairo que tevese carreguo da dita obra e em enxuquiçom dela e mamdarom o procurador que dese todo o dinheiro que fose necesario e que todas as arvores que fizesem nojo e impedimemto a dita fomte as mamdase cortar. Joam Teixeira o escrepvy.

Cristovão Pachequo / Francisco Soares./ Queyroos 1574 / Francisco Teixeira.

Sabado vinte e nove dias do mes de Mayo de mil quynhemtos setenta e coatro annos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo juiz Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Teixeira diguo Campello procurador do concelho.

Item na dita camara acordarão de tirarem hos almotaceis pera averem de servyr ho mes de Junho que ven deste presente anno pera ho que mandarão abryr ho almario e delle tirarão ho cofre em que esta a bolssa dos pelouros dos almotaceis da qual **[Fl 163]** tirarão hum pelouro em que sairão por almotaceis pera averem de servyr ho dito mes de Junho que hora vem a Eitor Diaz e Bernaldo del Castilho cidadãos desta mesma aos quaes mandarão por Pero Carneiro porteiro desta camara chamar. E loguo vierão ambos aos aos (*sic*) quaes derão juramento dos Santos Avangelhos sob carreguo do qual lhes encarreguarão que servysen o dito carreguo de almotaces o dito mes de Junho que hora vem gardando en todo a hordenação e serviço de Deus e d'el rey nosso senhor e seu regimento e as vreações desta camara e ho direito das partes ho que eles asi prometerão fazer e asynarão aquy.

Eitor Diaz / Castillo.

[76]Item na dita camara deu fe Fernão d'Alvares pregoeiro desta cidade em como ontem que forão

[75] Corrupçao de *anadel*.

[76] À margem deste item está escrito "fe".

vinte e oyto dias do mes de Mayo ele apreguoara por esta cidade e arrabaldes e luguares acostumados que nenhũa pesoa desta cidade e seu termo pasado ho mes de Junho que hora ven medisen mais por alqueire da medida nova senão por rasa e meya raza e as mais medidas dahi pera baixo de raza todo comforme ao acordo feito neste livro e com as pennas nele contheudas e asi apregoara mais que todos os carniceiros e pescadeiras antes que comesem a contar e a vender den carne e peixe aos repezadores comforme ao acordo sobre isso feito com as penas nele contheudas e asynou.

de Fernão + d'Alvares

[Fl 163 V] Item na dita camara ouvyrão partes e tratarão em outras cousas do bem comun e eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Francisco Teixeira / Francisco Campello

Quoarta feira dous dias do mes de Junho de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos em camara os senhores Crystovão Pachequo o licenciado Francisco Soares juizes hordinayros Manuel de Queiros vreador Francisco Campello procurador do concelho.

[77]Item na dita camara derão juramento dos Santos Avangelhos a Joam Gonçalves canouqueiro morador no arrabalde da Ponte de Guimaraes pera que sirva no dito arrabalde de cadrylheiro so carreguo do qual prometeo sirvyr seu oficio todo tempo que fose presente en sua cassa e ruas e foi lhe mandado que ate sabado levase regimento.

Item na dita camara mandarão a Giraldo Gonçalvez Donys que presente estava que ajudase o mordomo dos çapatos seu companheiro a todo ho que lhe he mandado so pena de vinte cruzados.

[Fl 164] [78]I tem na dita camara acordarão que se hordenase de fazer a festa de Corpo de Deus por coanto se cheguava o tempo e que se fizese asi e da maneira que se fez o anno pasado e que ho procurador tenha cuydado de mandar pelo porteiro desta Camara noteficar todas pesoas que diso são hobryguadas vir com pena de vinte cruzados e que todas as despezas fizer niso lhe serão levadas em conta e que ao diante se lançase toda a festa de *verbum ad verbum*.

[79] Item na dita camara diserão eles regedores que eles forão ver hũa leira no Campo das Hortas que he propiedade do ospital de São Marquos que hora pesue (sic) Dioguo Fernandez jenrro de Antonio Alvares barbeiro e que as mandarão medir como consta da vedorya que se diso fez e que por coanto se paguava ja muyta penção da dita leira por ser piquena lhe parecia ben lhes acresentasem mais cinco reais do que dantes paguava e que com a dita penção mandavão a mym escryvão lhe pasase seu prazo porque asi ho avyão por ben.

Item despacharão petições e ouvirão partes e eu Jorge do Vale ho escrevy.

Christovão Pachequo / Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Campelo.

[Fl 164 V] FESTA DE CORPUS CHRISTI

Item acordarão que hos doze cidadãos que ão de levar as tochas do Santisimo Sacramento seis de cada parte ão de ser hos regedores que forão da Camara dos anos atras mais proximos e hos que foren empedidos ou ausentes eles regedores enlegerão em seus luguares outros cidadãos dos que costumão andar no regimento e os enleitos posto que serião mais velhos não precederão aos que forão ofeciaes e os do anno pasado yrão a mão direyta que são Antonio Vieyra

[77]À margem deste item está escrito " cadrilheiro".
[78]À margem deste item está escrito "festa".
[79]À margem deste item está escrito "prazo"

João Nogueira juizes Tristão da Guoarda Antonio da Foncequa o licenciado Francisco de Caldas vreadores e Pero de Medeiros procurador do concelho. E a mão esquerda Pedr'Alvares Verea (*sic*) João Teixeira juizes Alvaro Vellosso Pero Ribeiro Manuel Figeyra vreadores e Boaventura Maia procurador do concelho.

Item da hobra da See se darão as tochas que ão de levar hos sobreditos como dito he e he costume.

Item loguo a bandeira de Nossa Senhora que he da cidade que levarão hos juizes hordinairos.

Item loguo a bandeira do Anjo que levara Manoel Luis cidadão enleito pera iso e avera a pitança como cada hum dos cidadãos das tochas.

Item loguo a bandeira de São João por lhe caber este anno o couce e a levara o juiz da comfraria sendo cidadão e não ho sendo eles regedores enlegerão cidadão que ha leve e notefica lo a ho porteiro da Camara

[**Fl 165**] Item loguo por São Crystovão diante e terão carreguo de ho fazer Fernão Pires Francisco Alvares Joam Gonçalvez e Domymguos Gonçalvez carpinteiros e o menino que as levar avera luvas e sete reais e sen reais pera hũas botas que ho procurador do concelho dara a quem tyver ho carreguo de ho fazer e asi dara ho vestido de São Crystovão e masquara e [...][80] e o mumdo pera o menino e acabada a festa tornarão tudo outra vez ao procurador do concelho. E hira loguo diante da procisão.

Item os jurados da freguesia de Ferreiros noteficarão na sua freguesia que venhão oito omens muyto bem vestidos dia de Corpus Christo pera levarem o São Cristovão e pela menhãa muyto cedo virão .E o procurador do concelho dara dez reis a cada hum pera beberem.

Item hos gigantes hirão sempre dançando e darão aos dous omens que hos levão cada hum cen reais e ao pai deles outros cen reais e setenta reais pera çapatos e hũas luvas e darão ao tamburyleyro que lhes tanger oitenta reais e ao Pereira carpinteiro que tem carreguo de hos vestir e despir cem reais e pera hum homem que ha de ajudar vinte reais e darão mais aos ditos homens pera almoçarem a cada hum vinte e cinquo reis e pera beberem os tres gigantes no meio da festa corenta reais.

Item acordarão que a seu pe ande pola manhan pela cidade sem entrar na See e hira diante de toda a procisão e fala ha quem he mestre dela ao qual noteficara o porteiro da camara e ao mordomo dos cavalinhos.

[**Fl 165 V**] Item acordarão mais que ho navel (*sic*)[81] dos hespingardeiros saia com elles na dita procisão muyto bem vestidos com suas espingardas concertadas de todo ho necesaryo e hirão tantos de huma parte como da houtra atirando ao alto nos luguares que lhes bem parecer. E e hirão loguo diante da clerisia.

[82]Item hirão loguo diante delles hos cadrilheiros deste termo con todos os seus vinte homens da cadrylha muyto bem vestidos e postos em hordem como hos espingardeyros. E trarão elles cadrylheuros suas varas verdes pintadas de novo e isto compryrão so penna do que faltar pagar cem reais e pera iso se pase alvara de correr e se lance preguão.

Item acordarão que fose ho carro das hervas de cheiros que leverão hos hortelões desta cidade com suas hervas cheirossas e dentro moços con esguichos d'auguoa e isto lhes noteficara ho porteiro.

Item acordarão que ho procurador do concelho mande hum carro de junquos a Sam Sebastião e d'espadanas pera se lançar pelo terreyro junto da pedra honde a de estar ho Santisimo Sacramento e asi mandara lançar muytas ervas cheirossas.

Item acordarão que Pero Gonçalvez da rua de Meixeminhos tenha cuydado de mandar levar no dito dia pela menhãa cedo a San Sebastião hos [**Fl. 166**] banquos e asentar em abastança pera se asentar a clerezia e hofeciaes da camara e tenha cuydado de pedir ao procurador do concelho hum carro de junquo e espadana pera junquar ho terreyro no dia ho que asi compryra por ser

---

[80] Duas palavras ilegíveis.

[81] Isto é: *anavel*, corrupção de anadel.

[82]À margem deste item está escrito "cadrilheiros".

hobrygado pelo prazo que ten das cassas da porta de Meixeminhos que são do concelho.

Item acordarão mais que as freguesias de São Jeronymo, São Martinho de Dume, Semelhe, Froços treguão[83] bespora do dito dia ate o meio dia ao mais tardar ao paço do concelho convem a saber Semelhe dous carros de junquos e espadanas, de São Jeronymo tres carros, de São Martinho outros tres e Froços dous grandes e bons e isto so pena de o que asi não compryr pagarpera despesas do dito dia dous mil reais e ho procurador dara por cadada (*sic*) carro dez reais e hos jurados lho noteficarão e disso virão dar suas fes.

Item acordarão mais que venhão pela menhan sedo segunda feira os moradores de Crespos na barra com fouces e eixadas e vasouras e varas comprydas pera alimparem os muros com hos ferros que lhes darão o procurador e varrerem as portas da cidade e terreyros dellas e de São Sebastião e todo mais que por cada hum dos regedores da cidade lhe for mandado fazer isto posto que seyão dos ditos fregueses alguns previligiados e declaro que Crespos vira segunda feira <e terça> e Nabarra de coarta feira bespora do dia e não mandarão moços em seu luguar se não for de vinte annos ho que asi compryrão so penna de paguar cada hum quinhentos [reais] per as despezas do concelho do dito dia e cada jurado antes que parta veja se vam todos hos da sua juradia e o que não vier lhe dara loguo ho penhor dos quynhentos reais e dara fee dos que **[Fl 166 V]** faltarem ho que compryrão hos ditos jurados so a dita penna dos quynhentos reais. E eles regedores hordenarão ho que lhes darão pera beberem. Fiz a entrelinha que diz "e terça".

Item acordarão mais que aya mourisqua e sayão muyto gualantes pela manhãa muyto cedo e andarão pela cidade antes de sair a procisão e despois hirão diante longe e ho procurador do concelho lhes dara pera almoçarem ao rey e seus mourisquos mil quynhentos reais, *a saber*, mil reis que lhe dantes davão e quynhentos que lhes cresentão mais por serem trinta mourysquos e seus tanjeres os quaes quinhentos reais lhes darão encoanto for vontade dos regedores e asi dara mais ao dito rey coatrocentos reais pera barrete vermelho e botas e trynta reais pera luvas per a dita festa e as mais doa anno pera çapatos cento sesenta reais.

Item acordarão mais que hos jurados da freguesia de São Vitouro notefiquem em sua freiguesia a todos os moradores della que venhão no dito dia pela menhãa muyto cedo a esta cidade com os milhores vestidos e armas que tiverem pera hirem na procisão diante dos espingardeiros tantos de hũa parte como da outra so penna do que faltar paguar cem reais pera o concelho. E darão sua fee da noteficasão.

Item que no dito dia o porteiro da camara pela menhãa muyto cedo leve a San Sebastião ho escabello e alambel pera se nele sentarem hos regedores.

Item que ho procurador mande fazer doze pares de luvas de bezerro grandes e boas pera eles regedores procurador e escryvão provysor vigario ouvydor e alcaide meirinho.

[Fl 167] Item acordarão mais que o dito procurador comprase as varas que ão de levar no dito dia e eles regedores procurador e escryvão provisor vigario e ouvydor e alcaide meirinho que ão de ser, *a saber*, deles regedores vedores provisor vigario e ouvydor vermelhas alcaide e meirinho branquas.

Item acordarão mais que ele procurador mande a cada hum dos regedores do anno presente almoço como he de costume e asi ao procurador e escryvão que he hũa a metade de carneiro e par de canadas de vinho de fora da terra hum de vermelho outro de branquo, tres pães alvos e cada hum seu queijo muyto bom e tudo sera muyto perfeito.

Item acordarão mais que de ele procurador ao provisor vigario ouvidor e aos doze cidadãos que ão de levar as tochas pregador alcaide meirynho e ao cidadão que a de levar a bandeira do Anjo e ao mordomo (?) dos cleryguos cada hum seu coarto de carneiro, canada de vinho, hum par de pães alvos.

---

[83] Isto é: *tragam*.

Item ao porteiro da camara coarto de carneiro canada de vinho de fora hum par de pães alvos pedaço de queijo.

Item acordarão mais que de a eles regedores procurador e escryvão a cada hum dous mil reais pera barretes calsas e pantufas ou çapatos de veludo que levarão na procisão.

Item acordarão mais que de ele procurador ao porteiro da camara coatrocentos reais pera barretes e çapatos e trynta reais pera hũas luvas.

[Fl 167 V] Item acordarão mays e mandarão a ele procurador que de ao alcaide meirynho coatrocentos reais pera calsas e vinte reais a cada hum pera varas das atras declaradas que lhe dão cada anno pera as terem prestes pelo anno avante pera o que lhe mandar a camara per bem de justiça.

Item acordarão e mandarão mais que ele procurador de a Fernão d'Alvares preguoeiro dozentos reais pera barrete e sapatos e isto em começo de pagua dos dous mil reais que ten d'ordenado cada hum anno desta camara.

Item mandarão mais a ele procurador que de a quada hum dos omens do alcaide e meirynho que forem presentes na dita procisão corenta reais.

Item acordarão mais que de ele procurador as trombetas e charamellas trezentos reais por tangerem na bespora do dito dia na praça do pão coando levão as bandeiras per a See e asi no dito dia en cima no paço do concelho hum par de veses antes que saya a procisão.

Item acordarão mais que de ele procurador aos cleryguos do coro <que ão de levar> arqua em que vay o Santo Sacramento no dia seiscentos reais e hos entreguara a Antonio Alvares so chantre que hos recebe cada ano pera todos. Fiz a entrelinha que diz "que ão de levar".

Item acordarão mais que de ele procurador ao sãocrystão Nicolao Alvares trezentos reais pelo carreguo que ten de goardar a arqua e a limpar e concertar.

Item acordarão mais que as pelas sayão muyto fermossas e galantes e as farão as padeiras como he costume e avera cada huma dellas luvas **[Fl 168]** e sete reais pera almoçaren e hos que ão de bailar com elas asi ao dia como bespora dozentos reais.

Item acordarão que as danças que no dito dia e vespora sayão sayão (*sic*) senpre dançando com as pellas em seu lugar posto que não va na dita procisão emperador nem rey.

Item acordarão mais que todas as pescadeiras pera o dito dia alimpem muyto bem a praça do peixe e a barrão e enrramem de muytos ramos e ervas cheirosas so penna de quynhentos reais cada hua que ho não comprir pera as despezas do dito dia.

Item acordarão mais que ele procurador de a Clemente Afonço dozentos reais pera hum tamboryl e pifaro por esta ves o qual tanto que se acabarem as festas o pora na camara.

Item acordarão chamar Gonçalo Pires livreiro e Belchior de Matos notario aos quaes pedirão que hordenasen algũas danças e representações que lhes milhor parecese e que lhes mandaryão dar algũa coussa pera almoçarem.

Item e hordenada asy a dyta festa da dita maneyra acordarão que cada hum faça ho contheudo en seu item so penna de mil reais pera as despezas do dito dia e da cadea e que eu escryvão lance em despeza todo ho sobre dito e custos gastos meudos que se fizerem per a dita festa e asinarão. E eu Jorge do Valle escryvão da camara ho escrevy.

Francisco Soares / Queyroos 1574 / Correa / Cristovão Pachequo / Francisco Teixeira /. Francisco Campello.

[Fl. 168 V] Sabado cinquo dias do mes de Junho de mil quinhentos setenta e coatro anos forão juntos en camara os senhores Francisco Soares Juiz Manuel de Queiros o doctor Fernão Correa Francisco Teixeira vreadores Francisco Canpello procurador do concelho. Sobreveo Crystovão Pachequo juiz hordinayro.

[84] Item na dita camara acordarão que se dese aos almotaceis do mes presente propina como aos cidadãos que levão as tochas por coanto levão muyto trabalho en ajudar a guovernar a procisão do Corpus Christi aos quaes encarregão que diso tenhão muyto cuydado e de mandar barrer as ruas desta cidade e que a dita propina dequy (*sic*) en diante se de cada hum anno aos almotaceis que servyren en ho dito mes e na dita procissão.

[85] Item na dita camara se presentou hũa carta do guoarda mor da villa de Monção pera eles regedores en que lhes avysavão que se guoardasen do reyno de Galissa dos luguares de redor della e valladares do dito reyno a qual vista per elles mamdarão que se apregoase pelos luguares publiquos desta cidade que nenhũa pesoa della e seus termos va ao dito reyno de Galissa sen arrecadação feita pelo escryvão da Camara e asy [...].

[84] À margem deste item está escrito "propina dos almotaceis".

[85] à margem deste item está escrito "arrecadações".

ÍNDICE

Introdução		3
In-Memoriam: • Dr. Egídio Xavier de Amorim Guimarães • Académico Álvaro Dória		5
António Araújo Azevedo e o Brasil	Prof. Doutor José Viriato Capela	13
O Minho nas monografias (Sécs. XIX-XX)	Dr. Armando B. Malheiro da Silva	27
A formação do mapa escolar do distrito de Braga	Dr. Justino Pereira Magalhães	97
O Mosteiro de Landim	Dr.ª Maria de Fátima Ferreira Castro	119
Metamorfose de um cenário urbano	Dr. Miguel Sopas de Melo Bandeira	197
Os primórdios da electrificação em Braga	Eng.º Ilídio Mariz Simões	223
A sociedade portuguesa no tempo de Cabral	Prof. Doutor José Marques	285
Os coutos do Mosteiro de S. João de Tarouca	Prof.ª Doutora Maria Rosa F. Marreiros	321
Nótulas para o estudo da Jacobeia	Dr.ª Maria Elisa Costa	375
Um Livro de Horas do Arquivo Distrital de Braga	Dr.ª M.ª João L. Calheiros de Carvalho	409
Gabinete de Leitura: • Braga no dicionário de arte barroca em Portugal	Eduardo Pires de Oliveira	435
• A intertextualidade de «Lágrimas e Tesouros»	Dr.ª Helena Nogueira Barros	455
Arquivo Distrital	Prof. Doutor José Marques	467

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que, com o presente fascículo, alcança já 108 números, repartidos em 43 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 a 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta**, hoje sob a direcção do P.e Dr. António Manuel de Sousa Fernandes.

Os coleccionadores que porventura só puderem obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, devem considerar a sua colecção completa em relação à **Revista Bracara Augusta.**

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Bracara Augusta — Revista de Regionalismo e História
Cadernos de Arqueologia — Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
Cenáculo — Revista da Faculdade de Teologia
Forum — Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho
Itinerarium — Revista de Cultura
Mínia — Revista da ASPA (Associação para a defesa, estudo e divulgação do património cultural)
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Assembleia Distrital
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga
Theologia — Revista de Estudos Eclesiásticos

Aceitam-se Permutas c/ a Revista Bracara Augusta